

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**Greves e lutas insurgentes: a história da AIT e as origens do
sindicalismo revolucionário**

Selmo Nascimento da Silva

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal Fluminense para
obtenção do título de Doutor em História
Orientação Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos.

Niterói
Março, 2017

Selmo Nascimento da Silva

**Greves e lutas insurgentes: a história da AIT e as origens do
sindicalismo revolucionário**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal Fluminense para obtenção do título de Doutor
em História sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos.

Banca:

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (orientador – UFF)

Prof. Dr. Andrey Cordeiro Ferreira (UFFRJ)

Prof. Dr. Rogério Castro (Colégio Pedro II)

Prof^a. Dr^a. Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros (UERJ e UFRJ)

Prof. Dr. Demian Bezerra de Melo (UFF) – Presidente da Banca

Prof. Dr. Paulo Terra Demian Bezerra de Melo (UFF)

Prof. Dr. Felipe Abranches Demier (UERJ) - Suplente

Prof^a. Dr^a. Virgínia Fontes (UFF) - Suplente

**Março
2017**

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

S586 Silva, Selmo Nascimento da.

Greves e lutas insurgentes: a história da AIT e as origens do sindicalismo revolucionário / Selmo Nascimento da Silva. – 2017.

334 f. ; il.

Orientador: Marcelo Badaró Mattos.

Tese (Doutorado em História Contemporânea) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2017.

Bibliografia: f. 313-317.

1. Associação Internacional dos Trabalhadores. 2. Greves e lockouts. 3. Bakuninismo. 4. Sindicalismo. I. Mattos, Marcelo Badaró. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Por mais que o esforço individual seja determinante para a realização de um projeto de pesquisa; monografias, dissertações e teses, são sempre obras coletivas. São obras coletivas porque os pesquisadores recorrem a um patrimônio intelectual, artístico, literário, científico, cultural, das experiências e dos saberes populares para realização de seu trabalho. Mas também são obras coletivas porque os pesquisadores contam com um conjunto de trabalhadores e trabalhadoras e uma rede de relações profissionais, de amizades e familiares, sem as quais o seu trabalho seria impossível.

Desse modo, os agradecimentos não são uma simples formalidade mas sim o reconhecimento da dimensão coletiva do trabalho acadêmico. Uma dimensão determinante no trabalho acadêmico, o qual também deve ser entendido como o resultado de experiências e saberes coletivos.

Assim, começo agradecendo ao Prof. Dr. Marcelo Badaró pela orientação e pela cumplicidade. Por ter entendido tanto os caminhos percorridos pela pesquisa desenvolvida, quanto os descaminhos da minha vida durante a trajetória no doutorado. Trata-se de um importante historiador marxista que orientou uma tese baseada no paradigma anarquista.

Agradeço à minha família, Luiz Mariano da Silva, meu pai, Josefa Nascimento da Silva, minha mãe, José Nascimento da Silva, meu irmão, Robson Luiz da Silva (em memória), meu irmão. Sem o conforto e a segurança da família nas horas mais difíceis, esse trabalho nunca chegaria ao final.

Deixo aqui registrados meu carinho e meu amor por Flayanne Ruzia de Araújo Silva, a mulher da minha vida. Acompanhou os momentos decisivos deste trabalho e me auxiliou em momentos chaves.

Aos meus tios e tias, primos e primas do nordeste. Em especial Pe. Antônio Lucas (tio), Pe. Valdezio Nascimento (primo), Betânia Nascimento (tia), Valdilene Nascimento (prima), Luisa Mariano (tia, em memória), Rosilene (prima). Saudades de vocês.

Também deixo meus agradecimentos aos professores e professoras membros da Banca de Avaliação. Prof. Dr. Andrey Cordeiro Ferreira, que também participou da Banca de Qualificação, com quem tenho compartilhado os esforços para (re)construir o paradigma anarquista das Ciências Sociais. Prof^a Dr^a Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros, que foi minha orientadora na graduação e no mestrado e agora, durante o doutorado foi uma importante leitora crítica da tese. Prof. Dr.

Rogério Cunha de Castro, que juntos estamos trilhando uma nova etapa na nossa militância, nos dedicando às aulas sobre Educação Libertária. Prof. Dr. Demian Bezerra de Melo, que gentilmente aceitou participar da avaliação da tese num período tão curto. Prof^a Dr^a Virginia Maria Gomes de Mattos Fontes, que durante a Qualificação fez críticas precisas. Prof. Dr. Paulo Terra, que na ausência do Prof. Badaró, assumiu a presidência da Banca.

Aos companheiros e companheiras do NEP-CPDA/UFRRJ, homens e mulheres dedicados à insurgência do pensamento. Agradecimento especial para Luciana Brito, Rômulo Castro e Ariel Azevedo, companheiros solícitos e críticos importantes.

Fazer um estudo sobre a AIT e o sindicalismo revolucionário teve uma dimensão curiosa: a sua atualidade, em especial, a atualidade da sua utopia. Aos sonhadores e sonhadoras, Augustinho, Carlinha, Carol, Sérgio, Felipe, Deivid, Luiz, Graci, Luciano, Jônatas, Gio, Waguinho, Marcus, Pedro, Pri, Samara, Nicole, Raphael Cruz, Fred, Mari, Mara, Hana, João, Lucas, Vanda, Cida, Aline, Valena, Bianca, Kauê, Igor, Rafael, Jack, Leon, Marcelo, Iara, Tati, Jéssica, Gabi.

O que seria de nós, sem nossos amigos? Obrigado Robson, Edmo, Duda, Vanda Filomena, Mônica, Kátia, Ronaldo, Rogério, Rosana, Lyana, Luiz Alberto, Mozart, Alex, Joaquim, Luciano, Patrícia, Fabiano, Marcia, Leo, Bruno, Monique, Ana Paula, Vinícius, Michelle, Gisele, Fátima. Essa conquista também é de vocês.

Trabalhando no Colégio Pedro II desde 2005 não poderia deixar de agradecer aos colegas de trabalho, em especial, aqueles que desenvolvem os projetos educacionais no âmbito do NUTH (Núcleo Transdisciplinar de Humanidades). Deixo aqui um abraço especial para Caroline Medeiros, Beatriz, Pedro e Eduardo.

Como a luta no Colégio Pedro II também é na militância sindical, meu agradecimento aqueles e aquelas que renovam a luta a cada dia, Carmem, Julia, Marcus Vinícius, Perseu, Isis, Luisa Colombo, Glória, Leandro Longo, Martha, Marthina, Marcela, Francisco. Saudações sindicais.

Por último, agradeço a Coordenação do PPGH-UFF e aos membros da CPLAN, pela compreensão e pelas reiteradas vezes em que aceitaram meus pedidos de prorrogação de prazo. Também agradeço aos trabalhadores e trabalhadoras da Secretaria do PPGH-UFF, sempre solícitos no auxílio e nas orientações.

RESUMO

O objetivo da presente tese é a análise das diferentes concepções e práticas políticas das correntes e tendências do movimento sindical operário europeu do século XIX que atuaram na construção dos movimentos grevistas daquele período e convergiram para a organização da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), fundada em 1864. A pesquisa está centrada nos congressos da AIT de Genebra em 1866, Lausana em 1867, Bruxelas em 1868, Basileia em 1869, conferência de Londres em 1871 e o Congresso de Haia de 1872. Nesses congressos, o conjunto das correntes e tendências do movimento sindical da época - mutualistas, *trade-unionistas*, coletivistas, bakuninistas e marxistas - debateram e entraram em conflito pelo entendimento de quais seriam os melhores caminhos e estratégias do movimento.

Palavras-chaves: AIT – greves – consciência de classe - bakuninismo - sindicalismo revolucionário.

ABSTRACT

The aim of this thesis is the analysis of the different conceptions and current political practices and trends in the European labor union movement of the nineteenth century who worked in the construction of strike movements of the period and converged on the organization of the International Working Men's Association - the IWA, was founded in 1864. the research is centered in the congresses of the IWA, Geneva 1866, Lausanne 1867, Brussels 1868 Basel 1869 London conference in 1871 and the Hague Congress of 1872. in these meetings all the current trends and the labor movement of the time, mutual, trade unions, collectives, Bakuninists and Marxists, debated and came into conflict by understanding what are the best ways and movement strategies.

Keywords: AIT - strikes - class consciousness - Bakuninism - revolutionary syndicalism.

LISTA DE SIGLAS

ADAV.....	Allgemeiner Deutscher Arbeiterverein
AIT.....	Associação Internacional dos Trabalhadores
ASCJ.....	Amalgamated Society of Carpenters and Joiners
ASE.....	Amalgamated Society of Engineers
ASLS.....	Amalgamated Society of Ladies' Shoemakers
CFJ.....	Comité Fédéral Jurassien
CGT (Portugal).....	Confederação Geral do Trabalho
CGT (França).....	Confédération Générale du Travail
COM.....	Casa del Obrero Mundial
CNT.....	Confederación Nacional del Trabajo
COB.....	Confederação Operária Brasileira
FAU.....	Freire Arbeiter - Union Deutschland
FRE-AIT.....	Federación Regional Española
FTCH.....	Federación de Trabajadores del Chile
FORA.....	Federación Obrera Regional Argentina
FORU.....	Federación Obrera de la Regional Uruguay
FSIF.....	Friendly Society of Iron Founders
IIHS.....	Instituto Internacional de História Social
IML.....	Institute of Marxismo-Leninism
IWPA.....	International Working People's Association
IWW.....	Industrial Workers of the World
IWW (SA).....	Industrial Workers of the World (South Africa)
NAT.....	Nationaal Arbeids Secretariaat
OBS.....	Operative Bricklayers' Society
OBU.....	One Big Union
USI.....	Unione Sindacale Italiana
SAC.....	Sveriges Arbetares Centralorganisation
TUC.....	Trade Union Congress

TABELAS

Tabela 1: Número de membros da AIT.....	77
Tabela 2: Estruturação do Conselho Central Provisório.....	81
Tabela 3: Membros do Conselho Central Provisório da AIT – 1864.....	82
Tabela 4: Comparação das versões inglesa e francesa do <i>Preâmbulo</i> – 1864-1866.....	87
Tabela 5: Grande ciclo de lutas operárias do século XIX e os congressos da AIT.....	101
Tabela 6: Delegações do Congresso de Genebra – 1866.....	108
Tabela 7: Delegações do Congresso de Lausanne – 1867.....	114
Tabela 8: Delegações do Congresso de Bruxelas – 1868.....	129
Tabela 9: Delegações do Congresso de Basileia – 1869.....	144
Tabela 10 Número de greves deflagradas – 1868-1873.....	176
Tabela 11: Rebelião Cantonal – 1873-1874.....	194
Tabela 12: Sindicalismo Revolucionário.....	286

GRÁFICOS, MAPAS E FIGURAS

Gráfico 1: Grande ciclo de lutas operárias do século XIX.....	59
Gráfico 2: Participação relativa na produção industrial mundial – 1750-1900.....	61
Mapa 1: Nações que possuíam seções da AIT – 1864-1973.....	73
Figura 1: Estrutura organizativa da AIT – 1866.....	103
Figura 2: Movimento operário e socialista: 1864-1912.....	272

SUMÁRIO

Introdução.....	13
------------------------	-----------

Capítulo I

O lugar da história da AIT na historiografia: uma análise crítica.....	20
---	-----------

1.1. A AIT segundo os libertários e anarquistas: a crítica de uma historiografia marginal.....	25
--	----

1.2. As versões da história oficial da AIT: crítica da historiografia social-democrata e marxista....	30
---	----

1.3. Em defesa de uma história contada de baixo para cima.....	44
--	----

Capítulo II

A história dos vencidos: a fundação da AIT no ciclo de lutas e organização proletária.....	55
---	-----------

2.1. A AIT no ciclo de lutas operárias do século XIX.....	58
---	----

2.2. A composição e a base social da fundação da AIT.....	65
---	----

2.3. Organização e divergências: os conflitos nos primeiros anos de organização da AIT.....	81
---	----

Capítulo III:

Os Congressos da AIT: a auto-organização operária.....	100
---	------------

3.1. A estratégia da mutualidade e a influência de Proudhon.....	107
--	-----

3.2. Coletivistas e anarquistas: o bakuninismo em ação.....	124
---	-----

3.3. A cisão da AIT.....	151
--------------------------	-----

Capítulo IV:

Greves e ciclos de greve: o trabalho insubmisso.....	161
---	------------

4.1. As teorias dos ciclos de greve: a insubmissão de baixo para cima.....	165
--	-----

4.2. O subciclo de greves e a insubmissão do trabalho.....	176
--	-----

4.3. A insurgência.....	188
-------------------------	-----

Capítulo V:

As greves, luta de classes e teoria da revolução.....	197
--	------------

5.1. O debate sobre as greves no interior da Primeira Internacional: a contribuição anarquista.....	198
---	-----

5.2. As greves na teoria comunista.....	207
---	-----

5.3. A polêmica da greve geral: marxistas e anarquistas.....	214
--	-----

Capítulo VI:

Organização e consciência de classe.....	233
6.1. Consciência de classe e o papel do sindicalismo na teoria marxista.....	234
6.2. A autoconsciência da classe trabalhadora: a contribuição anarquista.....	251

Capítulo VII:

Modelos de sindicalismo do século XX:

sindicalismo revolucionário versus sindicalismo social-democrata.....	271
7.1. A gênese dos modelos do sindicalismo: as tendências no interior da AIT.....	272
7.2. O sindicalismo revolucionário: a experiência francesa.....	280
7.3. O sindicalismo social-democrata: a experiência alemã.....	287
7.4. Os modelos de sindicalismo no século XX e desenvolvimento capitalista.....	295

Considerações finais.....	300
----------------------------------	------------

Bibliografia.....	305
--------------------------	------------

Anexos.....	323
--------------------	------------

Introdução

O desafio de desenvolver uma pesquisa sobre a história da AIT foi lançado pela banca de qualificação da tese de doutorado do projeto original, cujo título era “A luta de classes no Brasil no final do século XX: o ciclo de greves do novo sindicalismo”, e que tinha o objetivo de analisar o período que começaria com as greves dos metalúrgicos do ABC paulista em 1978/79, se estendendo pela década de 1980, tendo como marco importante a greve dos metalúrgicos da CSN de 1988, e terminaria com a greve dos petroleiros de 1995. Esse período seria considerado “o ciclo de greves do novo sindicalismo”.

Ao desenvolver as pesquisas sobre as bases teóricas dos cientistas sociais que se dedicaram aos estudos sobre as greves no Brasil, um aspecto chamou atenção: existe um certo roteiro de argumentação, que sofre algumas variações, mas que normalmente começa fazendo referência à obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de Friedrich Engels, depois aborda como Karl Marx versou sobre as greves em duas de suas obras, *Miséria da Filosofia* e *Salário, preço e lucro*. Chega aos debates desenvolvidos por Rosa Luxemburgo, em *Greve de Massas, Partido e Sindicatos*, e, às vezes passa pelos escritos de Lenin e Gramsci.

Nesse roteiro, alguns pesquisadores fazem alusão às polêmicas entre comunistas e anarquistas, uma vez que, no mínimo, duas dessas obras da Escola Marxista, *Miséria da Filosofia* e *Greve de Massas, Partido e Sindicatos*, são polêmicas e embates diretos com a teoria anarquista. Entretanto, quando há referência à teoria anarquista, autores como Frederico Lisbôa Romão (2006 e 2010) e Giovanni Alves (2003), não analisam as obras dos autores anarquistas, mas apresentam suas teorias a partir das interpretações feitas pelos vários autores da Escola Marxista sobre o anarquismo e suas teorias.

Para superar essas abordagens superficiais, o caminho foi mergulhar na teoria dos pensadores anarquistas sobre as greves e o sindicalismo, procurando seguir uma importante lição de Sartre (1967: 114): “nada pode ser descoberto se, de início, não chegarmos tão longe quanto for possível, na singularidade histórica do objeto”. Nesse mergulho pela singularidade histórica das greves e concepções de greve, foi possível identificar que não só o anarquismo desenvolveu uma teoria própria sobre as greves e os sindicatos, mas também que esse desenvolvimento ocorreu em meio aos debates realizados no interior da AIT. Assim, o texto da qualificação se restringiu à análise dos debates sobre greves que ocorreram no interior da AIT, especialmente nos seus congressos.

Diante da apresentação desse material para a qualificação, os membros da banca, Prof^a Dr^a Virgínia Fontes e o Prof. Dr. Andrey Cordeiro Ferreira, consideraram que a tese não era o ciclo de greves no Brasil, mas sim, os próprios debates sobre as concepções e estratégia das greves entre as

diferentes tendências e correntes do movimento operário europeu na AIT.

Ao aceitar esse desafio, outros tantos apareceram, especialmente ter acesso às fontes primárias de debates e acontecimentos históricos que ocorreram na Europa da segunda metade do século XIX. Desafio parcialmente superado com a pesquisa realizada nos dois tomos da publicação organizada pelo historiador Jacques Freymond, *La Primera Internacional colección de documentos*, que reúnem as atas dos congressos da AIT de 1866 até 1872, e dos cinco volumes do *Documents of the First International. The General Council of the First International*, organizados e publicados pelo Institute of Marxism-Leninism, que reúnem as atas do Conselho Geral da AIT em Londres de 1864 até 1872.

A principal dificuldade da pesquisa foram as fontes primárias das seções locais da AIT. As fontes primárias sobre as seções se restringiram: 1) aos diversos documentos sobre o bureau de Paris, como o processo criminal movido pelo governo de Napoleão III contra os internacionalistas, *Troisième procès de l'Association internationale des travailleurs à Paris*; 2) a obra elaborada por James Guillaume, *Mémoire présenté par la Fédération Jurassienne de l'Association Internationale des Travailleurs à toutes les fédérations de l' Internationale*, que reúne importantes documentos sobre a AIT na Suíça; 3) os discursos publicados pelos internacionalistas Ernest Vaughan e Emile Aubry, *Association internationale des travailleurs, section rouennaise: de son rôle dans les circonstances actuelles*, que destacam aspectos fundamentais sobre a seção da cidade francesa de Rouen; e 4) os subsídios elaborados pelas diferentes seções para os congressos da AIT, reunidos nos dois tomos organizados por Jacques Freymond. Sobre as demais seções da AIT, principalmente, italianas, belgas, espanholas, alemãs e inglesas, as fontes secundárias foram as únicas alternativas.

Após o esforço de superar as dificuldades de acesso às fontes, o desafio seguinte foi desenvolver a análise histórica e sociológica a partir uma abordagem teórica que rompesse com os paradigmas da ordem e com a historiografia heroica. Assim, o paradigma anarquista, segundo as elaborações de Ferreira (2013b), enquanto uma perspectiva simultaneamente filosófico-política e teórico-ideológica, fornece o aparato teórico-metodológico para a construção de *uma história de baixo para cima*, cujo fulcro são as experiências de lutas, resistências e organizações da classe trabalhadora, porém não como objeto passivo da reflexão científica, mas sim como sujeito ativo responsável pela construção de sua própria história. Assim, a presente pesquisa está fundamentada nos referenciais teóricos do bakuninismo: a dialética serial antinômica e o materialismo sociológico, que constituem o paradigma anarquista das ciências sociais, cujos fundamentos epistemológicos permitem interpretações e explicações dos fenômenos sociais e históricos que rompem com os paradigmas centrados na noção de ordem e na história presa às figuras heroicas.

A dialética serial antinômica que foi elaborada é a dialética proudhoniana, que

diferentemente das dialéticas *trifásicas*, a dialética hegeliana e a marxista, é uma dialética *difásica*, ou seja, é *antitética* (GURVITCH, 1987). Enquanto as dialéticas hegeliana e marxista pressupõem que os antagonismos entre a *tese* e a *antítese* resultam numa *síntese*, o movimento dialético na teoria proudhoniana não resulta necessariamente em uma *síntese*. Na verdade, os antagonismos entre a *tese* e sua *antítese*, isto é, as *antinomias*, são movimentos perpétuos que se desdobram em novas séries de contradições antinômicas.

O postulado geral de uma perspectiva materialista é sua ruptura com a metafísica, isto é, com os postulados epistemológicos que pressupõem a existência de uma *consciência primeira*, de uma *Razão absoluta* ou de um *Ser-Deus*, responsável pela criação da vida. Assim, o materialismo em Bakunin é *antiteológico*, ou melhor dizendo, é uma ruptura com as concepções metafísicas.

Quem está com a razão, os idealistas ou os materialistas? Uma vez que a pergunta é colocada assim, a hesitação torna-se impossível. Sem nenhuma dúvida, os idealistas estão errados, e só os materialistas têm razão. Sim, os fatos têm primazia sobre as ideias; sim, o ideal, como disse Proudhon, é apenas uma flor cuja raiz é constituída pelas condições materiais de existência. (BAKUNIN, 2014: 257).

Portanto, o materialismo bakuninista tem uma especificidade, ele está centrado na noção de sociedade. Certamente, essa é mais uma importante influência da Sociologia proudhoniana no pensamento de Bakunin, ou seja, o entendimento de que as coletividades são *forças irreduzíveis*, são realidades históricas. Por isso, no bakuninismo as condições materiais de existência do fenômeno humano são historicamente condições determinadas socialmente. Portanto, afirma-se que o anarquista russo desenvolveu um materialismo sociológico.

Bakunin desenvolveu um *materialismo sociológico*, pois a materialidade histórica da vida humana é criada pelo *trabalho inteligente e livre* do homem em sociedade. O materialismo sociológico possui as seguintes características: 1) é a negação de todas as formas de idealismo/teologismo; 2) sua perspectiva naturalista com a negação do *criacionismo*; 3) entende a *ação*, a prática concreta, como determinante do *ser*; 4) pressupõe a *multicausalidade* dos fenômenos; 5) compreende a diversidade da vida como resultado de um processo dialético e ininterrupto de ação e reação; 6) o trabalho coletivo cria a sociedade. (DA SILVA, 2016a: 83).

O paradigma anarquista, parafraseando Proudhon, exige a insurreição do pensamento, ou seja, além da ruptura com os paradigmas da ordem e com a história de tipo heroica, exige a ruptura com o *eurocentrismo* e o *nacionalismo metodológico*, que impõem numa historiografia *monadológica*. Para Van der Linden (2008) o paradigma *monadológico* é hegemônico nos estudos históricos, pois consideram que a história da “civilização europeia” pode resumir a história da humanidade. Assim, uma historiografia de baixo para cima, da periferia para o centro, nega as

narrativas *monadológicas*, aquelas baseadas em oposições binárias: *história x pré-história*; *civilizados x bárbaros ou selvagens*; *nações avançadas x nações atrasadas*; dentre outras. Ao contrário, o paradigma anarquista entende a história na sua processualidade dialética, enquanto história global, na sua totalidade antagônica e na pluralidade das experiências históricas dos sujeitos coletivos. Isso significa que, sem perder a singularidade histórica do objeto estudado, a AIT não é a única experiência do internacionalismo operário, nem o internacionalismo operário se resume à sua história, na verdade, o importante é entender o seu lugar na história do internacionalismo operário.

A recusa do *eurocentrismo* e do *nacionalismo metodológico* possibilita o estabelecimento de um paradigma *multicêntrico*, quer dizer, uma abordagem a partir da dialética *local-global*, ou ainda *local-sistema-mundo*, onde as experiências locais/nacionais devem ser analisados nas suas interações sistêmicas em escala global. Encontra-se no pioneirismo do geógrafo anarquista Élisée Reclus um esforço de entender a história da AIT considerando a dialética *local-global*, quando na sua extensa obra *O Homem e a Terra*, de 1905, escreveu o ensaio *Internacionais*. Ao considerar a experiência do internacionalismo no plural, Reclus (2011) abandonou o *eurocentrismo* e o *nacionalismo* metodológicos, apontando para uma perspectiva analítica *de baixo para cima, da periferia para o centro*.

O paradigma anarquista também exige a abordagem da luta concreta, da *guerra de classes*. Portanto, os conflitos e debates no interior da AIT, em especial nos seus congressos, tem que ser analisados a partir das lutas travadas contra os interesses das classes dominantes. Assim, inclusive recuperando a projeto inicial de pesquisa, as lutas, greves, revoltas e insurreições que os internacionalistas participaram diretamente são fundamentais para a compreensão dos próprios debates em seus congressos, pois a partir das lutas concretas que suas concepções, estratégias e programa socialista se delinearam.

A tese foi dividida em sete capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “O lugar da história da AIT na historiografia: uma análise crítica”, é elaborada uma revisão historiográfica, a qual permitiu identificar três campos da historiografia dedicada a AIT: a historiografia memorialista, escrita majoritariamente pelos próprios operários internacionalistas a partir de 1870 até o início do século XX; a historiografia social-democrata e comunistas, que se tornou hegemônico no século XX; e a historiografia libertário e anarquista, submetido a condição de historiografia marginal.

Ao final do primeiro capítulo são lançadas as bases para o desenvolvimento de uma historiografia de baixo para cima, ou seja, uma historiografia pautada nas lutas concretas de sujeitos sociais e históricos inseridos em determinados contextos políticos e econômicos, delineados pelas contradições de classe e pelos conflitos sociais.

O segundo capítulo, “A história dos vencidos: a fundação da AIT no ciclo de lutas e

organização proletária”, é um estudo sobre o contexto e a base sócio-histórica da fundação da AIT no ano de 1864. A história da fundação da AIT é entendida com parte do processo de reorganização da classe trabalhadora europeia depois da década 1850, considerada o período da reação pós-derrota das revoluções de 1848. Assim, a fundação e a consolidação da Internacional é parte constitutiva do “grande ciclo de lutas operárias do século XIX”, cujo marco inicial são as revoluções de 1848, se estendendo até 1873.

As bases sociais da AIT eram as diferentes frações do proletariado europeu daquele período, operários e operárias têxteis, operários e operárias das minas, metalúrgicos e, em grande medida, os as diversas categorias de operários-artesões predominantemente masculinas. Eram as frações operárias das nações europeias, sobretudo da Inglaterra, França, Suíça, Bélgica, Alemanha, Itália e Espanha que constituíam principal eixo das nacionalidades da AIT. Apesar desse eixo principal, os operários holandeses, austríacos, dinamarqueses, portugueses, irlandeses e norte-americanos também participaram dessa experiência internacionalista. Ou seja, o *eurocentrismo* e o *nacionalismo* metodológicos são, de fato, incapazes de compreender a diversidade da experiência internacionalista.

No capítulo seguinte, intitulado “Os congressos da AIT: a auto-organização operária”, são analisados os congressos realizados pelos internacionalistas AIT, principalmente aqueles realizados entre 1866 e 1872. Foram nesses espaços que as tendências e correntes do movimento operário entraram em confronto de ideais, concepções, práticas e estratégias. Apesar da importância do Conselho Geral da Internacional, a principal arena dos confrontos entre as tendências e correntes eram os congressos, que reuniam os delegados representantes das seções e organizações de base operária que aderiam ao projeto de construção do internacionalismo.

Ao contrário das perspectivas de uma história heroica, centrada no conflito entre personagens históricos como Marx e Bakunin, quando muito entre anarquistas e comunistas, se debruçar sobre os congressos da AIT é se encontrar também com *trade-unionistas*, cartistas, mutualistas, coletivistas, blanquistas, mazzinistas, socialistas, social-democratas, republicanos radicais, ou seja, toda a complexidade das tendências e correntes operárias daquele período.

Não poderia faltar o debate sobre as greves a quais os internacionalistas se inseriram. Por isso, o quarto capítulo, sob o título de “Greves e ciclos de greve: o trabalho insubmisso”, é dedicado ao subciclo de greves insurgentes que foram deflagradas no período entre 1868 e 1873. O subciclo de greves compreende um momento específico quando a insubmissão do trabalho assumiu a forma histórica das greves operárias que apontaram para a ruptura com o sistema capitalista e o desenvolvimento de relações sociais alternativas, no caso específico, no programa coletivista da federação livre das comunas.

Para uma análise qualitativa das greves daquele período, alguns movimentos considerados paradigmáticos são estudados com maior profundidade: a dupla greve dos operários da construção de civil de Genebra, em 1868; as greves dos mineiros belgas de Charleroi, em 1868; a greve dos mineiros franceses de Creusot, em 1870; a insurreição da Comuna de Paris, em 1871; e a greve geral espanhola de 1873.

No quinto capítulo, “As greves, luta de classes e teoria da revolução”, o tema das greves é retomado a partir dos debates entre os internacionalistas nos congressos da AIT. Ao contrário do que se possa imaginar, não existia uma unanimidade quanto a eficácia das greves, ou melhor dizendo, sobre o lugar das greves nas lutas operárias contra o regime de exploração burguês. Na verdade, as diferentes tendências e correntes operárias, possuíam diferentes concepções sobre o papel na luta da classe trabalhadora, mutualistas individualistas, coletivistas, comunistas e anarquistas, ora divergiam, ora convergiam para o entendimento do significado das greves.

As diferenças de concepção e do entendimento do lugar dos movimentos grevistas nas teorias revolucionárias marxista e anarquista produziram um rico debate, por vezes eclipsado pelas abordagens reducionistas e sectárias. O resgate desse debate abre novos caminhos interpretativos e permite a compreensão dos desafios vivenciados em outros períodos da história da classe trabalhadora e do socialismo.

Num debate sobre as lutas e organizações da classe trabalhadora, não poderia faltar o tema da consciência de classe, abordado sob o paradigma anarquista da *consciência por si*, ou seja, da classe que se autorrealiza na sua ação enquanto força coletiva autoconsciente. Esse é o tema abordado no sexto capítulo: “Organização e consciência de classe”.

No campo socialista prevalece as interpretações social-democratas e comunistas que entendem a classe trabalhadora a partir da oposição entre as condições de *classe em si* e *classe para si*, cuja passagem da primeira para a segunda seria determinada pelo processo de tomada de consciência de classe.

Ainda nas interpretações social-democratas e comunistas, o historiador E. P. Thompson avançou ao introduzir a noção do *fazer-se* da classe trabalhadora. A mesma noção apropriada por Castoriadis para romper com o marxismo. Mas apesar da noção do *fazer-se* ter contribuído significativamente para elucidar a própria condição da classe trabalhadora, os estudos aqui desenvolvidos levaram para a noção anarquista da *classe por si*, ou seja, da classe que se realiza na sua condição do sujeito histórico a partir da sua ação coletiva de autoconstrução e auto-organização.

Para finalizar, o sétimo e último capítulo, “Modelos de sindicalismo do século XX: a gênese do sindicalismo revolucionário”, apresenta o debate sobre modelos de sindicalismo no século XX, modelos estes cuja gênese encontra-se nas correntes e tendências da AIT, modelos forjados na lutas,

embates e conflitos do processo de autorrealização da classe trabalhadora.

Capítulo I

O lugar da história da AIT na historiografia: uma análise crítica

*De pé, ó vítimas da fome!
De pé, famélicos da terra!
Da ideia a chama já consome
A crosta bruta que a soterra.
Cortai o mal bem pelo fundo!
De pé, de pé, não mais senhores!
Se nada somos neste mundo,
Sejamos tudo, oh produtores!*

Eugène Pottier¹, Hino da Associação Internacional dos Trabalhadores, 1871.

Fundada em 1864, a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), também conhecida como Primeira Internacional ou simplesmente a Internacional, é considerada pelos estudiosos e militantes a mais importante experiência de organização internacional de toda a história de luta dos trabalhadores na sociedade capitalista. Apesar da sua relevância política e histórica, a AIT é pouco conhecida no Brasil, sendo raros os estudos e publicações sobre sua história e seu desenvolvimento.

Durante muito tempo, as principais referências bibliográficas para os estudantes, pesquisadores e militantes brasileiros formam obras gerais sobre o socialismo ou sobre o marxismo, como as publicações portuguesas dos volumes da *História geral do socialismo*, organizadas por Jacques Droz, cujas primeiras edições são do final dos anos de 1970, e as edições brasileiras dos volumes da *História do marxismo*, organizadas por Eric Hobsbawm, cujas primeiras edições são do início dos anos 1980. Além desses, registramos: documentos da AIT publicados na coleção *Obras escolhidas* de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) e os artigos de Mikhail Bakunin (1814-1876) na obra *Socialismo libertário*, publicada em 1979, sendo essa última uma publicação quase desconhecida.

Novas publicações só ocorreram mais recentemente. A Editora Imaginário, dedicada às publicações do campo libertário, publicou em 2004 a obra *História do movimento operário revolucionário*, organizada por Eduardo Colombo, em 2009 publicou a primeira parte do primeiro dos quatro tomos da obra *A internacional: documentos e recordações*, do anarquista suíço James Guillaume (1844-1916)², em 2011 *O homem e a terra: internacionais*, do anarquista francês Élisée

1 Eugène Pottier (1816-1887) foi um escritor e revolucionário francês. Atuante no movimento operário francês, se tornou umas das lideranças *communards* durante a Comuna de Paris, 1871, no mesmo ano em que compôs a letra do hino da AIT.

2 James Guillaume foi um anarquista de origem inglesa radicado na Suíça, onde era professor. Membro fundador da seção no Locle, Suíça, membro das organizações bakuninistas, da “Fraternidade” e da Aliança Internacional da Democracia Socialista. Depois da cisão da AIT, em 1872, participa da fundação da Federação do Jura e no início do século XX aproxima-se da CGT francesa.

Reclus (1830-1905)³, e em 2014 publicou uma coletânea de artigos do socialista francês Benoît Malon (1841-1893)⁴, sob o título de *A Internacional: sua história e seus princípios*. No campo marxista, as antologias *O marxismo e os sindicatos*, organizada por Paulo Aguenta, publicada pela editora Sundermann em 2008, e, especialmente, *Trabalhadores, uni-vos!: antologia política da I Internacional*, organizada por Marcello Musto e publicada em 2014 pela editora Boitempo, forneceram importantes textos e documentos da AIT.

Esse levantamento mostra não só que as publicações sobre a AIT são poucas no Brasil, mas também que são bem demarcadas em dois campos: o marxista e suas vertentes, como a marxista-leninista e social-democrata, e o anarquista e suas vertentes, como a libertária, bakuninista e anarco-comunista.

As publicações sobre a Internacional começaram ainda na década de 1870, no auge da organização. Na biblioteca virtual francesa Galliga, encontram-se disponíveis diversas obras escritas naquele período. Essas obras podem ser denominadas de “obras históricas” da tradição memorialista da classe trabalhadora, resultante do autodidatismo operário. Na historiografia memorialista inclui-se, além da já citada obra de Benoît Malon, os seguintes títulos: *L'Association Internationale des Travailleurs et la grève genevoise, en mars-avril 1868*, de Jean-Philippe Becker, publicada em 1869; *Association Internationale des Travailleurs, section rouennaise: de son rôle dans les circonstances actuelles*, de Ernest Vaughan e Emile Aubry, publicada em 1870; *Association Internationale des Travailleurs*, publicada em 1870, e *Le livre bleu de l'Internationale*, publicada em 1871, *L'Internationale; son rôle depuis le 4 septembre...*, publicada em 1871, e *L'Internationale et le jacobinisme au ban de l'Europe*, publicada em 1872, todas de Oscar Testut; *Histoire de l'Internationale*, de Jacques Populus, publicada em 1871; *Association internationale des travailleurs: son origine, son organisation, ses moyens d'action, son but et son rôle dans les insurrections*, de Robert de Massy, publicada em 1871; *Le Socialisme et l'Internationale*, de Emmanuel Belliard, publicada em 1871, *L'Association Internationale des Travailleurs*, de Ernest Edouard Fribourg, publicada em 1871, *Histoire de l'Internationale*, de Edmond Villetard, publicada em 1872, e *La proscription française en Suisse (1871-72)*, de Aristide Claris, publicada em 1872.

3 Élisée Reclus era professor e geógrafo. Atuou na Internacional e na organização dos trabalhadores franceses entre os partidários do bakuninismo. Foi membro da “Fraternidade” e da Aliança Internacional da Democracia Socialista e uma das lideranças *communards* e referência do sindicalismo revolucionário. Destacou-se como um dos pioneiros na elaboração de uma pedagogia tendo por base as ideias anarquistas.

4 A Benoît Malon foi um socialista francês que defendeu as teses coletivistas no interior da AIT, era jornalista. Membro da seção parisiense da AIT, militou ao lado de Bakunin na “Fraternidade” e da Aliança Internacional da Democracia Socialista, foi uma das lideranças durante a Comuna de Paris (1871), depois da derrota da Comuna foi exilado na Suíça onde participou da Federação do Jura após a cisão da AIT, em 1872. Com a anistia dos *communards* em 1880 retornou para a França, onde se filia ao Partido Operário Francês, liderado pelo comunista Jules Guesde, mas após o racha promovido pelos “possibilistas franceses”, ele adere, juntamente com Paul Brousse e Jean Allemane, à Federação dos Trabalhadores Socialistas da França.

Entre essas obras históricas destacam-se as quatro publicações de Oscar Testut, um opositor da organização dos trabalhadores, cujos livros tinham o objetivo de avisar aos governos e às classes dominantes o perigo que a AIT representava para a ordem vigente: “Nous affirmons que c'est l'Internationale qui a provoqué et suscité la guerre civile qui ensanglante aujourd'hui les rues de notre capitale, et nous ne craignons pas d'être démenti” (TESTU, 1871b: 13). Ele era um jurista francês associado aos órgãos de repressão policial. Apesar de sua abordagem reacionária, a obra de Testut se tornou uma das mais importantes referências sobre a história da AIT. Edmond Villetard, assim como Testut, está entre os historiadores de origem burguesa que se dedicaram a escrever a história da AIT.

Entretanto, Ernest Vaughan, Emile Aubry, Jean-Philippe Becker, Robert de Massy, Emmanuel Belliard, Ernest Edouard Friboug, Reclus, Aristide Claris, além de Benoît Malon, eram membros ativos da AIT e do movimento operário europeu. Sendo assim, se juntam a Proudhon, Louise Michel, Marx, Engels e Bakunin, e tantos outros militantes que se dedicaram a construir uma história do movimento operário europeu do século XIX.

A narrativa das lutas e das organizações operárias escrita pela própria militância dos movimentos de trabalhadores será uma característica importante e marcante da história operária, conforme afirma Eric Hobsbawm,

a história operária é por tradição um tema altamente politizado, e durante muito tempo foi feita em grande parte fora das universidades. (...) A maior parte dos historiadores da classe operária, quer fossem ou viessem a se tornar acadêmicos ou não, originou-se de dentro, ou de áreas próximas dos movimentos operários. (HOBSBAWM, 2005: 15-16).

Se por um lado a história dos trabalhadores contada pelos militantes operários e socialistas denuncia a consciência de que a história e seus significados são objeto de disputas políticas e ideológicas, por outro lado, produziu algumas contradições que se converteram, em certa medida, em obstáculos para o próprio entendimento dos seus significados históricos. Eric Hobsbawm aponta três características que possuem essas contradições:

Em primeiro lugar, ela revelou a tendência de identificar “classe operária” com “movimento operário”, ou mesmo com organizações, ideológicas ou partidos específicos. A história operária tendeu, portanto, a identificar-se com a história dos movimentos operários, se não até com a história da ideologia desses movimentos. (...) Em segundo lugar, (...) a história de dentro do movimento tendeu a ser tanto um pouco arqueológica quanto preocupada em atribuir aos movimentos operários a importância que ninguém mais parecia conceder a eles. (...) Ela conduziu a uma deficiência para distinguir o relativamente importante de relativamente corriqueiro. (...) Ela levou a um certo auto-isolamento da história dos movimentos operários com ralação ao resto da história. (...) Em terceiro lugar – e isto se deduz do

que já foi dito – a história clássica do movimento operário tendeu a produzir tanto um modelo como uma versão oficial da história, nacional ou internacional, que variou desde uma ortodoxia informal, mas não muito flexível, até uma ortodoxia formal e altamente inflexível. (HOBSBAWM, 2005: 17-18).

O historiador marxista se refere à história da classe trabalhadora em geral, mas pode-se identificar essas características contraditórias na historiografia sobre a AIT. As disputas sobre sua história aparecem ainda na década de 1870. Duas obras desse período ilustram bem essas disputas no interior do movimento dos trabalhadores sobre a história da AIT: a publicação de 1871 feita pelo militante mutualista francês Ernest Fribourg (?-?)⁵, *L'Association Internationale des Travailleurs*, e as publicações de 1872 do também francês e militante coletivista, Benoît Malon (1841-1893). Ambos participaram da primeira Comissão responsável pela direção do *bureau* de Paris, como era conhecida a seção de Paris da Internacional, ao lado de Henri Tolain (1828-1897)⁶ e de Eugène Varlin (1839-1871)⁷. Fribourg era operário gravador, que teve que abandonar o movimento operário em 1868, por ocasião das perseguições ao *bureau* de Paris, enquanto Malon era jornalista, foi uma das lideranças *communard*, sendo obrigado ao exílio durante a reação contra a Comuna de Paris (1871).

Sobre a história da Internacional, escreveu Fribourg:

Je tiens à ce qu'on sache bien que jamais un esprit honnête n'a pu concevoir la pensée de donner naissance à une société “de guerre et de haine” et à bien faire constater que l'histoire de l'Internationale se divise en deux parties: à la première période, que j'appellerai parisienne, correspondent la fondation et les deux premiers congrès, Genève 1866, et Lausanne 1867. Pendant ce temps l'association est *mutuelliste*, c'est-à-dire ne demandant à la collectivité que la garantie d'exécution de contrats librement discutés, librement consentis. (...) Mais à la suite des procès intentés par l'Empire, la direction morale échappe forcément aux mains des travailleurs français, passa à la Belgique, et dans cette seconde période, dite russo-allemande, l'Internationale devient communiste, c'est-à-dire autoritaire. (FRIBOURG, 1871: 2).

O mutualista francês explicita suas divergências com as demais correntes que atuaram no interior da AIT, estabelecendo dois períodos distintos: o primeiro predominantemente mutualista sob a direção moral dos trabalhadores franceses, quando teria prevalecido as relações e estruturas

5 Ernest Édouard Fribourg operário francês gravador. Um dos fundadores da AIT e liderança mutualista parisiense.

6 Henri-Louis Tolain operário francês do setor de bronze, cinzelador. Defensor das concepções da mutualidade de Proudhon, é considerado o principal expoente da corrente de mutualistas franceses da AIT. Foi figura fundamental na articulação da delegação francesa que participou da Exposição Universal de Londres de 1862, cujo contato com os *trade-unionistas* ingleses determinou a fundação da AIT em 1864.

7 Louis Eugène Varlin um operário francês encadernador de ideias proudhonianas, é considerado o principal nome da corrente de coletivistas franceses da AIT. Ingressou na Aliança Internacional da Democracia Socialista e foi importante liderança *communard* executado pela reação contra a Comuna de Paris de 1871.

democráticas; no segundo, sob predomínio russo-alemão, certamente uma referência a Bakunin e a Marx, a associação teria se convertido numa instância autoritária, dominada pelas ideias comunistas. Cabe ressaltar que Fribourg identifica o que seria uma fase de transição entre os períodos, caracterizada pelas perseguições aos membros da Comissão do *bureau* de Paris que levou à sua proibição e pelo papel dos coletivistas belgas, principalmente de César De Paepe (1841-1890)⁸, substituindo os mutualistas franceses. Outro aspecto a ser destacado é o fato da sua obra praticamente iniciar as periodizações da história da AIT, especialmente a tese do predomínio das ideias mutualistas nos primeiros anos da Internacional, reproduzida por diversos pesquisadores, entre eles Édouard Dolléans (2003), Georg Douglas H. Cole (1974), Jacques Droz (1977), Jean Maitron (1975), Victor Garcia (2003) e G. M. Stekloff (2012 [1928]), Mathieu Léonard (2011) e Macello Musto (2014).

Por sua vez, escrevia Malon:

Poucas instituições no mundo foram tão desfiguradas, tão caluniadas, tão pouco compreendidas por seus adversários como a *Associação Internacional dos Trabalhadores*. Os conservadores, que não reconhecem à revolução outras causas senão as maquinações e os complôs das sociedades secretas, atribuíram a fundação da grande associação a MAZZINI e a BLANQUI. (...) Quem, então, fundou a *Internacional*? Assim como ela não tem senhores, a *Internacional* não tem fundadores; ela saiu viva, plena de futuro, das necessidades sociais de nossa época e das dores crescentes de classe operária. (MALON, 2014: 25 e 28).

O socialista francês atua em três frentes na sua construção da história da AIT: combate as correntes conservadoras que caluniavam e criminalizavam a associação dos trabalhadores, procura desconstruir o mito de que os revolucionários conspiradores, como o italiano Giuseppe Mazzini (1805-1872) e o francês Louis-Auguste Blanqui (1805-1881) seriam os idealizadores e fundadores da Internacional, e, ao mesmo tempo, defende a tese de que a AIT nascerá espontaneamente, ou seja, das necessidades sociais e das dores da classe operária. Aqui ele procura romper com uma historiografia de tipo liberal, centrada em personagens individuais, como Mazzini ou Blanqui, e busca construir uma historiografia centrada em personagens coletivos: a classe operária com suas necessidades e dores.

Reclus também defende a tese do nascimento espontâneo da AIT:

Quão mais importante de que esse entendimento provisório de diversas nações foi a outra Internacional, aquela que nasceu espontaneamente entre os trabalhadores e famélicos pertencentes a todas as nações e reconhecendo-

⁸ O tipógrafo César De Paepe foi um médico ativo e influente junto a organização dos trabalhadores na Bélgica e foi colaborador dos jornais *La Tribune du Peuple* e do parisiense *La Rive Gauche*. De Paepe era partidário das ideias proudhonianas e durante o Congresso de Bruxelas passou a atuar explicitamente no campo coletivista da Internacional (DROZ, 1977, p. 738). Na década de 1880 fundou o Partido Operário Belga.

se irmãos pela vontade comum. (RECLUS, 2011: 15).

Durante o século XX, essa história escrita pelos militantes continuou predominando. Entretanto, é possível identificar dois campos teórico-ideológicos disputando a história da AIT, praticamente uma extensão dos conflitos no interior da própria Associação Internacional presente nas diversas narrativas sobre sua história. Trata-se da oposição entre libertários e anarquistas, de um lado, e dos social-democratas e marxistas, do outro lado.

A análise crítica dos campos da historiografia da AIT passa pela análise dos discursos presentes nas narrativas, que devem ser estudados

pela semântica, teoria do conteúdo das significações ou, como agora passou a preferir-se, estudo das mencionadas significações que seja ao mesmo tempo gerativo (investimentos sucessivos de sentido em patamares diferentes), sintagmático (e não unicamente classificatório) e geral (não atado com exclusividade a um único sistema significante); ou pela semiótica, que se ocupa da expressão das significações e de sua produção, em outras palavras, em especificar como se chega a significar alguma coisa (FLAMARION e VAINFAS, 1997: 289).

1.1 A AIT segundo os libertários e anarquistas: a crítica de uma historiografia marginal

No campo libertário e anarquista, os quatro volumes de *L'Internationale: documents et souvenirs* (1864-1878), de James Guillaume, publicados entre 1905 e 1910, e obra *Le Proudhonisme dans l'Association internationale des travailleurs*, de Jules L. Puech, publicada em 1907, estão entre as primeiras publicações do século XX sobre a AIT. Entre 1905 e 1908, Élisée Reclus publicou os 6 volumes da sua obra *L'homme et la terre* e dedicou um capítulo no 5º volume, intitulado *Internationales*, onde abordou a história da Internacional Operária. Posteriormente, foram publicadas as obras de Max Nettlau *Miguel Bakunin, la Internacional y la Alianza en España (1868-1873)*, em 1925, *Bakunin e l'Internazionale in Italia*, em 1928, e *Documentos inéditos sobre la Internacional y la Alianza en España*, em 1930. Na segunda metade do século XX, destacam-se novas publicações de Max Nettlau, como *La Première Internationale en Espagne, 1868-1888*, de 1969, e as publicações das obras de Victor Garcia, *La internacional obrera. Breve recuento histórico del desarrollo de la Primera Internacional*, em 1964, de Marianne Enckell, *La Fédération jurassienne: le origines de l'anarchisme en Suisse*, de 1971, de Carlos Díaz, *La Primera Internacional de Trabajadores*, em 1977, e ainda no campo libertário, entretanto, abordando o que seria uma história geral do movimento operário, há a publicação na década de 1950 dos sete volumes da obra de Georg Douglas H. Cole, *Historia del pensamiento socialista*. E as publicações

mais recentes são as obras organizadas por Francisco Madrid Santos e Claudio VENZA, *Antología documental del anarquismo español. Vol. 1: Organización y revolución: de la Primera Internacional al Proceso de Montjuich (1868-1896)*, publicada em 2001, a já citada obra organizada por Eduardo Colombo, *História do movimento operário revolucionário*, e a obra do historiador anarquista de origem canadense Robert Graham, “*We do not fear anarchy – we invoke it*”: *the First International and the origins of the anarchist movement*, publicada em 2015. As obras de Jean Maitron, *Le mouvement anarchiste en France: des origines à 1914*, publicada em 1975, dos pesquisadores sul-africanos Lucien Van der Walt e Michael Schmidt, *Black Flame: The Revolutionary Class Politics of Anarchism and Syndicalism*, publicada em 2009, e do historiador brasileiro Alexandre Samis, *Negras tormentas*, publicada em 2011, não são especificamente sobre a AIT, entretanto dedicam boa parte de suas pesquisas à história da Internacional. Por último cabe destacar a tese defendida pelo pesquisador brasileiro Andrey Cordeiro Ferreira, apresentada na introdução, intitulada “Anarquismo, pensamento e prática insurgentes: fenômeno da 'Primeira Internacional?'”, da antologia *De baixo para cima e da periferia para o centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin*, organizada por ele e por Tadeu de Souza Toniatti, publicada em 2014.

No início do século XX, as publicações dos tomos da obra de James Guillaume forneceram um verdadeiro documento vivo sobre a história da AIT, por se tratar não somente da reprodução de documentos, mas também por contar com o relato de suas memórias como um dos militantes ativos da Internacional. Entretanto, o anarquista suíço se dedicou a expor e explicar os conflitos e disputas entre comunistas e anarquistas no interior da AIT, ou seja, parte significativa da história da AIT acaba sendo a história do conflito entre essas duas correntes do sindicalismo. Certamente, enquanto um documento vivo, a obra de Guillaume não se resume a esse conflito e, por outro lado, é compreensível sua dedicação ao tema, uma vez que ele e seu companheiro Bakunin foram expulsos da Associação a partir da aprovação de resolução defendida por Marx e seus partidários no Congresso de Haia de 1872. Além disso, há um consenso entre os historiadores de que o conflito entre anarquistas e comunistas selou o destino da AIT, portanto, trata-se de um tema extremamente relevante.

Entretanto, a historiografia do campo libertário e anarquista tendeu a colocar no centro dos debates sobre a Internacional o conflito entre comunistas e anarquistas, ao ponto de negligenciar outros conflitos e divergências no movimento internacionalista dos trabalhadores. O próprio papel da organização internacional dos trabalhadores nas lutas sociais, as contribuições das diversas correntes e tendências do movimento sindical e as lutas travadas contra o capital e o Estado burguês acabam secundarizados pelos historiadores desse campo.

O trecho do texto de Eduardo Colombo, intitulado *Uma história escamoteada*, é elucidativo das preocupações da historiografia libertária e anarquista:

Marx e Engels obstinavam-se em exercer seu controle a partir do Conselho Geral de Londres, mas os congressos mostravam que suas posições não eram majoritárias. O congresso de Lausanne foi sobretudo proudhoniano, o congresso de Bruxelas – realizado em 1868, ano da adesão de Bakunin à Internacional – vira ser abordada pela primeira vez a questão da propriedade coletiva e a recomendação da greve geral contra a guerra, e o congresso de Basileia, onde se pôde ver a influência de Bakunin, era composto por uma maioria coletivista antiautoritária e duas minorias, proudhoniana e marxista. Chega, então, o congresso de Haia (setembro de 1872). Após a tomada de consciência que separa em duas classes antagonistas burguesia e proletariado, após a experiência da profunda incompatibilidade entre a democracia republicana e o socialismo revolucionário, eis que vai se produzir a ruptura radical entre socialistas autoritários e antiautoritários, entre marxistas e anarquistas. (COLOMBO, 2004: 23-24).

O pesquisador libertário está preocupado em estabelecer as diferenças entre marxistas e anarquistas, destacando a atuação privilegiada de Marx e Engels no Conselho Geral e a distância de suas concepções à aquelas resoluções aprovadas nos congressos da AIT, bem como ressaltar a importância e a influência de Bakunin. Certamente, trata-se de uma tentativa de contradizer a historiografia do campo social-democrata e marxista.

Outra tendência do campo libertário e anarquista é buscar em todas as correntes políticas, sejam do interior da AIT ou de outro movimento da história das lutas sociais que, de alguma forma, se opõem às perspectivas comunistas e social-democratas, proximidades com as concepções anarquistas. É o caso das argumentações de Carlos Díaz:

En general, los dirigentes franceses presentes en el Congreso estaban mucho más interesados en las huelgas y en los movimientos de carácter económico que en las refriegas políticas y las alianzas por el poder. Estaban decididos, como reflejan las actas de los debates, a poner punto final a la actitud de los políticos radicales republicanos, que acababan comandando siempre el cotarro. Esto era entre los franceses la actitud mayoritaria, la que seguía a Varlín, que deseaba organizar un movimiento político obrero, autónomo, sin instancias de partido, sin verticalismo, sobre la base de la lucha sindical. Había, sin embargo, también una corriente minoritaria, la dirigida por Tolain, que, pese a propugnar la independencia de los obreros frente a los radicales de izquierda, tenía fe en una especie de sindicalismo político: los sindicatos serían la base para los partidos (sindicales). Como puede apreciarse, los primeros representaban el “sindicalismo revolucionario” de carácter libertario, y los segundos el más moderado “sindicalismo político”, también en el área del anarquismo. (DÍAZ, 1977: 22-23).

A abordagem metodológica de Carlos Díaz é equivocada, pois parte de definições

apriorísticas do que é “libertário” e “anarquismo”, estabelecendo um conjunto de princípios abstratos (autonomia, independência, horizontalidade) que seriam característicos das concepções e práticas libertárias e anarquistas. Assim, os movimentos, correntes, práticas e concepções que, por ventura, manifestem alguns daqueles princípios que o autor considera próximos das noções que ele mesmo definiu, passam a ser enquadradas como libertárias e anarquistas. Ou seja, a defesa de um movimento operário autônomo é interpretada como a construção de um “sindicalismo revolucionário libertário” e a defesa da independência operária dos partidos do republicanismo radical seria um tipo de “sindicalismo político” do campo do anarquismo. Tratam-se de conclusões a partir de noções abstratas e a-históricas, pois desconsideram tanto o anarquismo quanto as ideias libertárias como fenômenos históricos, ao mesmo tempo em que desconsidera as próprias práticas e concepções dos proudhonianos franceses, tanto os coletivistas, que tinham em Varlin seu principal expoente, quanto os mutualistas, cuja referência era Tolain, enquadrando-as arbitrariamente como libertárias e anarquistas.

A historiografia libertária e anarquista manteve-se marginal no campo da história do movimento operário, constantemente procurando se contrapor ao campo social-democrata e marxista, porém não desenvolveu uma metodologia capaz de lançar nova luz sobre a história da AIT, capaz de contar sua história a partir do ponto de vista dos sujeitos coletivos que a construíram. Na verdade, libertários e anarquistas estiveram limitados pelo esforço político-ideológico de encontrar o protagonismo dos militantes ou da ideologia anarquista, secundarizando a própria história da Internacional. Assim, esse campo se manteve à margem tanto dos estudos acadêmicos quanto dos espaços de militância.

Até estudos importantes, como a obra de Marianne Enckell, sobre a Federação Jurassiana, um dos principais redutos anarquistas da AIT, incorrem no mesmo equívoco, pois ficam presos nas polêmicas entre marxistas e anarquistas sem aprofundar as diferenças filosóficas, políticas, estratégicas e programáticas entre essas duas correntes do movimento dos trabalhadores. Enckell narra fatos importantes da constituição da Federação Jurassiana, sua presença no interior da AIT e na Suíça, a importante militância de Guillaume, Bakunin e Adhémar Schwitzguébel⁹, entretanto, alguns aspectos históricos, sociológicos e políticos não são abordados como, por exemplo, a importância da Dupla Greve de Genebra (1868), greve paradigmática do período, na experiência de luta que forjou a militância dos jurassianos.

Não se trata de fazer o caminho inverso, ou seja, negligenciar ou secundarizar os conflitos no interior da AIT, especialmente entre comunistas e anarquistas. Isso não é possível, uma vez que

9 Adhémar Schwitzguébel (1844-1895) foi um anarquista suíço, era relojoeiro gravador. Membro da Internacional e, enquanto militante anarquista, militou ao lado de Bakunin e Guillaume na “Fraternidade” e na Aliança Internacional da Democracia Socialista. Depois da cisão da AIT participa da fundação da Federação do Jura.

tal conflito selou o destino da Internacional e continuou em pauta durante todo o século XX. Trata-se, na verdade, de colocar os conflitos entre as diversas tendências e correntes que participaram da AIT no próprio contexto de construção do movimento da classe trabalhadora da época, aprofundando suas concepções e práticas.

As relações entre o desenvolvimento da AIT e as concepções anarquistas certamente não se limitam às divergências com as concepções comunistas. As teses dos pesquisadores Van der Walt e Schmidt (2009)¹⁰, Ferreira (2014)¹¹ e Graham (2015) propõem abordar a relação entre o anarquismo e a Internacional a partir dos processos históricos das lutas e organizações operárias da Europa do século XIX. Assim, o anarquismo é entendido como um fenômeno da AIT.

That the anarchist movement only emerged as an identifiable and self-identified current, a social movement, and a political force from the late 1860s onward is beyond any serious dispute. Eltzbacher himself stressed that anarchism was a new phenomenon. Notwithstanding their claims that anarchism can be found through out history (and seemingly unaware that they were contradicting themselves), both the standard works on the subject and the mythological histories developed by some of the anarchists made the same point, dating anarchism to the First International, Bakunin, and the Alliance. (VAN DER WALT and SCHIMIDT, 2009: 44).

Por seu turno, Ferreira argumenta que, no interior dos debates e da construção da Internacional, setores da tendência proudhoniana convergiram para a proposta organizativa e programática de Bakunin. O revolucionário russo, ao fugir do exílio na Sibéria, retorna para a Europa em 1864, passando por Paris, Londres e finalmente se instalando em Florença, na Itália. Trata-se de um período de reorganização de sua militância revolucionária que culmina com a formação da corrente coletivista da AIT. Portanto, seria dessa articulação orgânica da corrente coletivista que o anarquismo assume seu papel histórico nas lutas de massa e nos movimentos insurgentes da classe trabalhadora, o que permitiu a continuidade da obra de Proudhon, iniciada ainda nos anos de 1840, num lugar de destaque da retomada da organização e do internacionalismo proletário.

O anarquismo, enquanto teoria e organização revolucionária, se define no interior do movimento de massas formado pela AIT, que seria, naquele contexto, também denominado de bakuninismo. É nesse sentido que a categoria anarquismo é inserida num novo regime de discursividade e historicidade, geradoras de uma experiência histórica particular. Essa primeira ressemantização funde o aspecto negativo da categoria anarquista

10 Na obra *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870–1940: the praxis of national liberation, internationalism, and social revolution*, organizada em conjunto com HIRSCH, Steven Hirsch, Van der Walt (2010) retoma suas teses defendidas em *Black Flame* (2009).

11 As teses de Ferreira foram inicialmente defendidas no artigo “O Anarquismo como fenômeno da Primeira Internacional: origens políticas e teóricas da divisão no movimento operário”, publicado no *Arquivo Bakunin Biblioteca Virtual*, em 2011.

(que designava os que queriam revolucionar sempre) com um aspecto positivo (uma teoria e uma práxis determinada). E foram estes intelectuais, militantes e organizações os construtores dessa categoria anarquismo. (FERREIRA, 2014b, p. 32).

As teses que defendem o anarquismo como um fenômeno da Internacional rompem com praticamente todas as correntes liberais, marxistas e libertárias da historiografia sobre o anarquismo predominantes no século XX e, ao mesmo tempo, lançam um novo olhar sobre a história do sindicalismo. O esforço para contextualizar e identificar os sujeitos concretos inseridos na luta de classes e a utilização de uma abordagem imanente, isto é, mergulhando nas próprias concepções, ideologias e teorias desenvolvidas pelos sujeitos históricos analisados, os levou a conclusões que modificam significativamente toda a compreensão que até o momento se tinha do tema.

1.2. As versões da história oficial da AIT: crítica da historiografia social-democrata e marxista

No campo social-democrata e marxista, os destaques são para as obras de G. M. Stekloff, *History of the First International*, publicada em 1928, de Jacques Droz, *L'Internationale Ouvrière de 1864 à 1920*, publicada em 1965, de Annie Kriegel, *Las Internacionales Obreras (1864-1943)*, publicada em 1968, e o artigo de Orlando Daniel, “A Primeira Internacional na história do movimento operário europeu”, publicado em 1975. Na abordagem do conjunto do movimento operário, os três volumes da obra *Histoire du mouvement ouvrier*, de Édouard Doulléans, publicados em 1948 e 1953, e os quatro volumes da obra *Histoire générale du socialisme*, organizada por Jacques Droz, publicados na década de 1970. Mais recentemente foram publicadas as obras de Henryk Katz, *The Emancipation of Labor: A History of the First International*, em 1992, e as já citadas obras organizadas por Paulo Agüena, *O marxismo e os sindicatos*, e por Macello Musto, *Trabalhadores, uni-vos!: antologia política da I Internacional*. As obras de Drizdo Lozovsky, *Marx e os Sindicatos*, publicada em 1932, de Eric Hobsbawm, *A era do capital: 1848-1875*, de 1977, e de Wolfgang Abendroth, *A história social do movimento trabalhista europeu*, também de 1977, não são estudos específicos sobre a AIT, mas são referências no campo social-democrata e marxista - especialmente a obra de Hobsbawm, cujas teses são amplamente conhecidas e reproduzidas no Brasil. O campo marxista e social-democrata ainda conta com a divulgação de suas teses na forma de verbetes de dicionários, como o *Breve Dicionário Político*, organizado por L. Oníkov e N. Shishlin, cuja edição espanhola foi publicada em 1983, e o *Dicionário do Pensamento Marxista*, organizado por Tom Bottomore, que teve a primeira edição em língua inglesa publicada em 1983. No Brasil destaca-se a obra do sociólogo Giovanni Alves, *Limites do sindicalismo*,

publicada em 2003, que também se ocupa da história da AIT.

A historiografia marxista e social-democrata assumiu, no século XX, o papel de história oficial da AIT, nos termos apresentados por Hobsbawn. A hegemonia política e ideológica que o marxismo e a social-democracia no interior dos movimentos da classe trabalhadora e os espaços ocupados nos campos acadêmicos e científicos, no contexto da Guerra Fria, garantiram, em grande medida, seus lugares como porta-vozes das versões oficiais sobre a história e a memória do próprio movimento dos trabalhadores. Essa posição de destaque exige uma análise mais detalhada das teses marxistas e social democratas sobre a história da AIT.

Em linhas gerais, pode-se argumentar que os historiadores do campo marxista e social-democrata construíram a história da AIT a partir da defesa das seguintes teses: 1) o lugar de destaque da atuação pessoal de Karl Marx na sua construção e consolidação; 2) uma historiografia industrialista e anglocentrada; 3) a defesa da AIT como a Primeira Internacional, cuja continuidade política se expressou na Segunda (1889-1916) e na Terceira (1919-1943) Internacionais.

O papel atribuído a Marx remonta ao lançamento, em 1848, do *Manifesto do Partido Comunista* e à Liga dos Comunistas (1847-1852), como experiências do internacionalismo operário que antecederam a fundação da AIT. Para alguns, não só foram experiências que antecederam a AIT, mas a Internacional seria o resultado delas. É o que conclui o historiador G. M. Stekloff:

“The Address concludes with the same words as the Communist Manifesto: “Proletarians of all countries, unite!” The address drafted by Karl Marx was followed by the Provisional Rules of the International Workingmen’s Association. To the rules, however, was prefixed a preamble (STEKLOFF, 2011 [1928]: 31).

Essa tese foi difundida através do verbete “Liga dos Comunistas” do *Breve Dicionário Político*¹²:

LIGA DE LOS COMUNISTAS: primera organización comunista internacional del proletariado, fundada en 1847 en Londres por Marx y Engels. El lema de la L. de los C. fue “¡Proletarios de todos los países, uníos!”, y su programa, el “Manifiesto del Partido Comunista” escrito por Marx y Engels. Los principales puntos de apoyo de la L. de los C. se encontraban en Londres, París, Bruselas, en L. de los C. se encontraban en Londres, París, Bruselas, en Suiza y Alemania. Los miembros de la Liga tomaron parte activa en la revolución de 1848, sobre todo en Alemania. Marx y Engels se pronunciaron contra las opiniones sectarias y reformistas de algunos miembros de la L. de los C. Después de la detención de la mayoría de los activistas de la L. de los C, en ésta se reforzó la influencia de los oportunistas. En 1852, la Liga proclamó su autodisolución. La L. de los C. fue la primera organización proletaria que actuó sobre la base de los principios del comunismo científico y predecesora de la Primeira

12 A versão em língua portuguesa desse verbete é divulgada pela plataforma virtual Marxist Internet Archive: https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/l/liga_comunistas.htm.

Internacional. (ONÍKOV y SHISHLIN, 1983: 260-261).

Não há dúvidas de que a estratégia do internacionalismo operário estava presente no *Manifesto do Partido Comunista*, mas também outras experiências do internacionalismo operário foram vivenciadas, como destaca Victor Garcia:

No era la primera vez, naturalmente, que los trabajadores se esforzaban em buscar su unidad más allá de los trazados arbitrarios de las fronteras. Una sociedad universal había sido ya propuesta por la enigmática Flora Tristán em 1843, descendiente en línea directa, según ella, de Huayna Capac; Marx y Engels ya lanzan en 1847 el retumbante: Proletarios de todos los países, Uníos; Joseph Dejacque, del que ya hemos tenido ocasión de hablar anteriormente con motivo de las utopías sociales, suscribía, junto con Ernest Coeurderoy y otros, en 1855 el programa de otra Asociación Internacional. Tres años antes, en 1852 Dejacque escribía ¡En pie proletarios, en pie todos y despleguemos la bandera de la guerra social!. (GARCIA, 2003: 12).

De fato, mesmo os adversários de Marx, como Bakunin, reconhecem o papel importante dos esforços do comunista alemão na defesa do internacionalismo operário e no processo de constituição da AIT: “O Sr. Marx, que foi um dos principais iniciadores da Internacional, - eis um título que ninguém lhe contestará” (BAKUNIN, 2015: 393-394). No entanto, como adverte Jacques Droz, “contrairement à ce que l’on dit souvent, la Première Internationale n’est pas l’oeuvre de Marx, mais elle s’est constituée sur l’initiative d’un certain nombre d’ouvriers anglais et français” (1965: 12). Henryk Katz atribui às interpretações precipitadas do seguinte trecho de uma pequena bibliografia de Marx, escrita em 1877 por Friedrich Engels, o equívoco de considerá-lo o fundador da AIT:

In the meantime [during the early 1860s], the workers' movement in the various countries of Europe had once more gained so much strength that Marx could have considered bringing to fulfillment a wish cherished for a long time, the foundation of a Workers' Association embracing the most progressive lands of Europe and America. (ENGELS apud KATZ, 1992: 1).

Outro aspecto a ser problematizado é o papel atribuído a Marx na constituição da Internacional no que diz respeito à autoria da *Mensagem Inaugural* e do *Preâmbulo* dos Estados que fundam a associação. É recorrente na historiografia do campo marxista e social-democrata o destaque do protagonismo do comunista alemão na elaboração desses documentos, como procura argumentar Wolfgang Aberdroth:

Na elaboração dos estatutos e do preâmbulo, em que se formularam os princípios da nova organização, Marx conseguiu impor seus pontos de vista contra os dos seguidores de Owen e de Mazzini. As Palavras à classe trabalhadora, por ele formuladas e que foram as palavras de inauguração da Associação Internacional de Trabalhadores, só continha ponderações a que tanto os adeptos das Trade-Unions como os seguidores do Proudhon ou

Mazzini nada tinham a opor. Invocando ideias dos diferentes líderes operários dos diversos países e trazendo à baila princípios comuns a todos, quis ele dar início a um processo que pudesse dar àqueles, através das experiências colhidas em suas próprias lutas, uma maior unidade teórica e clareza. Expressava-se ali claramente o ponto de partida da totalidade do movimento, ou seja a necessidade da luta comum de classes por parte dos trabalhadores, embora Marx só tivesse podido incluir no programa da Internacional de forma muito condicionada a teoria política e social que apresentou em seu Manifesto Comunista de 1848. Mas, de qualquer forma, se impediu que as ideias mutualistas dos adeptos de Proudhon ou que as ilusões de Mazzini viessem a cunhar o programa. Com emendas apenas de menor monta, o projeto de Marx dos estatutos e das palavras inaugurais da Associação Internacional de Trabalhadores foi aprovado unanimemente. O preâmbulo constitui um documento de importância histórica muito especial para o movimento trabalhista. (ABERDROTH, 1977: 35).

Essa narrativa também foi reproduzida em forma de verbete, escrito por Monty Johnstone, para o *Dicionário do pensamento marxista*:

Marx reconheceu, de imediato, que “estavam em causa ‘poderes’ reais”, mas que “levaria tempo para que o movimento renascido permitisse a velha ousadia da palavra”. (Carta de Marx a Engels, 4 de novembro de 1864) que tinha caracterizado a organização dirigente internacional de menor amplitude, a Liga dos Comunistas, liderada por ele e Engels entre 1847 e 1852. Por isso, Marx redigiu e conseguiu a aprovação de um Manifesto de lançamento e de Estatutos concebidos de modo a proporcionar as bases para a cooperação tanto com os líderes liberais dos sindicatos ingleses como com os adeptos de Proudhon, Mazzini e Lassalle, na França, na Itália e na Alemanha. (JOHNSTONE: 2001, 195).

As publicações da *Mensagem Inaugural* e do *Preâmbulo* na conhecida coletânea de *Obras escolhidas* de Marx e Engels contribuíram para lançar uma confusão em torno da autoria dos mesmos, pois tais publicações não são acompanhadas da devida contextualização. Na verdade, as notas explicativas tendem a reproduzir a versão do papel central de Marx na elaboração dos documentos. Na sua edição portuguesa, publicada em 1982 pela editora Edições Progresso Lisboa – Moscovo, hoje disponível no Marxist Internet Archive, há a seguinte nota explicativa:

Em 28 de Setembro de 1864 teve lugar uma grande reunião pública internacional de operários no St. Martin's Hall de Londres; nela foi fundada a Associação Internacional dos Trabalhadores (mais tarde conhecida como Primeira Internacional) e eleito um Comité provisório, que contava Karl Marx entre os seus membros. Marx foi depois eleito para a comissão designada a 5 de Outubro, na primeira sessão do Comité, para redigir os documentos programáticos da Associação. A 20 de Outubro a comissão encarregou Marx de rever o documento por ela preparado durante a doença de Marx e redigido no espírito das ideias de Mazzini e Owen. Em lugar desse documento, Marx escreveu de facto dois textos inteiramente novos — a Mensagem inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores e os

Estatutos Provisórios da Associação —, que foram aprovados na sessão da comissão de 27 de Outubro. Em 1 de Novembro de 1864 a Mensagem e os Estatutos foram ratificados por unanimidade pelo Comité provisório, que se constituiu em órgão dirigente da Associação. Este órgão, que entrou na história como Conselho Geral da Internacional, foi predominantemente denominado Conselho Central até finais de 1866. Karl Marx foi de facto o dirigente do Conselho Geral. Foi o seu verdadeiro organizador, o seu chefe, o autor de numerosas mensagens, declarações, resoluções e outros documentos do Conselho. Na Mensagem Inaugural, primeiro documento programático, Marx conduz as massas operárias à ideia da necessidade de tomar o poder político, de fundar um Partido proletário independente e de assegurar a união fraterna entre os operários dos diferentes países. Publicada pela primeira vez em 1864, a Mensagem Inaugural foi muitas vezes reeditada ao longo de toda a história da Primeira Internacional, que deixou de existir em 1876. (MARX e ENGELS, 2006)¹³.

Por sua vez, na edição brasileira da mesma ontologia, publicada na década de 1980 pela editora Alfa-Omega, a nota explicativa a respeito da *Mensagem Inaugural* é extremamente superficial, limitando-se a afirmar que o texto foi escrito por Marx entre 21 e 27 de outubro de 1864, posteriormente publicado em inglês em novembro e em alemão em dezembro do mesmo ano. Ainda esclarece que a tradução para a edição brasileira foi feita da edição soviética das *Obras escolhidas*, publicada em inglês no ano de 1950 (MARX e ENGELS, s/d: 321).

É importante destacar que na década de 1950 os institutos do marxismo-leninismo dos comitês centrais dos partidos comunistas das antigas União Soviética e Alemanha Oriental iniciaram as publicações em inglês dos 50 volumes de *Collected works of Marx e Engels*, cujo primeiro volume foi publicado em 1975¹⁴. As publicações do Institute of Marxism-Leninism (IML) forneceram não somente os textos base em inglês para as traduções para outras línguas, mas também importantes versões da participação de Marx na elaboração dos documentos de fundação da AIT, conforme pode-se comprovar nas notas explicativas “1”, referente à *Mensagem Inaugural*, e “11”, referente ao *Preâmbulo* (conferir MARX e ENGELS, 1985a: 449-51 e 452). O IML

13 Conferir <https://www.marxists.org/portugues/marx/1864/10/27.htm#tn1>.

14 Na *General Introduction* do primeiro volume de *Marx Engels Collected Works* encontra-se a seguinte explicação sobre o processo de publicação dos volumes: “The undertaking of collecting together and publishing the complete works of Marx and Engels was begun on a broad scale in the twenties of this century in the Soviet Union. In 1927, the Marx-Engels Institute in Moscow launched the publication in the original languages of Marx/Engels, *Gesamtausgabe*, initially under the general editorship of D. Ryazanov and later under the editorship of V. Adoratsky, a project that was never completed. A Russian edition was commenced and published between the years 1928 and 1947. A second Russian edition was launched in 1955, embodying an all-round study by the Institute of Marxism-Leninism of the Central Committee of the Communist Party of the Soviet Union of everything by then discovered written by Marx and Engels, of all the documents having any bearing on their work, and also of newspapers and periodicals in which their works were published in their lifetime. This edition at present consists of 39 basic and 4 supplementary volumes (47 books in all, since some of the volumes are published in two or more parts). Following this, the further labours of the Institute of Marxism-Leninism of the Central Committee of the Socialist Unity Party of Germany in Berlin led to the publication, beginning in 1956, of Marx/Engels, *Werke*. It also comprises 39 basic and 2 supplementary volumes (44 books in all)”. (MARX e ENGELS, 1975, XVIII).

publicou na década de 1960 quatro volumes das atas do Conselho Geral da AIT (o 5º volume foi publicado posteriormente em 2000), onde, no volume 1, publicado em 1962, constam entre os documentos a *Mensagem Inaugural* e o *Preâmbulo* seguidos de suas respectivas notas explicativas, notas “302” e “303” (IML, 1962, 277, 288, 436-437).

Publicações recentes da *Mensagem Inaugural* reproduzem a mesma narrativa em suas notas explicativas, como se observa na publicação de documentos e texto da AIT organizadas por Marcello Musto em 2014, cuja nota número “1” afirma:

Escrito entre 21 e 27 de outubro de 1864, o texto foi aprovado pelo Conselho Geral em sua sessão de 1º de novembro e publicado três meses depois, no hebdomadário londrino The Bee-Hive. Mais tarde, no mesmo mês, foi publicado, juntamente com os estatutos da organização, numa brochura intitulada *Address and Provisional Rules of the Working Men's International Association* [Mensagem e Normas Provisórias da Associação Internacional dos Trabalhadores]. Karl Marx (1818-1883) era o cérebro da AIT. Ele escreveu todas as suas principais resoluções, integrou o Conselho Geral desde sua fundação até 1872 e participou nas duas conferências de Londres (1865-1871) e no Congresso de Haia (1872). (MUSTO, 2014: 93).

Em relação ao *Preâmbulo dos Estatutos*, narrativa da historiografia marxista e social-democrata, segue a mesma tendência, centrada na pessoa de Marx:

Os Estatutos Gerais foram adoptados em Setembro de 1871 na Conferência de Londres da Associação Internacional dos Trabalhadores. Na sua base encontravam-se os Estatutos Provisórios elaborados por Marx em 1864 ao ser fundada a Primeira Internacional (ver nota 1). Em Setembro de 1872, o Congresso da Haia adoptou uma resolução, redigida por Marx e Engels, sobre a inclusão nos Estatutos, depois do artigo 7, do artigo adicional, 7a, «Sobre a acção política da classe operária». (MARX e ENGELS, 2006).¹⁵

A edição brasileira das *Obras escolhidas* segue a mesma narrativa explicativa sobre a elaboração do *Preâmbulo* (MARX e ENGELS, s/d: 322 e 325). Por último, cabe destacar a nota explicativa da recente publicação brasileira do *Preâmbulo*: “resolução aprovada no Congresso de fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores, elaborada por K. Marx, setembro de 1864” (nota “18”, AGUENA: 2008, 247).

Até mesmo aspectos referentes ao entendimento e uma suposta lucidez sobre o projeto da Internacional é destacada pelos historiadores, como faz o pesquisador português Daniel Orlando:

Do comité provisório encarregado de redigir os estatutos, não faziam parte somente ingleses e franceses (respectivamente 21 e 9), mas também alemães, italianos, polacos e suíços. Talvez seja essa a razão que levou Engels a afirmar que Marx foi o único entre os participantes no “meeting” que compreendeu nitidamente o que se passava e o que deveria ser fundado.

15 Conferir <https://www.marxists.org/portugues/marx/1871/10/24.htm#tn9>.

(DANIEL, 1975: 752).

Considerando que a obra de Stekloff foi publicada em inglês no ano 1928, é possível afirmar que ela forneceu uma das principais versões e teses do campo social-democrata e marxista acerca do papel de Marx na construção da AIT¹⁶, reproduzidas pela maioria dos historiadores desse campo aqui pesquisado (Abendroth (1977), Aguena (2008), Bottomore (2001), Daniel (1975), Hobsbawm (1977), Musto (2014), Kriegel (1986), Lozovsky (1978), Oníkov e Shishlin (1983)), seja na forma de pesquisas históricas, seja na forma de manuais e verbetes de dicionários políticos. Da mesma forma, as publicações do Institute of Marxism-Leninism forneceram os subsídios e as versões sobre a história da AIT, utilizando-se de duas fontes: as atas das reuniões do Conselho Geral e as cartas de Marx, especialmente a carta endereçada a Engels em 4 de novembro de 1864¹⁷. Entretanto, as versões elaboradas pelos pesquisadores social-democratas e marxistas assumiram características próprias, centradas na personalização da figura de Marx, uma vez que o comunista alemão é o único dos nove membros da subcomissão eleita pra elaborar os estatutos que é identificado nominalmente, destacando-se a sua individualidade, enquanto que os demais são identificados somente pelas suas filiações político-ideológicas, a saber owenistas, mazzinistas, *trade-unionistas*, cartistas, ou seja, suas individualidades são substituídas pelas suas filiações político-ideológicas.

O destaque da figura pessoal de Marx é acompanhado de diversas afirmativas que o exaltam: “Karl Marx foi de facto o dirigente do Conselho Geral. Foi o seu verdadeiro organizador, o seu chefe” (MARX e ENGELS, 2006); “Marx conseguiu impor seus pontos de vista contra os dos

16 Stekloff relata da seguinte maneira a atuação de Marx na fundação da AIT e na elaboração da *Mensagem Inaugural* e do *Preâmbulo*: “After the speeches, the meeting unanimously adopted a resolution to found an international organisation of the workers. The centre was to be in London. A committee of twenty-one members was elected, and was instructed to draft rules and constitution. Most of the British members of the committee were noted trade-union leaders like Odger, Howell, Osborne, and Lucraft; and among them were sometime Owenites and Chartists. The French members were Denoual, Le Lubez, and Bosquet. Italy was represented by Fontana. Other members were: L. Wolff (Mazzini’s secretary), Eccarius, and occupying a modest position at the foot of the list, “Dr. Marx,” the soul and the future chief of the International. The committee met on October 5th, co-opted additional members representing various nationalities (thus creating a temporary executive which became known as the General Council) and collected for preliminary expenses. Such were the slender financial resources with which these bold innovators initiated their attempt to subvert the old world and to set mankind free! The initial step was to outline the program and to draft the rules and constitution of the International Workingmen’s Association. One scheme was presented by Major L. Wolff, Mazzini’s secretary, who had translated it from the rules and constitution of the Italian Workingmen’s Association (a Mazzinist organisation); a second was drafted by Weston, the veteran Chartist; a third by Le Lubez. Marx rejected them all, as unsuitable to the needs of the contemporary working class-movement. A fourth scheme presented by Marx himself, was adopted after long and animated discussion. This was the basis of the General Council’s activities. The Address and Provisional Rules of the International Workingmen’s Association (London, 1861) were drafted by Marx. The Address summarised the results of the historical experience of the working class, and, examining the daily life of the workers, inferred from this study the methods the proletariat must adopt in the struggle on behalf of its interests as a class. In its opening paragraph, the Address, basing its deductions upon British experience, showed that there had been no improvement in the condition of the working class during the period from 1848 to 1864, although the wealth of the capitalists had enormously increased during this very period. Two bright lights shone through the darkness of the period”. (STEKLOFF, 2011 [1928]: 29-30).

17 Karl Marx. “Marx to Engels”, 04 November, 1864. In: Karl Marx & Frederick Engels. *Collected works: Volume 41 Marx and Engels – 1860-1864*. Moscow: Progress, 1985b, pp. 11-19. Uma tradução em português da referida carta foi publicada pela Revista *Marx e o Marxismo*, v.2, n.3, ago/dez 2014, pp. 438-447.

seguidores de Owen e de Mazzini” (ABERDROTH, 1977); “El problema de las relaciones mutuas entre la economía y la política, surgía siempre ante Marx y la Iª Internacional, por él dirigida” (LOZOVSKY, 1978: 2); “Foi Marx quem deu uma finalidade clara à Internacional, quem realizou um programa político não excludente (...). Marx foi a alma política de seu Conselho Geral (MUSTO, 2014: 23); “Era organizada pela Associação Internacional dos Trabalhadores, a Primeira Internacional de Karl Marx (1864-72). A Internacional, fundada em Londres e rapidamente passada às mãos capazes de Karl Marx” (HOBSBAWN, 1977: 124-125). Assim, de todos os personagens históricos que contribuíram coletiva e individualmente para a fundação e consolidação da AIT, apenas Marx tem suas qualidades individuais ressaltadas, como uma figura singular. Como se vê, a historiografia do campo social-democrata e marxista forja uma narrativa mítica, na qual Marx teria um papel heroico e, como todo “herói”, enfrentou e derrotou seus “antagonistas”, isto é, o papel atribuído aos owenistas, mazzinistas, proudhonianos, lassallianos e, principalmente, a Bakunin – o outro personagem histórico que mereceu algum destaque individual desse campo da historiografia da AIT.

O seguinte trecho da obra de Hobsbawn sintetiza bem as versões predominantes do campo social-democrata e marxista:

A Internacional, fundada em Londres e rapidamente passada às mãos capazes de Karl Marx, começou como uma curiosa combinação de líderes sindicalistas ingleses insulares e liberal-radicais, misturados ideologicamente com militantes sindicalistas franceses bem mais esquerdistas, e um *staff* de velhos revolucionários do continente de visões bem variadas. Suas batalhas ideológicas iriam eventualmente arruiná-la. Já que foram suficientemente revistas por muitos outros historiadores, não há necessidade de nos determos muito neste aspecto. Falando de forma geral, a primeira grande luta entre os “puros” (isto é, os liberais ou radical-liberais) sindicalistas e aqueles com perspectivas mais ambiciosas de transformação social foi ganha pelos socialistas (embora Marx tivesse o cuidado de manter os ingleses fora das lutas do continente). Em seguida Marx e seus seguidores confrontaram (e derrotaram) os seguidores do “mutualismo” de Proudhon, artesãos antiintelectuais e com uma consciência de classe militante, para depois enfrentar o desafio de Michel Bakunin (1814-76) e sua aliança anarquista. Incapaz de manter controle sobre a Internacional por mais tempo, Marx condenou-a ao transferir seus escritórios para Nova York. Entretanto, por este tempo, a base da grande mobilização da classe trabalhadora, da qual a Internacional era parte e de certa forma coordenadora, já havia de qualquer forma se estabelecido. Portanto, como se veria, as ideias de Marx haviam triunfado. (HOBSBAWN, 1977: 125).

O historiador inglês termina sua narrativa da mesma forma que começa, centrada na pessoa de Marx, destacando suas qualidades individuais, enquanto a diversidade e a complexidade dos

militantes, organizações, experiências e concepções que confluíram para a fundação da Internacional é vista como algo “curioso”. Ele também não poderia deixar de citar os antagonistas do comunista alemão, os mutualistas e o anarquista russo, esse último merecendo a identificação individual e nominal, enquanto os militantes dos movimentos operários ingleses e franceses, que de fato protagonizaram a articulação e a organização do encontro de fundação, não mereceram a mesma deferência.

As correntes e tendências do movimento operário que se confrontaram com a tendência comunista foram descritas pejorativamente como seitas, ou seja, seriam organizações que, segundo Michael Löwy defenderiam interesses *particulares*, nesse sentido sectários, enquanto que o partido comunista defenderia interesses *universais* (LÖWY, 2015: 232). Essa qualificação é iniciada pelo próprio Marx no processo de esclarecimento desses conflitos e, principalmente, na sua justificativa para a cisão da AIT, como argumenta em carta endereçada a Friedrich Bolte (1933-?), alemão emigrado para os EUA onde atuou como membro do Conselho Geral pós-cisão da AIT (1872-1874):

A Internacional foi fundada para pôr no lugar das seitas socialistas ou semi-socialistas a organização real da classe operária para a luta. Os Estatutos originais, bem como a “Mensagem Inaugural” mostram isto à primeira vista. Por outro lado, a Internacional não teria podido afirmar-se se a marcha da história não tivesse já destruído o sistema de seitas. O desenvolvimento do sistema de seitas socialista e o desenvolvimento do movimento operário real estão sempre na relação inversa. Enquanto as seitas se justificarem (historicamente), a classe operária está ainda imatura para um movimento histórico autónomo. Logo que ela atingir essa maturidade, todas as seitas serão essencialmente reaccionárias. Entretanto, repetiu-se na história da Internacional aquilo que a história mostra em toda a parte. O antiquado procura reproduzir-se e afirmar-se no interior da forma recém-alcançada. (MARX, 2012 [1871]).

Qualificar mutualistas, proudhonianos, lassallianos e bakuninistas como seitas impôs um reducionismo explicativo das concepções e práticas dessas correntes, pois simplesmente anunciá-las como seitas seria suficiente para entendê-las. A consequência foi o obscurantismo lançado sobre tais correntes, pouco ou nada conhecidas.

A segunda característica da historiografia social-democrata e marxista é o entendimento do desenvolvimento industrial como categoria explicativa da fundação da AIT, isto é, o desenvolvimento da indústria capitalista moderna como fator explicativo para decisão política dos trabalhadores de fundar uma organização internacional.

Fazer a história da Primeira Internacional, quer dizer a análise do seu

processo de desenvolvimento, seria ao mesmo tempo considerá-la em si-própria e na sua relação com o que se encontra na sua origem, conservação e fim, que se apresenta portanto primeiro como causa, mas que resulta também como efeito do movimento operário, nos diferentes países europeus, no começo da segunda metade do século XIX. Mas a história em aparência autônoma do movimento operário não tem finalmente nenhum sentido senão em relação com a história do desenvolvimento do capitalismo. (...) Assim, a história da Primeira Internacional e a história dos movimentos operários dos vários países europeus, não se podem explicar ao nível dos seus próprios acontecimentos, que não são senão o efeito da história do desenvolvimento do modo de produção capitalista. (...) O facto de o capitalismo ter atingido um estágio mais avançado em Inglaterra e na França fundou “naturalmente” a solidariedade entre o movimento operário francês e o inglês. (DANIEL, 1975: 751-752).

Nessa abordagem, o desenvolvimento industrial capitalista não é entendido como o contexto no qual se desenvolveu, dialeticamente, mas sim o fator quase autoexplicativo, “natural”, da articulação internacional entre trabalhadores ingleses e franceses que culminou com a Internacional. O protagonismo coletivo da classe operária é substituído pelo desenvolvimento das forças produtivas do capital.

Mais do que um determinismo industrialista, o campo social-democrata e marxista ficou preso em explicações anglocentradas, quer dizer, explicações presas ao fato da Inglaterra do século XIX ter sido a maior potência industrial do planeta. O industrialismo anglocentrado é bem explícito na obra de Stekloff:

As another of the harbingers of the International may be regarded an extraordinarily interesting organisation which was at work in England during the forties and fifties. It was on British soil that the First International came into being, and this was no chance matter. In the first half of the nineteenth century, capitalist development was more advanced in Britain than anywhere else in the world. It was in England that there occurred the most vigorous development of the working-class movement of those days, a movement which in the form of Chartism was the precursor of the future international social democracy. “Till far on into the seventies,” writes Rothstein (p.2), “England, where modern class contrasts had first made their appearance, remained the land where these contrasts were most marked. In England, therefore, all the most important forms of the proletarian class-struggle first broke out. England was the first country to offer history a political movement of the proletariat as a class. The working class was organised into trade unions in England before anywhere else in the world. It was in the consciousness of the British proletariat that first took place the elaboration of a clear conception of the class war as a historical factor and as a tactical principle. Moreover, last but not least, it was precisely in England that the proletariat did not merely develop the keenest sense of its solidarity with its foreign brethren, but also became aware how essential to success in the struggle with bourgeois society was a co-ordination of effort

based upon this solidarity.” The beginnings of internationalist sentiment and the awareness of the international solidarity of the workers developed in Britain, simultaneously with the development of class consciousness in general, during the thirties, at the time of the heroic struggle of the British proletariat for democratic electoral rights. (STEKLOFF, 2011 [1928]: 15).

O historiador russo, como se vê, considera que o dinamismo das organizações dos trabalhadores ingleses do século XIX se explica pelo grau de desenvolvimento econômico industrial do país. Portanto, para Stekloff, o movimento operário inglês era o mais “avançado”, o mais “consciente” porque correspondia à classe trabalhadora da nação capitalista mais “avançada”.

Não há dúvidas de que a Inglaterra foi a principal potência econômica e imperialista do século XIX, de maior crescimento e de produção industrial. Todavia, também é verdade que todas as nações europeias passaram, no mesmo período, por um significativo crescimento urbano-industrial, além disso, é fundamental o entendimento do sistema capitalista como um sistema mundo, na verdade, como o único sistema mundo que desenvolveu uma economia-mundo, segundo Immanuel Wallerstein (1984; 2011), ou seja, deve-se considerar a divisão internacional do trabalho e as suas contradições, as relações de subordinação entre as nações imperialistas e as nações periféricas e semiperiféricas e o processo global de acumulação de capitais sob o domínio das nações imperialistas. Assim, a teoria do sistema mundo não está limitada em classificar as nações em “capitalistas avançadas” ou “capitalistas atrasadas”, mas sim em procurar entender o lugar de cada nação no sistema mundo, ou seja, no processo de acumulação internacional de capitais e as relações de dominação entre as nações.

No que diz respeito à tese de que era na Inglaterra que se encontrava o movimento operário mais “avançado”, trata-se muito mais de uma defesa política e ideológica de um modelo específico de organização, de concepção e de luta operária do que de conclusões de uma pesquisa científica. Assim, o *trade-unionismo* e o cartismo constituíam formas específicas do movimento operário, resultante das experiências de luta da classe trabalhadora inglesa. Apesar de suas especificidades, também possuíam semelhanças com o movimento operário das demais nações europeias. Por isso, o presente estudo não pressupõe a existência de movimentos mais avançados, mas sim de diferentes modelos de organização e de luta operária.

Para Giovanni Alves, o industrialismo inglês ocupa também um lugar central para o desenvolvimento da teoria marxista, pois

as seis semanas de observação no mais desenvolvido dos países capitalistas permitiam a Marx ter uma ideia mais concreta dos fenômenos característicos da sociedade capitalista, em particular, distinguir as várias formas que o movimento operário poderia assumir, que, noutros países, como França e principalmente Alemanha, só poderia observar sob formas menos claras,

menos acabadas. (ALVES, 2003: 108-109).

Portanto, o sociólogo brasileiro atribui ao industrialismo inglês uma dimensão epistemológica, ou seja, a teoria marxista sobre o sistema capitalista, as classes sociais, a organização e a consciência operária e sobre a revolução social não teria compreendido, na sua totalidade, nem o capitalismo e nem o movimento operário da época sem a pesquisa realizada por Marx na Inglaterra. Alves chega a essa conclusão considerando a comparação com outras nações imperialistas, como França e Alemanha, que rivalizavam com a Inglaterra, em que as experiências das organizações e lutas operárias constituíram importantes modelos do movimento sindical.

No que diz respeito à teoria das classes sociais, a concepção marxista vem sofrendo críticas elaboradas por diversos estudiosos, mas três deles merecem destaques na presente pesquisa, uma vez que são estudiosos dos movimentos dos trabalhadores: o sociólogo russo, radicado na França, Georges Gurvitch (1973); o historiador norte-americano Bernard H. Moss (1980) e o historiador e diretor do Instituto Internacional de História Social (IIHS), de Amsterdã, Marcel van der Linden (2008).

Gurvitch analisa o desenvolvimento e a evolução da teoria das classes sociais nas obras de Marx, desde seus primeiros trabalhos nos anos de 1840 até a sua obra mais importante, *O capital*, bem como nas obras de outros teóricos da tradição marxista, como Engels, Lenin, Kautsky e Lukács. Assim, o sociólogo russo conclui que na teoria marxista predomina um determinismo econômico na definição das classes sociais, o que provoca uma secundarização de outras variáveis de caráter social e cultural capazes de determinar agrupamentos sociais específicos:

A teoria do materialismo histórico ou do materialismo dialético – compreendida no sentido em que as forças produtivas e as relações de produção, graças ao papel desempenhado nesta por tal classe, determinam o nível e o gênero de vida, a consciência de classe, a ideologia, as obras culturais, as atitudes políticas e enfim a posição social e o prestígio duma classe – parecia dispensar a análise dum agrupamento particular e a que gênero de agrupamentos pertence uma classe social. (GURVITCH, 1973: 105).

A crítica de Bernard Moss é elaborada a partir dos seus estudos sobre o movimento da classe operária francesa entre 1830 e 1914, segundo os quais a classe operária, tal qual idealizada pelo marxismo, a “moderna classe trabalhadora” formada pelos operários fabris da grande indústria, constituiu na Europa do século XIX a minoria dos trabalhadores.

The Marxist definition of class contains enough ambiguity to enliven controversy over which sectors of the work force actually belong to the working class. Historically, Marxists have included all production workers in industry and transport, but especially those engaged in large-scale factory production characterized by the extensive use of machinery, division of

labor, military discipline, and destruction of skill. The problem with the *Manifesto's* definition of a “modern working class” is that it excludes the majority of workers in the nineteenth century, the real objects of Marx's work and action. This proletariat was composed for the most part of highly skilled workers in small-scale or semiartisanal production where there was little machinery, division of labor, or factory discipline. (MOSS, 1980: 1-2).

Van der Linden desenvolve uma crítica semelhante, apontando o que seria um conceito restrito de classe social, mas partindo de estudos dedicados à pesquisa das fronteiras entre o trabalho assalariado livre, trabalho por conta própria e o trabalho compulsório na Ásia, África e América Latina. Seu argumento se baseia na interpretação da tese marxista de que “only the labor power of free wage laborers is commodified”, ou seja, “it implies the “real” working class in capitalism can only consist of such workers” (VAN DER LINDEN, 2008: 18-19), ou seja, essa tese exclui da categoria de classe trabalhadora toda a força de trabalho explorada fora do regime de assalariamento. Assim, defende que o trabalho assalariado é apenas uma das múltiplas formas de mercantilização e exploração da força de trabalho, por isso, propõe o conceito de classes subalternas, numa tentativa de ampliar o conceito de classe trabalhadora, aproximando o assalariado dos demais trabalhadores.

The analysis so far indicates that the boundaries between “free” wage laborers and other kinds of subaltern workers in capitalist society are in reality rather nely graded or vague. Firstly, there are extensive and complicated “grey areas” replete with transitional locations between the “free” wage laborers and the slaves, the self-employed and the lumpenproletarians. Secondly, almost all subaltern workers belong to households that combine several modes of labor. Thirdly, individual subaltern workers can also combine different modes of labor, both synchronically and diachronically. And nally, the distinction between the different kinds of subaltern workers is not clear-cut (...). In truth, there is a large class of people within capitalist society, whose labor power is commodified in many different ways. That is why I refer to the class as a whole as the subaltern workers. They make up a variegated group, including chattel slaves, share-croppers, small artisans and wage earners. It is the historical dynamics of this “multitude” that I think labor historians should try to understand. (VAN DER LINDEN, 2008: 32).

Pode-se afirmar que Gurvitch, Moss e Van der Linden entendem que a noção de proletariado em Marx, como o produto mais autêntico do desenvolvimento da grande indústria (MARX e ENGELS, 1998: 18), parte da determinação econômica, do desenvolvimento das forças produtivas visível no crescimento industrial, o que levou à elaboração de uma noção restritiva da classe trabalhadora, cujo centro é o operário fabril de modo que os demais trabalhadores não-assalariados estariam condenados à proletarização. Portanto, a partir dessas críticas, o industrialismo aparece

como determinante para o conceito de classe trabalhadora na teoria marxista.

A terceira e última característica aqui destacada é a tese de que a AIT teria sido a Primeira Internacional, cuja continuidade teria sido garantida nos projetos da Internacional Social-Democrata, a Segunda Internacional (1889-1916) e na Internacional Comunista, a Terceira Internacional (1919-1943). Esse é um entendimento predominante na historiografia social-democrata e marxista, mesmo entre aqueles historiadores que tem uma posição mais crítica, como Édouard Dolléans (2003b), Jacques Droz (2012 [1965]) e Herynk Katz (1992), que também acabam aceitando a identificação da AIT como a Primeira Internacional.

De fato, os historiadores do campo social-democrata e marxista entendem que há diferenças entre as três organizações de caráter internacional, entretanto, conforme se pode observar no trecho da historiadora Annie Kriegel, predomina a tese de que teria ocorrido uma evolução do internacionalismo operário como resposta às próprias mudanças de conjuntura e das exigências do conflito de classe e dos processos revolucionários:

De hecho, pues, la Internacional es el supuesto primero del que se desprende, por razones secundarias de práctica política, el establecimiento de secciones nacionales. Tal fue la filosofía de la Internacional. Ahora bien, este partido proletario mundial fue aniquilado por la desigual aceleración de las sociedades europeas y, por ello, fue establecida la II Internacional, federación de partidos nacionales, como recurso arbitral para desgajar las fórmulas de conciliación entre las realidades nacionales y la empresa común de revolución mundial. Experiencia de nuevo desafortunada: en vez de la revolución mundial, sobrevino la guerra mundial. Volviendo, pues, a las fuentes doctrinales del internacionalismo proletario, la III Internacional se situaba, por encima de todo, en la perspectiva de una revolución mundial a corto plazo: la ironía de la historia quiso que, por el sesgo de la revolución rusa, no tardara en identificarse con un régimen marcado por la especificidad rusa. (KRIEGEL, 2012 [1986]: 7).

Entretanto, a AIT foi uma organização, conforme o presente estudo pretende comprovar, de experiência única em suas concepções, características e estrutura, ou seja, uma organização internacional de trabalhadores organizados em seções locais, com um conselho geral e congressos anuais com delegados eleitos, que aglutinou uma complexa pluralidade de correntes e tendências do movimento da classe trabalhadora em torno da defesa de que “a emancipação dos trabalhadores, será obra dos próprios trabalhadores”. Esses aspectos não se repetiram nas experiências seguintes, por isso, reivindicar a continuidade da AIT nas internacionais social-democrata e comunista é uma tese artificial e a nomenclatura que enumera essas distintas organizações, Primeira, Segunda e Terceira, é tão somente uma convenção do campo social-democrata e marxista que permite um discurso de autoridade na história do movimento dos trabalhadores.

1.3. Em defesa de uma história contada de baixo para cima

A historiografia da Internacional escrita pelos campos libertário e anarquista e social-democrata e marxista não conseguiram, de maneira satisfatória, contar a história da organização tendo como centro o protagonismo dos próprios trabalhadores, suas experiências e concepções coletivas. No campo libertário e anarquista, destaca-se a obra de Guillaume que, não por acaso, esteve entre aqueles que protagonizaram a história da AIT. Já no campo da historiografia memorialista, autores como Malon enunciaram a perspectiva político-metodológica centrada no protagonismo popular e na abordagem coletiva, porém, conforme a análise crítica feita até aqui, o que domina na historiografia da AIT é uma história escrita sem a metodologia de pesquisa e a teoria capazes de recolocar a classe trabalhadora, enquanto coletividade complexa e diversa, como protagonista.

Walter Benjamin (1994), na sua filosofia da história, assevera que a historiografia, fatalmente, tem empatia pela história dos vencedores, ou seja, a história é contada a partir dos interesses e das concepções das classes dominantes. Há, portanto, a necessidade de se romper com a história dos vencedores e contá-la do ponto de vista dos vencidos, quer dizer, a partir dos interesses e das concepções das classes subalternizadas. Esse é o desafio colocado diante dos pesquisadores, historiadores, sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, entre outros, que se dedicam a contar a história da classe trabalhadora e de suas experiências organizativas.

Entretanto, ter por objeto de pesquisa histórica a classe trabalhadora não significa contar a história do ponto de vista dos vencidos, pois, como argumenta Georges Haupt, “o silêncio, a ocultação, 'o procedimento favorito do poder', nos dispositivos de controle do passado, não foi e não é monopólio das classes dirigentes” (HAUPT, 2010: 47). Portanto, escrever a história do ponto de vista dos vencidos significa, na verdade, optar por uma determinada perspectiva filosófico-política e por uma abordagem teórico-ideológica onde as classes subalternas assumem o papel de protagonistas de sua própria história. Trata-se, conseqüentemente, de se contar a história de baixo para cima, conforme propõe Bakunin no seu projeto de uma filosofia racional/ciência social revolucionária:

A filosofia racional ou ciência universal não procede aristocraticamente, nem autoritariamente como a falecida metafísica. Esta se organiza sempre de cima para baixo, por via de dedução e de síntese, pretendendo também reconhecer a autonomia e a liberdade das ciências particulares, mas na realidade incomodava-as horripelmente, até o ponto de lhes impor leis e até mesmo fatos que, frequentemente, era impossível encontrar na natureza, e de impedi-las de se entregar a experiência cujos resultados teriam podido

reduzir todas as suas especulações ao nada. A metafísica, como se vê, opera segundo o método dos Estados centralizados. A filosofia racional, ao contrário, é uma ciência democrática. Organiza-se de baixo para cima livremente, e tem por fundamento único a experiência. *Nada do que não foi realmente analisado e confirmado pela experiência ou pela mais severa crítica pode ser por ela aceito.* (BAKUNIN, 1988: 44-45).

O bakuninismo, enquanto uma corrente filosófico-política e teórico-ideológica, fornece o aparato teórico-metodológico para a construção de uma história de baixo para cima, centrada nas experiências de lutas, resistências e organizações da classe trabalhadora, na qualidade de sujeitos históricos responsável pela construção de sua própria história. Portanto, opção pelos referenciais teóricos do bakuninismo, a dialética serial e o materialismo sociológico, significa a opção pelos fundamentos epistemológicos permitem interpretações e explicações dos fenômenos sociais e históricos que rompem com os paradigmas da ordem, notadamente as teorias evolucionistas, funcionalistas e estrutural-funcionalistas (FERREIRA, 2013b).

A dialética serial foi desenvolvida na obra do anarquista francês Pierre-Joseph Proudhon. Segundo o sociólogo Georges Gurvitch, a dialética proudhoniana se opõe à dialética tricotômica hegeliana, uma vez que se trata de uma “*dialética antinômica, negativa, antitética*, que rejeita qualquer síntese”, “um método dialético que procura buscar *a diversidade em todos os seus detalhes*” (GURVITCH, 1987: 100). Nessa abordagem, os fenômenos sociais e históricos, as instituições e coletividades possuem, contraditoriamente, antagonismos, *ação-reação, liberdade-autoridade, destruição-construção, transformação-conversação, assimilação-ruptura, revolução-contrarrevolução*, etc, que lhes são inerentes e que impõem o movimento e a dinâmica da vida social, pois desencadeiam séries dialéticas, passíveis de análise na sua processualidade.

Em sua teoria do trabalho, o anarquista francês explicita a antinomia da sua dialética em série, como explica Gurvitch:

o trabalho pode ser, segundo as circunstâncias, a maior alegria ou o maior sofrimento; o trabalho é a libertação do homem, mas igualmente a ameaça constante de sua escravidão. (...) A dialética inerente ao trabalho torna-se trágica, quando a organização do trabalho é imposta de cima aos trabalhadores, seja pela vontade dos proprietários ociosos (senhores feudais e padres), dos patrões privados ou do Estado e seus funcionários. (GURVITCH, 1987: 103).

Assim, a dialética serial é uma dialética difásica, uma vez que compreende os elementos sociais e históricos da realidade divididos em pares antinômicos em constante conflito.

A antinomia se compõe de dois termos necessários um ao outro, mas sempre opostos e tendendo reciprocamente a destruir-se. Ouso apenas acrescentar, mas é preciso dar esse passo, que o primeiro desses termos recebeu o nome de *tese*, posição, e o segundo o de *antítese* (*anti-tese*), contraposição

(*contra-posição*). (PROUDHON, 2007 [Tomo I]: 80).

Portanto, a dialética proudhoniana, diferentemente da dialética hegeliana e do materialismo histórico, não concebe uma resolução no conflito entre os elementos antinômicos que assumiria a conformação de uma *síntese* entre as oposições. A realidade, os fenômenos sociais e históricos são concebidos como uma pluralidade de elementos irreduzíveis, simultaneamente, antagônicos e complementares, cujo conflito perpétuo provoca a vida e o movimento.

Ao aplicar a dialética serial de Proudhon, Bakunin defende que vida e a dinâmica social são resultantes da dialética entre a *ação* e a *reação* perpétuas, “que combinando-se num único movimento constituem o que chamamos de solidariedade, vida causalidade universais” (BAKUNIN, 1988: 57). A dialética *ação-reação* também permite o entendimento da vida social não só como o produto de múltiplas combinações, mas também como uma totalidade. “A ação e a reação incessante do todo sobre cada ponto e de cada ponto sobre o todo constituem, como já dissemos, a vida” (BAKUNIN, 1988: 57 e 62). Portanto, pode-se, a partir dessa perspectiva bakuninista, entender a contradição entre *capital* e *trabalho*, e, conseqüentemente, a luta de classes como resultantes da dialética da totalidade dos fatores sociais e históricos, em diferentes combinações numa série ininterrupta de *ações* e *reações*. Assim, o sistema capitalista e suas contradições são o produto histórico e social da pluralidade de combinações do movimento contínuo das ações e reações e da multicausalidade dos fenômenos sociais.

O materialismo sociológico tem, igualmente, no proudhonismo as suas bases filosóficas, que contribuíram para o desenvolvimento da sociologia francesa (FERREIRA, 2014a), mas foi Bakunin o responsável pela sua formulação mais acabada. O materialismo do anarquista russo parte de uma ontologia da sociedade, segundo a qual o fenômeno humano, enquanto realidade histórica, só existe em sociedade, entendida como construção do trabalho humano coletivo. Assim, a obra de Bakunin congrega a dialética serial com a perspectiva materialista centrada na concepção de sociedade:

Podemos dizer que Bakunin faz uma análise dialética que lança mão de um conjunto de oposições dialéticas que ao mesmo tempo englobam e materializam suas categorias, indo do abstrato ao concreto e do lógico ao histórico, da unicidade à multiplicidade, começando pela dialética autoridade-liberdade e se materializando em oposições como natureza/sociedade e reação/revolução. De maneira geral, existe outro componente fundamental, que é a centralidade do conceito de sociedade. A ideia de sociedade é assim uma categoria ontológica (pois ela diz respeito à teoria do ser e do sujeito em Bakunin) e política, pois dessa perspectiva ele considera que sendo a sociedade parte do mundo material e criadora das formas de pensamento e instituições, ela deve ser a protagonista dos processos revolucionários. E aqui chegamos à análise da parte final do documento em que Bakunin vai apresentar o programa e as tarefas práticas

da organização. A centralidade da ideia de sociedade e de coletividade no plano ontológico e teórico, vai se expressar no plano político na ideia de revolução social. É por isso que chamamos a concepção materialista de Bakunin de materialismo sociológico. (FERREIRA, 2013a, p. 7-8).

Em termos da análise sociológica, o paradigma anarquista rompe com as abordagens estruturalistas, positivistas e funcionalistas, centradas na concepção da ordem e da conversação, e propõe estudos segundo o processualismo sistêmico, segundo o qual os sistemas sociais, políticos e econômicos são explicitados a partir dos conflitos e das contradições sociais, da dialética entre o local e o mundial e do antagonismo das relações e instituições sociais.

Além das teorias de Proudhon e Bakunin, autores contemporâneos, como Georges Gurvitch, Immanuel Wallerstein, Marcel van der Linden, Wayne Thorpe e Beverly Silver, contribuem para os estudos numa abordagem processualista.

Na abordagem anarquista, a noção de *força coletiva* é fundamental para o estudo da sociedade e dos processos sociais, pois é uma ruptura com o paradigma liberal que pressupõe que a sociedade e as coletividades são as somas das individualidades. As *forças coletivas* são realidades que se impõem na história e nos processos sociais para além das individualidades, como argumenta Proudhon:

Muitos filósofos, e também filólogos, não veem na sociedade senão um ser de razão ou, melhor dizendo, um nome abstrato servindo para designar uma coleção de homens. É um preconceito que recebemos desde a infância, com as primeiras noções de gramática, segundo as quais os substantivos coletivos e os que indicam gênero ou espécie, não designam realidade alguma. Haveria muito a dizer sobre este ponto, mas eu limitar-me-ei ao meu assunto. Para o verdadeiro economista, a sociedade é um ser vivo, dotado de inteligência e de atividade próprias, regida por leis especiais que apenas a observação descobre e cuja existência manifesta-se não sob forma física, mas pelo concerto e íntima solidariedade de todos os seus membros. Assim, quando há pouco, sob o emblema de um deus da fábula, fazíamos a alegoria da sociedade, nossa linguagem, no fundo, nada tinha de metafórico; era o ser social, unidade orgânica e sintética, a quem acabávamos de denominar. Aos olhos de alguém que tenha refletido sobre as leis do trabalho e da troca (eu deixo de lado toda outra consideração), a realidade quase diria a personalidade, do homem coletivo, é tão clara e certa quanto à realidade e personalidade do homem individual. Toda a diferença consiste no fato de que o último apresenta-se aos sentidos sob o aspecto de um organismo cujas partes estão em coerência material, circunstância que não existe na sociedade. (PROUDHON, 2007 [Tomo I]: 103).

A sociedade, enquanto realidade mais ampla, as coletividades em geral, as classes sociais e as organizações políticas e sociais em específico e as atividades e ações coletivas, como o trabalho e as lutas sociais, são *forças coletivas*, ou seja, realidades em si mesmas, com características próprias,

responsáveis pela dinâmica da vida social, dos processos sociais e, conseqüentemente, da própria história. O desenvolvimento das *forças coletivas* é o desdobramento das séries dialéticas, das antinomias que se impõem aos fenômenos, às relações, às instituições sociais e às coletividades, responsáveis pela estrutura e pela ruptura dos sistemas sociais.

No quarto estudo da sua obra *De la Justice dans la Révolution e dans l'Église* (1857), o anarquista francês define da seguinte maneira as *forças coletivas*:

Or, les individus ne sont pas seuls doués de force; les collectivités ont aussi la leur. Pour ne parler ici que des collectivités humaines, supposons que des individus, en tel nombre qu'on voudra, d'une manière et dans un but quelconque, groupent leurs forces: la résultante de ces forces agglomérées, qu'il ne faut pas confondre avec leur somme, constitue la force ou puissance du groupe.

D. – *Donnez des exemples de cette force.*

R. – Un atelier, formé d'ouvriers dont les travaux convergent vers un même but, qui est d'obtenir tel produit, possède, em tant qu'atelier ou collectivité, une puissance qui lui est propre: la preuve, c'est que le produit de ces individus ainsi groupés est fort supérieur à ce qu'eût été la somme de leurs produits particuliers, s'ils eussent travaillé séparément.

Pareillement, l'équipage d'un navire, une société en commandite, une académie, un orchestre, une armée, etc., toutes ces collectivités, plus ou moins habilement organisées, contiennent de la puissance, puissance synthétique et conséquemment spéciale au groupe, supérieure en qualité et en énergie à la somme des forces élémentaires qui la composent. (...)

D'où l'on conclut, au contraire de l'ancienne métaphysique: 1^o que toute manifestation de puissance étant le produit d'un groupe ou d'un organisme, l'intensité et la qualité de cette puissance peuvent servir, aussi bien que la forme, le son, la saveur, la solidité, etc., à la constatation et au classement des êtres; 2^o qu'en conséquence, la force collective étant un fait aussi positif que la force individuelle, la première parfaitement distincte de la seconde, les êtres collectifs sont réalités au même titre que les individus. (PROUDHON, 1860 [4^o étude]: 111-112).

Assim, o estudo da sociedade e dos fenômenos sociais é o estudo das *forças coletivas*, ou seja, das ações coletivas e das coletividades enquanto realidades históricas, enquanto consciências e práticas coletivas responsáveis pelas dinâmicas e pelos processos sociais. A sociedade, o sistema social e sua estrutura são resultados dos processos sociais, da dialética das *forças coletivas*.

Em termos da análise da dialética entre os processos e as estruturas dos sistemas sociais, a teoria proudhoniana estabelece a dialética dos princípios da autoridade e da liberdade como centrais:

A ordem política repousa fundamentalmente em dois princípios contrários, a AUTORIDADE e a Liberdade: o primeiro iniciador, o segundo determinante; este tendo por corolário a liberdade de pensamento, aquele a fé que obedece. Contra esta primeira proposição, não penso que um só voz se possa levantar. A Autoridade e a Liberdade são tão antigas no mundo como a raça

humana: nascem conosco, e perpetuam-se em cada um de nós. Notemos apenas uma coisa, a que poucos leitores atentariam: estes dois princípios formam, por assim dizer, um par cujos termos, indissolivelmente ligados um ao outro, são contudo irreduzíveis um ao outro e permanecem, independentemente do que façamos, em luta perpétua. A Autoridade supõe necessariamente uma Liberdade que a reconheça ou a negue; a liberdade por seu lado, no sentido político do termo, supõe igualmente uma autoridade que lide com ela, a reprima ou a tolere. Suprima-se uma das duas, a outra não faz mais sentido: a autoridade, sem uma liberdade que discuta, resista ou se submeta, e uma palavra a liberdade, sem uma autoridade que a equilibre é um contrassenso. (PROUDHON, 2001, 46).

Segundo a dialética serial antinômica, os organismos, as instituições e as coletividades configuram-se e encontram-se envoltos em múltiplos contornos, conteúdos e relações, resultantes do antagonismo entre as forças centralizadoras e verticalizadas, que tendem à assimilação, à ordem e ao totalitarismo, e as forças descentralizadoras e horizontais, que tendem à ruptura com a ordem e à emancipação. Trata-se de um antagonismo perpétuo presente em todos os regimes, em todas as estruturas, em todos os organismos coletivos. Como conclui Ferreira:

A dialética é aqui definida como uma luta perpétua entre dois termos: o polo da autoridade e polo da liberdade apresenta-se assim como irreduzíveis e indissolúveis. Esse aspecto é importante, pois como cada princípio irá se expressar em regimes políticos de liberdade ou autoridade, podemos concluir que na realidade existe uma luta perpétua entre regimes na história (regimes de liberdade contra regimes de autoridade) e também dentro dos regimes de liberdade para fazer prevalecer o princípio da liberdade contra a autoridade. (FERREIRA, 2016a: 32).

Bakunin aplicou essa dialética proudhoniana no desenvolvimento de sua teoria social, tanto em termos ontológicos, quanto em termos dos estudos históricos e sociológicos. “O mundo está, mais do que nunca, dividido entre dois sistemas eternamente opostos: o princípio teológico e o princípio humanitário, o da autoridade, e o da liberdade. (BAKUNIN, 2014: 76). O princípio da autoridade se desdobra no princípio teológico que, do ponto de vista filosófico e historicamente, assume as feições da *Igreja* e do *Estado*, encarnações do autoritarismo despótico. Enquanto que o princípio da liberdade se desdobra no princípio da humanidade, a oposição filosófica e histórica ao princípio da autoridade que assume as feições da *sociedade* e do *trabalho*, encarnações da emancipação coletiva.

O debate já apresentado sobre a dialética do trabalho, mostra que a dialética *autoridade-liberdade* desdobra-se externa e internamente à processualidade dos fenômenos, das instâncias e instituições sociais. Por isso, o trabalho, na sua ontologia e na sua historicidade, desenvolveu dialeticamente forças totalitárias opressivas, escravidão, servidão, assalariamento, e forças emancipatórias libertárias, mutualidade, solidariedade, revolução social.

Se a força coletiva dos trabalhadores é emancipadora, os sistemas de trabalho, escravidão, servidão e assalariamento, são a negação da dimensão criativa e emancipatória do trabalho. As relações sociais assimétricas, construídas historicamente pelos sistemas sociais desiguais, impuseram relações de trabalho determinadas por estruturas de exploração e dominações de classe. Considerando a dialética serial antinômica, é pela ação coletiva, ou melhor, é pelo trabalho coletivo que os homens constroem as sociedades, entretanto, contraditoriamente, é pela ação violenta e política das classes dominantes que o trabalho coletivo é convertido em fonte de exploração e opressão sobre as classes trabalhadoras. (DA SILVA, 2014: 38).

Portanto, considerando que a dialética *autoridade-liberdade* tem desdobramentos internos e externos, a historiografia e a sociologia que se pretendem de baixo para cima devem se debruçar sobre as contradições internas das relações e dos sujeitos coletivos no que se refere às forças centralizadoras e de assimilação da ordem e às forças descentralizadoras e de ruptura com a ordem.

Outra importante proposta teórico-metodológica é a história global do trabalho, elaborada por Van der Linden (2008), e também presente nas teses de Thorpe (1989), que procura romper com o predomínio do *eurocentrismo* e do “nacionalismo metodológico” na historiografia sobre os trabalhadores.

O eurocentrismo criticado teria duas dimensões: 1) as perspectivas que reduzem a história geral do trabalho à história do Atlântico Norte, ou seja, da Europa e demais nações centrais do capitalismo, especialmente Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos; e 2) a história dos trabalhadores latino-americanos, africanos e asiáticos é escrita a partir dos marcos da temporalidade do Atlântico Norte, isto é, a história é contada como se a periodização do Atlântico Norte determinasse os desdobramentos históricos das demais regiões do planeta.

So historians reconstructed the history of the working classes and workers' movements in France, Britain, the United States, etc. as separate developments, and if they paid attention to social classes and movements in Latin America, Africa or Asia, these were interpreted according to 'North-Atlantic' schemas. (VAN DER LINDEN, 2008: 3).

Já o “nacionalismo metodológico” se caracterizaria pelas perspectivas que estabelecem uma fusão entre sociedade e Estado, onde os Estados-nações são entendidos como verdadeiras unidades indivisíveis, ou como Van der Linden afirma “mônadas leibnitzianas”, e, como tais, seriam as únicas unidades de investigação da historiografia (VAN DER LINDEN, 2008: 7). Assim, mesmo as análises que não ficaram presas às fronteiras nacionais acabavam em interpretações “monodológicas”, ou seja, partiam do pressuposto de que as diferentes nações e povos estariam seguindo, em ritmos distintos, o mesmo desenvolvimento. Assim, as nações classificadas como “atrasadas” estariam num estágio anterior daquelas consideradas “avançadas”.

A ruptura com o *eurocentrismo* e com o “nacionalismo metodológico” seria possível, na proposta do historiador, a partir da história global do trabalho

As regards themes, Global Labor History focuses on the transnational – and indeed the transcontinental – study of labor relations and workers’ social movements in the broadest sense of the word. By “continent” I mean placing all historical processes in a larger context, no matter how geographically “small” those processes are – by means of comparison with processes elsewhere, the study of international interactions, or a combination of the two. The study of labor relations encompasses both free labor and unfree labor, both paid and unpaid. Workers’ social movements involve both formal organizations and informal activities. The study of both labor relations and social movements further requires that equally serious attention is devoted to “the other side” (employers, public authorities). Labor relations involve not only the individual worker, but also his or her family where applicable. Gender relations play an important part both within the family, and in labor relations involving individual family members. (VAN DER LINDER, 2008: 6).

Os pressupostos de uma historiografia transnacional, ou melhor, transcontinental, que coloca os processos históricos em contextos mais amplos, recusando o enclausuramento “monodológico”, dialogam com a dialética *local-global* do paradigma anarquista, pois os processos históricos não são considerados etapas sucessivas de um mesmo desenvolvimento a que estão todos condenados a passar, mas sim processos contraditórios, com suas especificidades e interações.

Uma história contada de baixo para cima deve, portanto, ser analisada em sua processualidade, rompendo com os pressupostos eurocêntricos, etapistas e que naturalizam os Estados nacionais. Sendo assim, as realidades e experiências locais são entendidas como partes constitutivas de um sistema-mundo e, no caso do sistema capitalista, na teoria de Wallerstein, de uma economia-mundo. Por isso, o entendimento da série dialética desencadeada pelas contradições e interações sistêmicas entre o *local-global* são fundamentais. Aqui, as teses de Van der Linden e Wallerstein contribuem de maneira decisiva, uma vez que atualizam as abordagens processualistas.

No que diz respeito às pesquisas históricas, o paradigma anarquista possibilita o desenvolvimento de um populismo histórico, isto é, uma abordagem teórico-metodológica e ideológica centrada no protagonismo popular, segundo a qual as classes subalternas, bem como os saberes “sujeitados”, são sujeitos ativos de sua história. Trata-se da história contada de baixo para cima. Contemporaneamente, autores como Walter Benjamin, Michel Foucault e Cornelius Castoriadis desenvolveram estudos que fornecem importantes elementos para uma historiografia populista.

Se a partir de Foucault, que em certa medida atualiza a abordagem de Walter Benjamin, a história deve voltar-se para os saberes sujeitos, em Castoriadis (1985), a historiografia do movimento operário deve estar assentada no entendimento da classe trabalhadora como um sujeito

social-histórico, pois dessa forma é possível romper com as historiografias teleológicas e hierarquizadas. O filósofo grego parte da crítica à historiografia hegeliana, fundada na “Razão histórica”, segundo a qual o “Absoluto é sujeito” e assume a forma de “povo histórico”, por isso, a história não passaria de uma teleologia hierarquizada submetida a uma ordem determinada pela “Razão” ou pelo “Espírito do Mundo”. Avança para a crítica da historiografia marxista que, numa dependência profunda dos postulados hegelianos, teria fundado sua teoria da história centrada nos “modos de produção” e nas classes que lhes são correspondentes, que teriam o papel de “povo histórico”.

A dupla rede hierárquica imposta por Hegel à sucessão dos povos e à ordem que é trazida pelos “momentos da vida dos mesmos” é a integralmente mantida por Marx; e, assim como Hegel vê nas formas de vida das sociedades europeias de seu tempo os “momentos necessários” plenamente desenvolvidos do que sempre estivera presente embora não desenvolvido, também Marx projetará retrospectivamente essas formas no conjunto da história passada e chegará a afirmar que suas relações recíprocas fundamentais eram idênticas ao que se tornaram agora, mesmo que essas formas ainda não se tivessem realizado como momentos separados. (CASTORIADIS, 1985, 30-31).

Na crítica de Castoriadis, Marx acabou por reproduzir o esquema hegeliano, simplesmente substituindo a determinação do Espírito pela determinação da matéria, mantendo a hierarquia teleológica. O economicismo que se encontra no centro da noção de “modo de produção” e na tese do desenvolvimento das “forças produtivas” condenaria a historiografia marxista aos mesmos limites da historiografia hegeliana, presa a uma concepção etapista da história, determinada pelas forças produtivas, eliminando o sujeito social-histórico e, contraditoriamente, negando a própria tese marxista de que a “história da humanidade é a história da luta de classes”, uma vez que o determinismo econômico e a hierarquia teleológica são incompatíveis com a dialética da luta de classes.

Recorrendo às noções de experiência de Thompson e de Lefort, o filósofo grego propõe uma historiografia do movimento operário centrado na noção de sujeito social-histórico, isto é, do sujeito que *se faz* a partir de sua experiência histórica enquanto coletividade, ou melhor, enquanto força social-histórica *original e autônoma*. O sujeito social-histórico se realiza no seu *fazer*.

A história do movimento operário é a história da atividade de homens que pertencem a uma categoria socioeconômica criada pelo capitalismo (e de outros que lutam ao lado dela) através da qual essa categoria se transforma: *se faz* (e se diz e se pensa como) “classe” cuja história não oferece nenhuma analogia próxima ou distante. Transforma-se transformando a passividade, a fragmentação, a concorrência (que o capitalismo visa e tende a lhe impor), em atividade, solidariedade, coletivização capitalista do trabalho. Ela inventa em sua vida cotidiana, nas fábricas e fora delas, defesas sempre renovadas

contra a exploração; engendra princípios estranhos e hostis ao capitalismo; cria formas de organização e de lutas originais. Tenta se unir acima das fronteiras, faz seu hino de uma canção que se chama *A internacional*. (CASTORIADIS, 1985:72-73).

A história do movimento operário não tem outro protagonista senão a própria classe trabalhadora. A sua história é a história coletiva da resistência cotidiana à exploração capitalista, é a história das organizações e das lutas coletivas contra a exploração capitalista. Este é o seu *fazer* de classe, de sujeito coletivo social-histórico, que *se faz* em oposição ao sistema capitalista, tanto no seu cotidiano quanto nas suas formas originais de luta e organização. Dessa forma, aproximando as teses do filósofo grego com a abordagem anarquista aqui adotada, pode-se afirmar que o seu *fazer* de classe é o que lhe caracteriza enquanto *força coletiva* que se opõe ao sistema capitalista ao desenvolver relações sociais, ações coletivas, projetos autônomos, concepções próprias, aspirações e valores originais, materializados e idealizados em suas lutas e organizações.

Não é um *fazer* desprovido de contradições, pois a dialética *autoridade-liberdade* se desdobra na dialética *assimilação-ruptura*. Castoriadis assevera que não se pode reduzir a história do movimento operário à oposição entre reforma e revolução e, de fato, ele tem razão, pois seria simplista tal redução. Por isso, a opção pela concepção teórico-metodológica anarquista permite o estudo da série dialética que se desenvolve das antinomias, no caso da antinomia *autoridade-liberdade* cujos desdobramentos chegam à dialética *reforma-revolução*. E a história do movimento operário, nas suas contradições internas e externas, é, em grande medida, a história da dialética entre *reforma* e *revolução*, enquanto desdobramento ininterrupto da série dialética desencadeada pelo antagonismo entre os princípios da *autoridade* e *liberdade* que, em sua processualidade, passa pela antinomia *assimilação-ruptura*.

Portanto, o desafio aqui colocado é o de (re)contar a história da Associação Internacional dos Trabalhadores de baixo para cima, ou seja, a partir do paradigma anarquista, aplicando a dialética serial e o materialismo sociológico, numa abordagem processualista centrada nas experiências e concepções coletivas que protagonizaram sua história. Para superar esse desafio é necessário identificar os sujeitos ativos responsáveis pela sua fundação, organização e desenvolvimento no contexto da Europa do século XIX; procurar compreender que as diversas correntes e tendências do movimento dos trabalhadores constituem sujeitos coletivos, cujas experiências e concepções convergiram e entraram em conflito na realização do projeto de uma organização internacional da classe trabalhadora; recuperar os “saberes sujeitados” pela historiografia escrita até o momento e, principalmente, entender o lutar das lutas concretas, das greves e insurreições operárias que moldaram e foram moldadas pelo movimento dos trabalhadores

a partir da Internacional. A própria Internacional deve ser entendida no âmbito do ciclo de lutas operárias da segunda metade do século XIX.

Nesse esforço, quatro obras merecem destaque - a tese de Charles Thomann, *Le Mouvement anarchiste dans les Montagnes neuchâteloises et le Jura bernois*, defendida em 1947, a obra de Bernard H. Moos, *The origins of the french labor movement - 1830-1914: the socialism of skilled workers*, publicada em 1976, o livro de Rafael Montequi, *La clase obrera madrileña y la 1ª Internacional (un análisis de Prensa)*, publicado em 1977, o recente escrito de Mathieu Léonard, *L'émancipation des travailleurs: une histoire de la Première Internationale*, publicada em 2011. Esses autores não se limitaram a escrever a história da AIT a partir dos marcos estabelecidos pelos campos libertário e anarquista e social-democrata e comunista. Procuram, cada um à sua maneira, contar a história da AIT, das seções suíças no caso de Thomann, do movimento operário francês no caso de Moos, das seções espanholas no caso de Montequi, e da realidade francesa no caso de Léonard, das experiências coletivas do movimento dos trabalhadores. São, portanto, importantes pesquisas para (re)contar a história da Internacional de baixo para cima.

Capítulo II

A história dos vencidos: a fundação da AIT no ciclo de lutas e organização dos trabalhadores

*Senhores, patrões, chefes supremos,
Nada esperamos de nenhum!
Sejamos nós que conquistemos
A terra mãe livre e comum!
Para não ter protestos vãos,
Para sair desse antro estreito,
Façamos nós por nossas mãos
Tudo o que a nós diz respeito!*

Eugène Pottier, Hino da Associação Internacional dos Trabalhadores, 1871.

No dia 28 de setembro de 1864, no St. Martin's Hall, localizado na capital inglesa, ocorreu o terceiro encontro consecutivo, desde 1862, entre trabalhadores ingleses, organizados nos *trade-unions*, trabalhadores franceses, organizados em sociedades de resistência e associações de socorro mútuo, e um conjunto de trabalhadores e militantes socialistas e republicanos radicais de outras nacionalidades, como alemães e italianos, que se encontravam exilados em Londres. Dessa vez, foi aprovada a organização de uma associação de caráter internacional com o objetivo de organizar a luta dos trabalhadores para além dos limites das fronteiras nacionais. A proposta foi elaborada pelos operários franceses, conforme assevera Garcia:

en el mes de septiembre de 1864 la Asociación Internacional de Trabajadores queda creada: Henri Tolain, Perrachon y Limousin, ya presentes el año anterior, cargan en sus alforjas el proyecto de la organización y el 28 del mismo mes, en el *Saint Martin's Hall*, queda aprobada la iniciativa a grandes rasgos. Tal como dijo el maestro Bibal, la Primera Internacional *fue un niño nacido en los talleres de París y amamantado en Londres.* (GARCIA, 2003: 13)

Na delegação francesa, destaca-se o empenho do operário do bronze Henri Tolain, o principal articulador, desde 1862, dos encontros da delegação francesa com os *trade-unionistas*. O historiador Édouard Dolléans reproduz um trecho de seu discurso na assembleia de fundação:

Travailleurs de tous les pays qui voulez être libres, à votre tour d'avoir des Congrès. C'est le peuple qui revient enfin sur la scène, ayant conscience de sa force, et se dressant en face de la tyrannie, dans l'ordre politique, en face du monopole, du privilège dans l'ordre économique. Poussés par les besoins du temps, par la force des choses, les capitaux se concentrent et s'organisent en puissantes associations financières et industrielles. Si nous n'y prenons garde, cette force sans contrepoids régnera bientôt despotiquement... Nous

voyons l'aristocratie future accaparer la direction des plus modestes épargnes... Nos faibles économies, englouties dans ce pactole, nous feraient les serviteurs des princes de la finance, tandis que la division du travail tend à faire de chaque ouvrier un rouage dans la main des hauts barons de l'industrie. Devant cette organisation puissante, tout plie, tout cède, l'homme isolé n'est rien ; il sent tous les jours diminuer sa liberté d'action et son indépendance. Devant cette organisation, l'initiative individuelle s'éteint ou se discipline au profit de cette organisation. Il faut nous unir, travailleurs de tous pays, pour opposer une barrière infranchissable à un système funeste qui diviserait l'humanité en deux classes: une plèbe ignorante et famélique, et des mandarins pléthoriques et ventrus. Sauvons-nous par la solidarité. (TOLAIN *apud* DOLLÉANS, 2003a: 226).

A conclamação da unidade internacional dos trabalhadores para a luta pela liberdade e contra o sistema de divisão da sociedade em classes é representativo de suas aspirações mutualistas, sob a influência das teorias de Proudhon. A corrente mutualista se tornaria uma das principais forças no interior da AIT.

A proposta de fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores foi aprovada por unanimidade e um Conselho Central Provisório foi eleito em seguida, com a função de redigir os estatutos da Internacional e organizar seu primeiro congresso, indicado para o ano seguinte, 1865.

O Conselho Central eleito era composto majoritariamente pelos *trade-unionistas* ingleses, destaque para George Odger¹⁸ (1820-1877), William R. Cremer¹⁹ (1828-1908) e Benjamin Lucraft²⁰ (1809-1987), e por diversos militantes exilados em Londres, destaque para o socialista francês Victor Le Lubez²¹ (1834-?), para os comunistas alemães Marx e J. G. Eccarius²² (1818-1889), e para o italiano L. Wolff²³ (?-?), mais conhecido como Major Wolff.

Na verdade, a assembleia de 1864 foi o cume das reuniões entre os operários ingleses e franceses. Como já foi mencionado, o primeiro encontro ocorreu em 1862, também em Londres,

18 George Odger era sapateiro, iniciou sua militância no movimento operário a *Ladies Shomakers' Society*. Em 1859 se destaca nas organizações *trade-unionistas* pela sua atuação junto à greve dos trabalhadores da construção civil de Londres. No ano seguinte integra o recém-fundado *London Trades Council*, organização que posteriormente irá presidir. Também integrou a *Reform League*. Foi membro do Conselho Geral da AIT até 1871.

19 William Randal Cremer era carpinteiro, foi membro do Conselho Geral até 1867. Dedicou-se à luta parlamentar e ao pacifismo, defendendo a expansão da arbitragem internacional como o caminho para a paz. Atou na fundação do *Inter-Parliamentary Union* e da *International Arbitration League*. Foi eleito para o parlamento e ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 1903.

20 Benjamin Lucraft era marceneiro, foi atuante no movimento cartista e também integrou a *Reform League*. Participou do Conselho Geral da AIT até 1871.

21 Victor Le Lubez era um publicista socialista francês que se encontrava exilado em Londres. No ano de 1863 se correspondeu com Tolain e passou a atuar na articulação entre os operários franceses e os *trade-unionistas* ingleses e também fez a articulação com os demais militantes exilados em Londres para a participação na assembleia que fundou a AIT em 1864. Foi ele que convidou Marx, perguntando se o comunista alemão poderia representar os trabalhadores alemães.

22 Johann Georg (John George) Eccarius era alfaiate de profissão e atuava como publicista. Foi membro da Liga dos Justos e da Liga dos Comunistas. Exilado em Londres, atuou no Conselho Geral da AIT e foi um dos principais defensores das teses comunistas e aliado de Marx.

23 Adolfo Luigi Wolff era revolucionário nacionalista italiano de origem germânica. Foi membro da organização mazzinista *Associazione di Mutuo Progresso*.

durante a Exposição Universal, na qual os avanços tecnológicos da indústria seriam exibidos sob o patrocínio da *Royal Society of Arts, Manufactures and Commerce* e com participação de diversos governos europeus.

Foi Tolain o responsável pelo encontro. Segundo o relato de Dolléans (2003a: 210), no dia 2 de outubro de 1861 foi publicado no jornal parisiense *L'Opinion Nationale* um artigo que exortava os trabalhadores franceses à participação na Exposição Universal de Londres. Em resposta a esse artigo, o bronzista escreve uma carta que seria publicada no mesmo jornal no dia 17 de outubro:

Je crois comme vous que les ouvriers de Paris sont intelligents, et pour ma part, je vous remercie de l'opinion que vous avez d'eux. Mais comment concilier cette intelligence avec cette inertie? Pourquoi ne s'aident-ils pas eux-mêmes? C'est un reproche qu'on leur adresse souvent et auquel il n'est pas facile de répondre sans accuser. Quand l'initiative vient d'en haut, de l'autorité supérieure ou des patrons, elle n'inspire aux ouvriers qu'une médiocre confiance. Ils se sentent ou se croient dirigés, conduits, absorbés, et les meilleures tentatives sont rarement couronnées de succès. C'est un fait que je constate sans vouloir discuter ici si les ouvriers ont tort ou raison. Quand l'initiative vient d'en bas, c'est bien une autre affaire: elle rencontre des impossibilités matérielles auxquelles elle se heurte. Qu'un Comité exclusivement composé d'ouvriers se forme en dehors du patronage de l'autorité ou des fabricants, qu'il essaye de former un centre, de grouper autour de lui des adhérents, de réunir des souscriptions, si inoffensif que soit son but, soyez certain qu'on ne lui permettra pas de l'atteindre. Aussi faut-il une forte dose de résolution pour se mettre en avant quand, de plus, toujours à tort ou à raison, les promoteurs se sentent mis à l'index: car un ouvrier qui s'occupe de questions politiques, dans le pays du suffrage universel, est considéré comme un homme dangereux; c'est pis s'il s'occupe de questions sociales... Mais pourquoi, direz-vous, refuser les conseils de ceux dont les lumières et la bourse vous seraient d'un si grand concours? Parce que nous ne nous sentirions pas libres, ni dans notre but, ni dans notre choix, ni de notre argent, et les plus belles affirmations ne prévaudront pas contre une opinion qui n'est peut-être que trop justifiée. Il n'y a qu'un seul moyen, c'est de nous dire: Vous êtes libres, organisez-vous; faites vos affaires vous-mêmes, nous n'y mettrons pas d'entraves. Notre aide, si vous en avez besoin, si vous la jugez nécessaire, sera complètement désintéressée, et tant que vous resterez dans les limites de la question, nous n'interviendrons pas. (TOLAIN *apud* DOLLÉANS, 2003a: 210).

Em sua carta resposta, Tolain explicita seu mutualismo, defendendo a auto-organização dos trabalhadores, a partir de seus próprios meios e de sua própria iniciativa, isto é uma “iniciativa que venha de baixo”, e seu obreirismo, quer dizer, a defesa de uma organização exclusiva de trabalhadores. O obreirismo do mutualista francês será uma das principais características de seus posicionamentos políticos nos enfrentamentos com os comunistas no interior da AIT.

O debate público nas páginas do jornal chamou a atenção do governo francês, assim, Tolain é convocado para uma audiência com o príncipe Jérôme, em que foi acordado que o poder estatal

financiaria a delegação de operários para a referida exposição em Londres. Resumidamente:

una delegación de trabajadores franceses, compuesta de doscientos aproximadamente, visitó la Exposición Universal de Londres siendo los gastos sufragados por el gobierno de Napoleón III. El 5 de Agosto fueron agasajados por las Trade Unions inglesas quienes dieron lectura a un documento que era un llamado a la entente proletaria internacional y punto de apoyo sólido para la próxima Internacional. (GARCIA, 2003: 13).

Não se pode deixar de destacar a astúcia dos operários, que se aproveitaram de um espaço organizado pela classe empresarial para exaltar os avanços tecnológicos da industrialização da época, além da utilização dos recursos do poder estatal. O saldo para o movimento operário não foi o deslumbre diante das maravilhas modernas, mas sim o estreitamento dos laços de solidariedade internacional, culminado com a fundação da Internacional.

Do encontro, foi aprovado a formação de um comitê de correspondência, cujo objetivo seria compartilhar experiências e informações sobre a realidade dos trabalhadores dos dois países. As relações foram mantidas e, no ano seguinte, ocorreria um novo encontro em Londres:

En juillet 1863, des délégués français, Tolain, Perrachon, Cohadon et Limousin, signataires du Manifeste des Soixante, assistant à un meeting de Saint-James Hall, em faveur de la Pologne, proposent aux chefs trade-unionistes d'organiser une Association internationale. (DOLLÉANS, 2003a: 225)

Como se pode observar, o internacionalismo operário será uma marca fundamental da política do movimento dos trabalhadores no início da década de 1860. O evento de 1863 era um grande esforço de solidariedade aos trabalhadores poloneses que se encontravam sob a ameaça do Império Russo. E, finalmente, em 1864, o internacionalismo operário se materializou numa organização, cuja estrutura, características e papel na luta de classes internacional constituíram uma experiência única.

2.1. A AIT no ciclo de lutas operárias do século XIX

Para o entendimento efetivo do lugar da AIT na luta de classes da segunda metade do século XIX na Europa, é necessário considerar um ciclo de lutas que se inicia no final da década de 1840, no episódio conhecido como a *Primavera dos Povos*.

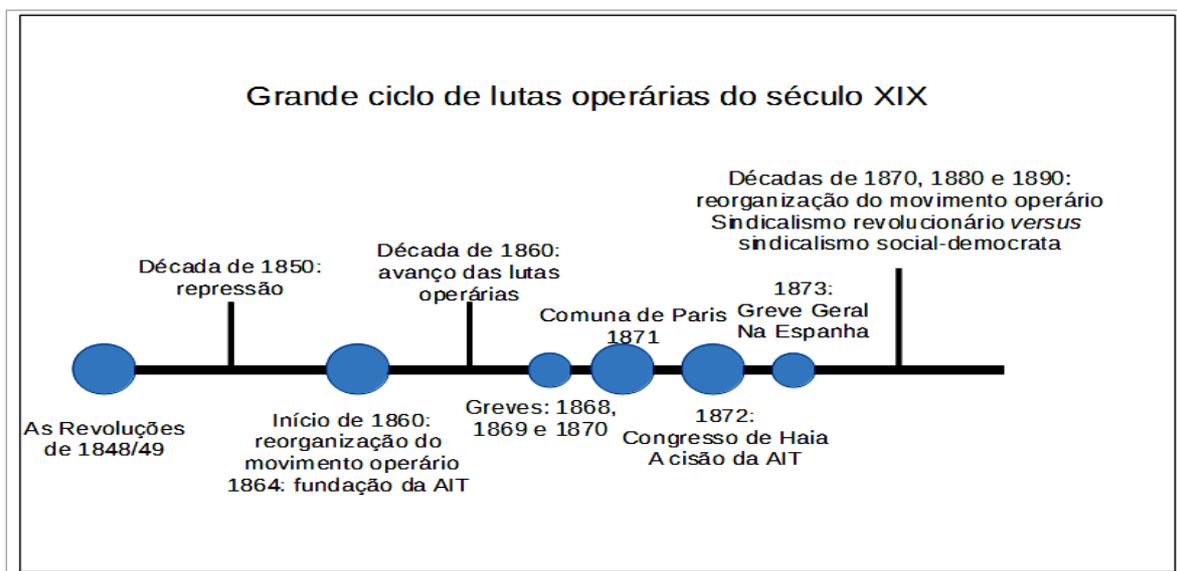
Tem havido um bom número de grandes revoluções na história do mundo moderno, e certamente a maioria bem sucedida. Mas nunca houve uma que tivesse se espalhado tão rápida e amplamente, se alastrando como fogo na palha por sobre fronteiras, países e mesmo oceanos. Na França, o centro natural e detonador das revoluções europeias, a república foi proclamada em 24 de fevereiro. Por volta de 2 de março, a revolução havia ganho o sudoeste-

te alemão; em 6 de março a Bavária, 11 de março Berlim, 13 de março Viena, e quase imediatamente a Hungria; em 18 de março Milão e, em seguida, a Itália (onde uma revolta independente havia tomado a Sicília). Nesta época, o mais rápido serviço de informação acessível a qualquer pessoa (os serviços do banco Rothschild) não podia trazer notícias de Paris a Viena em menos de cinco dias. Em poucas semanas nenhum governo ficou de pé numa área da Europa que hoje é ocupada completa ou parcialmente por dez estados, sem contar as repercussões em um bom número de outros. Além disso, 1848 foi a primeira revolução potencialmente global, cuja influência direta pode ser detectada na insurreição de 1848 em Pernambuco (Brasil) e poucos anos depois na remota Colômbia. Num certo sentido, foi o paradigma de um tipo de “revolução mundial” com o qual, dali em diante, rebeldes poderiam sonhar e que, em raros momentos como no após-guerra das duas conflagrações mundiais, eles pensaram poder reconhecer. (HOBSBAWN, 1977: 29).

O relato do historiador marxista permite o entendimento de que as revoluções de 1848, bem como a extensão da onda revolucionária no ano seguinte, tiveram uma abrangência global, portanto, sua lente de análise deve ter essa dimensão. De fato, 1848 fechou um ciclo de lutas e insurreições que começara com a Revolução Francesa de 1789 e se estendera pelas revoluções nacionalistas e liberais das décadas de 1820 e 1830. Mas, por outro lado, esse ano paradigmático abriu um novo ciclo de lutas e insurreições, que pode ser chamado de “Grande ciclo de lutas operárias do século XIX”, pois se estende até a virada para o século XX, como mostra a representação no “gráfico 1”.

O “Grande ciclo de lutas operárias do século XIX”, por suas características de agudização do antagonismo entre as classes, ciclo de greves, reação das forças repressivas dos Estados, e pelos seus principais eventos, na forma e no conteúdo de um ciclo insurrecional a partir, especialmente, da década de 1870 - a exemplo da Comuna de Paris (1871) e da Greve Geral Espanhola (1873) -, pode ser considerado um contexto revolucionário.

Gráfico 1



Durante a década de 1850, esse ciclo de lutas entrou numa fase caracterizada pela reação, isto é, segundo o historiador Jonathan Sperber, o período entre 1850-59 pode ser considerado a *era da reação*, pois os governos da Europa promoveram uma onda repressiva sobre os movimentos de contestação como uma resposta às revoluções de 1848-49 (Sperber, 2009: 81). Os governos da França, Prússia e Áustria se converteram em verdadeiros Estados policiais, aumentando significativamente seus efetivos repressivos. As forças policiais de Paris e Berlim foram quadruplicadas (Sperber, 2009, p 82), por exemplo. O também historiador G. D. H. Cole resume bem a repressão nos anos de 1850:

El decenio de 1850 fue un período casi muerto para el pensamiento socialista. La derrota de las revoluciones europeas de 1848 y los regímenes de represión policiaca que se establecieron nuevamente después en la mayor parte de Europa, apenas permitieron ni la agitación manifiesta ni siquiera la libre discusión de las ideas socialistas. En todos los países donde existía libertad de palabra (en Inglaterra, en los Estados Unidos y en parte de Suiza) se refugiaron exilados de Francia, Italia, Alemania y Austria-Hungría, y como sucede entre los exilados, riñeron entre sí. (COLE, 1974: 11).

Vários militantes e intelectuais socialistas e republicanos radicais que haviam participado ativamente das insurreições do final da década de 1840, na linha de frente das lutas ou na defesa de ideias revolucionárias, responsáveis pela elaboração de teorias e estratégias revolucionárias e insurgentes encontravam-se na prisão, como Auguste Blanqui (1805-1881) e Mikhail Bakunin (1814-1876) ou no exílio como Karl Marx (1818-1883), Louis Blanc (1811-1882), Giuseppe Mazzini (1805-1872), Constantin Pecqueur (1801-1887) e Etienne Cabet (1788-1857).

A *era da reação* foi também um contexto de conflitos e guerras entre nações. O principal conflito foi a Guerra da Crimeia (1853-1856), que opôs o Império Russo à coalização Anglo-Franco-Sarda, que ainda contou com a participação do Império Otomano e do Império Austríaco. Outros conflitos que se desdobraram foram a Segunda Guerra da Independência da Itália (1859), com a França apoiando os reinos da península itálica contra o Império Austríaco, Guerra Austro-Prussiana (1866), Guerra Austro-Italiana (1866), além do jugo da Polônia pelo Império Russo. Como se vê, as nações, ou melhor, os impérios conflagrados.

Em contrapartida, a economia capitalista estava em franca ascensão. A industrialização, encabeçada pela Inglaterra, se expandiu pela Europa e para além do Velho Continente, como afirma Michel Beud:

no decorrer do século XIX, é principalmente através da instalação da indústria mecanizada que se opera a extensão do modo de produção capitalista. Multiplicam-se as “fábricas” que vimos nascer na Inglaterra no fim do século XVIII; na própria Inglaterra, mas também na Bélgica, na França, na Suíça, na Alemanha, nos Estados Unidos; o desenvolvimento

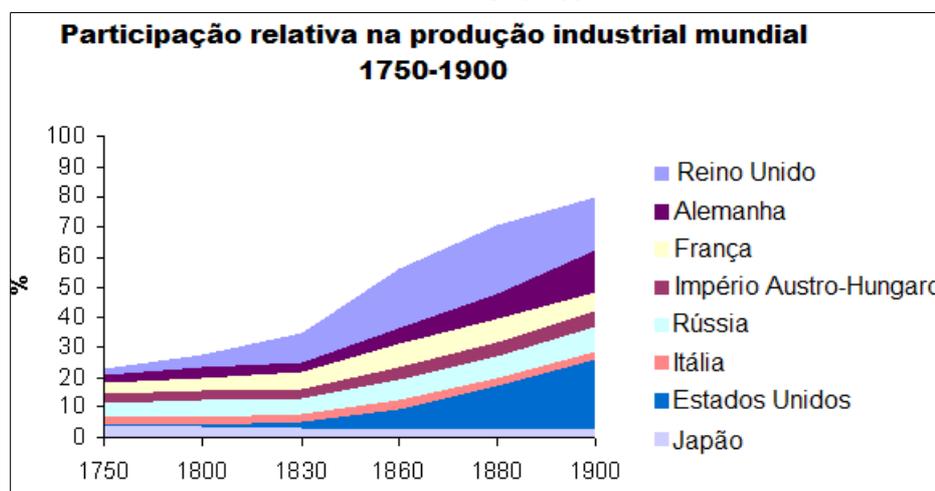
delas é particularmente marcante nos setores “motores” da época, o têxtil e a metalurgia; antigos manufatureiros ou negociantes, mas também filhos de artesãos, contramestres, tornam-se fabricantes e fazem trabalhar, com a preocupação de tirar o máximo de uma mão-de-obra deixada disponível pela transformação dos campos ou pela imigração (BEAUD, 1987: 138).

O desenvolvimento industrial passou por duas fases: um período de expansão, entre 1800 e 1830, e um período de crescimento contínuo a partir de 1830, crescimento que se intensifica na década de 1860 com o apoio das políticas estatais (BEAUD, 1987, p. 159). Dentre as principais ações estatais para impulsionar a industrialização estavam as ofensivas imperialistas e neocoloniais.

Inglaterra, dona dos mares no fim das guerras napoleônicas; a Inglaterra estendendo ao mundo inteiro seu império e seu comércio; a Inglaterra é nitidamente, no século XIX, a primeira potência mercantil. (...) Os impérios espanhol e português estão em declínio; o império neerlandês está estabilizado; a Rússia, se prossegue sua expansão, o faz em direção da Ásia, pelo continente. A França da Restauração retoma posse de suas colônias abandonadas durante a Revolução e o Império; ela inicia novos empreendimentos, no Senegal, em Madagascar, na Guiana, na Argélia, prosseguidas pela monarquia de Julho. Com o Segundo Império, a França intervém no Líbano e na Síria, está presente no Egito e na Tunísia, penetra no Saara, cria postos, principalmente na Nova Caledônia e na Cochinchina, institui um protetorado no Camboja. Em todos os lugares essa presença é principalmente militar, exceto na Argélia, onde se instalam imigrantes; exceto também no Egito, onde foram introduzidos capitais franceses. (BEAUD, 1987: 161 e 165).

De fato, a década de 1860 é um importante marco do crescimento industrial, uma vez que, apesar da liderança da economia inglesa, seguida pela economia alemã e francesa, há um crescimento significativo nas demais nações europeias, destacando o crescimento industrial da Rússia, Itália e Estados Unidos, conforme indicam os dados do “gráfico 2.2”.

Gráfico 2



Fonte: Elaborado a partir de Paul Kennedy, 1987, p. 149

O capitalismo é aqui entendido como um *sistema histórico*, segundo as definições de Immanuel Wallerstein, ou seja, deve ser entendido a partir de suas expressões concretas, de como se dá seu funcionamento enquanto sistema e da sua evolução histórica. “Longe de ser um sistema natural, como alguns apologistas tentaram argumentar, o capitalismo histórico é um sistema patentemente absurdo. Acumula-se capital para que se possa acumular mais capital”. (WALLERSTEIN, 2001: 38). Assim, o que distingue o capitalismo na qualidade de sistema histórico é sua capacidade de autoexpansão: o processo de acumulação de capital ocorre com o objetivo de acumular mais capital. Trata-se de um processo exponencial de acumulação de capital, que exige a expansão de sua base geográfica, convertendo tudo em mercadoria.

A abordagem de Wallerstein sobre o capitalismo considera duas categorias conceituais chaves, *sistema-mundo* e *economia-mundo*, na formação do capitalismo como sistema histórico que impõe trocas desiguais em cadeias mercantis:

A troca desigual é uma prática antiga. O que é notável no capitalismo como sistema histórico é a maneira como essa troca desigual pode ser escondida; foi tão bem escondida que até mesmo os oponentes confessos do sistema só começaram a desvelá-la, de forma sistemática, quinhentos anos depois. A chave para entender esse mecanismo central está na própria estrutura da economia-mundo, na aparente separação, nesse sistema, entre o espaço da economia (uma divisão social mundial do trabalho com processos produtivos integrados, todos operando em nome da acumulação incessante de capital) e o espaço da política (organizado ostensivamente em torno de Estados soberanos e separados, cada qual com responsabilidade autônoma por decisões políticas no interior de sua jurisdição, todos dispendo de forças armadas para sustentar sua autoridade) (WALLERSTEIN, 2001: 29).

Trata-se de um sistema mundo porque “is a social system, one that has boundaries, structures, member groups, rules of legitimation, and coherence” (WALLERSTEIN, 2011: 466), e é uma economia-mundo porque possui vínculos fundamentais do sistema econômico assentados na divisão internacional do trabalho, que impõe a subordinação de nações e regiões periféricas e semiperiféricas às nações e regiões centrais. É importante destacar que a divisão do trabalho, como parte constitutiva do sistema-mundo, tem que ser entendida como uma *totalidade sistêmica*, por isso a semiperiferia “is not an artifice of statistical cutting points, nor is it a residual category. The semiperiphery is a necessary structural element in a world-economy” (WALLERSTEIN, 2011: 468).

Wallerstein ainda argumenta que a estrutura da economia-mundo engendrada pelo capitalismo não tem uma base nacional, ou a articulação de Estados-nacionais isolados que controlariam a economia global pois, na verdade, o que se constituiu foi um sistema interestatal,

formado pelas nações centrais e pelas nações periféricas e semiperiféricas. Trata-se de um sistema hierárquico, onde os Estados centrais submetem as nações periféricas e semiperiféricas aos seus interesses políticos e econômicos. Dentre os aspectos da subordinação da periferia e da semiperiferia está a exploração da força de trabalho em escala planetária:

The division of a world-economy involves a hierarchy of occupational tasks, in which tasks requiring higher levels of skill and greater capitalization are reserved for higher-ranking areas. Since a capitalist world-economy essentially rewards accumulated capital, including human capital, at a higher rate than "raw" labor power, the geographical maldistribution of these occupational skills involves a strong trend toward self-maintenance. The forces of the marketplace reinforce them rather than undermine them. And the absence of a central political mechanism for the world-economy makes it very difficult to intrude counteracting forces to the maldistribution of rewards. (WALLERSTEIN, 2011: 468-469).

Assim, o contexto do ciclo de lutas operárias do século XIX encontra-se inserido num ciclo de expansão industrial e imperialista do capitalismo, de reorganização do sistema-mundo e da economia-mundo, num contexto de conflagração entre os Estados centrais e de expansão imperialista dos mesmos.

Portanto, a expansão capitalista é imperialista e monopolista, como o próprio Bakunin teorizou, dando continuidade aos estudos de Proudhon sobre o monopólio capitalista. Entre 1850 e 1870 um processo se consolidou: a tendência de desaparecimento das pequenas empresas e a concentração de capital nas grandes empresas. Esse foi o processo de concentração e de expansão em escala internacional do capitalismo monopolista, garantido pela “brutalidade organizada dos Estados”, que viabilizaram, como afirmou Bakunin,

a grande exploração financeira, comercial e industrial, a grande espoliação internacional; alguns milhares de homens internacionalmente solidários entre si e dominando, através do poder dos seus capitais, o mundo inteiro. Em plano inferior, a média e a pequena-burguesia, classe outrora inteligente e desembaraçada, mas hoje sufocada, aniquilada e lançada no proletariado pelas progressivas conquistas dos barões das finanças (BAKUNIN, 1979: 12-13).

Como se pode concluir, na perspectiva do materialismo sociológico de Bakunin, as séries dialéticas *economia-política* e *Estado-Capital*, assumem, em escala planetária, a conformação histórica da dialética *imperialismo-expansão monopolista*, ou seja, o capitalismo monopolista assume, no plano internacional, o sistema interestatal sob domínio das nações imperialistas, ou seja, o sistema mundo sob domínio da burguesia das nações centrais. A expansão monopolista do capital só é possível pela expansão imperialista das nações centrais. Assim, o imperialismo e o monopólio capitalista constituem o mesmo fenômeno histórico: a exploração burguesa em escala planetária.

Dissemos e demonstramos, antes, a sociedade só pode constituir e permanecer um Estado se ela se transforma em Estado conquistador. A mesma concorrência que, no plano econômico, esmaga e devora os pequenos e até mesmo os médios capitais, estabelecimentos industriais e propriedades fundiárias e casas de comércio, esmaga e devora os pequenos e médios Estados, em proveito dos Impérios. Doravante, todo Estado que não se contentar em existir no papel e pela graça de seus vizinhos, pelo tempo que estes quiserem tolerar, mas desejar ser um Estado real, soberano, independente, deve ser necessariamente um Estado conquistador. Ser um Estado conquistador, todavia, significa que é obrigado a manter subjugados pela violência milhões de indivíduos de uma nação estrangeira. E onde quer que triunfe a força militar, adeus liberdade! Adeus sobretudo à liberdade e ao bem-estar do povo trabalhador. (BAKUNIN, 2003: 66-67).

Bakunin explicita que o Estado é um fator determinante no processo de acumulação capitalista, como conclui Silva:

Portanto, na teoria de Bakunin, o estatismo, enquanto etapa histórica, recobre duas tendências: em primeiro lugar, e de maneira fundamental, *a relação dialética entre centralização estatal e monopólio econômico*, de maneira que uma alimenta e reforça a outra. É impossível então pensar o estatismo sem pensar o aumento das taxas de exploração e das formas de extração de mais valia absoluta em escala mundial. Em segundo lugar e simultaneamente, *essa dialética centralização/monopólio é expressão e consequência do caráter que o Estado moderno assumiu com o desenvolvimento do estatismo*, ou seja, trata-se do seu *caráter burguês*. (DA SILVA, 2016: 91).

A década de 1860 foi um período de transição da fase de acumulação concorrencial (1760-1870) para a acumulação monopolista (1871-1930), nas palavras de Proudhon, da passagem da *guerra civil*, ou seja, *a concorrência*, para o *massacre dos prisioneiros*, ou seja, *o monopólio* (Proudhon, 2007, p. 248). Esse período de expansão e de mudança no regime de acumulação capitalista é caracterizada como *anarquia econômica*, ou *anarquia do capital*. Trata-se do domínio do capitalismo, do *sistema das contradições econômicas*, o qual, segundo Proudhon, impõe uma taxa crescente de desigualdade social e econômica, resultante da exploração do trabalho, que garante a riqueza das classes dominantes e a pobreza e a miséria do proletariado, “visto que uma nação, como a humanidade inteira, é uma grande sociedade industrial que não pode agir fora de si mesma, fica demonstrado que nenhum homem pode enriquecer-se sem que outro empobreça” (PROUDHON, 1975: 189).

Num processo dialético, o grande ciclo de lutas entra na década de 1860 em uma nova fase, superando o refluxo da década anterior e assumindo o formato de lutas organizadas pela classe trabalhadora tendo como princípio e estrutura orgânica o internacionalismo operário, materializado na AIT. Assim, a fundação e o desenvolvimento da AIT devem ser entendidos como parte do ciclo revolucionário europeu, que entra na fase do internacionalismo operário não mais como bandeira de

ordem, mas como uma organização efetiva e atuante. Bakunin resume bem o papel cumprido pela AIT nesse contexto revolucionário:

L'Internationale, en mettant ainsi le prolétariat en dehors de la politique des Etats et du monde bourgeois, | 59 constitue un monde nouveau, le monde du prolétariat solidaire de tous les pays. Ce monde est celui de l'avenir; c'est d'un côté l'héritier légitime, mais en même temps le démolisseur et l'enterreur de toutes les civilisations historiques, privilégiées, et comme telles complètement épuisées et condamnées à mourir; par conséquent le créateur obligé d'une civilisation nouvelle, fondée sur la ruine de toutes les autorités divines et humaines, de tous les esclavages et de toutes les inégalités. Telle est la mission, et par conséquent tel est le vrai programme de l'Internationale, non officiel, — tous les dieux des paradis païens et chrétiens nous en gardent! — mais implicite, inhérent à son organisation même. Son programme officiel, je le répéterai mille fois, est tout simple et en apparence très modeste : c'est l'organisation de la solidarité internationale pour la lutte économique du travail contre le capital. De cette base d'abord exclusivement matérielle doit surgir tout le monde social, intellectuel et moral nouveau. (BAKUNIN, 1910: 437).

A AIT assumiu, na perspectiva de Bakunin uma dupla função: intensificaria as contradições entre a classe trabalhadora e a burguesia e, simultaneamente, fortaleceria os laços de solidariedade entre os trabalhadores. Conseqüentemente, essa é a dupla função das greves: produziriam a negação da ordem burguesa e a afirmação de uma nova ordem social. Assim, o internacionalismo operário é, portanto, numa interpretação bakuninista, o contraponto – a *antítese* – ao imperialismo, assumindo historicamente o papel de *força coletiva* do proletariado internacional.

A expansão do poder político e econômico dos impérios capitalistas é a expansão do domínio burguês em escala planetária, é o autoritarismo na forma de sistema mundo. O internacionalismo operário, portanto, considerando a dialética proudhoniana *autoridade-liberdade*, se opõe ao princípio da autoridade do imperialismo e do monopolismo e, uma vez que a AIT elege como seu objetivo a emancipação do proletariado, assume a forma histórica do princípio da liberdade.

2.2. A composição e a base social da fundação da AIT

As principais tendências que fundaram a Internacional foram os *trade-unionistas* ingleses, os socialistas franceses do movimento operário e um conjunto diverso de militantes, socialistas e republicanos radicais de vários países, que se encontravam exilados em Londres.

No início da década de 1860, os *trade-unions* constituem sindicatos de ofício, centrados nas lutas economicistas e corporativistas, como explica Giovanni Alves:

o tipo de sindicalismo vigente naquela época era o sindicalismo de ofício, caracterizado por um forte exclusivismo profissional, abrangendo grupos de ex-artesãos transformados em assalariados. Era um sindicalismo em torno de um mesmo ofício e não de uma empresa (trabalhadores não qualificados e mulheres não tinham acesso a essas associações, uma vez que não tinham o domínio do ofício). (ALVES, 2003: 25).

O historiador Georg Douglas Cole descreve da seguinte maneira a organização dos trabalhadores ingleses no início da década de 1860:

En Londres, estos franceses encontraron en 1862, como principal organizador de su recibimiento, al “London Trades Council” (Consejo londinense de oficios), establecido sólo dos años antes como resultado de la disputa que se produjo en Londres, el año 1859, en el ramo de la construcción. Todavía no había en la Gran Bretaña una organización central que representara al movimiento sindical en su conjunto, ni mucho menos un partido obrero organizado. El “cartismo” había terminado por completo, y con él había perecido la Asociación Internacional que, como sucesora de los “Demócratas fraternales”, había tratado de continuar en relación con los radicales del continente después de la derrota de las revoluciones de 1848-1849. El “London Trades Council” como el organismo más representativo de que se disponía. (COLE, 1974: 90-91).

Além das lutas estritamente corporativistas, o *London Trades Council* também atuante no campo das lutas eleitorais parlamentares, a partir da organização da *National Reform League*:

“El “London Trades Council” también participó activamente en 1862 en el establecimiento de la Unión Política Sindical, que se convirtió en la Liga Nacional de Reforma (National Reform League) y llegó a ser el principal instrumento obrero en la lucha por la reforma parlamentaria”. (COLE, 1974: 91).

No início dos anos de 1860, os *trade-unions* possuíam uma espécie de organização central ou geral, denominada de *Junta*:

Foremost in this little group – which we shall hereafter call the Junta – were the general secretaries of the two amalgamated societies of Engineers and Carpenters, William Allan and Robert Applegarth, whose success in building up these powerful organisations had give them great influence in Trade Union councils. Bound to these in close personal friendship were Daniel Guile, the general secretary of the old and important national society of Ironfounders, Edwin Coulson, general secretary of the “London Order” of Bricklayers, and George Odger, a prominent member of a small union of highly skilled makers of ladies shoes, and an influential leader of London working-class Radicalism. (WEBB and WEBB, 1920: 233).

Assim, a *Junta* era formada pelas lideranças que exerciam o papel de secretários-gerais nas suas respectivas organizações operárias: William Allan, da ASE (*Amalgamated Society of Engineers*); Robert Applegarth, da ASCJ (*Amalgamated Society of Carpenters and Joiners*), Edwin

Coulson, da OBS (*Operative Bricklayers' Society*), Daniel Guile, da FSIF (*Friendly Society of Iron Founders*) e George Odger, da ASLS (*Amalgamated Society of Ladies' Shoemakers*) e presidente do *London Trades Council*.

É comum entre os pesquisadores do movimento operário inglês a qualificação dos *trade-unions* como poderosas organizações sociais e a identificação da revogação, em 1824, dos *Combinations Acts* - lei que proibia as associações de trabalhadores-, como o marco do crescimento do *trade-unionismo*. Por ocasião das leis proibitivas, os trabalhadores ingleses se organizavam em associações clandestinas que, depois da liberdade de organização, se converteram nos *trade-unions*.

Apesar da forte presença dos *trade-unions*, inclusive incorporados às estruturas estatais de poder pós-1824, sendo decisivos na definição dos salários dos operários, sua presença, segundo Giovanni Alves, era maior entre os trabalhadores qualificados:

Embora as *trade unions* fossem organizações operárias de prestígio, elas não tinham se generalizado, portanto, entre a massa dos trabalhadores assalariados. A prática do sindicalismo naquela época só era efetiva (e eficaz) entre certas frações das classes trabalhadoras, tais como os trabalhadores mais qualificados, os artífices especializados, os membros mais instruídos e autoconfiantes da classe operária inglesa, que ainda não tinha sucumbido à proletarização causada pelo *factory system*, e resistiam, com vigor, ao avanço impessoal e poderoso da maquinaria. (ALVES, 2003: 25).

De fato, segundo Sidney Webb e Beatrice Webb (1920), as origens dos *trade-unions* remete às antigas corporações de ofício das atividades artesanais nas manufaturas. Assim, historicamente, as categorias dos operários artífices possuíam longa experiência organizativa de tipo corporativista, mesmo sob a vigência dos *Combinations Acts*. Entretanto, os autores destacam que no século XIX há a emergência de um *New Unionism* que guardaria diferenças importantes em relação ao *Old Unionism* (WEBB and WEBB, 1920: 113), uma vez que o novo movimento *trade-unionista* se caracterizaria pela organização conjunta de diferentes *trade-unions*, enquanto que o antigo *trade-unionismo* se limitava à organização dos membros de um mesmo ofício, de uma mesma corporação.

Por sua vez, o operariado formado a partir da expansão da indústria capitalista, principalmente os têxteis e mineiros, não gozava da mesma experiência organizativa, ao mesmo tempo em que, ainda segundo Alves (2003: 42), sofria com a aplicação seletiva dos *Combinations Acts*, ou seja, medidas proibitivas das suas associações. Portanto, os *trade-unions* dos têxteis, *General Union of the Spinners* (1825), e dos mineiros, *United Association of Northumberland and Durham* (1829), representavam experiências recentes de organizações operárias.

As organizações operárias francesas foram a outra base fundamental da fundação da AIT, considerando-se que suas experiências organizativas e de luta se diferenciavam dos *trade-unions*

ingleses, especialmente no enfrentamento de leis que proibiam a livre organização de trabalhadores – a lei Le Chapelier:

En Francia, bajo el Segundo Imperio, casi ninguna organización política de obreros podía existir abiertamente, aunque los primeros candidatos de la clase obrera desde el establecimiento del Imperio habían hecho su aparición en 1863. Los mismos sindicatos obreros sólo empezaban a gozar de una tolerancia muy limitada, porque Napoleón III, amenazado por la creciente oposición burguesa contra su régimen, empezó de manera muy vacilante a ensayar las posibilidades de emplear a la clase obrera o parte de ella como contrapeso de sus enemigos burgueses. Incluso en 1864 los sindicatos eran todavía ilegales en Francia, aunque se les permitía existir con la apariencia de sociedades fraternales, siempre que no produjesen gran perturbación. (COLE, 1974: 90).

Promulgada em 1791, a lei Le Chapelier proibia as associações, incluindo as corporações de ofício, estabelecia o delito de coalizão de empresários ou de trabalhadores e proibia as greves dos trabalhadores, o que não impediu a proliferação de organizações operárias. Os trabalhadores franceses se utilizaram de diversas estratégias organizativas, principalmente as formas de sociedades de socorro mútuo e de sociedades de resistência.

Entre 1815 e 1830, a maioria das profissões operárias se organizava em sociedades de ajuda mútua. Em Paris, em 1819 havia 45, em 1823 eram já 132, com mais de 11 mil filiados, em 1826, o número de Sociedades de Ajuda Mútua na capital elevou-se a 184 e os filiados a 17 mil. Tais organizações se criaram também nas províncias. Nas vésperas da revolução de 1848 funcionavam na França mais de 2 mil Sociedades de Ajuda Mútua, debaixo dos mais diversos rótulos: irmandades, uniões filantrópicos, etc. (PONOMARIOV *apud* ALVES, 2003: 74).

As sociedades de socorro mútuo, além da função da solidariedade, no auxílio financeiro e material aos seus membros, exerciam o papel de organização política de resistência dos operários nas reivindicações e greves. As sociedades de socorro mútuo organizavam as caixas de resistência, que eram utilizadas para garantir o suporte dos operários em greve. Outra importante forma de organização dos operários franceses eram as sociedades de resistência, que reuniam os membros de uma mesma categoria profissional organizados politicamente para lutar contra as péssimas condições de trabalho e salário. Na verdade, é correto afirmar que não existiam fronteiras rígidas entre as sociedades de socorro mútuo e as sociedades de resistência, pois assumiam, de fato, o papel de organizações de luta dos operários.

Os trabalhadores franceses também possuíam experiência em organizações secretas, denominadas *compagnonnages*. Essas organizações clandestinas tentavam, em grande medida, reeditar o papel das antigas corporações de ofício, num contexto de industrialização crescente, de proletarização da classe trabalhadora e de proibição das organizações operárias. Nesse sentido,

tentavam manter o controle sobre o processo de reprodução da mão de obra qualificada, do saber dos artífices e do valor da força de trabalho. Entretanto, a nova conjuntura forçava as *compagnonnages* a assumirem práticas de resistência operária, algo novo que pressionava para além do corporativismo das corporações de ofício. A deflagração de movimentos paredistas era um dos fatores que mostrava a exigência de práticas de resistência até então novas para as *compagnonnages*. Dolléans relata um desses movimentos paredistas:

Le 4 septembre 1833, 5.000 ouvriers charpentiers de Paris se mettent en grève. L'entente s'est faite entre les deux sociétés de compagnonnage pour demander 4 francs comme prix minimum de la journée de travail. Un accord intervient, dont copie est déposée à la Société des maîtres imprimeurs et à la préfecture de police. (DOLLÉANS, 2003a: 68).

Sobre as sociedades clandestinas, existem interpretações distintas entre os pesquisadores. Alves (2003) considera que as associações secretas inglesas tinham pouca eficácia nas suas ações, limitadas pela própria clandestinidade, enquanto que as francesas apenas reforçavam o sectarismo dos trabalhadores artesãos mais qualificados. Numa abordagem diferente, Dolléans (2003a) identifica que a clandestinidade das organizações operárias entra em uma tendência internacional:

Les liens qui existent entre les sociétés secrètes font apparaître la tendance internationale du mouvement ouvrier, dans la mesure où ce mouvement s'exprime par la participation ouvrière aux sociétés secrètes. Dès cette époque, en France comme em Grande-Bretagne, sinon dans ses doctrines, du moins dans ses aspirations, le mouvement ouvrier va chercher instinctivement à relier la solidarité entre travailleurs d'un pays à une solidarité internationale entre les classes laborieuses. L'entente existant entre Français, Allemands, Suisses au sein des sociétés secrètes, à Paris, s'élargit entre les classes laborieuses de Grande-Bretagne, de Belgique, de France, les relations vont peu à peu devenir plus fréquentes et plus précises. Déjà, en 1836, les Chartistes de la W. M. A. adressent un message à la classe ouvrière belge, où s'affirme la solidarité de tous les travailleurs. Le mouvement chartiste n'est pas ignoré en France: en 1839 Flora Tristan décrit le Parlement ouvrier de Fleet Street: en octobre 1842, le journal L'Atelier adresse un appel aux Chartistes qui lui répondent en janvier 1843. Enfin, l'émeute du 13 mai 1839, en provoquant l'exil des membres de la Fédération des Justes, suscite la formation, à Londres et à Bruxelles, de deux centres d'agitation internationale. (DOLLÉANS, 2003a: 116).

Considerando o levantamento feito por Dolléans, é possível concluir que a estratégia da clandestinidade fez parte das experiências concretas de luta e organização operária, parte do processo de constituição das forças coletivas da classe trabalhadora europeia durante, especialmente, a primeira metade do século XIX, incluindo a articulação internacional. Portanto, não se tratava nem de experiências desprezíveis, nem limitadas às suas próprias fronteiras nacionais. O caráter clandestino não foi obstáculo ao internacionalismo operário.

De fato, ainda na década de 1840, mais precisamente no ano de 1843, a socialista e militante das causas das mulheres trabalhadoras Flora Tristan (1803-1844)²⁴, publicou a obra *Union ouvrière* na qual fazia a defesa da construção de uma *Union Universelle des Ouvriers et des Ouvrières*, cujos princípios estariam assentados no direito ao trabalho e na organização do trabalho: “La classe ouvrière a donc deux importantes réclamations à faire: 1- LE DROIT AU TRAVAIL; 2- L’ORGANISATION DU TRAVAIL”. (TRISTÁN, [1843] 2008: 49). Trata-se da defesa do direito à auto-organização da classe trabalhadora.

Flora Tristán estabeleceu cinco objetivos para a *Union Universelle des Ouvriers et des Ouvrières*:

1- De CONSTITUER OUVRIÈRE ; L’UNITÉ compacte, indissoluble de la CLASSE; 2- de rendre, au moyen d’une cotisation volontaire donnée par chaque ouvrier, L’UNION OUVRIÈRE propriétaire d’un capital énorme; 3- d’acquérir, au moyen de ce capital, une puissance réelle, celle de l’argent; 4- au moyen de cette puissance, de prévenir la misère et d’extirper le mal dans sa racine, en donnant aux enfants de la classe ouvrière une éducation solide, rationnelle, capable d’en faire des hommes et des femmes instruits, raisonnables, intelligents et habiles dans leur profession; 5- de récompenser le travail tel qu’il doit l’être, grandement et dignement. (TRISTÁN, [1843] 2008: 45).

Do ponto de vista de sua composição social e em termos de categoria sócio-ocupacional, a base do movimento organizado dos operários franceses se assemelhava ao movimento operário inglês, ou seja, era formado por artífices qualificados, trabalhadores cujas experiências de luta e de trabalho encontravam-se vinculadas historicamente às corporações de ofício e ao trabalho artesanal das manufaturas, como argumenta Moss:

The French labor movement arose not among factory workers, the unique product of the industrial revolution, but among skilled craftsmen engaged as wage earners in small-scale capitalist production. Struck with the novelty of factory workers, social observers have neglected an equally important change that occurred during industrialization, the formation of skilled proletariat. Commonly known as artisans, these skilled wage earners not only outnumbered factory workers, but remained the primary source of capital accumulation through most of the century. (MOSS, 1980: 8).

Moss defende a tese de que a expansão capitalista não foi responsável somente pela criação dos trabalhadores fabris, mas também determinou a multiplicação do número de trabalhadores qualificados, dos operários artífices, mão de obra necessária para atender às demandas dos mercados de

24 Flora Tristán é considerada uma das precursoras do movimento de mulheres trabalhadoras, articulando as pautas do gênero feminino com a pauta do movimento da classe trabalhadora, destacando a necessidade do movimento se construir enquanto um movimento de trabalhadores e trabalhadoras. Jornalista e escritora de profissão defendeu as causas do socialismo e da revolução e foi uma das pioneiras na defesa do internacionalismo operário.

produtos de luxo e de alto-consumo, cujo crescimento seria alimentado pela expansão das habitações e instalações públicas nas cidades em rápido processo de urbanização.

Ainda é importante destacar que Moss diferencia os artesãos do período manufatureiro, *craftmen*, dos operários artífices da industrialização, *artisans*. Assim, os operários artífices ou *artisans*, devem ser entendidos como uma fração do proletariado, criada pela Revolução Industrial, assim como o operariado fabril. Essa distinção é importante para o rompimento com as análises que enquadram os operários artífices como uma fração das classes médias urbanas.

Assim, os operários qualificados de tipo artesanal eram uma fração do proletariado que possuía grande experiência de organização, de lutas corporativas e de participação e organização das barricadas e dos movimentos insurgentes. Adeptos das diversas ideologias socialistas, as lideranças dos operários artífices eram leitores de Babeuf, Blanqui, Blanc e Proudhon. O historiador Cole relata da seguinte maneira a delegação dos franceses que participaram da fundação da AIT:

Los franceses que tomaron parte en los acontecimientos de 1864 – Henri Louis Tolain (1828-1897), Charles Limousin, E. C. Fribourg, Eugéne Varlin (1839-1871), y Eugéne Dupont (1831-1881) – a eran respectivamente un tallista, un maquinista de una fábrica de encajes, un grabador, un encuadernador y un fabricante de instrumentos de música. Todos, excepto Dupont, que vivía en Londres, eran artesanos de París, representantes de industria en pequeña escala, que todavía ocupaban lugar de preferencia. Tres de ellos: Tolain, Limousin y Fribourg, eran partidarios de Proudhon y contrarios al socialismo colectivista, aunque no de la acción política obrera. El cuarto parisiense, Eugéne Varlin, era el organizador principal del movimiento sindicalista francés, y era mucho más izquierdista que los otros: en el lenguaje moderno se le habría llamado sindicalista. Dupont, que residía en Londres, estaba más bajo la influencia de Marx y de sus amigos. Pero, por el momento, todos coincidían en la necesidad de organizar un fuerte movimiento sindicalista, una acción política obrera independiente, y de acentuar la separación entre los obreros y los radicales revolucionarios, tanto de los burgueses como de los partidarios de Auguste Blanqui, que compartía, con los proudhonistas (Proudhon había muerto en 1865), la adhesión de los elementos conscientes de los obreros franceses. (COLE, 1974: 92).

Ao lado dos *trade-unions* ingleses e dos operários socialistas franceses, um outro grupo, igualmente diverso, teve importante participação na assembleia de fundação: os exilados políticos que residiam em Londres.

La Asociación Internacional de Trabajadores fue fundada al principio como una unión del movimiento obrero inglés y del francés, dentro del cual se esperaba conseguir la cooperación de grupos de espíritu análogo existentes en otros países; y, como un primer paso en este sentido, un número selecto de exilados que vivían en Londres fueron invitados a tomar parte en las discusiones. Marx debió su invitación principalmente al hecho de que dos amigos suyos, el sastre alemán Georg Eccarius (1818-1889) y el relojero

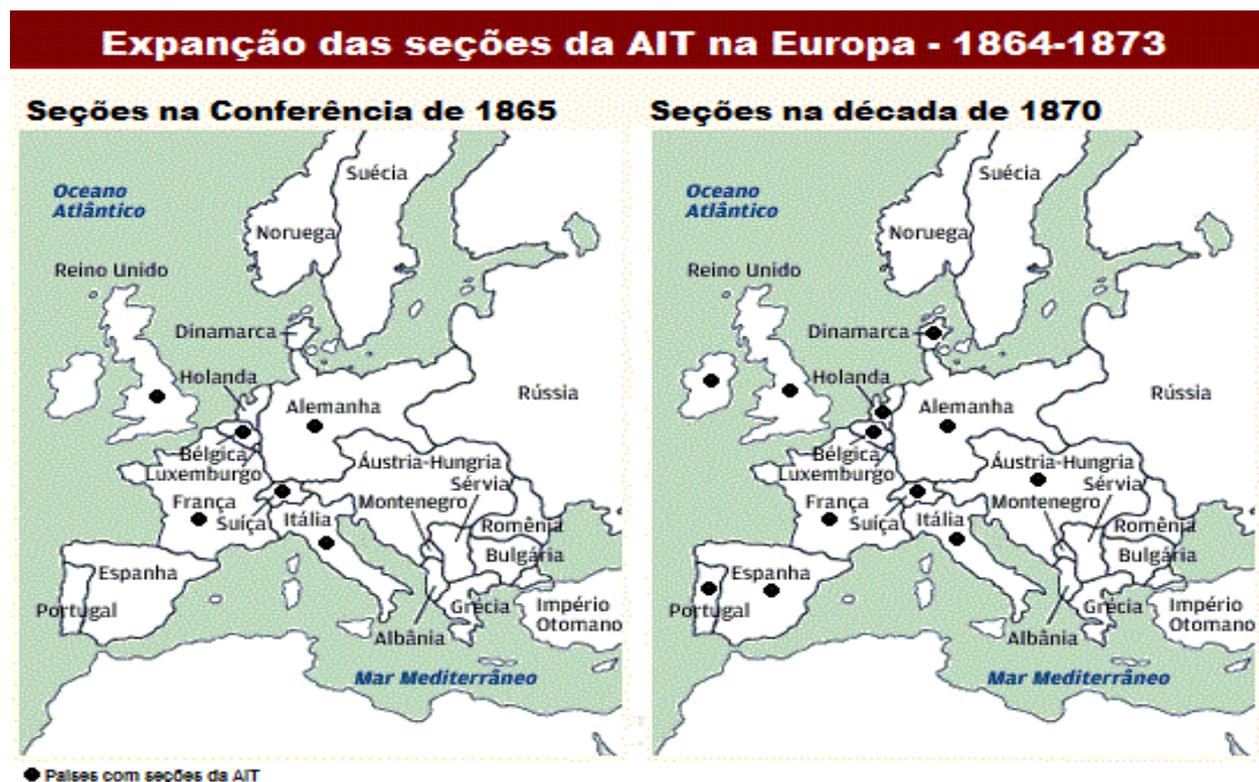
suízo Hermann Jung (1830-1901), habían conseguido para sí mismos un lugar en el movimiento obrero británico, y pudieron introducirlo desde el comienzo mismo. (COLE, 1974: 92).

A proposta da AIT não tardou em incorporar adeptos das diversas nacionalidades da Europa, como indica o “mapa 1”, e dos Estados Unidos. A primeira conferência, realizada em Londres entre os dias 25 e 29 de setembro de 1865, teve a importante participação das delegações da Bélgica e da Suíça e também contou com a representação da Alemanha e da Itália.

En la conferencia inaugural de la Asociación Internacional de Trabajadores, estuvieron representadas cuatro naciones sin contar las que estaban representadas nominalmente por exilados que residían en Londres. Estas cuatro eran Gran Bretaña, Francia, Bélgica y Suiza, o más bien Ginebra, pues no acudió ningún delegado de los demás cantones suizos. De éstas, Bélgica tenía un delegado, César de Paepe, y Ginebra dos, el alemán J. P. Becker y el refugiado francés François Dupleix. Aparte de Becker, Alemania estaba representada sólo por exilados que residían en Londres: Marx mismo y sus amigos Eccarius, Friedrich Lessner y Karl Schapper. Francia envió a Tolain, Limousin, Fribourg y Varlin, todos de París, y Dupont asistió representando a los refugiados franceses de Londres. Gran Bretaña estuvo representada por George Orger, entonces presidente del "London Trades Council" y a un punto de llegar a ser su secretario; George Howell, entonces secretario; W. R. Cremer, del Sindicato de Carpinteros, primer secretario de la Internacional; y el amigo de Marx, Georg Eccarius, el sastre alemán que trabajaba en Londres. El contingente del congreso lo completaba el exilado polaco Bobczynski; el relojero suizo de Londres Hermann Jung, y el italiano mayor Wolff, que se separó muy pronto. (COLE, 1974: 99).

As bases sociais que construíram a Internacional na Suíça eram diversas, com a presença de organizações de tipo sindical nas grandes cidades, e gozavam de liberdade associativista, entretanto, segundo Cole (1974: 101), o movimento operário suíço não possuía organizações de abrangência nacional ou que unificasse a Suíça alemã e francesa. Era na Suíça francesa onde o movimento operário tinha maior ativismo, com destaque para os trabalhadores genebrinos organizados em sociedades de ofícios formadas por operários especializados, que tinham direitos políticos, como o direito de voto e, recorrentemente, faziam alianças com os radicais das classes médias urbanas. A capital, Genebra, segundo Mathieu Léonard (2011), era uma cidade cosmopolita com cerca de 64 mil habitantes, sendo que um terço era composto de trabalhadores estrangeiros, principalmente franceses, alemães e italianos. Havia uma diferenciação importante entre os trabalhadores na capital suíça, pois os suíços eram predominantemente operários artífices bem qualificados que se dedicavam à produção de relógios, enquanto que os demais operários, predominantemente estrangeiros, eram empregados em atividades não-qualificadas, especialmente a construção civil.

Mapa 1: Nações que possuíam seções da AIT – 1864-1973



As seções da AIT acompanharam a divisão entre organizações de trabalhadores de língua alemã e francesa, assim, primeiro em Genebra e depois em Lausana, foram fundadas seções alemãs e francesas. A seção de língua alemã de Genebra foi impulsionada pelo socialista alemão Johann Philipp Becker (1809-1886)²⁵ e a seção de língua francesa, que também reunia trabalhadores de outras nacionalidades, foi impulsionada por Jean-Baptiste Dupleix (?-?)²⁶. Apesar do internacionalismo, os desafios impostos pelas contradições locais, como as diferentes origens nacionais e a diferenciação entre os operários constituíam obstáculos à construção das organizações de trabalhadores. Os esforços para a superação desses obstáculos eram constantes.

Nesse contexto, os operários de Genebra da construção civil constituíam um movimento diferenciado, contrário às alianças com as classes médias e partidários da estratégia da ação direta. Protagonizaram um dos principais momentos de luta operária do período da AIT, as greves de 1868 e 1869, a *dupla greve de Genebra*.

Na região da Suíça francesa, os cantões do Jura e de Neuchâtel, como os distritos de Chaux-

25 J-P. Becker foi um socialista revolucionário e publicista, participou dos movimentos democráticos na Alemanha e na Suíça nas décadas de 1830 e 1840. Durante os processos revolucionários de 1848 e 1849 participou das lutas na região alemã de Baden. Na década de 1860 dedica-se à construção da AIT e foi membro da Aliança Internacional da Democracia Socialista, mas posteriormente rompeu com o bakunismo.

26 Jean-Baptiste Dupleix, ou François Dupleix, encadernador de origem suíça, foi importante militante da seção da AIT de língua francesa de Genebra. Participou como delegado na conferência de Londres, 1865, e dos congressos de 1866, em Genebra, e de 1867, em Lausanne.

de-Fonds e do Locle, eram dominados pela produção industrial em pequena escala domiciliar de operários artífices, especialmente, relojoeiros. Entretanto, como argumenta Mathieu Léonard (2011), eram menos qualificados que seus companheiros relojoeiros genebrinos, recebiam salários inferiores e se encontravam mais expostos aos efeitos degradantes da mecanização da produção. A seção de Chaux-de-Fonds foi fundada em 1865, pela atuação destacada de Pierre Coulley²⁷ (1819-1903), e a seção do Locle foi fundada no ano seguinte pelos anarquistas Constant Meuron (1804-1872)²⁸ e Guillaume.

Os trabalhadores dos cantões suíços do Jura e de Neuchâtel, bem como os trabalhadores genebrinos da construção civil, se tornariam uma das principais bases do anarquismo na AIT. Sob a liderança de anarquistas como Guillaume, Meuron e Schwitzguébel, constituíram o setor que seria conhecido como bakuninista.

Os operários belgas também possuíam liberdade de organização e, principalmente nos distritos de mineração e metalurgia, tinham grande experiência nas lutas sociais (COLE, 1974). A economia belga encontrava-se entre as mais industrializadas da Europa Ocidental, com forte desenvolvimento capitalista. Segundo Marie-Thérèse Bitsch (2004: 92), entre 1850 e 1873 sua economia teve, a exemplo do restante da Europa, um crescimento extraordinário de 3,75% ao ano.

O ideário socialista estava presente no movimento operário belga através de importante relação com exilados franceses:

En el terreno de las ideas estaba muy abierto al influjo francés, reforzado por la presencia de un gran número de refugiados franceses. Pero también tenía una tradición considerable de pensamiento socialista propio, tanto valón como flamenco. (COLE, 1874: 100).

Na Alemanha, a experiência organizativa dos trabalhadores também remonta às corporações de ofício do período da economia mercantil, reunindo artesãos ao redor de seus interesses corporativos, mas essas formas de organização entram em conflito com os interesses capitalistas emergentes e, por isso, passam a ser proibidas ainda na década de 30 do século XVIII, pela legislação do Sacro Império Romano Germânico. Os historiadores marxistas Gilles Dauvé e Denis Authier (2012 [1976]) relatam que os trabalhadores artesãos passaram a resistir às pressões da

27 Pierre Coulley era formado em medicina, pela sua atuação junto aos setores mais pauperizados dos trabalhadores era conhecido como *le médecin des pauvres* [o médico dos pobres]. Era um humanista e defensor das ideias mutualistas de Proudhon. Dedicou-se à vida política, concorrendo a diversos cargos eletivos e ao parlamento. Em 1865 se decide pela militância internacionalista, deixa o Partido Radical, perde seu mandato, funda o Partido Socialista de Neuchâtel e funda a Seção da AIT de Chaux-de-Fonds. Afasta-se da AIT por discordar dos ideais coletivistas de Guillaume e dos demais militantes anarquistas suíços.

28 Constant Meuron foi um revolucionário suíço, que lutou nas insurreições de 1831, foi preso e condenado à morte. Fugiu em 1834 e se refugiou no Vale de Saint-Imier. Se estabeleceu no Locle, onde participou da insurreição de 1848. Tornou-se operário artífice gravador e fundou, junto com Guillaume, a seção do Locle da AIT. Para um aprofundamento de sua biografia veja H.-P. Renk, Constant Meuron (1804-1872), combattant républicain de 1831 et fondateur de la Première Internationale au Locle, in *Cahiers HMO*, 15, 1999, 127-149.

transformação capitalista do final do século XVIII organizando sociedades de socorro mútuo e deflagrando movimentos grevistas entre 1791 e 1795, que foram associados à Revolução Francesa e fortemente reprimidos.

Twenty thousand workers carried out a one-week general strike in Hamburg in 1791, which ended only with the intervention of the army. In Breslau, in 1793, the firing of a Hungarian worker led to a strike and more than 200 arrests. The city, which at that time counted 50,000 inhabitants, was the scene of daily demonstrations in which thousands of workers participated. The disturbances spread to the countryside; troops killed 37 people. The strike was brought to a conclusion on the basis of a compromise: the worker was re-hired. These movements never attained the extent of the Luddite agitation in England, however. (DAUVÉ and AUTHIER, 2012 [1976]).

Os conflitos se intensificam na primeira metade do século XIX e diversos motins ocorreram como uma reação à imposição do pauperismo e da miséria, resultantes das transformações da economia capitalista. Os motins e revoltas convergiram para os movimentos insurgentes de 1848 e 1849. Além das organizações das corporações de ofício e de socorro mútuo, as lutas dos trabalhadores alemães contaram com organizações de caráter socialista e comunista, como a Liga dos Justos, fundada em 1836 por alemães exilados em Paris. Sua fusão com o Comitê de Correspondência Comunista resultou na fundação, em 1847, da Liga dos Comunistas, dissolvida em 1852, depois da repressão promovida pelo governo Prussiano.

Em meio às derrotas das insurreições e à forte repressão da década de 1850, o movimento operário e socialista se reorganizou na Alemanha. Sob um processo de industrialização tardio, porém extremamente rápido, os trabalhadores organizaram associações profissionais de abrangência nacional e contavam com a influência do ideário socialista liderado por Ferdinand Lassalle (1825-1864), que fundou em 1863 a União Geral dos Trabalhadores Alemães – *Allgemeiner Deutscher Arbeiterverein* (ADAV).

Por sua vez, o movimento operário italiano é marcado por uma longa experiência de sociedades de socorro mútuo, visto que a primeira organização dessa natureza data do final do século XVI: “alle fine del 1700 nascono le prime società di mutuo soccorso, società operaie e cooperative di consumo, come associazioni volontarie che vogliono migliorare le condizioni materiali e morali dei ceti lavoratori” (MASSAGLI, 2007: 17). Ou seja, mesmo sob as leis proibitivas do Sacro Império, os trabalhadores italianos organizavam sociedades baseadas na mutualidade.

Na primeira metade do século XIX, há diversas sociedades de resistência organizadas pelas diversas categorias de operários artesãos que, ao lado das sociedades de socorro mútuo, assumem papel decisivo nas lutas operárias, num contexto político conflagrado desde a década de 1830, por

ocasião do movimento insurrecional republicano, cujas lideranças de Mazzini e Giuseppe Garibaldi (1807-1882) são destacadas. O republicanismo radical italiano se insurge novamente em 1848, marco das revoltas populares.

Em meio à repressão que se seguiu após a derrota de 1848, as organizações dos trabalhadores se reorganizam. Em 1849, é fundada a primeira associação de tipo sindical da Itália, a *Società dei Compositori Tipografi*, e as sociedades de socorro mútuo buscam novos níveis de organização. Assim, em 1851 é fundada a *Associazione Generale di Mutuo Soccorso delle Operaie di Torino*. E ainda é importante ressaltar a fundação, em junho de 1864, da *Associazione di Mutuo Progresso*, fundada pelos italianos exilados em Londres, sob a liderança de Mazzini e Garibaldi. Essa associação mazzinista teve papel destacado na formação e na consolidação da AIT, com a participação do Major Wollf no Conselho Geral.

O caráter tardio da industrialização italiana provocou processos contraditórios que a classe trabalhadora teve que enfrentar, como afirma o pesquisador Adolfo Pepe:

Infatti, lo sviluppo capitalistico – che in Italia arrivò con ritardo rispetto agli altri paesi europei – ebbe una distribuzione settoriale e territoriale disuguale e squilibrata che esasperò le contraddizioni interne alla formazione del proletariato. Accanto alla formazione dei primi consistenti nuclei operai, si assistette a una stratificazione dei lavoratori a domicilio, operai degli opifici, minatori e lavoratori edili, tipografi, ecc. Allo stesso tempo la gravissima crisi della struttura agraria e l'enorme espulsione della forza lavoro dall'agricoltura non furono compensate dall'imponente flusso migratorio che prese avvio in questo periodo e riversò sul mercato del lavoro una quota di disoccupazione strutturale, temporanea e permanente, di grandi dimensioni. (PEPE, 2012: 73).

A AIT se expandiu rapidamente nos anos que se seguiram, se consolidando enquanto força política na Europa e com importante presença nos Estados Unidos. Embora não existam números precisos sobre a quantidade de membros filiados, o pesquisador Marcello Musto procurou fazer uma sistematização a partir de fontes diversas e chegou a números expressivos nos anos de pico²⁹, como indica a tabela 1. Na Inglaterra seriam 50 mil filiados em 1867, na Suíça cerca de 6 mil em 1870, na França mais de 30 mil em 1871, mesmo número de membros da Bélgica no mesmo ano, na Espanha cerca de 30 mil em 1873³⁰ e na Itália cerca de 25 mil também em 1873.

29 É importante destacar que, de fato, as informações sobre o número de filiados e/ou de trabalhadores que a AIT abarcou não são precisos. A presente pesquisa foi realizada somente em fontes secundárias diversas cujas informações são muito dispares. O pesquisador marxista P. Luquet (1968), por exemplo, afirma que a seção francesa da AIT passou de 600 membros para 70 mil membros em 1871, ou seja, um número bem maior do que os mais de 30 mil indicados por Musto.

30 Montequi (1977:139) informa que em 1873 a AIT na Espanha tinha 45.663 filiados, número superior aos 30 mil informados por Musto.

Tabela 1: Número de membros da AIT

PAÍS	ANO DE PICO	NÚMERO DE MEMBROS
Inglaterra	1867	50 mil
Suíça	1870	6 mil
França	1871	Mais de 30 mil
Bélgica	1871	Mais de 30 mil
Estado Unidos	1872	4 mil
Alemanha	1870	Mais de 10 mil*
Espanha	1873	Cerca de 30 mil
Itália	1873	Cerca de 25 mil
Holanda	1872	Menos de mil
Dinamarca	1872	Menos de 2 mil
Portugal	1872	Menos de mil
Irlanda	1872	Menos de mil
Império Austro-Húngaro	1872	Menos de 2 mil

* Inclusive membros do Partido Social-democrata dos Trabalhadores da Alemanha.

Fonte: MUSTO, Marcello, 2014, p. 88

O caráter de classe da base da AIT não é em si questionado, entretanto, existe uma polêmica (já abordada no primeiro capítulo) em relação à condição de classe dos operários artesãos. A teoria marxista enquadrou os artesãos como parte das classes médias, que englobaria os pequenos industriais e comerciantes e os camponeses. Em termos de oposição de classe, as classes médias entrariam em conflito com a burguesia para garantir sua existência, portanto, seriam politicamente classes conservadoras, ou mais, reacionárias, podendo assumir posições revolucionárias, mas somente na iminência de sua proletarização.

Essa conceituação dos artesãos como parte das classes médias deriva do conceito restrito de classe social da teoria marxista, conforme as críticas de Van der Linden (2008) e Moss (1980), isto é, um conceito que restringe ao proletariado industrial e ao trabalho assalariado livre, enquanto produto mais autêntico da industrialização capitalista, a condição de classe efetivamente antagônica à burguesia.

A aplicação de tal conceito restrito produziu interpretações limitadas e preconcebidas sobre a base social da AIT, ao identificar as categorias de operários artesãos como de classe média, ou na sua formulação mais pejorativa, de pequena burguesia, cuja condição de classe explicaria sua afinidade com as ideologias mutualistas proudhonianas e com o próprio bakuninismo. Essa é a interpretação de Stekloff, que classifica as ideias proudhonianas como pequeno-burguesas e considera que, como tais, estariam sujeitas à superação graças ao desenvolvimento industrial

capitalista:

For a considerable period this doctrine, though permeated with the petty-bourgeois spirit, was very popular among the more advanced French workers. The rest of the workers, those who had not become indifferent to the political struggle, were still republican in sentiment; but their ideas continued to move within the orbit of bourgeois liberalism, and at the elections they voted for bourgeois republicans. Finally, a very small minority of the workers was Bonapartist. But it was impossible that this state of affairs should continue. The development of capitalism in France advanced with rapid strides after the failure of the revolution of 1848, and as soon as the economic crisis which had been one of the main causes of that revolution had passed away. Economically speaking, France was an extremely prosperous country during the Second Empire. Manufactures and trade were more flourishing than during any other period of the nineteenth century. Only now was France being transformed into a modern capitalist country. Indubitably, however, this economic prosperity was one of the chief causes of the political indifference of the French workers. But such an effect cannot last for ever. In a certain phase, this process of rapid economic advance will arouse a vigorous temper in the working masses, and will incite them to fresh struggles. An impetus to this revival of the revolutionary movement among the French workers was given by the economic crisis of 1857, and by the political excitement aroused by the Italian war of 1859. (STEKLOFF, 2011 [1928]: 26).

Da mesma forma, ao se referir às principais bases do ideário anarquista nas seções da Internacional, o historiador Eric Hobsbawn as qualifica como pequenos artesãos presos à mentalidade camponesa e temerosos com o processo de industrialização, especialmente os suíços do Jura e os espanhóis da Catalunha e da Andaluzia (HOBSBAWN, 1977: 174). Assim, os historiadores marxistas, Stekloff e Hobsbawn, fazem interpretações mecânicas a partir de categorias sócio-ocupacionais, isto é, atividades artesanais em pequena escala enquadradas como pré-capitalistas exercidas por setores de classe média em processo de proletarização que incorporariam ideologias pequeno-burguesas de tipo conservadoras e reacionárias.

Para superar os limites do conceito restrito de classe social é necessária uma conceituação de classe multidimensional, que considere o conjunto dos fatores estruturais, de ordem social, econômica e política, que determinam a divisão e o antagonismo de classe. O materialismo sociológico se propõe a um entendimento do multidimensional da noção de classe, conforme a análise de Bakunin, que define a classe burguesa como “corpo político e social, economicamente separado da classe operária” (BAKUNIN, 1979: 16).

A concepção multidimensional da definição bakuninista de classe social encontra-se ancorada no entendimento de que a materialidade histórica da sociedade impõe, enquanto resultado da construção coletiva da humanidade, experiências e relações sociais concretas, mas que distinguem e determinam o antagonismo de classe pela exploração das forças coletivas da classe

que trabalha. Assim, o trabalho possui uma dimensão ontológica e histórica³¹. Ontológica porque parte do pressuposto que é pelo trabalho coletivo que os homens constroem a sociedade e a si mesmos e histórica porque entende que o trabalho coletivo foi submetido a diferentes sistemas de subordinação e exploração: escravidão, servidão e assalariamento.

Bakunin, ao analisar o antagonismo entre as classes no contexto dos conflitos na França no início da década de 1870, explicita sua teoria das classes sociais:

Depuis plusieurs années, je m'étais livré avec une sorte de volupté amère et cruelle à l'étude spéciale de cette impuissance Intellectuelle et morale étonnante de la bourgeoisie actuelle. Et quand je de la bourgeoisie, je comprends également sous cette dénomination toute la classe nobiliaire, qui, ayant perdu sur tout le continent de l'Europe, et en grande partie en Angleterre même, tous les traits distinctifs qui en avaient fait jadis une classe politiquement et socialement distincte, s'est complètement embourgeoisée aujourd'hui, sous la pression irrésistible du mouvement capitaliste actuel. Je comprends aussi sous ce mot la masse innombrable des grands et des petits fonctionnaires militaires, civils, judiciaires, religieux, scolaires et policiers de l'Etat, moins les simples soldats, qui, sans être eux-mêmes des bourgeois, sont pourtant la providence visible, l'unique raison d'être et comme les archanges forcés de la bourgeoisie et de l'Etat, les soutiens uniques et indispensables de ce que les bourgeois appelle leur civilisation aujourd'hui. J'appelle donc *bourgeois* tout ce qui n'est point travailleur des fabriques, des ateliers ou de la terre; et *peuple* toute la masse des ouvriers proprement dits, aussi bien que des paysans qui cultivent soit leur terre propre, soit la terre d'autrui, de leurs bras. Moi qui écris, je suis malheureusement un bourgeois. Pourtant, on pourrait considérer comme non-bourgeois et comme appartenant qu proletariat cette masse de travailleurs de la science et des arts qui parviennent à peine à gagner leur vie et qui s'écrasent mutuellement dans une concurrence effroyable; leur existence est souvent plus précaire et plus misérable que elle des ouvriers proprement dits. (BAKUNIN, 1910: 286).

O anarquista russo identifica o *povo*, ou o *proletariado*, como a massa daqueles que se encontram submetidos à escravidão, à servidão e ao assalariamento e, portanto, vivem do próprio trabalho, sejam os operários das indústrias, os demais trabalhadores das cidades, os artesãos das oficinas, os camponeses (aqueles que trabalham na sua própria terra), trabalhadores rurais e, inclusive, os trabalhadores das ciências e das artes que se encontram em condições precárias de vida. Estes que trabalham, se opõem à *burguesia*, composta pelas diversas frações de proprietários capitalistas, pelas classes nobiliárias, pelas autoridades de Estado, sejam civis, militares ou jurídicas, e pelas hierarquias clericais. Assim sendo, é a condição de *trabalhador* que determina que operários, artesãos e camponeses, bem como servos e escravos, estejam submetidos às mesmas

31 Andrey Cordeiro Ferreira procurou explicar a teoria e a definição de classe na obra de Bakunin: “Aqui temos um elemento fundamental: as definições de “classe” social são historicamente determinadas, e não logicamente determinadas: em última instância, é a relação com o trabalho (e o capital) que define a condição de classe” (FERREIRA, 2010: 16-17).

condições sociais, políticas e econômicas de classe e, conseqüentemente, em posição antagônica à burguesia e demais frações das classes dominantes.

A conceituação de classe do materialismo sociológico permite superar as noções restritas do conceito de classe, que enquadram artesãos e camponesas como frações das classes médias e estabelecem *a priori* a natureza conservadora de suas ações políticas. Por isso, a classe trabalhadora é entendida em sua diversidade e em suas contradições internas, formada por diferentes frações de classe.

Da mesma forma, é equivocado considerar, como afirma Eric Hobsbawm, que os operários artesãos seriam “líderes ideológicos e organizacionais naturais entre os trabalhadores pobres” (HOBSBAWN, 1986: 84). Na verdade, constituíam uma das frações mais organizadas do proletariado do século XIX, cujas experiências organizativas e de luta possibilitaram o desenvolvimento de sua força coletiva, impulsionando as demais frações proletárias.

O pesquisador Flemming Mikkelsen identificou as seguintes frações do proletariado e suas diferentes posições no processo produtivo e no mercado de trabalho capitalista europeu do século XIX:

On the one side were the industrial craftsmen – ironsmiths, iron fitters, founders, and welltrained mechanics – occupied in the mechanical workshop industry. These workers were of high expertise and were among the best paid. By virtue of their skill and their central position in the production process they could not easily be dismissed, and were in possession of a high degree of autonomy. Hierarchies remained relatively short and the role of supervisors were to coordinate the work of craft specialists. On the other side we find textile and garment industry, tobacco industry and paper making. Categories with large numbers of unskilled labourers, female workers and for some child labour, too. They all belonged to the bottom of the wage scale and were under close supervision, according to an organized time schedule. Between these two extremes there are many industries (ex. glass, chemicals, food, paper, machine construction, automobile industry) with a mixture of high skilled workers, female unskilled and especially a large semiskilled labour force. These workers were trained on the job, manned general machine tools and performed simple operations after extensive instruction from the foreman. They worked in a continuous hierarchy of skill levels, were controlled by higher ranking workers and overseers, and close time-discipline. (MIKKELSEN, 1996: 15-16).

Essa diversidade e as contradições internas à classe trabalhadora foram enfrentadas pelos militantes, correntes e tendências do movimento operário organizado na AIT, enquanto os debates diante desse desafio explicitaram outras contradições e divergências de concepções e práticas políticas do próprio movimento operário europeu, intensificando os conflitos intraclasse.

Considerando a base social da Internacional, sua história e sua vitalidade no seio do movimento operário europeu e norte-americano do século XIX, pode-se afirmar que as experiências

de luta e de auto-organização dos operários artesãos assumiram a condição de força coletiva do proletariado daquele contexto do grande ciclo de lutas, materializando essas experiências em uma organização de caráter internacional, aglutinando uma diversidade de concepções e práticas de lutas operárias e sociais e assumindo as próprias contradições do movimento operário, seja nas suas divergências político-ideológicas, seja nas contradições da composição da própria classe trabalhadora, como bem descreveu e analisou Mikkelsen.

Ao analisar o movimento operário no que diz respeito a sua composição social, auto-organização suas lutas, as forças coletivas do proletariado se desenvolveram dialeticamente no grande ciclo de lutas do século XIX, de um lado pelo internacionalismo operário, levado a cabo pelos operários artesãos, cujas experiências organizativas e insurrecionais foram marcantes na primeira metade do século XIX, e, de outro lado, pela inserção do proletariado da grande indústria e da mineração nos conflitos de classe. O resultado, como será abordado nos próximos capítulos, foi um ciclo de greves de massa e insurrecional, começando com a dupla greve dos operários da construção civil de Genebra, 1868-69, passando pela greve dos mineiros de Creusot, pela Insurreição da Comuna de Paris, 1871 e chegando na greve geral insurrecional espanhola de 1873. Portanto, o internacionalismo operário e as lutas de massa insurrecionais são as principais expressões das forças coletivas do proletariado no contexto aqui estudado.

2.3. Organização e divergências: os conflitos nos primeiros anos de organização da AIT

O Conselho Central Provisório, aprovado e eleito na assembleia de fundação da AIT, teve sua primeira reunião no dia 5 de outubro de 1864. Os membros presentes elegeram os *trade-unionistas* George Odger e William Randal Cremer como, respectivamente, Presidente do Conselho Central e Secretário Geral Honorário (ver a primeira estruturação organizativa do Conselho na tabela 2.2), definiram a contribuição para a manutenção das reuniões do Conselho, aprovaram o ingresso de novos membros, Vassbender, Morrissot, Jourdain, Leroux, Bordage, Aldovrandi, Setacci, Carter e Beesly (ver a primeira composição do Conselho Central na tabela 3.2) e elegeram um subcomitê responsável pela elaboração dos Estatutos Provisórios.

Tabela 2: Estruturação do Conselho Central Provisório

NOME	FUNÇÃO
George Odger	Presidente do Conselho Central
George W. Wheeler	Tesoureiro Honorário
Karl Marx	Secretário Correspondente para Alemanha

G. P. Fontana	Secretário Correspondente para Itália
E. Holtorp	Secretário Correspondente para Polônia
Hermann F. Jung	Secretário Correspondente para Suíça
V. Le Lubez	Secretário Correspondente para França
William R. Cremer	Secretário Geral Honorário

Como já mencionado, o Conselho Central Provisório era formado majoritariamente pelos ingleses e entre estes predominavam os *trade-unionistas*, que também contavam com a participação de ex-militantes do movimento cartista e, em geral, atuavam conjuntamente na *Reform League* em defesa do sufrágio masculino. Outra tendência importante era o radicalismo inglês, isto é, aqueles dedicados às reformas políticas de caráter liberais e democráticas, fortemente influenciados pela filosofia utilitarista de Jeremy Bentham (1748 [1847]-1832) e pelas ideias socialistas de Robert Owen (1771-1858). Por último, as ideias positivistas estavam presentes nas defesas feitas pelos militantes Peter Fox e Spencer Beesly, sendo que esse último presidiu a assembleia de fundação da AIT.

Tabela 3: Membros do Conselho Central Provisório da AIT - 1864

NACIONALIDADE	CONSELHEIRO	IDEOLOGIA
Inglesa	J. Whitlock (?-?)	<i>Trade-unionista</i>
	W. Pidgeon (?-?)	<i>Trade-unionista</i>
	Benjamin Lucraft (1809-1897)	<i>Trade-unionista</i>
	Charles Shearman (?-?)	<i>Trade-unionista</i>
	Jonh D. Nieass (?-?)	<i>Trade-unionista</i>
	Robert Shaw (?-1869)	<i>Trade-unionista</i>
	George Lake (?-?)	<i>Trade-unionista</i>
	George Odger (1820-1877)	<i>Trade-unionista</i>
	John Osborne (?-?)	<i>Trade-unionista</i>
	Rodger Gray (?-?)	<i>Trade-unionista</i>
	William D. Stainsby (?-?)	<i>Trade-unionista</i>
	W. Morgan (?-?)	<i>Trade-unionista</i>
	William R. Cremer (1828-1908)	<i>Trade-unionista</i>
	Alexander Dick (?-?)	<i>Trade-unionista</i>
	Jonh Bredford Leno (1826-?)	<i>Trade-unionista</i> e cartista
	Robert Hartwell (?-?)	<i>Trade-unionista</i> e cartista
George Howell (1833-1910)	<i>Trade-unionista</i> e cartista	

	William Dell (?-?)	Radicalismo inglês
	John Longmaid (?-?)	Radicalismo inglês
	William Worley (?-?)	Radicalismo inglês
	James Buckley	Radicalismo inglês
	James Carter	Radicalismo inglês
	George William Wheeler (?-?)	Radicalismo inglês
	Jonh Grossmith (?-?)	Radicalismo inglês
	John Weston (?-?)	Owenista
	Peter Fox (?- 1869)	Positivista
	E. Spencer Beesly (1831-1915)	Positivista
	Blackmore (?-?)	?
Francesa	Victor Le Lubez (1834-?)	Socialista
	Jules Denoual (?-?)	Republicanismo radical francês
	Jean Baptiste Bocquet (?-?)	Republicanismo radical francês
	Pierre Talandier (1822-1890)	Republicanismo radical francês
	Gustave Jourdain (?-?)	Republicanismo radical francês
	Jules Leroux (?-?)	Republicanismo radical francês
	Louis Vasbenter (?-?)	Socialista proudhoniano
	Eugène Dupont (1831-1881)	Comunista
	Morrissot (?-?)	?
	P. Bordage (?-?)	?
	Morrissot (?-?)	?
Italiana	Luigi Wolff (?-?)	Mazzinista
	Giuseppe Fontana (1840-1876)	Mazzinista
	C. Setacci (?-?)	Mazzinista
	P. Aldovrandi (?-?)	Mazzinista
	Domenico Lama (?-?)	Mazzinista
	F. Solustri	Mazzinista
Alemã	J. G. Eccarius (1818-1889)	Comunista
	Friedrich Lessner (1825-1910)	Comunista
	Karl Pfänder (1818-1876)	Comunista
	Georg(e) Lochner (1824-?)	Comunista
	Karl Marx (1818-1883)	Comunista
	Lüning Otto (1818-1868)	Socialista
	Karl Kaub (Kolb) (?-?)	Socialista
	Heinrich Bolleter (?-?)	Socialista

	Wolff (?-?)	?
Suíça	Hermann Jung (1830-1901)	Comunista
	M. G. Nusperli (?-?)	?
Polonesa	Emile Holtorp (?-?)	Republicanismo radical
	F. Rybczinski (?-?)	Republicanismo radical

Como os membros das demais nacionalidades eram, via de regra, exilados políticos, tiveram participação nos movimentos insurgentes das décadas anteriores, especialmente das revoluções de 1848-49. Esse é o caso dos franceses, defensores do republicanismo radical e influenciados pelas ideias socialistas, especialmente pelas concepções de Blanqui e Proudhon. Durante os embates entre as diversas concepções, o francês Eugène Dupont³² adere ao ideário comunista.

Os italianos também tiveram participação nas revoltas e insurreições das décadas anteriores. Seguidores de Garibaldi e de Mazzini, representantes das concepções revolucionárias do republicanismo italiano, eram membros da *Associazione di Mutuo Progresso*.

Entre os alemães predominavam os membros da extinta Liga dos Comunistas, que foram atuantes nas revoltas do final da década de 1830 e da revolução de 1848 e buscavam reorganizar-se na *German Workers' Education Association*.

Suíços e poloneses também eram influenciados pelo republicanismo radical. Cabe destacar que o suíço Hermann Jung se tornaria importante partidário das ideias comunistas no interior da AIT.

As primeiras atividades dos membros eleitos para o Conselho Central Provisório foram os trabalhos do subcomitê responsável pela elaboração dos Estatutos Provisórios. Nas atas do Conselho Geral há o seguinte relato sobre a escolha desse subcomitê:

A very long and animated discussion then took place with regard to the principles on which the Association should be based, and ultimately on the motion of Mr. *Dell*, seconded by Mr. *Trimlett*, a sub-committee of 9 were appointed to draw up a platform of principles, such principles to be discussed at the next meeting of the General Committee. The following were then elected as the Sub-Committee: Messrs. Whitlock, Weston, Dr. Marx, M. Le Lubez, Major Wolff, Mr. Holtorp, and Mr. Pidgeon, the Chairman and Secretary to be members by virtue of their offices. (IML, 1962: 37).

Como não poderia ser diferente, o subcomitê foi, por assim dizer, o primeiro espaço de embate entre tendências e correntes da AIT: *trade-unionistas* e *owenistas* ingleses, socialistas

32 Dupont era operário-artesão, fabricante de instrumentos musicais. Socialista revolucionário, participou da Revolução de 1848 em Paris. Vivia em Londres, onde foi Membro do Conselho Geral da Internacional (1864-72) e Secretário Correspondente da França (1865-71). Aderiu ao comunismo e tornou-se partidário de Marx. Em 1872 tornou-se membro do Conselho Federal Britânico da Internacional.

franceses, italianos mazzinistas, comunismo alemão e republicanismo polonês.

Sua primeira reunião foi realizada no dia 8 de outubro e contou com as presenças de cinco dos seus membros: o italiano Major Wolff, o francês Le Lubez e os ingleses Odger, Cremer e Weston. O owenista Weston apresentou uma proposta de declaração de princípios e, depois de uma longa discussão, foi aprovado, com destaques de Wolff e Le Lubez, que a proposta deveria ser reduzida para a apresentação ao Conselho Central, sendo aprovada a seguinte resolução proposta por Major Wolff e Cremer:

That this Committee suggests as the basis of its operations the promotion of the moral, intellectual, and economical progress of the working classes of Europe by coming to an understanding with the various working men's associations all over Europe in order to obtain unity of purpose and unity of action, the two great means of arriving at the above-named results. Carried unanimously. (IML, 1962: 38).

Na sequência, o revolucionário italiano Major Wolff apresentou o Regimento da Associação dos Trabalhadores Italianos [*Rules of the Italian Working Men's Association*] - que havia sido publicada no *Il Giornale delle Associazioni Operaie* em julho de 1864 e tratava-se de uma organização de orientação mazzinista -, como proposta para a recém-fundada associação internacional. Os demais presentes concordaram com o texto e, com destaques de Cremer e Le Lubez, foi aprovado seu encaminhado para o Conselho Central.

As redações aprovadas pelo subcomitê foram apresentadas na reunião de 12 de outubro do Conselho Central. Entretanto, após longa discussão, os conselheiros entenderam que os textos não exprimiam as aspirações da associação em formação, tendo sido aprovado que o texto deveria retornar ao subcomitê para uma revisão. Assim, uma nova revisão foi feita e apresentada na reunião do dia 18 de outubro, em que novamente o texto não foi aprovado e submetido a nova revisão pelo subcomitê.

Não há registros das demais reuniões do subcomitê, mas Marx fez um relato das reuniões em carta endereçada a Engels, datada de 4 de novembro de 1864, em que ele faz suas análises dos textos até então elaborados:

O comitê pleno reuniu-se em 18 de outubro. Eccarius escreveu-me que era um caso de *periculum in mora*, então eu apareci por lá e fiquei realmente chocado ao ouvir o valioso Le Lubez ler um preâmbulo temerosamente cheio de clichês, mal escrito e totalmente impolido *pretending to be a declaration of principles*, com Mazzini mostrando de cima a baixo por toda a coisa uma crosta dos mais insubstanciais fragmentos do socialismo francês. Ainda por cima, as regras italianas foram adotadas em larga escala, tendo por objetivo, para além de outras falhas, realmente algo bem impossível, uma espécie de governo central das classes trabalhadoras europeias (com Mazzini ao fundo, é claro). Eu

protestei brandamente e, depois de prolongado debate, Eccarius propôs que o Subcomitê submetesse a coisa a mais uma “edição”. No entanto, os “*sentiments*” expressos na *declaration* de Lubez foram preservados. Dois dias depois, em 20 de outubro, encontraram-se na minha casa Cremer representando a Inglaterra, Fontana (Itália) e Le Lubez. (Weston não pôde comparecer.) Eu não havia lido previamente os materiais (de Wolff e Le Lubez) que estavam em minhas mãos, de maneira que não pude preparar coisa alguma; mas eu estava absolutamente determinado a assegurar que *not one single line* da coisa fosse preservada se eu pudesse ajudar. Para ganhar tempo, eu propus que antes que “editássemos” o preâmbulo, nós pudéssemos “discutir” as *rules*. Isso foi feito. Era 1 hora da manhã quando a primeira das 40 regras foi adotada. Cremer disse (*e isso era tudo o que eu queria*): não temos nada a apresentar ao comitê que vai se reunir em 25 de outubro. Deveríamos adiá-lo até 1º de Novembro. Mas o Subcomitê pode reunir-se em 27 de outubro e tentar chegar a uma conclusão definitiva. Isso foi acordado e os “materiais” foram “legados” a mim para minha apreciação. Eu pude ver que era impossível fazer alguma coisa com aquilo. De modo a justificar a maneira extremamente peculiar como pretendia editar os *sentiments* que já haviam sido “preservados”, eu escrevi *An Address to the Working Classes* (que não estava no plano original; *a sort of review of the adventures of the Working Classes since 1845*); sob o pretexto de que todos os fatos necessários estavam contidos nesta “Mensagem” e que nós não deveríamos repetir a mesma coisa três vezes mais, eu alterei o preâmbulo todo, joguei fora a *déclaration des principes* e finalmente substituí as 40 *rules* por 10. Na medida em que *International Politics* é mencionada na “Mensagem”, eu me refiro a *countries* e não a *nationalities*, e denuncio a Rússia, e não as *minores gentium* [nações menores]. O Subcomitê adotou todas as minhas propostas. Eu fui, contudo, obrigado a inserir duas sentenças sobre “*duty*” e “*right*”, e também sobre “*truth, morality e justice*” no preâmbulo às notas, mas isso ficou tão pontual que não fez nenhum mal. (MARX, 2014: 444-445).

Em seu relato, Marx explicita que suas concepções comunistas, compartilhadas com Eccarius, possuíam profundas divergências com as ideias mazzinistas de Wolff, com o socialismo de Le Lubez e com as concepções owenistas de Weston. Também explicita que a iniciativa de elaboração da *Mensagem Inaugural* foi sua e, portanto, pode imprimir suas ideias e concepções comunistas, principalmente a estratégia da “conquista do poder político” pelo proletariado, a partir da “reorganização política do partido operário” (MARX & ENGELS, s/d: 320).

Finalmente, na reunião do Conselho Central de 1º de novembro, os textos elaborados foram apresentados. Nas atas do Conselho consta o seguinte relato:

Dr. Marx then read the Preamble, Address and Rules which the Sub-Committee had definitely agreed on and which they recommended to the Central Council for adoption. (...) Dr. Marx then read the Preamble, and on the motion of Mr. Wheeler, seconded by Blackmore, it was carried unanimously. The Rules were then discussed, and on the proposition of Mr. Dell, seconded by Whitlock, the Preamble, Address and Rules were unanimously agreed to. Mr. Wheeler then proposed and Mr. Dell seconded that the thanks of the Central Council be given to Dr. Marx, Mr. Weston and M. Le Lubez for their exertions and the

production of so admirable an address. Carried unanimously. The question of printing the Rules was adjourned to the next meeting. (IML, 1962: 38).

A aprovação por unanimidade dos *Preâmbulo*, dos *Estatutos* e da *Mensagem Inaugural* não significou o fim das divergências na redação e na concepção dos princípios e estratégias neles contidos. O pesquisador Mathieur Léonard destaca que a palavra de ordem central dos “considerandos” do *Preâmbulo*, ou seja, “a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores”, era interpretada de maneira diferente pelas diferentes correntes e tendências do movimento operário.

En définitive, c'est aussi une somme d'intérêts disparates qui se retrouve derrière la bannière de l'émancipation du prolétariat: les trade-unions, outre leur sincère dévotion à la cause polonaise, visent renforcer un protectionnisme social qui garantit le niveau de salaire des ouvriers anglais; les proudhoniens français cherchent à répandre les principes du mutualisme et de la coopération; les quarante-huitards y voient la poursuite d'un élan contre les régimes réactionnaires brisé quatorze années auparavant; les insurgés polonais comme les patriotes irlandais souhaitent attirer l'attention sur les dominations qu'ils subissent; les mazziniens imaginent la possibilité d'une structure à la tête de laquelle leur chef pourrait trôner; Marx enfin, incarnant le camp communiste, y perçoit sans doute la perspective plus ambitieuse de voir le prolétariat mondial répondre aux vœux du Manifeste de 1847. (LÉONARD, 2011: 37-38).

De fato, as diferentes interpretações dos objetivos e palavras de ordem do movimento eram objetos dos debates e disputas do movimento, mas as divergências produziram não só um rico debate no interior da AIT, como produziram também diferentes versões do *Preâmbulo*, que são destacadas por Guillaume (2009: 62-65)³³, que apresenta suas três versões: o texto em inglês dos “Provisional Rules” de 1864, a tradução para o francês feita por Charles Longuet (1833-1903)³⁴ e a versão parisiense de 1864 que foi aprovada em 1866 pelo Congresso de Genebra.

Para o debate aqui proposto, cabe a comparação entre o texto em inglês de 1864 e a versão parisiense do mesmo ano, que seria aprovada no primeiro congresso da AIT:

Tabela 4: Comparação das versões inglesa e francesa do *Preâmbulo* – 1864-1866

Texto em inglês dos “Provisional Rules”, 1864	Versão parisiense de 1864, adotado pelo Congresso de Genebra de 1866
---	--

Considering:

Considérant:

That the émancipation of the working classes must be conquered by the *working* classes

Que l'émancipation des travailleurs doit être l'œuvre des travailleurs eux-mêmes; que les

33 Guillaume também apresenta as diferenças contidas nas versões dos Estatutos Provisórios, porém tais diferenças não serão aqui debatidas com profundidade. Conferir Guillaume, 2009, páginas 65-73.

34 Longuet era um jornalista francês, defensor das ideias de Proudhon. Foi membro da representação francesa da Internacional em Londres, onde participou do Conselho Geral, e foi secretário correspondente para a Bélgica. Em 1871 participou da Insurreição da Comuna de Paris.

themselves; that the struggle for the emancipation of the working classes means not a struggle for class privileges and monopolies, but for equal rights and duties, **and the abolition of all class rule;**

That the economical subjection of the man of labour to the monopolizer of the means of labour, that is the sources of life, lies at the bottom of servitude in all its forms, of all social misery, mental dégradation, and political dependence;

That the economical émanicipation of the working classes is therefore the great end to which every political movement ought to be subordinate as a means;

That all efforts aiming at that great end have hitherto failed from the want of solidarity between the manifold divisions of labour in each country, and from the absence of a fraternal bond of union between the working classes of différent countries;

That the émanicipation of labour is neither a local, nor a national, but a social problem, embracing all countries in which modern society exists, and depending for its solution on the concurrence, practical and theoretical, of the most advanced countries;

That the présent revival of the working classes in the most industrious countries of Europe, while it raises a new hope, gives solemn warning against a relapse into the old errors and calls for the bination of the still disconnected movements;

For these reasons: The undersigned members of the Committee, holding its powers by resolution of the public meeting held on September 28 th, 1864, at Saint Martin's Hall, London, have taken the steps necessary for founding the International Working Men's Association.

efforts des travailleurs pour conquérir leur émanicipation ne doivent pas tendre à constituer de nouveaux privilèges, mais à établir pour tous les mêmes droits et les mêmes devoirs;

Que l'assujettissement du travailleur au capital est la source de toute servitude politique, morale et matérielle;

Que, pour cette raison, l'émanicipation économique des travailleurs est le grand but auquel doit être subordonné tout mouvement politique;

Que tous les efforts faits jusqu'ici ont échoué faute de solidarité entre les ouvriers des diverses professions dans chaque pays, et d'une union fraternelle entre les travailleurs des diverses contrées;

Que l'émanicipation des travailleurs n'est pas un problème simplement local ou national, qu'au contraire ce problème intéresse toutes les nations civilisées, sa solution étant nécessairement subordonnée à leur concours théorique et pratique;

Que le mouvement qui s'accomplit parmi les ouvriers des pays les plus industriels de l'Europe, en faisant naître de nouvelles espérances, donne un solennel avertissement de ne pas retomber dans les vieilles erreurs, et conseille de combiner tous les efforts encore isolés;

Par ces raisons: Les soussignés, membres du Conseil élu par l'assemblée tenue le 28 septembre 1864 Saint Martin's Hall, à Londres, ont pris les mesures nécessaires pour fonder l'Association International des Travailleurs.

A comparação entre o texto em inglês do *Preâmbulo* e sua versão francesa permite identificar duas diferenças significativas: 1) com relação ao primeiro “considerando”, na versão francesa não consta a parte final do texto em inglês, isto é, a afirmação de que os esforços da classe trabalhadora para sua emancipação devem estabelecer, além da igualdade de direitos e deveres, “a abolição de toda dominação de classe” e 2) sobre o quarto “considerando”, a formulação da relação entre a luta pela emancipação econômica e a luta política é distinta, enquanto que no texto em inglês afirma-se que “a emancipação econômica das classes trabalhadoras é, portanto, o grande fim ao

qual deve estar subordinado todo movimento político *como um meio*”, a versão francesa não tem a sentença “como um meio”: “a emancipação econômica dos trabalhadores é o grande objetivo ao qual deve estar subordinado todo movimento político”.

Para o entendimento dessas divergências é necessário refletir sobre a composição político-ideológica das tendências que formaram o *bureau* de Paris, como era chamada a seção parisiense da AIT. Como já foi mencionado em páginas anteriores, os operários franceses estavam divididos em várias tendências socialistas e revolucionárias, portanto, o *bureau* de Paris não seria diferente. Entretanto, a tendência hegemônica era o proudhonismo que, todavia, encontrava-se dividido.

Os membros da primeira formação do *bureau* eram: Tolain, cinzelador; Fribourg, gravador; Limousin, margeador; Debock, tipógrafo; Bourdon, gravador; Héligon, operário em papéis pintados; Cultin, curtidor de peles; Perrachon, Camélinat e Guyard, montadores em bronze; Fournaise, oculista; Murat, mecânico; Varlin, encadernador; Bellamy, fabricante de torneiras; Delorme, sapateiro; Mollin, dourador; Laplanche, carroceiro; Chemalé, arquiteto; Gauthier, joalheiro; Malon, periodista (GUILLAUME, 2009, 149-150). Assim, com essa formação de 1865, as duas correntes proudhonianas que disputavam a hegemonia política da seção de Paris eram os mutualistas, sob a liderança de Tolain e Fribourg, e os coletivistas, liderados por Varlin e Malon. O historiador Georg Douglas H. Cole explica as diferenças entre essas correntes proudhonianas da seguinte maneira:

Sin embargo, estaban divididos entre sí en dos grupos, los moderados, dirigidos por Tolain, que deseaba organizar un movimiento político obrero a base de los sindicatos y luchar en las elecciones con independencia completa de los radicales de la clase media, y el ala izquierda de los sindicatos, dirigida por Eugéne Varlin, que no tenía fe en la acción parlamentaria y esperaba convertir a los sindicatos, a través de federaciones locales y regionales, en una fuerza revolucionaria independiente, lo bastante fuerte para arrebatarse la dirección de la revolución a los radicales de la clase media. (COLE, 1974: 107).

Enquanto tendência do movimento operário, o mutualismo contou com o jornal *La Mutualité*, que foi organizado por Jules Vinçard, Auguste Passedouet, Auguste Blanc, entre outros, e recebeu as contribuições de correspondentes da AIT, como Fribourg e Varlin, e teve sede em Paris e em Bruxelas. O jornal *La Mutualité* exerceu um importante papel na divulgação do ideário

mutualista e na articulação entre as diversas organizações mutualistas e sociedades de resistência. Nas suas publicações encontram-se referências às sociedades de socorro mútuo, cooperativas e sociedades de resistência de diversos países da Europa, como França, Suíça, Bélgica, Itália, Alemanha, Inglaterra e Espanha, o que mostra o caráter internacional da tendência mutualista.

Auguste Passedouet, no editorial do primeiro número do *La Mutualité*, publicado em 15 de novembro de 1865, procurou definir os princípios do mutualismo:

Le sentiment de la Mutualité peut devenir le correctif de *l'ignorance, de la misère, de la maladie, du chômage*. Il implique chez tout individu qui s'en inspire l'indépendance et la moralité, Il est d'accord avec toutes les saines doctrines philosophiques et religieuses et peut se manifester sous quelques et religieux qui ont causé tant de maux à l'humanité lui sont essentiellement contraires; il peut donc rallier à lui tous les esprits honnêtes, bons et positifs. On met la mutualité en pratique par la formation de sociétés *de secours et d'assurances contre tous les risques*, par la formation de sociétés *de crédit, de consommation, de production, de prévoyance et d'enseignement*; toutes choses entrées sinon dans le domaine d'une large pratique, du moins dans celui d'une large discussion. (LA MUTUALITÉ, 15 de novembro de 1865).

Como se vê, a tendência mutualista não era exclusivamente proudhoniana. Na verdade, o mutualismo pode ser entendido como uma das tendências do movimento operário europeu daquele período que, no interior da AIT, tinha nas ideias de Proudhon sua principal referência. Entretanto, também havia diferenças entre os proudhonianos, divididos entre mutualistas e coletivistas.

A posição de Tolain e dos mutualistas é considerada “moderada” por efeito do episódio da defesa das “candidaturas operárias”, cuja posição de participação operária nas eleições burguesas foi defendida no *Manifesto dos Sessenta*, do qual ele é um dos signatários, publicado em 1864 por ocasião das eleições parisienses do mesmo ano. Contraditoriamente, como afirma Édouard Dolléans, a defesa das candidaturas operárias provocou um debate entre Proudhon e os sessenta signatários do manifesto, onde o anarquista francês critica a política de participação operária nas eleições, considerando um grande erro a adoção da via eleitoral como estratégia do movimento operário.³⁵ Dolléans também afirma que o *Manifesto dos Sessenta* é um desdobramento das posições políticas de Tolain presentes em seu texto *Quelques vérités sur les élections de Paris*, publicado um ano antes (DOLLÉANS, 2003a: 220-222)³⁶.

Entretanto, as candidaturas operárias, ou melhor dizendo, os possíveis mandatos de origem

35 A obra de Proudhon, publicada postumamente em 1865, *De la capacité politique des classes ouvrières* foi escrita exatamente para criticar a defesa das candidaturas operárias feita pelo *Manifesto dos Sessenta*.

36 Se a publicação do *Manifesto dos Sessenta* gerou uma ruptura entre os mutualistas e com Proudhon, sua principal referência teórica e ideológica, conquistou, mesmo que inicialmente, a simpatia de Marx, como o comunista alemão explicita em sua já citada carta de 4 de novembro de 1864 endereçada a Engles: “De sua parte, os parisienses enviaram uma delegação liderada por um trabalhador chamado Tolain, que era o verdadeiro candidato dos trabalhadores nas últimas eleições em Paris, um boa-praça em tudo. (Seus *compagnons* eram rapazes bem legais também.)”. (MARX, 2014: 441).

operária não teriam um fim em si mesmos, mas seriam um caminho para a implementação, mesmo que parcial, do programa mutualista, isto é, de uma sociedade em que:

todo hombre sería propietario, y recibiría todo el fruto de su propio trabajo, ya sea que lo realizase individualmente o como miembro de una cooperativa de producción. Los proudhonistas confiaban, como el medio para llegar a este fin, en un sistema de “crédito gratuito”, es decir, adelantos de capital libres de interés, que se concederían a los productores, individualmente o en grupo, a través de un banco de crédito popular que sería una institución pública autónoma, incluida en la constitución, pero que en ningún sentido estaría bajo el control del Estado. (COLE, 1974: 95-96).

Portanto, os mutualistas defendiam a abolição dos salários e o estabelecimento de uma sociedade formada por uma federação de produtores cooperativados. No centro de sua concepção está o entendimento de que os salários são a expressão da exploração do trabalho, por isso o regime de trabalho assalariado deve ser superado por relações sociais de mutualidade. Entretanto, ao defender a via eleitoral como estratégia para alcançar o programa mutualista, acabavam por se aproximar dos setores mais reformistas. Além disso, também defendiam que as relações de mutualidade seriam estabelecidas entre proprietários individuais, assim, eram favoráveis à propriedade individual e, conseqüentemente, contrários à coletivização do solo e das riquezas.

Por sua vez, Varlin e os demais coletivistas não eram defensores da via parlamentar, se colocavam como defensores da coletivização dos meios de produção e da implementação de uma federação de trabalhadores associados e cooperativados. Entretanto, é importante destacar que as diferenças entre mutualistas e coletivistas somente ficaram mais explícitas durante o desenvolvimento dos debates no interior da AIT, isso porque, na verdade, os coletivistas eram mutualistas. A diferença entre mutualistas e coletivistas reside no fato de os primeiros considerarem que as relações de mutualidade por si só são suficientes e que a estratégia da via eleitoral era o caminho para uma sociedade socialista formada por proprietários individuais. Assim é mais correto considerar que Tolain e seus partidários eram defensores do mutualismo individualista.

Por sua vez, os coletivistas não defendiam as relações de mutualidade como um fim em si mesmas, por isso, defendiam a coletivização dos meios de produção e a estratégia insurrecional para a construção do socialismo. Eram, portanto, mutualistas coletivistas, que entendiam que a sociedade socialista seria o resultado da revolução social, que iria abolir a propriedade privada e estabelecer a organização social a partir da federação livre das associações operárias.

A partir dos argumentos de Bernard Moss é possível concluir que, apesar da presença das diversas correntes do sindicalismo e do socialismo, o movimento operário francês tinha a mutualidade como um princípio fundamental.

During the century, French labor exhibited a variety of ideological trends –

trade unionism, cooperation, Proudhonism, Bakuninism, possibilism, Allemanism, and revolutionary syndicalism. Out of this apparent diversity, however, it was possible to discern a single underlying ideological objective in two distinct phases. From its origins after 1830 through the 1870s, the main objective of the labor movement was the creation of producers' associations or cooperatives for the emancipation of trades from the wage system, a cooperative trade socialism. Later, abandoning the cooperative strategy, labor adopted a revolutionary trade socialism that successive forms of Bakuninism, possibilism, Allemanism, and revolutionary syndicalism aimed at the emancipation of trade through a workers' revolution. In both phases the ultimate goal was a federalist trade socialism in which the means of production would be owned collectively within the framework of a federation of skilled trades. (MOSS, 1980: 3).

Bernard Moss defende a tese de que o movimento operário francês desenvolveu uma concepção específica de socialismo, que não seria nem anarquista, nem comunista, mas sim uma forma intermediária de *socialismo de categoria* [*trade socialism*]. Ele utiliza essa conceituação com o objetivo de caracterizar a especificidade do pensamento socialista do movimento operário francês que, durante as experiências revolucionárias do século XIX, a Revolução de 1848 e a Insurreição da Comuna de Paris, procurou-se aplicar na forma do programa das livres federações dos trabalhadores cooperativados. Mas, mesmo considerando a argumentação de Moss, é possível afirmar que no contexto da fundação da AIT os mutualistas partidários de Tolain e Fribourg exerciam relativa hegemonia entre os internacionalistas, hegemonia essa que seria superada pelos coletivistas no final da década de 1860.

Feitas essas considerações sobre as concepções político-ideológicas do movimento dos trabalhadores franceses no contexto da fundação da AIT, pode-se afirmar que os mutualistas defendiam o fim da divisão da sociedade de classes, mas a estratégia para atingir esse objetivo seria pelos meios pacíficos, ou seja, a partir das eleições de operários. O seguinte trecho do *Manifesto dos Sessenta* explicita seus objetivos e estratégia:

Qu'on ne nous accuse point de rêver lois agraires, égalité chimérique, qui mettrait chacun sur un lit de Procuste, partage, maximum, impôt forcé, etc., etc. Non! il est grand temps d'en finir avec ces calomnies propagées par nos ennemis et adoptées par les ignorants. La liberté du travail, le crédit, la solidarité, voilà nos rêves. Le jour où ils se réaliseront, pour la gloire et la prospérité d'un pays qui nous est cher, il n'y aura plus ni bourgeois ni prolétaires, ni patrons ni ouvriers. Tous les citoyens seront égaux en droits. (TOLAIN, 2011 [1864]: 5).

Portanto, a ausência do trecho pela “abolição de toda dominação de classe” no primeiro “considerando” do *Preâmbulo dos Estatutos* não significava, na concepção mutualista, defender a permanência das desigualdades entre as classes, uma vez que seu programa, explicitado no

Manifesto dos Sessenta, entendia que não existiriam mais burgueses e nem proletários a partir do momento em que predominasse a liberdade para a associação mútua de cooperativas. Por seu turno, os coletivistas franceses eram insurrecionalistas, isto é, tinham como estratégia para a construção de uma sociedade sem classes a insurreição popular. Desse modo, a ausência do referido trecho em nada interferiu nas suas concepções, estratégia e programa revolucionário. Na verdade, como argumenta Moss, os coletivistas se distanciaram dos mutualistas individualistas durante a evolução dos debates na Internacional.

A outra diferença no *Preâmbulo* encontra-se no quarto “considerando”, que trata da relação entre a luta pela emancipação econômica e o movimento político dos trabalhadores, subordinando a luta política ao objetivo finalista: a emancipação econômica. Entretanto, no texto em inglês consta que tal subordinação do movimento político é *um meio* para atingir a emancipação econômica. Já na tradução francesa e na redação aprovada no primeiro Congresso da AIT afirma-se, simplesmente, que todo movimento político deve estar subordinado à luta pela emancipação econômica.

Essa diferença foi muito explorada pela historiografia anarquista e libertária, com o objetivo de demarcar uma diferença fundamental entre comunistas e anarquistas: os primeiros seriam defensores da participação operária nas disputas eleitorais, e por isso, defendiam a subordinação do movimento político como um meio para a emancipação econômica, enquanto os últimos seriam contrários a qualquer participação eleitoral. O historiador Carlos Díaz defende essa tese:

En esta segunda acepción vemos aparecer la frase *como un medio*, que en la primera estaba ausente. ¿Por qué al traducir al francés se omite esse “como un medio”? La cosa está clara. Los franceses son de ascendencia proudhoniana, al menos em su mayoría. Pero Proudhon, anarquista, rechaza la participación política entendida como juego parlamentario, rechaza el voto como génesis de la libertad, rechaza la lucha electoral, etc. Sin embargo, la versión inglesa, más tradeunionista al principio y más marxista después – para este efecto el resultado es el mismo,, defiende la acción política como un medio absolutamente fundamental e irremplazable. (DÍAZ, 1976: 20).

Numa linha de argumentação semelhante, o historiador brasileiro Alexandre Samis procura explicar essa distinção, bem como o obreirismo dos mutualistas parisienses, pelo predomínio de um certo determinismo econômico, sob a influência do pensamento de Proudhon, presente nas suas teses, o que produziria uma concepção na qual “a ação política desempenharia papel bastante irrelevante” (SAMIS, 2011: 136).

Porém, as conclusões de Díaz e de Samis são precipitadas. Díaz não leva em conta todo o debate provocado em torno do *Manifesto dos Sessenta* e, conseqüentemente, do embate entre os setores mutualistas que defendiam a estratégia das candidaturas operárias e o anarquista Proudhon.

Considerando o *Manifesto dos Sessenta*, não há dúvidas de que os mutualistas do *bureau* de Paris, sob a liderança de Tolain e Fribourg, eram favoráveis à luta política eleitoral.

Por seu turno, é correto argumentar que entre os proudhonianos, incluindo os mutualistas individualistas, predominava um certo obreirismo, que se expressava, por exemplo, na defesa de que somente operários, ou melhor, trabalhadores manuais deveriam participar das instâncias das organizações da classe. De fato, é possível atribuir essa concepção obreirista à influência das teses proudhonianas, entretanto, é um equívoco afirmar que tal concepção seria uma derivação de um suposto determinismo econômico proudhoniano³⁷. Da mesma forma, é equivocado considerar que os mutualistas secundarizavam ou julgavam as ações políticas como irrelevantes.

Não se pode resumir esse debate às divergências entre anarquistas e comunistas, em mais uma oposição entre Bakunin e Marx, embora, como afirma Victor Garcia, bakuninistas e marxistas tenham se confrontado em torno desse tema.³⁸ Na verdade, nesse embate sobre o papel e a relação estratégica entre as lutas políticas e econômicas, encontram-se diferenças entre diversas correntes do movimento operário europeu daquele período, no mínimo, entre mutualistas, anarquistas, comunistas e *trade-unionistas*. O historiador G.D.H. Cole procura identificar essas divergências e argumenta:

Esto, como otros muchos pasajes de la alocución y del preámbulo, podía interpretarse de distintas maneras. Podía entenderse, como lo hicieron los sindicatos obreros franceses e ingleses, que implicaba la primacía de la acción sindical obrera y la importancia relativamente menor de la actividad política, excepto cuando se realizase a base de los sindicatos obreros. Incluso podía entenderse, como algunos de los franceses lo entendieron, como una advertencia en contra de cualquier forma de acción política que pudiera llevar al movimiento de la clase obrera a transacciones con el Estado existente o con los partidos políticos de la burguesía. Pero también podía entenderse, como sin duda lo entendía Marx, como una afirmación de la necesidad de la acción política de los obreros como medio para su emancipación económica. (COLE, 1974: 102).

Certamente não se tratava de uma diferença de léxico ou de interpretação, mas sim de diferentes concepções sobre o movimento dos trabalhadores, sobre o lugar das lutas econômicas e políticas, ou seja, divergências de caráter ideológico, teórico, estratégico e programático, que só se agravaram ao longo dos debates e polêmicas na Associação Internacional dos Trabalhadores, definindo tendências opostas do movimento sindical.

37 Para um aprofundamento das teses proudhonianas veja os artigos de Andrey Ferreira: “A classe por si: teoria econômica e política em Proudhon e no proudhonismo” (2014a) e “Teoria do poder, da reciprocidade e a abordagem coletivista: Proudhon e os fundamentos da ciência social no anarquismo” (2016a).

38 “La traducción al francés del preámbulo a los estatutos, por omisión del término *as a means* (como un medio) en el cuarto considerando, provocó largos debates entre autoritarios y libertarios al extremo que Bakunín calificará, el *as a means*, como la frase decisiva de todo el programa de la Internacional” (GARCIA, 2003: 21).

Para os mutualistas, a luta política só teria sentido se duas condições fossem cumpridas: a primeira seria a indicação de candidatos de origem estritamente operária, cuja plataforma eleitoral fosse voltada exclusivamente para os interesses dos operários e a segunda seria a defesa da subordinação dos mandados parlamentares à luta pela emancipação econômica dos trabalhadores, que no programa mutualista seria a abolição do regime de salários e o estabelecimento das livres federações de cooperativas. Por isso, Fribourg, ao fazer referência aos “considerandos” do *Preâmbulo*, lembra da afirmação de seu companheiro Tolain:

En lisant ce passage, Tolain ne put se défendre d'un mouvement de joie: “Enfin, dit-il à ses collègues, on ne pourra plus que c'est nous seuls qui voulons absolument que la question politique ne passe pas avant tout” (FRIBOURG, 1871: 151).

Outra variável a ser considerada era o contexto político francês. Sob o regime ditatorial de Napoleão III, era vetado aos trabalhadores o direito à livre organização, sendo assim, pretensões políticas e revolucionárias nos documentos da AIT iriam atrair a repressão do Estado francês. O que de fato aconteceu, quando o *bureau* de Paris foi fechado em dezembro de 1867. Durante o julgamento, Tolain foi indagado sobre o documento da *Mensagem Inaugural* encontrado em sua casa:

M LE PRÉSIDENT - On a saisi chez vous un manifeste portant la date de 1866, imprimé à Bruxelles, manifeste dont le programme est de la politique, même de la politique transcendante.

TOLAIN - Cette pièce est ma propriété personnelle; je crois être le seul en France qui la possède. Elle a été publiée par des ouvriers anglais, car il faut que le tribunal sache que chaque groupe, dans chaque pays, a le droit d'émettre telle ou telle opinion, sans en rendre solidaires les groupes des autres nations. Il n'y a donc rien d'extraordinaire à ce qu'une branche anglaise ou allemande, pays où règne plus de liberté qu'en France, traite des sujets politiques que nous n'oserions aborder. Je déclare que nous sommes toujours abstenus de politique. (ASSOCIATION INTERNATIONALE DES TRAVAILLEURS, 1870a: 23).

Como se vê em sua resposta, Tolain tinha clareza de que os documentos e práticas sindicais da AIT poderiam ser utilizados para criminalizá-los, como de fato aconteceu. Assim, as preocupações em escamotear as pretensões emancipacionistas da Internacional estavam na ordem do dia dos parisienses.

Na concepção anarquista - que no caso da AIT se constituiu na forma do bakuninismo, que aglutinou mutualistas e coletivistas em torno de um programa revolucionário -, a recusa da estratégia da disputa eleitoral irá se tornar uma das principais características de diferenciação em relação às demais tentências e correntes do movimento operário.

A concepção do anarquismo será aprofundada nos capítulos seguintes, mas vale destacar a argumentação de Bakunin (1910) no *Fragment: formant une suite de l'Empire Knouto-germanique*, escrito em 1872³⁹, onde o anarquista russo procura apresentar suas diferenças políticas com a corrente marxista da AIT. Bakunin procura estabelecer uma diferença entre a *Mensagem Inaugural*, escrita unicamente pelo comunista alemão em 1864, onde estaria explícita a estratégia da via eleitoral na passagem que defende que o primeiro objetivo dos trabalhadores deveria ser a *conquista do poder político*, e a versão parisiense do *Preâmbulo dos Estatutos* que foi aprovada no congresso de Genebra, em 1866. Em sua argumentação, a aprovação do *Preâmbulo* em 1866 marcou uma derrota para as teses e concepções marxistas, prevalecendo a estratégia da subordinação dos objetivos políticos do movimento operário à luta pela emancipação econômica do proletariado (BAKUNIN, 1910: 399-402).

Bakunin ainda destaca e traça sua própria interpretação do quarto “considerando” do *Preâmbulo*:

“Que, pour cette raison, l'émancipation économique des travailleurs est le grand but auquel doit être subordonné tout mouvement politique”, etc. Voilà la phrase décisive de tout le programme de l'Internationale. Elle a *coupé le câble*, pour me servir de l'expression mémorable de Sieyès, elle a brisé les liens qui tenaient enchaîné le prolétariat à la politique bourgeoise. En reconnaissant la vérité qu'elle et en s'en pénétrant chaque jour davantage, prolétariat a résolument tourné le dos à la bourgeoisie, et chaque pas qu'il fera en avant élargira davantage l'abîme qui les sépare désormais. (BAKUNIN, 1910, 402).

Assim, na concepção bakuninista, ao estabelecer a subordinação da luta política à emancipação econômica, a AIT teria criado as condições, ao menos político-ideológicas, para a ruptura da política do proletariado com as concepções do republicanismo liberal, por isso burguesas, responsáveis pela defesa da participação no sufrágio universal, aqui representadas pela defesa da corrente comunista da *conquista do poder político*.

Na concepção comunista delineada pelas teses defendidas por Marx e Engels, de fato, a conquista do poder é o grande objetivo do movimento operário e a organização de partidos políticos operários é condição necessária para atingir tal objetivo, conforme afirmou Marx ao redigir o *Manifesto Inaugural* da Internacional:

Conquistar poder político tornou-se, portanto, a tarefa principal da classe operária. E a classe operária parece ter compreendido isto, porque em Inglaterra, Alemanha, Itália e França têm ocorrido ressurgimentos

39 Esse fragmento do livro *L'Empire Knouto-germanique* (1870-1871), foi publicado em 1910 no IV tomo da antologia *Oeuvres* de Mikhail Bakunin, organizada por Guillaume. Em suas várias traduções para o português lhe foi atribuído o título ficcional de “Escrito contra Marx”, como é o caso da sua publicação na antologia *Obras escolhidas*, publicada no Brasil em 2015, organizada por Plínio Coêlho.

simultâneos e estão a ser feitos esforços simultâneos para a reorganização política do partido dos operários. (MARX e ENGELS, s/d: 320).

A corrente comunista retoma sua estratégia traçada ainda durante a atuação política da Liga dos Comunistas. Na *Mensagem do Comitê Central da Liga dos Comunistas* de março de 1850, cuja autoria é atribuída a Marx e Engels, a participação no sufrágio é definida como parte do processo revolucionário e uma etapa no processo de constituição da consciência de classe. Portanto, deve ser tarefa das organizações operárias, especialmente dos comunistas, objetivando estabelecer a diferenciação com os partidos burgueses e a garantia de sua autonomia de classe, participar das disputas eleitorais com candidaturas operárias organizadas nos partidos operários.

Por toda a parte, ao lado dos candidatos democráticos burgueses, sejam propostos candidatos operários, na medida do possível de entre os membros da Liga e para cuja eleição se devem acionar todos os meios possíveis. Mesmo onde não existe esperança de sucesso, devem os operários apresentar os seus próprios candidatos, para manterem a sua democracia, para manterem a sua autonomia, contarem as suas forças, trazerem a público a sua posição revolucionária e os pontos de vista do partido. Não devem, neste processo, deixar-se subornar pelas frases dos democratas, como por exemplo que assim se divide o partido democrático e se dá à reação a possibilidade da vitória. Com todas essas frases, o que se visa é que o proletariado seja mistificado. Os progressos que o partido proletário tem de fazer, surgindo assim como força independente, são infinitamente mais importantes do que o prejuízo que poderia trazer a presença de alguns reacionários na assembleia representativa. (MARX e ENGELS, s/d: 89-90).

Se na concepção comunista as eleições seriam parte de uma estratégia revolucionária, para os *trade-unionistas* as eleições teriam um fim em si mesmas. O corporativismo sindical típico do *trade-unionismo* estava presente também nas disputas eleitorais, como argumenta Giovanni Alves:

O movimento dos sindicatos, desde 1868, utilizava o *Trade Union Congress* (TUC) e o seu *Parliamentary Committee*, como órgãos de pressão dos operários sobre os parlamentares visando as reformas legislativas, de caráter trabalhista e social. Enfim, os primórdios da década de 1870 foram os mais promissores em termos de legislação social durante o século XIX (...). O movimento dos sindicatos estava intimamente vinculado com as agitações políticas que visavam promover a reforma do sistema industrial e não a sua superação. Além disso, com a *New Reform Bill*, de 1867, uma parcela de operários mais organizados já participava da política institucional, votando em candidatos do partido *Tory* ou *Whigs*, já que não havia um partido operário independente, distinto dos partidos tradicionais (nem havia, muito menos, interesse dos líderes dos sindicatos em criarem tal partido independente tendo em vista que já estava consagrada a aliança deles com setores liberais). Inclusive, os dois primeiros operários a serem eleitos para o Parlamento, em 1874, Alexander MacDonald e Thomas Burt, foram eleitos com o apoio dos liberais e eram conhecidos como pertencentes à tendência “Lib-Lab” - *Liberal Labourists*, dos *Whigs radicais*. Tanto Mac-

Donald como Burt eram operários mineiros. (ALVES, 2003: 298-297).

Na perspectiva *trade-unionista*, o corporativismo das reivindicações sindicais seria complementado pelo reformismo das pautas políticas da atuação parlamentar. A incompatibilidade do *trade-unionismo* com as concepções revolucionárias dos internacionalistas tornou-se evidente ao longo dos debates e, especialmente, dos posicionamentos políticos frente às lutas insurgentes, especificamente, no processo pós-Comuna de Paris. Antes mesmo do episódio da Comuna parisiense, a liderança *trade-unionista* William Cremer deixa seu cargo no Conselho Geral em 1867, por discordar das posições revolucionárias, uma vez que era defensor do ideário pacifista. Na verdade, em 1867 foi promulgada a *Representation of the People Act 1867*, mas conhecida como *Reform Act of 1867*, sendo considerada uma vitória da *Reform League*, permitiu a participação, ainda que restrita, de operários ingleses nas eleições. Assim, Cremer é eleito para um mandato parlamentar pelo Partido Liberal.

Os estudos e reflexões aqui apresentados sobre os processos iniciais de organização da Internacional, da composição do seu Conselho Central Provisório e da definição dos seus *Estatutos Provisórios*, deixam explícitas as profundas divergências existentes entre as várias tendências e correntes do movimento operário que, em 1864, confluíram para a sua fundação. De fato, tais divergências eram um grande obstáculo enfrentado pelo movimento operário da época mas, por si mesmas, não significavam a impossibilidade da organização conjunta dos operários, nem que tal empreendimento estaria condenado ao fracasso.

Na concepção bakuninista, a estratégia de subordinação do movimento político à luta pela emancipação econômica teria sido fundamental para garantir a articulação conjunta dos trabalhadores, apesar de suas profundas divergências. Esse aspecto é destacado no texto intitulado *A política da Internacional*, publicado no jornal *L'Égalité*, órgão da seção suíça da AIT, em 1869:

Os fundadores da Associação Internacional dos Trabalhadores agiram com extraordinária sensatez ao evitar assentar em princípios políticos e filosóficos, como base dessa associação, e ao fundar-se primeiramente apenas na luta exclusivamente econômica do trabalho contra o capital, pois estavam certos de que, a partir do momento em que um operário se coloca neste campo, a partir do momento em que ganhando confiança nos seus direitos e na sua força numérica, se insere com os seus companheiros de trabalho numa luta solidária contra a exploração burguesa, será necessariamente levado, pela própria força das coisas, e pelo desenvolvimento dessa luta, a reconhecer rapidamente todos os princípios políticos socialistas e filosóficos da Internacional, princípios que não são mais, com efeito, que a justa expressão de seu ponto de partida, do seu fim. (BAKUNIN, 1979: 57).

Segundo seu argumento, ao não fechar posição sobre questões de doutrinas políticas,

filosóficas e religiosas, permitiu-se a convergência das mais diferentes correntes e tendências do movimento operário para uma organização conjunta, ao mesmo tempo em que possibilitava o afastamento dos operários das ideologias e políticas burguesas. O passo seguinte, segundo Bakunin, seria a construção de uma política própria dos trabalhadores, que só poderia ser traçada nos debates no interior da AIT. Esses debates foram travados durante os congressos da Internacional, entre 1866 e 1872. Nesses debates, as diferentes concepções das correntes e tendências se expressaram na disputa pela orientação política geral da Internacional e, conseqüentemente, de parte expressiva dos trabalhadores europeus do século XIX.

Capítulo III

Os Congressos da AIT: a auto-organização operária

*Crime de rico a lei cobre,
O Estado esmaga o oprimido.
Não há direitos para o pobre,
Ao rico tudo é permitido.
À opressão não mais sujeitos!
Somos iguais todos os seres.
Não mais deveres sem direitos,
Não mais direitos sem deveres!*

Eugène Pottier, Hino da Associação Internacional dos Trabalhadores, 1871.

O processo de organização da AIT foi marcado por intensos debates entre o conjunto de tendências e correntes do movimento operário europeu do século XIX. Os debates eram travados em todas as instâncias da estrutura organizativa da Internacional, nas seções locais, nos conselhos federais, no Conselho Geral e, principalmente, nos congressos.

A importância dos debates durante os congressos é destacada na historiografia da Internacional, que procurou desde as suas primeiras obras, ainda na década de 1870, traçar uma periodização da associação a partir dos congressos e das correntes e tendências que foram hegemônicas em cada período demarcado pelos respectivos congressos onde suas teses predominaram. No primeiro capítulo foi apresentada a periodização elaborada pelo mutualista francês Fribourg (1871: 2), segundo a qual a AIT teria dois momentos, o primeiro seria da hegemonia mutualista e francesa, nos congressos de Genebra, 1866, e Lausana, 1867. Depois teria havido um período de transição onde a influência francesa diminuiria e os belgas teriam mais presença. O segundo, e último período, seria o “russo-alemão”, com o predomínio do comunismo que, na sua interpretação seria autoritário.

Os historiadores contemporâneos também se dedicaram à periodização da AIT. Jean Maitron (1975: 42-43) divide sua história em dois períodos, separados por uma fase de transição: o primeiro período seria mutualista de influência proudhoniana, nos congressos de Genebra (1866) e Lausana (1867). Na sequência teria início uma fase de transição: no congresso de Bruxelas (1868) há a transição do predomínio mutualista para o coletivista e sindicalista; no congresso de Basileia (1869) seria da hegemonia coletivista antiautoritária em oposição a duas minorias, uma proudhoniana e a outra marxista; o congresso de Haia (1872) seria o congresso da cisão. Depois iniciaria o segundo período: anarquista de influência bakuninista, os congressos de Genebra (1873), Bruxelas (1874), Berna (1876) e Verviers (1877).

Marthieu Léonard (2011: 10) propõe entender a história da AIT dividida em três períodos:

período cooperativista (1864-1866); período coletivista (1866-1869) e o período da luta de classes (1869-1870). Seria no fim do terceiro período que os conflitos internos teriam se acirrado, com a conferência de Londres em 1871, após o episódio da Comuna de Paris, culminando no congresso da cisão, Haia em 1872.

Por último, cabe destaque às formulações de Marcelo Musto, que propõe analisar a cronologia da Internacional a partir de duas óticas: organizacional e conflitiva:

Do ponto de vista organizacional, as fases mais importantes atravessadas pela Associação foram: I) seu nascimento (1864-1866), ou seja, a fase desde sua fundação até o primeiro congresso (Genebra, 1866); II) sua expansão (1866-1870); III) o impulso revolucionário e a repressão que se seguia à Comuna de Paris (1871-1872); e IV) a cisão e crise (1872-1877). Já do ponto de vista do confronto político, as principais fases da Internacional foram: I) o debate inicial entre vários componentes e a construção de seus componentes teóricos (1864-1865); II) o conflito pela hegemonia entre coletivistas e mutualistas (1866-1869); o confronto entre centralistas e autonomistas (1870-1877). (MUSTO, 2014: 29).

A abordagem aqui proposta pretende entender a Internacional e seu desenvolvimento considerando sua inserção no grande ciclo de lutas insurgentes da Europa do século XIX, cujo marco inicial foram as insurreições de 1848. Dessa maneira, a AIT e seus congressos estão circunscritos no processo de reorganização operária depois da *era da repressão* que marcou a década de 1850. O período que se estende de 1862 até 1864 é o período de concretização das propostas do ideário do internacionalismo operário, ou seja, as palavras de ordem do *Manifesto Comunista*, de Marx e Engels, a proposta da *união universal de trabalhadores e trabalhadoras*, de Flora Tristan, a fraternidade e a mutualidade operárias assumem as formas e os conteúdos de uma associação internacional de trabalhadores. No período de 1865-1867 as forças coletivas do proletariado se consolidam na organização internacional, na verdade, transnacional dos trabalhadores. Entre 1868-1871 os trabalhadores retomam a ofensiva das lutas na forma da generalização das greves e do movimento insurrecional. 1872 é o marco da cisão entre comunistas e anarquistas. De 1873 em diante há o desenvolvimento de dois modelos de sindicalismo: o sindicalismo revolucionário e o sindicalismo social-democrata.

Tabela 5: Grande ciclo de lutas operárias do século XIX e os congressos da AIT

Grande ciclo de lutas operárias do século XIX e os congressos da AIT

Subciclos	Congressos	Contextos da luta de classes
1862-1864	Assembleia de fundação	Reorganização internacional dos trabalhadores
1865-1867	Conferência de Londres - 1865 Congresso de Genebra - 1866	Consolidação das forças coletivas dos trabalhadores

	Congresso de Lausanne - 1867	
1868-1871	Congresso de Bruxelas - 1868 Congresso de Basileia - 1869 Conferência de Londres - 1871	Expansão das greves e movimento insurrecional
1872	Congresso de Haia - 1872 Congresso de Saint-Imier - 1872	Cisão entre comunistas e anarquistas
1873-1881	Congresso de Genebra – 1873 (Federalista) Congresso de Genebra – 1873 (Social-democrata) Congresso de Bruxelas – 1874 (Federalista) Conferência da Filadélfia – 1876 (Social-democrata) Congresso de Berna – 1876 (Federalista) Congresso de Verviers – 1877 (Federalista) Congresso de Londres – 1881 (internacionalismo anarquista)	Desenvolvimento do sindicalismo federalista e revolucionário e do sindicalismo social-democrata Fim da AIT com sede nos EUA. Continuidade da AIT de concepção federalista e revolucionária.

Para um melhor entendimento dos congressos da Internacional, é importante a compreensão da sua estrutura de organização e funcionamento. Somente em 1866, durante o congresso de Genebra⁴⁰, foram aprovados seus estatutos e regulamentos, definindo seus princípios e sua organização.

Sua estrutura era federativa:

Sua base era formada pelas seções locais e demais organizações operárias. As seções locais eram diretamente filiadas e vinculadas à estrutura organizativa da AIT e reuniam operários e demais trabalhadores de vários ofícios. Na base também estavam as sociedades aderentes, ou seja, organizações da classe trabalhadora ainda não filiadas à AIT, mas que tinham o direito de eleger delegados aderindo aos congressos. Ainda na base estavam os *trade-unions*, organizações de ofício/categorias, as sociedades de resistência, que organizavam categorias, mas poderiam ser organizações intercategorias, as sociedades ou *unions*, organizações operárias que poderiam ser organizações de caráter local, como a Sociedade de

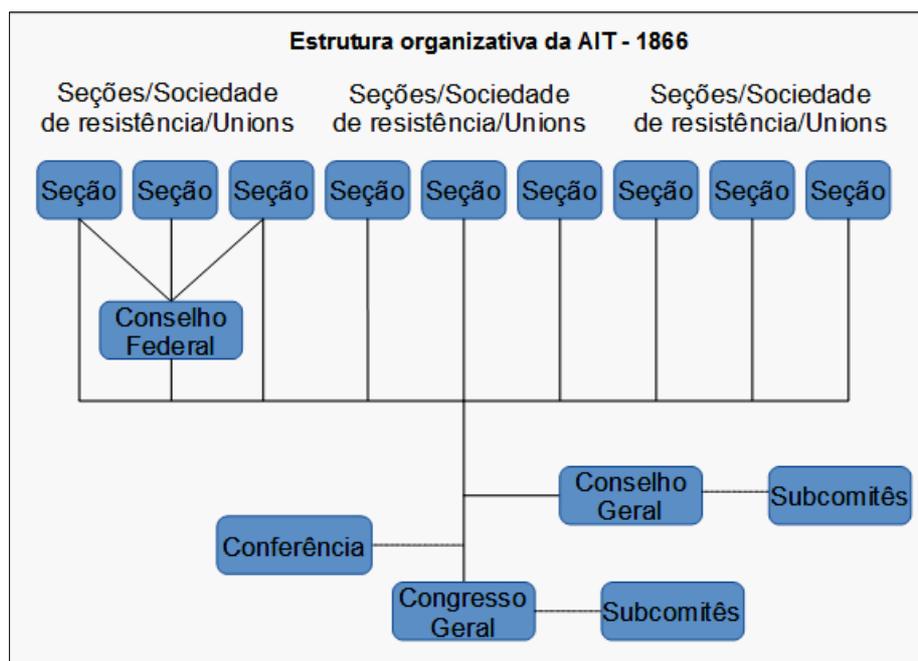
⁴⁰ Para conferir os regulamentos da AIT ver Guillaume (2009: 75-79), Freymond (1973a: 115-116) e Massy (1871: 9-11).

Grütli (localidade suíça) ou de natureza social diversa, como a Sociedade da Família de Genebra, as sociedades de socorro mútuo, as cooperativas e organizações políticas diversas, como a *Reform League*.

Era facultada a possibilidade da organização de um conselho federal, que reuniria de legados das seções locais e das demais organizações de base.

O congresso era o órgão máximo da Internacional e o Conselho Geral era um órgão executivo, subordinado ao congresso e responsável pela comunicação e pela articulação entre os operários das diferentes nações. O Congresso e o Conselho Geral poderiam eleger subcomitês com a função de debater e aprofundar determinados temas e elaborar resoluções que seriam votadas pelos respectivos órgãos, lembrando que o Congresso era órgão máximo. Na impossibilidade da realização de um congresso, o Conselho Geral poderia convocar uma instância inferior: a Conferência Geral.

Figura 1: Estrutura organizativa da AIT - 1866



É importante destacar que:

- a filiação à Internacional era individual, portanto, mesmo não fazendo parte de uma organização local aderente, o operário ou operária poderia se filiar;
- o conjunto das organizações de trabalhadores, isto é, sociedades de resistência, sociedades de socorro mútuo, cooperativas, *trade-unions*, sociedades de operários,

associações diversas, clubes operários, sociedades educacionais, associações propagandistas, uniões de ofício, incluindo sociedades aderentes, formavam a base da AIT que, portanto era uma base pluri-organizativa.

- a organização dos Comitês Federais não só era facultativa, como também levava em consideração as diferentes legislações nacionais, num contexto em que predominavam leis proibitivas e restritivas das organizações operárias;
- os representantes nos Comitês Federais eram eleitos pelas seções e tinham seus cargos revogáveis;
- os delegados para o congresso poderiam ser eleitos pelas seções locais, pelas demais instâncias da Internacional, Comitês Federais ou Conselho Geral, e pelas sociedades aderentes, ou seja, organizações da classe trabalhadora ainda não filiadas;
- o delegado poderia ser eleito para representar uma seção ou organização mesmo não fazendo parte da mesma e, inclusive, poderia representar mais de uma organização operária;
- os delegados eleitos por mais de uma organização só tinham direito a um voto no congresso.

Até a definição dessa estrutura, alguns debates e conflitos denunciaram as divergências entre as diferentes tendências e correntes do movimento operário. Na verdade, como será apresentado ao longo do capítulo, o debate sobre a estrutura continuará e será importante na cisão da AIT. Mas agora cabe destacar os debates iniciais.

Os acontecimentos envolvendo uma denúncia contra Tolain explicitou divergências sobre as concepções de estrutura e organização da associação internacional. Moses Hess⁴¹ (1812-1875), socialista de origem judaica, acusou o francês mutualista de participar de círculos bonapartistas. Essa denúncia, relacionada aos recursos que Tolain conseguiu junto ao governo Imperial de Bonaparte para financiar delegação francesa que participou da Exposição Universal de Londres em 1862 (LÉONARD, 2011: 47-48), chegou ao Conselho Central Provisório no dia 24 de janeiro de 1865⁴². O encaminhamento dado foi o de apurar as denúncias, mas isso impediria a filiação do bureau de Paris. Diante desse fato, Tolain encaminha ao Conselho Central uma solicitação de afastamento de suas funções⁴³, para não ser um obstáculo à filiação dos parisienses. Seu

41 Moses Hess, é considerado o pai do sionismo socialista. Hess nasceu na cidade alemã de Bonn, estudou filosofia na Universidade de Bonn, conheceu Marx e Engels nos debates sobre o comunismo. Mas afastou-se dos comunistas, continuando sua obra no esforço de unir o sionismo ao ideário socialista.

42 Segundo as atas do Conselho Geral da AIT (IML, 1962) a polêmica ocupou as reuniões entre os dias 24 de janeiro e 25 de abril de 1865.

43 Os mutualistas Tolain, Fribourg e Limousin foram eleitos secretários correspondentes do *bureau* de Paris

afastamento é acatado na reunião do dia 7 de fevereiro e, na mesma reunião Henri Lefort⁴⁴ (1835-1917) foi indicado para ser o correspondente da Internacional para a imprensa parisiense.

A decisão do Conselho Central ao indicar Lefort não é bem recebida pelos membros do *bureau* de Paris. Le Lubez, correspondente francês junto ao Conselho Central é destacado para resolver a questão. Tolain e Fribourg participam da reunião do dia 28 de fevereiro do Conselho Central para apresentar seus argumentos. Nessa ocasião, os mutualistas parisienses apresentam moção assinada por 32 membros do *bureau* de Paris, onde se colocam contrários à indicação de Lefort, pois consideravam que somente operários devem representar operários, e reafirmando que Fribourg, Tolain e Limousin⁴⁵ seriam os secretários correspondentes eleitos pelo *bureau*. Diante do longo debate, a decisão foi formar um Subcomitê para aprofundar a questão e retornar com propostas para a próxima reunião do Conselho Central. Na reunião seguinte, no dia 8 de março de 1865, o Subcomitê apresenta as seguintes propostas de resolução:

I. Whereas Citizen Tolain has several times tendered his resignation and the Central Council has as often refused to accept it, the said Council now leaves it to Citizen Tolain and the Paris Administration to reconsider whether or not under present circumstances this resignation be opportune. The Central Council confirms beforehand whatever resolution the Administration may come to on this point. (...)

II. In deference to the wishes of a meeting of 32 members of the Working Men's International Association held in Paris February 24, and in obedience to the principles of popular sovereignty and self-government, the Central Council cancels its resolution relating to the appointment of an official vindicator for the French press. At the same time the Council seizes this opportunity of expressing its high esteem for Citizen Lefort, in particular as one of the initiators of the International Working Men's Association and in general for his approved public character, and further it protests that it does not sanction the principle that none but an *ouvrier* is admissible as an

(FRIBOURG, 1871: 12).

44 Lefort era advogado e atuava como jornalista, defensor do republicanismo radical. Participou da organização da assembleia de fundação da AIT em 1864.

45 Charles Limousin (?-?), era margeador, trabalhou na imprensa e se dedicou à imprensa operária, foi editor do periódico *La Tribune Ouvrière*. Defensor do mutualismo proudhoniano, também foi membro do Conselho Federal de Paris da AIT. Seu pai Antoine Limousin (?-?), proudhoniano e militante ativo do cooperativismo, também atuou na AIT até 1866.

official in our Society. (...)

III. The Central Council resolves that the present Administration with the addition of Citizen Vinçard be confirmed. (IML, 1862: 76-78).

As três resoluções foram aprovadas, mas todos em votações divididas, a segunda resolução inclusive teve o placar bem apertado, de 11 votos favoráveis e 9 contrários. Outras duas resoluções ainda foram aprovadas, com o objetivo de reorganizar as relações entre o Conselho Central e o *bureau* de Paris.

Essa polêmica deve outros desdobramentos. Os correspondentes italianos, Wolff, Lama, Fontana, Aldovrandi, Setacci e Solustri⁴⁶, apresentaram carta de afastamento de suas funções no Conselho Central, pois avaliavam que nos debates onde Lefort foi admitido e posteriormente demitido ocorreram falta de espírito de fraternidade entre os conselheiros da AIT. O francês Jules Denoual também acompanhou os italianos na decisão do afastamento do Conselho. Le Lubez considerou que não tinha mais condições de continuar como correspondente e também se afasta, mas continuaria atuando na Internacional até 1866, quando é definitivamente afastado acusado de calúnia contra os mutualistas franceses durante o Congresso de Genebra.⁴⁷

Essa polêmica no início da organização da Internacional denuncia muito mais do que as disputas no âmbito da pequena política, para usar um termo gramsciano, explicita diferentes concepções sobre a estrutura e a organização do movimento operário. A decisão do Conselho Central de indicar um novo nome para a função de correspondente da imprensa da seção parisiense foi elucidativa do predomínio da concepção comunista do papel de centralização que o órgão executivo da associação deveria ter. Por outro lado, os mutualistas, ao recusarem a indicação feita pelo Conselho Central, tomaram uma decisão movidos pela defesa da autonomia das seções locais, frente ao órgão executivo. Os mutualistas também reivindicaram seu obreirismo, centrado no

46 No final do ano de 1866, o socialista italiano Cesare Orsini, que atuou na organização da AIT nos EUA e foi membro do Conselho Geral entre 1866-67, faz uma entrevista com Mazzini, onde o revolucionário italiano afirma que Wolff, Lama, e os demais não falavam em nome dele e que ele gostaria de se reaproximar da AIT. O relato dessa entrevista consta das atas do Conselho Geral: “Orsini, who had just entered the room, desired to state the substance of an interview of several hours’ duration which he had that morning with Joseph Mazzini. The whole of that time had been devoted to conversation concerning the Association. Mazzini acknowledged that he had been deceived by the reports of Wolff, Lama, and others. Mazzini claimed that for 35 years he had preached the abolition of wages-slavery and the right of the workman to participate in the profits of his work. That, for all that, he did not concur in every sentiment given utterance to in the original Address of the Association. That he was ready to enter into a debate concerning the principles of our Association; that he would be happy to receive a deputation from the General Council to talk the matter over with him at his private house; that he could not attend Bouverie Street on account of the infirmity of his health, and that he disavowed any responsibility for anything that might have been said by Wolff or others concerning himself” (IML, 1864: 73).

47 As polêmicas entre Le Lubez e os mutualistas parisienses não termina com as resoluções do ano de 1865, se estendem até o congresso de Genebra. Mesmo afastado do Conselho da AIT, Le Lubez tenta, sem sucesso, retornar ao Conselho como correspondente de outra seção. Segundo os relatos nas atas do Conselho Geral (IML, 1964: 35-36), durante o congresso de Genebra, Le Lubez chamou Fribourg e Tolain de bonapartistas. “*Cremer* then stated what he Congress had [done] with reference to the Central Council. [The] Congress had renewed the appointment of every actual member of the Council with the exception of Le Lubez who was excluded on the motion [of] Citizens Fribourg and Tolain because he had continued to stigmatise them as intriguers and Bonapartists” (IML, 1964: 35).

protagonismo operário e no exclusivismo da representação do trabalhador manual nas instâncias das organizações classistas. Esses são princípios caros aos mutualistas parisienses, por isso encontramos o seguinte relato de Fribourg sobre esse conflito:

De par le Conseil général, le bureau de Paris allait avoir son chef, et ce chef était un bourgeois, c'était un coup d'État au petit pied. Une telle prétention souleva l'indignation des membres parisiens, une protestation fut envoyée à Londres, et les correspondants adressèrent à M. Lefort une lettre dont nous extrayons le passage suivant:

"Si nous ne voulions que faire un éclat, une manifestation républicaine, nous prendrions pour drapeau un autre nom que le vôtre, un nom illustre; nous serions brisés, mais nous tomberions aux applaudissements de tous. Tel n'est pas notre but, nous voulons fonder une association qui; par l'étude, amène progressivement l'émancipation du travail. Sur ce terrain, quelle que soit l'estime que nous ayons pour vous, votre notoriété ne présente que des dangers sans aucun avantage, et voilà pourquoi nous la repoussons." (...)

Au nom de leur droit de bureau autonome, les correspondants parisiens dénièrent au Conseil général le pouvoir de s'immiscer dans leurs affaires intérieures; ils déclarèrent que, pères de l'Association, ils ne souffriraient pas qu'on portât atteinte au pacte fédératif consenti librement par tous les membres, et que tant qu'ils ne commettraient aucun acte contraire aux principes énoncés par les statuts généraux, ils entendaient être les maîtres chez eux, et ne relever que de leurs mandats pour leurs fonctions de correspondants. (FRIBOURG, 1871: 25-27).

As diferentes concepções entraram efetivamente em choque durante os congressos da AIT, cujos debates produziram importantes reflexões que se tornaram legados para o movimento dos trabalhadores. As disputas no âmbito da grande política marcaram profundamente o desenvolvimento da Internacional.

3.1. A estratégia da mutualidade e a influência de Proudhon

Entre as deliberações da assembleia de fundação de 1864 estava a realização do primeiro congresso da Internacional para o ano de 1865, na Bélgica. Essa deliberação passou a constar nos

seus Estados Provisórios, sendo da responsabilidade do Conselho Central a sua organização, entretanto, mudanças da legislação belga, de caráter restritiva, obrigaram o Conselho a adiar sua realização. Assim, foi realizada uma Conferência em Londres de 25 a 29 de setembro de 1865 (GUILLAUME, 2009: 45). Uma conferência seria uma instância inferior ao congresso, mas cumpriria o papel de manter a organização da associação.

Participaram da conferência, como delegados do Conselho Central Marx, Eccarius, Lessner, Kaub, Schapper, Vésinier, Dupont, Le Lubez, Jung, Bobczynski, Lochner, Bolleter, Cremer (Secretário Geral) e Odger (Presidente); delegados *trade-unionistas* Dell, Weston, Howell, Shaw e Wheeler; delegados franceses: Messieurs Schily, Fribourg, Tolain, Varlin, Limousin, Clarion e Dumesnil-Marigny, pela *Associazione di Mutuo Progresso* Major Wolff; delegados suíços Dupleix e Becker; e delegado belga César De Paepe.

As pautas organizativas ocuparam majoritariamente os debates da conferência, ficando para o congresso os debates políticos, inclusive as deliberações sobre os princípios e os regulamentos da AIT.

Finalmente no ano de 1866, ocorreu o primeiro Congresso Geral da Internacional realizado no período de 3 a 8 de setembro de 1866, na cidade de Genebra. O total de participantes, segundo a lista nominal dos delegados (FREYMOND, 1973 [Tomo I]: 75-77), foi de 56 militantes do movimento operário⁴⁸, representando 35 organizações de trabalhadores, incluindo o Conselho Central/Geral da AIT. Desse total, 42 delegados eram de seções da AIT, dos quais 04 tinham dupla delegação, e 14 delegados de sociedades operárias aderentes, ou seja, organizações de trabalhadores não filiadas. Entre as sociedades aderentes 01 delegado era *trade-unionista*, representando a Sociedade dos Alfaiates de Londres, e 13 delegados de sociedades operárias de diferentes cidades suíças.

Tabela 6. Delegações do Congresso de Genebra - 1866

Representação pelas seções

⁴⁸ As informações sobre o número total de delegados divergem dos números da lista nominal. Guillaume (2009: 55-56) afirma que o total de delegados foi de 60 delegados, sendo 45 de seções da AIT: 05 delegados do Conselho Central (Guillaume já utiliza a nomenclatura de Conselho Geral, aprovada no congresso), sendo que um dos membros do Conselho representava a seção francesa em Londres – Dupont; 17 representantes de 04 seções Francesas; 03 representantes de 04 seções da Alemanha; 20 representantes de 15 seções suíças; e 15 de seções não filiadas, ou seja, sociedades aderentes: 02 representantes de 02 sociedades operárias londrinas não filiadas e 13 representantes de 11 sociedades operárias de Genebra ou de outras cidades suíças não filiadas. Por sua vez, a própria ata do congresso indica a participação de 60 delegados, sendo 46 representantes de 25 seções da AIT e 14 representantes de 11 sociedades operárias aderentes (FREYMOND, 1973a: 77). A diferença está nas informações sobre as duplas representações, Guillaume (2009: 57) não relata a dupla representação do suíço Adhémar Schwitzguébel, mas relata a dupla representação de Karl Bürkly. Por seu turno, a lista nominal da ata do congresso informa a dupla representação de Schwitzguébel, mas ignora que Bürkly também tinha dupla delegação. Outra diferença é o fato de Guillaume relatar a participação de duas sociedades operárias londrinas não filiadas, enquanto na lista nominal só consta uma sociedade operária londrina nessa condição.

Seções da AIT	Número de delegados	Número de seções
Conselho Central/Geral	06*	01
Seções francesas	14*	04
Seções suíças	20**	15
Seções alemãs	03***	04
Total	43	24
Sociedades aderentes	Número de delegados	Número de seções
<i>Trade-union</i>	01	01
Sociedades operárias suíças	13	10
Total	14	11
Representações pelas seções	59	35
Total de delegados e seções	56	35

FREYMOND, 1973 [Tomo I].

* Dupont foi eleito com dupla delegação, pelo Conselho Central/Geral e pela Seção Francesa em Londres.

** Schwitzguebel foi eleito com dupla delegação, pelas seções de Saint-Imier e Sonvilier, e Karl Bürkli pelas seções de Zurique e Wetzikon.

*** Frédéric Moll foi eleito com dupla delegação, pelas seções de Colônia e Solingen.

Pela composição dos delegados, evidencia-se que a maioria dos delegados era das seções e sociedades operárias suíças (19 militantes de seções filiadas e 13 de sociedades operárias aderentes). A segunda maior delegação era a francesa, com 14 militantes presentes, destaque para a supremacia dos parisienses, com 11 delegados. Por sua vez a presença dos representantes *trade-unionistas* é pequena, restrita a representantes do Conselho Central, Odger, Cremer e Carter, e ao delegado da Sociedade dos Alfaiates de Londres, Lawrence. A presença alemã também foi pequena, com apenas 04 delegados.

A significativa presença de delegados de diversas organizações da classe trabalhadora suíça não pode ser apenas creditada ao fato de o congresso ter sido realizado em Genebra, pois o trabalho de organização e divulgação da AIT no país foi intenso. Ainda em 1865, Pierre Coullery, em articulação com o Conselho Central, funda a Seção de Chaux-de-Fonds. No mesmo ano, graças à atuação de Jean-Philippe Becker, são fundadas as seções de Genebra, Lausanne, Vevey e Montréux.

O Comitê Federal Jurassiano, na publicação *Mémoire présenté par la Fédération Jurassienne*, 1873, narra da seguinte maneira os primeiros esforços de organização da Internacional na Suíça:

La fondation des Sections internationales dans la Suisse romande date de 1865. Un médecin du Jura bernois, domicilié alors à la Chaux-de-Fonds, Pierre Coullery, – connu depuis 1848 dans le Jura par sa propagande démocratique et humanitaire – se mit en relations avec le Conseil général de

Londres, et fonda la Section centrale de la Chaux-de-Fonds , qui parvint tout d'abord au chiffre de quatre à cinq cents adhérents. Sous l'influence de Coullery furent bientôt créées d'autres Sections dans le Jura: celles de Boncourt (février 1866), de Bienne, de Sonvillier (mars), de St-Imier, de Porrentruy (avril), de Neuchâtel (août). La Section du Locle fut fondée en août 1866 par Constant Meuron, vieux proscrit de la révolution neuchâteloise de 1831, et par James Guillaume. Dès 1865 existaient également des Sections à Genève, Lausanne, Vevey et Montréux. La Section de Genève avait été fondée principalement sous l'influence du socialiste allemand J .-Ph. Becker, qui créa en janvier 1866 le journal mensuel le Vorbote, pour servir d'organe aux Sections de langue allemande. (COMITÉ FÉDÉRAL JURASSIEN, 1873: 3-4).

Ainda segundo os relatos da publicação do Comitê Federal Jurassiano, democratas e partidários do republicanismo radical se lançaram na campanha pela expansão da AIT, mas com o objetivo de alçar cargos eletivos na estrutura do Estado: l'Internationale ne faisait qu'un avec le parti politique radical, et certaines personnalités ambitieuses cherchaient déjà ase faire d'elle un simple moyen d'arriver à un emploi dans le gouvernement" (COMITÉ FÉDÉRAL JURASSIEN, 1873: 4). Portanto, pode-se afirmar que nos primeiros anos da organização da Internacional na Suíça, predominaram as concepções do republicanismo radical, que ainda naquele contexto se confundiam muito com as demais correntes socialistas.

Mesmo com sua significativa presença, a participação política das delegações suíças foi, na própria avaliação do Comitê Federal Jurassiano, medíocre, sendo que as “discussões foram quase inteiramente dirigidas pelos mutualistas parisienses, Tolain, André Murat, Fribourg” (COMITÉ FÉDÉRAL JURASSIEN, 1873: 5).

Os temas debatidos foram assim listados pelo historiador Édouard Dolléans:

l'organisation des efforts communs, au moyen de l'Internationale, dans les luttes entre le capital et le travail; la réduction des heures de travail, le travail des femmes et des enfants; les sociétés ouvrières et leur avenir; le travail coopératif; les impôts; le crédit international; la nécessité d'anéantir le despotisme russe en Europe, par l'application du droit des peuples à disposer d'eux-mêmes et la reconstitution de la Pologne; les armées permanentes et leurs rapports avec la production; l'influence des idées religieuses; l'établissement des sociétés de secours mutuels. Deux rapports importants servaient de base solide aux discussions du Congrès, l'un était le mémoire des délégués français, l'autre, le rapport du Conseil général. (DOLLÉANS, 2003a: 228).

Segundo Dolléans, os debates políticos tiveram como base os materiais elaborados, na forma de memórias, pelos delegados franceses, na verdade, pelos parisienses mutualistas, e pelo relatório do então Conselho Central, cujas concepções na formulação foram predominantemente comunistas. Assim, é possível afirmar que os debates durante o congresso foram polarizados pelas

concepções mutualistas e comunistas.

Nos debates sobre os conflitos entre capital e trabalho surgiu a polêmica sobre o papel das greves na luta de classes. O delegado da Seção Francesa de Genebra, o jornalista polaco J. Card, destaca que as greves seriam “un medio bárbaro, que confirma el salario que queremos abolir”. Entretanto, o suíço Hermann Jung, delegado pelo Conselho Central, defensor de ideias comunistas, discorda da posição de Card. Utilizando as greves dos trabalhadores ingleses como referência, afirmava que “las huelgas inglesas son acto de defensa contra las exacciones infames de los patronos”. Os congressistas não aprovam uma resolução específica sobre as greves, mas aprovam uma resolução proposta pelo delegado da Seção Alemã de Genebra, Jean-Philippe Becke, com oito votos contrários, para uma articulação, cuja responsabilidade seria do Conselho Central da AIT, entre todas as sociedades operárias para o levantamento das diferenças entre os aumentos dos salários e das jornadas de trabalho, considerando que essas não são questões nacionais e sim internacionais. O objetivo seria, munidos dessas informações, traçar a luta internacional contra o capital (FREYMOND, 1973 [Tomo I]: 98-99).

Além dessa resolução, os delegados também aprovaram proposta conjunta de Tolain e Card que, nitidamente, denuncia suas concepções mutualistas:

Congresso declara que, no estado atual da indústria, que é a guerra, deve-se apoiar um auxílio mútuo para a defesa dos salários. Todavia, é de seu dever declarar ao mesmo tempo que há um objetivo maior a alcançar: a supressão dos salários. Ele recomenda o estudo de meios econômicos com base na justiça e na reciprocidade. (GUILLAUME, 2009: 58).

Os debates sobre a jornada de trabalho também estavam no bojo dos conflitos entre as classes sociais. A luta pela redução da jornada de trabalho teve tamanha relevância que iria se converter numa das bandeiras históricas do movimento da classe trabalhadora global. Os delegados do primeiro congresso da AIT aprovaram a seguinte resolução elaborada pelo Conselho Central:

1. El congreso considera la disminución de las horas de trabajo como uno de los primeros pasos hacia la emancipación del trabajador.
2. Propone que la jornada de trabajo se limite a *ocho horas*.
3. Que el trabajo nocturno no sea permitido más que en casos excepcionales, controlado por la ley y sólo pra hombres. (FREYMOND, 1973 [Tomo I]: 102).

As questões envolvendo o trabalho feminino também geraram polêmicas e muitos debates. O texto do Conselho Central centrava-se mais na problemática do trabalho infantil, todavia as *Memórias dos Delegados Franceses* traziam posições divergentes, de um lado, a posição majoritária dos mutualistas individualistas liderados por Tolain e Fribourg, cuja posição era de contrariedade ao trabalho feminino, uma vez que defendiam que o “lugar natural” das mulheres

seria no seio familiar, de outro lado a posição dos mutualistas coletivistas, sob a liderança de Varlin, que eram contrários à exploração do trabalho feminino, não do trabalho das mulheres em si.

As propostas de resolução apresentadas durante os debates explicitam bem essas divergências entre os parisienses. Os mutualistas Chemalé (1839-?)⁴⁹, Fribourg, Perrachon e Camélinat apresentaram a seguinte proposta:

Desde el punto de vista físico, moral y social, el trabajo de las mujeres y de los niños en las manufacturas debe se enérgicamente condenado en principio como una de las causas más activas de la degeneración de la especie humana y como uno de los más poderosos medios de desmoralización llevados a cabo por la clase capitalista. La mujer – añaden – no está hecha para trabajar; su lugar está en el centro de la familia; es la educadora natural del niños; sólo ella puede preparar a la existencia cívica, esforzada y libre. Esta cuestión debe integrarse en el orden de día de próximo congreso; la estadística dará documentos bastante poderosos que podamos condenar el trabajo de la mujer en las manufacturas. (FREYMOND, 1973 [Tomo I]: 105-106).

Em contraponto a essa proposta que condenava como princípio o trabalho de mulheres e crianças e que considerava que o lugar “natural” das mulheres seria o espaço familiar, o revolucionário proudhoniano Varlin, fez o seguinte discurso:

Como todos vosotros reconozco que el trabajo de las mujeres en las manufacturas, tal como se practica, arruina los cuerpos y engendra la corrupción. Pero partiendo de este hecho no podemos condenar el trabajo de las mujeres de un ponto general, pues vosotros que queréis levantar a la mujer de la prostitución, ¿cómo podréis hacerlo si no le dais el medio de ganar su vida? ¿Qué será de las viudas y de las huérfanas? Se verán obligadas a pedir o a prostituirse. Condenar el trabajo de las mujeres es reconocer la caridad y autorizar la prostitución. (FREYMOND, 1973 [Tomo I]: 106).

Na sequência dos debates, os mutualistas Fribourg e Tolain tomaram a palavra para defender a resolução conservadora que condena o trabalho feminino como princípio. O *trade-unionista* Mathew Lawrence (?-?)⁵⁰, representante da Sociedade de Alfaiates de Londres, também tomou a palavra, se opondo à posição dos mutualistas individualistas e defendendo a aprovação da resolução do Conselho Central.

Os congressistas aprovaram por ampla maioria a resolução do Conselho Central, entretanto, esse texto referia-se muito mais à redução da jornada de trabalho e ao trabalho infantil do que ao trabalho das mulheres. Sobre o trabalho feminino limitava-se a condenar o trabalho noturno das

49 Félix Eugène Chemalé era um arquiteto francês, defensor das ideias de Proudhon e militante da corrente mutualista de Paris.

50 Lawrence era uma liderança *trade-unionista* em Londres, presidiu a *Operative Tailors' Protective Association* [Associação Protetora dos Alfaiates] e foi membro do Conselho Geral da AIT.

mulheres e as demais atividades insalubres e perigosas. A proposta dos mutualistas também é aprovada, entretanto a ata não registra como foi o resultado da votação, se foi unânime ou se teve votos contrários (FREYMOND, 1973 [Tomo I]: 106-107).

Ainda é importante destacar que os mutualistas defendiam a igualdade salarial entre homens e mulheres, apesar da defesa de uma posição conservadora de condenar o trabalho feminino como princípio. As *Memórias dos delegados franceses* apresentavam as seguintes conclusões: “no nos queda más que aplicar a la mujer el principio de la igualdad ante el trabajo: a igual servicio, igual producto; por un producto igual al del hombre, la mujer debe recibir un salario igual” (FREYMOND, 1973 [Tomo I]: 162).

Os debates sobre a organização da AIT definiram seus princípios, seu estatuto, seus regulamentos e sua estrutura federativa. O Conselho Central convertido em Conselho Geral.

Dois debates merecem destaque, primeiro sobre a eleição do Secretário Geral: a delegação inglesa propôs eleger o Secretário Geral no congresso, para que este tivesse mais responsabilidade, porém, Tolain e outros delegados se opuseram a estas propostas, argumentando que uma vez eleito pelo congresso o mesmo só poderia ser afastado num novo congresso, portanto seria muito poder para o eleito. A proposição de Tolain foi aprovada pela maioria dos delegados (FREYMOND, 1973 [Tomo I]: 93).

O segundo debate foi sobre a proposta de admitir a filiação de trabalhadores não manuais. Os mutualistas individualistas, parisienses e suíços, movidos por uma concepção obreirista, se opuseram a essa proposta, defenderam a exclusividade da filiação de trabalhadores manuais. Depois de uma animada e longa discussão, foi aprovado que seria aceita a filiação de qualquer um que pudesse justificar sua condição de trabalhador, sendo que cada seção local ficaria responsável pela filiação (FREYMOND, 1973 [Tomo I]: 93).

A aprovação dos *Estatutos* e dos princípios que constam no *Preâmbulo* foi, segundo os relatos de Guillaume (2009: 58-61), organizada da seguinte maneira: uma comissão formada por três franceses, três ingleses, dois suíços e quatro alemães, com a missão de redigir em três idiomas, francês, inglês e alemão, os Estatutos gerais, com base no texto elaborado pelo Subcomitê do Conselho Central. Ainda segundo os relatos do anarquista suíço, os debates sobre os Estatutos gerais foram intensos e, após sua aprovação outra comissão foi eleita para redigir o regulamento, também aprovado.

Mesmo relatando que se tratou de um debate intenso, Guillaume esclarece que as polêmicas acerca dos considerandos do *Preâmbulo*, conforme abordas no capítulo anterior, não apareceram durante a sua aprovação no Congresso de Genebra. Isso porque, enquanto os franceses e os suíços de língua francesa tinham em mãos a tradução parisiense de 1864, os ingleses tinham a versão

elaborada pelo Subcomitê do Conselho Central, e os alemães e suíços de língua alemã a tradução a partir do texto do Subcomitê, concluindo:

Ninguém parecia ter dado importância, naquele momento, às leves diferenças que esses dois textos apresentavam, e devo dizer que, quanto a meus amigos das Seções suíças e a mim mesmo, ignoramos, até 1870 ou 1871, que a versão inglesa dos considerandos diferenciava em alguns pontos da versão francesa. A tarefa de comissão consistiu da redação definitiva dos artigos dos estatutos. (GUILLAUME, 2009: 61).

Após o primeiro congresso, Marx identificou nos mutualistas, na verdade nos proudhonianos franceses, seus principais adversários políticos na luta pela hegemonia da AIT. Numa carta endereçada ao médico Ludwig Kugelmann (1828-1902)⁵¹, datada de 9 de outubro de 1866, Marx explicita sua visão sobre os proudhonianos:

The Parisian gentlemen had their heads stuffed full of the most vacuous Proudhonist clichés. They prattle incessantly about science and know nothing. They spurn all revolutionary action, i.e. arising from the class struggle itself, every concentrated social movement, and therefore also that which can be achieved by political means (e.g., such as limitation of the working day by law). Beneath the cloak of freedom and anti-governmentalism or anti-authoritarian individualism these gentlemen, who for 16 years now have so quietly endured the most wretched despotism, and are still enduring it, are in actuality preaching vulgar bourgeois economics, only in the guise of Proudhonist idealism! Proudhon has done enormous harm. His pseudo-critique and his pseudo-confrontation with the Utopians (he himself is no more than a philistine Utopian, whereas the Utopias of such as Fourier, Owen, etc., contain the presentiment and visionary expression of a new world) seized hold of and corrupted first the 'jeunesse brillante', the students, then the workers, especially those in Paris, who as workers in luxury trades are, without realising it, themselves deeply implicated in the garbage of the past. (MARX and ENGELS, 1987: 326).

O segundo congresso foi realizado um ano depois na cidade suíça de Lausanne, entre os dias 2 e 7 de setembro. Contou com a participação de 72 militantes eleitos delegados, representando 57 organizações de trabalhadores: 37 suíços, dos quais 06 eram da Sociedade Industrial e Comercial de Lausane que aderiu ao congresso; 18 franceses, sendo que Dupont tinha dupla representação do Conselho Geral e a Seção Francesa em Londres, sendo que os delegados parisienses estavam em 07; 07 ingleses, sendo 05 membros do Conselho Geral, dentre os quais 02 chegaram somente ao final dos debates, 06 alemães, 04 italianos e 01 belga.

Tabela 7. Delegações do Congresso de Lausanne - 1867

51 Kugelmann era médico de origem alemã. Socialista que atuou na AIT e fez parte do Partido Social-democrata Alemão. Ele foi um importante interlocutor de Marx e de Engels, mantendo uma intensa correspondência com os dois comunistas alemães.

Representação pelas seções

Seção da AIT	Número de delegados	Número de seções
Conselho Geral	06*	01
<i>Trade-unions</i>	05**	03
Seções francesas	19***	17
Seções suíças	31****	22
Seções alemãs	06*****	08
Seções italianas	04*****	04
Seções belgas	01	01
Total	72	56
Sociedades aderentes	Número de delegados	Número de seções
Sociedades operária de Laussane	06	01
Total	06	01
Representações pelas seções	82	57
Total de delegados e seções	72	57

FREYMOND, 1973 [Tomo I].

* Dupont foi eleito com dupla delegação, pelo Conselho Geral e pela Seção Francesa em Londres.

** Odeger, Cremer e tinham dupla representação, pelo conselho Geral e pela Reform League, e Lessner foi eleito com dupla delegação, pelo Conselho Geral e pela Associação Educacional dos Trabalhadores (organização alemã em Londres).

*** Dupont foi eleito com dupla delegação, pelo Conselho Geral e pela Seção Francesa em Londres; Longuet foi eleito com dupla representação pelas Seções de Caen e Condé-Sur-Noireau; Vasseur foi eleito com dupla delegação pelas Seções de Marselha e Fuveau.

**** Kircher foi eleito com dupla delegação, pelas Sociedades de Grütli e dos Carpinteiros.

***** Klein foi eleito com dupla delegação, pelas Seções de Colonia e Solingen; Stumpf foi eleito com dupla delegação, pelas Seções de Wiesbaden e Mayence.

***** Tanari foi eleito com dupla delegação, pelas Sociedades de Bolonha e Bazano.

Segundo os relatos de Guillaume, os debates do congresso de Lausanne ocorreram tendo como base nove questões:

1ª Questão: Quais os meios práticos para tornar a Internacional um centro de ação para a classe operária na luta contra o capital?

2ª Questão: Como as classes operárias podem utilizar para sua emancipação o crédito que elas dão à burguesia e aos governos? - Crédito e bancos populares. - Moeda e papel moeda. - Seguros mútuos. - Sociedades operárias.

3ª Questão: Os esforços tentados hoje pelas associações para a emancipação do quarto Estado (classe operária) não podem ter como resultado a criação de um quinto Estado, cuja situação seria ainda muito mais miserável? - O mutualismo ou reciprocidade considerada como base das relações sociais. Equivalência das funções. Solidariedade. Sociedades operárias.

4ª Questão: Trabalho e capital. - Desemprego. - As máquinas e seus efeitos. - Redução das horas de trabalho. - Divisão do trabalho. - Transformação e extinção do salariato. - Repartição dos produtos.

5ª Questão: Funções sociais. - Papel do homem e da mulher na sociedade. - Educação das crianças. - Ensino integral. - Liberdade de ensino. - Fonografia.

6ª Questão: Definição do papel do Estado. - Serviços públicos, transportes e circulação. Interesses coletivos e individuais. - O Estado considerado como justiceiro e guardião dos contratos. Direito de punir.

7ª Questão: A privação das liberdades políticas não é um obstáculo à emancipação social dos trabalhadores e uma das principais causas das perturbações sociais? Quais são os meios de acelerar esse restabelecimento das liberdades políticas?

8ª Questão: Mensagem coletiva ao Congresso da Paz e da Liberdade em Genebra, da parte dos trabalhadores reunidos em Congresso em Lausanne.

9ª Questão: Discussão sobre a sede do Conselho Geral e sobre o local do próximo Congresso. (GUILLAUME, 2009: 96-103).

Para organizar as discussões durante o congresso foram organizadas comissões, responsáveis pelo debate e pela elaboração de resoluções sobre cada uma das nove questões. Inicialmente foram estabelecidas oito comissões, ficando para um momento posterior a escolha da comissão para debater o tema da sede do Conselho Geral e o local do terceiro congresso.

Apesar da ordem dos debates estabelecidos pelas nove questões, as discussões começaram sendo pautadas pelos operários genebrinos. Segundo as memórias do Comitê Federal Jurassiano (1873: 7), um dos delegados da Seção Francesa de Genebra, Charles Perron⁵² (1837-1909), apresentou resolução aprovada na assembleia popular de Genebra, realizada no dia 24 de agosto de 1867, sobre a sétima questão, que versava sobre a relação a luta pelas liberdades políticas e a emancipação social da classe trabalhadora. Os genebrinos elaboraram e apresentaram a seguinte resolução:

O Congresso, considerando que a privação das liberdades políticas é um obstáculo à instrução social do povo e à emancipação do proletariado, declara:

1º Que a emancipação social dos trabalhadores é inseparável de sua emancipação política;

2º Que o estabelecimento das liberdades é uma primeira medida de uma absoluta necessidade. (GUILLAUME, 2009: 100).

A importância dessa resolução, que foi aprovada, segundo os registros em ata, sem mais debates e por unanimidade (FREYMOND, 1973 [Tomo I]: 200), ao definir a indissociabilidade entre a emancipação social e política, explicitou a posição, principalmente dos anarquistas e dos coletivistas, destacando que Perron era uma liderança anarquista e foi um dos responsáveis pela presença predominante das concepções e práticas coletivistas entre os genebrinos, sobre a relação entre a luta política e a emancipação econômica dos trabalhadores, remontando a polêmica nos

52 Charles Perron era pintor de esmalte que se dedicou aos estudos cartográficos. Foi um militante anarquista partidário de Bakunin na militância no interior da AIT, membro da “Fraternidade” e da Aliança Internacional da Democracia Socialista, foi referência para o movimento operário genebrino. Sindicalista revolucionário que contribuiu para o desenvolvimento das teorias anarquistas para a educação.

considerandos do *Preambulo dos Estatutos*, ou seja, para coletivistas e anarquistas não existia predomínio de uma luta sobre a outra, dialeticamente, a luta política e econômica seriam indissociáveis. De fato, o destaque e a divergência residia na luta político-eleitoral, considerada um equívoco pela corrente anarquista e pela tendência coletivista mais próxima do anarquismo.

Na sequência dos debates, os congressistas se debruçaram sobre a posição diante do Congresso da Liga da Paz e da Liberdade, marcado para os dias 9-12 de setembro de 1867, em Genebra. Tratava-se de uma iniciativa de caráter policlassista, reunindo expoentes do liberalismo burguês, republicanos radicais e revolucionários socialistas. A iniciativa da organização foi da responsabilidade do pacifista francês Charles Lemonnier (1806-1891) e o advogado francês Emile Acolas (1826-1891), com o apoio de figuras como o liberal John Stuart Mill (1806-1873), o escritor francês Victor Hugo (1802-1885), o revolucionário italiano Giuseppe Garibaldi, o socialista francês Louis Blanc (1811-1882), o socialista russo Alexander Herzen (1812-1870), o anarquista russo Bakunin, os irmãos anarquistas franceses Elie Reclus (1827-1904)⁵³ e Élisée Reclus, dentre outros.

Depois dos debates, a seguinte resolução foi aprovada:

Considerando: Que a guerra pesa principalmente sobre a classe operária, visto que a priva não somente dos meios de existência como também a obriga a derramar o sangue do trabalhador;
Que a paz armada paralisa as forças produtivas, pede ao trabalho somente obras inúteis e intimida a produção colocando-a sob o golpe das ameaças de guerra;
Que a paz, primeira condição do bem-estar geral, deve por sua vez ser consolidada por uma nova ordem de coisas que não mais conhecerá na sociedade de classe, das quais uma é a exploração pela outra,
Decide aderir plena e inteiramente ao Congresso da Paz (...).
(GUILLAUME, 2009: 101).

Tolain, com o apoio de De Paepe, propôs o seguinte complemento à resolução aprovada:

Considerando que a guerra tem por causa primeira e principal o pauperismo e a falta de equilíbrio econômico;
Que para chegar a suprimir a guerra não basta destituir os exércitos, mas ainda é preciso modificar a organização social no sentido de uma repartição cada vez mais equitativa da produção,
Subordina sua adesão à aceitação pelo Congresso da Paz de declaração acima anunciada.
(GUILLAUME, 2009: 102).

Portanto, a adesão ao Congresso da Paz não foi incondicional, pelo contrário, os delegados recorrem às suas concepções mutualistas para defender que somente uma nova ordem social,

53 Elie Reclus era etnólogo e militante anarquista. Participou das organizações bakuninistas, a “Fraternidade” e da Aliança Internacional da Democracia Socialista.

baseada na mutualidade, poderia, de fato, impedir a guerra. O tema da guerra era central para os internacionais não só pelo contexto de conflagração entre as potências capitalistas europeias, mas principalmente porque as ideologias nacionalistas e patriotas eram obstáculos ao internacionalismo operário.

Vencido o debate sobre a participação no congresso da Liga da Paz, os delegados voltam-se para os debates sobre a terceira questão, ou seja, sobre os riscos do desenvolvimento de um quinto Estado, quer dizer, os congressistas debatiam que o avanço do capitalismo produziu o quarto Estado – a classe trabalhadora, mas seu contínuo avanço impunha o pauperismo que poderia resultar num quinto Estado: uma fração ainda mais miserável do proletariado. Assim, chegaram à seguinte resolução:

Para evitar esse perigo, o Congresso crê ser necessário que o proletariado convença-se bem desta ideia: que a transformação social só poderá se operar de um modo radical e definitivo por meios que ajam sobre o conjunto da sociedade e conforme à reciprocidade e à justiça. (GUILLAUME, 2009: 98).

Diante desse debate, um dos delegados suíços, o médico Pierre Coullery, propôs um adendo à resolução aprovada. Após um debate que envolveu as posições de De Paepe, Tolain e Murat, chegaram a seguinte complemento da resolução:

No obstante, o Congresso acredita que todos os esforços das associações operárias devem se encorajados, salvo fazer desaparecer tanto quanto seja possível do seio dessas associações a retirada do capital sobre o trabalho, quer dizer, fazer penetrar nele a ideia de mutualidade e federação. (GUILLAUME, 2009: 98).

Essas resoluções exprimem bem as concepções proudhonianas presentes no interior do movimento operário que construía a Internacional. A mutualidade e o federalismo eram princípios defendidos pelo anarquista francês e incorporados às categorias organizativas, estratégicas e programáticas do operariado daquele período. A mutualidade e a conversão da liberdade das relações de reciprocidade, que determina o conjunto das relações sociais, em força coletiva (PROUDHON, 1989: 104).

Na abordagem proudhoniana, a mutualidade determina relações de trocas baseadas na reciprocidade, portanto, se opõe às relações de trocas do capitalismo, baseadas na exploração e na propriedade privada. Dessa maneira, permite a justiça, pois estabelece a obrigatoriedade da reciprocidade e, conseqüentemente, equilibrando as trocas sociais e econômicas. Na dialética entre o princípio da liberdade e da autoridade, as relações de mutualidade, a liberdade materializada em força coletiva, transportam a esfera das trocas econômicas e assumem os contornos e os conteúdos do federalismo:

a unidade, no direito, é somente assinalada pela promessa que os diversos grupos soberanos fazem entre si: 1º de mutuamente se governarem a si mesmos e lidar com os seus vizinhos de acordo com certos princípios; 2º de se protegerem contra o inimigo exterior e contra a tirania do interior; 3º de se combinarem, no interesse das respectivas explorações e empreendimentos, como também de prestarem assistência uns aos outros nos seus infortúnios. No governo, a unidade é dada por um conselho nacional, composto por representantes de vários estados, que é responsável por assegurar o cumprimento do pacto e a subsequente melhoria dos interesses comuns. Assim, transportado para a esfera política, aquilo a que até agora chamamos de mutualismo ou garantismo, toma o nome de *federalismo*. Em uma sinonímia simples temos a revolução completa, revolução política e econômica. (PROUDHON, 1989: 182-183).

A influência da perspectiva anarquista de Proudhon, que na resolução analisada aparece nos conceitos de mutualidade e federalismo, não é uma interpretação mecânica, sustentada exclusivamente pela presença de conceitos compartilhados, mas sim pelo seu lugar na história do movimento operário francês, bem como sua importância para suíços e belgas e, posteriormente, principalmente pelas ações de Bakunin, sua influência sobre italianos e espanhóis.

É fato que a teoria proudhoniana foi fundamental para a constituição das práticas e concepções no movimento operário que confluiu para a Internacional. Seus conceitos, formulações e obras são recorrentemente citadas em documentos e discursos dos diversos delegados e militantes daquele período. A exemplo do documento *Memórias dos delegados franceses ao Congresso de Genebra* (FREYMOND, 1873 [Tomo I]: 153-181), ou ainda a *Apresentação da Seção Belga ao Congresso de Lausanne* (FREYMOND, 1873 [Tomo I]: 289-299).

Todavia, como já foi destacado em capítulos anteriores, o proudhonismo não era uma tendência homogênea. Encontrava-se dividido em duas correntes, recorrentemente identificadas como mutualistas e coletivistas. O embate entre essas correntes proudhonianas ocorreu durante o congresso de Genebra nas polêmicas sobre o lugar das mulheres no mundo do trabalho e na luta pela emancipação do proletariado, e também durante o congresso de Lausanne, nos debates sobre o pauperismo crescente e o risco do aparecimento de um quinto Estado. Quem apresentou a divergência foi o belga De Paepe que, apresentou a seguinte emenda à proposta de resolução sobre as formas para combater o desenvolvimento de um quinto Estado:

Nosotros no podemos cortar aquí la cuestión de saber cuáles son las medidas de conjunto, que si embargo, nos parecen tan necesarias; pero creemos poder indicar, como dignas de ser sometidas a nuestro estudio, ciertos medios de reforma general propuestos por diversos socialistas: la transformación de la banca nacional (Banco de Francia, Banco de Bélgica, Banco de Inglaterra, etc.) en banco de crédito gratuito; entrega del suelo a la propiedad colectiva de la sociedad; la abolición de las herencias “ab

intestat” en cierto grado de parentesco; el impuesto sobre las sucesiones en línea indirecta, etc. (FREYMOND, 1973 [Tomo I]: 207).

O delegado belga introduz o tema da propiedade coletiva da terra. Na sequência dos debates, os mutualistas parisienses, Chemalé (1839-?) e Tolain, além do francês Charles Longuet e do suíço Coullery, se colocaram contrários à proposta do coletivista belga. Chamlé afirmou que considerava uma coisa injusta e inaplicável a conversão do solo em propriedade coletiva (FREYMOND, 1973 [Tomo I]: 208). Por sua vez, Tolain apresentou os seguintes argumentos contra a proposta de De Paepe:

Tolain, de Paris, al hablar a propósito de estas palabras del trabajo, “entrega del suelo a la propiedad colectiva”, dice que hay propiedades que pueden ser colectivas, pero otras por su naturaleza, deben permanecer individuales. Valdría la pena tratar a fondo esta cuestión; le parece que el trabajo se expresa a este propósito de una manera demasiado vaga, que podría prestarse a falsas interpretaciones, y propone o quitar del trabajo la frase citada, o explicarla en el desarrollo. (FREYMOND, 1973 [Tomo I]: 208).

O delegado belga ainda contra argumenta numa fala longa, cujo seguinte trecho é elucidativo de suas posições políticas sobre a propriedade coletiva:

De Paepe, de Bruselas, dice que la entrega del suelo a la propiedad social no ha sido indicada en el trabajo más que como uno de los muchos medios de conjunto propuestos por algunos socialistas dignos de ser estudiados, pero de ninguna manera como medio preconizado por el Congreso. No comprende cómo pudiendo quedar en el trabajo a título de ser digno de estudio, la transformación de la banca nacional en Banco de crédito gratuito, aunque esta idea no sea admitida por toda la asamblea, cómo se pide la supresión de la simple indicación de otro medio de conjunto que tiene derecho a ser mencionado como el primero. Sin embargo, dice, ya que se ha entrado en discusión sobre esta cuestión de la Propiedad, creo deber expresar aquí mi opinión en esta materia, pertenezco como los ciudadanos Tolain y Chemalé al socialismo mutualista de reciprocidad; pero considero que la idea de la entrega del suelo a la propiedad social como algo que no pueda estar de acuerdo con el mutualismo, sino a contrario. (...) Puesto que yo soy mutualista quiero, por una parte, garantías que le aseguren frente a la sociedad el producto integral de su trabajo, y por otra, garantías para la sociedad respecto del cultivador; por todo esto el suelo sólo puede ser propiedad de la colectividad social, y el cultivador sólo puede gozar de la posesión, el derecho de *usar sin abusar*. El mutualismo no es sólo la reciprocidad del cambio, sino también la reciprocidad de las garantías. Se dirá que la propiedad colectiva del suelo es comunismo. (FREYMOND, 1973 [Tomo I]: 208-209).

Apesar dos esforços, De Paepe acabou ficando isolado na sua defesa da propriedade coletiva da terra e sua proposta de emenda foi rejeitada por 27 votos contrários e 11 favoráveis. Diante dessa derrota De Paepe se abstém de apresentar as demais propostas das seções belgas.

Esse debate é fundamental para o entendimento das diferenças entre os proudhonianos no interior da AIT. A ruptura de Tolain e dos demais defensores da mutualidade com um fim em si mesma, com a perspectiva anarquista de Proudhon, começou ainda em 1864, por ocasião da publicação do *Manifesto dos Sessenta* que defendia as candidaturas operárias. A crítica de Proudhon à defesa de candidaturas operárias foi elaborada e publicada postumamente na obra *A capacidade da classe operária*. O afastamento dos mutualistas da perspectiva revolucionária proudhoniana se explicitou e se aprofundou nos debates no interior da AIT, tanto no que diz respeito às lutas das mulheres e seu lugar na luta de classes quanto no debate sobre a propriedade coletiva.

De Paepe deixa nítido que não existem diferenças *a priori* entre o socialismo mutualista e a perspectiva coletivista, sendo ele mesmo um mutualista defensor da propriedade coletiva. Na verdade, em seu argumento, o delegado belga afirma que a defesa da propriedade coletiva é um desdobramento necessário da mutualidade. E, ao contrário do que afirma o historiador Bernard Moss (1980), a teoria proudhoniana não constituía um “anarquismo individualista”, mas sim encontrava-se ancorada no trabalho como realização coletiva, a atividade responsável pela produção do valor (GURVITCH, 1980 e FERREIRA, 2016a).

Portanto, o entendimento da mutualidade presente nos argumentos de De Paepe ao defender a propriedade coletiva é a continuidade da perspectiva de Proudhon, uma vez que o anarquista francês

aponta que na realidade somente uma distribuição proporcional de valores de uso e troca na economia social poderia produzir a igualdade, lembrando que esta assertiva estava associada ao pressuposto do fim da propriedade privada e reconhecimento da força coletiva como geradora de um direito coletivo. Logo, se no plano do direito, o trabalho e força coletiva geram um direito coletivo que não é reconhecido pelo direito de propriedade, no plano econômico implicava que o valor nunca refletia a centralidade do trabalho na sua constituição. (FERREIRA, 2016a: 20).

Diferentemente de Tolain e de seus partidários, que entendiam a mutualidade com um fim em si mesma, o próprio Proudhon e aqueles internacionalistas que ficaram conhecidos como coletivistas, Varlin, De Paepe, Malon, Guillaume, Bakunin, Schwitzguébel, Élisée Reclus, Charles Perron, Meuron, entre outros, consideravam que as relações de mutualidade constituíam uma ruptura com a ordem capitalista, fundada sobre o princípio da propriedade individual. A mutualidade, ao contrário, funda-se sobre o princípio da propriedade coletiva e exigiria a ruptura revolucionária com a ordem burguesa, ou seja, a destruição do Estado e do Capital:

Assim o poder, instrumento da força coletiva, criado na sociedade para servir de mediador entre o trabalho e o privilégio, encontra-se encadeado fatalmente ao capital e dirigido contra o proletariado. Nenhuma reforma política pode resolver esta contradição pois, como os próprios políticos o

confessam, tal reforma apenas daria mais extensão e energia ao poder e, a menos que se derrube a hierarquia e se dissolva a sociedade, o poder não poderia tocar nas prerrogativas do monopólio. O problema pois consiste, para as classes trabalhadoras, não em conquistar, mas sim em vencer ao mesmo tempo o poder e o monopólio, o que significa fazer surgir das entranhas do povo, das profundezas do trabalho uma autoridade maior, um fato mais poderoso, que envolva o capital e o Estado e que os subjuguem. Toda a proposição de reforma que não satisfaça a esta condição será apenas um flagelo a mais, uma verga em sentinela, *virga vigilantem* (chicote vigilante) diria um profeta, que ameaça o proletariado (PROUDHON, 2007 [Tomo I]: 330-331).

Retornando para as resoluções aprovadas, duas delas ainda merecem destaque: a resolução sobre a 4ª questão, isto é, sobre o conflito entre trabalho e capital, uma vez que os congressistas reafirmaram a resolução aprovada no primeiro congresso, ou seja, que o “atual estado da indústria” se semelhava ao da guerra, devendo desta forma o proletariado defender seu salário prestando-se socorro mútuo, objetivando chegar à supressão do regime de salariedade. E a resolução sobre a 6ª questão: sobre a definição do papel do Estado, serviços públicos, justiça:

1. O Estado é ou deveria ser apenas o estrito executor das leis votadas e reconhecidas pelos cidadãos.
2. Os esforços das nações devem tender a tornar o Estado proprietário dos meios de transporte e de circulação, a fim de aniquilar o poderoso monopólio privado das grandes companhias...
3. Formulamos o desejo de que o homem culpado seja julgado por cidadãos nomeados pelo sufrágio universal. (GUILLAUME, 2009: 100).

Analisando as concepções políticas e ideológicas das principais resoluções dos primeiros congressos da AIT não é difícil concluir a importância e a hegemonia das teses proudhonianas entre os delegados eleitos. Essa presença é perceptível não só nas resoluções propriamente ditas, mas também nas próprias argumentações e justificativas das posições defendidas. Excetuando as contribuições do Conselho Geral, as contribuições feitas pelas seções em geral, principalmente francesas, suíças e belgas, citam recorrentemente Proudhon e suas teses.

Os principais conceitos proudhonianos presentes são o da mutualidade e do federalismo. Para o anarquista francês o binômio mutualidade-federalismo constitui a oposição ao binômio exploração-opressão. As relações de mutualidade nas teses de Proudhon são apresentadas com uma dimensão ontológica, isto é, seriam elas as responsáveis pela própria condição de existência da sociedade, das relações sociais e do desenvolvimento das sociedades, e outra histórico-prática, ou seja, aplicando sua dialética serial à história das relações e instituições sociais, as relações de mutualidade seriam encontradas nas diversas experiências organizativas das atividades econômicas, tanto nas experiências cooperativas de divisão do trabalho, quanto nas formas de ajuda mútua. Os trabalhos cooperativados e a ajuda mútua são assentados nos princípios da reciprocidade e da

liberdade no plano econômico.

Por sua vez, o federalismo equivaleria ao mutualismo no plano político, isto é, se o mutualismo no plano econômico seria a condição para relações de reciprocidade e igualdade, o federalismo no plano político seria o modelo organizativo da horizontalidade, do poder exercido pelas comunas locais federalizadas. Em sua dialética serial, a dialética *economia-política* assume na ordem capitalista a forma e conteúdo histórico do binômio *Capital-Estado*, assim, dialeticamente, o binômio *mutualidade-federalismo* é a antinomia, simultaneamente econômica e política, à ordem capitalista.

De Paepe certamente entendia dessa maneira o programa proudhoniano, quando concluiu seu discurso durante o primeiro congresso da Liga da Paz e da Liberdade com as seguintes palavras:

Federalismo político supõe federalismo econômico, sem isso, é apenas um engodo; e federalismo econômico significa: mutualismo, reciprocidade dos serviços e dos produtos, supressão de todos os saques do capital sobre o trabalho, extinção do burguesismo e do proletariado. (DE PAEPE *apud* GUILLAUME, 2009: 133).

Considerando essas formulações revolucionárias de Proudhon, percebe-se que o mutualismo enquanto uma interpretação moderada do proudhonismo não poderia se sustentar historicamente, por isso, o coletivismo ocupa seu lugar, enquanto corrente revolucionária do movimento operário internacionalista. E também, deferentemente do que argumenta Moss (1980), a defesa de um programa de superação do regime de exploração dos salários via constituição de federações de cooperativas e associações de socorro mútuo, o que ele chamou de *socialismo de categoria* [*trande socialism*] (MOSS, 1980: 3), não se limitava às formulações exclusivas do movimento operário francês, mas pelas suas origens na teoria anarquista de Proudhon, também estava presente no movimento operário de países como Bélgica e Suíça, para citar a nacionalidade de operários que se empenharam na consolidação da AIT nos seus primeiros anos.

O avanço do internacionalismo operário e o acirramento da luta de classes explicitaram os limites do mutualismo moderado. Na verdade, os partidários do mutualismo tendo um fim em si mesmo desfrutaram de relativa hegemonia nos dois primeiros congressos da AIT, porém, suas teses moderadas sobre a mutualidade não eram hegemônicas no movimento dos trabalhadores. Nos anos seguintes eles perderam terreno para os setores coletivistas e insurrecionalistas do sindicalismo francês, conforme explica George Douglas Cole:

el movimiento francés pasó por etapas de Tolain y de sus partidarios moderados a un grupo más militante, dirigido por Eugéne Varlin. En 1868, los obreros establecieron en París una federación central de sindicatos obreros, independiente del Consejo de la Asociación Internacional de Trabajadores de París, pero domiciliada en el mismo edificio y en relación

estrecha con él; y federaciones análogas se crearon pronto en otras varias ciudades, como Lyon, Marsella, Rouen y Brest. Varlin recorrió el país organizando estas federaciones, al lado de las secciones locales de la Internacional; y, en su mayoría, resultó que se situaron más a la izquierda que el grupo original proudhoniano. Tolain continuó siendo el principal representante francés en los congresos y conferencia de la Internacional; pero, en Francia misma, le iban ganando el terreno hombres como Varlin y Benoit Malón, en París, André Bastelica en Marsella y Albert Richard en Lyon, cuya doctrina era más sindicalista que mutualista, y que pronto se enfrentarían a Tolain en la disputa acerca de la propiedad colectiva y, al mismo tiempo, a Marx en relación con el problema de la acción política y de lo que ellos llamaban su política “comunista autoritaria”. (COLE, 1974: 105-106).

Considerando as argumentações de G. D. Cole, a diversidade das concepções políticas e ideológicas do movimento operário parisiense e francês, não se limitava ao mutualismo de Tolain e Fribourg, uma vez que a presença das ideias coletivistas de Varlin e Malon rivalizaram com os primeiros desde o Congresso de Genebra. Ainda é importante destacar que nos dois primeiros congressos as delegações suíças e francesas eram as maiores, em Genebra eram 31 suíços e 13 franceses, de um total de 56 delegados, e em Lausanne eram 35 suíços e 17 franceses, de um total de 72 delegados. O peso dessas delegações é importante porque as ideias mutualistas e coletivistas estavam presentes tanto entre suíços quanto entre franceses e, especialmente, pela organização e pela experiência dos mutualistas parisienses suas concepções tiveram relativa hegemonia no período de organização e consolidação da AIT enquanto força coletiva no movimento operário internacional da Europa.

3.2. Coletivistas e anarquistas: o bakuninismo em ação

Dois dias depois do término do congresso de Lausanne, teve início o primeiro Congresso da Liga da Paz e da Liberdade, reunido em Genebra entre os dias 9 e 12 de setembro. Apesar de seu caráter policlassista, o congresso da Liga da Paz teve um importante papel para os internacionalistas operários: 1) evidenciou a incompatibilidade entre as reivindicações de paz e liberdade internacionais a partir de uma iniciativa de tipo conciliatória; 2) consolidou a proposta da AIT como a alternativa socialista para os conflitos daquele período; 3) possibilitou o encontro entre os internacionalistas e outros militantes operários que ainda não tinham aderido à AIT.

Guillaume (2009: 110-137) reproduz um importante relato sobre o congresso da Liga da Paz. Segundo as memórias do anarquista suíço, durante o congresso se conformaram dois blocos opostos: de um lado os socialistas, do qual faziam parte os delegados da AIT e outros

revolucionários como Bakunin e seus correligionários, de outro lado os liberais e republicanos radicais. O bloco socialista se caracterizou pelos críticos da exploração capitalista e defensores da tese geral de que a paz e a liberdade só seriam possíveis com o fim da exploração e da miséria da classe trabalhadora.

O revolucionário italiano, Garibaldi foi o principal nome do congresso, recebendo a atenção e as saudações dos participantes. Entretanto, seu discurso foi um divisor de águas, uma vez que fez a defesa de uma “religião de Deus” (GUILLAUME, 2009: 119-120), o que provocou críticas entre os socialistas e internacionalistas. Eugène Dupont, discursando como delegado da AIT, fez duras críticas à posição teológica de Garibaldi. Esse empate explicitou para os internacionalistas presentes o caráter teológico do mazzinismo e, conseqüentemente, a incompatibilidade dessa ideologia religiosa-nacionalista com a emancipação dos trabalhadores. De fato, somente o italiano Gaspare Stampa (?-?)⁵⁴ continuou entusiasmado com a perspectiva mazzinista.

Outra participação que mereceu destaque na narrativa de Guillaume foi do anarquista russo Bakunin, que em seu discurso condenou o imperialismo russo e defendeu o socialismo e o federalismo. Com essa posição em defesa do socialismo, Bakunin e seus partidários fizeram parte do bloco socialista do congresso, juntamente com os internacionalistas (GUILLAUME, 2009: 127). É importante ressaltar que Bakunin chegou ao congresso da Liga da Paz na condição de revolucionário veterano, tendo participado das insurreições de 1848 em Paris, em Praga e na Boêmia, e em 1849 em Dresden. Foi preso e condenado à morte, acusado de terrorismo, em 1850. Teve a pena capital convertida em prisão perpétua e foi extraditado para a Rússia em 1851. Foi exilado na Sibéria Russa, de onde fugiu em 1861 para o Japão. Depois foi para os EUA e finalmente retornou para a Europa em dezembro de 1861.

Entre 1862 e 1864 o revolucionário russo procurou rearticular o movimento revolucionário. “In London, Bakunin took up political work a passion that approached frenzy. He fired off letters and notes, met incessantly with Polish and Russian émigrés and Italian nationalists such as Guiseppe Mazzini, and argued politics long into the night” (LEIER, 2009: 181). O trabalho de rearticulação política ocorreu principalmente na Inglaterra, França e Itália.

Nesse processo de reorganização, Bakunin reencontra também Proudhon na cidade de Paris, que viria a falecer em seguida, e Marx na cidade de Londres. O comunista alemão relata esse encontro numa carta endereçada para Engels:

Bakunin envia lembranças. Ele partiu hoje para a Itália, onde está vivendo (Florença). Eu o vi ontem pela primeira vez em 16 anos. Posso dizer que gostei muito dele, mais do que antes. Com relação ao movimento polonês,

54 Stampa, revolucionário italiano, membro do Comitê Central das Associações Operárias Italianas, defensor dos ideais mazzinistas. Posteriormente adere ao bakuninismo.

ele disse que o governo russo tinha necessidade do movimento para manter a própria Rússia quieta, mas não contava com algo como uma luta de 18 meses. Eles provocaram então o incidente na Polônia. A Polônia havia sido derrotada por duas coisas, a influência de Bonaparte e, segundo, a hesitação da aristocracia polonesa em proclamar aberta e inequivocamente o socialismo camponês desde o início. De agora em diante – depois do colapso do incidente polonês –, ele (Bakunin) só se envolverá com o movimento socialista. No geral, ele é uma das poucas pessoas que eu achei ter andado para frente e não para trás após 16 anos. Também discuti com ele as *denunciations* de Urquhart (A propósito: a Associação Internacional levará provavelmente à ruptura entre mim e esses amigos!). Ele perguntou um bocado sobre você e Lupus. Quando informei da morte do último, ele disse diretamente que o movimento havia sofrido uma perda irreparável. (MARX, [4 de novembro de 1864] 2014: 446–447).

O ano de 1864, ano de fundação da AIT, foi um ano chave para a retomada das suas ações revolucionárias, pois consegue consolidar sua rearticulação na organização de uma sociedade revolucionária que atua clandestinamente, denominada inicialmente *Aliança da Democracia Social*, mas posteriormente passa a ser chamada de *Aliança dos Revolucionários Socialistas*, porque a noção de “democracia social” ficou vinculada à social-democracia alemã (GUILLAUME, 2009: 175). Essa organização bakuninista ainda ficaria conhecida como *Fraternidade Internacional – Sociedade Secreta Internacional da Revolução*, trata-se portanto da mesma organização, cujo programa é desenvolvido em três documentos secretos, escritos em 1864: *Programa de uma sociedade internacional secreta da emancipação da humanidade*; *Projeto de organização da Família dos Irmãos escandinavos*; *Projeto de uma organização secreta internacional* e *Programa provisório convencionado pelos irmãos fundadores* (FERREIRA e TONIATTI, 2014). Esses documentos representam a primeira sistematização da ideologia, da teoria, da estratégia e do programa revolucionário de uma organização anarquista.

Inicialmente a organização tem uma atuação restrita à Itália e se constituiu para rivalizar com a organização mazzinista *Falange Sacra* (1864), e contava com a participação dos italianos Guisepe Fanelli⁵⁵ (1827-1877) e Saverio Friscia (1813-1886)⁵⁶, ambos membros da Câmara dos Deputados. Com a expansão do bakuninismo, passaram a integrar a Fraternidade os franceses Élise Reclus, Élisée Reclus, Alfred Talandier (1822-1890)⁵⁷, Aristide Rey (1834-1901)⁵⁸, Alfred Naquet

55 Fanelli era arquiteto revolucionário anarquista italiano que participou de diversas revoltas e insurreições armadas desde 1848, lutando nas campanhas de Mazzini e Garibaldi. Em 1864 conhece Bakunin e começa sua militância anarquista. Inserido na AIT, teve um papel fundamental na expansão e na organização da AIT na Espanha.

56 Friscia era médico e revolucionário italiano que participou da Insurreição Siciliana de 1848. Começou sua militância socialista filiando-se às ideias de Fourier e se aproximou de Mazzini. Adere à organização bakuninista em 1864 e passa a militar na construção da AIT.

57 Talandier era advogado, ingressa na “Fraternidade” em 1864. Depois de sua militância ao lado dos anarquistas dedicou-se à vida política, sendo eleito para cargos do executivo e do parlamento. Como político era considerado de extrema esquerda.

58 Rey estudou medicina, entretanto foi expulso da faculdade por questões políticas. Antes de aderir ao bakuninismo,

(1834-1916)⁵⁹, Benoit Malon e Albert Richard (1846-1925)⁶⁰, esses dois últimos já atuantes na AIT. Ainda dessa primeira formação da “Fraternidade” também fez parte o revolucionário polonês Valérien Mroczkowski (1840-1889)⁶¹, o russo Nikolai Zhukovsky (1833-1895)⁶² e, em 1868, os suíços já atuantes na AIT Charles Perron, Guillaume e Schwitzguébel.

Em carta endereçada aos seus amigos Alexandre Herzen e Nicolas Ogaref, de 19 de julho de 1866, Bakunin fala de seu trabalho entre 1864 e 1866 na organização da sociedade secreta revolucionária:

Vous me reprochez mon inactivité et cela juste au moment où, au contraire, je suis plus actif que jamais. J'entends par là ces trois dernières années, pendant lesquelles mon unique préoccupation a été d'organiser une Société secrète internationale socialiste et révolutionnaire. Bien que j'aie la certitude que vous ne pourriez en faire partie, vu la ligne de conduite que vous avez adoptée pour votre propagande, et votre tempérament même, néanmoins, ayant pleine confiance en votre fermeté et votre loyauté, je vous envoie notre programme, qui est le développement des principes et de l'organisation de la Société; je le mets sous une enveloppe fermée que la princesse vous remettra avec cette lettre... Après un travail pénible de trois années consécutives, je suis arrivé à obtenir des résultats pratiques. À présent nous avons des adhérents en Suède, en Norvège, en Danemark, en Angleterre, en Belgique, en France, en Espagne et en Italie. Nous avons aussi des amis polonais, et nous comptons même quelques Russes parmi nous. La plupart des organisations mazziniennes de l'Italie méridionale, de la *Falangia sacra*, sont venues à nous. (BAKUNIN, 1896: 214-215)

Foi a partir dessa organização revolucionária clandestina que os bakuninistas intervieram no Congresso da Liga da Paz e da Liberdade em 1867. Suas ramificações na Itália, França, Espanha, Suíça, atuaram no interior do movimento operário, junto às seções da AIT ou fundando seções na ausência dessas. Portanto, os bakuninistas traçaram uma dupla estratégia de intervenção: inserção nos movimentos de caráter do republicanismo radical, a exemplo da Liga da Paz, e nos movimentos operários, em especial na AIT.

Na elaboração da sua obra *Federalismo, socialismo e antiteologismo*, produzida entre 1867 e 1868, Bakunin explicitou suas concepções e demarcou o campo de atuação dos bakuninistas: estabeleceu o federalismo como o sistema sociopolítico a ser defendido pela classe trabalhadora e o

foi militante blanquista. Foi membro da AIT e liderança *communard*.

59 Naquet era professor de química. Foi perseguido e condenado pela sua militância político-conspiratória. Em 1869 se refugiou na Espanha. Retornou para a França no contexto revolucionário do final de 1870. Posteriormente se tornou um político de extrema esquerda sendo eleito para o parlamento.

60 Richard era um operário tecelão e liderança anarquista da AIT na cidade de Lyon. Foi membro da “Fraternidade” e da Aliança Internacional da Democracia Socialista e liderou a Comuna de Lyon em 1870.

61 Mroczkowski era um revolucionário anarquista de origem polonesa, participou da Insurreição Polonesa de 1863 e ficou exilado na França e na Suíça. Partidário de Bakunin militou na Liga da Paz e participou do levante da Comuna de Marselha, 1871.

62 Zhukovsky era um revolucionário anarquista de origem russa exilado na Suíça em 1862. Partidário de Bakunin foi membro do Comitê da Liga da Paz e participou do levante da Comuna de Marselha, 1871.

socialismo como o sistema socioeconômico, na dialética entre a política e a economia, entre a liberdade política e a igualdade econômica: “a liberdade sem o socialismo é o privilégio, a injustiça; e que o socialismo sem liberdade é a escravidão e a brutalidade” (BAKUNIN, 1988: 38). Ao mesmo tempo em que defende a perspectiva materialista que se opõe às diversas formas de teologismo: a religião, a metafísica, o liberalismo, o positivismo. O desdobramento da defesa bakuninista do federalismo e do socialismo foi sua aproximação das tendências revolucionárias proudhonianas da AIT. Da mesma forma que seu antiteologismo significou um confronto com a perspectiva idealista religiosa do mazzinismo, e por outro lado, também reforçava sua aproximação com as tendências revolucionárias da Internacional.

O anarquista russo aderiu à AIT em julho de 1868, poucos meses antes da realização do seu terceiro congresso, que seria realizado em setembro do mesmo ano, na cidade de Bruxelas. Bakunin se filiou à Seção Central de Genebra, onde pode estreitar suas relações com Charles Perron, mas não participou do congresso. Outros membros da “Fraternidade”, da França, Suíça, Itália e Espanha estiveram presentes no congresso e se somaram aos demais delegados de tendência coletivista.

O Congresso de Bruxelas é considerado tanto pela historiografia do campo libertário e anarquista, quanto do campo comunista e social-democrata como o marco da supremacia dos coletivistas sobre os mutualistas. Droz afirma que “Les deux congrès suivants, celui de Bruxelles (septembre 1868) et celui de Bâle (septembre 1869), vont marquer la victoire définitive du collectivisme sur le proudhonisme” (DROZ, 1965: 34). Por sua vez, Samis assevera que: “Bruxelas representou o triunfo do coletivismo sobre o mutualismo” (SAMIS, 2011: 156). Ainda se pode citar as conclusões de Maitron, que classifica o congresso de Bruxelas como o congresso de “transição” da hegemonia mutualista para as concepções coletivistas e sindicais (MAITRON, 1975: 42). Também Bernard Moss (1980) considera que foi no período entre 1868-1869 que as concepções coletivistas assumiram forma e conteúdos mais acabados no interior da AIT.

Entretanto, uma análise mais aprofundada, buscando o entendimento efetivo das concepções político-ideológicas das tendências e correntes que se digladiaram nos congressos da AIT, mostra que essas afirmações são insuficientes para a compreensão dos debates e, principalmente dos projetos político-ideológicos defendidos pelos diferentes sujeitos históricos que construíram o movimento operário internacional daquele período.

A composição do Congresso de Bruxelas estabelece diferenças significativas em relação aos congressos anteriores. Apesar da continuidade da diferenciação entre seções da AIT e organizações aderentes, a ata do Congresso de Bruxelas não estabeleceu essa diferenciação. Assim, o congresso foi composto por um total de 98 delegados, 57 eram belgas; das 122 seções representadas, 51 eram belgas; na delegação belga os mineiros estavam em grande número, 11 delegados; entre os belgas

três delegados eram de associações de camponeses; as seções suíças, num total de 33, estavam sub-representadas, pois 04 delegados, François Mermillod (?-?)⁶³, Graglia, Quinet⁶⁴, Perron, foram eleitos pelas 24 seções reunidas de Genebra e Carouge; a segunda maior delegação era a francesa com 19, contando com a Seção Francesa em Londres, delegados representando 22 seções; o Conselho Geral tinha 05 delegados, sendo que três deles também representavam *trade-unions* e um representava uma seção italiana; 07 delegados, contando com os três conselheiros que tinham dupla delegação do Conselho Geral, representavam *trade-unions*; 06 delegados eram de associações alemãs, contando o representante da seção alemã em Londres; os delegados italianos eram 02, mas somente Eugène Dupont foi credenciado representando o Conselho Geral e as associações operárias de Nápoles; teve a primeira representação espanhola, o mecânico Sarro Magallán foi eleito pela Legião Ibérica do Trabalho e pelas associações operárias da Catalunha⁶⁵. Ainda é importante ressaltar a diversidade de organizações presentes ao congresso, fortalecendo ainda mais o caráter pluri-organizativo: destaque para a presença de cooperativas, sociedades de propaganda, associações educacionais e de cultura operária.

Tabela 8. Delegações do Congresso de Bruxelas - 1868

Representação pelas seções

Seção da AIT	Número de delegados	Número de seções
Conselho Geral	05*	01
<i>Trade-unions</i>	8**	07
Seções francesas	19***	22
Seções suíças	08****	33
Seções alemãs	06*****	06
Seções italianas	01*****	01
Seções espanholas	01*****	02
Seções belgas	56*****	57
Total	106	129
Total de delegados e seções	100	129

FREYMOND, 1973 [Tomo I].

* Lucraft, Shaw e Eccarius foram eleitos com dupla delegação, pelo Conselho Geral e, respectivamente, pelos *trade-unionismos*: Associação dos Fabricantes de Cadeiras, Associação dos Pintores, Associação dos Alfaiates. Dupont foi eleito com dupla

63 Mermillod era operário suíço montador de relógios. Foi vice-presidente da Federação Românica da AIT Suíça e membro da Aliança Internacional da Democracia Socialista.

64 Graglia (?-?) era operário relojoeiro, Quinet (?-?) era pedreiro, ambos participaram da AIT suíça e da greve dos operários da construção de Genebra em 1868.

65 Sarro Magallán foi o nome adotado pelo metalúrgico catalão filiado às ideias anarquistas, Antonio Marsal Anglora (?-?) (DÍAZ, 1977 e KAPLAN, 1977). A Legião Ibérica era uma sociedade secreta, fundada em 1861 pelo socialista fourienista e defensor do federalismo Fernando Garrido (1821-1883), que conhecia Bakunin e que num período curto fez parte da Fraternidade (NETTLAU, 1977; PAZ, 1992).

representação, Conselho Geral e as associações operárias de Nápoles.

** Stepney foi delegado pela Reform League.

*** Ph. Matens foi eleito pela Seção Francesa de Londres; Albert Richard e Longuet foram eleitos com dupla representação, respectivamente, seções de Lyon e Neuville-sur-Saône e seções de Caen e Condé-sur-Noiroit.

**** Mermillod, Graglia, Quinet, Perron forma eleitos delegados pelas 24 seções reunidas de Genebra e Carouge. Fritz Robert foi eleito pelas seções de Chauv-de-Fonds, de Locle, del Vale de Saint-Imier, de Bienne, de Morat y de Moutier-Grand-Val.

***** Lessner foi eleito pela Seção Alemã de Londres.

***** Serverio Friscia, delegado de Catania (Sicília) não foi credenciado como delegado no Congresso, pois suas senhas estavam incompletas.

***** Sarro Magallán foi eleito pela Legião Ibérica do Trabalho e pelas associações operárias da Catalunha.

***** Delegados com dupla representação: Modeste e Noel, delegados das seções de Marchiennes-au-Pont e de Monceau-sur-Sambre; Santiago e Camilo, ambos delegados da Geral Operária de Bruxelas e, respectivamente, da Associação dos Fabricantes de Corrimão e da Associação dos Luveiros, e Poltelsber, delegado das seções *Werkersbond* e da Associação dos Alfaiates de Gante.

Foi com essa configuração que os congressistas em Bruxelas se debruçaram sobre o tema da propriedade fundiária, quer dizer, De Paepe que havia recuado do debate no congresso anterior recolocou novamente a questão. O relato das deliberações aprovadas feito por Guillaume comprova a observação feita por Maitron e Moss, pois foi nesse congresso que a AIT aprovou resoluções contra a propriedade fundiária:

O principal ato do Congresso em Bruxelas foi seu voto na questão da propriedade da terra. Essa questão havia sido, no ano precedente, no Congresso de Lausanne, o objeto de uma troca de considerações; e De Paepe encontrava-se sozinho, *grosso modo*, a defender a opinião “coletivista”. Dessa vez, o tema foi seriamente estudado; uma comissão de nove membros, apresentou ao Congresso um projeto de resolução declarando em substância: as minas, minas de carvão, pedreiras, etc, assim como as ferrovias, devem pertencer à coletividade social; o mesmo deve acontecer com o solo arável, canais, estradas, linhas telegráficas e outros canais de comunicação, e florestas. Sobre uns cinquenta delegados, trinta pronunciaram-se a favor da resolução, a saber: oito ingleses, quatro franceses, quatro alemães, um italiano e treze belgas; cinco votaram contra: um francês e quatro belgas; os outros, quinze, abstiveram-se⁶⁶. Foi acordado que o assunto seria colocado para o novo estudo para ser recolocada na ordem do dia de um outro Congresso (GUILLAUME, 2009: 154-155).

Os congressistas travaram um intenso debate sobre a propriedade, que começou na oitava seção cujo tema debatido foi “O efeito das máquinas sobre os salários e sobre a situação dos trabalhadores”. Nessa etapa do congresso, as seções belgas de Bruxelas⁶⁷ e Lieja e os encadernadores de Paris, enviaram seus informes posicionando-se sobre o tema. Os três informes concluem que as máquinas, enquanto resultado da inventividade humana, não são um mal em si, ou seja, as máquinas por si só não são responsáveis pela exploração do proletariado. Suas conclusões também são semelhantes: superar o monopólio do capital sobre o maquinário. Um trecho conclusivo do Informe da Seção de Lieja é elucidativo das posições apresentadas:

66 Segundo a ata do Congresso de Bruxelas a votação foi: 30 votos favoráveis, 04 contrários e 15 abstenções (FREYMOND, 1973 [Tomo I]: 567).

67 O informe da Seção de Bruxelas foi intitulado “O efeito das máquinas sobre a situação dos trabalhadores”, conferir Freymond (1973 [Tomo I]: 417).

Podemos concluir, pues, que, en la sociedad actual, la introducción de las máquinas es mala para la mayoría y favorable para la explotación de los trabajadores. En una sociedad compuesta por asociaciones federadas y solidarias, donde el capital que representa el trabajo acumulado no fuese una fuente de explotación, sino simplemente un auxiliar en el intercambio, las máquinas, lejos de engendrar la miseria, aumentarían el bienestar de todos. (SEÇÃO DE LIEJA *apud* FREYMOND, 1973 [Tomo I]: 423).

Como é possível identificar na posição aprovada pela Seção de Lieja, os debates procuraram ir à raiz dos problemas sociais: a exploração do trabalho pelo sistema capitalista. E a proposta elabora a constituição de uma nova ordem social, baseada na federação livre das associações de trabalhadores.

Após a leitura dos informes, o secretário Albert Thisz (1839-1880)⁶⁸, operário do bronze e delegado pela Associação dos Operários do Bronze de Paris, apresentou as conclusões da Comissão do Congresso:

Considerando que la introducción de las máquinas ha sido siempre un medio para la exploración del obrero en beneficio del capital;
Considerando que las máquinas solamente prestarán verdaderos servicios cuando estén en manos de los obreros;
Concluimos que únicamente por medio de las asociaciones cooperativas podremos llegar a un resultado práctico, a condición de que hayan desaparecido los obstáculos económicos. (FREYMOND, 1973 [Tomo I]: 425).

Os debates começaram com as afirmações de Friedrich Lessner (1825-1810)⁶⁹, alfaiate e delegado pela Seção Alemã de Londres, de que os operários deveriam se rebelar contra a organização social capitalista e não contra as máquinas propriamente ditas. Ainda citou em sua exposição um trecho da obra *Crítica da economia política* de Marx, no qual o comunista alemão aprofundaria o tema das máquinas e da exploração do trabalho no sistema capitalista. Nicolas Coulon, alfaiate e delegado do Círculo Popular de Bruxelas, tomou a palavra na sequência afirmando que concordava que o problema não estava nas máquinas, mas sim no monopólio que beneficiaria somente os exploradores e aumentaria a miséria e o sofrimento dos trabalhadores. (FREYMOND, 1973 [Tomo I]: 425).

Tolain, que foi eleito delegado pela Associação dos Balanceiros de Paris, apresentou proposta de resolução que elaborou em conjunto com Eugène Hins⁷⁰, professor e delegado pela

68 Albert Félix Thisz secretário francês do bronze. Defensor das ideias proudhonianas participou ativamente da Insurreição da Comuna de Paris. Após a derrota da Comuna ficou exilado em Londres e participou em 1871 do Conselho Geral da AIT.

69 Lessner era um comunista de origem alemã. Foi membro da Liga dos Comunistas. Na AIT atuou no Conselho Geral e foi membro da Associação Educacional dos Trabalhadores Alemães [German Workers' Educational Association], baseada em Londres.

70 Eugène Hins (1839-1923) era um professor belga defensor das ideias de Proudhon. Apesar de sua atuação junto com Tolain no congresso de Bruxelas, posteriormente adere ao bakuninismo, por ocasião do Congresso de Basileia.

Federação Seção de Bruxelas, e León Fontaine, jornalista e delegado dos *Solidários* (Sociedade racionalista e de socorro mútuo):

Considerando que la máquina no es sino una herramienta, un instrumento de trabajo;

Que este mismo instrumento no puede ser discutido, puesto que es un medio de aumentar la producción;

Que los diferentes informes constatan que el efecto desastroso que la máquina produce hoy no provienen más que de las condiciones económicas que la Asociación tiene como meta cambiar;

El Congreso declara que no hay que tomar ninguna resolución sobre este asunto. (FREYMOND, 1973 [Tomo I]: 426).

O mutualista parisiense justificou sua proposta de resolução afirmando que o objetivo das lutas e organizações dos trabalhadores seria a transformação do sistema atual e esse objetivo seria alcançado com uma nova organização de crédito mútuo, onde os salários tenderiam a desaparecer e as ferramentas passariam aos trabalhadores. Os argumentos de Tolain são pautados na sua concepção de mutualidade com um fim em si mesmo, segundo a qual o crédito mútuo e a reciprocidade seriam os caminhos para a superação do regime capitalista de salários.

Eleito delegado pela sociedade racionalista Emancipação de Bruxelas, o sapateiro Pellerin tomou a palavra para concordar com as considerações de Lessner, ou seja, de que a luta não seria contra as máquinas, mas sim contra a organização social capitalista. Logo após suas considerações, o coletivista belga, De Paepe, se dirigiu mais uma vez ao conjunto dos congressistas, afirmando que os operários devem travar uma dupla batalha, uma indireta, a partir das sociedades de resistência, e outra direta pela transformação da ordem social, atacando a causa real da exploração. E concluiu fazendo referência às considerações de Tolain:

El trabajador se dedicará, pues, a combatir contra la pretendida ley de las máquinas, lo mismo que lucha contra ley de la oferta y la demanda por medio de las huelgas. Combato, por tanto, la contra-propuesta de Tolain que predica la abstención y me siento feliz de ver cómo el mismo Tolain admite la intervención de las sociedades de resistencia. Planteo, pues, las siguientes conclusiones:

El Congreso declara: 1º Que las máquinas, como todos los demás instrumentos de trabajo, deben pertenecer a los trabajadores y funcionar en beneficio de ellos;

2º Que, sin embargo, en el estado actual, los trabajadores constituidos en sociedades de resistencia, pueden intervenir en la introducción de las máquinas en los talleres para que esa introducción no tenga lugar sino con ciertas condiciones de garantía o de compensación para el obrero. (FREYMOND, 1973 [Tomo I]: 427).

Na sequência dos debates, os delegados se revezaram tomando a palavra, ora defendendo as

posições de Tolain, ora defendendo as posições de De Paepe. O mutualista parisiense e o coletivista belga fizeram o uso da palavra novamente, procurando reforçar suas propostas. Ao final de mais uma rodada de debates, o secretário Theisz fez a leitura das conclusões e encaminhou a votação para a manhã do dia seguinte.

Os debates sobre o tema da propriedade são retomados na décima segunda seção, realizada no dia 11 de setembro, com a leitura dos informes sobre a propriedade da terra. As seções de Rouen, França, e de Bruxelas apresentaram suas considerações sobre o tema. O informe da Seção de Rouen foi lido pelo mecânico André Pierre Murat (1833-1893)⁷¹, delegado pela Associação dos Mecânicos de Paris. O texto dos operários da Seção de Rouen fazia uma defesa da propriedade coletiva enquanto um direito natural e condenava a propriedade individual considerada, parafraseando Proudhon, “um roubo”:

De acuerdo con la lógica, declaramos que la apropiación por parte de algunos del instrumento gratuito de la producción que se llama tierra, es un robo en más alto grado, que priva a la colectividad humana del derecho natural a convertirse en propietaria, individualmente, del producto de su trabajo obtenido con la ayuda de su inteligencia; es decir, que mediante este odioso monopolio de la tierra, el trabajador se ve privado del disfrute absoluto que debería tener sobre la materia convertida en valor de utilidad, intercambiable por tanto gracias a la transformación que él la ha obligado a experimentar. (SEÇÃO DE ROUEN *apud* FREYMOND, 1973 [Tomo I]: 511).

O Informe da Seção de Bruxelas foi lido na sequência por De Paepe. O texto de Bruxelas também fazia a defesa da propriedade coletiva e condenava a propriedade individual, utilizando-se das teses proudhonianas, segundo as quais a propriedade da terra não teria uma origem legítima. Os argumentos procuravam provar que não seria na existência da propriedade individual que residiria a garantia das liberdades individuais, uma vez que as liberdades individuais só seriam possíveis com a interdependência de todos, mediante relações de reciprocidade e mutualidade. Assim, somente a propriedade coletiva seria capaz de garantir as liberdades individuais, uma vez que a propriedade coletiva seria a negação do monopólio e do privilégio das classes dominantes que submetem os trabalhadores à miséria e à exploração.

Os coletivistas belgas também se preocuparam em responder as críticas daqueles que consideravam a noção de propriedade coletiva a submissão dos camponeses ao despotismo estatal. Por isso, elaboraram a defesa de que a propriedade coletiva pertenceria às associações agrícolas livres.

⁷¹ Murat era operário mecânico de Paris, defensor dos ideais de Proudhon. Partidário da corrente mutualista de Tolain, assinou o *Manifesto dos Sessenta* em 1864 e participou de todo processo de organização da AIT na França. Assina o *Manifesto Pacifista* de Marselha, 1870. Depois da Comuna se dedica à vida política participando das eleições.

El reproche principal hecho a este sistema de la propiedad colectiva concedida a la sociedad entera (y es un reproche grave) es que, al querer salvaguardar a la sociedad contra la coalición de los agricultores-proprietarios, coloca a los campesinos, y con ellos a toda la sociedad, bajo el yugo del Estado y abre la puerta a la más temible autocracia gubernamental. Notemos, sin embargo, que ninguno de los partidarios de este sistema pide su entronización en la sociedad actual, ni menos con el Estado tal como hoy se encuentra constituido. Ellos esperan que el Estado se haya convertido, de puramente político como lo es hoy, en económico, es decir, que no sea más que la federación de los diversos grupos de trabajadores representados por sus delegados. Y, por otra parte, esa gran transformación de la propiedad territorial es inseparable, según ellos, de toda una serie de otras reformas económicas relativas al capital o propiedad mobiliaria, y de una reforma radical en el estado de las conciencias. Tales son, esquematizadas a grandes rasgos, las diferentes formas de apropiación colectiva del suelo, cada una de las cuales tiene sus partidarios en nuestra sección de Bruselas en nombre de la ciencia y la gran propiedad individual está condenada en nombre de la justicia. Por tanto, para nosotros no hay término medio: la debe ser la propiedad de los trabajadores campesinos asociados, o la propiedad de la sociedad entera. El futuro decidirá. (SEÇÃO DE BRUXELAS *apud* FREYMOND, 1973 [Tomo I]: 532).

Sobre a organização político-social da sociedade futura, pode-se considerar que para os mutualistas e coletivistas seria a sociedade socialista, é importante destacar que o Congresso anterior tinha aprovado resolução que definia o Estado com mero executor das leis votadas pela população. E ainda é importante destacar que nas concepções mutualistas e coletivistas a organização político-social das federações livres das associações e cooperativas de trabalhadores constituiriam a estrutura estatal da futura sociedade, um “Estado econômico”, isto é, um Estado organizado pelas classes produtivas – camponeses e operários, diferente do atual “Estado político”, sob o domínio das classes privilegiadas. Portanto, na defesa dos coletivistas belgas, a propriedade coletiva, condição necessária para o estabelecimento de relações mutuais e de reciprocidade, encontrava-se indissociável da defesa do sistema político federalista. Como se pode encontrar no relato da Federação Jurassiana, os coletivistas se referiam, mesmo que de forma considerada posteriormente equivocada, à noção de *Estado* como sinônimo de *coletividade social* e para se referir à sociedade socialista futura:

Dès lors un débat s’est élevé dans l’Internationale sur le véritable sens qu’il fallait attribuer à ces mots d’*Etat régénéré*, d’*Etat socialiste*, de *Volks-staat*, etc., et les anarchistes, ou collectivistes fédéralistes, ‘ ont pensé qu’à une conception nouvelle il fallait un mot nouveau, et que l’emploi du mot *Etat* pouvait amener de dangereuses équivoques: en conséquence, ils ont cessé de désigner sous le nom d’*Etat*, la collectivité sociale de l’avenir, et ont employé exclusivement le mot *Etat* pour désigner un pouvoir, un gouvernement, élu ou non par le peuple, et extérieur et supérieur à lui; tandis que la conception collectiviste-fédéraliste de la société humaine a été

définie ainsi: ‘libre fédération des libres associations de producteurs’. (FÉDÉRATION JURASSIANNE, 1873: 30).

O debate sobre o tema da propriedade coletiva foi retomado na décima quarta seção, realizada no dia seguinte, onde novamente Tolain fez a defesa da propriedade individual, concluindo: “la propiedad individual, pues gracias a la banca de intercambio y al impuesto sobre la tierra, se conseguirá que la propiedad se distribuya en porciones que pertenezcan casi a cada familia” (FREYMOND, 1973 [Tomo I]: 551). Participaram do debate: Pellerin, Longuet, Coulon, Eccarius, Murat, Lessner, Fontaine, Coenen e De Paepe.

A votação definitiva sobre a questão da propriedade ficou para a última seção, realizada no dia 13 de setembro. Murat foi o responsável pela leitura da proposta de resolução apresentada pelo Conselho Geral, sendo aprovada pela ampla maioria dos delegados presentes na seção. As resoluções aprovadas foram as seguintes:

1º. Con relación a las minas, hulleras e ferrocarriles:

Considerando que estos grandes instrumentos de trabajo están fijos en el suelo y ocupan una parte notable del mismo suelo, cuyo dominio ha sido dado gratuitamente a la humanidad por la naturaleza;

Que estos instrumentos de trabajo exigen necesariamente la aplicación de las máquinas y de la fuerza colectiva;

Que las máquinas y la fuerza colectiva que existen hoy para la única ventaja de los capitalistas deben en el porvenir aprovechar únicamente al trabajador, y que para esto es preciso que toda la industria en que estas dos fuerzas sean indispensables sea ejercida por grupos redimidos del salario.

El Congreso piensa:

1. Que las canteras, hulleras y demás minas, así como los ferrocarriles, en una sociedad normal, pertenecerán a la colectividad social, representada por el Estado, pero por un Estado regenerado y sometido a la ley e la justicia.

2. Que las canteras, hulleras y ferrocarriles sean concedidos por la sociedad no a los capitalistas, como hoy, sino a compañías obreras y esto mediante un doble contrato: uno, que dé la investidura a la compañía obrera y garantice a la sociedad la explotación científica y racional de la concesión, sus servicios lo más aproximado posible al precio de costo, el derecho de revisar las cuentas de la compañía, y por tanto, la imposibilidad de que se reconstituya el monopolio; otro, que garantice los derechos mutuos de cada miembro de la Asociación obrera con relación a sus colegas.

2º. Respecto a la propiedad agrícola:

Considerando que las necesidades de la producción y la aplicación de los conocimientos agronómicos reclaman un cultivo hecho en grande escala y, en conjunto, exigen la introducción de las máquinas y la organización de la fuerza colectiva en la agricultura y que, por otra parte, la evolución económica por si misma tiende al gran cultivo;

Que en tal caso, el trabajo agrícola y la propiedad del suelo deben ser considerados bajo el mismo pie que el trabajo minero y la propiedad del subsuelo;

Que, además, el fondo productivo del suelo es la materia primera de todos

los productos, el manantial primitivo de todas las riquezas, sin que sea producto del trabajo de ningún particular;
Que la alienación a unos pocos de esta materia prima indispensable convierte a la sociedad entera tributaria de aquéllos a quienes ella está alienada;
El Congreso piensa que la evolución económica hará de la entrada del suelo arable a la propiedad colectiva, una necesidad social, el suelo será concedido a las compañías agrícolas, las minas a las compañías mineras, los ferrocarriles a las compañías obreras; y esto mediante condiciones de garantías para la sociedad y para los agricultores, análogas a las necesidades para las compañías y los ferrocarriles. (FREYMOND, 1973 [Tomo I]: 532).

A resolução ainda tinha dois outros artigos, o artigo 3º e 4º, que definiam, respectivamente, que todos os meios de transporte e comunicação, quer dizer, os canais, estradas e linhas telegráficas, como propriedades coletivas e da sociedade, e os bosques seriam igualmente pertencentes à coletividade social.

A descrição um pouco mais pormenorizada dos debates sobre a questão da propriedade coletiva aqui apresentada, explicita que se tratava de um tema extremamente polêmico no interior do movimento operário europeu organizado na AIT. Todavia, depois do debate protelado no Congresso de Lausanne no ano anterior, e mesmo sendo retomado no Congresso de Basileia no ano seguinte, pode-se afirmar que foi durante o Congresso de Bruxelas que a propriedade coletiva foi aprovada como parte de programa da Internacional. Da mesma forma, é correto destacar a atuação dos coletivistas belgas, cujas concepções foram apresentadas nos informes das seções de Bruxelas e Lieja, sendo que De Paepe assumiu o papel de principal porta-voz dos defensores da coletivização. Entre os coletivistas também estavam os franceses, cujas concepções foram apresentadas pelos informes da Seção de Rouen, com destaque na atuação do coletivista Émile Aubry (1829-1900)⁷², e da Associação dos Encadernadores de Paris, que mesmo com a impossibilidade da participação de Varlin e outros coletivistas parisienses, presos num processo de perseguição à AIT pelo Imperador Napoleão III, formaram uma maioria na delegação. Aliado aos coletivistas belgas e franceses, as concepções comunistas e social-democratas hegemônicas na delegação inglesa, que também representava as posições do Conselho Geral, e na delegação alemã, garantiram a vitória da defesa da coletivização pela ampla maioria dos congressistas no momento da votação. Guillaume (2009: 155) ainda explica que as abstenções, quinze ao todo, foram dos delegados suíços que, não tendo posição aprovada em suas seções, se abstiveram. Entretanto eram, em sua maioria, defensores da coletivização.

72 Aubry era um impressor tipógrafo defensor das ideias de Proudhon, representante da Federação Operária de Rouen. Escreveu conjuntamente com Ernest Vaughan em 1870 a obra *Association Internationale des Travailleurs*, contando a história da AIT e foi uma das lideranças *communards*.

Considerando as concepções político-ideológicas das tendências coletivistas e a argumentação apresentada, especialmente pelos informes das seções francesas e belgas, pode-se concluir, contrariamente às teses recorrentes sobre a história da AIT, que nem as concepções proudhonianas, nem a perspectiva mutualista foram derrotadas em Bruxelas. Primeiro, porque a base argumentativa da defesa dos coletivistas era a teoria proudhoniana, em segundo lugar, porque os próprios coletivistas, como De Paepe, se identificavam como socialistas mutualistas, em terceiro lugar, as demais resoluções aprovadas mostram a continuidade das concepções mutualistas, em quarto lugar, entre os coletivistas estavam os bakuninistas, que reivindicavam o anarquismo de Proudhon e também defendiam a mutualidade, e por último, enquanto uma tendência revolucionária, se opunha à versão moderada do mutualismo. Portanto, é mais correto afirmar que foram as interpretações da tendência moderada de Tolain, segundo as quais as relações mutuais teriam um fim em si mesmas, que também tinham ramificações entre belgas e suíços, que foram derrotadas.

É importante ressaltar que as concepções coletivistas no interior da AIT, com suas ramificações entre os belgas, franceses e suíços, bem como o coletivismo defendido pela corrente bakuninista, entendiam que a coletivização da propriedade, dos meios de produção, do solo, dos recursos naturais e das florestas, seria condição necessária das relações mutuais e de reciprocidade. Em outras palavras, a tendência coletivista era defensora do proudhonismo e da mutualidade, entendendo que a implementação das federações livres das associações de trabalhadores significava a coletivização da propriedade. Nesse sentido, o coletivismo deve ser entendido não como uma oposição, ou negação do mutualismo. Na verdade, de acordo com o desenvolvimento histórico das concepções político-ideológicas no interior da AIT, o coletivismo assumiu as formas e os conteúdos revolucionários da teoria mutualista.

Outro tema fundamental debatido pelos congressistas em Bruxelas foi a continuidade da AIT na Liga da Paz e da Liberdade, considerando que o seu segundo congresso estava marcado para o dia 21 de setembro na cidade de Berna. A maioria dos delegados entendeu que diante da existência e da atuação da AIT, a Liga da Paz não teria sentido em existir, por isso, aprovaram as seguintes resoluções: 1) não participação da AIT no congresso de Berna; 2) os delegados da AIT presentes no congresso representariam suas próprias convicções; 3) convite para que todos se juntem na AIT (GUILLAUME, 2009: 156-157).

Uma vez que a Internacional seria a única organização capaz de garantir a verdadeira paz para a classe trabalhadora, os congressistas aprovaram resolução sobre a guerra, conclamando todas as suas seções à luta para impedir a guerra de povo contra povo, que na verdade seria uma guerra civil, pois a classe trabalhadora é internacional. Foi aprovada a proposta da greve geral contra a

guerra (GUILLAUME, 2009: 159).

A polêmica das greves como estratégias de resistência dos trabalhadores também foi amplamente debatida, e colocou mais uma vez em lados opostos coletivistas e comunistas, que defendiam a estratégia da greve, embora tivessem concepções diferentes sobre o lugar dos movimentos paredistas na luta de classes, e os mutualistas sob a liderança do Tolain, que faziam questionamentos sobre sua real eficácia para a luta dos trabalhadores, posicionando-se muitas vezes contrários à deflagração de movimentos grevistas. Pela relevância do tema, o debate sobre as greves no interior da AIT será retomado e aprofundado no próximo capítulo.

Os demais temas debatidos em Bruxelas foram: 1) a instrução integral: os congressistas reconheceram que seria impossível naquele momento organizar um ensino racional, por isso aprovaram uma recomendação para que as seções organizassem cursos públicos de ensino integral, isto é, científico, profissional e produtivo, com o objetivo de remediar a insuficiência da instrução oferecida aos operários; 2) o crédito mutual: foi aprovada a criação do Banco de Trocas, cujo estatuto teria como base a proposta da Seção de Bruxelas. Seu objetivo seria tornar o crédito democrático e igualitário, combatendo, pelas associações mutuals federalizadas, o protecionismo e o livre-cambismo do regime burguês e, ao mesmo tempo, constituindo as bases mutualistas da futura sociedade sem classes; 3) a redução da jornada de trabalho: os delegados ratificaram as resoluções do Congresso de Genebra, que definiram a redução da jornada de trabalho como condição primeira e indispensável para as demais melhorias sociais, e convocou as seções para discutir e tomar medidas práticas para alcançar esse objetivo; 4) as cooperativas: a partir da crítica às cooperativas que foram absorvidas pelo sistema e passaram a operar pela lógica do lucro, os congressistas aprovaram resolução rejeitando todas as formas de espoliação capitalista, renda, juros, lucro, etc., e estabelecendo como objetivo do cooperativismo a expropriação dos instrumentos de produção, para colocá-los à disposição dos trabalhadores; 5) as reivindicações dos trabalhadores: foi aprovado, pela iniciativa das seções belgas, a construção de uma pauta única de reivindicações a partir das demandas estabelecidas regionalmente. Assim as seções ficaram com a responsabilidade de apresentar os relatórios no congresso do ano seguinte, que seria realizado na cidade de Basileia (GUILLAUME, 2009: 161-162).

Como já mencionado, o segundo Congresso da Liga da Paz ocorreu dias depois do término do congresso de Bruxelas, no dia 21 de setembro na cidade de Berna. Esse congresso marcou a ruptura da corrente bakuninista com a Liga da Paz e a fundação da *Aliança Internacional da Democracia Socialista*. Diante da decisão da AIT de se retirar da Liga da Paz, Bakunin viu seu esforço de articulação das duas organizações internacionais frustrado. Entretanto, sua atuação no congresso de Berna foi mais incisiva na defesa do coletivismo e, conseqüentemente, de um

programa revolucionário. Guillaume reproduz a proposta do anarquista russo:

Porquanto, a questão que se apresenta o mais imperiosamente a nós é aquela da igualização econômica das classes e dos indivíduos, o Congresso afirma que, fora dessa igualização, isto é, fora da justiça, a liberdade e a paz não realizáveis. Em consequência, o Congresso coloca na ordem do dia o estudo dos meios práticos para resolver esta questão. (BAKUNIN *apud* GUILLAUME, 2009: 170-171).

Guillaume explica que Bakunin foi questionado sobre o significado da noção de “igualização econômica das classes e dos indivíduos”. O anarquista suíço considerava que de fato Bakunin não foi feliz ao optar pela noção de “igualização”, mas procurava explicitar o seu significado, isto é, o anarquista russo entendia que “igualização das classes” significava “supressão das classes”, e fazia a autocrítica afirmando que teria sido melhor defender a “supressão das classes, unificação da sociedade pela abolição da desigualdade econômica e social”, mas continuava defendendo a “igualização dos indivíduos” (GUILLAUME, 2009: 170-171).

O setor liberal-burguês da Liga da Paz se coloca contrário à proposta de Bakunin e o acusa de ser um defensor das ideais comunistas. Em sua defesa, Bakunin reforça a perspectiva coletivista, sua política em consonância com as deliberações da AIT e sua filiação ao proudhonismo:

Porque peço a igualização econômica e social das classes e dos indivíduos, porque, como no Congresso dos trabalhadores de Bruxelas, declarei-me partidário da propriedade coletiva, acusaram-me de ser *comunista*. (...) Estou surpreso, realmente, que o sr. Chaudey não compreenda essa diferença, ele que é executor testamentário de Proudhon. (...) Não sou absolutamente comunista porque o comunismo concentra e faz absorver todas as forças da sociedade no Estado (...). Eu quero a organização da sociedade e da propriedade coletiva e social de baixo para cima, pela via da livre associação, e não de cima para baixo por meio de qualquer autoridade que seja. Ao desejar a abolição do Estado, quero a abolição da propriedade individualmente hereditária, é outra coisa se não uma instituição do Estado, uma consequência do princípio do Estado. Eis em que sentido sou *coletivista* e de forma alguma comunista. (BAKUNIN *apud* GUILLAUME, 2009: 171-172).

Apesar de seus esforços, os bakuninistas não conseguiram aprovar a resolução de caráter coletivista, prevalecendo a orientação liberal-burguesa da Liga da Paz. Diante dessa derrota Bakunin e seus partidários romperam com o congresso e fundaram uma nova organização, a *Aliança Internacional da Democracia Socialista*. Além de Bakunin, assinaram o documento de ruptura com a Liga da Paz: Élisée Reclus, Albert Richard, Aristide Rey, Victor Jaclard (1843-

1903)⁷³, Charles Keller (?-?)⁷⁴, Nikolai Zhukovsky, Valérien Mroczkowsky, Jean Zagorski (?-?)⁷⁵, Guisepe Fanelli, Saverio Friscia, Alberto Tucci (?-?)⁷⁶.

A Aliança, diferente da “Fraternidade”, era de caráter público e estabeleceu seu *Bureau* Central em Genebra. Sua composição provisória tinha somente membros que também eram filiados à AIT: Bakunin, J.-Ph. Becker, François Brosset (?-?)⁷⁷, Th. Duval (?-?)⁷⁸, L. Guétat (?-?)⁷⁹, Perron e Zagorski. Outros membros conhecidos da Aliança eram: Eugène Varlin, Louis Palix (?-?)⁸⁰; Paul Robin (1837-?)⁸¹; Henri Perret (?-?)⁸²; Jules Gay (1807-1876)⁸³, Gaspard Sentiñon (?-1903)⁸⁴; Rafael Farga-Pellicer (1840-1890)⁸⁵; Francisco Mora (1842-1924)⁸⁶; Tomás Gonzáles Morago (?-1885)⁸⁷; Carlo Gambuzzi (1837-1902)⁸⁸; Mikhail Elpidin (1835-1908)⁸⁹.

Os aliancistas aprovaram resolução para que sua organização tivesse entre seus objetivos

73 Jaclard era um revolucionário francês, militou como blanquista e rompeu posteriormente ao se inserir na AIT e se tornar partidário de Bakunin. Foi por pouco tempo membro da Aliança Internacional da Democracia Socialista. Durante a Insurreição da Comuna de Paris comandou a legião da Guarda Nacional. Depois da derrota da Comuna ficou exilado na Suíça.

74 Keller revolucionário francês membro da Aliança Internacional da Democracia Socialista.

75 Zagorsky era um revolucionário polonês exilado na Suíça. Foi membro da Liga da Paz, membro da Aliança Internacional da Democracia Socialista e atuou na AIT.

76 Tucci era um advogado de origem italiana e membro da Aliança Internacional da Democracia Socialista.

77 Brosset era um operário serralheiro suíço. Liderança dos operários de Genebra, organizou a Seção da AIT de Genebra e foi uma das lideranças da greve dos operários da construção de março e abril de 1868. Bakuninista membro da Aliança Internacional da Democracia Socialista.

78 Duval era um operário marceneiro suíço, liderança da AIT e membro da Aliança Internacional da Democracia Socialista. Posteriormente se torna opositor do bakuninismo.

79 Guétat era liderança operária da Suíça, operário-artesão sapateiro, membro da AIT e da Aliança Internacional da Democracia Socialista.

80 Palix era um alfaiate francês que atuou como uma das lideranças da insurreição de Lyon de 1870. Foi membro da Aliança Internacional da Democracia Socialista.

81 Robin era professor francês, radicado na Bélgica, partidário de Bakunin. Foi membro do Conselho Geral da AIT e membro da Aliança Internacional da Democracia Socialista.

82 Henri Perret operário gravador e membro do Comitê Federal da Internacional da Suíça Românica e editor do jornal *Egalité*, órgão da AIT suíça. Membro da Aliança Internacional da Democracia Socialista, chegou a romper com o bakuninismo ao defender a participação nas eleições, mas se reconciliou com o anarquismo depois do congresso da AIT em Haia, 1872.

83 Gay jornalista francês que iniciou sua militância socialista defendendo as ideias de Owen. Foi editor do jornal *Le Comuniste* de Paris (1849), ingressou na AIT e foi membro da Aliança Internacional da Democracia Socialista. Na Suíça foi editor do jornal *L'Egalité*, órgão da AIT.

84 Sentiñon (?-1903) era médico e anarquista espanhol. Liderança da AIT na Espanha, foi membro da “Fraternidade” e da Aliança Internacional da Democracia Socialista.

85 Farga-Pellicer era um tipógrafo espanhol defensor do anarquismo. Foi um dos fundadores das primeiras seções da AIT na Espanha. Partidário de Bakunin, foi membro da “Fraternidade” e da Aliança Internacional da Democracia Socialista.

86 Francisco Mora Méndez foi um dos organizadores da Seção de Madri da Internacional em 1869. Foi membro da Aliança Internacional da Democracia Socialista. Após os processos de ruptura da AIT na Espanha, rompeu com o bakuninismo e foi um dos fundadores do Partido Socialista Espanhol em 1879.

87 Morago revolucionário anarquista e liderança operária da Espanha. Membro do Conselho Federal Espanhol da AIT, da “Fraternidade” e da Aliança Internacional da Democracia Socialista.

88 Gambuzzi era advogado e revolucionário italiano. Participou das campanhas de Garibaldi nas batalhas de Aspromonte e Mentana. Aderiu ao bakuninismo em 1865, foi membro da “Fraternidade” e da Aliança Internacional da Democracia Socialista.

89 Elpidin participou dos movimentos estudantis revolucionários da Rússia nos anos de 1860. Exilado na Suíça participou da edição do jornal *Narodnoye Dyelo* [Causa do Povo] e foi membro da Aliança Internacional da Democracia Socialista.

converter-se num ramo da Internacional, ficando J.-Ph. Becker responsável por levar a proposta ao Conselho Geral em Londres de adesão da Aliança à Internacional. O pedido dos aliancistas, seu Programa e seu Estatuto⁹⁰ foram debatidos e negados pelo Conselho Geral no dia 22 de dezembro de 1868. A resolução aprovada foi a publicada:

Considering,

That the presence of a second international body operating within and outside the International Working Men's Association will be the most infallible means of its disorganization;

That every other group of individuals, anywhere at all, will have the right to imitate the Geneva initiating group and, under more or less plausible excuses, to bring into the International Working Men's Association other international associations with other "special missions";

That the International Working Men's Association will thereby soon become a plaything for intriguers of every race and nationality; That the Rules of the International Working Men's Association anyway admit only local and national branches into the Association (see Article 1 and Article 6 of the Rules);

That sections of the International Association are forbidden to give themselves rules or administrative regulations contrary to the General Rules and Administrative Regulations of the International Association (see Article 12 of the Administrative Regulations);

That the Rules and Administrative Regulations of the International Association can only be revised by the General Congress in the event of two-thirds of the delegates present voting in favor of such a revision (see Article 13 of the Administrative Regulations). The General Council of the International Working Men's Association unanimously agreed at its meeting of December 22, 1868, that:

1. All articles of the Rules of the International Alliance of Socialist Democracy, defining its relations with the International Working Men's Association, are declared null and void;

2. The International Alliance of Socialist Democracy may not be admitted as a branch of the International Working Men's Association;

3. These resolutions be published in all countries where the International Working Men's Association exists. By order of the General Council of the International Working Men's Association. (IML, 1966: 388-389).

Pelo conteúdo dessa resolução e pelos demais debates travados no âmbito da AIT sobre essa

90 O Programa e o Estatuto da Aliança enviado para o Conselho Geral em Londres teve os seguintes signatários: J. Philipp Becker. M. Bakunin. Th. Remy. Anotoine Lindegger. Louis Nidegger. Valerien Mroczkowsky. Jean Zagorsky. -- Phil. Zoller. A. Ardin. Ch. Perron. J. Gay. J. Friess. Fr. Rochat. Nikolai Zhukovsky. M. Elpidin. Zamperini. - E. Becker. - Louis Weiss. - Perret. - Marauda. - Eduoard Crosset. - A. Blanchard. - A. Matis. - C. Raymond. - Mme. Alexeyeva - [Barteneva], - Mme. Bakunin. - Mme. Suzette Croset. - Mme. Rosalie Sanguinede. - Mme. Desiree Gay. - Mme. Jenny Guinet. - Jacques Courtois. - John Potot. - Andre Bel. - Fr. Boffety. - Ch. Guyot. - Ch. Postleb. - Ch. Detraz. - J. Croset. - J. Sanguinede. - C. - Jaclard. - L. Coulin. Fr. Gay. - Blaise Rossety. - Jos. Marilly. - C. Brechtel. - L. Moanachon. - Fr. Mermillod. - Donat-father. - L. J. Cheneval. - J. Bedeau. - L. H. Fornachon. - Piniere. - Ch. Grange. - Jacques Laplace. - S. Pellaton. - W. Rau. - Gottlob Walter. - Adolphe Haeberling. - Perrie. - Aolphe Catalan. - Marc Heridier. - Louis Allement. - A. Pellergin-Druart. - Louis de Coppet. - Louis Dupraz. - Guillmeaux. - Josph Baquet. - Fr. Pisteur. - Ch. Ruchet. - Placide Margarittaz. - Paul Garbani. - Etienne Borret. - J. J. Scopini. - F. Crochet. - Jean Jost. - Leopold Wucher. - G. Fillietaz. - L. Fulliquet. - Ami Gandillon. - V. Alexeyev [Bartenev]. - Francois Chevalier (IML, 1966: 276-277).

polêmica, a negativa do Conselho Geral ao pedido dos aliancistas teve quatro fatores decisivos: 1) a própria resolução do Congresso de Bruxelas acerca da Liga da Paz, segundo a qual a Internacional foi considerada com a única e legítima organização representante do internacionalismo operário; 2) de fato o Regimento da AIT não previa a existência de uma organização política internacional específica incorporada a sua estrutura organizativa; 3) o segundo artigo do programa da Aliança, que estabelecia como seu objetivo a “igualização econômica, política e social das classes e dos indivíduos”, foi considerado contrário aos objetivos da AIT que seria a “abolição das classes”; 4) a oposição de Marx e dos demais comunistas à proposta.

Os aliancistas, de acordo com o relato de Guillaume, decidiram que o suíço Charles Perro escreveria nova carta pedindo que o Conselho Geral em Londres reconsiderasse sua decisão:

Après un long débat, il fut unanimement décidé par le Bureau de l'Alliance que Perron, au nom de tous, se mettrait en correspondance avec le Conseil général de Londres. À la suite de cette décision, le compagnon Ch. Perron écrivit soit au citoyen Eccarius, soit au citoyen Jung, une lettre dans laquelle, après lui avoir franchement exposé la situation et le véritable but de l'Alliance, et après avoir raconté ce que des membres de l'Alliance avaient déjà fait pour la cause ouvrière en Italie, en France, en Espagne, aussi bien qu'à Genève, il le pria de faire, au nom du Bureau central de l'Alliance, au Conseil général de Londres la proposition suivante: L'Alliance se dissoudra comme organisation internationale. (GUILLAUME, 1905: 109-110).

A carta de Perron com o novo pedido da Aliança foi debatido pelo Conselho Geral na reunião realizada no dia 9 de março de 1869, da qual participaram Buchley, Bernard, Cohn, Dupont, Eccarius, Jung, Law, Lessner, Lucraft, Marx, Maurice e Warren (IML, 1966: 74-75). Diante das novas explicações, o pedido foi aceito, ressaltando que a defesa da AIT seria a “abolição” e não a “igualização” das classes e que a Aliança iria a se dissolver na Internacional:

Citizens:

According to Article I of its Statutes, the International Working Men's Association admits "all working men's societies... aiming at the same end, viz., the protection, advancement, and complete emancipation of the working classes". Since the various sections of workingmen in the same country, and the working classes in different countries, are placed under different circumstances and have attained to different degrees of development, it seems almost necessary that the theoretical notions which reflect the real movement should also diverge. The community of action, however, called into life by the the International Working Men's Association, the exchange of ideas facilitated by the public organs of different national section, and the direct debates at the General Congresses are sure by and by to engender a common theoretical program. Consequently, it belongs not to the function of the General Council to subject the program of the Alliance to a critical examination. We have not to inquire whether, yes or no, it be a true scientific expression of the working-

class movement. All we have to ask is whether its general tendency does not run against the general tendency of the International Working Men's Association, viz., the complete emancipation of the working class? One phrase in your program lies open to this objection. It occurs [in] Article 2: "*Elle (l'Alliance) veut avant tout l'égalisation politique, économique, et sociale des classes.*" ["*The Alliance wants above all political, economic, and social equalization... of classes.*"].

The "égalité des classes", literally interpreted, comes to the "harmony of capital and labor" ("l'harmonie du capital et du travail") so persistently preached by the bourgeois socialists. It is not the logically impossible "equalization of classes", but the historically necessary, superseding "abolition of classes" (abolition des classes), this true secret of the proletarian movement, which forms the great aim of the International Working Men's Association. Considering, however, the context in which that phrase "égalité des classes" occurs, it seems to be a mere slip of the pen, and the General Council feels confident that you will be anxious to remove from your program an expression which offers such a dangerous misunderstanding. It suits the principles of the International Working Men's Association to let every section freely shape its own theoretical program, except the single case of an infringement upon its general tendency. There exists, therefore, no obstacle to the transformation of the sections of the Alliance into sections of the International Working Men's Association. The dissolution of the Alliance and the entrance of its sections into the International Working Men's Association once settled, it would, according to our Regulations, become necessary to inform the General Council of the residence and the numerical strength of each new section. (IML, 1966: 310-311).

Com a reconsideração do Conselho Geral em Londres, os aliancistas continuaram sua estratégia de expansão: criação de seções da AIT e a difusão dos princípios e da Aliança, como experiências bem-sucedidas na Itália, na Espanha e posteriormente em Portugal. Mas alteraram o programa da Aliança para deixar mais explícito seu caráter classista e mais adequado ao programa da Internacional. Assim, o artigo 2º da Aliança foi com a seguinte redação a partir de 17 de abril de 1869:

Elle veut avant tout l'abolition définitive et entière des classes et l'égalisation politique, économique et sociale des individus des deux sexes, et, pour arriver à ce but, elle demande avant tout l'abolition du droit de l'héritage, afin qu'à l'avenir la jouissance soit égale à la production de chacun, et que, conformément à la décision prise par le dernier Congrès des ouvriers à

Bruxelles, la terre, les instruments de travail, comme tout autre capital, devenant la propriété collective de la société tout entière, ne puissent être utilisés que par les travailleurs, c'est-à-dire par les associations agricoles et industrielles. (GUILLAUME, 1905:132).

Assim, foi no quarto congresso da AIT, realizado entre os dias 5 e 12 de setembro na cidade suíça de Basileia, que Bakunin e seus partidários participaram após a polémica da adesão da Aliança. Os aliancistas estavam entre os franceses: Varlin, Albert Richard e Palix; J. Philipp Becker representando os genebrinos de língua alemã; Paul Robin entre os belgas; entre os suíços: Perret, Brosset, Schwitzguébel, Guillaume, Fritz Heng⁹¹ (com dupla representação: seções de Genebra e pela Seção Italiana de Genebra) e Tanner Jaillet⁹²; o italiano Stefano Caporusso⁹³ pela seção Central de Nápoles; entre os espanhóis: Pellicer e Sentiñon. Bakunin participou com mandatos que lhe conferiram dupla representação, pelas operárias tecelãs *ovalistas*⁹⁴ de Lyon pela Seção dos Mecânicos de Nápoles. O suíço Robert Fritz e o belga Eugène Hins, embora não tenham registros de filiação à Aliança, atuaram junto aos partidários do bakuninismo.

O historiador G.D.H. Cole faz a seguinte síntese da composição do congresso da Basileia:

En Basilea había en realidad menos delegados que en Bruselas: 72 en lugar de cien. Pero la causa de esta disminución fue que los suizos enviaron sólo 24 delegados, mientras que el año anterior los belgas habían enviado 56. En 1869, ningún país tuvo mayoría. Había 25 franceses, 24 suizos, cinco belgas, cinco alemanes⁹⁵, dos austríacos, dos italianos, dos españoles, y uno de los Estados Unidos: el primer norteamericano que concurría. De la Gran Bretaña, incluyendo al Consejo General, sólo acudieron seis: Robert Applegarth, Benjamín Lucraft, Cowell Stepney y los tres extranjeros Eccarius, Lessner y Jung. Applegarth, sobresaliente entre los sindicalistas ingleses, fue una nueva adhesión importante. De los franceses, Varlin, fuera ya de la prisión, volvió a ocupar su lugar; y Tolain estuvo otra vez presente, a pesar de su derrota en el asunto de la colectivización. De Paepe estaba nuevamente al frente de los belgas; y la mayor parte de los dirigentes suizos estaban allí, excepto Coullery, que se dio de baja cuando la Internacional se declaró colectivista. Uno de los dos delegados de Italia era Bakunin, que apareció por primera vez en un congreso de la Internacional. (COLE, 1974: 127).

91 Heng (?-?) era um operário gravador genebrino. Representante operário da AIT em Genebra e membro da Aliança Internacional da Democracia Socialista.

92 Jaillet (?-?) era operário-artesão [adobador de peles] suíço, representante da AIT em Lausanne e membro da Aliança Internacional da Democracia Socialista.

93 Caporusso (?-?) era um alfaiate e revolucionário italiano. Em meados da década de 1860 presidiu a *Associazione Operaia Umanitaria* e se filiou ao bakuninismo. Representante da Seção Central da AIT em Nápoles e membro da Aliança Internacional da Democracia Socialista.

94 Operárias tecelãs ovalistas eram responsáveis para tornar as sedas ovais. Tratava-se de uma categoria profissional predominantemente feminina.

95 Cole informa que a delegação alemã tinha cinco representantes, mas a ata do congresso da Basileia informa a presença de 12 alemãs, considerando o Lessner que representava o Conselho Geral e a Seção Alemã em Londres (FREYMOND, 1973 [Tomo II]: 12).

Tabela 9. Delegações do Congresso de Basileia - 1869

Representação pelas seções		
Seção da AIT	Número de delegados	Número de seções
Conselho Geral	06*	01
<i>Trade-unions</i>	03	03
Seções francesas	25**	25
Seções suíças	24***	26
Seções alemãs	12****	13
Seções belgas	05	05
Seções italianas	03*****	03
Seções espanholas	02*****	03
Seções austríacas	02*****	03
Seções norte-americanas	01	02
Total	83	84
Total de delegados e seções	77	84

Fonte: FREYMOND, 1973 [Tomo II].

* Applegarth, Lucraft, Eccarius e Lessner tinha dupla representação, do Conselho Geral e, respectivamente União Geral dos Carpinteiros e Trabalhadores de Madeira de Grã-Bretanha, Associação dos Serralheiros de Londres, Associação dos Alfaiates de Londres e Seção Alemã de Londres.

** Bakunin tinha dupla representação, representante das tecelãs ovalistas de Lyon e da Seção dos Mecânicos de Nápoles.

*** Heng, Guillaume e Bruhin tinha dupla representação, delegados, respectivamente, das Seções de Genebra e da Seção Italiana de Genebra, da Seção do Locle e da Sociedade dos Gravadores, e das seções reunidas na cidade e no campo de Basileia.

**** Rittinghausen tinha dupla representação, Seções de Colonia e Solingen.

***** Bakunin e Heng contam na representação italiana pela dupla representação.

***** Sentiñon tinha dupla representação, Seção da Internacional de Barcelona e da Aliança da Democracia Socialista.

***** Neumayer tinha dupla representação, delegado da Seção de Wiener-Neustadt e das Seções da Bohemia.

Analisando essa composição do quarto congresso da AIT, Maitron (1975: 42) e Dolléans (2003a: 265), consideram que se estabeleceu uma maioria composta por “coletivistas antiautoritários”, formada pelos aliancistas e demais coletivistas franceses e belgas, e duas correntes minoritárias: os mutualistas franceses, cujos principais nomes eram Tolain, Murat, Chemalé e Langlois, e os comunistas, composta pelos partidários de Marx, representados principalmente por Eccarius e Lessner.

Apesar das resoluções sobre a propriedade coletiva aprovadas no terceiro congresso, o tema retornou para Basileia. Dois debates são ressaltados pelos pesquisadores da AIT: o retorno da questão da propriedade privada e o direito de herança. O debate sobre a questão da propriedade foi uma reivindicação da corrente mutualista que, segundo Guillaume, alegou a necessidade de aprofundamento do tema. Os informes apresentados pelas seções de Lyon, Rouen, Bruxelas e Genebra reafirmaram a defesa da propriedade coletiva. Uma comissão com 14 nomes foi formada,

na qual participaram os aliancistas Varlin, Becker, Sentiñon, o coletivista De Paepe, o comunista Lessner, e os mutualistas liberais Murat e Langlois. Guillaume resumiu assim os debates:

C'est le jeudi seulement que fut abordée la question capitale, la première du programme, celle de la *propriété foncière*. Le Congrès de Bruxelles s'était déjà prononcé en faveur de la propriété collective du sol; mais les anti-collectivistes ayant prétendu qu'à Bruxelles la question n'avait pas été suffisamment approfondie, le Conseil général l'avait remise à l'étude pour cette année. On trouvera dans le compte-rendu officiel, dont la publication a été confiée pour cette fois aux Sections belges, les détails de la discussion. Il suffira de dire que la Commission du Congrès proposait, à *l'unanimité*, les deux résolutions suivantes:

“1° Le Congrès pense que la société a le droit de rendre le sol propriété collective;

2° Le Congrès pense qu'il y a nécessité à transformer le sol en propriété collective”.

Ces résolutions ne trouvèrent d'autres adversaires qu'un très petit groupe de délégués parisiens, les mêmes qui avaient déjà combattu la collectivité à Bruxelles: Chemalé, Tolain, Murat, plus le journaliste Langlois, un des exécuteurs testamentaires de Proudhon. Parmi les discours prononcés pour et contre, le plus remarquable fut celui de Hins, qui l'an passé à Bruxelles avait été le plus ardent défenseur de la propriété individuelle, et qui figurait maintenant au premier rang des champions de la propriété collective. Il reprit un à un les arguments des individualistes, et montra comment il avait été amené à en découvrir le côté faible, et de quelle manière le principe collectiviste avait fini par s'imposer victorieusement à son intelligence. Le vote sur les deux résolutions eut lieu par appel nominal. En voici le résultat: 1^{re} résolution: 54 *oui*, 4 *non*, 13 *abstentions*, 4 *absents*. 2^e résolution: 53 *oui*, 8 *non*, 10 *abstentions*, 4 *absents*. (GUILLAUME, 1905: 191-192).

No debate realizado, Tolain foi novamente o principal porta-voz dos defensores da propriedade individual. Dessa vez, o mutualista individualista pautou seu argumento numa perspectiva de defesa das liberdades individuais frente à coletividade. Em sua defesa afirmou que os “indivíduos”, deferentemente da “coletividade”, são reais, seriam a verdadeira força motriz da sociedade.

Vosotros me concederéis que la sociedad se compone de “individuos”, que la “colectividad” es un se abstracto, algo que no se parece al hombre, algo que es nos impone, que es desconocido y que, sin embargo, es preciso aceptar. El individuo, por el contrario, existe, se afirma en todas las ramas de la actividad humana, baste contemplarlo en estos tres puntos de vista: la religión, la política y la economía, para persuadirse de que todas las tendencias, son falsas las que son contrarias a la manifestación del individuo, y por todas partes reconoceréis ese deseo de cada hombre de ser su propio rey: un ser libre y independiente. (FREYMOND, 1973 [Tomo II]: 79).

Pode-se afirmar que Tolain desenvolveu sua defesa partindo de uma ontologia da sociedade

e dos indivíduos segundo a qual os últimos são a base da sociedade e a realização das liberdades individuais só será possível com cada indivíduo tendo direito à sua propriedade. Ele conclui que “los esfuerzos del individuos son superiores a los esfuerzos de la coletividad” (FREYMOND, 1973 [Tomo II]: 79). No projeto de sociedade futura socialista, segundo sua perspectiva individualista mutualista, as relações mutuais e de reciprocidade seriam entre pequenos proprietários individuais.

Assim, os debates sobre a propriedade coletiva foram verdadeiros debates sobre concepções ontológicas dos indivíduos e da sociedade, opondo mutualistas individualistas e coletivistas, ou mutualistas coletivistas. Albert Richard, aliancista de Lyon, tentou rebater os argumentos de Tolain e dos demais mutualistas individualistas, ao mesmo tempo que procurou se diferenciar dos comunistas:

Richard, respondiendo a Tolain y a Chemalé,, dice que él se pronuncia contra el comunismo autoritario y centralizador, pero dice a los individualistas que son tan metafísicos como los colectivistas, puesto que se pronuncian también por un sistema que no ha sido en nada experimentado. El quiere también que los trabajadores posean su instrumento de trabajo, pero para él la tierra es el instrumento de toda la sociedad entera, del mismo modo que la riqueza social adquirida por las generaciones pasadas. No reconoce a nadie el derecho de alienar el producto colectivo de la naturaleza y de las generaciones pasadas. Quiere que cada uno pueda disponer del fruto de su trabajo tanto como pueda hacerlo, es decir, en tanto que viva. Para él es el derecho individual quien debe estar sometido al derecho social. (FREYMOND, 1973 [Tomo II]: 81).

Em sua defesa da propriedade coletiva, Bakunin explicitou a concepção anarquista, segundo a qual estabelece a dialética antinômica *política-economia*, assim a propriedade coletiva seria um meio para a destruição do despotismo do Estado burguês, ou seja, a coletivização destrói a propriedade privada, poder econômico da burguesia, e no desdobramento da série dialética, destrói o Estado, poder político burguês. Mas o início da argumentação apresentou sua ontologia dos indivíduos que se realiza na coletividade, isto é, as liberdades individuais como resultado da coletividade.

Contrariamente a lo que se ha dicho, la colectividad es la base del individuo. Es la sociedad quien forma a los individuos; los aislados no hubieran llegado a hablar, a pensar. Los hombres de genio, los Galileo, los Newton, etc., no habían inventado ni descubierto nada sin las adquisiciones de las generaciones precedentes. Hay uno que tiene más ingenio que Voltaire: todo el mundo. (...) La propiedad privada jamás ha sido, ni tampoco ahora lo es, más que la apropiación individual del trabajo de la colectividad. La propiedad colectiva del suelo en particular, y en general la riqueza colectiva, es el medio de una liquidación social. Por la liquidación social entiende él la abolición del Estado político y jurídico, que es la sanción y la

garantía por medio de los cuales un pequeño número de hombres se apropian los productos de trabajo de todos os demás. Todo trabajo productivo es ante todo un trabajo social: no sentido posible la producción más que por la combinación del trabajo de las generaciones pasada y de la generación, no ha habido jamás un trabajo que pueda llamarse trabajo individual. (FREYMOND, 1973 [Tomo II]: 8).

O predomínio da perspectiva coletivista na votação sobre a propriedade contou com a atuação conjunta com os comunistas, entretanto, as duas tendências ficaram em lados opostos no debate sobre a questão do direito de herança. Uma comissão, formada por 12 membros, entre eles os aliancistas Désiré Brismée (1823-1888)⁹⁶, Bakunin, Richard, Guillaume, o coletivista De Paepe, e o comunista Hess, foi constituída com a responsabilidade de elaborar um relatório sobre o tema do direito de herança. Brismée, delegado pela seção de Bruxelas, apresentou a seguinte proposta de resolução para a deliberação dos delegados presentes ao congresso:

Considérant que le droit d'héritage, qui est un élément essentiel de la propriété individuelle, a puissamment contribué à aliéner la propriété foncière et la richesse sociale au profit de quelques-uns et au détriment du plus grand nombre, et qu'en conséquence il est un des plus grands obstacles à l'entrée du sol à la propriété collective;

Que d'autre part le droit d'héritage, quelque restreinte que soit son action, en empêchant que les individus aient absolument les mêmes moyens de développement moral et matériel, constitue un privilège dont le plus ou moins d'importance au fond ne détruit point l'iniquité en droit, et qui devient ainsi une menace permanente au droit social;

Qu'en outre le Congrès s'est prononcé pour la propriété collective, et qu'une telle déclaration serait illogique si elle n'était corroborée par celle qui va suivre,

Le Congrès reconnaît que le droit d'héritage doit être complètement et radicalement aboli, et que cette abolition est une des conditions indispensables de l'affranchissement du travail. (BRISMÉE *apud* GUILLAUME, 1905: 201).

Ao analisar essa proposta de resolução, Guillaume considera seus argumentos inconsistentes, apesar de estar correta no seu princípio ao defender a abolição do direito de herança. No desenrolar do debate, coube ao comunista Eccarius, representando o Conselho Geral da AIT, a defesa contra a proposta de abolição do direito de herança. Guillaume transcreve um trecho do relatório do Conselho Geral contra a abolição do direito de herança:

La loi de l'hérédité n'est pas la cause, mais l'effet, la conséquence juridique de l'organisation économique actuelle de la société; ... ce que nous avons à discuter, c'est la cause et non l'effet; ... la disparition du droit d'héritage sera

96 Brismée era um tipógrafo belga anarquista proudhoniano. Filia-se ao bakuninismo e à Aliança Internacional da Democracia socialista, mas posteriormente rompeu com o anarquismo e foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores Belgas.

le résultat naturel d'un changement social abolissant la propriété individuelle dans les moyens de production; mais l'abolition du droit d'héritage ne peut être le point de départ d'une pareille transformation sociale : cela serait aussi absurde que de vouloir abolir la loi de l'offre et de la demande tout en continuant l'état actuel des conditions de l'échange; ce serait faux en théorie et réactionnaire en pratique. En traitant des lois de l'héritage, nous supposons nécessairement que la propriété individuelle dans les moyens de production continue d'exister. Toute mesure concernant le droit d'héritage ne peut conséquemment avoir rapport qu'à un état de transition sociale... Ces mesures transitoires ne peuvent être que les suivantes: A. Extension de l'impôt sur le droit d'héritage...; B. Limitation du droit de tester. . . (ECCARIUS *apud* GUILLAUME, 1905: 201).

Para Cole, na perspectiva marxista o direito de herança não seria mais do que um desdobramento da propriedade, portanto o fim da propriedade privada, enquanto estrutura econômica, significaria o fim do direito de herança, enquanto superestrutura jurídico-política.

A algunos de los afiliados franceses se debe sobre todo que esta cuestión fuese incluida en la agenda del Congreso de Basilea, con gran disgusto de Marx. Porque, según Marx, la herencia de la propiedad no era más que una consecuencia de la propiedad privada y el camino a seguir era atacar directamente la propiedad privada, ya que su abolición acabaría automáticamente con los derechos de herencia. Marx pensaba que este punto era de fundamental importancia, pues sostenía que atacar la herencia no era más que perder tiempo tratando de un factor secundario dependiente de instituciones legales, es decir, del Estado; mientras que la cuestión de la propiedad misma estaba unida a la estructura económica básica. De acuerdo con esto, sostenía, destacar la abolición de la herencia más bien que la de la propiedad privada era tomar una actitud pequeñoburguesa. Sin embargo, Marx, como medida transitoria, era partidario de aumentar el impuesto sobre la herencia. Pero se oponía a dar en el programa socialista importancia capital a nada que no fuese la completa socialización de los medios de producción. (COLE, 1974: 128).

A intervenção de Bakunin no congresso de Basileia foi na defesa da abolição do direito de herança, apresentando uma argumentação contrária à posição de Eccarius e dos demais delegados da tendência comunista.

Les uns se placent en plein avenir, et, prenant pour point de départ la propriété collective, trouvent qu'il n'y a plus lieu de parler du droit d'héritage; nous, nous partons au contraire du présent, nous nous trouvons sous le régime de la propriété individuelle triomphante, et, en marchant vers la propriété collective, nous rencontrons un obstacle: le droit d'héritage; nous pensons donc qu'il faut le renverser. Le rapport du Conseil général dit que le fait juridique n'étant jamais que la conséquence d'un fait économique, il suffit de transformer ce dernier pour anéantir le premier. Il est incontestable que tout ce qui s'appelle droit juridique ou politique n'a jamais été dans l'histoire que l'expression ou le produit d'un fait accompli. Mais il est incontestable aussi qu'après avoir été un effet d'actes ou de faits

antérieurement réalisés, le droit devient à son tour la cause de faits ultérieurs, devient lui-même un fait très réel, très puissant, et qu'il faut renverser si l'on veut arriver à un ordre de choses différent de celui qui existe. C'est ainsi que le droit d'héritage, après avoir été la conséquence naturelle de l'appropriation violente des richesses naturelles et sociales, est devenu plus tard la base de l'État politique et de la famille juridique, qui garantissent et sanctionnent la propriété individuelle. Donc, il nous faut voter l'abolition du droit d'héritage. (BAKUNIN *apud* GUILLAUME, 1905: 202).

Cole também procura explicar a interpretação bakunista sobre o direito de herança:

En contra de Marx, Bakunin sostenía que, aunque las condiciones económicas eran las que fundamentalmente determinaban las relaciones de propiedad, las instituciones sancionadas por el Estado, como el derecho de herencia, llegaban a tener en el desarrollo histórico un poder determinante secundario por sí mismas, de tal modo que no era menos necesario atacarlas que aprovechar el desarrollo de las fuerzas económicas básicas. El ataque a la herencia, concluía Bakunin, era parte de la necesaria lucha contra la institución del Estado como método, y podría ser empleado en favor del objetivo esencial de abolir el gobierno coactivo en todas sus formas. (COLE, 1974, 129).

O resultado final foi a aprovação da resolução de abolição do direito de herança, numa votação apertada, onde os coletivistas belgas se abstiveram e os mutualistas individualistas e os comunistas votaram contra a proposta de abolição da herança. Guillaume relata o resultado da votação e identifica a polarização entre anarquistas e comunistas no congresso:

La seconde question du programme était celle de l'*héritage*. La Commission du Congrès concluait unanimement à l'abolition de l'héritage, et présentait des résolutions dans ce sens. Malheureusement un délégué anglais, Eccarius, au nom du Conseil général, présenta de son côté des résolutions analogues pour le fond, mais motivées d'une manière différente. Aussi, lors du vote, on ne put obtenir de majorité complète ni pour l'une ni pour l'autre des propositions, et on n'eut pas le temps de s'entendre sur une rédaction qui eût pu concilier les deux avis. Le vote sur les résolutions de la Commission donna 32 *oui*, 23 *non*, 13 *abstentions*, et 7 *absents*. Les *non* et les *abstentions* représentent les voix des partisans de la propriété individuelle et celles des communistes par l'État, alliés pour rejeter les résolutions de la Commission; les *oui* sont presque tous les voix des collectivistes anarchistes. Les résolutions du Conseil général obtinrent 19 *oui*, 37 *non*, 6 *abstentions*, avec 13 *absents*. Cette fois les *oui* sont les communistes autoritaires; les *non* et les *abstentions* sont les collectivistes anarchistes unis aux mutuellistes. (GUILLAUME, 1905: 194).

Como se vê pelo relato de Guillaume ocorreram duas votações. Na primeira foi aprovada a luta pela abolição do direito de herança. Na segunda votação foi rejeitada outra proposta do Conselho Geral apresentada por Eccarius, que previa impostos progressivos sobre as propriedades

herdadas e a limitação das mesmas.

Nessas duas votações, os bakuninistas retomaram a dialética antinômica *política-economia* para defender a abolição do direito de herança, ou seja, a destruição da propriedade burguesa exigiria a destruição da sua estrutura jurídico-política, nesse caso identificada como o direito de herança. Trata-se do programa revolucionário anarquista de destruição simultânea do Estado e do Capital.

Na sequência dos debates, os congressistas aprofundaram o tema das sociedades de resistência, tema constante em todos os congressos. As resoluções aprovadas por unanimidade recomendavam a federalização de todas as sociedades de resistências, a atuação de todas as seções da AIT na fundação de sociedades de resistência e a adoção de um sistema de cooperação para a produção, seguindo o exemplo das caixas de resistência (FREYMOND, 1973 [Tomo II]: 140-141). A última resolução dizia respeito à ampliação dos poderes do Conselho Geral, que passou a ter função de inspecionar possíveis tendências reacionárias entre os grupos locais (DÍAZ, 1977: 47).

As resoluções dos congressos de Bruxelas e de Basileia atenderam as exigências do estágio da luta de classes daquele período do final da década de 1860. Se os dois primeiros congressos consolidaram a AIT como um espaço privilegiado de organização das forças coletivas do proletariado europeu, os congressos seguintes explicitaram as formas de luta, nos debates sobre as greves e sobre a guerra, as formas de organização, nos debates sobre federalismo e sociedades de resistência, e o programa revolucionário, no debate sobre a propriedade coletiva e na organização da sociedade futura com a federação livre das associações operárias.

Portanto, considerando as resoluções sobre as greves e sobre a guerra, que serão abordadas nos capítulos seguintes, articulando-as com as resoluções sobre a propriedade coletiva e federalismo, percebe-se que o ataque ao sistema capitalista, com a condenação da propriedade privada, e a defesa da livre federação das associações operárias, eram respostas necessárias ao contexto de ascensão das greves dos trabalhadores num contexto revolucionário. As lutas operárias assumiram uma nova dimensão depois do refluxo da década de 1850, os operários estavam organizados internacionalmente e deflagrando greves nos diversos países ao mesmo tempo em que os conflitos entre as nações imperialistas aumentavam. Para os internacionalistas não bastavam as greves, seria necessário romper com o sistema capitalista, por isso, a abolição da propriedade privada não era apenas o anúncio de uma intenção, ou a simples marcação de uma posição política, mas, na verdade, era a tentativa de estabelecer um programa revolucionário do proletariado, autônomo do jacobinismo burguês e das diversas expressões do nacionalismo republicano. Era condição necessária às lutas que se anunciavam e que eclodiram com a Guerra Franco-Prussiana, deflagrada em julho de 1870 e que se estendeu até maio de 1871.

3.3. A cisão da AIT

A guerra entre Bismark e Napoleão III impactou significativamente os movimentos operários, apesar dos debates constantes dos internacionalistas em seus congressos. A reação dos internacionalistas foi a denúncia e o repúdio imediato à guerra. O Conselho Geral em Londres lançou dois comunicados contrários à guerra, o primeiro com data de 23 de julho de 1870, no qual consta um trecho de um dos textos do *Bureau* de Paris publicado no jornal socialista *Réveil*:

Meanwhile, the Paris members of the International had again set to work. In the *Réveil* of July 12, they published their manifesto “to the Workmen of all Nations,” from which we extract the following few passages: “Once more,” they say, “on the pretext of European equilibrium, of national honor, the peace of the world is menaced by political ambitions. French, German, Spanish workmen! Let our voices unite in one cry of reprobation against war! ... “War for a question of preponderance or a dynasty can, in the eyes of workmen, be nothing but a criminal absurdity. In answer to the warlike proclamations of those who exempt themselves from the blood tax, and find in public misfortunes a source of fresh speculations, we protest, we who want peace, labor, and liberty! ... “Brothers in Germany! Our division would only result in the complete triumph of the despotism on both sides of the Rhine... “Workmen of all countries! Whatever may for the present become of our common efforts, we, the members of the International Working Men’s Association, who know of no frontiers, we send you, as a pledge of indissoluble solidarity, the good wishes and the salutations of the workmen of France”. (IML, 1967: 324-325).

O segundo comunicado foi publicado em 09 de setembro do mesmo ano. Ressalta as manifestações dos operários franceses, alemães e ingleses, sendo que esses últimos além de condenar a guerra também saudavam e exigiam o reconhecimento da República Francesa em setembro de 1870. No final o comunicado fez um chamado a todas as seções da AIT para a reação contra a guerra e também exalta a República Francesa.

Let the sections of the International Working Men’s Association in every country stir the working classes to action. If they forsake their duty, if they remain passive, the present tremendous war will be but the harbinger of still deadlier international feuds, and lead in every nation to a renewed triumph over the workman by the lords of the sword, of the soil, and of capital. *Vive la Republique!* (IML, 1967: 341).

Apesar da unidade em torno da denúncia da guerra, as divergências e disputas entre as correntes da AIT não cessaram. Em carta escrita para Engels, no dia 20 de julho de 1870, Marx vislumbra a possibilidade de uma vitória das forças prussianas sobre a França significar o deslocamento do “centro” do movimento operário da França para a Alemanha e, ao mesmo tempo, a

superação definitiva do comunismo sobre o proudhonismo:

The French deserve a good hiding. If the Prussians win, then centralisation of the STATE POWER will be beneficial for the centralisation of the German working class. German predominance would then shift the centre of gravity of the West European workers' movement from France to Germany, and you need only to compare developments in the two countries from 1866 to the present day to realise that the German working class is superior to the French both in theory and organisation. Its predominance over the French on the international stage would also mean the predominance of our theory over Proudhon's, etc. (MARX e ENGELS, 2010 [Volume 44]: 3-4).

A resolução do congresso de Bruxelas, em 1868, da deflagração de uma greve geral contra a guerra, foi levada a cabo pelos internacionalistas franceses com o movimento insurrecional proletário de 18 de março de 1871. Essa insurreição fundou a Comuna de Paris, que se espalhou por outras cidades francesas com as comunas de Creusot, Limoges, Lyon, Marseille, Narbonne, Saint-Etienne e Toulouse. O movimento insurrecional foi massacrado em 28 de maio, uma derrota cujos desdobramentos para o movimento operário internacional foram dramáticos. Um de seus efeitos foi a ruptura das lideranças *trade-unionistas* com a política socialista da AIT, como explica Alves:

A publicação pela Internacional de um “Manifesto sobre a Guerra Civil em França”, escrito por Marx, em 1871, ocasionou a renúncia de Odger e Lucraft do Conselho Geral da AIT. De fato, nenhuma *trade-union* retirou sua filiação e o Conselho Geral da Internacional continuava a ajudar ativamente os grevistas. Entretanto, o que se percebia era que os líderes dos sindicatos ingleses afastavam-se cada vez mais da política da AIT, adotando cada vez mais o ponto de vista dos liberais, inclusive apoiando-os nas eleições parlamentares. (ALVES, 2003: 254-255).

Esses acontecimentos, a Guerra Franco-Prussiana e a Comunas de Paris, impediram a realização dos congressos anuais da AIT, por isso, foi realizada somente uma conferência em Londres em setembro de 1871, que contou com a presença de 23 delegados, sendo 13 membros do Conselho Geral. Segundo Cole, a conferência teve a seguinte composição:

En la Conferencia de Londres, celebrada en septiembre de 1871, Francia estuvo representada sólo por refugiados: Vaillant, Frankel, Rochat y Serrailier, de París, y Bastilica, de Marsella; Suiza tuvo dos delegados: Utin y Henri Perret, de Ginebra, un antiguo partidario de Bakunin que se pasó al otro lado. El Consejo General, ocupado en una discusión acerca de procedimientos con la Federación del Jura, se negó a convocar para la conferencia a ningún representante de la oposición suiza. España tuvo sólo un representante, e Italia ninguno; y la delegación británica incluía sólo a John Hales y al irlandés Thomas Mottershead, a no ser que se cuenten los extranjeros que residían en Londres: Marx, Engels, Eccarius, Jung, Cohn, de Dinamarca, y el polaco Anton Zabicki. Bélgica, el único país en el cual la Internacional se hallaba todavía realmente floreciente, tuvo seis, al frente de los cuales asistió César de Paepe; y este grupo mantuvo una posición

moderada; pero no pudo evitar que la mayor parte del tiempo se emplease en la cuestión de las faltas cometidas por Bakunin contra el Consejo General y, especialmente, contra Marx. No hubo alemanes, porque el movimiento alemán de momento estaba más bien fuera de acción como resultado de la guerra. (COLE, 1974: 188-189).

Com essa configuração favorável, os comunistas e social-democratas aprovaram como orientação política estratégica da AIT a organização de partidos operários. Para a concepção marxista essa orientação está no centro de sua teoria sobre o papel do movimento sindical na luta de classes, ou seja, a luta pelas demandas econômicas imediatas, remetendo para a organização político partidária o papel da luta emancipacionista.

Jacques Droz reproduz as deliberações sobre a formação dos partidos operários:

Considerando: Que contra o poder colectivo das classes possuidoras o proletariado só pode agir como classe constituindo-se em um partido político distinto, oposto a todos os partidos políticos antigos formados pelas classes possuidoras. Que esta constituição do proletariado, em partido político, é indispensável para assegurar o triunfo da revolução social e de seu objetivo supremo: a abolição das classes. Que a coligação das forças operárias já obtidas pelas lutas económicas devem também servir de alavanca nas mãos desta classe na luta contra o poder político dos seus exploradores. A Conferência recorda aos membros da Internacional que no estado militante da classe operária, seu movimento económico e sua ação política estão indissolúvelmente unidos. (DROZ, 1977: 848-849; conferir FREYMOND, 1973 [Tomo II]: 274-275).

O pesquisador Jean-Christophe Angaut (2007) afirma que essa resolução seria a retomada do debate sobre os princípios da AIT, no que concerne às interpretações e traduções dos “considerandos” do seu *Preâmbulo*, onde, como já foi abordado no capítulo anterior, existiam duas concepções político-ideológicas sobre a relação entre a luta pela emancipação econômica e a luta política: comunistas e social-democratas defendiam a subordinação do movimento político como um meio para a conquista da emancipação econômica; por seu turno, anarquistas, coletivistas e mutualistas individualistas, defendiam que todo o movimento político dos trabalhadores deveria estar subordinado à luta pela emancipação econômica. O cerne da questão aqui é que para os primeiros o movimento político seria a disputa eleitoral, logo, seria levada a cabo pelo partido político, reduzindo os sindicatos, sociedades de resistência e os *trade-unions* às reivindicações econômico-corporativas.

Portanto, na conferência de 1871, como conclui Angaut, prevaleceram as concepções comunistas e social-democratas, explicitadas na *Mensagem Inaugural*, dos objetivos da conquista do poder de Estado, o que, entretanto, provocou um importante racha entre as seções da AIT

En septembre 1871, la conférence de Londres, avec l’appui des blanquistes,

tranche cette question en confiant à Marx la tâche de rappeler que l'interprétation correcte des statuts de l'Internationale est celle qui se base sur l'Adresse inaugurale, laquelle affirmait que "la conquête du pouvoir politique est devenue le premier devoir de la classe ouvrière" Cette résolution, qui conduit de facto à transformer l'Internationale en regroupement de partis politiques et son Conseil général en comité central, constitue l'événement déclencheur d'un conflit ouvert entre deux tendances au sein de l'AIT. Lorsqu'elles sont connues, en octobre 1871, les décisions prises à Londres provoquent une série de dénonciations de fédérations entières de l'Internationale (Jura, Belgique, Italie, Espagne), auxquelles Bakounine prend part sans pour autant en être l'inspirateur. (ANGAUT, 2007: 115).

De fato, se o debate acerca do direito de herança provocou a polarização entre anarquistas e comunistas na Internacional durante o Congresso da Basileia, a decisão da Conferência de Londres provocou o divórcio entre as duas das principais tendências do movimento sindical europeu daquele período. Para os comunistas a formação de partidos políticos operários e a disputa política eleitoral, significavam uma evolução necessária da consciência da classe trabalhadora, pois colocaria a luta da classe trabalhadora num patamar superior, superando as lutas econômicas imediatas e apontando para a luta pela tomada do poder político. Enquanto que os anarquistas entendiam que a formação de partidos políticos para a disputa das eleições ao parlamento burgueses significaria uma assimilação do movimento operário à ordem capitalista, seria uma política de colaboração de classe.

Com o conflito aberto, foi no congresso de Haia em 1872 que a cisão entre anarquistas e comunistas se consolidou. A configuração do quinto congresso da AIT era favorável para os partidários do marxismo, pois contaram com a presença de blanquistas exilados após o massacre da Comuna de Paris. Cole sintetizou a composição do congresso:

Esta lucha, esperada durante largo tiempo, se produjo en el Congreso de La Haya de 1872, que fue realmente la última reunión de la Primera Internacional en la plenitud de su fuerza. Fue en verdad, al menos en el papel, el congreso más ampliamente representativo que tuviera la Internacional. De las naciones que habían desempeñado un papel importante en el movimiento, sólo los italianos estuvieron ausentes. Como ya hemos visto, se negaron a asistir. Por otra parte, los españoles enviaron 5 delegados, los belgas 9. y los suizos 4, representando a los dos grupos rivales. Asistieron 7 delegados, difíciles de clasificar, enviados por el Consejo Federal Británico y sus organismos asociados. Los alemanes, con un contingente de 10, estuvieron representados por primera vez en cantidad considerable. Los holandeses hicieron su primera aparición con 4 delegados, y los daneses con 1. Asistieron 3 delegados, supuestos representantes de los Estados Unidos, al frente de los cuales fue el amigo de Marx, F. A. Sorge; pero todos eran emigrados europeos. Algunos delegados aislados se proclamaban representantes de secciones de Hungría y de Bohemia. De Francia acudieron tres, con nombres falsos, un grupo equívoco, del cual por lo menos Uno era espía. Pero también hubo algunos franceses exilados que

asistieron como representantes del Consejo General: Charles Longuet, hijo político de Marx, el blanquista Édouard Vaillant, Leo Frankel, y algunos otros que habían tomado parte en la Comuna. Por último, también procedentes del Consejo General, asistió el antiguo grupo de los colaboradores de Marx: Georg Eccarius, Étienne Dupont, Friedrich Lessner y Marx y Engels en persona, el primer verdadero congreso a que asistieron los dos, aunque Marx había tomado parte en las reuniones inaugurales. Pero había un hueco en las filas de los antiguos "leales". Hermann Jung, el relojero suizo de Londres, que había presidido muchas reuniones anteriores como firme aliado de Marx, se había negado a asistir. (COLE, 1974: 190).

Com uma composição desvalorável para anarquistas e coletivistas, os debates em Haia se desenrolaram numa dinâmica diferente dos congressos anteriores, as grandes questões não pautaram os debates, temas como a formação de partidos operários para a disputa das eleições já tinham ocorrido na conferência do ano anterior, assim o congresso apenas ratificou resoluções aprovadas um ano antes. As primeiras seções foram basicamente debates burocráticos sobre o credenciamento das delegações. Mas, de fato, o tema central era a adesão da Aliança na AIT.

Os congressistas aprovaram a exclusão da Aliança como um ramo da Internacional, bem como Bakunin e Guillaume, como seus principais líderes. Na proposta de exclusão também incluía expulsar Schwitzguébel, mas a maioria dos delegados votaram pela sua permanência, com 15 votos pela exclusão, 17 contrários e 7 abstenções. A exclusão da Aliança e dos líderes aliancistas foi pautada nos seguintes argumentos: 1) a Aliança seria uma organização secreta; 2) seu programa seria contrário aos princípios da AIT; 3) a Aliança seria uma organização de caráter burguês.

Para entender a questão da organização clandestina é necessário recuperar a história das organizações bakuninistas. Em 1864 Bakunin fundou a "Fraternidade" na Itália, que era uma organização revolucionária clandestina com ramificações em outras nações. Pelas suas ramificações, a "Fraternidade" atuou no interior da AIT e da Liga da Paz, mas rachou com essa última em 1868, dessa ruptura é fundada a Aliança, organização pública que se pretendia ser um ramo da AIT e, posteriormente, convertida em seções da Internacional. Em 1869 a "Fraternidade" passa por um processo de depuração e é dissolvida e refundada com a Aliança secreta.

A referida incompatibilidade entre os programas da Aliança e da AIT seria a utilização pela primeira da noção de "igualização das classes", mas, como já foi explicado, os próprios aliancistas modificaram seu programa para "abolição das classes". Finalmente, seu suposto caráter burguês foi atribuído pela sua origem na Liga da Paz:

L'Alliance de la Démocratie socialiste est d'origine toute bourgeoise. Elle n'est pas issue de l'Internationale; elle est le rejeton de la Ligue de la Paix et de la Liberté, société mort-née de républicains bourgeois. L'Internationale était déjà fortement établie quand Michel Bakounine se mit en tête de jouer un rôle comme émancipateur du prolétariat. Elle ne lui offrit que le champ

d'action commun à tous ses membres. Pour y devenir quelque chose, il aurait d'abord dû y gagner ses éperons par un travail assidu et dévoué; il crut trouver meilleure chance et une route plus facile du côté des bourgeois de la Ligue. (DUPONT [et al], 1873: 4).

De fato, o aspecto central da ação dos comunistas era menos a denúncia da Aliança enquanto organização secreta, ou do seu suposto caráter burguês, e mais superação de um obstáculo real à proposta de formação de partidos políticos operários para a disputa eleitoral e a conquista do poder de Estado, como uma política da AIT. Ou seja, as diferenças efetivas entre anarquistas e comunistas consistiam em suas concepções político-ideológicas, teóricas, estratégicas e programáticas distintas. E as aparentes vitórias e aparente expansão dos aliancistas foi entendida pelos comunistas como uma ameaça ao seu projeto de multiplicação de partidos operários. A preocupação dos comunistas era tamanha que todos os esforços foram feitos para garantir a maioria dos delegados em Haia, conforme afirmou Marx em carta para Kugelman em 29 de julho de 1872:

At the International Congress (Hague, opening 2 September), it will be a matter of life or death for the International; and, before I resign, I want at least to protect it from disintegrating elements. Germany must therefore have as many representatives as possible. Since you are in any case coming, write to Hepner that I ask him to get you a delegate's mandate. (MARX & ENGELS, 2010 [Volume 44]: 413).

Além da expulsão dos aliancistas, a maioria dos congressistas aprovou converter a resolução da política de construção de partidos políticos, aprovada na conferência de Londres, em um artigo dos Estatutos da AIT. Assim, foi aprovado o artigo 7:

Art. 7. En su lucha contra el poder colectivo de las clases poseedoras, el proletariado no puede obrar como clase, sino constituyéndose él mismo em partido político distinto, opuesto, a todos los antiguos partidos políticos formados por las clases poseedoras. Esta constitución del proletariado en partido político es indispensable para asegurar el triunfo de la revolución social y de su objeto supremo, la abolición de las clases. La coalición de las fuerzas obreras, ya obtenida por las luchas económicas, debe servir también de palanca en manos de esta clase en la lucha contra el poder político de los explotadores. Sirviéndose siempre los señores de la tierra y del Capital de sus privilegios políticos para defender y perpetuar el trabajo, la conquista del poder político viene a ser el gran deber del proletariado. (FREYMOND, 1973 [Tomo II]: 439).

Também foi aprovado mais poderes para o Conselho Geral, com as modificações dos artigos 2 e 6 dos Estatutos:

Art. 2. El Consejo General está obligado a cumplir las resoluciones de los

Congresos y a vigilar que en cada país se apliquen estrictamente los principios, los estatutos y reglamentos de la Internacional.

Art. 6. El Consejo General tiene igualmente el derecho de suspender ramas, secciones, Consejos o comités federales y federaciones de la Internacional hasta el próximo congreso. (FREYMOND, 1973 [Tomo II]: 440).

Por último, foi aprovada a transferência do Conselho Geral de Londres para Nova Iorque, ficando sob a responsabilidade de Friedrich Adolph Sorge (1828-1906)⁹⁷ sua articulação nos EUA. Essa proposta de transferência, feita por Marx, partia da seguinte avaliação: 1) os bakuninistas ainda poderiam reverter o resultado do congresso de Haia; 2) em Londres as lideranças *trade-unionistas* haviam abandonado o Conselho Geral; 3) o núcleo do Conselho Geral encontrava-se rachado, uma vez que Eccarius e Jung, até então fiéis aliados marxistas, discordaram dos caminhos políticos assumidos a partir de 1872 (COLE, 1974: 191); os blanquistas exilados na Inglaterra se tornariam a maioria no Conselho Geral. Assim, a proposta foi aprovada, mas seus efeitos foram devastadores para a organização dos internacionalistas, como concluí Garcia:

A propuesta de Marx se acordó, también, por 30 votos contra 14 y 12 abstenciones, que el Consejo General pasara a Nueva York. Se trataba de evitar a todo costo, a cambio de la muerte de la Internacional inclusive y como ocurriera, que la base europea reaccionara contra el golpe sorpresivo dado en La Haya gracias a una mayoría lograda arbitrariamente por quienes sólo habían tenido que franquear el Canal de la Mancha y por los alemanes nada distantes de la ciudad holandesa, por un lado, y contando con la ausencia de las delegaciones italianas, con la imposibilidad que tenía Bakunín de alcanzar La Haya por el decreto de arresto que sobre él pesaba en Bélgica, con las desvastadas secciones francesas, por el otro lado. Nunca se había visto una cosa igual: confabularse una mayoría de delegaciones para imponer un suicidio a la organización a la que deberían dar vida. Adolfo Federico Sorge se llevó a América un cadáver que él, Marx y la mayoría autoritaria reunida en La Haya habían condenado irremisiblemente. (GARCIA, 2003: 68).

De fato, a vitória dos comunistas e social-democratas, com a construção de uma maioria artificial conquistada com uma aliança pontual com blanquistas exilados, foi, como concluiu Angaut (2007: 116), uma vitória de Pirro cujo resultado se mostrou mais favorável para os bakuninistas:

Teniendo en cuenta lo que sucedió después de 1872, puede advertirse que el gran debate entre Marx y Bakunin en el Congreso de La Haya terminó, a pesar de las decisiones tomadas en La Haya, mucho más en favor de Bakunin que de Marx, por lo que respecta a los elementos que habían formado la Primera Internacional. En efecto, después de 1872 Marx apenas tenía partidarios fuera de Alemania; e inclusive en Alemania sus partidarios

⁹⁷ Sorge era um comunista alemão emigrado nos EUA. Articulou o movimento operário em Nova Iorque e fundou em 1867 uma seção da AIT nos Estados Unidos. Assumiu o Conselho Geral com sua transferência para Nova Iorque, mas saiu do Conselho Geral de 1874.

lucharon intensamente durante algunos años con los de Lassalle, que enviaron delegados al congreso antiautoritario de Bruselas en 1874. (COLE, 1974: 198).

Assim, a AIT ficou, de um lado os comunistas e social-democratas com sua sede em Nova Iorque, de outro lado, anarquistas e demais coletivistas, organizados numa estrutura federalizada sem um conselho ou comitê central. A AIT com sede em Nova Iorque que passou a ser conhecida historicamente com “AIT-Centrista”, realizou mais um congresso em 1873 na cidade de Genebra e definiu os marcos do sindicalismo social-democrata. Depois disso, realiza sua conferência liquidacionista em 1876, na Filadélfia. Sobre o fim da AIT escrevia Engels para Adolph Sorge ainda em 1874, quando esse último se retirou do Conselho Geral:

With your resignation the old International is entirely wound up and at an end anyhow. And that is a good thing. It belonged to the period of the Second Empire, when the oppression throughout Europe prescribed unity and abstention from all internal controversy for the workers' movement, then just reawakening. It was the moment when the common, cosmopolitan interests of the proletariat could come to the fore. (MARX & ENGELS, 2010 [Volume 45]: 40).

Por seu turno, os anarquistas e demais partidários da concepção coletivista que não concordaram com as deliberações do congresso de Haia, se reuniram ainda em setembro de 1872 na cidade de Saint-Imier. A reunião de Saint-Imier já estava prevista para a organização da Federação Jurassiana, como uma forma de superar as divergências entre os internacionalistas da Federação Românica. Assim, os anarquistas aproveitaram a reunião para articular uma oposição às deliberações de Haia.

O congresso de Saint-Imier, como ficou conhecido, e contou com a participação de delegados das seções italiana, espanhola, norte-americana, francesa e jurassiana (suíça):

Une heure après, dans la même salle, s'ouvrait un Congrès international, composé des délégués suivants: Alerini, Farga-Pellicer, Marselau et Morago, délégués de la Fédération espagnole; Costa, Cafiero, Bakounine, Malatesta, Nabruzzi, Fanelli, délégués de la Fédération italienne; Pindy et Camet, délégués de plusieurs Sections de France; Lefrançais, délégué des Sections 3 et 22 d'Amérique; Guillaume et Schwitzguébel, délégués de la Fédération jurassienne. (GUILLAUME, 1909: 4).

Os presentes ao congresso de Saint-Imier não reconheceram as decisões de Haia, e decidiram manter a organização da Internacional segundo os princípios do federalismo, sem a existência de um Conselho Geral:

Le Congrès des délégués des Fédérations espagnole, italienne, jurassienne, américaine et française, réuni à Saint-Imier, déclare repousser absolument toutes les résolutions du Congrès de la Haye, ne reconnaissant en aucune

façon les pouvoirs du nouveau Conseil général nommé par lui; et, pour sauvegarder leurs Fédérations respectives contre les prétentions gouvernementales de ce Conseil général, aussi bien que pour sauver et fortifier davantage l'unité de l'Internationale, les délégués ont jeté les bases d'un projet de pacte de solidarité entre ces Fédérations. (GUILLAUME, 1909: 6-7).

No ano seguinte, os bakuninistas e coletivistas se reuniram em um novo congresso, realizado em Genebra, que eles reivindicaram sendo o sexto congresso da AIT. Dele participaram delegados representando as seções da Inglaterra, incluindo Eccarius que rompeu com a corrente marxista, Bélgica, Espanha, Holanda, Itália, e do Vale do Jura (Suíça). Mais tarde essa organização ficou conhecida com a "ATI-Antiautoritária", mas, na verdade, essa rearticulação estabeleceu os princípios e concepções do federalismo e do sindicalismo revolucionário, atuante nas lutas insurgentes das décadas seguintes, em especial da greve geral espanhola de 1873. Também foram realizados congressos em Bruxelas, 1874, em Berna, 1876, em Verviers, 1877.

Assim, ao longo das décadas de 1880 e 1890 o movimento sindical europeu e norte-americano passa por um processo de reorganização, com a nacionalização das organizações sindicais, as confederações de trabalhadores, e a fundação de partidos operários. Nesse processo se consolidam quatro tendências do movimento sindical: o sindicalismo revolucionário, constituído especialmente a partir das concepções anarquistas e coletivistas e com forte presença na França, Itália, Espanha, também teve participação fundamental na formação dos sindicatos nos Estados Unidos, como a IWW, e em países da América Latina (México, Argentina, Uruguai e Brasil); o sindicalismo *trade-unionista*, hegemônico na Inglaterra e com forte presença nos EUA a partir de 1886, quando se tornará a concepção predominante no interior da *American Federation of Labor*; o sindicalismo social-democrata, cuja principal expressão nesse período ocorreu na Alemanha e na Áustria, tendo seu auge na fundação da *Segunda Internacional* em 1889; o sindicalismo conservador, constituído a partir de setores expressamente colaboracionistas dos trabalhadores que se organizaram de acordo com a legalização dos sindicatos pelos diversos países e possuem com base o sindicalismo sob a orientação do catolicismo europeu, principalmente a partir da década de 1890.

Capítulo IV: Greves e ciclos de greve: o trabalho insubmisso

*Crime de rico a lei cobre,
O Estado esmaga o oprimido.
Não há direitos para o pobre,
Ao rico tudo é permitido.
À opressão não mais sujeitos!
Somos iguais todos os seres.
Não mais deveres sem direitos,
Não mais direitos sem deveres!*

Eugéne Pottier, Hino da Associação Internacional dos Trabalhadores, 1871.

As greves fizeram parte dos principais debates que ocorreram entre as diferentes tendências e correntes do movimento operário europeu reunido nas seções e congressos da AIT. Como durante o século XX as greves foram consagradas como uma das principais formas de protesto e reivindicações dos sindicatos, é comum imaginar que não existiriam divergências entre as diferentes concepções político-ideológicas das organizações operárias. Mas a análise dos debates entre os internacionalistas do século XIX mostra que não eram poucas as polêmicas em torno das greves.

O presente capítulo tem um duplo objetivo: debater as greves enquanto fenômeno sociológico, considerando as teorias sobre os ciclos de greve, e analisar a inserção da AIT no subciclo das operárias greves, de 1868-1873, como parte do “Grande ciclo de lutas operárias do século XIX”. Esse subciclo se divide em duas etapas: primeira é a expansão das greves entre 1868 e 1870, enquanto a segunda se caracteriza por um ciclo de greves insurrecionais, que começa com a Comuna de Paris e avança até a greve geral espanhola de 1873. Na verdade a greve geral espanhola abriu um ciclo de greves gerais de caráter insurrecional, mas que ocorre não mais com a AIT nas configurações de sua fundação em 1864, mas sim no desenvolvimento do sindicalismo federalista e revolucionário pós-cisão da AIT em 1872.

No âmbito dos estudos das ciências sociais e da história, as greves dos trabalhadores são analisadas enquanto fenômenos sociais da ação coletiva de classe ou das classes. No que tange às perspectivas teóricas que se desenvolveram a partir de ideologias e teorias revolucionárias, as greves são entendidas como parte das estratégias de luta e resistência da classe trabalhadora contra a exploração e a opressão impostas pelo sistema capitalista. O antagonismo entre as classes sociais, resultante da exploração burguesa sobre a força de trabalho da classe trabalhadora, gera não só as disparidades sociais e econômicas entre as classes, mas também e, principalmente, o antagonismo político entre burgueses e trabalhadores. Portanto, nas perspectivas teóricas revolucionárias, a luta de classes é a principal expressão do antagonismo entre as classes sociais na sociedade capitalista, pois explicita as contradições sociais, econômicas e políticas entre burgueses e trabalhadores, entre *capital*

e trabalho.

A Escola Sociológica Marxista e, conseqüentemente, o materialismo histórico forneceram o arcabouço teórico-metodológico do estudo das greves numa perspectiva revolucionária. A teoria marxista será debatida no próximo capítulo, mas aqui é importante destacar aspectos da sua contribuição para o entendimento das greves como fenômeno sociológico e histórico. Nos estudos contemporâneos da sociologia brasileira, a obra de Ricardo Antunes, *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80*, publicada em 1988, é uma das referências no que diz respeito às análises sobre movimentos grevistas. Sua tese central é a defesa de que as greves dos metalúrgicos do final dos anos 70 foram *greves espontâneas*, isto é, “sua lógica foi ditada pela dura realidade do cotidiano operário, não contando com uma *direção consciente*” (ANTUNES, 1988: 32).

Em seus estudos, Antunes procurou atualizar e aplicar as categorias, as teses e a metodologia do materialismo histórico, desenvolvidos por Engels, Marx, Lenin, Rosa Luxemburgo e Gramsci, sobre as greves, objetivando entender o que ele mesmo chamou de *processualidade* e *dialecicidade* das greves. Entretanto, parte da concepção marxista das greves e as lutas sindicais são limitadas pela sua própria natureza: o resultado de uma resposta imediata à exploração capitalista. Assim, o sociólogo brasileiro desenvolveu sua argumentação sobre os limites das greves, atualizando a teoria marxista,

de um lado elas [as greves] podem se constituir *num* dos instrumentos que possibilitam o avanço da consciência espontânea do proletariado. *De outro, elas têm limitações, e estas somente são superadas quando o movimento operário atinge um nível superior, especialmente no plano subjetivo, no plano da consciência. A greve é um instrumento importante, porém, não o único, e sua insuficiência transparece especialmente quando ela é desprovida de uma teleologia consciente e direcionada, quando ela não se fundamenta numa direção portadora da razão dialética, quando ela não se insere num projeto mais global de transformação radical da sociedade.* (ANTUNES, 1988: 192-193).

Para completar sua dialética das formas de greve, Antunes recorreu aos debates e teses da comunista alemã Rosa Luxemburgo que, na obra *Greve de massas, partidos e sindicatos*, ao elaborar uma interpretação da Revolução Russa de 1905, desenvolveu uma tipologia das greves: greves econômicas e políticas, greves de massa e parciais, greves gerais, greves espontâneas e não-espontâneas. Em sua argumentação, Rosa Luxemburgo defendeu que todas essas formas de greve podem se interpenetrar, entretanto, ela destaca suas fronteiras e seus limites, especialmente das greves econômicas e políticas, considerando que as greves de luta são greves econômicas e, portanto, nascem espontaneamente, ao contrário das greves de protesto, que são greves políticas.

Assim, Antunes conclui que a dialética das formas das greves e a processualidade das lutas operárias seriam demarcadas por limites impostos pelo desenvolvimento das contradições do

sistema capitalista, da luta de classes e do processo de constituição da consciência de classe do operariado. Isso significa a superação da consciência imediata e, conseqüentemente, das lutas de caráter imediatistas por uma consciência teleológica e por lutas de transformação global. Essa superação ocorreria mediante a condução das lutas por uma direção política consciente.

O sociólogo brasileiro caracteriza a direção consciente como aquela “calcada na análise científica da realidade, na razão dialética”, ou seja, na “consciência socialista” (ANTUNES, 1988: 196). Ele defende que existiria uma hierarquia qualitativa entre as formas de greve que corresponderia a uma hierarquia qualitativa dos estágios da consciência de classe (ANTUNES, 1988: 211). Portanto, ele chega às mesmas conclusões de Engels (2008) e de Lenin (2008), quer dizer, o lugar das greves na luta de classes é “pedagógico”, isto é, de preparação dos trabalhadores para as lutas futuras, é sua “escola de guerra”. Como uma passagem obrigatória da consciência imediata para a consciência teleológica.

Marx e Engels consideravam os sindicatos como produto das lutas espontâneas dos operários contra as usurpações dos capitalistas. As greves (e as coalizões operárias) eram vistas, por ele, como os primeiros da aprendizagem revolucionária (o próprio fato da associação dos operários tinha uma relevância política da maior importância para Marx). Nessa perspectiva, as greves (e os sindicatos) tinham um sentido pedagógico, um valor moral (e político), não importando os seus resultados imediatos. (ANTUNES, 1988: 337)

A teoria anarquista, pouco conhecida, também figura entre as teorias revolucionárias que se ocuparam da análise das greves. Na verdade, o anarquismo acabou sendo uma teoria marginal nas ciências sociais e na história, principalmente porque se vincula muito mais às críticas do marxismo às análises das coalizões feitas por Proudhon e, no geral, se menospreza pela teoria da greve geral insurrecional de Bakunin e de Malatesta. Essa polêmica será retomada no próximo capítulo, aqui o fundamental é a contribuição anarquista para o entendimento das greves.

O anarquismo aborda os fenômenos sociais a partir do materialismo sociológico, isto é, do entendimento de que a história e a realidade humana se materializam nas relações, organizações e sistemas sociais, e da dialética serial, quer dizer, o movimento ininterrupto de antinomias, cujas contradições engendram outras séries de contradições. As séries de contradições que se desenvolvem a partir da dialética *ação-reação* e da dialética *criação-destruição* desdobram-se na dialética anarquista do trabalho, segundo a qual o

Homem só se emancipa da pressão tirânica, que sobre todos exerce a natureza exterior, pelo trabalho coletivo; isso porque o trabalho individual, impotente e estéril, nunca poderia vencer a natureza. O trabalho positivo, aquele que criou todas as riquezas e toda a nossa civilização, sempre foi um trabalho social, coletivo; apenas, até o presente, ele foi iniquamente

explorado por indivíduos em detrimento das massas operárias. (BAKUNIN, 2008: 76).

Como se vê, a teoria anarquista desenvolveu uma ontologia do trabalho, segundo a qual o trabalho é *ação* humana *criadora* e, conseqüentemente, *emancipatória*. A sociedade, enquanto realidade ontológica e histórica, é resultante do trabalho humano coletivo. Entretanto, dialeticamente, a exploração e a opressão sobre o trabalho são *reações destrutivas* das classes dominantes, que convertem o trabalho coletivo em sinônimo de miséria e submissão, seja na forma dos regimes de trabalho escravo, servil ou assalariado. Assim, na série ininterrupta, as formas de resistência e organização da classe trabalhadora são *reações* diante da *ação* expropriatória das classes privilegiadas, de onde resulta a luta de classes.

Portanto, é sobre esses marcos que anarquistas como Proudhon e Bakunin analisam a luta de classes, os conflitos e contradições entre *capital* e *trabalho*. As diversas formas de resistência da classe trabalhadora, as greves, as fugas, os motins, as sabotagens, as revoltas, as barricadas, as insurreições, ou seja, as diversas formas de ação direta e de ações insubmissas, são reações, respostas coletivas da classe trabalhadora diante da exploração e da opressão sobre o trabalho coletivo.

Nesse entendimento, as greves constituem rupturas com a ordem vigente, uma vez que questionam e suspendem, mesmo que temporariamente, o contrato de trabalho. Elas podem assumir a dimensão de “guerra social”, ou seja, de conflitos entre classes antagônicas. Portanto, na dialética antinômica anarquista, as greves cumpririam uma dupla função: intensificariam as contradições entre a classe trabalhadora e a burguesia e, simultaneamente, fortaleceriam os laços de solidariedade entre os trabalhadores. A série dialética iniciada por essa dupla função das greves, produziria uma dupla ação: a negação da ordem burguesa e afirmação de uma nova ordem social.

Et la grève, c'est le commencement de la guerre sociale du prolétariat contre la bourgeoisie, encore dans les limites de la légalité. Les grèves sont une voie précieuse sous ce double rapport, que, d'abord, elles électrisent les masses, retrempe leur énergie morale, et réveillent en leur sein le sentiment de l'antagonisme profond qui existe entre leurs intérêts et ceux de la bourgeoisie, en leur montrant toujours davantage l'abîme qui les sépare désormais irrévocablement de cette classe; et qu'ensuite, elles contribuent immensément à provoquer et à constituer entre les travailleurs de tous les métiers, de toutes les localités, et de tous les pays, la conscience et le fait même de la solidarité: double action, l'une négative et l'autre positive, qui tend à constituer directement le nouveau monde du prolétariat, en l'opposant d'une manière quasi-absolue au monde bourgeois. (BAKUNIN, 1910: 438-439).

O método do materialismo sociológico é definido por Bakunin como sendo *de baixo para cima*, ou seja, parte da experiência concreta, e da *periferia para o centro*, quer dizer, não aceita

modelos estáticos e etnocêntricos. Assim, rompe com os paradigmas da ordem, notadamente conservadores, estáticos, “monodológicos” e eurocêntricos. Por isso, é possível uma aproximação da perspectiva anarquista da proposta da história global do trabalho de Van der Linder (2008), que desloca o paradigma analítico da Europa para os continentes periféricos, especialmente para as Américas e para a África. Nessa perspectiva, as greves aparecem como “êxodo coletivo”, uma vez que Van der Linder parte das formas de lutas e de resistência dos trabalhadores submetidos ao regime escravista.

A very important form of struggle used by all categories of subaltern workers is the strike. In a sense, a strike means a collective exit – not with the intention of leaving for good, but to exert pressure temporarily. The transition between “running away” and “fighting for better working conditions” is in reality rather fluid. It is therefore not surprising that some forms of marronage by slaves were in fact specifically intended as a kind of strike: they escaped from the plantations to force the master to think again, not to settle permanently elsewhere. “The meaning of such desertions is clear: they involved strikes, initiated by part or the whole of a workshop.” Under very different circumstances, Dutch textile workers from the fourteenth century onwards applied a similar tactic. Living in a time when the cities still possessed great autonomy, they organized illegal *uitgangen* (exits) which occurred according to a typical pattern. They left the city in which labor relations were unacceptable, and went to another city, in order to renegotiate their position from there. (VAN DER LINDEN, 2008: 179).

A noção de “fugas”, ou “êxodos coletivos”, coloca o paradigma da guerra social em outros termos, isto é, para os trabalhadores submetidos ao regime escravo, servil ou mesmo ao assalariamento, a luta e a resistência contra os regimes de exploração significava, em grande medida, mas não exclusivamente, a constituição de novas relações sociais, um novo arranjo societal, uma vez que enfrentavam sistemas totais de dominação.

A spectacular form of protest was the “collective exit”, where a group of subaltern workers left the workplace with the intention never to return. Such exits seem to have occurred especially among workers who were unable to assert their interests in the workplace collectively, or could do so only at great personal risk. The most important examples are found among slaves, indentured laborers, journeymen, and wage earners working in “total institutions,” like sailors. (VAN DER LINDER, 2008: 196-197).

Por esse motivo, Van der Linder (2008: 196-199) cita várias experiências, na Ásia, África e Américas de “êxodos coletivos” que deram origem a “comunidades de fugitivos”. As “comunidades de fugitivos” recorrentemente entravam em guerra com as classes dominantes⁹⁸, como o exemplo da “República Negra” de Palmares (1590-1695) e as Guerras Boni, no Suriname no século XVIII.

98 Também se pode incluir entre essas experiências societais que entram em guerra com as classes dominantes as comunidades organizadas em torno da religiosidade popular dos camponeses brasileiros do final do século XIX e início do século XX, Canudos (1896-1897, Contestado (1912-1916) e Caldeirão (1936-1937).

As noções de “guerra social” e os processos de construção de novos arranjos sociais são importantes para os debates aqui realizados, porque o subciclo de greves analisado tem movimentos insurrecionais que culminaram em rupturas sistêmicas, no caso da Comuna de Paris em 1871 e a greve geral espanhola de 1873. O ciclo de lutas operárias no contexto estudado assumiram, no sentido estrito, a dimensão da “guerra social” e engendrou experiências sociais antagônicas ao sistema capitalista vigente.

Para uma definição sócio-política das greves, Van der Linder elaborou a seguinte definição: “Strikes can be defined as forms of struggle, coercion and power in which a group of workers collectively stops working to enforce economic, social and/or political demands that matter to those directly concerned and/or others” (VAN DER LINDER, 2008: 182-183). O trinômio *luta-coerção-poder* sintetiza bem o antagonismo entre os interesses das classes que entram em conflito diante da deflagração das greves, principalmente na sua dimensão de guerra de classes.

É a esse antagonista, que a historiadora francesa Michelle Perrot se refere para afirmar que durante os movimentos de greve a classe trabalhadora, ou as classes populares, “gritam”, isto é, rompem o silêncio imposto pelas condições de subalternidade de classe. “Gesticulante et sonore, la grève et jaillissement de la parole, psychodrame où se libèrent des pulsions refoulées. Elle plonge au coeur des masses ignorées” (PERROT, 1984: 14). Invertem, portanto, o sistema de dominação de classe, negando a docilização e a aliança impostas pelas classes dominantes e seus aparelhos de repressão e amordaçamento. A classe trabalhadora se apresenta e se faz insubmissa com a deflagração das greves.

4.1. As teorias dos ciclos de greve: a insubmissão de baixo para cima

Os teóricos clássicos dos estudos sobre as greves se concentram nas causas das insurgências dos movimentos paredistas, o seu lugar na luta de classes, as estratégias dos movimentos, os tipos de greve e sua relação com os processos revolucionários, ou seja, aspectos políticos e ideológicos. Os estudos acadêmicos, por sua vez, contribuíram para o estudo dos ciclos de greve, isto é, para a análise das irrupções das greves em determinados períodos, acompanhando a frequência, a intensidade, o tipo de greve, etc, e suas relações com diferentes variáveis econômicas, sociais e políticas, procurando identificar as relações de causalidade a partir do cruzamento dos dados e da identificação da recorrência das variáveis.

Os estudos da historiadora Michelle Perrot (1984) sobre as greves na França no período entre 1871 e 1890 estão entre as principais contribuições para o desenvolvimento de uma teoria dos ciclos de greve. A historiadora francesa considera que os estudos dos ciclos de greve, ou seja, as

análises das greves num determinado período do tempo, supera os limites dos estudos tipológicos das greves, que tendem a ser mais estáticos e simplificados.

Plutôt que d'esquisser dès l'abord une typologie des grèves, à ce niveau forcément statique, externe et simplificatrice, qui isolerait une série de monographies arbitrairement closes, je voudrais pénétrer dans leur genèse, non pour me perdre dans les méandres de leurs singularités, mais pour tenter de saisir, comme de l'intérieur, leur déroulement, d'appréhender comment se nouent et se dénouent les rapports de forces qui les tressent; essayer, en somme, une morphologie des stades. (PERROT, 1984: 30)

Os estudos dos ciclos de greve permitem o entendimento da morfologia das greves⁹⁹, ou seja, a constância de suas características fundamentais, qualquer greve comporta-se como um conjunto constituído por uma combinação variável de elementos idênticos passíveis de identificação, classificação e análise. Ao analisar um ciclo, ou ciclos, os pesquisadores podem superar as impressões imediatas que os momentos isolados e episódicos de grandes irrupções podem sugerir. “Dégager la croissance générale de la grève, sa distribution dans le temps – année, mois, semaine –, ses fluctuations; chercher les relations de celles-ci avec les divers aspects de la conjoncture: voilà un moyen de sortir de l'apparente incohérence journalière” (PERROT, 1984: 14-15).

Nessa abordagem, as greves são relações dinâmicas que possuem uma diversidade de instâncias que se articulam, onde a ordem constituída é questionada, onde o conflito entre as classes é desnudado, obrigando não somente o posicionamento e ação política da classe trabalhadora, mas também o posicionamento das classes dominantes, das autoridades do Estado e da opinião pública (PERROT, 1984: 14).

Assim, o estudo dos ciclos de greve permitiriam o entendimento do dinamismo dos movimentos paretistas a partir dos seus aspectos comuns, ou seja, tanto dos seus componentes estáveis (localização, o tempo, a natureza dos trabalhadores em greve, a natureza da greve; tipos de reivindicações), quanto dos seus componentes dinâmicos (tipos de deflagração, procedimentos, como organizações, reuniões, manifestações, violência, negociações, mediação, repressão, e resultados) (PERROT, 1984: 15-16).

As perspectivas reducionistas e os entendimentos das greves como fenômenos estáticos são, segundo Michelle Perrot, superadas pelo método de análise dos ciclos de greve, uma vez que ele possibilita a apreensão das greves como fenômeno social num período histórico.

99 A busca de Michelle Perrot pela morfologia das greves remete aos estudos e às teorias da Escola Sociológica Francesa, Émile Durkheim e Marcel Mauss. Realmente a historiadora entende que as greves são *atos sociais* no sentido durkheimiano (PERROT, 1984: 14). Sua perspectiva analítica se aproxima da noção de *ato social total* de Mauss, ou seja, uma ótica mais ampla da teoria durkheimiana que apreende as dimensões, simultâneas, econômicas e morfológicas dos fenômenos sociais (MAUSS, 1974: 179).

Ainsi, le méthode adoptée, loin de dissoudre les préoccupations originelles, contribuait à les renforcer. Mon travail s'éloignait de plus en plus d'une histoire des grèves qui n'aurait été qu'un récit ou une suite de monographies exemplaires, pour s'orienter vers une étude de sociologie historique, description de la grève comme phénomène social à un moment donné du temps. (PERROT, 1984: 17).

Referindo-se às formas de organização e às greves, Perrot destaca que, se contemporaneamente, é comum o estabelecimento de uma associação direta entre as organizações sindicais e o movimento dos trabalhadores e, conseqüentemente, às greves, isso não era uma realidade nas origens dos movimentos da classe trabalhadora, pois, antes das origens do sindicalismo, “a greve era a regra” (PERROT, 1884: 43). Na verdade, como também reconhece Marcel van der Linder, as greves são perfeitamente possíveis sem os sindicatos, mas “os sindicatos não podem existir sem a (ameaça derradeira da) arma da greve” (VAN DER LINDEN, 2008: 179).

Considerando a dinâmica entre organização e greve, Michelle Perrot, conclui que, no período estudado, as organizações são criadas em função das greves e que as últimas têm predomínio sobre as primeiras. Por isso, o objetivo da autora não é a descrição ou os modelos de organização propriamente ditos, mas sim essa relação mutável entre as formas de organização e os movimentos paredistas.

Dans le cas de grèves organisées, néanmoins majoritaire (59%), la grève commande à l'organisation; elle secrète ses propres formes; le syndicat lui-même n'est souvent que sa créature, né par et pour elle, vivant de son succès, mourant de son échec (...). En conséquence, l'étude qui suit ne saurait constituer une description des organisations ouvrières ni du syndicalisme pour lui-même. Elle cherche à dégager leurs liens mouvants avec la grève et changements qui se dessinent dans leurs rapports avec elle. (PERROT, 1884: 44).

Portanto, mesmo considerando que as greves realmente “se sindicalizaram” (PERROT, 1884: 45), elas têm a capacidade de criar formas de organizações de caráter temporário, como comissões de negociação e comitês de greve, cuja existência dura o período dos movimentos grevistas, e de caráter permanente, que se pretendem existir independentemente das greves. As antigas organizações, como as sociedades de resistência, sociedades de socorro mútuo e caixas de resistência, terminaram sendo superadas pelo tipo de organização sindical, especialmente em função da legislação dos sindicatos a partir de 1884 (PERROT, 1984: 47-49).

Os pesquisadores Charles Tilly e Edward Shorter (1974), na obra *Strikes in France: 1830-1968*, desenvolveram importante teoria sobre a noção de ciclo de greve, analisando um período significativamente longo. A partir de uma perspectiva sociológica estruturalista, recorrendo ao cruzamento de dados estatísticos, objetivando estabelecer relações de causalidade entre as variáveis,

os pesquisadores estadunidenses elaboraram métodos de quantificação das greves, ou seja, da densidade (relação entre trabalhadores grevistas e dias parados) e da dimensão do impacto dos movimentos grevistas.

Edward Shorter e Charles Tilly propuseram uma representação gráfica tridimensional para ilustrar a relação entre o *modelo de mobilização* (ação coletiva da classe trabalhadora) e o *modelo de contenção* (ação das forças coercitivas do Estado). O gráfico proposto é um retângulo formado por três partes: 1) eixo horizontal representando o tempo de duração das greves; 2) eixo vertical representando o número de grevistas e 3) eixo lateral representando o número de greves deflagradas.

Em suas conclusões, a partir das análises estatísticas, os pesquisadores estadunidenses afirmam que os ciclos de greves na França ao longo dos 138 anos estudados tiveram como principais causas os “fatores estruturais” (SHORTER & TILLY, 1974: 348). O desenvolvimento da estrutura industrial é apresentado com o “fator estrutural” principal, assim, as variáveis econômicas ganham lugar de destaque e variáveis sociais e políticas, como as formas de organização da vida dos trabalhadores e suas formas de participação política, são consideradas causas adicionais.

Os diferentes ciclos de greves são identificados, portanto, a partir de variáveis explicativas econômicas, no caso o próprio desenvolvimento do capitalismo francês: 1) greves dos trabalhadores artesanais tradicionais de 1830; 2) trabalhadores artesanais da indústria de construção e da metalurgia de 1880; 3) greves dos operários industriais de 1930; 4) greves dos trabalhadores intelectuais de 1960. Nesses ciclos, o Estado aparece exercendo o papel de regulador, impondo a legislação sobre as greves e exercendo seu poder de polícia, enquanto variável do *modelo de contenção*.

Os autores procuram concluir que greves são instrumentos de ação política dos trabalhadores e não fenômenos sociais espontâneos. Enquanto resultados da organização da classe trabalhadora, as greves têm uma dimensão e objetivos políticos importantes, e não somente o objetivo de lutar por demandas econômicas, como salários e melhores condições de trabalho (SHORTER & TILLY, 1974: 335). Assim, interlocução prioritária da classe trabalhadora seria com o Estado, num tipo de pressão da sociedade civil sobre a política estatal.

Os autores recorrem a uma teoria da ação coletiva atualizando a noção weberiana do tipo de *ação social racional referente a fins* para explicar os movimentos grevistas da classe trabalhadora. A ação coletiva não seria espontânea, mas um processo de avaliação racional que pressupõe um cálculo de custos e benefícios e sua relação com as oportunidades conjunturais. Por isso, os ciclos de greves, as ações coletivas dos trabalhadores, seriam explicados pelo processo histórico de desenvolvimento dos “fatores estruturais” do capitalismo (industrialização e urbanização) e do

Estado moderno, a partir das variáveis dos modelos de mobilização e contenção, onde os grupos sociais assumem ações mais eficazes considerando as oportunidades políticas.

A socióloga estadunidense Beverly J. Silver, na sua obra *Forças do Trabalho* (2005), desenvolveu, a partir da base de dados do *World Labour Group*, uma importante pesquisa sobre o movimento dos trabalhadores em escala global entre 1870 e 1996, relacionando os movimentos da classe trabalhadora com os ciclos de produção da economia capitalista desde as três últimas décadas do século XIX até a primeira metade da década de 1990. Portanto, não se trata de um estudo localizado dos ciclos de greves, mas sim uma análise das tendências globais da dinâmica da luta de classe, da qual as greves fazem parte.

Os estudos de Beverly Silver se desenvolveram num período, final do século XX, em que era comum a sociologia do trabalho apontar para a crise do movimento dos trabalhadores, do sindicalismo em especial, e da própria classe trabalhadora. Estavam em voga as teses da perda da centralidade da categoria trabalho e do declínio do sindicalismo. O seguinte trecho da obra de Leôncio Martins Rodrigues, *Destinos do Sindicalismo*, é representativo dessas teses:

Desse modo, nossa tese é que as características gerais da sociedade pós-industrial abrem pouco espaço para a organização sindical, embora a extensão desse espaço possa ser diferente quando se avaliam sociedades nacionais específicas. A conclusão vai, portanto, a favor da ideia do recuo do sindicalismo, à medida que avança a desindustrialização. Não seria preciso salientar que nos inclinamos a, sem negar a influência de variáveis políticas e institucionais, a dar mais valor às mudanças estruturais que levam para sociedades de serviços. Em nenhuma parte essas mudanças favoreceram o sindicalismo e não há mais sinais de que isso possa vir a acontecer no futuro” (RODRIGES, 2002: 301)

Beverly Silver inicia sua argumentação posicionando-se justamente sobre a temática da crise do sindicalismo:

Nas últimas duas décadas do século XX, quase houve consenso na ciência social de que o movimento operário passava por uma crise grave e generalizada. O declínio da atividade grevista e de outra espécie direta de militância trabalhista, a decrescente densidade sindical, os salários arroxados e a maior insegurança em relação ao emprego figuram entre a tendência documentada. A maior parte da documentação empírica focalizou as tendências nos países ricos (especialmente a América do Norte e Europa ocidental), mas ainda assim, muitos viram essa crise como algo de escala mundial, que afeta de modo adverso trabalhadores e movimentos operários mundo afora. (SILVER, 2008:19).

Recorrendo a um método “histórico-comparativo”, Silver questiona as teses e os argumentos que defendem a crise dos movimentos de trabalhadores. Na verdade, analisando o contexto de globalização da produção capitalista, a autora defende que, contraditoriamente, os diversos fatores,

hipermobilismo do capital, crise do *welfare state*, reestruturação produtiva pós-fordista, apontados como os responsáveis pela crise do trabalho, em especial do sindicalismo, estariam criando condições para a retomada das lutas dos trabalhadores e para o fortalecimento do poder dos trabalhadores. As manifestações antiglobalização do final da década de 1990 poderiam expressar essa retomada das lutas.

De fato, muitos observadores (e participantes) das manifestações contra a globalização, começam pelas passeatas contra a Organização Mundial do Comércio (OMC) em Seattle, em novembro de 1999, viram nessas manifestações sinais exatamente desse novo internacionalismo operário. (...) Argumenta-se, além disso, que a produção globalizada cria não apenas uma classe trabalhadora global, com cada vez mais condições de vida e trabalho em comum, mas também uma força de trabalho global que confronta muitas vezes o mesmo empregador corporativo multinacional. (...) Apesar desse argumento é preciso cautela antes de concluir que estamos indo na direção de um contexto mundial favorável ao internacionalismo operário. (SILVER, 2008: 26).

A cautela nesse debate é fundamental, uma vez que existem condições históricas estruturais, tanto objetivas, quanto subjetivas, para a percepção e entendimento da crise do trabalho, expressa na diminuição do poder de barganha do trabalho frente ao capital. As condições objetivas são aquelas determinadas pelo hipermobilismo do capital, pelo desmonte do *welfare state*, e pela reestruturação produtiva. E as condições subjetivas são aquelas determinadas pelas dimensões simbólicas da ação coletiva, ou seja, os aspectos políticos e ideológicos, que podem ser apreendidos na análise dos ambientes discursivos dos trabalhadores.

Silver desenvolve sua argumentação numa perspectiva materialista e dialética, portanto, há uma relação dialética entre os fatores objetivos e subjetivos. Assim a autora considera como fundamental não somente as análises de caráter quantitativo, centradas nos dados estatísticos do número de greves, da taxa de sindicalização, do número dos postos de trabalho, entre outros, mas também ressalta a importância dos fatores de caráter de ordem qualitativo, como as transformações discursivas, que são simultânea e dialeticamente objetivos/subjetivos.

O que a globalização fez mais do que qualquer outra coisa, argumentam os autores, foi “invalidar essa crença secular no poder dos trabalhadores” e criar um ambiente discursivo que desinflou dramaticamente o moral político popular e a vontade de lutar por mudanças ocorridas nos poderes de barganha estrutural e associativo, mas, sem dúvida, também desempenham papel independente na dinâmica dos movimentos operários. (SILVER, 2008: 32).

Objetivando destrinchar as transformações das várias formas de poder dos trabalhadores que ocorreram no tempo, desde 1870 até 1996, e no espaço, em escala global, a socióloga estadunidense

recuperou as teses marxistas e polanyianas sobre o trabalho como mercadoria fictícia. Na abordagem marxista, segundo a autora, o caráter fictício do trabalho, ou melhor, a conversão da força de trabalho em mercadoria se expressa, não no âmbito do mercado de trabalho, mas sim no “âmbito oculto da produção”. Portanto, as contradições inerentes à exploração da força de trabalho impelem a classe trabalhadora à resistência no local de trabalho. “A luta então, torna-se endêmica à relação trabalho-capital no local de produção e, na teoria, a define” (SILVER, 2008: 32). Como o desenvolvimento do sistema de produção capitalista significa o aumento da produção de riquezas e o aumento da miséria dos trabalhadores, a contradição resultante é o desenvolvimento de formas de resistência operária contra a exploração (SILVER, 2008: 34).

Por sua vez, na abordagem de Polanyi, argumenta a autora, no caráter fictício do trabalho encontra-se no âmbito da formação do mercado de trabalho. O capitalista impõe o divórcio entre a sociedade e a economia a partir da desregulamentação dos mercados. Assim, “a extensão e o aprofundamento de mercados de trabalho desregulamentados de trabalho e demais mercadorias fictícias provoca inevitavelmente um contramovimento para a ‘proteção da sociedade’” (SILVER, 2008: 33). Assim, Silver se apropria da teoria polanyiana, “duplo movimento”, ou seja, do movimento pendular *desregulamentação-autoproteção*, para interpretar as concepções das estratégias de luta dos trabalhadores ao longo do século XX.

Quando o pêndulo oscila para a mercadorização do trabalho, provoca movimentos fortes de demanda de proteção. Daí que a globalização dos mercados no final o século XIX e início do século XX produziu uma forte reação dos trabalhadores e de outros grupos sociais. Em resposta a uma militância trabalhista crescente, e na esteira de duas guerras mundiais e da Depressão, o pêndulo oscilou na direção da desmercadorização do trabalho após a Segunda Guerra. O estabelecimento de pactos sociais nacionais e internacionais unindo trabalho, capital e Estado protegeu parcialmente os trabalhadores das incertezas de um mercado global desregulamentado. Mas tais pactos de proteção ao bem-estar passaram a ser vistos como um entreve à lucratividade – um entreve rompido na onda de globalização do final do século XX. (SILVER, 2008: 33).

Considerando essas duas perspectivas, polanyiana do movimento pendular e marxista das transformações contínuas da classe trabalhadora em luta no local da produção, Beverly Silver analisa os ciclos de agitação do movimento dos trabalhadores, no tempo e no espaço, relacionando-os dialeticamente com: 1) a mobilidade do capital, com que “o deslocamento geográfico da produção tende a criar e a fortalecer novas classes trabalhadoras em cada novo local de destino dos investimentos”; 2) os ciclos de produção capitalista, como “que o epicentro da agitação trabalhista se desloca não só de um local para outro dentro de um mesmo setor, segundo soluções espaciais sucessivas, mas também de setor para setor, segundo solução de produto sucessivo” e 3) a política

mundial e de guerra.

As abordagens de Karl Polanyi e Karl Marx não são apenas abordagens teóricas sobre a força de trabalho enquanto mercadoria fictícia, mas são fundamentalmente, recorrendo a dialética *condições objetivas-condições subjetivas* do movimento dos trabalhadores, concepções que assumem a concretude histórica das ações políticas e das orientações ideológicas da classe trabalhadora. Embora Silver não se atenha aos diferentes modelos de organização sindical e às diferentes estratégias de luta, criadas e defendidas pelas diversas correntes e tendências dos movimentos dos trabalhadores, seus estudos abrem a possibilidade de interpretar as formas de agitação trabalhista em um determinado contexto histórico resultam do reflexo imediato e das determinações da economia capitalista, uma vez que a dinâmica do capital não atinge de forma homogênea o conjunto da classe trabalhadora, considerando os diversos setores da economia, as diversas situações nacionais e regionais e nos diversos períodos da história. Assim, os vários ciclos criam diferentes condições para as lutas de resistência da classe trabalhadora, entretanto não determinam automaticamente nem suas formas de organização, nem suas estratégias nem suas concepções ideológicas e programáticas.

Nos estudos sobre os ciclos de greve no Brasil, o trabalho do cientista político Salvador Sandoval (1994), *Os trabalhadores param: greves e mudança social no Brasil - 1945-1990*, procurou analisar padrões dos movimentos paredistas no Brasil num período de 45 anos. O cientista político traça três objetivos em sua pesquisa: 1) apresentar uma visão geral e um levantamento quantitativo das greves para precisar como o conflito se expressou no Brasil; 2) analisar os modelos das paralisações visando o estudo das características da participação política dos trabalhadores a partir das greves; 3) debater “a importância dos processos políticos, econômicos e organizacionais na ocorrência da atividade grevista” (SANDOVAL, 1994: 12).

Salvador Sandoval recorre ao método de Edward Shorter e Charles Tilly para representar graficamente, num diagrama tridimensional, o modelo de ação grevista: o número de grevistas, a duração das greves e o índice de greve, ou seja, o número por 100 mil trabalhadores (SANDOVAL, 1994: 85). Os modelos de mobilização e contenção, desenvolvidos por Shorter e Tilly, assumem, em Sandoval, respectivamente, “a força e o volume de contenção da classe trabalhadora” (SANDOVAL, 1994: 84). Assim, o cientista político centra sua análise no papel intervencionista do Estado brasileiro tutelando e controlando o movimento sindical.

O cientista político identifica nove ciclos de greve caracterizados pela relação entre o Estado e o movimento sindical. E, ao cruzar variáveis econômicas, como desenvolvimento industrial e, especialmente, a variação dos salários reais, com as atividades grevistas, entretanto, conclui que as variáveis econômicas não acompanham os ciclos ascendentes de greves. Mas, ao contrário, as

variáveis políticas seriam mais importantes.

Essas mudanças nas correlações de um período para outro indicam a variada importância dos fatores econômicos em flutuações de curto prazo na atividade grevista. Ao mesmo tempo, os fatores políticos são sistematicamente mais importantes como influência sobre as flutuações de longo prazo, pois restringem o terreno contestado, e seus efeitos conjunturais podem contrabalançar o impacto dos fatores econômicos sobre a atividade grevista. (SANDOVAL, 1994: 69).

Portanto, Sandoval se aproxima não somente das conclusões das teses de Edward Shorter Charles Tilly no que diz respeito às conclusões sobre o lugar das variáveis econômicas e políticas sobre os movimentos paredistas, onde as primeiras teriam maior influência no curto prazo e as segundas seriam predominantes ao longo prazo (SANDOVAL, 1994: 201-202), mas também na perspectiva da interpretação das greves como ação coletiva referente a supostas escolhas racionais dos movimentos dos trabalhadores em determinadas conjunturas.

Na verdade, na tese defendida por Sandoval, a principal interlocução dos trabalhadores é com o Estado, numa atualização da teoria sobre o conflito entre sociedade civil e Estado que acaba por negligenciar a luta de classes.

Essas transformações na atividade grevista mostraram a resposta dos trabalhadores às condições políticas do momento. Uma vez que o poder político era percebido como fator-chave na obtenção de seus objetivos, as organizações sindicais se desenvolveram no sentido de facilitar a representação de interesses e de coordenar as ações coletivas e um nível nacional para que pudessem pressionar mais o governo no atendimento de suas reivindicações. (SANDOVAL, 1994: 129).

O historiador Marcelo Badaró Mattos (2003), na obra *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca: 1945-1964*, contribui para os estudos dos ciclos de greve no Brasil problematizando a noção, ou as noções, de “sindicalismo populista”. Em outra obra, *Trabalhadores e sindicatos no Brasil* (2009), o historiador fez uma ampla análise das lutas dos trabalhadores no Brasil desde o final do século XIX até os primeiros anos do século XXI. Ambos os estudos foram desenvolvidos numa abordagem materialista e dialética, centrada na luta de classes e na atuação dos trabalhadores no enfrentamento da exploração capitalista.

Nas pesquisas coordenadas por Mattos sobre as greves no Rio de Janeiro no período entre ditaduras, fim do Estado Novo e início da Ditadura empresarial-militar, o objetivo era de

avaliar a trajetória dos movimentos dos trabalhadores e suas organizações, (...) de forma a produzir uma periodização das greves que tenha por base: as transformações econômicas e a experiência de classe dos trabalhadores nas diversas conjunturas do período; a estrutura interna das organizações sindicais e suas relações com o conjunto da classe trabalhadora, com os empresários, com o Estado, com os partidos políticos e as entidades intersindicais nacionais e internacionais; a dinâmica do movimento operário e o papel político desempenhado pela classe trabalhadora nos vários

momentos históricos abordados no estudo. (MATTOS, 2003: 8).

Ou seja, o historiador privilegia o estudo da classe trabalhadora enquanto sujeito histórico, suas práticas concretas resultantes das experiências coletivas de luta, em diferentes conjunturas do antagonismo entre as classes no Brasil.

Para atingir esse objetivo, sua pesquisa se debruça sobre a relação Estado/sindicatos, principalmente durante os movimentos grevistas, sobre as estratégias de repressão policial contra os movimentos, sobre quantificação das atividades grevistas, identificando os contextos de ascenso e declínio do número de greves relacionando-os com as mudanças da conjuntura econômica e política. Assim, os ciclos de greve e as características das greves são analisados visando interpretações qualitativas para além das aparências dos dados estatísticos.

Mattos apreendeu as greves na perspectiva proposta por Michelle Perrot, ou seja, são momentos em que os trabalhadores mostram-se, expressam-se, falam durante as greves. Entretanto, para o autor a morfologia dos movimentos paredistas não tem um significado em si mesma, mas seu significado é entendido no contexto da luta de classes. Ele também recorreu ao método de Shorter e Tilly para a “quantificação da dimensão do impacto das greves” (MATTOS, 2003: 46).

Para uma interpretação aprofundada do ciclo de greve, buscando superar as abordagens superficiais e generalistas, o historiador brasileiro desenvolveu um estudo comparativo da densidade de dois períodos: 1946 e 1962. Confrontando esses momentos de ciclo de greves com as concepções de movimento e organização sindical, o autor questiona as teses sobre o “sindicalismo populista”, constantemente apresentado como um sindicalismo burocratizado, afastado das bases das categorias, assimilados pela estrutura sindical oficial, mobilizando as lutas tendo o Estado como principal interlocutor, negligenciando o conflito de classe, resumidamente, um sindicalismo que teria a origem de suas bases numa classe trabalhadora oriunda das migrações camponesas e constituído por uma vanguarda política (MATTOS, 2003: 47). Pelo volume e pelas características políticas, sociais e econômicas das greves, o conceito de “sindicalismo populista” não seria capaz de caracterizar sociologicamente aquele momento das lutas e das greves.

Portanto, a abordagem materialista e dialética de Marcelo Badaró Mattos sobre os ciclos de greve possibilita não somente entendimento das greves em si, ou as determinações das variáveis econômicas e políticas na flutuação dos movimentos paredistas, mas sim o entendimento do lugar das greves na luta de classes num determinado contexto histórico e social. As greves também assumem uma dimensão para além das suas aparências e contornos traçados pelos dados estatísticos, quando o historiador centra suas análises sobre os sujeitos concretos em luta, ou seja, a

classe trabalhadora. Assim, as diversidades dos movimentos grevistas convertem-se nas diversidades da própria classe trabalhadora.

O debate aqui apresentado sobre as teorias e pesquisas sobre os ciclos de greve, permite concluir que a ação coletiva da classe trabalhadora materializada nos movimentos grevistas é entendida a partir de três concepções distintas. A primeira delas é a compreensão das greves como *atos sociais totais*, em estudos que privilegiam a morfologia das greves e apreensão de sua dinâmica e regras próprias, tal qual os estudos elaborados pela socióloga Michelle Perrot. A segunda concepção é a abordagem das greves enquanto ação coletiva resultante da capacidade de classe trabalhadora avaliar e/ou perceber as condições oportunas para suas lutas e reivindicações de acordo com as variações de conjuntura política e econômica. Trata-se das teses de Shorter e Tilly, atualizadas nos estudos sobre os ciclos de greve no Brasil pelo cientista político Salvador Sandoval, onde o conflito central é estabelecido na relação entre sociedade civil e Estado. Por último, a perspectiva materialista e dialética, centrada nas contradições entre as classes sociais e na luta de classes, conforme os estudos de Beverly Silver e Marcelo Badaró Mattos.

No obstante, a abordagem teórica e metodológica do materialismo sociológico e da dialética serial assumida no presente estudo, coloca a ação coletiva da classe trabalhadora entendida enquanto força coletiva, ou seja, *práxis* coletiva de sujeitos históricos e sociais, pressionada por estruturas econômicas e políticas, mas que, contraditoriamente, assumem a condição histórica de forças destrutivas e criadoras. Portanto, a análise das greves e dos ciclos de greve constitui a análise de uma determinada manifestação histórica, num determinado contexto do antagonismo de classe, das forças coletivas dos trabalhadores.

O conceito de forças coletivas, segundo a teoria proudhoniana, evidencia as condições objetivas e subjetivas da existência e da ação concreta dos sujeitos históricos, por isso, organização política possui um lugar de destaque. A questão da organização não é apenas uma consequência das determinações estruturais, manifestas e mensuradas em dados e variáveis estatísticas, porque as determinações estruturais criam as condições contraditórias sobre as quais as organizações se materializam enquanto forças coletivas que, dialeticamente, podem ser assimiladas, reforçar ou romper com as estruturas com que se confrontam. Ou seja, a dialética *autoridade-liberdade* também se aplica às lutas e às organizações da classe trabalhadora.

As forças de luta e organização convertem a classe trabalhadora em força coletiva, em confronto com o capital e a dominação burguesa. Por isso, os ciclos de greve não são fechados em si, nas fazem parte da luta de classes, e das contradições do sistema capitalista, mas também fazem parte dos ciclos de luta da classe trabalhadora, que se desdobram e assumem as formas e os conteúdos das revoltas, das insurgências e das revoluções e, dialeticamente, da reação, da

conservação e da contrarrevolução.

Dessa maneira, os ciclos de greve, além da resultante de um conjunto de fatores sociais, econômicos, políticos, em determinada conjuntura econômica e política, são o resultado da força coletiva dos trabalhadores que assumem formas e conteúdos de determinadas organizações. No caso das organizações sindicais, suas formas e conteúdos, historicamente, encarnam diferentes modelos de sindicalismo, que sintetizam as diferentes estruturas organizacionais, práticas políticas, concepções ideológicas, teóricas, estratégicas e programáticas típicas da pluralidade do movimento dos trabalhadores. Ou seja, os ciclos de greve também são o resultado da ação de sujeitos históricos.

A partir do paradigma anarquista, onde as greves podem assumir os contornos da “guerra de classes”, e exige a análise de baixo para cima, permitindo o entendimento de como a dialética *autoridade-liberdade* se desdobra na dialética *sujeito-estrutura*, quer dizer, as forças coletivas do trabalho (sujeito/liberdade) se opõem à dominação e à exploração burguesas (estrutura/autoridade). Na “guerra de classes”, o trabalho assume sua condição histórica de insubmissão (liberdade/mancipação), mas isso depende da dialética entre as condições subjetivas (modelos de sindicalismo) e de condições objetivas (ciclo de lutas insurgentes/contexto revolucionário ou pré-revolucionário).

No ciclo de greves aqui estudado, que na verdade foi identificado como um subciclo de greve dentro de um ciclo mais amplo das lutas operárias, observa-se como as organizações operárias se desenvolveram enquanto força coletiva e levaram a “guerra de classes” às últimas consequências, não só porque elaboraram um programa político em oposição ao capitalismo, mas, da mesma forma que as lutas negras nos quilombos, criaram formas sociais alternativas ao regime burguês: o sistema da federação livre das comunas.

4.2. O subciclo de greves e a insubmissão do trabalho

Depois do ciclo de reorganização do proletariado enquanto força coletiva internacional, no período entre 1862 e 1867, inicia-se um período de ascenso das lutas, expresso nas greves deflagradas nesse período, que teve dois pontos culminantes: a insurreição da Comuna de Paris em 1871 e a greve geral insurrecional espanhola de 1873.

Tabela 10. Número de greves deflagradas – 1868-1873

Número de greves deflagradas – Subciclo de greves: 1864-1873					
Ano	Alemanha	Espanha	França	Inglaterra	Itália
1868	14	-	58	-	13

1869	108	-	72	-	13
1870	95	37	116	30	25
1871	212	49	52	98	26
1872	248	198	151	343	64
1873	260	7	44	365	103

Fontes: SCREPANTI, 1986 e MONTEQUI, 1977.

O pesquisador Ernesto Screpanti (1986) mostra como no período 1868-1873 ocorreu uma importante onda de greves nas principais economias capitalistas europeias, Alemanha, França, Inglaterra e Itália. Enquanto o historiador Rafael Montequi destaca as greves na Espanha entre 1870-1873, onde se pode observar a intensa mobilização operária (tabela 10), existe uma certa imprecisão nas informações sobre as greves na Espanha no período pesquisado, pois o historiador Manuel Morales Muñoz (1992: 329) afirma que entre setembro de 1872 e agosto de 1873 foram deflagradas 115 greves, não apresenta, entretanto, a distribuição desses movimentos grevistas. Outra dificuldade foi precisar as greves na Suíça e na Bélgica, uma vez que as fontes documentais e na bibliografia pesquisada não há uma sistematização dos movimentos que ocorreram na época, mas é possível identificar uma curva igualmente ascendente no mesmo período. Na Suíça destacam-se 04 greves em 1868 e 04 greves em 1869, e na Bélgica 01 greve em 1868 e 11 greves no ano seguinte.

Obviamente, no período anterior ocorreram greves importantes, como as greves de 1867 na França, dos operários do bronze de Paris e dos tecelões de Roubaix, e na Bélgica, dos metalúrgicos de Charleroi. A greve dos operários do bronze em fevereiro de 1867 é considerada pelo historiador Mathieu Léonard (2011: 98) a primeira efetivamente impulsionada pela AIT. Foi uma greve de confronto com a burguesia parisiense que desejava desarticular a Sociedade de crédito mútuo dos bronzistas, criada em 1864, ameaçando de demissão seus filiados. Tolain e os demais internacionalistas, que também foram responsáveis pela criação e organização da resistência às ameaças da classe burguesa. A resposta dos operários foi a ampliação dos filiados à sociedade de crédito mútuo, que passou de 2.000 para 5.000 membros.

Os operários tecelões de Robaix, conhecida como “vila algodoeira”, deflagraram seu movimento grevista em março de 1867, contra o processo de demissões em massa, resultante da introdução de teares mecânicos. O movimento foi uma verdadeira insurreição, com ataques às máquinas e às casas da burguesia. As forças de repressão avançaram contra o movimento, num conflito intenso. Os internacionalistas atuaram para garantir apoio aos grevistas revoltosos, tanto articulando recursos para o movimento, quanto divulgando o movimento na imprensa operária. Graças ao trabalho de Malon, os operários tecelões fundaram uma seção da AIT na localidade

(LÉONARD, 2011: 100-101).

A greve dos metalúrgicos belgas, em fevereiro de 1867 no distrito industrial de Charleroi, onde os mesmos proprietários burgueses eram donos de siderúrgicas e de minas, foi deflagrada contra a redução de 10% dos salários. A repressão ao movimento foi intensa, com vários operários mortos e feridos pelos disparos feitos pelas tropas policiais. O Conselho Geral da AIT articulou apoio de mineiros e metalúrgicos ingleses para as famílias das vítimas, e a Seção dos Alfaiates de Bruxelas acompanharam o movimento dos operários de Charleroi (LÉONARD, 2011: 99).

Essas três greves são significativas dos enfrentamentos e das características do subciclo de greves estudado: 1) greves de diversas categorias, operários-artesãos qualificados e bem organizados, operários-artesãos proletarizados pelo processo de expansão da maquinofatura; operários fabris e da mineração massacrados pela processo de superexploração do seu trabalho coletivo; 2) confronto com as classes dominantes pelo controle das caixas de resistência e de socorro mútuo; 3) violenta repressão das forças policiais e militares; 4) constituição de redes de apoio e solidariedade a partir da AIT; 5) desdobramentos organizativos com a adesão das categorias à AIT; 6) revolta insurgente dos operários.

A greve dos operários genebrinos da construção civil de março de 1868¹⁰⁰, que em grande medida abriu o subciclo de greves, foi um marco para a AIT, porque foi uma importante vitória para os operários, conquistada muito em função da militância dos internacionalistas, com destaque para os líderes do movimento, o serralheiro François Brosset e o pintor Charles Perron, além do relojoeiro François Mermillod, que atuou no Comitê de ação organizado pela Internacional, ao lado de outros dois internacionalistas genebrinos Weyermann e Paillard (BECKER, 1869: 9).

A rede de solidariedade articulada pelos internacionalistas foi significativa, conforme o relato de Guillaume, que destaca o empenho do militante Graglia ao visitar franceses e ingleses:

Na primavera de 1868 foi deflagrada em Genebra (março) a famosa greve dos operários da construção civil, que teve tão grande repercussão. Essa greve foi a ocasião de um belo *élan* de solidariedade: as Seções genebresas da “fábrica” apoiaram as corporações da construção civil, e serviram-se generosamente de seu fundo de greve para ajudar os grevistas; nas outras localidades da Suíça francesa abriram-se subscrições, e somas mais ou menos importantes foram reunidas. Um delegado genebrês, Graglia, operário gravador, foi enviado a Paris e a Londres; os operários de Paris, respondendo ao apelo caloroso da Comissão parisiense (apelo assinado por Varlin, publicado em 5 de abril), participaram amplamente das despesas da greve; entretanto, Graglia fala com amargura, em suas cartas, da atitude egoísta das *Trade Unions* inglesas, “verdadeiras fortalezas”, das quais ele não pôde obter nenhuma ajuda. (GUILLAUME, 2009: 147-148).

100A principal fonte sobre essa greve é a obra *L'Association Internationale des Travailleurs et la grève genevoise, en mars-avril 1868*, escrita por Jean-Philippe Becker e publicada em 1869.

Os operários, segundo a narrativa de Becker, se reuniram em assembleia ainda em janeiro e determinaram sua pauta de reivindicações: 1) redução da jornada de trabalho de doze horas para dez horas; 2) aumento salarial de 20%; 3) fixação do salário por hora e não por dia; 4) suspensão do trabalho por empreitada em alguns setores; e 4) abolição, sempre que possível, das empresas intermediárias (BECKER, 1869: 7). Foi organizado um Comitê dos Trabalhadores, que encaminhou a pauta de reivindicações ao Comitê Provisório Patronal. Diante da negativa da representação patronal, a greve foi deflagrada no dia 25 de março.

Por sua vez, os setores burgueses, tendo com principal porta-vozes o *Journal de Genève* e a *Nouvelle Gazette de Zurich*, fizeram vários ataques aos operários, desde o momento em que publicizaram suas reivindicações. Atacaram especialmente a AIT. Por ocasião da deflagração da greve, os jornais burgueses conclamaram em seus editoriais a intervenção de forças federais para conter o movimento grevista. “Les journaux déclaraient qu’une occupation de Genève par les troupes fédérales était urgente pour faire face aux désordres du dedans et aux dangers venant du dehors” (BECKER, 1869: 14).

Depois de uma semana de greve, o conflito e o antagonismo de classe se acirravam. Becker desceveu da seguinte maneira esse momento da greve:

Le lundi, 30, on était au commencement de la seconde semaine de la grève, et le mouvement avait atteint son point culminant. Les contradictions entre les différentes classes de la société n'ont pu, depuis que l'histoire existe, adopter nulle part une attitude aussi tranchée et avoir lutté moralement avec tant d'ardeur, sans cependant jamais recourir à la violence brutale. A ce moment, Genève est partagé en deux camps sociaux politiques. D'un côté se trouvent les entrepreneurs en bâtiment ayant derrière eux la bourgeoisie tout entière, de l'autre côté se trouvent les ouvriers en bâtiment, sentant derrière eux tous les autres travailleurs, de bout comme un seul homme, animés tous du même esprit, de la même volonté et défendant les mêmes intérêts. (BECKER, 1869: 21-22).

De fato, a luta dos operários genebrinos da construção civil não era uma greve isolada, assim como as demais greves onde a articulação da AIT garantiu uma verdadeira rede de solidariedade e apoio político. O internacionalismo operário era muito mais do que uma bandeira, a defesa ideológica era uma estratégia para a garantia das lutas concretas, pois sem a solidariedade das demais seções e organizações operárias, os grevistas não conseguiriam seguir com a luta. As caixas de resitências se converteram em fundos utilizados por uma ampla rede de associações operárias. A mutualidade e a reciprocidade ganhavam os contornos de uma força coletiva do trabalho que se tornava cada vez mais insubmisso e se insurgia contra o capital. Nas palavras de Léonard

L'Internationale semble trouver une vocation d'agence intergréviste, sorte de

relais des caisses de résistance à l'échelon européen. Ce rôle lui incombe d'autant plus naturellement qu'il n'existe pas, sur le continent, de syndicats constitués pour encadrer les mouvements de grève spontanés. (LÉONARD, 2011: 99).

Esse papel, além do óbvio confronto direto com os interesses burgueses, explicam a reação violenta dos órgãos da imprensa burguesa, das próprias organizações patronais e, principalmente, dos órgãos de repressão policial contra a AIT e seus membros, acusados de financiar greves e espalhando “a anarquia social” por todos os países da Europa.

Foi, portanto, com os recursos fundamentais angariados pelos internacionalistas, que os operários genebrinos mantiveram sua greve até o mês de abril, quando a burguesia se viu obrigada à ceder, mesmo que temporariamente, às reivindicações operárias, uma conquista de uma greve com caráter ofensivo, uma vez que os operários exigiam, principalmente, redução da jornada de trabalho e aumento salarial.

O desdobramento organizativo depois de uma greve que arrancou uma vitória histórica, foi igualmente significativo, pois antes do movimento grevista existiam duas seções da AIT em Genebra, mas esse número pulou para 24 seções, conforme explicou Graglia no congresso de Bruxelas:

Hace seis meses, aproximadamente, hemos tenido una huelga terrible; tenemos que manifestar nuestro reconocimiento a todos los que nos han sostenidos. La huelga ha sido más malos que en otras partes, los obreros han resistido bien. No había más que dos secciones antes de la huelga: ahora son 24 secciones en Ginebra que agrupan cuatro mil miembros. (FREYMOND, 1973 [Tomo I]: 356).

Considerando que o movimento dos operários da construção civil de Genebra foi um marco na expansão das greves, cabe ressaltar que em Basileia ocorreram importantes movimentos grevistas: operários fabricantes de corrimão, operários-tintureiros e dos operários tecelões de fitas. A greve dos operários tecelões de fitas foi deflagrada no mês de novembro e durou seis meses. O confronto se radicalizou e as autoridades impuseram praticamente um estado de sítio, conforme relato feito pelo Conselho Geral de Londres:

It will now be understood that an economical revolt on the part of the Basle workmen could not but mark an epoch in the social history of Switzerland. Nothing more characteristic than the starting-point of the movement. There existed an old custom for the ribbon-weavers to have a few hours' holiday on Michaelmas. The weavers claiming this small privilege at the usual time in the factory of Messrs. Dubary and Sons, one of the masters declared, in a harsh voice and with imperious gesticulation, “Whoever leaves the factory will be dismissed at once and forever”. Finding their protestations in vain, 104 out of 172 weavers left the workshop without, however, believing in their definite dismissal, since master and men were bound by written

contract to give a fourteen days' notice to quit. On their return the next morning they found the factory surrounded by gendarmes, keeping off the yesterday's rebels, with whom all their comrades now made common cause. Being thus suddenly thrown out of work, the weavers with their families were simultaneously ejected they rented from their employers, who, into the bargain, sent circular letters round to the shopkeepers to debar the houseless ones from all credit for victuals. The struggles thus begun lasted from the 9th of November, 1868, to the spring of 1869. The limits of our report do not allow us to enter upon its details. It suffices to state that it originated in a capricious and spiteful act of capitalist despotism, in a cruel lock-out, compromises, again and again broken on the part of the masters, and that it culminated in the vain attempt of the Basle "High and Honourable State Council" to intimidate the working people by military measures and quasi state of siege. (IML 1966: 327-328).

Os trabalhadores belgas da região de Charleroi retomaram sua luta, mas se em 1867 a greve tinha sido dos metalúrgicos, em 1868 foram os mineiros que deflagraram seu movimento grevista. Os operários das minas de carvão se opuseram à redução dos dias de trabalho nas minas e à redução de 10% dos salários, ou seja, as mesmas medidas de redução salarial impostas aos metalúrgicos no ano anterior.

A violência dos conflitos teve muita repercussão na época, ao passo que o economista belga Gustave de Molinari (1819-1912) publicou um artigo, intitulado *La Grève à Charleroi*, que foi reproduzido pelo jornal suíço *Nouvelliste vaudois et journal national suisse*, no dia 5 de abril de 1868. Nesse artigo, Molinari destaca a importância econômica da região:

L'arrondissement de Charleroi, dans lequel vient de se produire un sanglant épisode de la douloureuse histoire des grèves, est, comme on sait, l'un des pins industriels et les plus riches de la Belgique. Il occupe la partie orientale de ce magnifique bassin houiller qui traverse la province de Hainaut de est l'ouest en longeant la frontière de France sur une longueur de plus de 65 kilomètres et sur une largeur moyenne de 12 kilomètres, et dont la production annuelle élève de 8 à 9 millions de tonnes, d'une valeur de 100 millions de francs environ. La moitié de cette production est exportée sur le marché français qui n'absorbe pas moins de 94 pour 100 de l'exportation des houilles belges. Le restant sert principalement à alimenter les hauts-fourneaux, les verreries et une foule d'autres usines qui ont été établis dans le voisinage immédiat du combustible. (MOLINARI, 1868).

O desenvolvimento capitalista da região, obviamente, produziu contradições e miséria. Ainda segundo Molinari, a província de Hainaut enriqueceu, o solo valorizou, os salários médios dos mineiros eram de cerca de 5 francos por dia, enquanto que das demais indústrias estavam em torno de 2 ou 3 francos. Riqueza que contrastava com a exploração e a opressão a que eram submetidos homens, mulheres e crianças que trabalhavam nas minas, oprimidos por um trabalho e uma jornada diária extremamente exaustivos. O economista belga ressaltava a situação das

mulheres e das crianças, conhecidas como *jambots*:

Les femmes chargent les chariots; les enfants, ou *jambots*, qui commencent descendre vers l'âge de dix onze ans dans la mine, portent les outils, font les commissions des ouvriers et d' autres menus travaux (...). Ces pauvres *jambots*, que l'on reconnaît leur teint hâve, aux cheveux décolorés par la privation de la lumière du jour, passent leur journée au fond d' une sombre galerie, occupés ouvrir et fermer une porte. (MOLINARI, 1868).

O conflito social se acirrou com a deflagração da greve em protesto contra a redução salarial. O ponto culminante do conflito ocorreu no dia 26 de março, quando cerca de 3 mil mineiros ocuparam a mina de Épine, localizada em Montigny-sur-Sambre. O desfecho foi um massacre promovido pelas forças de repressão que vitimaram 10 mineiros, incluindo duas mulheres (LIBERT, 2015: 71), e 22 grevistas processados criminalmente (LÉONARD, 2011: 99). Os grevistas receberam importante apoio da AIT e o reconhecimento dos trabalhadores se converteu na adesão dos mineiros à Internacional, que tiveram, como abordado no segundo capítulo, participação significativa no congresso de Bruxelas daquele mesmo ano.

A curva ascendente de greves continua no ano seguinte. Na Suíça os operários-tintureiros de Basileia deflagraram greve no mês de fevereiro; os operários genebrinos deflagraram novo movimento grevista no mês de março, cobrando da burguesia os acordos firmados ainda na greve do ano anterior. Os operários tipógrafos de Genebra também entraram em greve no mês de abril e em maio foram os operários da construção civil de Lausanne que deflagraram seu movimento grevista.

O confronto entre os operários de Lausanne se intensificaram e as ameaças de uso da violência policial chegaram no limite. Na edição de número 11 do jornal *Progrès*, órgão da AIT da Suíça, de 29 de maio, o conflito foi abordado:

Ce que le gouvernement n'avait osé faire ni à Bâle, ni à Genève, on l'a fait à Lausanne: un bataillon d'infanterie a été appelé immédiatement. Avions-nous tort de dire que nos milices pouvaient être employées au massacre des travailleurs, et que la bourgeoisie suisse imiterait un jour l'exemple de la Belgique? Honte au Conseil d'État vaudois! À cette provocation à la guerre civile, les ouvriers répondront par un calme méprisant. Ils tiendront ferme, et ils sortiront vainqueurs d'une lutte qu'ils veulent pacifique, et que la bourgeoisie voudrait voir sanglante. (*Progrès apud* GUILLAUME, 1905: 158-159).

Os operários belgas deflagram 11 greves importantes: na cidade de Gande os operários fiandeiros e tintureiros entraram em greve; em Bruges foram os tapeceiros; os operários fiandeiros de Pepinster também realizaram seu movimento grevista; na região de Hodimont-lez-Verviers a greve foi dos operários tecelões; os operários tipógrafos de Seraing e Frameries deflagraram greve;

em Seraing também entraram em greve os operários escultores; em Anvers foram os operários fabricantes de embarcações; ainda província de Liege os metalúrgicos e os mineiros de Seraing deflagraram greve; novamente a província de Hainaut, que nos anos anteriores vivenciaram as greves em Charleroi, os mineiros de Borinage deflagraram greve. A repressão às greves dos mineiros foi igualmente violenta, deixando o saldo de 04 mortes e muitos feridos. A repressão seguiu com a perseguição e prisão de líderes operários, incluindo lideranças internacionalistas.

Na França foram deflagradas 72 no ano de 1869, sendo que as greves nas regiões carboníferas merecem destaque. Em junho os mineiros na região da bacia carbonífera de Loire, Saint-Étienne, Rive-de-Gier e Firminy, deflagraram seu movimento grevista. A resposta das forças de repressão da classe dominante repeliu a estratégia do uso da violência letal, deixando 15 mineiros mortos. Novamente a AIT construiu sua rede de apoio político. O jornal *Progrès* denunciou o episódio sangrento que ficou conhecido como o massacre de La Ricamarie:

Le mercredi 17 juin eut lieu à la Ricamarie, près de Saint-Étienne, un événement qui vint accroître la surexcitation des esprits. Les mineurs de Saint-Etienne, Rive-de-Gier et Firminy étaient en grève depuis le 11 juin; dès le lendemain les puits furent occupés militairement, ce qui devait forcément amener une collision sanglante. Le 17, le poste de surveillance du puits de l'Ondaine avait fait, à la suite d'une charge à coups de crosse, une cinquantaine de prisonniers, qu'un détachement de cent cinquante hommes reçut l'ordre d'emmener à Saint-Étienne. Vers les hauteurs du Montcel une foule survint, qui réclama la mise en liberté des prisonniers; des pierres furent lancées, et la troupe fit trois décharges successives: résultat, une quinzaine de morts, dont deux femmes et un enfant, et un grand nombre de blessés. (*Progrès apud* GUILLAUME, 1905: 171-172).

A conflagração entre operários e as classes dominantes era evidente. Os conflitos nas regiões das minas se multiplicavam. No mês de outubro foram os mineiros da bacia carbonífera de Aubin, também conhecida como Aveyron, cujo desfecho foi igualmente sangrento. O movimento tinha começado no dia 06 de outubro, quando cerca de 50 mineiros se revoltaram contra a decisão de redução dos salários. O movimento se estendeu com adesões dos demais trabalhadores que fizeram barricadas bloqueando as estradas para as duas minas de Aubin. No dia 8 de outubro chegaram as tropas da repressão e os soldados entraram em confronto com os mineiros, resultando em 14 mineiros assassinados, entre as vítimas estavam uma criança e 07 mulheres.

Outra greve significativa foi o movimento deflagrado pelas operárias tecelãs *ovalistas* de Lyon. Essa categoria profissional era predominantemente feminina, por isso trata-se de uma greve que marca não só a organização das mulheres operárias, mas também sua combatividade e seu protagonismo. As operárias tecelãs reivindicavam aumento salarial e redução da jornada de trabalho. Léonard (2011: 151-152) destaca que as tecelãs *ovalistas* eram discriminadas,

consideradas uma subcategoria do proletariado auxiliar da indústria da seda, recebiam salários inferiores aos dos operários e ficavam submetidas ao autoritarismo dos mestres e contramestres homens. No final do movimento as operárias conquistaram a redução de duas horas da jornada de trabalho. Com o reconhecimento da atuação determinante dos internacionalistas, em especial dos lioneses Albert Richard e Louis Palix, as operárias tecelãs aderiram à AIT.

Em apenas dois anos a noção de guerra de classe para entender as greves não foi só uma metáfora, especialmente considerando as greves insurgentes dos mineiros que se seguiram de violenta repressão. Das greves aqui destacadas foram 10 mineiros assassinatos em 1868 e 33 em 1869. No período seguinte as insurreições operárias assumiram uma nova dimensão: a construção de novas formas societárias: as comunas.

A curva ascendente das greves continua na França, com 116 greves deflagradas em 1870. Mas o movimento grevista que se destacou naquele ano foram as greves dos metalúrgicos, em janeiro, e dos mineiros, em abril, do distrito industrial de Creusot, localizado na Borgonha, era uma região dominada pela família Schneider (LÉONARD, 2011: 190)

As minas de carvão e as indústrias da bacia carbonífera de Creusot foram compradas em 1836 pela família Schneider, que conseguiu simbolizar a conciliação dos interesses da aristocracia e da burguesia na exploração daquela região. Como investimentos na fabricação de armas e por ocasião da Guerra da Crimeia, na década de 1850, e posteriormente na fabricação de locomotivas e trilhos, fundamentais para atender a expansão crescente das ferrovias, a região ganhou importante destaque no contexto da transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista. Sua população cresceu significativamente em apenas três décadas, saltando de 2.700 habitantes em 1836, para 24.000 em 1866. A concentração de mão de obra operária também acompanhou esse crescimento vertiginoso: de 1.700 trabalhadores, em 1836, passou para 10.000 em 1869. Figurava, portanto, entre os maiores e mais importantes distritos industriais da economia francesa daquele período.

Entretanto, a pujança econômica da região contrastava com as péssimas condições de vida dos operários. O historiador Pierre Ponsot, descreve as condições em que se encontravam submetidos os operários:

Le niveau de vie des ouvriers creusotins a baissé en effet de façon sensible de 1851 à 1869: ils ont subi une paupérisation relative et absolue. C'est ce qui ressort d'une étude comparée de l'évolution des salaires, des prix et de la durée du travail. La baisse du salaire réel de 10% environ n'est pas compensée par le progrès des "avantages sociaux", ces institutions patronales – caisse de pré-voyance (alimentée par une retenue de 2,5% sur le salaires), bureau de bienfaisance, logements ouvriers, etc... – qui

caractérisent le paternalisme modèle de la Société, et dont les maigres avantages pour une minorité sont contrebalancés par la dépendance absolue qu'à Paris, les conscrits de la commune se distinguent par leur petite taille au conseil de révision, et l'âge moyen de la vie n'est que de 24 ans au lieu de 33 à Paris, vers 1867. (PONSOT, 1957: 13-14).

O conflito entre os operários e os interesses das classes dominantes se intensificaram em dezembro de 1869, quando os trabalhadores reivindicam a gestão da *Caixa de Socorro*. O patriarca da família Schneider, Eugène Schneider, propôs um referendo, cujo resultado foi favorável à gestão dos trabalhadores. Assim, no dia 17 de janeiro de 1870, os trabalhadores elegeram Alphonse Assi (1841-1886)¹⁰¹ para presidir o Comitê Provisório de Gestão da *Caixa de Socorro*, que apresentou a seguinte pauta de reivindicações: 1) entrega da gestão da *Caixa de Socorro*; 2) cancelamento das demissões; e 3) demissão de um dos chefes de serviço, particularmente odiado pelos operários (PONSOT, 1957: 19).

A resposta de Eugène Schneider foi demitir Alphonse Assi. Essa decisão arbitrária revoltou os operários metalúrgicos que deflagraram sua greve no dia 19 de janeiro. Segundo Léonard, os operários paralisaram daquela que era a maior usina da França, num movimento que reuniu 10.000 trabalhadores. Diante da greve, Schneider recrudescer e convocou a intervenção das forças de repressão. A AIT, via seu órgão de imprensa parisiense – *La Marseillaise*, inicia campanha de apoio ao movimento operário e denúncia da intransigência das classes dominantes. Mas no dia 24 de janeiro o movimento é suspenso.

Apesar da suspensão da greve, os operários avançam no aspecto organizativo. No início de março, Eugène Varlin participou de atividades Creusot e estabeleceu as bases para a fundação de uma seção da Internacional, e no dia 21 de março 1.500 os mineiros deflagram novo movimento grevista contra uma redução de seus salários, uma redução de 30 a 60 centavos por dia de trabalho. As forças de repressão agiram rapidamente e realizaram diversas prisões. Mesmo com as detenções, no dia 24 foi organizado, com atuação decisiva de Benoît Malon, um Comitê de Greve que formulou e apresentou a pauta de reivindicação:

Les soussignés, délégués mineurs, formant le comité gréviste, déclarent au nom de leur corporation être en grève. Ils demandent une augmentation de salaire et une diminution d'heures de travail, ainsi qu'il suit, savoir:

1° La journée des mineurs, de 8 heures: 5frs; 2° que le chargement des berlines ou wagonnets ne soit plus fait par eux; 3° que pour tout ouvrier travaillant dans des travaux où il tombe de l'eau, la journée ne puisse excéder au maximum 5 heures: 5frs; 4° que le travail de la journée en

101 Alphonse Assi era um mecânico que se tornou voluntário no exército do Segundo Império, mas desertou para se inserir nas lutas revolucionárias na Itália ao lado de Garibaldi. Ao retornar para a França se instala em Creusot e adere à AIT. Depois da atuação nas greves de Creusot se tornou uma liderança *communard*.

réparation des puits ne soit que de 4 heures au maximum: 5 frs; 5° la journée des manoeuvres de 8 heures: 3 frs 75; 6° la journée des enfants commençant à travailler de 8 heures: 2 frs 25; 7° que tous les ouvriers attachés au service de la mine reçoivent mensuellement une chauffe de charbon..., que le refus puisse en être fait, si elle n'est pas convenable; 8° lorsqu'un ouvrier fatigué se repose quelques jours, qu'il ne soit pas obligé de se munir d'un billet du docteur pour la reprise de son travail; 9° qu'à l'ouvrier, ayant repris son travail, qui se trouvera mis à pied par l'un des chefs de poste ou autre, faute de pouvoir lui procurer de l'ouvrage, il soit alloué la moitié de sa journée actuelle, en cas que le tort ne vienne pas de l'ouvrier; 10° Nous demandons en outre que tous les ouvriers incarcérés jusqu'à ce jour pour les motifs de la grève, soient mis en liberté tout de suite, et qu'aucun d'eux ne puisse être renvoyé de la mine sans le consentement de la commission, prise parmi les ouvriers, et que nous formerons à la majorité de tous. Le devoir de cette commission sera d'inspecter attentivement, points par points, tous les griefs des patrons contre les travailleurs. Après une délibération de la chambre ci-dessus, l'ouvrier sera maintenu ou renvoyé sans aucun motif de réclamation; 11° La gérance de la caisse de secours par les ouvriers eux-mêmes. (*La Marseillaise* apud PONSOT, 1957: 25-26).

A repressão e os aprisionamentos aumentaram. No dia 7 de abril 25 operários foram submetidos ao Tribunal Penal de Autun. A justiça burguesa impôs uma dura pena aos operários subversivos, com condenações que variavam de 18 meses até 3 anos de reclusão. As perseguições continuaram com a demissão de centenas de operários.

A rede de solidariedade organizada pela AIT promoveu diversas ações de ajuda aos grevistas e denúncias das arbitrariedades cometidas pela burguesia e pelas autoridades do Segundo Império. O Comitê Federal de Marselha, os trabalhadores de Mulhouse e as operárias tecelãs *ovalistas* de Lyon enviaram recursos para ajudar os grevistas de Creusot. A Federação das Câmaras Sindicais de Paris organizou uma subscrição para ampliar a rede de solidariedade. Emile Aubry da seção Rouen publicou o seguinte texto, condenando a repressão e conclamando a revolta de todos:

La Fédération rouennaise croit qu'il est de son devoir de suivre l'exemple de ses sœurs de Marseille et de Paris. Des milliers d'ouvriers réclament, au nom de la loi des coalitions, une augmentation de la part qu'ils apportent dans la production de la richesse... Un seul homme investi de fonctions supérieures, gérant principal d'une usine, manipulateur de plusieurs millions, abuse de cette position et dédaigne toute conciliation. Aux femmes qui demandent avec leurs époux le droit de vivre en travaillant, on oppose des escadrons de cavalerie, aux ouvriers qui démontrent l'impossibilité d'équilibrer leurs budgets en travaillant beaucoup, on répond par un déploiement de forces militaires considérables. Ces procédés d'un autre âge révoltent la conscience publique. Employer le fils pour forcer sa mère et son père à se contenter de ce que veut bien lui donner le seigneur du lieu, parce que ce dernier se croit le droit de disposer des forces nationales, est une grave atteinte au droit public. La masse entière qui pense et qui travaille proteste contre de pareils faits. (AUBRY apud DOLLÉANS, 2003a: 275-276).

Nesse contexto adverso, o Comitê de Greve, optou pela suspensão da greve.

Après 23 jours d'une lutte inégale, nous sommes vaincus. Nous vous invitons donc à retourner dans les puits. N'augmentez pas, par une plus longue absence du travail, la misère qui va résulter des condamnations prononcées et des nombreux renvois qui nous attendent... (...) Notre cause a soulevé des sympathies universelles; nous en sommes fiers et le cas échéant nous saurons nous aussi pratiquer la fraternité ouvrière. En attendant, nous proclamons hautement notre adhésion à la grande Association Internationale des Travailleurs, cette sublime franc-maçonnerie de tous les prolétaires du monde, cet espoir de l'avenir d'égalité. A tous les démocrates qui sont fraternellement venus en aide, merci. (*La Marseillaise apud PONSOT, 1957: 33*).

As greves em fevereiro e março de 1870 que eclodiram em Creusot não foram vitoriosas, as reivindicações operárias não foram atendidas e o custo sobre os trabalhadores foi enorme, pois além das 25 condenações, ainda ocorreu um acidente com o deslizamento de um poço de uma mina que matou 12 operários soterrados. Entretanto, o aspecto organizativo e o desenvolvimento das forças coletivas da classe trabalhadora assumiam condições objetivas e subjetivas que acirravam o antagonismo com as classes dominantes e com o sistema capitalista. Objetivamente, os operários estavam cada vez mais organizados. O congresso operário de Lyon, que ocorreu ainda no auge dos movimentos grevistas, no dia 13 de março, reuniu cerca de 4.000 trabalhadores, incluindo mulheres e crianças, que ouviram os discursos de importantes lideranças internacionalistas, como Varlin, Aubry, André Bastelica (1845-1884)¹⁰², Richard. Subjetivamente, as condições concretas de exploração e as experiências de resistência e luta, mostravam que a ruptura definitiva com o sistema capitalista era a única alternativa para a emancipação da classe trabalhadora.

A eclosão da Guerra Franco-Prussiana em 19 de julho precipitou os acontecimentos. A classe trabalhadora, reunida na AIT, tinha posição radical contra a guerra aprovada em seus congressos, considerada um dos instrumentos das classes dominantes para massacrar os trabalhadores e aumentar seus lucros e domínios. Em setembro os setores do republicanismo radical proclamaram a República em Marselha, Lyon e Paris.

Entretanto, a classe trabalhadora opõe seu programa societal em oposição ao regime burguês, assim, em meio à convulsão social, os trabalhadores se insurgem em setembro em Lyon, em novembro em Marselha e com uma tentativa de insurreição em dezembro em Rouen. O auge do movimento insurgente ocorreu em 1871, com a proclamação das comunas de Toulouse, Narbonne, Saint-Etienne, Creusot e, finalmente, da Comuna de Paris em 27 de março.

¹⁰² Bastelica era um operário tipógrafo, membro da AIT e defensor das concepções coletivistas e das ideias de Proudhon. Partidário do bakuninismo atua nas insurreições de Lyon e Marselha de 1870.

4.3. A insurgência

Pela sua importância para a história e para o desenvolvimento da teoria revolucionária, a Comuna de Paris encontrava-se amplamente debatida, inclusive em importantes teses elaboradas recentemente por pesquisadores brasileiros, Alexandre Samis (2011) e Camila Oliveira do Valle (2013). Por isso, aqui cabe destacar alguns aspectos da Comuna de 1871: 1) o lugar da Comuna no ciclo revolucionário das greves insurgentes; 2) a atuação decisiva dos internacionalistas nos processos insurrecionais; 3) o papel das lutas e das organizações das operárias; 4) as concepções federalistas e coletivistas da Comuna; e 5) a Comuna como experiência de ruptura societal com o sistema capitalista.

Até aqui, os argumentos apresentados procuraram defender que o subciclo de greves iniciado em 1868 se caracterizou pelo acirramento da luta de classes, expresso principalmente na violência das forças de repressão. O antagonismo entre capital e trabalho explicitava o aspecto inconciliável entre as aspirações do proletariado e os interesses da burguesia. Portanto, a emancipação dos trabalhadores passaria necessariamente pela ruptura com o sistema capitalista.

Não há dúvidas de que os internacionalistas foram protagonistas nas principais greves que eclodiram na Bélgica, Suíça, Alemanha, Inglaterra, Itália, Espanha e França. E foi na França onde as greves insurgentes assumiram a dimensão da insurgência popular convertida na programação das comunas nas cidades e regiões onde a própria AIT se constituía em força coletiva da classe trabalhadora, Lyon, Marselha, Rouen, Toulouse, Narbonne, Saint-Etienne, Creusot e Paris. Na capital parisiense a capilaridade da AIT era evidente, mesmo com as perseguições, processos e prisões dos internacionalistas, o trabalho de organização, resistência e de luta foi mantido e ampliado, com a organização da Federação das Câmaras Sindicais de Paris em 1869.

Alguns dados reforçam tanto a presença determinante da AIT, quanto o caráter proletário da Comuna. Dias depois da insurreição de 18 de março, segundo Dolléans (2003a: 294-295), na noite do dia 23 os delegados da Federação das Câmaras Sindicais de Paris e a representação das seções da AIT se reuniram e aprovaram um manifesto que se tornou a base do programa político da Comuna. O manifesto reafirmava o princípio do protagonismo proletário na sua luta pela emancipação da classe trabalhadora e defendia que a Comuna e sua estrutura autônoma e federalista seria a concretização do programa da emancipação proletária, ao mesmo tempo em que reafirmava o programa mutualista coletivista na organização das relações mutuais e dos direitos universais:

Nous avons revendiqué l'émancipation des travailleurs et la délégation communale en est la garantie, car elle doit fournir à chaque citoyen, les moyens de défendre ses droits, de contrôler d'une manière efficace les actes de ses mandataires chargés de la gestion de ses intérêts et de déterminer

l'application progressive des réformes sociales. L'autonomie de chaque commune enlève tout caractère oppressif à ses revendications et affirme la République dans sa plus haute expression. (...) L'organisation du crédit, de l'échange, de l'association afin d'assurer au travailleur la valeur intégrale de son travail. L'instruction gratuite, laïque et intégrale. Le droit de réunion et d'association, la liberté absolue de la presse, celle du citoyen. L'organisation au point de vue municipal des services de police, de force armée, d'hygiène, de statistique, etc... (DOLLÉANS, 2003a: 295).

No aspecto da representação e da organização da Comuna, o lugar dos internacionalistas foi igualmente fundamental. Nas eleições para os representantes *communards*, que ocorreram no dia 26 de março, reforçou-se a presença dos internacionalistas. Ainda segundo Dolléans (2003a: 297), dos 80 representantes eleitos, 25 eram operários membros da AIT e das Câmaras Sindicais, com destaque para Varlin, Theisz, Avrial, Assi, Langevin, Champy, Duval, Chalain, Camélinat, B. Malon, Amouroux, Pindy, Léo Frankel, Dereure, V. Clément, E. Gérardin, A. Arnaud, A. Clémence, Demay, Descamps, C. Dupont, J. Durand, Charles Longuet, Eugène Pottier e Charles Beslay.

A eleição dos representantes para o Conselho da Comuna expressou bem a base social que deflagrou o movimento insurrecional – a classe operária parisiense. Sobre o perfil socioeconômico dos dirigentes de organismos de base da Comuna, dos militantes e dos combatentes *comunnards*, o cientista político brasileiro, Armando Boito Jr. recorre ao trabalho de Jacques Rougerie. O pesquisador francês utilizou os processos criminais da Comuna para identificar o perfil socioeconômico dos insurgentes e, Boito Jr., sintetizou suas conclusões da seguinte maneira:

A presença do trabalhador manual é amplamente majoritária, sendo que os novos setores tipicamente operários (construção civil, metalurgia, diaristas sem especialização) têm uma presença bem superior ao seu peso na população ativa de Paris. Foram presos pelas tropas de Versalhes mais de 35 mil parisienses que participaram da Comuna. Dentre esses, mais de 5 mil eram operários da construção civil, mais de 4 mil diaristas sem especialização, outros 4 mil operários metalúrgicos e milhares de outros eram operários de diferentes setores econômicos. Ao todo, cerca de 90% dos prisioneiros eram de origem operária e popular. Chama atenção a participação dos trabalhadores que compunham o moderno operariado de então. Os operários da construção civil, metalúrgicos e diaristas sem especialização representam 39% dos prisioneiros e 45% do contingente de condenados à deportação. (BOITO Jr., 2007: 96-97).

Os estudos de Rougerie, apresentados por Boito Jr., permitem afirmar o caráter proletário da base social insurgente da Comuna de Paris. Caráter que condiz com as eleições para o Conselho da Comuna, onde, praticamente, um terço dos representantes que foram eleitos eram membros ativos da AIT e das Câmaras Sindicais, cuja experiência de luta e organização da classe trabalhadora foram fundamentais para o movimento insurgente e para a organização de um sistema societal em

oposição ao capitalismo, erguido sobre a mutualidade, o federalismo e o coletivismo.

No Manifesto da Comuna de 27 de março, como bem destacou Jonh Merriman (2015: 73), o federalismo e a mutualidade aparecem com as bases da nova organização social, política e econômica:

La commune est la base de tout état politique, comme la famille est l'embryon des sociétés. Elle doit être autonome, c'est-à-dire se gouverner et s'administrer elle-même suivant son génie particulier, ses traditions, ses besoins d'exister comme personne morale conservant dans le groupe politique, national et fédéral, son entière liberté, son caractère propre, sa souveraineté complète comme l'individu au milieu de la cité. (...) L'autonomie de la commune garantit au citoyen la liberté, l'ordre à la cité, et la fédération de toutes les communes augmente, par la réciprocité, la force, la richesse, les débouchés et les ressources de chacune d'elles, en la faisant profiter des efforts de toutes. C'est cette idée communale poursuivie depuis le XIIème siècle, affirmée par la morale, le droit et la science, qui vient de triompher le 18 mars 1871. (*Manifeste de la Commune de Paris, 27 mars 1871*).

O coletivismo foi explicitado no Manifesto de 19 de abril, no qual o programa da Comuna foi delineado:

Paris wants nothing else as a local guarantee, on condition, of course, of finding in the great central administration — the delegation of federated Communes — the realization and the practice of the same principles. But as an element of its autonomy, and profiting by its freedom of action, within its borders it reserves to itself the right to operate the administrative and economic reforms called for by the populace as it wills; to create the institutions needed to develop and spread instruction, production, exchange and credit; to universalize power and property in keeping with the needs of the moment, the wishes of those concerned and the facts furnished by experience. (*Manifesto of the Paris Commune, April 19, 1871*).

A análise dos dois principais documentos políticos da Comuna e mais do Manifesto da Federação das Câmaras Sindicais, de 23 de março, permite identificar a presença das concepções e do programa federalista e coletivista desenvolvido pelas correntes e tendências coletivistas da AIT. Certamente, como se sabe, o federalismo não era uma concepção exclusiva dos socialistas coletivistas, mas a relação necessária entre o federalismo e coletivismo sim, portanto, a proclamação da “universalização do poder e da propriedade”, no Manifesto de 19 de abril, seria garantida com a federação livre das comunas.

A federação livre das comunas representou uma ruptura efetiva com o sistema capitalista, ou melhor, significou o desmonte do “primado da autoridade”, conforme afirmação do Manifesto da Federação das Câmaras Sindicais, com condição para o exercício do autogoverno dos trabalhadores. O princípio da liberdade exercido a partir do sistema federativo das comunas era a realização da

emancipação dos trabalhadores a partir do protagonismo e da autorrealização do proletariado enquanto força coletiva.

Era evidente que a Comuna de Paris iria ter grande repercussão no interior do movimento operário internacionalista. As seções suíças da AIT, os textos da imprensa operária que divulgava a Comuna também faziam sua própria interpretação teórica e político-ideológica da luta da classe trabalhadora francesa. O segundo número do *Solidarité*, publicado no dia 12 de abril de 1871, foi um bom exemplo da repercussão do movimento dos *communards*, ao considerar, no artigo intitulado *Le fédéralisme*, que estavam diante da primeira experiência operária do “Não-Estado”:

La révolution de Paris est *fédéraliste*. (...) Le *fédéralisme*, dans le sens que lui donne la Commune de Paris, et que lui a donné il y a bien des années le grand socialiste Proudhon, qui le premier en a exposé scientifiquement la théorie, — le *fédéralisme* est avant tout la négation de la *nation* et de l'*État*. Pour le *fédéralisme*, il n'y a plus de *nation*, plus d'unité nationale ou territoriale. Il n'y a qu'une agglomération de communes fédérées, agglomération qui n'a d'autre principe déterminant que les intérêts des contractants, et qui par conséquent n'a aucun égard aux questions de nationalisme ou de territoire. (*Solidarité apud* GUILLAUME, 1907: 142-143).

As forças contrarrevolucionárias se reorganizaram numa ofensiva que massacrou a Comuna. O governo de Versalhes, sob o comando de Adolphe Thiers (1797-1877), assinou um acordo de paz com o Império Alemão e selou uma aliança para esmagar a Comuna, no episódio que seria conhecido como a “Semana Sangrenta”, 21 até 28 de maio. A reação vitimou entre 6.000 e 7.500 *communards* durante e logo após a “Semana Sangrenta” (TOMPS, 2011: 6). Entre os executados diversos internacionalistas, entre os quais Varlin, que foi espancado até a morte no dia 28 de maio. As prisões foram mais de 38.500 (SAMIS, 2011: 325) e aproximadamente 5.000 exilados (MERRIMAN: 2015: 316).

Na sequência do impacto da derrota da Comuna de Paris, como foi abordado no capítulo anterior, a AIT sofre com o acirramento dos conflitos entre anarquistas e comunistas, cujo resultado foi a cisão dos internacionalistas em 1872. Apesar desse revés, a AIT continua tendo um papel determinante no ciclo insurgente, que atingiu novo ápice em 1873, com a Greve Geral Espanhola.

Segundo Rafael Montequi (1977), a Internacional na Espanha passou por uma expansão e por um salto organizativo a partir de 1868, com a vitória da Revolução Setembrina. Os operários espanhóis tinham uma importante experiência de luta e organização. Em 1855 os trabalhadores da Catalunha deflagraram uma greve geral, em oposição à legislação que proibia as organizações operárias e exigia a redução da jornada de trabalho para 10 horas. Apesar das lutas e da resistência operária, em 1857 a legislação de proibição das organizações entrou em vigência, obrigando o

movimento operário a entrar num período de clandestinidade, que durou até 1868.

Os operários espanhóis possuíam um relativo contato com os internacionalistas, mas, de fato, a fundação de seções da AIT na Espanha ocorreu depois da Revolução Setembrina. Uma característica importante da Internacional na Espanha foi a participação destacada dos aliancistas, o que ocasionou algumas peculiaridades organizativas e programáticas. Bakunin, segundo Nettlau (1971: 14), esteve na Espanha no período entre 1862-1863, quando teria estabelecido contato com Fernando Garrido, importante liderança operária que participou da fundação da Legião Ibéria, por isso, os aliancistas estabeleceram uma estratégia de expansão de sua organização e da AIT, designando Fanelli para auxiliar na fundação de seções da AIT e na difusão da “Fraternidade” e do anarquismo. Assim, em dezembro de 1868 é fundada a Seção de Madri, a primeira seção da AIT na Espanha. Entretanto, a seção foi fundada adotando o programa da Aliança (MONTEQUI, 1977: 53-54 e NETTLAU, 1971: 30-31).

Essa peculiaridade organizativa e programática, teve, por um lado, desdobramentos nos conflitos entre anarquistas e comunistas no interior da AIT e, por outro lado, provocou uma certa fusão entre as organizações operárias e as concepções anarquistas, algo bem característico da história do movimento operário espanhol.

As concepções e as práticas políticas dos internacionalistas espanhóis identificadas na pesquisa de Montequi nos jornais operários da época, explicitam bem como era marcante o ideário anarquista entre eles. Nesse contexto das lutas insurgentes, um artigo publicado em outubro de 1870 no jornal *La Solidaridad*, em saudação à Comuna de Lyon, denuncia a defesa do anarquismo pelos espanhóis:

No nos cansaremos de recomendároslo a pesar de que sabemos que lo haréis; no nos cansaremos de deciros: HACED LA VERDADERA REVOLUCION. Habéis abolido el Estado: pero tened en cuenta que pueden explotar vuestra conciencia; que pueden seduciros. No transijáis con nada, ni con nadie. La obra de los trabajadores debe de ser obra de los trabajadores mismos. No es tiempo de retroceder; retroceder sería perdernos para largo tiempo... Recibid un saludo fraternal de los obreros españoles. ¡¡VIVA LA REVOLUCION SOCIAL!! ¡¡ABAJO EL PODER AUTORITARIO!! ¡¡VIVA LA ANARQUIA!! (*La Solidaridad apud MONTEQUI, 1977: 91*).

O crescimento e a expansão da AIT na Espanha foi significativo num período relativamente curto. Em 1870, por ocasião do Congresso Operário de Barcelona, foi fundada a Federação Regional Espanhola da AIT (FRE-AIT), que teria em 1870 entre 30.000 e 40.000 filiados. Esse número teria subido para 45.663 filiados em 1873 (MONTEQUI, 1977: 139). Os movimentos grevistas também foram intensos, com 37 greves deflagradas em 1870, 49 em 1871 e 198 em 1872,

sendo que Muñoz (1992: 329) afirma que entre setembro de 1872 e agosto de 1873 teriam sido deflagradas 115 greves das quais a FRE-AIT teria participação direta, conquistando as reivindicações operárias em 72 delas.

Portanto, quando a FRE-AIT convocou a deflagração da greve geral na cidade de Alcoy, em julho de 1873, pela redução da jornada de trabalho de 12 para 8 horas e aumento salarial, as organizações operárias constituíam uma força coletiva, com capilaridade e significativa expressão social, inclusive na região de Valência, conforme assevera Martínez Roda:

En las tierras valencianas destacada la presencia bakuninista en las ciudades de Alcoy y Valencia, con 11 secciones en la primera, que agrupaba a 2.591 afiliados, y con 20 secciones la segunda, aunque agrupaba a menos de la mitad, con 1.123 inscritos. (RODA, 1998: 327)

Alcoy, cidade da província de Alicante, comunidade autônoma da Comunidade Valenciana, era no início da década de 1870 um distrito com importantes atividades econômicas resultantes do desenvolvimento industrial, destaque para a indústria têxtil, indústria de papel, uma indústria da construção civil aquecida. Entretanto, como destaca Vilaplana, a relativa importância econômica contrastava com as péssimas condições de vida da classe operária:

La industrialización alcoyana se realizó en unas condiciones que acarreaba la sobreexplotación de la mano de obra. Salarios inferiores al nivel de subsistencia y jornadas laborales eternas. La competencia comercial de Cataluña y del resto de Europa; la falta de materias primas a un precio asequible y las dificultades de comunicación, por una realidad orográfica peculiar; convencieron a los empresarios de que la única posibilidad de sus manufacturas pasaba por someter a los trabajadores hasta extenuarlos. En las década de los setenta, tejedores, papeleros y zapateros trabajaban diariamente doce horas; diez los del metal, carpinteros y obreros de la construcción y entre dieciséis y dieciocho los obreros del textil. La mano de obra femenina era fundamental en el proceso de fabricación de la pañería y en la industria papelera (en la elaboración de libretos de fumar). Eran tareas que tanto podía realizar un hombre como una mujer, pero con la salvedad que estas venían a ganar una tercera parte. Los niños se incorporaban al trabajo a temprana edad, a los seis años los niños y a los ocho las niñas. Las horas de trabajo eran las mismas que las de los hombres, puesto que se dedicaban a ayudar a estos, y su salario era una cuarta o quinta parte. (VILAPLANA, 2016: 24).

O contexto político espanhol de 1873 ainda incluía a proclamação da I República no dia 11 de fevereiro. Assim, os internacionalistas consideraram que a conjuntura seria propícia para avançar nas lutas revolucionárias, ao passo que Tomás González Morago enviou uma carta endereçada à Federação Belga da AIT, na qual afirmava que a revolução social na Espanha seria iminente (TERMES, 1977: 218-219). Portanto, quando da deflagração da greve de 9 de julho havia a expectativa de que a luta operária assumiria a dimensão da insurreição e da revolução social. De

fato, após a negação de atendimento da pauta de reivindicações pelas autoridades locais, os operários exigiram a substituição do governo municipal por um “junta revolucionária”. As autoridades responderam com a ação das forças de repressão que dispararam contra a manifestação operária. A reação dos grevistas foi de reagir ao ataque das tropas do governo. A sublevação social se generalizou num movimento insurgente. Em meio à revolta e luta contra as classes dominantes, operários atearam fogo na Prefeitura. Como o óleo combustível é chamado de *petroli* em valenciano, a revolta foi batizada de “Revolução do Petróleo” ou “Revolución del “Petroli”.

A FRE-AIT fez um chamado para a greve geral insurrecional. A revolta operária de Alcoy se estendeu para outras cidades e se espalhou pela Espanha, num movimento que ficou conhecido como “Rebelião Cantonal”, que perdurou até janeiro de 1874. Mas Roda (1998:329) procura diferenciar os movimentos revolucionários, isto é, a insurreição de Alcoy teria aspectos de uma revolução social, enquanto que a rebelião que se estendeu pelos cantões espanhóis seria fundamentalmente político, ou seja, com um caráter liberal republicano, conseqüentemente, sem rupturas com a estrutura de dominação e exploração de classe.

Tabela 11. Rebelião Cantonal – 1873-1874

Rebelião Cantonal – 1873-1874		
Cantão Federal	Programação	Dissolução
Cantón de Alcoy	09/07/1873	13/07/1873
Cantón de Algeciras	22/07/1873	08/08/1873
Cantón de Alicante	20/07/1873	23/07/1873
Cantón de Almansa	19/07/1873	21/07/1873
Cantón de Cádiz	19/07/1873	04/08/1873
Cantón de Cartagena	12/07/1873	13/01/1874
Cantón de Castellón	21/07/1873	26/07/1873
Cantón de Córdoba	23/07/1873	24/07/1873
Cantón de Granada	20/07/1873	12/08/1873
Cantón de Málaga	21/07/1873	19/09/1873
Cantón de Motril	22/07/1873	25/07/1873
Cantón de Murcia	14/07/1873	11/08/1873
Cantón de Sevilla	19/07/1873	31/07/1873
Cantón de Tarifa	19/07/1873	04/08/1873
Cantón de Valencia	17/07/1873	07/08/1873

Com a greve insurrecional, os operários de Alcoy conquistaram sua pauta de reivindicações,

entretanto, a reação das autoridades foi violenta e, ao debelar o movimento, aprisionou 717 insurgentes, dos quais 287 foram de fato condenados (VILAPLANA, 2016: 36).

As derrotas dos movimentos insurgentes na França e na Espanha não significaram o fim do ciclo revolucionário. Na verdade, eles fecham o subciclo das greves, e abrem um novo ciclo insurgente, do qual Van der Walter faz uma síntese:

As organizações sindicalistas estiveram envolvidas em greves gerais que assumiram um caráter insurrecional no México, em 1916; na Espanha, em 1917, 1919 e 1936; no Brasil e em Portugal, em 1918; na Argentina, em 1919; e na Itália, em 1920. Anarquistas e sindicalistas estiveram ativos em outros levantes, por exemplo: na França (1870), na Espanha (1873, 1909, 1932-33), na Itália (1877-1878, 1914), no Egito (1882), (no México (1867, 1878, 1911), na Macedônia/Trácia (1903), no Brasil (1918), na Argentina (1922) e na Bulgária (1923). (VAN DER WALT, 2016: 107-108).

A insubmissão do trabalho, resultado da dialética entre o antagonismo das classes e a autorrealização da classe trabalhadora enquanto força coletiva e sujeito histórico, foi e é, sem dúvida um dos aspectos centrais da história do movimento operário. De sua luta, de sua resistência e do exercício contínuo de suas experiências sociais em ruptura com o sistema capitalista.

Capítulo V

As greves, luta de classes e teoria da revolução

*Abomináveis na grandeza,
Os reis da mina e da fornalha
Edificaram a riqueza
Sobre o suor de quem trabalha!
Todo o produto de quem sua
A corja rica o recolheu.
Querendo que ela o restituia,
O povo só quer o que é seu!*

Eugène Pottier, Hino da Associação Internacional dos Trabalhadores, 1871.

O ciclo de greves da AIT, no período de 1868 até 1873, representou a retomada da ascensão das lutas operárias na Europa depois de uma década de repressão e refluxo. Duas décadas separam a eclosão das Revoluções de 1848 do ascenso das greves operárias de 1868. Os revolucionários veteranos, Marx, Engels, Bakunin, Meuron, Eccarius, Saverio Friscia, estavam diante de uma nova geração de lideranças operárias e revolucionárias, Varlin, Guillaume, Schwitzguébel, Malon, De Peape, Perron, Albert Richard. O desafio dos internacionalistas era o desenvolvimento de concepções e estratégias capazes de responder às demandas imediatas das lutas com o programa revolucionário finalista.

Os veteranos e a nova geração de revolucionários operários, organizados nas diferentes tendências e correntes no interior da AIT, encontravam-se diante de um ascenso significativo das lutas e greves operárias. No ano de 1867 as greves dos operários do bronze de Paris, dos tecelões de Roubaix, e dos metalúrgicos de Charleroi, mostravam que o período de refluxo das lutas tinha sido superado. E naquele contexto as greves operárias não se limitavam às interrupções temporárias das atividades laborativas, mas se convertiam em movimentos de revoltas populares e de violentos enfrentamentos com as forças policiais governamentais e empresariais.

No início de 1868 as lutas operárias continuaram em curva ascendente. As greves dos operários suíços, principalmente dos trabalhadores da construção civil de Genebra e dos mineiros belgas, da cidade de Charleroi, no mês de março, renunciaram os conflitos que se estenderiam durante todo o ano. O acirramento da luta de classes, especialmente, o conflito entre, de um lado, as forças de repressão governamentais e burguesas, e, de outro lado, o movimento operário e a AIT, exigia dos internacionalistas respostas rápidas num contexto conflagrado.

O congresso da AIT foi, portanto, o espaço onde os revolucionários internacionalistas, os veteranos e as novas gerações, se confrontaram num debate teórico e político-ideológico, a partir

de suas diferentes tendências e correntes, sobre as greves e seu lugar nas lutas pela emancipação da classe trabalhadora. Os debates entre os internacionalistas se desdobraram nas contribuições das teorias revolucionárias anarquista e comunista, mas foi na polêmica sobre a greve geral essas tendências revolucionárias desenvolveram diferentes concepções e estratégias que marcaram significativamente suas divergências.

5.1. O debate sobre as greves no interior da AIT: a contribuição anarquista

As greves deflagradas, principalmente, a partir de 1867, exigiram novos debates no interior da AIT. Foi, portanto, no congresso realizado em Bruxelas no ano de 1868 que os internacionalistas aprovaram resoluções com o objetivo de estabelecer uma estratégia para as greves vinculada ao programa geral da emancipação da classe trabalhadora:

Le Congrès déclare que la grève n'est pas un moyen d'affranchir complètement le travailleur, mais qu'elle est souvent une nécessité dans la situation actuelle de lutte entre le travail et le capital.

Qu'il y a lieu de soumettre la grève à certaines règles, à des conditions d'organisation, d'opportunité et de légitimité.

Qu'au point de vue de l'organisation de la grève, il y a lieu, dans les professions qui n'ont pas encore de sociétés de résistance..., de créer des institutions, puis de solidariser entre elles les sociétés de résistance de toutes les professions et tous les pays; qu'en un mot, il faut continuer dans ce sens l'oeuvre entreprise par l'Internationale et s'efforcer de faire entre le prolétariat en masse dans cette association.

Qu'au point de vue de l'opportunité et de la légitimité, il y a lieu de nommer dans la Fédération des groupes de résistance de chaque localité une Commission formée de délégués de ces divers groupes, qui constituerait un Conseil d'arbitrage, pour juger de l'opportunité et de la légitimité de la grève éventuelle; du reste, qu'il est nécessaire de laisser, pour le mode de formation de ce Conseil d'arbitrage, une certaine latitude aux différentes sections, suivant les moeurs, les habitudes et les législations particulières. (COMPÈRE-MOREL, 1912: 509).

Como se vê, o congresso da AIT de 1868 concluiu que as greves estão incluídas entre as formas de luta da classe trabalhadora, resultante do conflito entre *capital* e *trabalho*, são parte, portanto, da luta pela emancipação dos trabalhadores. Entretanto, a organização dos trabalhadores para a deflagração de movimentos grevistas aparece como fundamental, e essa organização passaria necessariamente pelas *sociedades de resistência*, enquanto instrumento para garantir a solidariedade política e econômica não só entre os trabalhadores de uma determinada categoria em greve, mas também e principalmente entre os trabalhadores de todos os países, reforçando a perspectiva *internacionalista*.

No congresso seguinte, realizado em Basileia em 1869, ressalta a orientação para a criação das *caixas de resistência* por todos os trabalhadores em todos os países, deixando mais explícita a solidariedade econômica, além disso o Conselho Geral passaria a servir, se necessário, de intermediário para a união das *sociedades de resistência* de todos os países (COMPÈRE-MOREL, 1912: 509-510).

Outro destaque é a proposta de organização do movimento grevista a partir de uma federação dos grupos de resistência e a constituição de um Conselho, cujas funções seriam a orientação da direção do movimento, respeitando a pluralidade das diferentes seções. Sobre essa estrutura de organização e a preocupação com a legitimidade das greves, o historiador Victor Garcia escreve que os delegados presentes ao Congresso de Bruxelas estavam preocupados em garantir o caráter classista para impedir influências externas à classe trabalhadora, uma vez que as câmaras sindicais, especialmente na França, eram compostas pelos trabalhadores e pelos representantes dos empresários.

Los consejos de arbitraje, por ejemplo, deben ser integrados por obreros exclusivamente ya que el congreso, cuando se debatió este punto, se manifestó abiertamente enemigo a un arbitraje en el que interviniera el capitalista o el burgués. En cuanto a la *legitimidad* y a la *legislación* se hace referencia concretamente a una legitimidad productora y a una legislación emanada de los congresos obreros. (GARCIA, 2003: 51).

Considerando o período aqui identificado como o subciclo de greves, 1868-1873, a AIT logrou sucesso significativo na aplicação da sua política para a estratégia das greves dos trabalhadores, constituindo uma rede de solidariedade e cooperação econômica para financiar os movimentos grevistas, bem como a constituição de uma articulação política que significou a presença de lideranças sindicais para auxiliar na deflagração e manutenção das greves. Outra política fundamental do internacionalismo da classe trabalhadora foi o esforço para impedir a contratação de trabalhadores para substituir os grevistas. O modelo de organização das federações de trabalhadores também tem êxito, como afirma Jacques Droz (1977: 716).

É fundamental, para a tese aqui defendida, destacar que a política da AIT sobre as greves aprovada no congresso de 1868 é o resultado da sistematização e do esforço de internacionalizar práticas e estratégias de luta e organização dos trabalhadores desenvolvidas ao longo do século XIX na Europa. Diversas experiências concretas contribuíram para a construção da linha política da AIT sobre as greves.

As próprias experiências das associações de socorro mútuo assumiram uma dupla dimensão no que diz respeito às greves: os trabalhadores recorreram à estratégia das greves para garantir a continuidade de suas associações de socorro mútuo, que eram vistas, não por acaso, como ameaças

para as classes dominantes. Foi o exemplo da greve dos bronzistas de Paris de 1867, deflagrada em protesto às perseguições aos operários que eram filiados à Sociedade de Socorro Mútuo. Por outro lado, os recursos das caixas de resistência passaram a ser compartilhados entre as diversas categorias numa rede de solidariedade que rompia as fronteiras nacionais, e convertiam as greves em movimentos não só intercategorias, mas também internacionais. A greve dos operários da construção civil de Genebra de 1868 tornou-se paradigmática de como a mutualidade era uma condição fundamental para sustentar um movimento grevista.

Apesar desse lugar importante das greves nos debates da AIT e na sua própria constituição enquanto força coletiva dos operários, a polêmica sobre as greves era intensa. Uma análise superficial poderia levar à conclusão de que todas as correntes e tendências do movimento dos trabalhadores no interior da AIT tinham o mesmo entendimento sobre a noção de greve, seu significado e seu lugar na luta de classes. Mas um estudo um pouco mais aprofundado mostra que as diferentes correntes e tendências não só tinham entendimentos distintos sobre as greves, mas também divergiam significativamente sobre o papel das greves na luta dos trabalhadores contra a exploração burguesa.

A própria resolução denuncia essas divergências, uma vez que a definição das greves é feita na forma de ressalva, isto é, afirmando que as greves não são o instrumento para a emancipação completa dos trabalhadores, mas sim uma necessidade da luta de classes. De fato, essa formulação parece ser um esforço para conciliar o movimento grevista com o objetivo final da AIT, isto é, com a luta pela emancipação econômica dos trabalhadores.

Entre as tendências fundadoras da AIT estavam os mutualistas proudhonianos da França, cuja liderança mais expoente era Henri Tolain, cinzelador do setor de bronze de Paris. Diversos pesquisadores e historiadores defendem que os mutualistas constituíram a tendência que hegemonizou a política da AIT na sua fundação e nos seus primeiros congressos. A concepção dos mutualistas sobre as greves é interpretada por determinados pesquisadores como uma posição de contrariedade aos movimentos grevistas. Jacques Droz está entre aqueles que defendem a tese de que os mutualistas seriam contrários às greves. Ele escreve no seu clássico *Historia Geral do Socialismo*:

No Congresso de Genebra (3-8 de Setembro de 1866), o primeiro congresso real, o tom dos debates foi dado pela delegação francesa, toda ela proudhoniana, ou quase toda. Dirigida por Tolain, defende a ideia da emancipação operária pela generalização do “mutualismo”: é preciso estabelecer “a troca baseando-se na reciprocidade, pela organização de um sistema de crédito mútuo e gratuito, primeiro nacional e depois internacional; não é destruir a sociedade existente, mas sim ordená-la”. Não à revolução, não à greve. (DROZ, 1977: 837).

Droz desenvolve seus argumentos apontando para uma certa evolução na política da AIT nos congressos seguintes, Congresso de Lausanne, em 1867, e, no já citado, Congresso de Bruxelas, onde a prática sistemática das greves pelos trabalhadores teria superado as concepções das tendências que seriam contrárias aos movimentos grevistas (DROZ, 1977: 837).

G. M. Stekloff é outro historiador que defende a tese de que os mutualistas proudhonianos seriam contrários aos movimentos grevistas. Em sua argumentação, Stekloff afirma que o programa dos proudhonianos apontava para as organizações de apoio mútuo e cooperativas, através da organização de crédito gratuita e de troca equitativa entre os produtores, como o caminho para a emancipação dos trabalhadores a lutar por libertação, portanto, não seria uma luta efetivamente pela política, mas sim por métodos econômicos corporativistas (2011 [1928]: 40). Conclui que os proudhonianos seriam radicalmente contrários às greves, mantendo-se presos às formas de luta e organização pré-modernas e o fundamento das concepções proudhonianas seria de origem pequeno-burguesa:

The Proudhonists were horrified by the development of the strike movement, which jarred with their utopian ideas and frustrated all their fantastic schemes. “Strikes, more strikes, and yet again strikes; no longer any study, or anything like study ...,” exclaims the disgusted Fribourg, referring to the events of 1870, writing only a few months before the Commune. “In the workshops, members were recruited for the International and adhesions were accepted in the spirit in which a friendly glass is offered and accepted”. Such “leaders” of the workers’ movement as Fribourg were hopeless. He was perfectly honest, but simply did not understand the mass struggle of the contemporary proletariat. He belonged to the past movement, not to the future. His point of view was not proletarian but petty bourgeois. (STEKLOFF, 2012 [1928]: 53).

Mas se é possível afirmar que é um equívoco a suposição de que todas as correntes e tendências da AIT tinham o mesmo entendimento sobre as greves, também é um equívoco as conclusões de Dorz e Stekloff de que simplesmente a corrente proudhoniana seria contrária aos movimentos grevistas. Primeiramente, deve-se considerar que existiam ao menos duas tendências proudhonianas francesas, a tendência mutualista individualista, formada por Tolain e seus correligionários, e a tendência mutualista coletivista, formada por Eugène Varlin, e seus aliados, também denominada de coletivista antiautoritária (MATION, 1975).

O aprofundamento sobre as concepções de Tolain e dos demais mutualistas individualistas, permite o entendimento de que eles não seriam necessariamente contrários aos movimentos grevistas. Para uma melhor compreensão da concepção da corrente mutualista sobre as greves deve-se considerar o seu programa, sua atuação diante da deflagração das várias greves dos trabalhadores

e seu posicionamento durante os debates sobre as greves no interior da AIT.

Seguramente, o aspecto central do programa mutualista individualista estava na constituição de um sistema de apoio mútuo que permitisse a distribuição equânime dos bens produzidos em sociedade. Isso o distingue, entre outros aspectos, do programa coletivista, que pressupunha a coletivização dos meios de produção. E durante as intervenções dos mutualistas individualistas nos movimentos dos trabalhadores, inclusive nas greves, eles tentavam implementar seu programa, como ocorreu no caso da já citada greve dos trabalhadores do setor de bronze, categoria a qual pertencia Tolain.

En 1865, à la suite d'une grève grâce à laquelle les bronziers avaient obtenu la réduction de la journée de travail de 11 à 10 heures, ils avaient créé la Société de crédit mutuel et de solidarité des ouvriers du Bronze, qui comprend bientôt 5 000 membres. En face d'elle, une Association de Fabricants du Bronze s'organise pour assurer l'indépendance et la liberté du travail. En février 1867, les fabricants du bronze s'engagent à souscrire un capital de garantie afin d'assurer du travail et une indemnité journalière à tous les ouvriers qui déclareraient vouloir rester indépendants. (DOLLÉANS, 2003: 238).

Além do caso da greve dos operários bronzistas seguida pelos esforços de implementação de uma sociedade de apoio mútuo, Dolléans também relata a intervenção dos mutualistas individualistas franceses em outros movimentos grevistas, como das duas greves sucessivas dos mineiros de carvão Fuveau (Bouches-du-Rhône) e da greve dos trabalhadores da fábrica de tecidos Roubaix. Em ambos os casos, os mutualistas Tolain e Fribourg assinaram conjuntamente com Varlin, representantes da Seção da AIT em Paris, notas de apoio às greves dos trabalhadores. (DOLLÉANS, 2003: 236-238).

A presença dos internacionalistas era tão evidente nas greves, que esse foi o motivo pelo qual o *bureau* de Paris foi fechado e seus membros foram presos e processados pelas autoridades francesas. No depoimento dado por Tolain, ele tem que se explicar sobre as greves:

M. LE PRESIDENT - Le bureau de Paris a-t-il touché aux grèves, à celle des bronziers de Paris, par exemple, ou Roubaix, ou d'Amiens?

TOLAIN - L'Association a pris, en effet, une part aussi active possible dans les événements que vous venez de rappeler, et, ce faisant, nous avons cru rendre un service aussi bien aux patrons qu'aux ouvriers, en recherchant les causes des grèves. (AIT, 1870a.: 25-26).

Oscar Testut reuniu na obra *Le livre bleu de l'Internationale*, publicada em 1871, diversos documentos e relatórios das várias seções da AIT referentes aos congressos da Associação, onde se encontra o seguinte posicionamento de Tolain sobre as greves:

La grève est une coalition, dit-on, donc elle est condamnable. Mais pourquoi donc le industriels ne la condamnent-ils pas également entre banquiers,

commissionnaires, exportateurs, qui présentent pourtant sur toutes les relations commerciales? La grève c'est ça guerre, mais à côté de la guerre mauvaise, injuste, il y a la guerre pour défendre ses droits, et celle-là la guerre saint. (TOLAIN *apud* TESTUT, 1871: 221).

Analisando esse trecho do posicionamento de Tolain pode-se considerar que o sindicalista francês não condena a greve em si, porém encontrava-se preocupado com os limites dos movimentos de greve e com as possíveis contradições de uma luta por aumento salarial, uma vez que os mutualistas tinham por objetivo final a construção de uma *société sans salaires*, construída a partir das *relations de mutualité*. Porém, o centro de suas preocupações são as questões morais, de justiça e legitimidade. Além disso, a perspectiva mutualista não foi capaz de elaborar a articulação entre as lutas resultantes das demandas e reivindicações dos trabalhadores com seus objetivos finalistas a partir das relações de mutualidade, sendo assim, a via eleitoral é defendida como uma alternativa estratégica.

Outras correntes e tendências da AIT estavam preocupadas com os limites das greves e da sua articulação com a luta pela emancipação da classe trabalhadora. O próprio posicionamento de Tolain reproduzido anteriormente é um comentário sobre o documento da Seção de Bruxelas, redigido por César De Paepe, tipógrafo e proudhoniano de orientação coletivista, no qual a liderança belga desenvolveu uma longa análise sobre o lugar das greves na luta emancipatória dos trabalhadores e concluiu:

Là nous apparaît l'avenir réel et positif des trade's unions, car la grève, nous l'avouons, n'est utile qu'à titre provisoire; la grève perpétuée serait l'éternisation du salariat, et nous voulons l'abolition du salariat; la grève perpétuée serait la lutte sans trêve ni fin entre le capital et le travail, et nous voulons, non pas précisément ce que l'on a appelé de nos jours l'association du travail et du capital (combinaison hybride, en vertu de laquelle le capitaliste, bailleur de fonds, s'entend avec des ouvriers pour éliminer le patron, tout en continuant à prélever intérêts et dividendes sur le travail), mais nous voulons l'absorption du travail par le travail; car le capital étant du travail accumulé qui ne doit avoir qu'une simple valeur d'échange égale à la valeur du travail qu'il a coûté, ne peut dès lors entrer en ligne de compte dans la répartition des produits; produit du travail, le capital ne peut qu'être la propriété du travailleur, il ne peut en être l'associé. (DE Paepe *apud* TESTUT, 1871: 216-217).

Varlin também considerava que as greves poderiam se converter num “ciclo vicioso”, um paliativo para melhorar temporariamente os salários e as condições de trabalho. O lugar das greves na luta dos trabalhadores segundo Varlin pode ser entendido a partir da análise do seu artigo *Greve e resistência*, publicado no jornal *Le Travail*, nº 22, 31 de outubro de 1869.

Hoje, perante a obstinação com que os detentores dos capitais defendem os seus privilégios, a greve não passa de um círculo vicioso, no qual os nossos

esforços parecem não levar a parte nenhuma. O trabalhador pede um aumento de salário para responder à carestia causada pela especulação; os especuladores respondem ao aumento do preço da mão-de-obra mediante uma nova subida do valor dos produtos. E assim por diante, os salários e os [preços dos] produtos aumentando sem parar. (VARLIN *apud* BERNARDO, 2000: 95).

Eugène Varlin interveio e organizou importantes movimentos grevistas, com destaque para as greves dos encadernadores de 1864 e 1865. De acordo como João Alberto da Costa Pinto a greve de 1865 marcou um avanço em termos organizativos, uma vez que Varlin organizou um comitê de greve, responsável pela direção do movimento que significou uma ruptura com o “antigo modelo corporativista das associações que reuniam patrões e empregados” (PINTO, 2011: 97).

Em retaliação à intensa militância política e às mobilizações dos trabalhadores, o governo do Imperador Napoleão III moveu processos criminais contra os dirigentes da AIT, incluindo Tolain, e o fechamento da sua seção de Paris. Na sequência dos acontecimentos, Tolain e os demais dirigentes optam pela renúncia com o objetivo de que os trabalhadores elegeassem uma nova comissão para dirigir a Seção da AIT. Assim, Varlin e mais oito são escolhidos para formar a nova comissão e mantêm a seção de Paris, que será novamente fechada pelo governo, restando aos trabalhadores a filiação à AIT a partir da Seção de Londres (GUILLAUME, 2009: 150-151). A partir de então, Varlin e os coletivistas parisienses se tornam a força política hegemônica da AIT na França (DOLLÉANS, 2003: 242).

Seguindo a estratégia insurrecionalista, oposta à via eleitoral, Varlin considerava que as greves funcionavam como instrumento de aglutinação e de desenvolvimento da solidariedade entre os trabalhadores, ou seja, pré-requisitos para a insurreição e a revolução social.

Em todas as greves o que nos preocupa não é tanto o insignificante aumento salarial, a pequena melhoria das condições de trabalho. Tudo isso é apenas secundário; são paliativos que servem enquanto se espera por alguma coisa melhor. Mas o supremo objectivo dos nossos esforços é o agrupamento dos trabalhadores e a sua solidariedade. Até agora fomos maltratados e explorados impiedosamente porque estávamos divididos e sem força. Hoje já se começa a contar connosco, já podemos defender-nos. É a época da resistência. Em breve, quando todos estivermos unidos, quando nos pudermos apoiar uns aos outros, então, como somos os mais numerosos e como, afinal, toda a produção resulta do nosso esforço, poderemos exigir, tanto na prática como legalmente, a totalidade do produto do nosso trabalho, como é justo. (VARLIN *apud* BERNARDO, 2000: 95-96).

De fato, as tendências coletivistas de atuação no interior da Primeira Internacional encontravam-se diante de um grande desafio: atender as demandas e reivindicações dos trabalhadores por melhores salários e condições de trabalho, pela redução da jornada de trabalho,

contra a exploração do trabalho infantil e feminino, contra a insalubridade e a insegurança nos locais de trabalho, e ao mesmo tempo construir os meios para a emancipação da classe trabalhadora. Na tentativa de responder esse desafio, o relojoeiro Adhémar Schwitzguébel, militante anarquista da seção suíça da AIT e companheiro de Bakunin e Guillaume, elabora a *tática da greve*.

Considerando que as greves são verdadeiras guerras, Schwitzguébel argumenta que do mesmo modo que se desenvolveram táticas de guerra, é necessário que os trabalhadores desenvolvam táticas para as greves (SCHWITZGUÉBEL, 1908: 83-84). A tática da greve deve, segundo o anarquista suíço, entender o lugar dos movimentos paredistas no conflito entre capital e trabalho, suas contradições e seus limites e, principalmente, sua articulação com a luta pela emancipação dos trabalhadores.

En résumé, nous savons que c'est une arme plutôt défensive qu'offensive. En effet, qu'on se rappelle quels sacrifices ont dû s'imposer les ouvriers pour aboutir à une réduction minime des heures de travail et à une élévation également très minime des salaires; combien de métiers sont restés absolument dans la même situation, malgré des efforts héroïques pour améliorer leur position; et enfin qu'on pense à l'augmentation continuelle du prix des objets nécessaires à l'entretien de l'existence de êtres humains, augmentation qui annule les résultats des luttes pour l'élévation des salaires. En constatant ces résultats généraux, nous devons, non pas nous abandonner au découragement, mais travailler à perfectionner nos moyens d'action et à faire mieux que par le passé. Si nous savons profiter des enseignements que nous donnent nos déceptions et nos efforts inutiles, si nous voulons sérieusement notre émancipation, nous comprendrons que la pratique de la résistance doit nous conduire à la pratique révolutionnaire. Puissent les indifférents et les timides secouer leur torpeur, et nos associations marcheront plus sûrement vers la réalisation de leur but. (SCHWITZGUÉBEL, 1908: 84).

Recorrendo à dialética serial antinômica de Proudhon, Schwitzguébel identifica quatro fatores que podem determinar o fracasso das greves e, dialeticamente, quatro fatores que podem determinar o sucesso das mesmas. Os quatro fatores responsáveis pelo fracasso seriam dialeticamente negados pelos quatro fatores que podem ser responsáveis pela vitória dos movimentos paredistas.

O primeiro fator que determinaria o fracasso das greves é a falta de organização dos trabalhadores. Para o anarquista suíço a capacidade de organização determina o poder de ação da classe trabalhadora. Apesar de reconhecer que, no momento da publicação do seu texto – 1874, os trabalhadores avançaram em termos organizativos, com associações, federações e, especialmente, com a AIT, milhões de trabalhadores ainda estavam desorganizados, destacando os trabalhadores camponeses.

Mais combien de millions de prolétaires, tant ouvriers que paysans, sont

restés sans organisation, et n'en ont pas même l'idée! Et, parmi ces millions, combien n'ont pas même conscience de la situation misérable qui leur est imposée Lorsque l'exploitation bourgeoise atteint ses dernières limites, que la misère devient la faim, alors ces masses non organisées refusent leur travail mais le capital, qui est tout-puissant par l'organisation de l'Etat, les contraint, après quelques jours de lutte, à se soumettre aux mêmes conditions. La mitraille a quelquefois mis fin à ces conflits entre patrons et ouvriers. Même dans les métiers les mieux organisés, le manque d'une organisation généralisée empêche très souvent les revendications ouvrières de triompher de l'obstination et de l'égoïsme bourgeois. (SCHWITZGUÉBEL, 1908: 85).

O segundo fator de fracasso identificado por Schwitzguébel foi a falta de recursos financeiros para a subsistência dos trabalhadores durante o movimento grevista. Os recursos materiais eram entendidos como complementares à organização dos trabalhadores, pois a organização seria insuficiente sem os recursos necessários para sustentar o movimento. (SCHWITZGUÉBEL, 1908: 85-86).

O terceiro foi a falta de solidariedade moral entre os trabalhadores e a falta de convicções fortes. Ele afirmava que a solidariedade moral era o esforço comum realizado por todos os trabalhadores em nome da causa coletiva. Schwitzguébel atribui à ausência de solidariedade às orientações políticas voltadas exclusivamente para os interesses materiais, negligenciando as dimensões intelectuais e morais do trabalho e ignorando as questões sociais.

Et si cette solidarité morale n'existe pas, c'est que dans les associations ouvrière on s'est généralement borné jusqu'à ce jour à s'occuper exclusivement des intérêts matériels, on a négligé le côté intellectuel et moral de leur oeuvre, on a fait fi de l'étude des questions sociales, et il ne s'est pas encore dégagé, au moins généralement, de leur sein ces convictions bien trempées qui produisent les abnégations personnelles, les sacrifices complets à une cause. Il faut l'avouer pour beaucoup d'ouvriers, bien des grèves furent une simple fête, au lieu d'être une lutte sérieuse dans laquelle étaient engagés des intérêts sacrés. (SCHWITZGUÉBEL, 1908: 86-87).

O quarto fator foi a deflagração prematura dos movimentos grevistas, ou seja, sem a devida preparação considerando os três primeiros fatores identificados e sem a devida análise da conjuntura econômica. A deflagração de uma greve numa conjuntura desfavorável para os trabalhadores pode facilitar a resistência dos capitalistas (SCHWITZGUÉBEL, 1908: 87).

Os quatro fatores que o anarquista suíço identificou como determinantes para o sucesso das greves, correspondem às ações da classe trabalhadora num esforço de superação dos quatro fatores responsáveis pelo fracasso dos movimentos paredistas. Sendo assim, para Schwitzguébel o primeiro pré-requisito para o sucesso de uma greve é a completa organização geral dos trabalhadores, isto é, não se trata simplesmente de uma organização limitada ao local de trabalho, mas sim à organização

que agrupe os trabalhadores independentemente da categoria e em escala nacional e internacional (SCHWITZGUÉBEL, 1908: 87-88). Outro aspecto fundamental da organização é a solidariedade econômica.

La pratique de la solidarité, nécessitant des sacrifices financiers, doit être organisée positivement, de manière à ce que l'on sache toujours exactement sur quelles ressources on peut compter, non pas dans le sens d'une centralisation des ressources financières, mais en maintenant au contraire le principe de l'autonomie de l'administration par groupe, les organisations établissant, par des contrats ou pactes fédératifs, dans quels cas et dans quelle mesure elles veulent s'engager solidairement. (SCHWITZGUÉBEL, 1908: 88).

A segundo condição identificado da realização de uma greve com possibilidades de vitória foi a necessidade de enfraquecer o “inimigo”, ou seja, os capitalistas. A terceira condição foi o desenvolvimento das convicções socialistas entre os trabalhadores e o conhecimento das questões sociais. Na concepção defendida por Schwitzguébel as greves devem contribuir para a ampliação das relações de solidariedade de classe e, conseqüentemente, para a consciência da necessidade de ações para os interesses classistas.

Les grèves ne doivent pas être un jeu léger auquel on prend part parce qu'on y gagne à peu près autant que si l'on travaille, mais une action générale à laquelle on participe par devoir de solidarité, avec la conscience d'agir dans l'intérêt commun des ouvriers, et pour le triomphe de laquelle on est prêt à s'imposer les privations les plus dures. (SCHWITZGUÉBEL, 1908: 89).

Para completar sua teoria sobre a tática da greve e seu lugar na luta pela emancipação da classe trabalhadora, o militante anarquista da seção suíça da AIT coloca a estratégia da greve geral. Schwitzguébel apresenta a greve geral como a principal estratégia da corrente anarquista, incorporada também por outras correntes coletivistas, para a articulação entre as lutas reivindicativas dos trabalhadores com a ruptura revolucionária.

En suite du peu d'améliorations réelles qui ont été obtenues par tes grèves partielles, malgré les grands sacrifices qu'ont faits les ouvriers, l'idée d'une grève générale des travailleurs, qui mettrait fin aux misères qu'ils subissent, commence à être sérieusement discutée par des associations ouvrières mieux organisées que tes nôtres. Ce serait certainement là un acte révolutionnaire capable de produire une liquidation de l'ordre social actuel et une réorganisation conforme aux aspirations socialistes des ouvriers. (SCHWITZGUÉBEL, 1908: 90-91).

Portanto, na teoria anarquista a greve geral é um movimento insurrecional, isto é, de ruptura com a ordem burguesa. Portanto, para o anarquismo o desenlace revolucionário é o resultado do desenvolvimento da organização dos trabalhadores levada às últimas conseqüências e da radicalização das formas de luta, do desenvolvimento da força coletiva dos trabalhadores a partir de

experiências concretas de luta e de solidariedade classista. A solidariedade de classe deve romper as barreiras das categorias e as fronteiras nacionais.

5.2. As greves na teoria comunista

Na tradição marxista é comum fazer referência aos estudos de Friedrich Engels sobre as condições de vida dos trabalhadores da Inglaterra publicado em 1845, sob o título *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Nessa obra, Engels se debruça sobre as condições materiais de existência dos trabalhadores ingleses nas primeiras décadas do século XIX, analisando e descrevendo as condições de miséria e exploração a que estavam submetidos pelo desenvolvimento da indústria capitalista. Ao voltar sua análise para os movimentos operários, o comunista alemão destaca que a “revolta dos operários contra a burguesia seguiu de perto o desenvolvimento da indústria e atravessou diversas fases” (ENGELS: 2008: 248). Sendo que as formas de revolta teriam evoluído do crime, passando pela destruição das máquinas, chegando à conquista do direito à livre associação operária em 1824 (ENGELS: 2008: 248-250), até alcançar uma forma superior de protesto do movimento operário, que para Engels seria o movimento cartista (ALVES, 2003: 25).

Em sua argumentação, Engels destaca que os trabalhadores se organizavam em associações secretas que deflagraram greves antes da aprovação do direito de associação, mas seus resultados eram limitados. Os limites do movimento e das greves continuariam mesmo depois da liberdade de associação. “A história dessas associações é a história de uma longa série de derrotas dos trabalhadores, interrompida por algumas vitórias esporádicas” (ENGELS: 2008: 251). Os limites seriam impostos pelas leis que regem a economia de mercado.

É natural que todos esses esforços não possam mudar a lei econômica segundo a qual o salário, no mercado de trabalho, é regulado pela relação entre a demanda e a oferta. As associações são impotentes diante de todas as *grandes* causas que operam sobre essa relação: durante uma crise comercial, a própria associação deve reduzir o salário que exige ou desagregar-se; e, no caso de um crescimento importante da demanda de trabalho, não pode fixar um salário mais alto que aquele determinado pela concorrência entre os capitalistas. No entanto, no que tange às causas de menor magnitude, sua ação é eficaz. (ENGELS: 2008: 251).

Engels defendia que, segundo as imposições da lei da oferta e da procura, os salários dos trabalhadores são determinados pela concorrência entre os trabalhadores, reduzidos a “coisas” pela exploração capitalista (ENGELS: 2008: 253). Assim, o comunista alemão concluía que “a maior parte das greves termina mal para os operários” (ENGELS: 2008: 252). Dessa conclusão resultou o questionamento do fato dos trabalhadores recorrerem constantemente aos movimentos grevistas.

Engels procurou responder essa questão argumentando que as greves são protestos da própria condição dos operários e, principalmente, a experiência das lutas permitiria aos operários atingir o entendimento de que as associações de trabalhadores e as greves não são suficientes, mas são primeiro passo para uma ação eficaz de maior magnitude.

É, pois, de se perguntar: por que os operários entram em greve, dada a evidente ineficácia de sua ação? Simplesmente porque *devem* protestar contra a redução do salário e mesmo contra a necessidade de uma tal redução; devem expressar claramente que, como homens, não podem adaptar-se às circunstâncias, mas, ao contrário, as circunstâncias devem adaptar-se a *eles*, os homens – porque sua omissão equivaleria à aceitação dessas condições de vida, ao reconhecimento do direito de a burguesia explorá-los durante os períodos de prosperidade e deixá-los morrer de fome nos períodos desfavoráveis. Os operários protestam porque ainda não perderam os sentimentos humanos – e protestam *desse modo* porque são ingleses, pessoas práticas, que expressam *na ação* o seu protesto; não são teóricos alemães, que, devidamente protocolado e posto *ad acta* seu protesto, vão para casa dormir o sono tranquilo dos contestatários. Ao contrário, o protesto concreto dos ingleses tem sua eficácia: mantém em certos limites a avidez da burguesia e estimula a oposição dos operários contra a onipotência social e política da classe proprietária, ao mesmo tempo em que leva os trabalhadores a compreender que, para destruir o poder da burguesia, é preciso algo mais que associações operárias e greves. (ENGELS, 2008: 252-253).

Portanto, pode-se afirmar que na teoria desenvolvida por Engels as greves e as associações são definidas como as primeiras formas de protesto que objetivam combater a concorrência e seus efeitos sobre as condições de vida e dos salários dos operários, mesmo sendo ineficazes.

Entretanto, essas associações e as greves que elas organizam adquirem uma importância específica na escala em que representam a primeira tentativa operária para suprimir a concorrência – o que pressupõe a consciência de que o poder da burguesia se apoia unicamente na concorrência entre os operários, isto é, na divisão do proletariado, na recíproca contraposição dos interesses dos operários tomados como indivíduos. As associações, ainda que de modo unilateral e limitado, confrontam-se diretamente com a concorrência, o nervo vital da ordem social vigente, e por isso constituem uma grave ameaça a essa ordem. Esse é o ponto mais nevrálgico que o operário poderia encontrar para dirigir seus ataques à burguesia e à inteira estrutura da sociedade. Uma vez suprimida a concorrência entre os operários, uma vez que todos se decidam a não mais deixar-se explorar pela burguesia, o reino da propriedade chegará ao fim. (ENGELS: 2008: 253).

Dessa forma, as greves teriam um papel eminentemente pedagógico na luta de classes. Sua ineficácia diante do sistema e do poder burguês, seria compensada pela sua eficácia em ensinar e preparar os operários para a “grande batalha”.

Essas greves são em geral pequenas escaramuças de vanguarda e, às vezes,

combates mais importantes; não solucionam nada definitivamente, mas são a prova mais segura de que se aproxima o confronto decisivo entre o proletariado e a burguesia. Elas são a escola de guerra na qual os operários se preparam para a grande batalha, agora inevitável; são os pronunciamentos das distintas categorias de operários, consagrando sua adesão ao grande movimento proletário. (...) E as greves, como escola de guerra, têm uma eficácia insuperável – nelas se desenvolve a coragem própria dos ingleses. (ENGELS: 2008: 258-259).

Diante de movimentos grevistas de pouca eficácia na luta contra a burguesia, Engels destacou em sua obra a greve geral de 1842, resultante dos desdobramentos da crise comercial e da crise social provocada por ela a partir de 1834, que reivindicava a *Carta do Povo* e o aumento dos salários (ENGELS, 2008: 259). Na argumentação do comunista alemão a greve geral de 1842 não teve grandes resultados, devido às contradições que seriam do próprio movimento, uma vez que os operários teriam sido compelidos à greve pela burguesia, que parte dos operários não teriam plena consciência dos objetivos do movimento e não estariam suficientemente unidos em torno dos seus objetivos (ENGELS, 2008: 260). Entretanto, a sublevação operária pelo aumento salarial teria sido fundamental para separar definitivamente os trabalhadores da burguesia. Engels ainda reconhece que os cartistas não tiveram participação direta na sublevação, mas se aproveitaram da situação de revolta popular (ENGELS, 2008: 267).

O fato realmente relevante para Engels teria sido o desenvolvimento do próprio cartismo como um movimento exclusivamente político e de caráter nacional, entendido por ele como um partido dos trabalhadores em oposição efetiva à burguesia, superando os limites das associações e das greves.

A proposta do proletariado é a *Carta do Povo (People's Charter)*, cuja forma possui um caráter exclusivamente político e exige uma base democrática para a Câmara Alta. O *cartismo* é a forma condensada da oposição à burguesia. Nas associações e nas greves, a oposição mantinha-se insulada, eram operários ou grupos de operários isolados a combater burgueses isolados; nos poucos casos em que a luta se generalizava, na base dessa generalização estava o cartismo - neste, é toda a classe operária que se insurge contra a burguesia e que ataca, em primeiro lugar, seu poder político, a muralha legal com que ela se protege. O cartismo nasceu do partido *democrático*, partido que nos anos oitenta do século passado desenvolveu-se *com o proletariado e, ao mesmo tempo, no proletariado*. (ENGELS, 2008: 262).

A importância do cartismo será retomada por Marx na sua polêmica com a obra *O sistema das contradições econômicas* (2007 [1846]), de Proudhon.

Na Inglaterra, não se ficou nas coalizões parciais, que só objetivavam uma greve passageira e desapareciam com ela. Formaram-se coalizões permanentes, *trade-unions* que servem de baluarte aos operários em suas

lutas contra os patrões. E, atualmente, todas estas *trade-unions* locais encontram um ponto de união na *National Association of United Trades*, cujo comitê central está em Londres e que já conta com 80.000 membros. A formação dessas greves, coalizões e *trade-unions* caminha simultaneamente às lutas políticas dos trabalhadores, que hoje constituem um grande partido político, sob a denominação de *cartistas*. (MARX, 1985: 158).

Antes de continuar com a argumentação é importante destacar que a polêmica que Marx tenta estabelecer com Proudhon nesse texto se refere às coalizões e greves, que para o anarquista francês eram limitadas e ineficazes, uma vez que a elevação dos salários seria acompanhada do aumento dos preços, anulando os ganhos salariais (PROUDHON, 2007: 131-132)¹⁰³. Na verdade, essa é uma falsa polêmica, uma vez que na própria teoria marxista são apontados, como foi apresentado nas teses de Engels, limites das lutas salariais. Marx no seu pronunciamento nas sessões do Conselho Geral da AIT, em 1865, reforçou os limites das lutas econômicas: “a classe operária não deve exagerar a seus próprios olhos o resultado final destas lutas diárias. Não deve esquecer-se de que luta contra os efeitos e não contra as causas desses efeitos” (MARX, s/d [1865]: 377).

Retornando às teses de Marx sobre as greves, o comunista alemão defendia, tal qual seu companheiro e compatriota Friedrich Engels, que os movimentos grevistas constituem a primeira tentativa de resistência aos efeitos da concorrência entre os trabalhadores imposta pelo sistema capitalista e de oposição ao próprio sistema. As experiências resultantes dessas lutas de resistência possibilitariam o aprendizado para a “batalha futura” e a conversão do movimento num movimento político.

Se o primeiro objetivo da resistência é apenas a manutenção dos salários, à medida que os capitalistas, por seu turno, se reúnem num mesmo pensamento de repressão, as coalizões, inicialmente isoladas, agruparam-se e, em face do capital sempre reunido, a manutenção da associação torna-se para elas mais importante que a manutenção do salário. Isto é tão verdadeiro

103 Marx procura polemizar com o seguinte trecho da obra de Proudhon: “(...) todo movimento de alta nos salários não pode deixar de ter outro efeito que aquele de uma alta do trigo, do vinho, da carne, do açúcar, do sabão, do carvão, etc., isto é, o efeito de uma carestia. De fato o que é o salário? É o preço de venda do trigo, do vinho, da carne, do carvão, etc; é o preço integrado de todas as coisas. Vamos prosseguir: o salário é a proporcionalidade dos elementos que compõem a riqueza e que são consumidos a cada reprodutivamente pela massa dos trabalhadores. Ora, duplicar os salários, no sentido que o povo entende, é atribuir a cada um dos produtores uma parte maior que seu produto, o que é contraditório; e se a alta incide somente num pequeno número de indústrias, é provocar uma perturbação geral nas trocas, numa palavra, uma carestia. Deus me livre das predições! Mas, apesar de toda minha simpatia pela melhoria da sorte da classe operária, é impossível, declaro, que as greves seguidas de aumento de salários não provoquem a um encarecimento *geral*: isso é tão certo como dois e dois são quatro” (PROUDHON, 2007: 131-132). Com o objetivo de contradizer essas afirmações, Marx recorre a argumentos retóricos, ou seja, afirma que o aumento dos preços na sequência do aumento dos salários só ocorre “em termos”: “Em primeiro lugar, não há *encarecimento geral*. Se o preço de toda coisa dobra ao mesmo tempo que o salário, não há alteração nos preços, mas apenas nos seus termos. De fato, uma elevação geral dos salários jamais pode produzir um encarecimento mais ou menos geral das mercadorias: se todas as indústrias empregassem o mesmo número de operários em relação ao capital fixo ou aos instrumentos de que servem, uma elevação geral dos salários produziria uma redução geral dos lucros e o preço corrente das mercadorias não sofreria nenhuma alteração” (MARX, 1985: 154).

que os economistas ingleses assombram-se ao ver os operários sacrificarem boa parte do salário em defesa das associações que, aos olhos destes economistas, só existem em defesa do salário. Nesta luta — verdadeira guerra civil — reúnem-se e desenvolvem-se todos os elementos necessários para uma batalha futura. Uma vez chegada a este ponto, a associação adquire um caráter político. (MARX, 1985: 159).

Portanto, a teoria marxista contribui para o entendimento da noção de greve e seu lugar na luta de classes considerando os movimentos grevistas como as primeiras formas de protesto de resistência da imposição da concorrência entre os trabalhadores pelo sistema capitalista, concorrência essa que determinaria o valor dos salários. Essa resistência, apesar de limitada e ineficaz, teria um papel pedagógico fundamental, uma “verdadeira escola de guerra para a grande batalha futura”. A luta seria levada a um patamar superior quando supera as reivindicações econômicas e assumem um caráter especificamente político.

O papel pedagógico das greves e a passagem da luta econômica para luta política são retomados nas teorias de Vladimir Lenin, em especial no artigo intitulado *Sobre as greves*, escrito no final de 1899, quando a Rússia passava por um ciclo crescente de greves, nos “últimos anos, as greves operárias são extraordinariamente frequentes na Rússia. Não existe nenhuma província industrial onde não tenha havido várias greves. Quanto às grandes cidades, as greves não cessam” (LENIN, 2008: 99). Analisando esse período de ascenso das lutas operárias, Lenin defendia que as greves são resultantes das contradições do capitalismo, por isso significariam o início da luta de classes operária contra as estruturas do sistema (LENIN, 2008: 100).

Lenin também recorreu à imagem da “escola de guerra” para ressaltar o papel pedagógico das lutas grevistas.

A greve ensina os operários a compreender onde repousa a força dos patrões e onde a dos operários; ensina a pensarem não só no seu patrão e nos seus companheiros mais próximos, mas em todos os patrões, em toda a classe capitalista e em toda a classe operária. (...) Mas a greve abre os olhos dos operários não só quanto aos capitalistas, mas também ao que se refere ao governo e às leis. (...) Assim, as greves ensinam os operários a unirem-se; as greves fazem-nos ver que somente unidos podem aguentar a luta contra os capitalistas; as greves ensinam os operários a pensarem na luta de toda a classe patronal e contra o governo autocrático e policial. Exatamente por isso, os socialistas chamam as greves de “escola de guerra”, escola em que os operários aprendem a desfechar a guerra contra seus inimigos, pela emancipação de todo o povo e de todos os trabalhadores do jugo dos funcionários e do jugo do capital. (LENIN, 2008: 105-106).

Na teoria leninista a experiência das lutas grevistas, considerando que se trata de uma “escola de guerra”, é fundamental no processo de tomada de consciência dos trabalhadores enquanto classe, ou seja, a consciência dos interesses antagônicos com a burguesia e dos interesses

comuns com o conjunto dos trabalhadores. Ao desenvolver sua teoria o comunista russo buscou recuperar algumas das concepções que nortearam os debates na AIT, como por exemplo, o entendimento de que as greves não são os únicos meios para a emancipação dos trabalhadores e ressalta que não podem ignorar os outros meios de luta, pois poderiam retardar o próprio desenvolvimento das lutas (LENIN, 2008: 106).

Assim, a teoria de Lenin reforça o caráter pedagógico das greves o traçar as estratégias para êxito dos movimentos grevistas. Ele estabelece três condições para o sucesso das greves, que na verdade são parte de processo cumulativo de aprendizagem que culminaria com a organização e as lutas dirigidas pelo “partido operário socialista”. A primeira condição apontada é a organização das caixas de resistência, sem as quais não seria possível a manutenção das greves. A segunda condição refere-se a um momento de avanço da consciência dos trabalhadores de maneira que eles saberiam discernir qual o melhor momento para deflagração das greves. A terceira e última condição é a passagem das lutas que seriam meramente econômicas para as lutas políticas.

Em terceiro lugar, as greves mostram aos operários, como vimos, que o governo é seu inimigo e que é preciso lutar contra ele. Com efeito, as greves ensinaram gradualmente à classe operária, em todos os países, a lutar contra os governos pelos direitos dos operários e pelos direitos de todo o povo. Como já dissemos, essa luta só pode ser levada a cabo pelo partido operário socialista, através da difusão entre os operários das justas ideias sobre o governo e sobre a causa operária. Noutra ocasião nos referiremos em particular a como se realizam na Rússia as greves e a como devem utilizá-la os operários conscientes. Por enquanto devemos assinalar que as greves são, como já afirmamos linhas atrás, uma “escola de guerra”, mas não a própria guerra; as greves são apenas um dos meios de luta, uma das formas do movimento operário. (LENIN, 2008: 107).

Lenin enfatiza o papel pedagógico das greves no processo das lutas dos trabalhadores contra a exploração capitalista. Na sua perspectiva, essa aprendizagem permitiria um ganho qualitativo quando as lutas assumem uma dimensão política, isto é, a percepção dos trabalhadores de que sua luta não é exclusivamente contra a classe burguesa, mas também contra os governos. Aqui a teoria leninista aponta para um salto qualitativo também do ponto de vista organizativo e programático, uma vez que a luta política é travada pelo partido político.

A comunista alemã Rosa Luxemburgo, especialmente no texto *Greve de massas, partido e sindicato*, recoloca o debate acerca da relação e da diferenciação entre as lutas econômicas e políticas. Na tentativa de interpretar a sublevação proletária conhecida como Revolução Russa de 1905, desenvolveu uma tipologia das greves, greve geral, greve de massas, greve espontânea, greve não-espontânea, greve econômica e greve política, a partir das divergências entre marxistas e anarquistas sobre a estratégia da greve geral e da identificação e diferenciação dos movimentos de

caráter econômico e político.

Greves econômicas e políticas, greves de massa e greves parciais, greves de protesto ou de combate, greves gerais abrangendo setores particulares, ou cidades inteiras, lutas reivindicativas pacíficas ou batalhas de rua, combates de barricadas – todas essas formas de luta se cruzam ou se tocam, se interpenetram ou desaguam umas nas outras: é um mar de fenômenos eternamente novos e flutuantes. E a lei do movimento desses fenômenos surge claramente: não reside na própria greve de massas, nas suas particularidades técnicas, mas na relação entre as forças políticas e sociais da revolução. A greve de massas é tão somente a forma adquirida pela luta revolucionária e qualquer deslocamento na correlação das forças em luta, no desenvolvimento do partido e na divisão das classes, na posição da contrarrevolução, influi imediatamente sobre a ação da greve por meio de inúmeros caminhos invisíveis e incontroláveis. Entretanto, a própria ação da greve de massas não para um só instante. Adquire somente outras formas, modifica a sua extensão, os seus efeitos. Ela é a pulsação viva da revolução e ao mesmo tempo o seu motor mais poderoso. Em resumo: a greve de massas, como nos mostra a revolução russa, (LUXEMBURGO, 2010: 281).

Portanto, na teoria de Rosa Luxemburgo a greve de massas é entendida como o processo de luta de classes que caminha para a ruptura revolucionária; trata-se do longo processo indefinido das contradições entre capital e trabalho. “A greve de massas é antes um termo que designa globalmente todo o período da luta de classes que se estende por vários anos, às vezes décadas” (LUXEMBURGO, 2010: 281-282). Na verdade, para Rosa Luxemburgo o processo revolucionário é responsável pela passagem da luta econômica para a luta política, “que se traduz na greve de massas”, sendo assim, “não é a greve de massas que produz a revolução, mas é a revolução que produz a greve de massas” (LUXEMBURGO, 2010: 288).

As greves de massas também cumprem, segundo a teoria da comunista alemã, o papel de complementaridade das lutas econômicas e das lutas políticas. As greves de luta seriam greves econômicas e, portanto, nasceriam espontaneamente, ao contrário das greves de protesto, que seriam greves políticas.

Todas as outras greves de massas parciais ou greves gerais não foram greves de protesto, mas de luta; como tais nasceram espontaneamente por ocasião de incidentes particulares, locais e fortuitos, e não a partir de um plano preconcebido e deliberado e, com o poder de forças elementares, adquiriram dimensões dum movimento de grande envergadura. (LUXEMBURGO, 2010: 282).

Portanto, Rosa Luxemburgo coloca de um lado os movimentos espontâneos, notadamente lutas econômicas, e de outro lado os movimentos conscientes, notadamente de caráter político, que exigem a organização partidária, que assumiria o papel de direção política e ideológica.

Se considerarmos as coisas cronologicamente, nota-se o seguinte: as greves

de protesto que, ao contrário das greves de luta, exigem um nível de disciplina partidária muito elevado, uma direção política e uma ideologia política conscientes e, portanto, parecem segundo o esquema como a forma mais elevada e mais refletida da greve de massas. (LUXEMBURGO, 2010: 283).

Entretanto, as greves de massa teriam a capacidade, enquanto processo revolucionário, de garantir a simbiose entre as greves de reivindicações econômicas e as greves de protesto político.

Em suma, a luta econômica apresenta uma continuidade, é o fio que une os diferentes nós políticos; a luta política é uma fecundação periódica que prepara o solo para as lutas econômicas. Causa e efeito sucedem-se, alternam-se incessantemente, e assim os fatores políticos e econômicos, longe de se distinguirem claramente ou de se excluírem reciprocamente como pretende o pretensioso esquema, constituem no período da greve de massas dois aspectos complementares da luta da classe proletária russa. É precisamente a greve de massas que dá forma à sua unidade. (LUXEMBURGO, 2010: 286).

5.3. A polêmica da greve geral: marxistas e anarquistas

Entre as divergências entre anarquistas e comunistas no interior do movimento dos trabalhadores, as polêmicas a cerca da greve geral ocupa um lugar de destaque para o presente estudo, pois permitem o entendimento das diferenças ideológicas, teóricas, estratégicas e programáticas entre essas duas tendências do sindicalismo.

No interior da AIT a estratégia de uma greve geral foi pautada a partir dos debates sobre a guerra, ou seja, também foi no Congresso de 1868 que apareceu a primeira formulação da greve geral nos documentos da AIT. Os diversos delegados presentes ao III Congresso que se pronunciaram contra a guerra e defenderam que a AIT se posicionasse. Esses discursos foram reproduzidos por Oscar Testut (1871):

CATALAN, de Genève. — J'éprouve un grand embarras à prendre le premier la parole dans cette assemblée. Quoique le but de l'Association internationale ne soit pas de s'occuper des grandes questions politiques qui divisent actuellement l'Europe, on conçoit que nos amis d'Allemagne, récemment éprouvés par ce fléau, en aient une horreur si grande qu'ils nous demandent contre elle une grande protestation. Cette protestation, nous devons la faire, et pour lui donner plus de valeur, nous devons ajouter quelques indications et rechercher les moyens pratiques sinon de la rendre tout à fait impossible, au moins d'y apporter de grandes entraves et de préparer l'époque où on ne pourra plus songer à faire la guerre. (...) Soyons tous contre la guerre, mais non pas seulement en théorie, en pratique surtout. Que chacun de nous et que l'Association internationale tout entière fasse la guerre à la guerre, en employant toutes les forces contre les hommes qui ont le droit de faire la guerre, contre les institutions qui créent ce droit et contre

l'ignorance qui lui permet de se perpétuer.

DE PAEPE, de Bruxelles. — La guerre est un mal évident pour nous tous. Mais outre notre éternelle protestation, on nous demande que nous tâchions d'intervenir pratiquement pour sa suppression. Pour cela il y a deux méthodes: la première, c'est de s'attaquer directement à la guerre par le refus du service militaire (*Applaudissements*) ou, ce qui revient au même, puisque les armées ont besoin de consommer, par le refus du travail. La seconde n'intervient pas directement; c'est en résolvant la question sociale elle-même qu'elle prétend arriver à la suppression de la guerre : telle est la méthode que, par son développement, l'Internationale est destinée à faire triompher. (*Bravos*). (...) La cause première de toute guerre est la faim. Au début, le sauvage mange simplement son ennemi vaincu; plus tard, le résultat se complique en apparence, mais reste au fond le même: le vainqueur prend au vaincu la terre, les instruments de travail, les résultats du travail lui-même, et par là satisfaites besoins.

HINS, de Bruxelles. — Je n'ai presque rien à ajouter au discours de De Paepe. Je remarquerai que, quoique tout le monde se déclare contre la guerre, en réalité beaucoup en restent partisans sans le savoir. Vous, bourgeois, qui voulez des gouvernements forts pour maintenir dans l'obéissance passive les masses laborieuses, des Chambres pour donner à leurs actes une apparente sanction de justice, qui fermez les yeux en présence d'une déplorable situation économique; vous déclarez détester la guerre, et vous voulez conserver tout ce qui la fait naître. (*Bravos*).

LUCRAFT, de Londres. — J'abhorre également la guerre, qui ne provient que de l'avarice et de la cupidité, qui ne sert qu'à enrichir les riches, mais je crois qu'elle ne sera définitivement vaincue, et à sa suite, les armées permanentes, que par le triomphe des principes que l'Association internationale s'est donné mission de propager. Je rappelle l'opinion de Montesquieu, qui, dans l'Esprit des lois, avait prévu l'influence désastreuse qu'acquerraient les armées permanentes sur la situation d'un pays. (TESTUT, 1871: 170-176).

Os trechos aqui transcritos mostram que os discursos mais inflamados e incisivos contra a guerra entre as nações eram aclamados pelos demais delegados presentes ao Congresso. O papel da delegação belga também merece destaque, pois foram principalmente os delegados da seção de Bruxelas que mais vezes se pronunciaram contra a guerra.

Ao final dos debates, Tolain apresentou a seguinte proposta de resolução:

TOLLAIN, de Paris, présente, au nom de plusieurs délégués parisiens, les résolutions suivantes (en faveur de la paix): Le Congrès, considérant que la justice doit être la règle des rapports entre les groupes naturels, peuples, nations, aussi bien qu'entre les citoyens. Que la guerre n'a jamais été que la raison du plus fort et non pas la sanction du droit. Qu'elle n'est qu'un moyen de subordination des peuples par les classes privilégiées ou les gouvernements qui les représentent. Qu'elle fortifie le despotisme, étouffe la liberté (nous en donnons pour preuve les dernières guerres d'Italie et

d'Allemagne). Que, semant le deuil et la ruine dans les familles, la démoralisation sur tous les points où les armées se concentrent, elle entretient et perpétue ainsi l'ignorance, la misère. Que l'or et le sang des peuples n'a jamais servi qu'à maintenir entre eux les instincts sauvages de l'homme à l'état de nature. Que, dans une société fondée sur le travail et la production, la force ne peut être mise qu'au service de la liberté et du droit de chacun; qu'elle ne peut être qu'une garantie et non une oppression, fût-ce même pour un seul membre utile du corps social. Que, dans l'état actuel de l'Europe, les gouvernements ne représentent pas les intérêts légitimes des travailleurs.

Déclare protester avec la plus grande énergie; invite toutes les sections de l'Association à agir avec la plus grande énergie pour empêcher, par la pression de l'opinion publique, une guerre de peuple à peuple qui, aujourd'hui, ne pourrait être considérée que comme une guerre civile parce que, faite entre producteurs, elle ne serait qu'une lutte entre frères et citoyens. (TESTUT, 1871: 176-178).

A proposta de Tolain foi aprovada¹⁰⁴, segundo Dolléans, com o destaque inclusivo de Charles Longuet que estabeleceu a estratégia da greve geral contra a guerra: “Le congrès recommande aux travailleurs de cesser tout travail dans le cas où une guerre viendrait à éclater dans leurs pays respectifs”¹⁰⁵ (DOLLÉANS, 2003a: 247-248). Assim, a primeira elaboração da estratégia da greve geral, enquanto resolução da Primeira Internacional, teve um caráter eminentemente político, isto é, voltada contra a guerra, considerada um instrumento de dominação e exploração das classes dominantes. Os debates sobre a guerra começaram no II Congresso da AIT, em Lausanne, onde “o pauperismo e a falta de equilíbrio econômico” foram considerados as causas primeiras da guerra e que suas consequências recaem “principalmente sobre a classe trabalhadora” (GUILLAUME, 2009: 101-102; CGT, 1913: 3). Portanto, os debates do Congresso de Bruxelas foram o resultado desse acúmulo de discussões, que mesmo ressaltando a dimensão política da oposição à guerra, não negligenciaram suas dimensões sociais e econômicas e culminaram na estratégia de greve geral.

Marx e seus partidários teriam discordado da estratégia da greve geral contra a guerra: “Cette décision, qu'ont reprise plus tard tous les Congrès internationaux ouvriers, choque pourtant Marx. Dans sa lettre à Engels, le 16 septembre, il ironise et parle de la 'sottise belge de vouloir faire grève contre la guerre’” (DOLLÉANS, 2003a: 248).¹⁰⁶ Na referida carta, Marx afirmou: “On the other hand, he attributes to the Germans and the English the Belgian nonsense that it was necessary TO STRIKE AGAINST WAR” (MARX & ENGELS, 2010 [Volume 43: 101)

104 Ver a resolução final contra a guerra in CGT. *Le prolétariat contre la guerre et les trois ans*. Paris, Maison des Federations, 1913, pp. 4-5.

105 Conferir a redação final das resoluções sobre a guerra em CGT, 1913: 5; COMPÈRE-MOREL, 1912: 508-509 e GUILLAUME, 2009: 159-160.

106 Sobre a posição dos marxistas sobre a estratégia da greve geral contra a guerra conferir também BOTTOMORE, 2001: 168, e JUST, [1980] 2012: 3.

Por sua vez, os anarquistas e os aliancistas procuram aprofundar a estratégia da greve geral e desenvolveram a estratégia da *greve geral insurrecional, ou seja, a conversão das lutas reivindicativas e de resistência em uma luta ofensiva contra o Estado e o capital*. Sendo assim, Bakunin foi o primeiro a sistematizar a teoria anarquista da greve geral em 1869:

Quando as greves se alargam, se interpenetram, é porque está próximo o momento da greve geral; e uma greve geral, com as ideias de libertação que reinam hoje no proletariado, só pode conduzir a um grande cataclisma que dará uma nova estrutura à sociedade. Não há dúvida que ainda lá não chegamos, mas tudo nos conduz a tal. Só é necessário que o povo esteja preparado, que não se deixe enganar pelos faladores e pelos sonhadores, como em 48, e para tal é necessário que se organize coerente e seriamente. (BAKUNIN, 1979: 11).

A greve geral na teoria bakuninista é sinônimo de insurreição. Trata-se de ofensiva da classe trabalhadora contra a ordem burguesa, onde a dialética criação-destruição estabelece a destruição do sistema capitalista e a criação da sociedade socialista. A tese da *greve geral insurrecional* se pauta no entendimento de que a luta revolucionária é uma luta eminentemente econômica, ou melhor dizendo, uma luta pela emancipação econômica da classe trabalhadora. Para os bakuninistas a emancipação econômica só é possível com a destruição simultânea da propriedade privada e do Estado (BAKUNIN, 1979: 62). Assim, a greve geral tem objetivos programáticos definidos: a abolição da propriedade privada e a destruição do Estado, como condições necessárias para a emancipação dos trabalhadores. Ainda em termos programáticos, a proposta de organização da sociedade pós-revolução é a federação livre das comunas. Bakunin definiu com precisão esses objetivos programáticos numa carta endereçada ao companheiro Albert Richard, às vésperas da insurreição da Comuna de Paris:

Se Paris sublevar-se e triunfa, terá o dever e o direito de proclamar a completa liquidação do Estado político, jurídico, financeiro e administrativo – a bancarrota pública e privada, a dissolução de todos os poderes, de todos os serviços, de todas as funções e de todas as forças do Estado, o incêndio ou o júbilo pelo incêndio de todos os papéis, documentos privados e públicos. Paris apressar-se-á naturalmente a organizar-se por si mesma, bem ou mal, revolucionariamente, depois que os trabalhadores reunidos em associações tiverem apoderado-se de todos os instrumentos de trabalho, capitais e todos os tipos de prédios. Permanecendo armados e organizados por ruas e por bairros, eles formarão a federação revolucionária de todos os bairros, a comuna federativa. (BAKUNIN, 2012: 96).

Como já foi exposto anteriormente, os anarquistas desenvolveram a estratégia da greve geral insurrecional como uma resposta à necessidade do embricamento das lutas imediatas da classe trabalhadora como a ruptura revolucionária com o sistema capitalista. Portanto, a greve geral experimentada em vários países ao longo do século XIX foi apropriada pela teoria revolucionária

anarquista e se converteu numa das principais contribuições da teoria bakuninista para o sindicalismo revolucionário do final do século XIX e do século XX.

As divergências ideológicas, teóricas, estratégicas e programáticas entre anarquistas e marxistas no interior da AIT se intensificaram nos anos seguintes. Tanto no IVº Congresso, realizado em 1869 em Basileia, quanto no entendimento e na estratégia programática da Comuna de Paris (1871). As divergências atingiram seu ponto de ruptura definitiva no Vº Congresso, realizado em Haia no ano de 1872.

No ano de 1871 não foi realizado o congresso da AIT, em decorrência da Comuna de Paris. No lugar do congresso ocorreu uma conferência convocada pelo Conselho Geral da AIT, sob hegemonia de marxistas e blanquistas. A conferência aprovou a política de fundação de partidos operários para disputar as eleições burguesas e aumentou os poderes do Conselho Geral e tais decisões acirraram os conflitos entre anarquistas e marxistas na Primeira Internacional (COLE, 1974: 188-190).

No ano seguinte, em 1872, no congresso de Haia da AIT, as tensões entre os marxistas e seus partidários e entre os aliancistas e seus aliados atingiram seu ponto de inflexão, cujo resultado foi a cisão da Primeira Internacional. Por causa das dificuldades provocadas pelos desdobramentos da derrota da Comuna de Paris, o quinto congresso da AIT contou com baixa participação dos aliancistas, destacando a ausência das delegações da Itália e da França e do próprio Bakunin, assim os marxistas construíram uma maioria fictícia (COLE, 1974: 190). Os marxistas aprovaram a expulsão de Bakunin e James Guillaume e a transferência do Conselho Geral para os Estados Unidos. Entretanto, a maioria das seções não aceitou a decisão e, atendendo à convocação feita pelos anarquistas, foi realizado um novo congresso ainda em 1872, em Saint-Imier, que contou com a participação das seções italiana, espanhola, americana e francesa e a jurassiana (suíça). Posteriormente recebeu a adesão da seção belga. O congresso de Saint-Imier não reconheceu as decisões de Haia, e decidiu manter a organização da Internacional (COLE, 1974: 193).

Mesmo depois dessa cisão, anarquistas e marxistas continuaram disputando a hegemonia do movimento dos trabalhadores e o embate entre essas tendências contribuiu para o desenvolvimento de diferentes concepções, estratégias e programas para o movimento da classe trabalhadora, como se observa nos desdobramentos das divergências sobre a estratégia da greve geral. Assim, um dos debates mais conhecidos sobre essa divergência está presente no texto intitulado *Os Bakuninistas em Ação*, escrito pelo comunista alemão Friedrich Engels e publicado no jornal “Der Volksstaat” em novembro de 1873. Trata-se de uma análise crítica da estratégia traçada pelas lideranças bakuninistas da seção espanhola da AIT durante o levante popular espanhol de junho de 1873. Sobre a estratégia de greve geral, afirmou o comunista alemão:

No programa de Bakunin, a greve geral é o trampolim que leva à Revolução Social. Uma bela manhã, os operários de todas as associações de um dado país e até do mundo inteiro deixam o trabalho e em quatro semanas, no máximo, obrigam as classes dominantes a dar-se por vencidas ou a lançar-se contra os operários, com o que ganham o direito de se defenderem e, aproveitando a ocasião, de derrubarem a velha organização social. A ideia não é nova: primeiro foram os socialistas franceses e logo em seguida os belgas, desde 1848, a tentar montar este esquema que é, sem dúvida, pela sua origem um cavalo de raça inglesa (...). Também no congresso dos aliancistas celebrado em Genebra no dia 1 de setembro de 1873, desempenhou grande papel a Greve Geral, se bem que se tenha desde há bastante tempo reconhecido em todo o mundo que para a realizar é necessário que a classe operária possua uma organização perfeita e uma boa “caixa de greve”. E reside aqui exatamente a dificuldade maior do problema. Por um lado, os governos nunca permitirão que a organização nem as caixas de greve cheguem a um grande nível de desenvolvimento, sobretudo se continuamente se prega o abstencionismo político e por outro lado, os acontecimentos políticos e os abusos das classes poderosas irão facilitar a emancipação dos operários muito tempo antes de o proletariado atingir a reunião simultânea dessa organização e desse fundo de reserva. Mas no caso de possuir ambos os requisitos certamente não precisariam utilizar a greve geral para atingir a sua meta (ENGELS, [1873] 2012: 4).

Em sua argumentação, Friedrich Engels acusava de espontaneísta a tese bakuninista da greve geral, ironizando-a como uma ação dos trabalhadores que aconteceria “numa bela manhã”. Além disso, criticava a ausência de uma estratégia militar e, por último, considerava que a organização de um “fundo de greve” para uma greve geral exige um grau de organização tão elevado quanto a deflagração da ruptura revolucionária. Enfim, considerava a greve geral irrealizável nos termos da teoria anarquista.

A crítica de Engels à ação política dos bakuninistas na Espanha não se limitou à oposição à estratégia da greve geral insurrecional, mas se estende à posição anarquista de não participação dos trabalhadores nas eleições para o parlamento burguês.

É sabido que, na Espanha, ao produzir-se a cisão da Internacional, ficaram em vantagem os membros da Aliança Secreta; a grande maioria dos operários espanhóis aderiu a ela. Ao ser proclamada a República em fevereiro de 1873, os aliancistas espanhóis viram-se em situação muito difícil. A Espanha é um país muito atrasado industrialmente e por esse fato não se pode falar de uma emancipação *imediata* e completa da classe operária. Antes que isso possa acontecer, a Espanha terá que passar por etapas prévias de desenvolvimento e deixar para trás uma série de obstáculos. A República oferecia a oportunidade para tornar mais curtas essas etapas para liquidar esses obstáculos. Mas esta oportunidade só podia aproveitar-se por intermédio da *intervenção política*, ativa, da classe operária. A massa do operariado pensou desse modo e em todas as partes pressionou para que houvesse intervenção nos acontecimentos, para que se aproveitasse a ocasião para agir, em vez de deixar o campo livre para as

manobras e para as intrigas. O governo convocou eleições para as Cortes Constituintes. Que posição deveria adotar a Internacional? Os dirigentes bakuninistas estavam mergulhados na maior perplexidade. O prolongar da inatividade política tornava-se cada dia mais ridículo e mais insustentável; os operários queriam *atos*. E, por outro lado, os aliancistas tinham durante anos seguidos, pregado que não se devia nunca intervir em nenhuma revolução que não fosse encaminhada para a emancipação imediata e completa da classe operária, que o fato de empreender qualquer ação política implicava no reconhecimento do Estado, a grande origem do mal e que, portanto, e, muito especialmente, a participação em qualquer classe em eleições era um crime que merecia a morte. (ENGELS, 2012 [1873]: 1-2).

A argumentação de Friedrich Engels foi construída a partir de teses centrais da teoria da revolução do materialismo histórico: o desenvolvimento das forças produtivas e a revolução política. Engels identificava o atraso da industrialização espanhola como uma etapa a ser superada como condição necessária para o desenvolvimento de um contexto revolucionário. O regime político monárquico também foi identificado como um obstáculo à revolução proletária, portanto, a proclamação da república constituiria para ele outra condição fundamental para o avanço das lutas operárias.

No que diz respeito às condições objetivas e subjetivas da classe trabalhadora para a revolução, Engels destacou o desenvolvimento dos trabalhadores das indústrias, sua organização sindical e suas greves de caráter econômico e corporativo como a condição necessária inicial para o avanço da consciência de classe. Mas a organização político partidária e a participação nas eleições parlamentares, com a defesa de candidaturas operárias, permitiriam à consciência de classe alcançar um patamar superior. Por isso, ele condena a negação das eleições burguesas feita pela teoria anarquista.

É possível afirmar que para Engels, bem como para os demais teóricos da escola marxista, a estratégia da greve geral na concepção bakuninista limitaria a ação da classe trabalhadora ao plano das lutas econômicas imediatas, uma vez que ela é indissociável do “abstencionismo político”. Stéphane Just sintetizou bem a crítica marxista à tese da greve geral bakuninista:

Anarchistes et anarcho-syndicalistes qui voient dans la grève générale le moyen suprême pour résoudre la “question sociale” rejettent l'action politique et notamment la participation aux élections et l'agitation parlementaire. Ils bornent l'action du prolétariat aux moyens purement “économiques”, dont la “grève générale”. Ce faisant, ils se dressent ainsi qu'un obstacle sur la voie de la construction d'un mouvement ouvrier se développant sur tous les terrains de la vie sociale et politique. Ils nient que le prolétariat ait à s'emparer du pouvoir politique. S'ils sont pour la destruction en principe de l'État bourgeois, ils refusent néanmoins que le prolétariat s'en donne les moyens, et surtout que sur les décombres de l'État bourgeois il constitue son propre pouvoir, il construise son propre État. S'ils

commémorent la Commune de Paris, ils rejettent son enseignement, à savoir la nécessité de la réalisation de la dictature du prolétariat. Leur apologie de la grève générale n'est au fond qu'un moyen de couvrir leur carence politique, de masquer leurs limites en utilisant une phraséologie “gauchiste”. Dans ces conditions, la “grève générale” n'est qu'un rideau de fumée qui masque l'abandon du terrain décisif de la lutte des classes à la bourgeoisie: le terrain politique. La phrase gauche couvre cette capitulation et en prépare d'autres. (JUST, 2012 [1980]: 7)

Portanto, a crítica marxista à concepção anarquista da greve geral uma dimensão estratégica, uma vez que a considera “economicista”, mas também se estende ao plano programático, uma vez que procura reafirmar o programa da ditadura do proletariado para a organização social pós-revolução. Essas divergências também estão presentes na dimensão organizativa, pois, desde a Conferência de 1871, a linha política marxista é a organização de partidos políticos dos trabalhadores para a disputa das eleições burguesas, enquanto que a linha política anarquista é a reorganização do movimento dos trabalhadores como condição necessária para a retomada dos movimentos insurrecionais, isto é, para a deflagração da greve geral.

Os debates sobre a greve geral não ficaram restritos às divergências entre anarquistas e marxistas, mostra Étienne Buisson em sua obra *La Grève générale*, publicada em 1905. Buisson se propôs desenvolver um balanço crítico das concepções de greve geral presentes no interior do movimento sindical na virada do século XIX para o século XX. Portanto, sua análise compreende um contexto bem diferente das décadas de 1860 e 1870, quando as formulações e debates sobre a estratégia da greve geral tiveram um lugar privilegiado no interior da Internacional, isto é, Buisson se debruça sobre a temática da estratégia da greve geral num contexto marcado pelos efeitos da dissolução da Primeira Internacional. A AIT com sede em Nova Iorque se autodissolveu na Conferência da Filadélfia em 1876 e a AIT Federalista e Coletivista manteve sua existência até 1881.

Sendo assim, a partir da década de 1880 o movimento dos trabalhadores passa por um processo de reorganização que se caracterizou pela constituição das confederações de trabalhadores em cada país, que começou com a fundação, em 1895 da confederação francesa, *Confédération Générale du Travail* (CGT francesa), constituída da fusão da *Fédération Nationale des Syndicats*, hegemonizada por sindicalistas socialistas, principalmente os guesdistas, e da *Fédération des Bourses du Travail*, hegemonizada por socialistas anarquistas. Posteriormente, foram fundadas as confederações italiana, *Confederazione Generale del Lavoro* (1906) e espanhola, *Confederación Nacional del Trabajo* (1910). No caso da América do Norte a reorganização dos trabalhadores se deu a partir da fundação da *Federation of Organized Trades and Labor Unions of the United States and Canada*, em 1881, que passa a ser denominada *American Federation of Labor* a partir de 1886,

e no caso alemão foi fundada a *Comissão Geral dos Sindicatos da Alemanha*, em 1890.

Nesse contexto de reorganização, segundo Buisson, foram atribuídos diversos significados à noção de greve geral, *produzindo*, inclusive, dificuldades para o entendimento da estratégia da paralisação geral de todas as atividades do trabalhador. “*La variété des acceptions de l’expression grève générale a apporté* parfois un peu de confusion dans les discussions relatives à ce mode d’action prolétarienne” (BUISSON, 1905: 10). Diante dessa diversidade Buisson tenta encontrar o significado original da ideia de greve geral e identifica dois momentos da sua constituição: primeiro, as greves gerais teriam surgido com alternativas aos “lock-outs”, isto é, as greves patronias; em segundo lugar, sua primeira sistematização teria sido o texto de Bakunin publicado em 1869, no jornal *L’Egalité*, órgão da AIT (BUISSON, 1905: 6-7). E conclui que

La grève générale, dans son acception la plus large, dans son sens étymologique, peut se définir: la cessation de tout travail ouvrier dans toutes les branches de l’activité économique – industrielle, agricole ou commerciale – d’une nation. C’est là sa définition d’origine. (BUISSON, 1905: 9).

As divergências que apareceram eram sobre o significado de greve geral e sobre os seus objetivos. Segundo Étienne Buisson, a noção de greve geral passou a ser utilizada para designar greves de determinados ramos da indústria e do comércio que se generalizavam, que na verdade teriam características de greves gerais corporativas. Assim, ele considera que a noção de greve geral deve ser usada somente para designar “la cessation de tout travail ouvrier dans un pays, ou dans tous les pays, ou même dans une province ou dans une ville”, pois esse seria sua concepção original, e os demais movimentos paredistas deveriam ser denominados de greves generalizadas ou de greves gerais corporativas (BUISSON, 1905: 10).

Na década de 1880 a estratégia da greve geral teve destaque em momentos significativos para o movimento dos trabalhadores em reorganização que demarcaram bem as divergências quanto aos objetivos da greve geral. O primeiro caso foi a greve geral reivindicando jornada de trabalho de 8 horas por dia no 1º de maio de 1886 na cidade de Chicago. As correntes anarquistas que atuavam no interior da *American Federation of Labor* conseguiram aprovar a estratégia da greve geral em 1884 e a deflagraram em maio de 1886¹⁰⁷. Nesse caso e em outros, pode-se afirmar que a greve geral é utilizada como um objetivo reivindicativo, por ser considerada mais eficaz do que as greves parciais: “a huelga general apareció como una alternativa al fracaso sistemático de las huelgas parciales, huelgas localizadas en un solo lugar y una rama de la producción. Se trataba, en este caso,

107 Nesse período as correntes anarquistas nos Estados Unidos se organizavam na *International Working People’s Association (IWPA)*, fundada em 1882. Sobre a atuação dos militantes anarquistas nas lutas e greves pela jornada de 8 horas de trabalho ver MELLA, Ricardo. *Primeiro de maio dia de luto e luta: a tragédia de Chicago*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2005.

de proposer la generalización del conflicto para forzar un triunfo fundamentalmente laboral”. (GABRIEL, 1991: 17).

O segundo caso foi a aprovação da estratégia da greve geral na França pelo congresso da Fédération Nationale des Syndicats, em 1888. A resolução aprovada estabeleceu uma diferenciação entre as greves parciais e a greve geral: “Considérant que la grève partielle ne peut être qu’un moyen d’agitation et d’organisation; le Congrès déclare que, seule, la grève générale, c’est-à-dire la cessation complète de tout travail ou la Révolution sociale, peut entraîner les travailleurs vers leur émancipation” (BUISSON, 1905: 15). Portanto, entre os trabalhadores franceses reunidos no congresso da Fédération Nationale des Syndicats, as greves parciais eram instrumentos de agitação e organização, enquanto a greve geral era entendida como sinônimo de revolução social, ou seja, seu objetivo é a emancipação da classe trabalhadora.

Com a fundação da CGT francesa em 1895, a estratégia da greve geral passa a fazer parte da própria história da confederação dos trabalhadores franceses. Entretanto, as diversas correntes e tendências que confluíram para a sua fundação vão atribuir significados e objetivos diferentes para a greve geral:

La Confederation Générale du Travail, como se llamó la nueva central constituida en Limoges en septiembre de 1895, apareció, por tanto, en contra del guesdismo y su asunción de las tesis de la huelga general fue una pieza básica de la afirmación de la autonomía del sindicato frente a la lucha política de corte parlamentario y electoral. De todas formas, es importante percatarse que pocos habían planteado la huelga general como un único medio para lograr la emancipación del proletariado. En especial, para los allemanistas era un buen instrumento, pero no el único, y, em cualquier caso, debía ser planteada como una acción insurreccional a desarrollar internacionalmente. Para los blanquistas no era la cuestión un tema central, era un medio complementario y debía adoptar un carácter fundamentalmente de reivindicación política. Sólo para algunos anarcosindicalistas, notablemente para Pelloutier (que había roto con los socialistas guesdistas y se había aproximado a los anarquistas), Paul Delesalle y Emile Pouget la huelga general constituía una posibilidad revolucionaria plena, alternativa, en el fondo, al electoralismo y el parlamentarismo. (GABRIEL, 1991: 18-19).

Os desdobramentos dos debates sobre a estratégia das greves e a consolidação da CGT na França colocaram um outro elemento na concepção de greve geral: o entendimento de que a organização geral dos trabalhadores passa a ter a responsabilidade pela deflagração de uma greve geral. Assim, os sindicatos seriam responsáveis pelas greves parciais, as federações pelas greves gerais corporativas e a confederação pela greve geral.

A la centralisation des efforts, à la généralisation de la propagande syndicale, devait aussi correspondre un élargissement des moyens d’action.

Le syndicat local ou la fédération corporative avaient pour arme la grève partielle ou la grève corporative généralisée. La Confédération générale du travail, organe central de toutes les fédérations corporatives, devait avoir pour arme la grève générale de toutes les corporations du pays. Il y a là une correspondance logique des moyens d'action et des organismes qui les dirigent. (BUISSON, 1905: 21).

O terceiro caso de destaque são as greves gerais na Bélgica, onde o objetivo do movimento era a conquista do sufrágio universal. Deferentemente dos exemplos anteriores, a temática da greve geral na Bélgica passou de maneira decisiva pelo debate político partidário, tendo a reivindicação do voto universal como centro das lutas dos trabalhadores impulsionada pelo Partido Operário Belga, o que gerou uma polarização com os defensores da ação direta e da greve geral.

La fundación del Partido Obrero Belga (POB) en 1885 y el estallido de violencia social desencadenado en la región de Lieja al año siguiente abren un nuevo período en la lucha del obrerismo belga caracterizado por una cierta polarización y el subsiguiente contencioso entre los sectores partidarios de la acción directa de la huelga general y las marchas sobre Bruselas y aquellos que plantean, como objetivo político básico la lucha por el sufragio universal. (...) La llamada a la huelga general se realizará en diversos territorios de Valonia en particular entre los mineros de Charleroi y el Borinage. La extensión del movimiento obligará a un funcionamiento selectivo de las cajas de resistencia y al Consejo general del partido a endurecer sus posiciones respecto a la demanda del sufragio universal para no perder la iniciativa política. El congreso de diciembre de 1892 se dedicó sólo al tema de la relación entre el sufragio universal y la huelga general, y se propuso utilizar esta medida de forma inmediata si el Parlamento no asumía aquella petición después de realizar un referéndum favorable al sufragio universal. (BONAMUSA, 1991: 70-71).

As lutas e as configurações que assumiram as concepções da greve geral no interior do movimento dos trabalhadores belgas a partir da segunda metade da década de 1880 apontaram para a elaboração da noção de greve geral de protesto, ou seja, cujo objetivo não seria a revolução social, mas sim a conquista de determinadas reivindicações políticas ou econômicas. Inicialmente o foco dos partidários da concepção da greve geral de protesto é a luta pelo sufrágio universal, o que também ocorrerá na Áustria e na Alemanha (BONAMUSA, 1991: 67).

Na Alemanha os debates da estratégia da greve geral também passaram pelas organizações político partidárias, entretanto, foram delineados pelo conflito sobre a relação entre os partidos e as organizações sindicais, em especial com a Comissão Central de Sindicatos da Alemanha, como afirma Francesc Bonamusa:

Desde la creación del Partido Obrero Socialdemócrata (SDAP) (Eisenach, 1869) y la posterior formación del Partido Obrero Socialista de Alemania (Gotha, 1875), el sindicalismo tuvo un soporte político socialista. Durante la época de las leyes bismarkianas contra el socialismo, las agrupaciones

sindicales más antiguas tendieron a la concentración, a construir unas nuevas uniones corporativas a imagen y semejanza del proceso que seguían las centrales y patronales industriales y con el objetivo de poder negociar con fuerza la contratación colectiva. Estas diversas Uniones centrales se agruparán en 1890 en la Comisión Central de Sindicatos de Alemania, dirigida por Karl Legien. Su creciente potencial humano y financiero facilitó su autonomía, y con su toma de posición con respecto a opciones de imprecisa asignación (política o sindical), como la huelga general, ejerció una clara influencia en las decisiones del partido y se convirtieron en una fuerza de apoyo a los sectores moderados y reformistas en el seno del partido. (BONAMUSA, 1991: 53).

Os desdobramentos dessas divergências de concepção apontaram para resoluções que separavam as atribuições dos sindicatos e dos partidos, onde as ações dos primeiros se limitariam às reivindicações e negociações de caráter econômico e corporativo e as ações políticas, por sua vez, seriam atribuições dos partidos (BONAMUSA, 1991: 55). No terreno do debate internacional do movimento dos trabalhadores, os sindicalistas alemães polemizaram com as concepções anarquistas da greve geral e com a ideia da greve geral de protesto. De acordo com Bonamusa, as lideranças sindicais da Alemanha foram contrárias às concepções que atribuíam à greve geral um caráter ofensivo para as lutas da classe trabalhadora.

Así en el congreso de París de la Segunda Internacional (1900) el dirigente sindical alemán Karl Legien se oponía al francés Arístide Briand y cuatro años más tarde, en el de Amsterdam (agosto 1904), la delegación alemana sólo aceptaba la propuesta de la ponente holandesa Henriette Roland-Holst en el sentido de una utilización defensiva de la denominada huelga de masas. (BONAMUSA, 1991: 55-56).

Ainda é revelante destacar os desdobramentos dos debates acerca da estratégia da greve geral na Espanha depois do movimento e das lutas de 1873, que motivaram as críticas de Engels à concepção anarquista da greve geral insurrecional. Segundo Angel Duarte (1991), a ideia da greve geral perdeu força entre os trabalhadores espanhóis no período pós-lavante de 1873, ficando restrita a setores mais intelectualizados. Entretanto, argumenta Duarte, que a Espanha com uma crise econômica no final da década de 1890, e como resposta as classes dominantes parte para uma ofensiva contra a classe trabalhadora com a ampliação das formas de explorações, impondo a deterioração dos salários e das condições de trabalho, aumentando a jornada de trabalho e intensificando a exploração da mão de obra feminina e infantil (DURTE, 1991: 151-152). Diante dessa ofensiva, a classe trabalhadora espanhola retomou sua jornada de greves, primeiro com os operários das indústrias têxteis, organizados na Federação Têxtil Espanhola, e depois com a greve dos metalúrgicos, organizados na Unión Obrera Metalúrgica, em 1902 (DURTE, 1991: 153-154). Essa greve dos metalúrgicos se enquadra no tipo de greve geral corporativa.

Esse contexto de crise econômica e retomada das lutas operárias, constituiu um terreno propício para renovação da estratégia da greve geral entre os trabalhadores espanhóis. O trabalho de divulgação e defesa da greve geral foi responsabilidade das correntes anarquistas que, entre outras medidas, mantiveram um periódico de circulação no meio sindical intitulado *La Huelga General*, que tinha no militante anarquista Francesc Ferrer y Guardia um dos seus principais organizadores. Sobre o papel dos anarquistas, afirma Angel Duarte:

El último de los factores que explican el éxito de la fórmula de huelga general en los ambientes avanzados del obrerismo tiene que ver con el intenso debate intelectual que remueve las aguas del anarquismo finisecular. A menudo se alude a la influencia del sindicalismo revolucionario francés para explicar la decisión de los anarquistas catalanes de incorporarse a las sociedades obreras y dotarlas de una dirección revolucionaria. O, en menor medida, se ha hablado de la recuperación de la huelga general como instrumento revolucionario en el seno del movimiento libertario internacional. (DUARTE, 1991: 155).

Assim, as correntes anarquistas reintroduziram a estratégia da greve geral enquanto instrumento insurrecional em meio as lutas sindicais na Espanha. O desdobramento desses debates e o amadurecimento das lutas culminaram com a greve geral de Barcelona de 1909¹⁰⁸, quando a *Solidaritat Obrera* deflagrou a greve contra o recrutamento de reservistas para reforçar a militarização do Marrocos, então colônia espanhola.

Étienne Buisson conclui, depois de analisar as concepções e as experiências de greves gerais na Europa no final de século XIX e nos anos iniciais do século XX, que a estratégia da greve geral insurrecional não teria a possibilidade de obter o êxito desejado, ou seja, a Revolução Social. Ele chega a essa conclusão considerando, por um lado, que os trabalhadores não possuem a organização necessária para levar a cabo os objetivos revolucionários da greve geral e, por outro lado, que o Estado burguês se encontraria suficientemente forte para derrotar os movimentos insurrecionais.

A la question de savoir si la grève générale est actuellement réalisable, s'il faut en propager le culte et la foi dans la classe ouvrière, s'il faut placer en elle tous les espoirs de demain, la réponse doit certainement être négative. La grève générale révolutionnaire est aujourd'hui impossible à réaliser, d'une part parce que la classe ouvrière est mal organisée, mal disciplinée, ne dispose ni des forces morales, ni des ressources matérielles nécessaires pour assurer le succès; d'autre part, parce que l'État bourgeois est toujours trop puissant et les classes possédantes trop unies dans leur communauté d'intérêts pour que le bloc des puissances combinées de l'État et du Capital ne puisse victorieusement tenir tête à l'effort encore maladroit du prolétariat. (BUISSON, 1905: 83).

108 Sobre a Greve geral de Barcelona de 1909, veja RUBÍ, Gemma. Protesta, desobediencia y violencia subversiva: La Semana Trágica de julio de 1909 en Cataluña. *Pasado y Memoria. Revista de Historia Contemporánea* n. 10 (2011): 243-268.

Como Étienne Buisson publicou sua obra em 1905, certamente não incluiu a Revolução Russa de 1905 nas suas análises. Talvez a experiência russa pudesse contribuir para a elaboração de uma conclusão menos pessimista quanto à possibilidade de execução e êxito da estratégia da greve geral. De fato, a Revolução Russa colocou, ou melhor, recolocou o debate sobre a estratégia da greve geral noutra patamar, pois permitiu a reivindicação do seu caráter revolucionário.

A importância da Revolução Russa de 1905 para o debate teórico e ideológico sobre a greve geral pode ser encontrada nas análises de Rosa Luxemburgo, que será a responsável por recolocar a teoria da greve geral no âmbito da tradição marxista, não para negá-la, mas sim numa tentativa de incorporá-la à teoria da revolução marxista. Assim, suas teses sobre os diversos formatos das greves e a relação entre os diferentes formatos das greves são desenvolvidas a partir da crítica à teoria anarquista da greve geral, uma vez que a Revolução Russa de 1905 foi entendida como o resultado de uma greve geral. Portanto, as análises da comunista alemã tinham dois objetivos: reabilitar as teses de Marx e de Engels contra a teoria anarquista da greve geral e combater as concepções reformistas sobre a greve geral.

Hoje a Revolução Russa submeteu essa argumentação a uma revisão fundamental; permitiu, pela primeira vez na história da luta de classes, a grandiosa realização da ideia da greve de massas, e mesmo – explicá-lo-emos com mais detalhes – da greve geral, inaugurou assim uma nova época na evolução do movimento operário. Não deve concluir-se que Marx e Engels sustentaram erradamente a tática da luta política ou que a sua crítica ao anarquismo seja falsa. (LUXEMBURGO, 2010: 243).

No esforço de fazer a defesa da teoria marxista, a comunista alemã acusa os anarquistas de “revolucionários românticos” que se limitavam a fazer a propaganda da greve geral e, portanto, estariam presos às suas concepções idealistas, desconsiderando os processos históricos da luta de classes.

Os anarquistas concebem somente duas condições materiais preliminares nas suas especulações “revolucionárias”: em primeiro lugar, “o espaço etéreo”, e em seguida a boa vontade e coragem de salvar a humanidade do vale de lágrimas capitalista em que hoje geme. (LUXEMBURGO, 2010: 246).

Na verdade, a autora marxista considera que a greve geral não é o produto de uma ação consciente da classe trabalhadora, mas sim de condições externas à própria luta de classes:

É tão difícil “propagar” a greve de massas como meio abstrato de luta, como “propagar” a revolução. A “revolução” e a “greve de massas” são conceitos que não representam mais do que a forma exterior de luta de classes e só têm sentido e conteúdo quando referidas a situações políticas bem determinadas. (LUXEMBURGO, 2010: 250).

Rosa Luxemburgo procurou reafirmar as críticas de Engels à teoria anarquista da greve geral insurrecional classificando-a como uma teoria idealista e voluntarista, uma vez que são as condições econômicas e políticas objetivas que determinam os processos revolucionários, não a ação política da classe trabalhadora. Na verdade, a ação política dos trabalhadores seria espontânea, ou seja, não teria um planejamento e uma direção anteriores. Assim, ao destacar a dimensão espontânea da greve geral da Rússia de 1905, a comunista alemã tentava comprovar que a greve geral não poderia ser planejada, não poderia fazer parte de um plano estratégico para o desenlace revolucionário.

O elemento espontâneo desempenha, como vimos, um enorme papel em todas as greves de massas na Rússia, quer como elemento motor, quer como freio. Este fato não é motivado por a social-democracia russa ser ainda jovem e fraca, mas porque em cada ato particular de luta tomam parte uma infinidade de fatores econômicos, políticos e sociais, gerais e locais, materiais e psicológicos, de tal maneira que nenhum deles pode ser definido ou calculado como um exemplo aritmético. Mesmo se o proletariado, com a social-democracia na cabeça, desempenhar o papel de dirigente, a revolução não é uma manobra do proletariado, mas uma batalha que se desenrola enquanto à sua volta desmoronam e se deslocam sem cessar todos os alicerces sociais. Se o elemento espontâneo desempenha um papel tão importante na greve de massas na Rússia, não porque o proletariado russo seja “deseducado”, mas porque as revoluções não se aprendem na escola. (LUXEMBURGO, 2010: 290).

A comunista alemã recoloca a tese de Marx de que as lutas sindicais e as greves são lutas apenas contra os efeitos do sistema capitalista, ou seja, contra os baixos salários, a pobreza, as péssimas condições de trabalho, não contra as causas, isto é, não contra o próprio sistema capitalista. Considerando essa tese marxista, a afirmação de Rosa Luxemburgo de que “não é greve de massas que produz a revolução, mas sim a revolução que produz a greve de massas”, passa a ter um sentido pleno, ou seja, não seria possível falar em estratégia da greve geral insurrecional, pois a greve de massas só pode assumir um caráter de ruptura sistêmica num contexto pré-revolucionário ou revolucionário. E as condições de uma situação pré-revolucionário, ou revolucionário, independem dos movimentos grevistas.

As greves e as organizações sindicais têm, na teoria marxista, um papel eminentemente pedagógico, uma vez que, a partir das experiências concretas de luta contra as classes dominantes, ou melhor, contra os efeitos do capitalismo, possibilitam a elevação da consciência de classe dos trabalhadores para a organização política – o partido – e a luta política – a conquista do poder., como resume o sociólogo Giovanni Alves:

Para Marx, a política tinha o seu verdadeiro estatuto no movimento social da classe, das suas lutas econômicas, que tendiam a criar, quando generalizadas, uma consciência de classe. Essas lutas econômicas generalizadas é que dariam a condição moral para a criação de um partido

político da classe operária, cuja meta fosse a conquista do poder político como meio de obter a total emancipação (ALVES, 2003: 194).

A crítica marxista à teoria anarquista da greve geral insurrecional negligencia aspectos centrais presentes nas teses de Bakunin e de seus aliados, como Adhémar Schwitzguébel e James Guillaume. Primeiro, na concepção anarquista, a greve geral não ocorrerá numa “bela manhã”, na verdade a greve geral seria o resultado de um processo de luta, da preparação das organizações dos trabalhadores e do desenvolvimento da própria classe trabalhadora enquanto força coletiva, possibilitando o entrelaçamento dos vários movimentos grevistas que culminariam na deflagração da paralisação de todos os trabalhadores, impedindo a produção e a circulação de mercadorias. Nesse sentido, a teoria anarquista procura recorrer ao significado original da noção de greve geral, conforme argumentação de Étienne Buisson (1905).

Portanto, a greve geral implicaria em dois elementos: 1) paralisar a produção e serviços, em todos os seus ramos e setores; 2) paralisar a circulação de mercadorias, através do estrangulamento dos meios de troca, transporte. A greve geral significaria a paralisação das principais cadeias de produção e acumulação da economia capitalista. Implicaria também que as ações de resistência e confronto com a ordem se intensificam exatamente em razão das implicações econômicas de tal paralisação. Por isso, na perspectiva bakuninista a greve geral pressupõe que as greves se multipliquem e se interpenetrem, produzindo a anarquia social, ou seja, a subversão da ordem estabelecida com os trabalhadores rompendo coletivamente o “contrato de trabalho” e mostrando seu poder sobre a produção e a circulação de mercadorias. A anarquia social na dialética serial antinômica proudhoniana é a negação da anarquia do capital.

Em segundo lugar, os marxistas ignoram o caráter insurrecional da greve geral na perspectiva anarquista, ou seja, a vitória da greve geral dependente da organização e da força militar da classe trabalhadora, organizando a violência revolucionária. A noção de insurreição pressupõe o povo em armas e, nesse caso, a Comuna de Paris será utilizada pelos anarquistas como sua principal referência de movimento insurrecional.

Outros aspectos da teoria anarquista são explicitados pelo anarco-comunista italiano Errico Malatesta (1853-1932)¹⁰⁹, um dos principais teóricos do sindicalismo revolucionário, que, no texto *A greve geral*, publicado em 1922 no jornal *Umanità Nova*, faz um balanço da estratégia da greve geral desde sua formulação na Primeira Internacional, recuperando-a como estratégia da revolução social: “A 'greve geral' é, sem qualquer dúvida, uma arma poderosa nas mãos do proletariado; é ou pode ser o modo e a ocasião de desencadear uma revolução social radical (MALATESTA, 2010:

¹⁰⁹ Malatesta participou da fundação da seção italiana da AIT na sua juventude. Também ingressou na Aliança militando ao lado de Bakunin. Tornou-se o principal expoente do anarco-comunismo italiano e teórico e defensor do sindicalismo revolucionário.

79).

Partindo da sua experiência de luta na AIT, o anarco-comunista italiano procura rebater as críticas marxistas à estratégia da greve geral:

Os marxistas puseram-se a dizer que “a revolução não se faz, surge”; diziam que o socialismo viria necessariamente seguindo “o curso natural e fatal das cousas” e que o fator político (a força, a violência posta ao serviço dos interesses económicos) não tinha nenhuma importância, e o fator económico determinava a vida social por completo. E, assim, a preparação da insurreição foi deixada de lado e praticamente abandonada. (MALATESTA, 2010: 81).

A teoria revolucionária anarquista não pressupõe um estágio específico de desenvolvimento da economia industrial capitalista ou um regime político determinado para as condições favoráveis à luta emancipacionista e para a ruptura sistêmica. As condições econômicas e políticas objetivas da revolução são as estruturas e relações de dominação e exploração de classe. Portanto, a teoria da revolução anarquista está centrada na teoria das forças coletivas do proletariado, isto é, a capacidade de luta e organização dos trabalhadores enquanto classe, enquanto sujeito coletivo e histórico. Apesar de circunscritas e pressionadas pelas estruturas econômicas e políticas, as forças coletivas teriam a capacidade de romper os obstáculos sistêmicos. Ou seja, na concepção da dialética serial antinômica, as forças coletivas são *criadoras* e *destruidoras*, como explica George Gurvitch:

Outro aspecto do movimento dialético próprio da realidade social é o das “forças coletivas”. Essas forças coletivas são irreduzíveis às forças individuais e não consistem em absoluto na soma delas, pois em um grupo, em uma classe ou em uma sociedade, os esforços associativos produzem forças centuplicadas. Ora, essas forças coletivas podem tornar-se destrutivas, sombrias, opressoras e ameaçar a própria existência da sociedade e, sobretudo, seu impulso para a criação. (GURVITCH, 1987: 102).

Portanto, para os teóricos do anarquismo não só os movimentos grevistas podem assumir a condição de movimentos revolucionários, como também podem criar as condições para o desenlace revolucionário a partir da estratégia da greve geral, resultante dos desdobramentos da série dialética *criação-destruição*. Assim, os anarquistas defendem a greve geral como estratégia para a revolução e defendem o desenvolvimento da teoria e da tática para a construção da greve geral insurrecional. Pode-se concluir, que na perspectiva anarquista, a teoria da greve geral permite a confluência das lutas econômicas da classe trabalhadora com a luta pela sua emancipação da exploração capitalista.

Malatesta destaca ainda que a estratégia da greve geral insurrecional foi lançada pelas correntes ou tendências do movimento dos trabalhadores contrários à ação parlamentar, uma vez que entendem a participação no parlamento como sinônimo de integração ao sistema vigente.

Entretanto, a não participação nas eleições burguesas não significaria “abstencionismo político”, pois o anarco-comunista não aceita a redução da ação política à ação parlamentar. Assim, as formas de organização dos trabalhadores e as lutas reivindicativas também são ações políticas da classe trabalhadora.

Foi então, diante deste estado de cousas e deste estado de espírito geral, que a ideia da greve geral foi lançada e acolhida com entusiasmo por aqueles que não tinham confiança na ação parlamentar e que viam na greve geral uma via nova e promissora que se abria à ação popular. (MALATESTA, 2010: 81).

Além de criticar o posicionamento das correntes marxistas, Malatesta também criticou as concepções reformistas da greve geral, que não só continuaram presentes no movimento sindical, mas se tornaram hegemônicas no movimento sindical inglês, alemão, belga, austríaco e estadunidense, mesmo depois do impacto e da importante Revolução Russa de 1905. Segundo Malatesta, para os reformistas a greve geral assumiria a forma e o conteúdo das greves de protesto, com reivindicações dentro da ordem capitalista. O anarco-comunista afirmava que as greves gerais de protesto seriam a negação da revolução social, porque teriam o objetivo de “apoiar reivindicações de ordem econômica e política compatíveis com o regime” e, na prática, substituiriam a insurreição pela greve geral, pois a greve geral teria um fim em si mesma (MALATESTA, 2010: 82).

Os debates apresentados permitem concluir que as interpretações e concepções sobre a estratégia da greve geral se desenvolveram de acordo com as orientações teórico-ideológicas das diversas correntes e tendências do movimento sindical. Entre as correntes e tendências conservadoras e corporativistas predominaram a recusa ou o esvaziamento da greve geral. As correntes e tendências reformistas e socialdemocratas atribuíram o sentido das greves gerais de protesto, voltadas para reivindicações dentro da ordem. Os revolucionários desenvolveram a defesa da greve geral insurrecional, sendo que para os comunistas a greve geral seria parte do longo processo revolucionário, determinado por fatores econômicos e políticos específicos, e para os anarquistas a greve geral seria a ação política impulsionadora da ruptura revolucionária.

Capítulo VI: Organização e consciência de classe

*Nós fomos de fumo embriagados,
Paz entre nós, guerra aos senhores!
Façamos greve de soldados!
Somos irmãos, trabalhadores!
Se a raça vil, cheia de galas,
Nos quer à força canibais,
Logo verá que as nossas balas
São para os nossos generais!*

Eugène Pottier, Hino da Associação Internacional dos Trabalhadores, 1871.

A insurreição e o massacre da Comuna de Paris impactou significativamente o movimento operário internacionalista e fomentou debates que se tornaram centrais para a construção dos movimentos posteriores. Em grande medida reativou debates anteriores lançando sobre eles novas questões e interpretações.

Diante da derrota da Comuna, sem dúvida um debate era sobre os motivos de sua derrota, e mais do que questões estratégicas e programáticas, a dimensão político-ideológica e as condições subjetivas da classe trabalhadora foram igualmente pautadas. Na sua obra *O Império Knuto-germânico e a revolução social*, 1871, Bakunin procurou analisar todas essas variáveis, dedicando importante atenção à problemática da consciência de classe, como se percebe no trecho a seguir:

Mas o instinto não é uma arma suficiente para proteger o proletariado contra as maquinações reacionárias das classes privilegiadas. O instinto abandonado a si próprio, enquanto não é transformado, ainda, em consciência refletida, em um pensamento claramente determinado, deixa-se, facilmente, desorientar, falsear e enganar. Mas é impossível, para ele, elevar-se a esta consciência de si próprio, sem a ajuda da instrução, da ciência; e a ciência, o conhecimento dos negócios e dos homens, a experiência política, faltam completamente ao proletariado. A consequência é fácil de tirar: o povo quer uma coisa; homens hábeis, aproveitando de sua ignorância, o fazem fazer outra, sem que ele ao menos duvide que está fazendo o contrário do que quer, e quando ele percebe, no final, é geralmente tarde demais para consertar o mal que ele fez e, naturalmente, necessariamente e sempre, ele é a primeira e principal vítima. (BAKUNIN, 2014: 174-175).

Nesse trecho, o anarquista russo estabelece uma distinção entre “instinto” e “consciência refletida”. Certamente uma polêmica rica para o debate sobre a própria condição da classe trabalhadora e sua consciência de classe. E esse é o tema abordado no presente capítulo: como as teorias comunista e anarquista entendem a condição de classe do proletariado e sua consciência.

Mas não será um debate somente das reflexões abstratas dos teóricos dessas duas tradições revolucionárias, será, principalmente, considerando o método de análise de baixo para cima, a busca pela compreensão de como suas teorias foram desenvolvidas a partir da inserção na construção e nos conflitos no interior da AIT e nos contextos de luta e revoluções subsequentes, incluindo abordagens mais contemporâneas presentes em estudos acadêmicos.

6.1. Consciência de classe e o papel do sindicalismo na teoria marxista

Nas páginas de *A ideologia Alemã*, Marx e Engels, ainda em 1846, lançam as bases do conceito de consciência de classe segundo o materialismo histórico. A afirmação de que “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX e ENGELS, 2007: 94), é a ruptura com os postulados da escola idealista. A consciência e todos os sistemas de ideias são, pelos pressupostos do materialismo histórico, resultado das determinações materiais.

Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais e ativos, tais como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formulações mais desenvolvidas. (...) A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam. Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta, sua realidade, seu pensar e os produtos de pensar. (MARX e ENGELS, 2007: 94).

A consciência é, conseqüentemente, produto dos homens concretos inseridos em determinado modo de produção e de relações de produção correspondentes. Portanto, o trabalho, ou melhor, as relações de produção determinam a constituição da consciência. Nessa perspectiva, a consciência é determinada por forças estruturais, tais como o modo de produção, o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. Mas também elementos conjunturais que se apresentam em determinados contextos históricos e sociais.

Marx desenvolve sua teoria da consciência de classe no debate com a teoria anarquista, em especial com a teoria de Proudhon, desenvolvida na obra *Sistema das Contradições Econômicas ou Filosofia da Miséria*, 1846, ao escrever a *Miséria da Filosofia*, 1847. O comunista alemão estabeleceu a relação entre as condições econômicas e a condição de classe.

As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Essa massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta, de que assinalamos

algumas fases, essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. (MARX, 1985, 159).

Não se trata de uma teoria somente aplicável ao processo histórico da formação da classe trabalhadora, pois na perspectiva marxista a formulação da evolução da condição de *classe em si* para a condição de *classe para si* corresponde a uma teoria geral sobre a formação das classes sociais, como ele aplica na formação da própria classe burguesa.

Na burguesia, temos duas fases a distinguir: aquela durante a qual ela se constituiu em classe sob o regime da feudalidade e da monarquia absoluta, e aquela em que, já constituída em classe, derrubou a feudalidade e a monarquia, para fazer da sociedade uma sociedade burguesa. A primeira destas fases foi a mais longa e exigiu os maiores esforços. Ela também havia começado por coalizões parciais contra os senhores feudais. (MARX, 1985: 119).

Como se vê, Marx considera o processo de formação da classe trabalhadora análogo aquele processo de formação da burguesia, incluindo a comparação da formação das coalizões burguesas contra os senhores feudais, com as coalizões operárias da sua época, tema, como já foi abordado, polêmico entre ele e Proudhon.

Porém, o aspecto a ser destacado é o elemento da organização em torno de interesses comuns como condição necessária para a passagem da condição de *classe em si* para a *classe para si*. Assim, as organizações sindicais passariam a ter uma atenção especial na teórica revolucionária do marxismo, mas, na verdade, o sindicalismo tem um lugar ambíguo nas formulações marxistas.

Da mesma forma que coube a Engels as primeiras formulações sobre as greves, na obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, 1845, ele também foi responsável pelas primeiras análises sobre o sindicalismo na tradição do materialismo histórico. Considerando a legalização das associações de trabalhadores na Inglaterra a partir de 1824, o comunista alemão observa que os *trade-unions* se multiplicaram rapidamente pelo país e apresenta as suas funções:

Eram suas finalidades fixar o salário, negociar *en masse*, como *força*, com os patrões, regular os salários em relação aos lucros patronais, aumentá-los no momento propício e mantê-los em todas as partes no mesmo nível para cada ramo de trabalho; por isso, trataram de negociar com os capitalistas uma escala salarial a ser cumprida por todos e recusar empregos oferecidos por aqueles que não a respeitassem. Ademais, outras finalidades eram: manter o nível de procura do trabalho, limitando o emprego de aprendizes e, assim, impedir também a redução dos salários; combater, no limite do possível, os estratagemas patronais utilizados para reduzir salários mediante a utilização de novas máquinas e instrumentos de trabalho etc.; e, enfim, ajudar financeiramente os operários desempregados. (ENGELS, 2007: 250).

Ele ainda destaca os limites impostos pela própria legislação às ações das *trade-unions*:

Vejamos agora os meios que essas associações costumam utilizar para a consecução de seus objetivos. Se um patrão, ou mais de um, recusa-se a pagar o salário fixado pela associação, esta o procura com uma delegação ou envia-lhe uma petição (como se vê, os operários sabem reconhecer o poder do industrial em seu pequeno Estado, a fábrica, da qual é senhor absoluto); se disso nada resulta, a associação ordena a suspensão do trabalho e os operários vão embora. Essa suspensão do trabalho (*turn-out* ou *strike*) é parcial, quando um ou alguns patrões se recusam a pagar o salário proposto pela associação, ou geral, quando a recusa provém de todos os patrões de um determinado ramo. Esses são os meios legais de que se pode valer a associação, desde que a suspensão do trabalho seja precedida de um aviso prévio – o que nem sempre acontece. Tais meios, no entanto, são extremamente limitados, porque há operários que não participam da associação e outros que, seduzidos pelas efêmeras vantagens que os burgueses lhes oferecem, dela se afastam. Sobretudo no caso de greves parciais, os industriais não têm dificuldades em recrutar dentre essas ovelhas negras um certo número de indivíduos (chamados *knobsticks*) e levar ao fracasso os esforços dos operários associados. Habitualmente, os *knobsticks* são ameaçados pelos membros da associação, insultados, maltratados e agredidos, em suma, são atemorizados de várias formas; e basta que um deles faça uma denúncia em tribunal contra um membro da associação, caracterizando o cometimento de um ato ilegal, para que a associação seja penalizada – é que a burguesia, tão amante da legalidade, ainda conserva o poder nas mãos – e tenha sua força vulnerabilizada. (ENGELS, 2007: 250-251).

Realmente, nas suas primeiras formulações, Engels considerava que as organizações de tipo sindical, bem como as ações grevistas, tinham um alcance bem limitado na luta de classes. Limites impostos pelo poder de Estado e pela própria natureza das lutas travadas pelos sindicatos, isto é, lutas no limite das reivindicações econômicas.

Nos debates no interior da Internacional, Marx evidencia sua teoria sobre os limites dos sindicatos, num informe pronunciado por ele nos dias 20 e 27 de junho de 1865 nas sessões do Conselho Central de Londres, intitulado *Salário, preço e lucro*.

Os sindicatos trabalham bem como centro de resistência contra as usurpações do capital. Falham em alguns casos, por usar pouco inteligentemente a sua força. Mas, são deficientes, de modo geral, por se limitarem a uma luta de guerrilhas contra os efeitos do sistema existente, em lugar de ao mesmo tempo se esforçarem para mudá-lo, em lugar de empregarem suas forças organizadas como alavanca para a emancipação final da classe operária, isto é, para a abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado. (MARX, s/d [1865]: 378).

Na teoria marxista os sindicatos, do mesmo modo que sua forma prioritária de luta – as greves, estariam limitados pela natureza economicista das suas reivindicações, que, portanto seriam incapazes de alterar as condições de classe explorada dos trabalhadores. A superação desses limites

se daria no plano da organização político partidária e na luta pela conquista do poder.

Marx e seus partidários da AIT conseguiram aprovar durante a Conferência de Londres, realizada em 1871, a linha política necessária, segundo suas formulações, para superar os limites do sindicalismo, ou seja, a constituição de “partidos operários” com o objetivo de disputar as eleições parlamentares nos vários países. O historiador G. D. H. Cole relata esse momento:

Entre las decisiones tomadas en la Conferencia de Londres de la Internacional una declaraba la necesidad imperativa de que los obreros de cada país constituyesen su propio partido político, enteramente independiente de todos los partidos burgueses. La ausencia de los anarquistas y el hecho de que en la delegación francesa dominaran los blanquistas facilitó la aprobación de esta propuesta; pero no parecía que hubiese de ser aceptada por la oposición, que no tuvo representantes, la cual puso en duda la competencia de la reunión para obligar a la Internacional. Los grupos suizos hostiles a Marx convocaron en seguida a un congreso propio, rechazaron lo acordado en Londres, y publicaron una circular dirigida a todas las federaciones que formaban la Internacional, instándolas para que pidiesen la convocatoria de un verdadero congreso, para la fecha más próxima posible. Se puso de manifiesto que cuando se reuniese ese congreso sería inevitable una lucha sin cuartel entre los anarquistas y los federalistas, por una parte, y los centralistas y los partidarios de la acción política por otra. (COLE, 1974: 189-190).

Nesses debates durante a Conferência, Marx delimitou sua ruptura com os *trade-unions* ao se colocar sobre a proposta de fundação de uma federação londrina da AIT:

Marx, después de la verificación, reconoce que se han tomado decisiones en este sentido. Esto era un piadoso deseo; él era joven en ese tiempo, también él creía que la cosa era posible. Actualmente, él está persuadido de que las *trade-unions* no aceptarán esta federación; en Inglaterra, las *trade-unions* existen desde hace medio siglo y la gran mayoría de los obreros está fuera de las *trade-unions*, [que] son una minoría aristocrática. Los obreros más pobres no pueden unirse a ellas: la gran masa de los obreros, empujada diariamente por la evolución económica desde los campos a las ciudades, permaneció fuera de las *trade-unions* durante mucho tiempo, y los más pobres nunca pertenecen a ellas. Lo mismo ocurre con los obreros nacidos en los barrios Londres, donde uno de cada diez pertenece a los *trade-unions*. Los campesinos, los jornaleros, nunca pertenecen a las *trade-unions*. Las *trade-unions* por sí solos son impotentes: seguirán siendo una minoría. No tienen la masa de proletarios detrás de ellas, mientras que la Internacional influye directamente en los hombres. La Internacional no necesita la organización de las *trade-unions* para ganar a los obreros - las ideas de la Internacional los inspiran de inmediato. Es el único *trade-unions* que inspira plena confianza entre los obreros. (FREYMOND, 1973 [Tomo II]: 214-215).

É importante lembrar que nesse momento as lideranças *trade-unionistas* haviam abandonado seus cargos no Conselho Geral da AIT, porque discordaram da posição em relação à Comuna de

Paris, expressas no texto *Guerra Civil na França*, 1871 (COLE, 1947: 195).

Se as *trade-unions* passavam a ser entendidas pelos comunistas como organizações limitadas, ou mais, impotentes, a classe trabalhadora deveria concentrar-se em uma nova etapa de sua luta e organização: a luta político-eleitoral. No âmbito dos debates sobre a resolução da orientação da fundação dos partidos políticos operários, Engels ressaltou o lugar da luta política e criticou as posições que considerava abstencionistas.

La abstención absoluta en política es imposible; todos los periódicos abstencionistas hacen también política. El quid de la cuestión consiste únicamente en cómo la hacen y qué política hacen. Por lo demás, para nosotros la abstención es imposible. El partido obrero existe ya como partido político en la mayoría de los países. Y no seremos nosotros los que lo destruyamos predicando la abstención. La experiencia de la vida actual, la opresión política a que someten a los obreros los gobiernos existentes, tanto con fines políticos como sociales, les obligan a dedicarse a la política, quiéranlo o no. Predicarles la abstención significaría arrojarlos en los brazos de la política burguesa. La abstención es completamente imposible, sobre todo después de la Comuna de París, que ha colocado la acción política del proletariado a la orden del día. Queremos la abolición de las clases. ¿Cuál es el medio para alcanzarla? La dominación política del proletariado. Y cuando en todas partes se han puesto de acuerdo sobre ello, ¡se nos pide que no nos mezclemos en la política! Todos los abstencionistas se llaman revolucionarios y hasta revolucionarios por excelencia. Pero la revolución es el acto supremo de la política; el que la quiere, debe querer el medio, la acción política que la prepara, que proporciona a los obreros la educación para la revolución y sin la cual los obreros, al día siguiente de la lucha, serán siempre engañados por los Favre y los Pyat. Pero la política a que tiene que dedicarse es la política obrera; el partido obrero no debe constituirse como un apéndice de cualquier partido burgués, sino como un partido independiente, que tiene su objetivo propio, su política propia. Las libertades políticas, el derecho de reunión y de asociación y la libertad de la prensa: éstas son nuestras armas. Y ¿deberemos cruzarnos de brazos y abstenernos cuando quieran quitárnoslas? Se dice que toda acción política implica el reconocimiento del estado de cosas existente. Pero cuando este estado de cosas nos da medios para luchar contra él, recurrir a ellos no significa reconocer el estado de cosas existente. (FREYMOND, 1973 [Tomo II]: 229-230).

As posições defendidas por Marx, apontando os limites e as incapacidades das *trade-unions*, e por Engels, defendendo a organização de partidos políticos operários e a participação dos mesmos nas eleições burguesas, mostram uma evolução da teoria comunista, que, diante do acirramento da luta de classes, no contexto dos desdobramentos da derrota da Comuna de Paris, e do auge do conflito entre as correntes e tendências da AIT, tem uma inclinação explícita para as disputas eleitorais, renegando as lutas sindicais ao campo das reivindicações corporativistas.

Anos depois da dissolução da AIT, em 1881, numa série de artigos publicados no jornal *The Labor Standar*, Engels recupera e explicita o lugar dos sindicatos na luta de classes: “Em toda luta de classes, o fim imediato é a conquista do poder político: a classe dominante defende suas prerrogativas políticas, a maioria das quais asseguradas no corpo legislativo” (ENGELS, 2008: 74). O comunista alemão desenvolve seu argumento resumindo as lutas dos trabalhadores ingleses, que teriam começado com o movimento cartista, mas depois de sua derrota, os trabalhadores teriam se concentrado nos sindicatos. “À medida que se desintegrava a organização puramente política, ou seja, o partido cartista, a organização dos sindicatos se fazia cada vez mais poderosa” (ENGELS, 2008: 74). Assim, os trabalhadores permaneceriam presos aos limites dos sindicatos, até a conquista do sufrágio universal.

Esta medida abriu novas perspectivas à classe operária. Deu-lhe maioria em Londres em todos os centros industriais, o que lhe permitiu lutar contra o capital com novas armas e enviar ao Parlamento homens saídos da classe operária. E aqui devemos dizer que os sindicatos esqueceram seu dever de liderança da classe operária. Há mais de dez anos carregam a nova arma em suas mãos, mas raramente a usaram. (...) Com efeito começa a entender que o movimento atual, como gira exclusivamente em torno dos problemas de aumento de salários e de diminuição das horas de trabalho, mantém a classe em um círculo vicioso, porque o mal básico não reside no baixo nível de salários, mas sim no sistema de trabalho assalariado. Se esta tomada de consciência se estender no seio da classe operária, mudará consideravelmente a posição dos sindicatos: estes não gozarão muito tempo do privilégio de ser as únicas organizações da classe operária. (...) Em consequência, as organizações sindicais fariam bem em considerar os dois pontos seguintes: primeiro, aproxima-se a grandes passos o momento em que a classe operária deste país reclamará de maneira clara, sem margem para dúvidas, a sua plena participação no parlamento; segundo também se aproxima o momento em que a classe operária compreenderá que a luta por altos salários e a redução da jornada de trabalho – para a qual se volta toda ação sindical no atual momento – não é um fim em si, senão um meio muito necessário e eficaz, mas somente um meio entre outros para atingir um fim mais alto: a abolição do sistema de trabalho assalariado. (ENGELS, 2008: 75).

Engels defende uma evolução das formas de luta e organização, bem como da consciência da classe trabalhadora. Das greves e organizações sindicais, das lutas defensivas, os trabalhadores evoluem para as organizações políticas e para a disputa parlamentar, como caminho para a conquista do poder e, conseqüentemente, para emancipação. A elevação das lutas e da consciência da classe passam, portanto, pela organização num patamar superior, a organização político partidária.

O comunista russo Vladimir Lenin, que se tornaria o principal intérprete do marxismo no

século XX, continua os debates de Marx e Engels sobre consciência da classe operária na sua obra clássica *Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento*, publicada em 1902 no contexto de ascenso das lutas na Rússia Czarista, desenvolveu as teses marxistas da passagem da condição de *classe em si* e *classe para si* considerando as relações entre partido e consciência de classe e a diferenciação entre ação política espontânea e ação política consciente.

Já afirmamos que os operários nem sequer podiam ter consciência social-democrata. Esta só podia ser introduzida de fora. A história de todos os países comprova que a classe operária, valendo-se exclusivamente de suas próprias forças, só é capaz de elaborar uma consciência *trade-unionista*, ou seja, uma convicção de que é preciso reunir-se em sindicatos, lutar contra os patrões, cobrar do governo promulgação de umas e outras leis necessárias aos operários etc. Já a doutrina socialista nasceu das teorias filosóficas, históricas e econômicas formuladas por representantes instruídos das classes proprietárias, por intelectuais. Os fundadores do socialismo científico contemporâneo, Marx e Engels, pertenciam eles próprios, pela sua situação social, aos intelectuais burgueses. (LENIN, 2010: 89).

Na teoria leninista são definidos dois níveis hierárquicos de consciência. A reunião de interesses comuns constitui uma consciência imediatista das lutas econômicas, presa às condições objetivas da exploração capitalista. Uma consciência economicista. As lutas históricas, a dimensão revolucionária, a consciência socialista [social-democrata], é exterior à classe trabalhadora, tendo origens em intelectuais burgueses. Os trabalhadores por si mesmos não são capazes de elevar sua própria consciência ao patamar das lutas emancipatórias, essa consciência tem suas origens fora das suas experiências concretas de luta e organização.

As lutas no âmbito das reivindicações economicistas têm sua gênese em movimentos espontâneos, isto é, formas embrionárias de consciência, como afirma Lenin ao explicar o ascenso das lutas na Rússia na segunda metade do século XIX:

Houve, na Rússia, greves nas décadas de 1870 e 1880 (e mesmo na primeira metade do século XIX), que foram acompanhadas da destruição "espontânea" de máquinas etc. Comparadas a esses "motins", as greves após 1890 poderiam mesmo ser chamadas de "conscientes", tal foi o progresso do movimento operário naquele período. Isso nos mostra que o "elemento espontâneo", no fundo, não é senão a *forma embrionária* do consciente. Os motins primitivos já traduziam certo despertar da consciência. Os operários, perdiam sua crença costumeira na perpetuidade do regime que os oprimia; começavam... não direi a compreender, mas a sentir a necessidade de uma resistência coletiva e rompiam deliberadamente com a submissão servil às autoridades. Era, portanto, mais uma manifestação de desespero e de vingança que de *luta*. As greves após 1890 mostram-nos melhor os lampejos de consciência: formulam-se reivindicações precisas, procura-se prever o momento favorável, discutem-se certos casos e exemplos de outras localidades etc. Se os tumultos constituíam simplesmente a revolta dos

oprimidos, as greves sistemáticas já eram o embrião mas, nada além do embrião – da luta de classe. Tomadas em si mesmas, essas greves constituíam uma luta *trade-unionista*, mas não ainda social-democrata; marcavam o despertar do antagonismo entre operários e patrões; porém, os operários não tinham, e não podiam ter, consciência da oposição irreduzível e de seus interesses com toda a ordem política e social existente, isto é, a consciência social-democrata. Nesse sentido, as greves após 1890, apesar do imenso progresso que representaram em relação aos “motins”, continuavam a ser um movimento essencialmente espontâneo. (LENIN, 2010: 88-89).

Analisando essas afirmações é possível aproximar as conclusões de Lenin sobre as lutas na Rússia e as conclusões de Engels sobre a Inglaterra. O marxista alemão identifica uma evolução das formas de luta, organização e consciência de classe entre os trabalhadores ingleses, que se inicia com determinadas formas de crime, com o ludismo, as greves e os *trade-unions*, chegando ao partido cartista. Por sua vez, Lenin identifica a evolução dos “motins primitivos” de caráter espontâneo, para as greves e os sindicatos, chegando à necessidade da organização de um partido social-democrata para elevar qualitativamente a luta dos trabalhadores.

E o comunista russo conclui que o desenvolvimento da consciência revolucionária, na forma histórica da teoria social-democrata, foi independente dos movimentos espontâneos da classe trabalhadora:

Da mesma forma, na Rússia, a doutrina teórica da social-democracia surgiu de maneira completamente independente do crescimento espontâneo do movimento operário; emergiu como consequência natural, inevitável do desenvolvimento do pensamento entre os intelectuais revolucionários socialistas. A época de que falamos, isto é, por volta de 1895, essa doutrina constituía não apenas o programa perfeitamente estabelecido do grupo “Emancipação do Trabalho”, mas também conquistara para si a maioria da juventude revolucionária da Rússia. Existiam assim, ao mesmo tempo um despertar espontâneo das massas operárias, despertar para a vida consciente e para a luta consciente, e uma juventude revolucionária que, armada da teoria social-democrata, buscava aproximar-se dos operários. (LENIN, 2010: 90).

Portanto, o comunista russo é enfático ao avaliar os limites das greves, concluindo que para luta efetiva pela emancipação da classe trabalhadora “só pode ser levada a cabo pelo partido operário socialista, através da difusão entre os operários das justas ideias sobre o governo e sobre a causa operária” (LENIN, 2008: 107). As organizações sindicais e sua principal forma de luta encontram-se, segundo a teoria leninista, limitados pelo seu caráter econômico (*trade-unionista*). Assim, os sindicatos e as greves teriam uma função pedagógica, para elevar a consciência dos trabalhadores para a organização política – o partido – e a luta política – a conquista do poder.

As teses leninistas sobre o papel da organização partidária e a consciência de classe é

atualização das noções de *classe em si* e *classe para si*, onde a condição *em si* da classe é determinada pelas estruturas econômicas, que definem o próprio conceito de classe social.

Chama-se classes a grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo seu lugar num sistema de produção social historicamente determinado, pela sua relação (as mais das vezes fixada e formulada nas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos de pessoas, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro graças ao fato de ocupar um lugar diferente num regime determinado de economia social. (LENIN, 2008 [1920]: 13).

Como se vê, nessa definição a classe social é um produto das determinações econômicas que somente teria plena consciência da sua condição de classe, ou seja, seria uma *classe para si*, com a constituição do partido político dos trabalhadores, ou partido social-democrata ou partido operário de acordo com as suas diversas siglas históricas, responsável pelas lutas políticas de caráter emancipacionista. As lutas de caráter econômico, como os motins e as greves, espontâneas ou organizadas pelos sindicatos, ainda se encontrariam na condição de *classe em si* ou numa fase intermediária para a condição de *classe para si*, manifesta em “espasmos de consciência”.

A abordagem de Rosa Luxemburgo já foi bem explorada nos debates sobre as greves e a greve geral, mostrando sua perspectiva sobre o caráter espontâneo das lutas econômicas e imediatas e a necessidade da disciplina partidária para se travar as lutas de políticas. Porém ainda cabe ressaltar sua teoria sobre a relação entre o papel do partido e o papel dos sindicatos na luta de classes. Relação que ela explica defendendo que as distinções entre lutas econômicas específicas dos sindicatos e as lutas políticas desempenhadas pelos partidos é um “produto artificial do período parlamentar”, mas que numa “ação revolucionária de massas, a luta econômica e a luta política unem-se numa só, e as barreiras artificiais erguidas entre sindicatos e a social-democracia caem pura e simplesmente” (LUXEMBURGO, 2010: 318).

Reconhecendo que a separação entre os campos das lutas sindicais e partidárias são imposições do próprio regime de exploração e dominação do capitalismo, Rosa Luxemburgo estabelece a diferença entre os interesses econômicos imediatos e os interesses futuros – teleológicos.

A luta sindical abarca os interesses imediatos, a luta política da social-democracia os interesses futuros do movimento operário. (...) Os sindicatos representam o interesse de grupos particulares e um certo estágio do desenvolvimento operário. A social-democracia representa a classe operária e os interesses gerais de sua emancipação na totalidade. (LUXEMBURGO, 2010: 319).

Tendo esse entendimento e inserida nos debates da social-democracia e do sindicalismo alemão, a comunista combate o processo de burocratização dos sindicatos, resultante, segundo sua avaliação, do divórcio entre o partido e o sindicato, orientação dos defensores da tese da “igualdade de direitos” entre o partido e os sindicatos. No interior da social-democracia, essa tese era defendida pela corrente sindical da social-democracia, representado, especialmente Karl Legien, pela corrente “revisionistas”, cujo principal expoente era Eduard Bernstein. Opondo-se à posição desses setores, qualificados de “oportunistas”, Rosa Luxemburgo defende

unir novamente os sindicatos à social-democracia. (...) Não se trata, bem entendido, de destruir toda a estrutura sindical no partido, mas de restabelecer entre as direções da social-democracia e a dos sindicatos, entre os congressos do partido e as conferências dos sindicatos, a relação que de fato corresponde à que existe entre o movimento operário em seu conjunto e o fenômeno parcial, o sindicato. (LUXEMBURGO, 2010: 333).

A comunista alemã atualiza as teses marxistas sobre a relação entre o partido e os sindicatos, colocando entre essas duas organizações a necessidade da *unidade*, com o objetivo de criar as condições à passagem das lutas imediatistas para o projeto político teleológico, considerando que o papel das lutas imediatas é dos sindicatos e que o partido é o portador do projeto político teleológico.

Michael Löwy, importante teórico contemporâneo do marxismo, sintetizou bem a teoria do partido na perspectiva comunista:

O partido comunista é, portanto, o representante dos interesses históricos do proletariado internacional, isto é, da *totalidade*. Perante cada movimento parcial, puramente local ou nacional, ideologicamente confuso, estritamente reivindicativo, não consciente das finalidades últimas da luta de classes, ele desempenha o papel decisivo de *mediador dessa totalidade*. O partido comunista é a vanguarda do movimento operário, a fração do proletariado consciente de sua missão histórica. Mas ele é uma “minoridade esclarecida”, encarregada de realizar essa missão no lugar das massas proletárias. (LÖWY, 2015: 232-233).

Mas foi Georg Lukács em 1923, na obra clássica *História e consciência de classe*, que retomou os debates sobre consciência de classe e desenvolveu a teoria marxista da relação entre a organização partidária e a consciência de classe introduzindo o conceito de *reificação* para o entendimento da consciência do proletariado.

O conceito lukacsiano de reificação é construído numa abordagem original do conceito marxista de *fetichismo da mercadoria*, segundo o qual o modo de produção capitalista impõe a sobreposição do valor de troca ao valor de uso das mercadorias, o que significa a sobreposição do

trabalho abstrato, que produz valor de troca, sobre o trabalho concreto, produtor de valor de uso. O sistema capitalista expande essa propriedade para a totalidade das relações sociais, especialmente ao converter a força de trabalho do proletariado em mercadoria no processo de exploração e extração da mais-valia. A dimensão *fetichista* compreende a qualidade do processo de produção de mercadorias em o de ocultar a exploração nas relações de trabalho. E para Lukács o *fetichismo da mercadoria* se impõe à realidade social em sua forma de *objetivação*, como domínio da *reificação*. (LUKÁCS, 2003: 194-198). Assim, a *reificação* significa o predomínio da coisa/objeto sobre o sujeito/homem, por isso encontra-se presente no trabalho e na consciência dos indivíduos e na totalidade da vida social na sociedade dominada pelo processo de produção de mercadorias, que transforma tudo em valor-de-troca.

Portanto, a tese lukácsiana defende que o problema da mercadoria é o “problema central e estrutural da sociedade capitalista em todas as suas manifestações vitais” (LUKÁCS, 2003: 194). Assim sendo, o processo de coisificação das relações sociais é responsável pelo desenvolvimento das formas *reificadas de consciência*.

Apenas nesse contexto a reificação surgida da relação mercantil adquire uma importância decisiva, tanto para o desenvolvimento do objetivo da sociedade quanto para a atitude dos homens a seu respeito, para submissão de sua consciência às formas nas quais essa reificação se exprime, para as tentativas de compreender esse processo ou de se dirigir contra seus efeitos destruidores, para se libertar da servidão da “segunda natureza” que surge esse modo. (LUKÁCS, 2003: 198).

Considerando que “a estrutura da reificação, no curso do desenvolvimento capitalista, penetra na consciência dos homens de maneira cada vez mais profunda, fatal e definitiva” (LUKÁCS, 2003: 211), a luta de classes passa necessariamente pela superação da condição de *objeto* imposto à classe trabalhadora no processo de exploração da sua força de trabalho, convertida em mercadoria.

Enquanto ele [o proletário] for incapaz na prática de se elevar acima desse papel de objeto, sua consciência constituirá a *autoconsciência da mercadoria*, ou expresso de modo diferente, o autoconhecimento da sociedade capitalista. (...) Apenas quando a consciência do proletariado é capaz de indicar o caminho para o qual concorre objetivamente a dialética de desenvolvimento, sem no entanto poder cumpri-lo em virtude de sua própria dinâmica, é que a consciência do proletariado despertará para a consciência do próprio processo; somente então o proletariado surgirá como sujeito-objeto idêntico da história, e a sua práxis se tornará uma transformação da realidade. (LUKÁCS, 2003: 341 e 391).

Para o comunista húngaro, portanto, a realização da consciência de classe dos trabalhadores se efetiva quanto da luta contra a exploração do trabalho assume o caráter de luta pela emancipação

social, ou seja, com a definição do objetivo teleológico da luta de classes. Assim, a organização política partidária assume um papel central, como a portadora “da consciência de classe do proletariado, a consciência de sua missão histórica” (LUKÁCS, 2003: 128). A relação entre a classe trabalhadora e o partido é explicada da seguinte maneira:

A consciência de classe é a “ética” do proletariado, a unidade de sua teoria e de sua práxis, o ponto em que a necessidade econômica de sua luta emancipadora se transforma dialeticamente em liberdade. (...) Pois a força do partido é uma força moral: ela é alimentada pela confiança das massas espontaneamente revolucionárias, coagidas pela evolução econômica a sublevar-se, pelo sentimento das massas de que o partido é a objetivação de sua vontade mais íntima, ainda que não inteiramente clara para si mesma, a força visível e organizada de sua consciência de classe. (LUKÁCS, 2003: 129-130).

Mesmo procurando aprofundar o debate sobre o *fetichismo da mercadoria*, Lukács nos limites da dualidade das noções de *classe em si* e *classe para si*, agora sob a distinção entre “falsa consciência”, ou consciência reificada, e a “consciência verdadeira” da classe trabalhadora. Na condição da “falsa consciência”, a classe trabalhadora é “objeto” da economia capitalista, é a *classe em si*. Essa perspectiva é considerada uma teoria economicista que, segundo o cientista político Armando Boito Jr., foi a orientação teórico política predominante nos debates da Segunda Internacional e da Terceira Internacional (BOITO Jr, 2007: 193-194). Sobre as teses lukacsianas afirma Boito Jr.:

Para Lukács, a classe operária é um dado objetivo da economia capitalista. Logo, ele sustentará que a classe operária existe enquanto tal, mesmo quando os próprios operários não tenham consciência de tal existência. Pois bem, a partir do momento em que a classe operária, que já existe enquanto tal no terreno da economia, adquirir a consciência de sua própria existência e, portanto, da especificidade de seus interesses, e passará a ser uma “classe para si”. A existência objetiva será complementada pela existência subjetiva, dada pela “consciência de classe”. (BOITO Jr, 2007: 194).

O economicismo presente nas abordagens marxistas da consciência de classe sofreram críticas, como aquelas formuladas pelo filósofo Cornelius Castoriadis e pelo sociólogo Alain Bihr. Castoriadis critica as teses leninistas e estende suas críticas ao marxismo como um todo. Para o filósofo, os marxistas “afirmam que, considerando-se sua condição ‘objetiva’, o proletariado não é classe revolucionária; é apenas reformista (‘trade-unionista’). A consciência revolucionária é introduzida ‘de fora’, pelos ideólogos socialistas que, enquanto tais, provêm da burguesia” (CASTORIADIS, 1985: 49). Na sua concepção, ao contrário, não existe separação entre a situação objetiva dos trabalhadores, sua consciência e suas ações, isto é, “não há ‘consciência’ do proletariado fora do próprio proletariado” (CASTORIADIS, 1985: 15).

Por sua vez, Alain Bihr também questiona as teses que defendem a existência de níveis diferentes de consciência no movimento dos trabalhadores:

Não se pode dizer que o modelo social-democrata do movimento operário não atribua uma grande importância ao sindicalismo, assim como aos movimentos de cooperativos e mutualistas (...). Mas sua característica peculiar, apesar de tudo, é a colocação sob tutela política dessas diferentes formas de organização, cuja ação, considerada insuficiente, necessariamente deve ser substituída, completada e coroada por aquela do partido político. (...) De fato, o que caracteriza o modelo social-democrata do movimento operário, em última análise, é menos a afirmação da existência de dois (ou mais) níveis de consciência (em si mesma pouco discutível) – consciência sindical e consciência política, consciência espontânea e consciência socialista – do que a afirmação da *quebra* entre as duas, a proclamação da impossibilidade do transdesenvolvimento de uma em outra (formulação devida a Kautsky e integralmente retomada por Lenin). Os partidários e defensores desse modelo de movimento operário estão de fato convencidos que, deixado a si próprio, o proletariado é incapaz de ultrapassar o nível da consciência imediata. (BIHR, 1998: p. 23).

Numa abordagem original no campo dos estudos marxistas, o historiador inglês Edward P. Thompson, na obra *A formação da classe operária inglesa*, publicada em três volumes, defende a tese de que os trabalhadores tiveram participação ativa no seu processo de formação enquanto classe, processo esse identificado como o seu “fazer-se”. No desenvolvimento de sua tese do “fazer-se” da classe trabalhadora inglesa, o autor estuda o período entre 1770 e 1832 utilizando uma concepção de classe social diferente daquela normalmente qualificada como estruturalista e economicista.

Não vejo a classe como estrutura, nem mesmo como uma categoria, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. Ademais, a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluido que escapa ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura. (...) A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais. (...) A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem aos seus) dos seus. (THOMPSON, 1987 [vol. 1]: 9-10).

A compreensão da noção thompsoniana de classe passa necessariamente pelo conceito de *experiência*. Para o historiador inglês, a classe é uma categoria histórica e uma formação social e cultural, por isso, “não é uma coisa, é um acontecimento” (THOMPSON, 2001: 169). Em outras palavras, a classe trabalhadora só adquire existência ao longo de um processo histórico que envolve as experiências comuns que os trabalhadores compartilham entre si.

A classe se delinea segundo o modo como os homens e mulheres *vivem* suas relações de produção e segundo a *experiência* de suas situações determinadas, no interior de “conjunto de suas relações sociais”, com a cultura e as expectativas a eles transmitidas em nível cultural. (THOMPSON, 2001: 277).

A classe trabalhadora inglesa “acontece”, ou seja, assume sua condição histórica e social de classe nos anos de 1832 e 1833. Trata-se da classe “madura” e consciente da sua condição de classe. No início da década de 1830, segundo Thompson, a classe trabalhadora “não está mais no seu fazer-se, pois ela já foi feita” (THOMPSON, 1987 [vol. 3]: 411). O historiador chega a essa conclusão a partir de dois fatos históricos: primeiro, pelo crescimento da consciência de classe, isto é, “a consciência de uma identidade de interesses entre todos esses diversos grupos de trabalhadores, contra os interesses de outras classes” (THOMPSON, 1987 [vol. 2]: 17). Segundo pelo crescimento correspondente de organização política e industrial. Nas palavras do autor:

Por volta de 1832, havia instituições da classe operária solidamente fundadas e autoconscientes – sindicatos, sociedades de auxílio mútuo, movimentos religiosos e educativos, organizações políticas, periódicos – além das tradições intelectuais, dos padrões comunitários e da estrutura da sensibilidade da classe operária. (THOMPSON, 1987 [vol. 2]: 17).

No percurso feito por Edward Thompson a classe trabalhadora “estava presente ao seu próprio fazer-se” (THOMPSON, 1987 [vol. 1]: 9), num entendimento de que “uma classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma” (THOMPSON, 2001, p. 279). Assim, Thompson tenta superar os equívocos cometidos por outros teóricos marxistas, uma vez que recusa o determinismo econômico para definir as classes sociais e as teorias de que a consciência de classe é externa à própria classe e de que existem níveis hierárquicos dessa consciência.

O historiador inglês procura superar esses limites da teoria marxista com a introdução do conceito de *experiência*. Na teoria thompsoniana, a conexão entre o modo de produção e a consciência de classe é mediada pela *experiência* vivenciada por homens e mulheres.

Nesse sentido, a classe é uma formação tão “econômica” quanto “cultural”; é impossível favorecer um aspecto em detrimento do outro, atribuindo-se uma prioridade teórica. (...) O que muda, assim que o modo de produção e as relações produtivas mudam, é a *experiência* de homens e mulheres existentes. E essa experiência adquire feições classistas, na vida social e na consciência, no consenso, na resistência e nas escolhas de homens e mulheres. (THOMPSON, 2001, p. 260).

Em segundo lugar, Thompson atribui ao conceito de modo de produção uma interpretação mais ampla, ou seja, considera que “as relações de produção e seus correspondentes conceitos, normas e formas de poder devem ser tomados como um todo” (THOMPSON, 2003, p. 259). Assim,

Thompson entende a classe social enquanto sujeito do seu próprio processo de formação a partir de uma perspectiva que apreende a totalidade dos contextos sociais e históricos, ou seja, “fazer-se da classe operária é um fato tanto da história política e cultural, quanto da econômica” (THOMPSON, 1987 [vol. 2]: 17).

Se a experiência está submetida às determinações das condições materiais de existência, a consciência, ao contrário, não está submetida às mesmas determinações das relações de produção:

A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. (THOMPSON, 1987 [vol. 1]: 10).

Assim, as experiências são condicionadas pelas relações de produção, no caso da classe trabalhadora, pela exploração da força de trabalho, pelas condições de pobreza, pela aglomeração nos bairros operários, enfim, pelas condições materiais de existência que são impostas independentemente da vontade dos sujeitos sociais. A consciência de classe, ao contrário, é determinante e consciente, porque é responsável pela construção das concepções que atribuem sentido às próprias experiências que estão submetidas nas relações de produção. A consciência de classe, portanto, aparece como dimensão simbólica e cultural, onde homens e mulheres que vivenciam as mesmas experiências se identificam como possuidores de interesses contrários aos das outras classes.

Thompson considera que o *fazer-se* da classe e a consciência de classe são forjadas pela luta de classes, por isso, no caso inglês, na década de 1830, num contexto de acirramento da luta de classes, surge um novo sujeito histórico: a classe trabalhadora. Sua consciência de classe se materializa nas suas organizações de classe, organizações sindicais, que se diferenciam de outros organismos que aglutinavam várias classes sociais.

Portanto, na teoria de Thompson não há espaço para o reducionismo economicista, para a hierarquização da consciência ou para a noção de “falsa consciência”. Isso porque a agência assume um papel central na sua teoria, ou seja, a classe *faz-se* a si mesma, não podendo existir sem sua consciência.

Para superar os equívocos da corrente marxista estruturalista, Thompson aponta o papel central da dimensão cultural no processo social de formação das classes. Sendo assim, consciência de classe é entendida como condição *sine qua non* para a existência da própria classe. A primeira é, na teoria thompsoniana a “re-cognição das experiências culturais unívocas, isto é, do reconhecimento das tradições, símbolos, linguagem e valores morais compartilhados” (DIAS, 2009: 153).

Se a apropriação e a aplicação do conceito de cultura feita por Thompson para definir e entender a consciência de classe significa um avanço diante dos limites das interpretações estruturalistas do marxismo, também expõe uma fragilidade na teoria do historiador inglês: a ideologia e as disputas ideológicas no interior da própria classe são colocadas em segundo plano.

Apesar da obra *A formação da classe operária inglesa* privilegiar a heterogeneidade da classe trabalhadora no seu *fazer-se*, essa heterogeneidade não é explorada enquanto luta ideológica no interior da classe. Thompson considera que as experiências de trabalhadores paianistas, tecelões, luddistas, jacobinos, owinistas, médicos, soldados, estivadores irlandeses, metodistas, etc., convergiram para formação da classe trabalhadora inglesa, onde o *fazer-se* da classe é definido como um processo de “reconhecimento coletivo de identidades, sentimentos e aspectos culturais unívocos, cuja importância consegue sobrepujar as diferenças internas, em contraposição a outro conjunto de aspectos fundamentalmente distintos ou antagonicos” (DIAS, 2009: 153).

Outro aspecto que merece destaque é a ausência da noção de ideologia na definição thompsoniana de consciência de classe. Ao definir a consciência de classe como a forma como as experiências, determinadas pelas relações de produção, são tratadas em termos culturais, o historiador inglês, em primeiro lugar, deixa de privilegiar as construções ideológicas dos próprios sujeitos sociais. Em segundo lugar, não estabelece a distinção entre cultura e ideologia e, por último, não explora a dialética entre a economia, a política, a cultura e a ideologia, que constituem totalidade orgânica e contraditória dos sistemas sociais.

Se o conceito de experiência contribui para a tese de que não se pode separar a classe da sua consciência, ele trouxe outros problemas para a teoria thompsoniana: 1º) “se a experiência é a elaboração sobre o vivido não pode ser distinguida da consciência social”, ou seja, a experiência tende a englobar os termos que pretende mediar (BATALHA, 2000: 197); 2º) considerando que a experiência é determinada pelas relações de produção, a materialidade é pensada como economia, refazendo a armadilha economicista (ALBUQUERQUE Jr., 2007).

Thompson procurou resolver esses problemas dividindo a experiência em dois tipos distintos: a “experiência I”, que seria a experiência vivida, resultante das relações de produção, e a “experiência II”, que seria a experiência percebida, ou seja, aquela trabalhada pela consciência. Aqui Thompson recorre a um modelo explicativo muito esquemático, ampliando mais as mediações entre o ser social e sua consciência.

Outro limite na teoria thompsoniana, também resultante do não aprofundamento das questões ideológicas, é a não valorização das divergências e dos conflitos políticos e ideológicos no interior da própria classe trabalhadora. Apesar da sua obra deixar explícito o entendimento de que a classe trabalhadora é heterogênea na sua composição, e de frisar que o termo mais apropriado é

“culturas populares”, Thompson não privilegia a análise das diferentes ideologias em conflito no interior da classe trabalhadora.

A obra *A formação da classe operária inglesa* apresenta como diferentes experiências de luta e organização, tais como o movimento sufragista, o jacobinismo, o metodismo, os motins, as tradições dos artesões, o owenismo, o luddismo, enfim, um universo de diferentes concepções de mundo que convergiu, no contexto de novas relações de produção, para o acontecimento da classe trabalhadora. Esse é um grande mérito da obra de Thompson, entretanto, o historiador não valorizou as divergências entre essas diferentes formas de luta e organização, não explorou com a devida profundidade a luta pela hegemonia no interior da própria classe trabalhadora, tanto no seu *fazer-se*, quanto no momento histórico em que já estava feita.

Um exemplo dessa limitação é abordagem do owenismo. Embora Thompson afirme que existia “uma barreira quase intransponível entre Owen e o movimento radical popular e, ainda o sindical” (THOMPSON, 1987 [vol. 3]: 382), afirma que o owenismo contribuiu para o desenvolvimento de “*uma crítica do capitalismo enquanto sistema*”, pois

o owenismo foi a primeira das grandes doutrinas sociais a prender a imaginação das massas naquele período, que começava com a aceitação dos poderes produtivos ampliados da energia a vapor e da fábrica. O que estava em questão não era tanto a máquina, e sim a motivação do lucro; não as dimensões da empresa industrial, mas o controle da capital social por detrás. (THOMPSON, 1987 [vol. 3]: 408).

Numa perspectiva de análise dialética, além do entendimento da contribuição do owenismo (ou do movimento radical) para a formação da consciência da classe trabalhadora, é fundamental entender como o conflito político e ideológico entre owenistas e o movimento radical contribuiu para essa formação. Assim, se é correto afirmar que a consciência de classe não pode ser nem 'verdadeira' nem 'falsa', é igualmente correto afirmar que ela é o resultado do conflito entre diversas correntes políticas e ideológicas que disputam a hegemonia no interior da própria classe.

Quando Thompson afirma que de “1830 em diante, veio a amadurecer uma consciência de classe, no sentido marxista tradicional, mais claramente definida, com a qual os trabalhadores estavam cientes de prosseguir por conta própria em lutas antigas e novas” (THOMPSON, 1987 [vol. 3]: 304), não considera que a consciência dos trabalhadores seja a soma de todas as experiências de luta e organização desde 1780, mas sim o resultado do *fazer-se* da classe, que se desenvolveu a partir de dois aspectos:

Por um lado, havia uma consciência da identidade de interesses entre os trabalhadores das mais diversas profissões e níveis de realização, encarnadas em muitas formas institucionais e expressa, numa escala sem precedentes, no sindicalismo geral de 1830-34. (...) Por outro lado, havia uma consciên-

cia da identidade dos interesses da classe operária, ou ‘classes produtivas’, enquanto contrário ao de outras classes; dentro dela vinha levando ao amadurecimento da reivindicação de *um sistema alternativo*. (THOMPSON, 1987 [vol. 3]: 411).

Entretanto, continua Thompson, “a definição final dessa consciência era consequência, em grande parte, da reação da classe média à força operária”, explicitada na crise do Projeto de Lei da Reforma Eleitoral de 1832 (THOMPSON, 1987 [vol. 3]: 412). Essa cisão entre os operários e a classe média é “característica singular do desenvolvimento inglês”, provocada pela combinação entre três processos simultâneos desencadeados pelo exemplo da Revolução Francesa:

uma reação contrarrevolucionária despertada por pânico, da parte da aristocracia fundiária e comercial; um recuo por parte da burguesia industrial e uma acomodação (em termos favoráveis) ao *status quo*; e uma rápida radicalização do movimento popular pela reforma, a ponto de os quadros jacobinos suficientemente rijos para sobreviver às Guerras serem, em sua maioria, pequenos mestres, artesãos, malharistas e cortadores de tecido, e outros trabalhadores. Os vinte e cinco anos após 1795 podem ser vistos como os anos da longa contrarrevolução; por conseguinte, o movimento radical manteve um caráter largamente operário, tendo como teoria um populismo democrático avançado. (THOMPSON, 1987 [vol. 3]: 412).

A conclusão dessa argumentação de Thompson é que o movimento radical de caráter operário, tendo como teoria um “populismo democrático avançado” foi a experiência de luta e organização pela qual a classe trabalhadora inglesa forjou sua consciência de classe. Essa conclusão é consequência de uma análise que se superficializa, ao não aprofundar as divergências ideológicas no seio da classe trabalhadora, pois a consciência da classe, que se expressa nas suas formas de luta e organização, não é um fenômeno homogêneo, assumindo as formas das orientações políticas e ideológicas hegemônicas naquele determinado contexto social e histórico. Portanto, se o período estudado pelo historiador inglês mostra “não um desafio revolucionário, mas um movimento de resistência” (THOMPSON, 1987 [vol. 3]: 440), significa que as tendências ideológicas reformistas eram hegemônicas, ou melhor dizendo, conquistaram a hegemonia na direção das lutas e das organizações da classe trabalhadora.

Numa perspectiva que privilegie a abordagem dialética, o “sindicalismo geral” e o movimento cartista, que predominaram entre as formas de luta e organização da classe trabalhadora inglesa pós-1834, devem ser considerados como as concepções ideológicas que conquistaram a hegemonia do movimento dos trabalhadores ingleses daquele período. Thompson faz uma referência muito genérica a esses conflitos pela hegemonia do movimento, afirmando que, no contexto pré-revolucionário do início da década de 1830, “a luta pelas mentes dos sindicalistas ingleses, entre uma economia política capitalista e uma socialista, fora ganha (pelo menos

temporariamente)” (THOMPSON, 1987 [vol. 3]: 436). E continua citando trechos da época para mostrar o posicionamento revolucionário:

“O que é o capital?”, perguntou um articulista no *Pioneer*. 'É trabalho acumulado!' grita M'Culloch. '...De quem e do quê foi Acumulado? Da roupa e da comida dos miseráveis.' Assim, os trabalhadores (...) desenvolveram, passo a passo, uma teoria do sindicalismo (...). “Os Sindicatos não só farão greve por menos trabalho e mais salário, escreveu 'Um Membro da União dos Construtores, mas finalmente vão ABOLIR OS SALÁRIOS, tornar-se seus próprios patrões e trabalhar uns para os outros (...)”. Os próprios sindicatos poderiam resolver o problema do poder político; poderia se formar um “Parlamento” das classes industriais. (THOMPSON, 1987 [vol. 3]: 437).

Porém, lamenta Thompson, “essa visão se perdeu, quase tão rapidamente quanto fora descoberta, nas terríveis derrotas de 1834 e 1835. E, quando recuperaram o fôlego, os trabalhadores voltaram ao voto, como a chave mais prática para o poder político” (THOMPSON, 1987 [vol. 3]: 437).

Com se vê, Thompson não ignora as disputas no interior do movimento da classe trabalhadora, mas também não aprofunda a análise sobre essa luta pela hegemonia. A análise das disputas permite entender porque determinadas concepções de organização e luta tornaram-se predominantes. A falta desse aprofundamento ocasiona interpretações equivocadas, como se essas concepções fossem resultantes da cultura dos trabalhadores ou das especificidades dos ingleses.

A apresentação feita, mesmo que resumida, possibilita identificar as principais contribuições e críticas às perspectivas marxistas sobre organização dos trabalhadores e consciência de classe. As críticas referem-se à relação hierárquica entre os papéis dos sindicatos e do partido e a abordagem economicista da distinção entre *classe em si* e *classe para si*.

6.2. A autoconsciência da classe trabalhadora: a contribuição anarquista

O anarquismo, conforme os argumentos construídos no presente estudo, enquanto ideologia político-revolucionária e teoria social revolucionária, foi sistematizado, principalmente, nas obras de Proudhon e Bakunin. É possível considerar que a dialética serial antinômica proudhoniana e o materialismo sociológico bakuninista constituem o paradigma anarquista clássico, conforme defende Ferreira (2016: 56). No campo do socialismo o paradigma anarquista se diferenciou pelas seguintes características:

- 1) uma ontologia naturalista (que concebe a natureza numa relação de continuidade e descontinuidade com a sociedade); 2) uma dialética negativa e serial (categorias que se englobam e acumulam pela negação das anteriores);

3) uma posição crítica frente aos poderes científicos e político-econômicos, representada no plano do saber pelo anti-idealismo, que aparece como a negação da religião e metafísica (criacionismo, contratualismo ou qualquer explicação anti-naturalista e anti-histórica para a origem da sociedade). (FERREIRA, 2016b: 57).

Embora as temáticas da dialética serial e do materialismo histórico já tenham sido abordadas em capítulos anteriores, para o entendimento da teoria da consciência de classe no anarquismo é necessário recuperar esses conceitos e teorias, porque somente com o entendimento da totalidade do paradigma pode-se ter melhor compreensão das teses defendidas pelos autores.

Os pressupostos da perspectiva materialista de Bakunin estão desenvolvidos, especialmente, nas obras *Federalismo, socialismo e antiteologismo*, publicada em 1868, e *Considerações Filosóficas sobre o Fantasma Divino, a Natureza e sobre o Homem*, publicada em 1871. Nessas obras, Bakunin inicia a defesa da sua teoria materialista opondo-se e desconstruindo os postulados das teorias idealistas que pressupõem a existência de uma consciência exterior às sociedades humanas, tal como Deus, o mundo das ideias, o espírito humano, a razão de Estado etc. As perspectivas idealistas, religião, metafísica, liberalismo, positivismo, são perspectivas teológicas, por isso, o anarquista russo caracterizou a sua perspectiva materialista de antiteológico, quer dizer, pela negação de todas as formas de teologismo: o idealismo, a religião, a metafísica, o liberalismo e o socialismo autoritário (BAKUNIN, 1988).

Para desconstruir as bases do teologismo, Bakunin recorreu à teoria naturalista de Charles Darwin para negar a teoria criacionista e, conseqüentemente, a tese da existência de uma consciência extramundana, que seria a causa primeira de tudo que existe (BAKUNIN, 1988, 59). Assim, o materialismo bakuninista parte de dois pressupostos: o naturalismo e a totalidade, ou seja, a realidade material é constituída pelo conjunto indefinido dos fenômenos naturais, físicos, químicos e biológicos, sendo o resultado de múltiplas determinações da dialética da ação-reação.

Toute chose, tout être existant dans le monde, de quelque nature qu'il soit, a donc ce caractère général : d'être le résultat immédiat de la combinaison de toutes les causes qui ont contribué à le produire, soit directement, soit indirectement ; ce qui implique, par une voie de transmissions successives, l'action, toute lointaine ou reculée qu'elle soit, de toutes les causes passées et présentes agissantes dans l'infini Univers; et comme toutes les causes ou actions qui se produisent dans le monde sont des manifestations de choses réellement existantes ; et comme toute chose n'existe réellement que dans la manifestation de son être, chacun transmet pour ainsi dire son propre être à la chose que son action spéciale contribue à produire ; d'où il résulte que chaque chose, considérée comme un être déterminé, né dans l'espace et le temps, ou comme produit, porte en elle-même l'empreinte, la trace, la nature de toutes les choses qui ont existé et qui existent présentement dans l'Univers, ce qui implique nécessairement l'identité de la matière ou de

De acordo com o materialismo bakuninista, a variação, dada pela possibilidade permanente de combinações novas e diferentes entre os seres já existentes, possibilita a formação de novos “seres reais”. Sendo assim, a determinação é seguida pela indeterminação relativa, pela possibilidade de combinação de fatos, de ações e reações, engendrando novos produtos. A determinação é a base da realidade material, mas ela se aplica em elementos bem específicos.

A própria sociedade humana é um fenômeno da natureza, mas o fenômeno humano se distingue pela ação criativa do trabalho humano coletivo. Portanto, a condição social, a sociedade é uma determinação da condição humana, ou seja, os seres humanos só existem em sociedade. Porém, os desenvolvimentos da história humana não são determinados; o desenvolvimento é indeterminado, aberto às novas combinações, resultando de multicausalidades. Assim, não existem pré-determinações, causas unilaterais, características inatas que determinem a sociedade ou o homem, pois o determinante do ser é a ação; o que constrói os sistemas são as relações concretas.

Toute chose n'est que ce qu'elle *fait*; son faire, sa manifestation extérieure, son action incessante et multiple sur toutes les choses qui sont en dehors d'elle, est l'exposition complète de sa nature, de sa substance, ou de ce que les métaphysiciens, et M. Littré avec eux, appellent son être intime. Elle ne peut avoir rien dans ce qu'on nomme son *intérieur* qui ne soit manifesté dans son *extérieur*: en un mot, son *action* et son *être* sont *un*. On pourra s'étonner de ce que je parle de l'*action* de toutes les choses, même en apparence les plus inertes, tant on est habitué à n'attacher le sens de ce mot qu'à des actes qui sont accompagnés d'une certaine agitation visible, de mouvements apparents, et surtout de la conscience, animale ou humaine, de celui qui agit. Mais, à proprement parler, il n'y a dans la nature pas un seul point qui soit jamais en repos, chacun se trouvant à chaque moment, dans l'infinimentale partie de chaque seconde, agité par une action et une réaction incessantes. Ce que nous appelons l'immobilité, le repos, ne sont que des apparences grossières, des notions tout à fait relatives. Dans la nature, tout est mouvement et action: *être* ne signifie pas autre chose que *faire*. Tout ce que nous appelons propriétés des choses: propriétés mécaniques, physiques, chimiques, organiques, animales, humaines, ne sont rien que des différents modes d'action. Toute chose n'est une chose déterminée ou réelle que par les propriétés qu'elle possède; et elle ne les possède qu'en tant qu'elle les manifeste, ses propriétés déterminant ses rapports avec le monde extérieur, c'est-à-dire ses différents modes d'action sur le monde extérieur; d'où il résulte que chaque chose n'est réelle qu'en tant qu'elle se manifeste, qu'elle agit. La somme de ses actions différentes, voilà tout son être. (BAKUNIN,

110 Na sua obra *Federalismo, socialismo e antiteologismo*, Bakunin também explicita sua perspectiva materialista: “Tudo o que existe, os seres que constituem o conjunto indefinido do Universo, todas as coisas existentes no mundo, qualquer que seja sua natureza, sob o aspecto da qualidade como da quantidade, grandes, médias ou infinitamente pequenas, próximas ou imensamente distantes, exercem, sem o querer e sem mesmo poder pensar nisso, umas sobre as outras e cada uma sobre todas, seja imediatamente, seja por transição, uma ação e uma reação perpétuas que, combinando-se num único movimento, constituem o que chamamos de solidariedade, vida e causalidade universais” (BAKUNIN, 1988: 57)

1908: 384-385).

Pode-se concluir que no materialismo sociológico a agência ocupa um lugar central para o entendimento dos fenômenos sociais e históricos, pois a ontologia do ser se realiza no seu fazer, ou seja, na sua ação coletiva, social e histórica, principalmente na forma de trabalho coletivo. “Assim, o que chamamos de mundo humano não possui outro criador imediato além do próprio homem que o produz” (BAKUNIN, 1988: 68). Aqui se encontra a dialética entre a existência material da sociedade e o fazer coletivo, pois é condição determinante da humanidade a vida em sociedade e essa vida em sociedade, entendida na sua totalidade, é produzida e reproduzida pelo fazer coletivo.

Aqui temos outra enunciação central: o ser não é senão o fazer, a natureza e a sociedade não são senão a contínua dinâmica de ação-reação e progresso-estagnação. O modo de ser não é senão um modo de fazer, que diz respeito a todas as posições e influências exercidas sobre as causas materiais, da multiplicidade objetiva. (FERREIRA, 2013a: 14).

Diante da pluralidade de combinações, do movimento contínuo das ações e reações e da multicausalidade dos fenômenos sociais, somente o acúmulo histórico e coletivo da investigação científica é capaz de traçar as respostas aos problemas sociais e científicos. Sendo assim, o materialismo bakuninista é pautado no pressuposto de que a realidade é uma totalidade material (compreendida como o conjunto das ações e reações de todos os fatores reais, físico-químicos, biológicos e sociais), portanto, a sociedade é entendida como o centro do processo de ação e reação incessante sobre a natureza, sobre os indivíduos que a compõem e sobre si mesma, dito de outra maneira, a sociedade, onde se realiza o trabalho coletivo, é o motor da transformação do mundo material. Por isso, o pressuposto de toda análise é a experiência concreta, sendo que a ação, a consciência e as ideias são, simultaneamente, produto e produtoras de novas experiências.

Assim, o materialismo de Bakunin tem um outro pressuposto: a dialética entre o mundo natural e social. A materialidade da vida humana é a sociedade, construída pela ação criativa do trabalho humano, que permite a superação das forças externas impostas pela natureza, condições climáticas, geográficas e biológicas. A vida social, nas suas dimensões política, econômica e cultural, é o resultado de múltiplas interações, dos homens com o meio natural e dos homens entre si.

L'accomplissement de cette tâche immense, et que la nature particulière de l'homme lui impose comme une nécessité inhérente à son être, — l'homme est *forcé* de conquérir sa liberté, — l'accomplissement de cette tâche n'est pas seulement une œuvre intellectuelle et morale; c'est avant tout, dans l'ordre du temps aussi bien qu'au point de vue de notre développement rationnel, une œuvre d'*émancipation matérielle*. L'homme ne devient réellement homme, il ne conquiert la possibilité de son émancipation intérieure, qu'autant qu'il est parvenu à rompre les chaînes d'esclave que la nature ex-

térieure fait peser sur tous les êtres vivants. Ces chaînes, en commençant par les plus grossières et les plus apparentes, sont les privations de toute espèce, l'action incessante des saisons et des climats, la faim, le froid, le chaud, l'humidité, la sécheresse et tant d'autres influences matérielles qui agissent directement sur la vie animale et qui maintiennent l'être vivant dans une dépendance quasi-absolue *vis-à-vis* du monde extérieur; les dangers permanents qui, sous la forme de phénomènes naturels de toute sorte, le menacent et l'oppressent de tous les côtés, d'autant plus qu'étant lui-même un être naturel et rien qu'un produit de cette même nature qui l'étreint, l'enveloppe, le pénètre, il porte pour ainsi dire l'ennemi en lui-même et n'a aucun moyen de lui échapper. De là naît cette crainte perpétuelle qu'il ressent et qui constitue le fond de toute existence animale, crainte qui, comme je le montrerai plus tard, constitue la base première de toute religion. De là résulte aussi pour l'animal la nécessité de lutter pendant toute sa vie contre les dangers qui le menacent du dehors; de soutenir son existence propre, comme individu, et son existence sociale, comme espèce, au détriment de tout ce qui l'entoure: choses, êtres organiques et vivants. De là pour les animaux de toute espèce *la nécessité du travail*. (BAKUNIN, 1908: 278-279).

O trabalho, enquanto *fazer coletivo*, é ação emancipatória e, conseqüentemente, fundante da sociedade, que, por sua vez, é a condição material da existência da humanidade. Assim, o trabalho tem uma dupla dimensão: 1) *emancipatória*, pois liberta a humanidade do jugo da natureza externa, e 2) *criativa/transformadora*, pois cria o mundo social transformando a natureza. Portanto, o materialismo de Bakunin é sociológico, pois a materialidade histórica da vida humana é criada pelo trabalho do homem em sociedade. Nesse sentido, o trabalho é entendido enquanto força coletiva, segundo a noção proudhoniana.

O materialismo sociológico possui as seguintes características: 1) é a negação de todas as formas de idealismo/teologismo; 2) sua perspectiva naturalista com a negação do criacionismo; 3) entende a ação, a prática concreta, como determinante do ser; 4) pressupõe a multicausalidade dos fenômenos; 5) compreende a diversidade da vida como resultado de um processo dialético e ininterrupto de ação e reação; 6) o ser é determinado pela sua ação; 7) o trabalho coletivo cria a sociedade.

Como se vê, a dialética é fundamental para a teoria bakuninista, entretanto, não se trata da dialética tricotômica de Hegel e do materialismo histórico marxista, que pressupõe a tese, a antítese e a síntese. Sergio A. Q. Norte argumenta que Bakunin rompeu com a dialética hegeliana ainda na década de 1840, quando publicou o artigo *A reação na Alemanha*, onde teria invertido seus postulados: "Invertendo a primazia de Hegel pela positividade, Bakunin, acentua a negatividade como força criativa, trazendo as abstrações dialéticas para a esfera da prática revolucionária. O novo na história surge pela completa destruição do velho" (NORTE, 1988: 25-26).

O filósofo Paul McLaughlin explica a dialética antinômica bakuninista considerando as

contradições entre o princípio reacionário e o princípio revolucionário, contradição que só se resolve com a destruição de um princípio pelo outro.

Bakunin's concern in *The Reaction* is to examine the conflict between the reactionary principle, i.e., the Positive principle of unfreedom (the thesis), and the revolutionary principle, i.e., the Negative principle of freedom (the antithesis), and consequently also to examine the essentially affirmative principle of freedom or democracy which finally emerges from the "mediation" of these two antithetical principles. his "mediation", so to speak, is distinctly non-Hegelian in that it gives primacy to the Negative, it simply expresses the Negative fully. The third principle, freedom, is therefore really present in, or exists as, the antithesis, so that in effect there are only two principles and no distinct higher mediated third. Hence Lehning writes: "There is no question here of the Hegelian trichotomy". The higher third, as it were, is implicit in the Negative thesis: democracy is implicit in the negative or revolutionary principle. The revolutionary principle is, therefore, the democratic principle as it appears. The conflict can only be fully resolved, then, according to Bakunin, in the utter annihilation of one principle, the Positive, by the other, the Negative, by means of the Negative's self-expression, i.e., revolution. (MCLAUGHLIN, 2002: 48-49).

Ao estabelecer a negação como a dimensão central da sua abordagem dialética, Bakunin rompe com a dialética hegeliana, como argumentam Sérgio A. Q. Norte e Paul McLaughlin, constituindo uma continuidade da dialética serial antinômica de Proudhon. Uma perspectiva dialética que se opõe à noção de síntese e pressupõe a multiplicidade de fatores para o entendimento dos fenômenos sociais e históricos.

Portanto, foi aplicando a dialética serial antinômica proudhoniana que Bakunin desenvolveu sua teoria sobre o trabalho coletivo enquanto ação emancipatória, criadora e transformadora. Além de criar a sociedade e transformar a natureza, o trabalho coletivo também permite que a humanidade transforme a si mesma. Trata-se da dialética *ação-reação*, onde a ação criadora e transformadora do trabalho coletivo se volta sobre a própria humanidade, transformando-a. Assim, a humanidade transforma a si mesma e a sociedade da qual ela é o produto imediato.

Telle est donc la manière dont l'homme a transformé et continue de transformer, de vaincre et de maîtriser son milieu, la nature extérieure. (...) Mais l'homme ne se contente pas de cette action sur la nature proprement extérieure. En tant qu'intelligence, capable de faire abstraction de son propre corps et de toute sa personne, et de la considérer comme un objet extérieur, l'homme, toujours poussé par une nécessité inhérente à son être, applique le même procédé, la même méthode, pour modifier, pour corriger, pour perfectionner sa propre nature. Il est un joug naturel intérieur que l'homme doit également secouer. Ce joug se présente à lui d'abord sous la forme de ses imperfections et faiblesses ou même de ses maladies individuelles, tant corporelles qu'intellectuelles et morales; puis sous la forme plus générale de sa brutalité ou de son animalité mise en regard de son humanité, cette dernière se réalisant en lui progressivement, par le développement collectif de son

milieu social. (BAKUNIN, 1908: 290-291).

Se a força coletiva dos trabalhadores é emancipadora, os sistemas de trabalho, escravidão, servidão e assalariamento, são a negação da dimensão criativa e emancipatória do trabalho. As relações sociais assimétricas, construídas historicamente pelos sistemas sociais desiguais, impuseram as relações de trabalho determinadas por estruturas de exploração e dominações de classe. Essas estruturas, resultantes do movimento perpétuo da dialética, a dialética da ação-reação que se desdobra nas séries dialéticas criação-destruição, resistência-dominação e revolução-contrarrevolução. Assim, é pela ação coletiva, ou melhor, é pelo trabalho coletivo que os homens constroem as sociedades, entretanto, contraditoriamente, é pela ação violenta e política das classes dominantes que o trabalho coletivo é convertido em fonte de exploração e opressão sobre as classes trabalhadoras.

Os fundamentos da análise anarquista das relações de trabalho no sistema capitalista encontram-se na obra clássica *O que é a propriedade?*, publicada em 1840, onde Proudhon identificou a propriedade privada como a negação do trabalho coletivo e como a fonte de exploração do trabalho. Concluindo que *a propriedade é um roubo*; que o reconhecimento do direito de propriedade a renúncia ao trabalho (PROUDHON, 1975: 82), o anarquista francês lançou as bases teóricas da crítica anarquista ao sistema capitalista, e se tornou o precursor da crítica radical à propriedade privada, ao mesmo tempo em que desenvolveu as teorias do valor trabalho e da mais-valia¹¹¹.

O trabalho coletivo é responsável pela transformação da natureza em coisas socialmente úteis, ou seja, é responsável pela produção do valor. Somente as forças coletivas dos trabalhadores, na sua dimensão socioeconômica, têm a propriedade de produzir valor:

Os capitais, os utensílios e as máquinas são paralelamente improdutivos. O martelo e a bigorna sem ferreiro nem ferro não forjam; o moinho não mói sem moleiro nem grão, etc. Amontoem utensílios e matérias-primas; deem uma charrua e sementes num solo fértil; montem uma forja, acendam o fogo, nada produzirão. (PROUDHON, 1975: 142-143).

Entretanto, os frutos do trabalho coletivo são explorados pela classe burguesa. O trabalho coletivo não pode ser pago na forma de salários individuais, por isso, a extração da mais-valia, imposta pelo regime da propriedade privada, significa a exploração da força coletiva dos trabalhadores. Não se pode pagar com salários individuais aquilo que é coletivamente produzido, pois a força coletiva não é a soma dos esforços individuais. Por isso, a força coletiva no plano socioeconômico representa uma contradição direta com a existência da propriedade privada. A

111 Para aprofundar o pioneirismo de Proudhon nos estudos sobre teoria do valor trabalho e mais-valia, conferir Gurvitch, Georges. *Proudhon e Marx*. Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1980.

justiça somente será alcançada quando os trabalhadores se apoderarem da totalidade do trabalho coletivo, ou seja, com a abolição da propriedade privada.

Bakunin resume a teoria proudhoniana da exploração da mais-valia ao elaborar o *Programa de uma sociedade internacional secreta da emancipação da humanidade*, em 1864:

Esta potência do trabalho associado contém todo o mistério da prepotência do capital e da propriedade. Suponhamos que, possuidor de um capital qualquer, eu queira empregá-lo ou numa indústria qualquer, ou na cultura da terra. Eu compro todas as matérias-primas e todos os instrumentos de trabalho, ou então alugo a terra que eu quero cultivar e pela qual eu pago a renda ao proprietário. Eu alugo, além disso, 50 operários. Suponhamos que eu seja bom senhor, e que lhes pague um salário não conforme à fome que os força a oferecer-me seu trabalho, mas justo, ou seja, propriamente o equivalente do trabalho individual de cada um. Como tínhamos reconhecido que somente o trabalho produz riqueza, se eu pagar aos operários o justo valor de seu trabalho, o que sobrar para mim? Aparentemente, nada, e se eu conduzir meus negócios com sabedoria, no fim do ano, despesas e receitas balanceadas, comparadas, chegarei a zero. Não terei dívidas, nem um centavo de renda. Mas, na realidade, terei muito: terei todo o excedente produzido pela potência coletiva e organizada do trabalho associado, do qual me apoderei injustamente, que eu simplesmente roubei. Explico-me: segundo esta maravilhosa lei da divisão do trabalho, descoberta e tão bem analisada por Adam Smith, 50 operários, se trabalharem cada um separadamente, fazendo cada um a obra completa, produzirão infinitamente menos que se trabalhassem, como aconteceria hoje no mundo civilizado inteiro, ao mesmo tempo, e juntos, em associação bem organizada, cada um fazendo apenas uma parte da obra inteira – ou seja, que a totalidade dos produtos do trabalho coletivo e organizado de 50 operários, comparado à soma destes mesmos operários, apresenta um imenso excedente de riqueza, excedente que é o produto direto da coletividade. Pois bem, o capitalista e o empreendedor se apropriam deste excedente, que faz sua renda líquida. Mas de que direito se apropria? A força coletiva dos operários lhe pertence? Ela lhe pertenceria, se eles fossem seus escravos. Mas então, ele não lhes daria nem mesmo o salário, para pagar seu trabalho individual separado, e bastaria vesti-los e alimentá-los para fazê-los viver, apenas, e para dar-lhes a força de trabalhar. Mas supõe-se que eles sejam livres, e, portanto, a potência coletiva de seu trabalho pertence tão pouco ao capitalista quanto o trabalho individual de cada um. Tomando-a para si, ele a roubou. E, mais uma vez, Proudhon teve razão ao dizer “que a propriedade é um roubo”. (BAKUNIN, 2014, p. 99).

A exploração do sobre trabalho com a extração da mais-valia pela burguesia é a negação do trabalho coletivo. A condição de trabalho coletivo é negada pela individualização do trabalho imposta pelo regime de assalariamento. O trabalho coletivo produz valor, entretanto, a individualização do trabalho é o mecanismo pelo qual as classes dominantes se apropriam injustamente daquele valor que é coletivo.

Esse preço não chega: o trabalho dos operários criou um valor; ora esse valor é propriedade deles. (...) *Divide et Impera*: divide e reinará; divide e tor-

nar-te-ás rico; divide e enganarás os homens e ofuscarás a sua razão e rir-te-ás da justiça. Separem os trabalhadores um do outro, pode ser que a jornada paga a cada um ultrapasse o valor de cada produto individual: mas não é disso que se trata. Uma força de mil homens agindo durante vinte dias foi paga como o seria a força de um só por cinquenta e cinco anos; mas essa força de mil fez em vinte dias o que a força de um só não conseguiria, repetindo o seu esforço durante um milhão de séculos: o mercado está equitativo? Mais uma vez, não: logo, ao remunerar as forças individuais não foi paga a força colectiva; por consequência fica sempre um direito de propriedade colectiva que não adquiriu e de que goza injustamente. (PROUDHON, 1975: 98; 102-103).

A exploração do trabalho é um dos aspectos destrutivos das forças coletivas: a submissão das massas trabalhadoras à exploração. As séries dialéticas criação-destruição e revolução-contrarrevolução assumem, na sociedade capitalista, a realidade histórica do antagonismo entre *capital e trabalho*, a dialética entre proletariado e burguesia.

L'antagonisme du capital et du travail, tant déploré par les amis du progrès, loin de se résoudre en une association qui maintiendrait la distinction effective de travailleur et capitaliste, doit finir, au contraire, par la sujétion absolue du capital au travail, et la transformation de la fainéantise capitaliste en fonction de commissaire aux épargnes et distributeur des capitaux. (PROUDHON, 1873: 256).

A exploração do trabalho coletivo constitui um *sistema total*, isto é, pressupõe as séries dialéticas economia-política e local-global, cujos desdobramentos históricos na sociedade capitalista adquiriram as formas e conteúdos da dialética entre Estado e Capital. Segundo a teoria anarquista, o Estado, enquanto fenômeno sócio-histórico, é uma das forças sociais que determinam as formas de organização da própria sociedade, por isso, o Estado não é entendido como um simples fenômeno derivado da estrutura econômica, mas como um fator determinante da estrutura da sociedade, inclusive da economia. Ao mesmo tempo o Estado apresenta-se como forma histórica que marca o próprio desenvolvimento das sociedades humanas, desde a antiguidade até a modernidade. A emergência de Estados cada vez mais vastos e com maiores poderes, e a tendência de sua expansão, é apontada por Bakunin como um dos principais fatores a influenciar a história da humanidade, inclusive do desenvolvimento econômico. Assim, analisando todo processo histórico de formação dos Estados modernos, Bakunin desenvolveu sua teoria do *estatismo* a partir dos seguintes elementos que caracterizam o Estado capitalista: a conquista e a dominação; a exploração do trabalho, o monopólio, o imperialismo e o sistema interestatal.

O Estado moderno, por sua essência e pelos seus objetivos que se fixa, é por força um Estado militar, e um Estado militar está condenado, não menos obrigatoriamente, a se tornar um Estado conquistador; se ele próprio não se lançar à conquista, pela simples razão de que, por toda parte onde a força

existe, é preciso que ela se mostre ou aja. Daí decorre uma vez mais que o Estado moderno deve ser por necessidade grande e forte; é a condição necessária de sua vanguarda. (BAKUNIN, 2003: 36).

Outra característica do Estado moderno está associada a uma estrutura de classes caracterizada pela exploração do trabalho, pelo aprofundamento das desigualdades socioeconômicas, e pelo seu desenvolvimento burguês. Seja na primeira fase histórica de desenvolvimento do estatismo, entre os séculos XV-XVII, seja na segunda, entre os séculos XVIII-XIX, seja sob a exploração do campesinato pela nobreza, ou do proletariado pela burguesia, o que caracteriza o estatismo é sua tendência de garantir e de ser viabilizado pela exploração da força coletiva dos trabalhadores.

Do mesmo modo, o Estado outra coisa não é senão a garantia de todas as explorações em proveito de um pequeno número de felizes privilegiados, em detrimento das massas populares. Ele se serve da força coletiva de todos para assegurar a felicidade, a prosperidade e os privilégios de alguns, em detrimento do direito humano de todos. (BAKUNIN, 2008: 69).

Essas duas características não estão dissociadas, muito pelo contrário, pois a conquista e a dominação colonial e imperialista significam a expansão da exploração do trabalho em escala mundial. Determinam a formação de um sistema interestatal, as coalizões entre potências imperiais, e a divisão internacional do trabalho, formada por potências imperiais e nações satélites dos impérios.

Percebe-se que o estatismo tem uma dimensão econômica fundamental. E não se trata de uma dimensão secundária, indireta ou uma subordinação do Estado aos interesses econômicos das classes dominantes. Trata-se, na verdade, do entendimento do Estado como um fator econômico fundamental. Ou seja, existe uma dialética geral entre economia e política e uma dialética mais particular entre a tendência centralizadora dos poderes do Estado moderno, o autoritarismo, com a tendência de centralização monopolista de capitais na grande indústria, nos grandes bancos e grandes empresas comerciais. Há uma correspondência entre centralização de poderes e concentração de capitais.

Esta reação nada mais é senão a realização acabada do conceito antipopular do Estado moderno, o qual tem por único objetivo a organização, na mais vasta escala, da exploração do trabalho, em proveito do capital, concentrada em pouquíssimas mãos (...). A indústria capitalista e a especulação bancária modernas necessitam, para se desenvolverem em toda a amplitude desejada, destas grandes centralizações estatais, que, sozinhas, são capazes de submeter à sua exploração os milhões e milhões de proletários da massa popular. (BAKUNIN, 2003: 35).

Considerando também a dialética local-global, o capital monopolista que domina as

economias nacionais se converte, em escala internacional, no capital imperialista. Na teoria bakuninista do Estado moderno, o imperialismo e o monopolismo possuem uma relação dialética e orgânica. Dialética porque é contraditória, orgânica porque indissociável.

Dissemos e demonstramos, antes, a sociedade só pode constituir e permanecer um Estado se ela se transforma em Estado conquistador. A mesma concorrência que, no plano econômico, esmaga e devora os pequenos e até mesmo os médios capitais, estabelecimentos industriais e propriedades fundiárias e casas de comércio, esmaga e devora os pequenos e médios Estados, em proveito dos Impérios. Doravante, todo Estado que não se contentar em existir no papel e pela graça de seus vizinhos, pelo tempo que estes quisessem tolerar, mas desejar ser um Estado real, soberano, independente, deve ser necessariamente um Estado conquistador. (BAKUNIN, 2003: 66).

Portanto, na teoria de Bakunin, o estatismo, enquanto etapa histórica, recobre duas tendências: em primeiro lugar, e de maneira fundamental, a relação dialética entre centralização estatal e monopolismo econômico, de maneira que uma alimenta e reforça a outra. É impossível então pensar o estatismo sem pensar o aumento das taxas de exploração e das formas de extração de mais valia absoluta em escala mundial. Em segundo lugar e simultaneamente, essa dialética centralização/monopólio é expressão e consequência do caráter que o Estado moderno assumiu com o desenvolvimento do estatismo, ou seja, trata-se do seu caráter burguês.

Esse caráter burguês do Estado capitalista se materializa num sistema interestatal marcado, obviamente, por profundas contradições, uma vez que o próprio sistema de Estados é constituído pelo conflito e pela competição entre os Estados na luta pela hegemonia e pela supremacia do sistema mundo. Considerando a dialética entre o local e o global, a teoria bakuninista aponta que a centralização de poderes no Estado se desenvolve, em escala internacional, na centralização de poderes políticos, militares e econômicos no sistema interestatal, ou seja, os Estados que centralizam os maiores se convertem em potências imperiais. Assim, a noção de Império é utilizada para caracterizar um tipo particular de Estado, uma potência militar e geopolítica que consegue a hegemonia numa região e que disputa a supremacia no sistema mundo. Os Impérios entram em conflito entre si, guerreando pelo domínio do sistema internacional de Estados, assim como entram em conflito com as potências emergentes e estão em guerra constante com os Estados satélites que lutam pela independência.

O entendimento da teoria do Estado e da noção de estatismo na abordagem anarquista é fundamental para a compreensão da sua crítica radical às instituições políticas estatais, crítica tão forte quanto à condenação da propriedade privada, pois, na verdade, considerando a dialética economia-política o Estado e a propriedade privada constituem um mesmo sistema de dominação política e econômica, que constituem a negação da liberdade e da igualdade. Por isso, Bakunin

resume o projeto político revolucionário anarquista nos princípios do federalismo e do socialismo, dando continuidade às teses de Proudhon, a partir da seguinte declaração: “Que a liberdade sem o socialismo é o privilégio, a injustiça; e que o socialismo sem liberdade é a escravidão e a brutalidade” (BAKUNIN, 1988: 38).

A teoria da revolução de Bakunin é parte constitutiva de sua teoria social; do materialismo sociológico, da dialética serial antinômica, da teoria do capitalismo e do estatismo. Portanto, a revolução social deve ser uma revolução proletária, internacional e antiestatista.

A revolução social se distingue das revoluções políticas, como a Revolução Francesa e as demais revoluções burguesas, pois essas últimas significam somente mudanças nos regimes políticos, novas classes dominantes assumem a direção do Estado, mas mantêm intacto o sistema econômico, ou seja, as estruturas de exploração do trabalho. E, conclui Bakunin, “a liberdade política sem a igualdade econômica, ou em outras palavras, a liberdade no Estado, é uma farsa” (BAKUNIN, 2003: 72). Assim, a teoria bakuninista define a revolução social como a realização da “real igualdade social”, ou seja, da “igualdade política, social e econômica, simultaneamente” (BAKUNIN, 1979: 62).

Se o capitalismo é um sistema internacional, ancorado no sistema interestatal e no imperialismo, a revolução social deve ser igualmente internacional. O caráter internacional da revolução foi destacado por Bakunin ao retomar o debate sobre a questão eslava e as demais questões de libertação nacional:

A revolução, porém, não pode ser obra de um único povo; por natureza, esta revolução é internacional, o que significa dizer que os eslavos, que aspiram à sua liberdade, devem, em nome desta, unir suas aspirações e a organização de suas forças nacionais às aspirações e à organização das forças nacionais de outros países; o proletariado eslavo deve entrar em massa na Associação Internacional dos Trabalhadores. (BAKUNIN, 2003: 74).

Como se vê a questão nacional, as guerras de independência e as lutas de libertação nacional, devem, segundo a teoria bakuninista, ter um caráter classista e socialista. Portanto, recusa aliança com frações da burguesia nacional sob a bandeira do nacionalismo e sob o pretexto de lutar pela independência e/ou contra um exército invasor. A luta dos trabalhadores tem que ser pelo socialismo.

Debatendo o caráter internacional da revolução, o anarquista russo explicitou que a revolução social é o projeto político resultante da luta concreta de um sujeito social e histórico determinado: o proletariado do campo e da cidade. No sistema capitalista, o proletariado é a única classe capaz de romper com a propriedade privada e com o Estado ao mesmo tempo. O conjunto das frações burguesas assume um papel efetivamente contrarrevolucionário. Somente o

proletariado, pelas suas condições materiais e objetivas, pela sua condição de classe trabalhadora, é capaz de construir e assumir como seu o programa socialista revolucionário.

Falamos da grande massa operária que, moída pelo seu trabalho quotidiano, é ignorante e miserável. Esta, sejam quais forem os preconceitos políticos e religiosos que lhes tenham inculcado e mesmo feito prevalecer na sua consciência, é socialista sem o saber; ela é no mais profundo de si própria, e pela própria força de sua posição, mais seriamente, mais realmente socialista do que todos os socialistas científicos e burgueses juntos. Ela é socialista por todas as condições da sua existência material. (BAKUNIN: 1979: 59).

Como se observa, para a teoria bakunista a consciência revolucionária não é externa à classe trabalhadora, mas é a realização da própria ação política do proletariado na sua luta cotidiana contra a exploração e opressão burguesa. Usando como referência a palavra de ordem da AIT, a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores, Bakunin entendeu que a emancipação dos trabalhadores será pela prática e pela experiência concreta, ou seja, pela “luta solidária dos operários contra os patrões” (BAKUNIN: 1979: 59).

Portanto, a estratégia revolucionária bakunista estabelece uma relação dialética entre as lutas imediatas, por melhores condições de trabalho, aumento salarial, justiça, direitos, etc., travadas pelos trabalhadores organizados em associações, sindicatos, cooperativas, movimentos, etc., e os desafios históricos da classe trabalhadora, isto é, a luta emancipacionista de ruptura com a ordem burguesa.

A análise de Bakunin sobre o movimento grevista organizado pela AIT é elucidativa da sua teoria revolucionária. O primeiro aspecto destacado é a luta pelas reivindicações econômicas:

Os fundadores da Associação Internacional dos Trabalhadores agiram com extraordinária sensatez ao evitar assentar em princípios políticos e filosóficos, como base dessa associação, e ao fundar-se primeiramente apenas na luta exclusivamente econômica do trabalho contra o capital, pois estavam certos de que, a partir do momento em que um operário se coloca neste campo, a partir do momento em que ganhando confiança nos seus direitos e na sua força numérica, se insere com os seus companheiros de trabalho numa luta solidária contra a exploração burguesa, será necessariamente levado, pela própria força das coisas, e pelo desenvolvimento dessa luta, a reconhecer rapidamente todos os princípios políticos socialistas e filosóficos da Internacional, princípios que não são mais, com efeito, que a justa expressão de seu ponto de partida, do seu fim. (BAKUNIN, 1979: 57).

As lutas reivindicativas são centrais, pois as contradições com a burguesia são inconciliáveis no capitalismo. As formas de organização para a resistência e a solidariedade de classe resultantes delas permitem o acirramento do conflito entre as classes. As greves expressam esse acirramento, pois a deflagração dos movimentos paredistas pressupõe o desenvolvimento da força coletiva dos trabalhadores, isto é, pressupõe a organização e o desenvolvimento de estratégias de resistência e de

organização do proletariado enquanto sujeito coletivo. As lutas locais, as reivindicações imediatas, as greves parciais deixam de ser um fim em si mesmas quando são o resultado da ação política de uma organização mais ampla dos trabalhadores e, conseqüentemente, passam a fazer parte de um processo de luta que tem um objetivo histórico: a emancipação da classe trabalhadora.

Portanto, para o desenlace revolucionário de fato é fundamental levar a organização dos trabalhadores às últimas conseqüências e radicalizar nas formas de luta, desenvolver a força coletiva dos trabalhadores a partir de experiências concretas de luta e de solidariedade classista. A solidariedade de classe deve romper as barreiras das categorias e as fronteiras nacionais. Por isso, Bakunin estabelece a estratégia da greve geral insurrecional, ou seja, a conversão das lutas reivindicativas e de resistência em uma luta ofensiva contra o Estado e o capital.

A greve geral na teoria bakuninista é sinônimo de insurreição. Trata-se da ofensiva da classe trabalhadora contra a ordem burguesa, onde a dialética criação-destruição estabelece a destruição do sistema capitalista e a criação da sociedade socialista. Assim, a greve geral tem objetivos programáticos definidos: a abolição da propriedade privada e a destruição do Estado, como condições necessárias para à emancipação dos trabalhadores. Bakunin definiu com precisão esses objetivos programáticos na sua análise sobre o movimento insurrecional a Comuna de Paris (1871), na obra *A Comuna de Paris e a noção de Estado*.

Bakunin defende a tese de que a Comuna de Paris foi a negação não só da propriedade privada, mas também do estatismo.

Sou um partidário da Comuna de Paris, que, por ter sido massacrada, sufocada em sangue pelos carrascos da reação monárquica e clerical, não por isso deixou de se fazer mais viva, mais poderosa na imaginação e no coração do proletariado da Europa; sou seu partidário em grande parte porque foi uma negação audaciosa, bem pronunciada, do Estado. (Bakunin, 2008: 118).

Na verdade, considerando a concepção bakuninista da dialética economia-política, revolução social significa no plano programático a abolição do Estado e da propriedade privada, uma vez que, dialeticamente, o Estado enquanto fator de acumulação e exploração econômica pressupõe a reprodução das desigualdades de classe.

A abolição da Igreja e do Estado deve ser a condição prévia e indispensável da liberação real da sociedade; depois disso, só ela pode e deve se organizar de outra maneira, mas não de cima para baixo e segundo um plano ideal, sonhado por alguns sábios, ou na base de decretos lançados por alguma força ditatorial ou até por uma assembleia nacional, eleita por sufrágio universal. Tal sistema, como eu já disse, levaria inevitavelmente à criação de um novo Estado, e por conseguinte à formação de uma aristocracia governamental, isto é, de uma classe de pessoas que não têm nada em comum com a massa do povo, e, certamente, essa classe voltaria a explorar e a submeter, com o

pretexto da felicidade comum, ou para salvar o Estado. (BAKUNIN, 2008: 128).

Por conseguinte, Bakunin estabeleceu o programa anarquista não só a destruição do Estado e da propriedade privada, mas, especialmente, definindo o sistema da federação livre das comunas como sistema de organização da sociedade socialista. “A futura organização social deve ser feita somente de baixo para cima, pela livre associação e federação dos trabalhadores, primeiro nas associações, depois nas comunas, nas regiões, nas nações, e finalmente numa grande federação internacional e universal” (BAKUNIN, 2008: 128). Esse sistema federativo permite a organização da sociedade de baixo para cima, determinando a igualdade política assentada sob ou sobre? a igualdade econômica. Trata-se do autogoverno dos trabalhadores, cuja primeira experiência foi a própria Comuna de Paris, reivindicada por Bakunin como a negação do Estado capitalista.

Bakunin delineou o programa do autogoverno dos trabalhadores ainda em 1864, durante a elaboração dos “documentos secretos” da “Fraternidade”, onde o socialismo e o sistema federativo foram apresentados como a base para a igualdade política e econômica.

A organização política e econômica da vida social deve partir, por consequência, não mais como hoje, de cima para baixo e do centro à circunferência, por princípios de unidade e de centralização forçada, mas de baixo para cima e da circunferência ao centro, por princípio de associação e de federação livres. (BAKUNIN, 2009: 20).

Como se observa, no programa bakuninista da sociedade socialista não existe fase de transição, período de um Estado provisório de qualquer natureza. O socialismo, sendo o autogoverno dos trabalhadores, é a negação de qualquer forma de Estado e, conseqüentemente, de qualquer tipo de centralização política que significaria, necessariamente, a reprodução da desigualdade política.

A centralização política produz desigualdade política porque restringe o acesso às decisões e exige a constituição de uma burocracia estatal civil e militar. Considerando a dialética entre política e economia, a desigualdade política engendra desigualdades econômicas e sociais, portanto, significa a manutenção da sociedade de classes.

Na sociedade anarquista, ou melhor, na sociedade socialista o autogoverno dos trabalhadores é exercido, obviamente, diretamente pelos trabalhadores que controlam a produção e determinam as decisões políticas pelas associações de base comunais organizadas federativamente. Portanto, o autogoverno não é uma quimera, mas sim um projeto político de sociedade da classe trabalhadora.

O futuro pertence hoje aos trabalhadores: os trabalhadores dos campos, aos trabalhadores das fábricas e das cidades. Todas as classes que estão acima, os eternos exploradores do trabalho das massas populares: a nobreza, o clero, a burguesia, e toda essa miríade de funcionários militares e civis que re-

presentam a iniquidade e o poder maléfico do Estado, são classes corruptas, atingidas pela impotência, doravante incapazes de compreender e querer o bem, poderosas somente para o mal. (BAKUNIN, 2008: 104).

A dimensão sociopolítica da força coletiva pode ser bem identificada na obra *A capacidade política da classe operária*, 1865, obra póstuma de Proudhon. Na teoria proudhoniana, a dimensão sociopolítica da força coletiva não se refere somente à capacidade de ação coletiva dos grupos e classes, mas também ao processo de construção da consciência coletiva da desigualdade e do lugar das classes na sociedade, que está presente na capacidade política das coletividades.

Pour qu'il y ait dans un sujet, individu, corporation ou collectivité, capacité politique, trois conditions fondamentales sont requises: 1° Que le sujet ait conscience de lui-même, de sa dignité, de sa valeur, de la place qu'il occupe dans la société, du rôle qu'il remplit, des fonctions auxquelles il a droit de prétendre, des intérêts qu'il représente ou personnifie; 2° Comme résultat de cette conscience de lui-même dans toutes ses puissances, que ledit sujet affirme son idée, c'est-à-dire qu'il sache se représenter par l'entendement, traduire par la parole, expliquer par la raison, dans son principe et ses conséquences, la loi de son être; 3° Que de cette idée, enfin, posée comme profession de foi, il puisse, selon le besoin et la diversité des circonstances, déduire toujours des conclusions pratiques. (PROUDHON, 1989: 56).

O processo de construção da autoconsciência, ou seja, da consciência do pertencimento a uma coletividade, é parte constitutiva da força coletiva, uma vez que ela é o elemento que compõe os processos sociais e produtivos, enquanto unidade de ação diferente dos indivíduos e dos agregados de indivíduos e, conseqüentemente, anterior e exterior aos indivíduos. A coletividade, na qualidade de força coletiva, se autorreferencia, se reconhece como coletividade e se legitima, tendo *uma consciência para si*, ou seja, dos seus próprios interesses, e, fundamentalmente, converte essa autoconsciência em práticas políticas e ações coletivas concretas, assim assumindo a existência *por si*, isto é, *se constituindo em sujeito político coletivo*.

A autoconsciência, pela sua definição, é, dialeticamente, produto da existência *por si* da classe trabalhadora, ou seja, a classe trabalhadora se autoconstrói enquanto sujeito coletivo pela sua própria prática política, pela sua autorrealização.

Le problème de la capacité politique de la classe ouvrière, de même que dans la classe bourgeoisie et à d'autres moments de la noblesse, est réduit, par conséquent, ce qui suit: a) si la classe ouvrière, du point de vue de ses relations avec la société et de la Etat, acquies la conscience d'elle-même; est la façon d'être collective, moral et libre, se distingue de la classe bourgeoisie; sépare leurs intérêts leur, si l'espoir de ne pas être confondus avec elle; b) si vous avez une idée, à savoir qu'il a formé sa propre constitution; de connaître les lois, les conditions et les formules de leur existence; Il prédit sa destination, son extrémité; on se comprend dans ses relations avec l'État, la nation et l'ordre humain; c) si cette idée est en mesure de déduire, pour

l'organisation de la société, des conclusions pratiques à eux-mêmes, et, dans le cas où le pouvoir va tomber entre leurs mains, car ils sont tombés ou ont abdiqué la bourgeoisie, pourrait créer et développer un nouvel ordre politique. Là est la capacité politique, pas sur autre chose. (PROUDHON, 1989: 57-58).

A autorrealização da classe trabalhadora, ou sua prática política coletiva, se desenvolve em condições objetivas (suas relações com a sociedade e o Estado e seu confronto com a classe burguesa) e subjetivas (a consciência de si mesma). O desdobramento dialético das condições objetivas e subjetivas e a criação de práticas sociais e arranjos sociais próprios, isto é, antagônicos às relações sociais impostas pelas classes dominantes e pelas estruturas estatais.

Ferreira sistematizou a dialética da consciência de classe na teoria anarquista da seguinte maneira:

A capacidade política real engloba a legal e é definida por três dimensões cumulativas: 1ª) a *autoconsciência* (sentir-se), que expressa uma percepção valorativa e sensitiva do sujeito em relação a si; 2ª) a *racionalização* (ideológica, teórica), que implica que, além do autorreconhecimento, haja uma visão do mundo e dos seus interesses “para si” (pensar-se); 3ª) a *práxis*, a atividade transformadora de autorrealização (fazer-se). Isso vai levar à teorização da capacidade política da classe operária como sujeito independente da burguesia, marcando uma diferença substantiva em relação ao marxismo. A classe trabalhadora surge “*por si*” (e isto é válido para os sujeitos políticos em geral) porque é preciso a capacidade política, e essa capacidade implica a constituição da classe *por si* e do sujeito *por si*. (FERREIRA, 2014a: 18).

Desse modo, na teoria anarquista, na qualidade de força coletiva, a classe trabalhadora é sujeito histórico e, portanto, é portadora da sua consciência de classe. A consciência de classe não é um fenômeno exterior à própria classe, mas sim o resultado das suas condições materiais de existência, de suas experiências concretas enquanto classe, das suas lutas diárias contra a exploração e opressão impostas pelas classes dominantes.

A organização e a luta dos trabalhadores é, na teoria bakuninista a ação de uma força coletiva, condições necessárias dos sujeitos históricos responsáveis pela constituição e pela história das sociedades humanas. A força coletiva em Bakunin não é outra coisa se não o livre exercício da vontade. Portanto, a ação classista significa a ruptura da condição de “objeto”, de massa amorfa para a condição de sujeito. A vontade é a vontade coletiva, a vontade política, a vontade que existe na prática concreta.

Considerando a tese bakuninista, a noção de ação espontânea passa a ter um sentido diferente, isto é, passa a ser entendida como ação classista, isto é, “a livre organização de seus próprios interesses, de baixo para cima, sem nenhuma ingerência, tutela ou coerção de cima” (BAKUNIN, 2003: 47). Em outras palavras, na perspectiva bakuninista ação espontânea não é

sinônimo de ação instintiva, desprovida de direção consciente, porque o “instinto” é visto como um reflexo mecânico muito elementar, portanto não explica a ação humana, pois essa possui uma reflexão sobre sua própria ação. A ação humana é, na verdade, o exercício da vontade, da sua autorrealização:

O homem cria este mundo histórico pela força de uma atividade que encontra em todos os seres vivos, que constitui o próprio fundamento de qualquer vida orgânica e que tende a assimilar e transformar o mundo exterior segundo as necessidades de cada um, atividade, conseqüentemente, instintiva e fatal, anterior a qualquer pensamento, mas que, iluminada pela razão do homem e determinada por sua vontade refletida, transforma-se nele e para ele em trabalho inteligente e livre. (BAKUNIN, 1988: 70).

Portanto, segundo a sociologia bakuninista, a ação espontânea das massas é a livre vontade da classe trabalhadora. A luta concreta é, necessariamente, uma luta consciente, detentora de intencionalidade, resultante do processo de autoconsciência. Sendo assim, não existem greves, movimentos, motins, qualquer expressão de revolta popular desprovidas de direção consciente. Sendo uma ação de classe, toda e qualquer revolta e forma de resistência são expressões concretas da consciência da classe trabalhadora, ou seja, a ação da classe por si mesma.

Esse entendimento não significa, no plano político, abdicar da luta ideológica, uma vez que as ideologias da classe dominante são ideologias hegemônicas. Por isso, é papel das organizações da classe trabalhadora fazer a luta contra-hegemônica. Bakunin destaca o trabalho ideológico da Associação Internacional dos Trabalhadores: “Que teve de fazer a Internacional? Teve primeiramente de afastar as massas operárias da política burguesa, teve de eliminar do seu programa todos os programas políticos burgueses” (BAKUNIN, 1979:56).

Para entender melhor o lugar da noção de força coletiva na teoria sociológica e revolucionária bakuninista, é importante considerar a análise de Bakunin sobre a Guerra Franco-Prussiana em 1870, no texto *Cartas a um francês* sobre a crise atual. Sua teoria da revolução social, bem como das condições necessárias à realização de uma insurreição proletária a partir da greve geral revolucionária, é elaborada mediante o estudo de um processo histórico particular, o desenvolvimento das revoluções francesas, e da crítica das teorias que identificavam as revoluções burguesas como etapas anteriores e necessárias à revolução socialista. As revoluções burguesas, como já foi exposto, foram revoluções políticas, isto é, alteraram a posição das classes dirigentes, mas deixaram intactas as estruturas de exploração do trabalho, portanto, foram, na verdade, contrarrevoluções. Somente a revolução social, uma vez que é capaz de destruir simultaneamente as estruturas de exploração e dominação, pode estabelecer um novo sistema social, estruturado na liberdade e na igualdade.

Ao realizar uma análise sociológica do conflito de classes e da crise política francesa desencadeada pela Guerra Franco-Prussiana, o anarquista russo aplicou seu método materialista sociológico e suas teorias sobre o estatismo, sobre a propriedade privada e o papel das classes sociais e partidos naquele contexto. A partir desse estudo, conclui que a classe trabalhadora do campo e da cidade seria a única classe com capacidade política para levar a revolução social às suas últimas consequências, uma vez que os burgueses e os partidários do comunismo autoritário estatista eram unânimes em defender o Estado como saída para a crise (BAKUNIN, 1907: 172). Ao contrário da burguesia, os trabalhadores tinham a capacidade de romper definitivamente com a ordem instituída.

Ce qui peut seul sauver la France, au milieu des terribles, des mortels dangers, extérieurs et intérieurs, qui la menacent présentement, c'est le soulèvement spontané, formidable, passionnément énergique, anarchique, destructif et sauvage, des masses populaires sur tout le territoire de la France. (...) Je pense qu'à cette heure en France, et probablement aussi dans tous les autres pays, il n'existe plus que deux classes capables d'un tel mouvement : les ouvriers et les paysans. (BAKUNIN, 1907: 215-216).

Como é possível observar, a dinâmica da luta de classes é entendida a partir da dialética criação-destruição, mais precisamente do desdobramento na dialética revolução-contrarrevolução, ou seja, entre a contrarrevolução burguesa e revolução social proletária. Enquanto a burguesia e os reformistas se apegam ao Estado como único caminho possível e, conseqüentemente, capitulam diante da reestruturação e manutenção da ordem, os trabalhadores do campo e da cidade apontam para a destruição da ordem vigente e para a construção do autogoverno dos trabalhadores.

Aquilo que seria estabelecido como estratégia e programa político anarquista (a greve geral de massas, a insurreição campo-cidade e a defesa da federação das comunas socialistas) depende da capacidade histórica da classe trabalhadora de desenvolver sua força coletiva, isto é, da sua ação política de classe em posição radicalmente oposta e inconciliável com a burguesia. As diversas formas de organização da classe trabalhadora, associações, sociedades de apoio mútuo, sindicatos, movimentos populares e camponeses, aliança operário camponesa, entre outros, e as diversas formas de luta e resistência, greves, mobilizações de rua, protestos, motins, sabotagens, atos de ação direta, boicote à democracia burguesa, sublevações e, por fim, a ruptura revolucionária fazem parte do processo de constituição da classe trabalhadora na qualidade de força coletiva destruidora da ordem e construtora da nova sociedade.

Capítulo VII

Modelos de sindicalismo do século XX: sindicalismo revolucionário *versus* sindicalismo social-democrata

*Pois somos do povo os ativos
Trabalhador forte e fecundo.
Pertence a Terra aos produtivos;
Ó parasitas deixai o mundo
Ó parasitas que te nutres
Do nosso sangue a gotejar,
Se nos faltarem os abutres
Não deixa o sol de fulgurar!*

Eugéne Pottier, Hino da Associação Internacional dos Trabalhadores, 1871.

Numa referência à crise do sindicalismo contemporâneo, o sociólogo Giovanni Alves observa que

no contexto de crise e reestruturação do capitalismo tardio que ocorre o abandono, por parte dos sindicatos dos países capitalistas mais desenvolvidos, do sindicalismo de classe, que marcaram tanto os anos 60 e 70, em particular na França e Itália, onde eles foram muito fortes. O que tende a predominar é o sindicalismo neocorporativista e de participação, cujo modelo clássico é o caso alemão. (ALVES, 2003: 15).

Esse trecho é ilustrativo do debate aqui apresentado, pois nele Alves faz referência a vários modelos de sindicalismo, cuja distinção é feita em termos de concepção político-ideológica e prática sindical, ou seja, *sindicalismo de classe* e *sindicalismo neocorporativista*, e também tendo por referência a nacionalidade, a indicação do predomínio do *sindicalismo de classe* na França e Itália, e da existência de um “modelo clássico” de *sindicalismo corporativo* na Alemanha. Também é comum utilizar a noção de *sindicalismo norte-americano* como sinônimo de concepções e práticas sindicais conservadoras e corporativistas.

De fato, não é nenhuma novidade em si a constatação da existência de diferentes modelos de organização sindical. Dessa forma, o debate proposto é estabelecer relação entre organização sindical e consciência de classe, as diferentes abordagens nas teorias marxista e bakunista, a constituição dos principais modelos de sindicalismo do século XX e a defesa de que ação grevista deve ser entendida a partir da sua vinculação com um determinado modelo de movimento operário e ou sindical que orienta os trabalhadores em luta.

A noção de “modelo de movimento operário ou sindicalismo” elaborada pelo sociólogo francês Alain Bihr é fundamental para o debate aqui proposto.

Por modelo do movimento operário, entendemos certa configuração deste,

caracterizada ao mesmo tempo por formas organizacionais, institucionais e ideológicas determinadas, assim como por seu arranjo de acordo com uma estrutura característica. Essas formas e esse arranjo correspondem sempre a uma estratégia dominante na luta de classe do proletariado, a uma concretização histórica particular de seu projeto de emancipação, em relação a um aspecto particular da luta de classes, dando nascimento a uma forma original de desenvolvimento do capitalismo. (BIHR, 1998: 19).

O sociólogo articula no seu conceito de modelo de sindicalismo dimensões objetivas e subjetivas. As formas organizacionais, institucionais e ideológicas são vinculadas às estratégias de ação e aos projetos emancipacionistas, cujo sentido se encontra na forma como a sua inserção na luta de classe é capaz de influenciar o desenvolvimento do próprio sistema capitalista. Portanto, os modelos de sindicalismo não são somente determinados pelas forças objetivas do capitalismo, mas também se constituem enquanto forças objetivas no desenvolvimento do capital e, conseqüentemente, das próprias crises do capital.

Portanto, faz-se necessário recuperar a história do processo de diferenciação dos modelos de sindicalismo, os debates sobre sindicalismo e consciência de classe e, finalmente retomar a abordagem de Alain Bihir sobre “modelo de movimento operário ou sindicalismo” e sua relação com desenvolvimento da luta de classes e do capitalismo.

7.1. A gênese dos modelos do sindicalismo: as tendências no interior da AIT

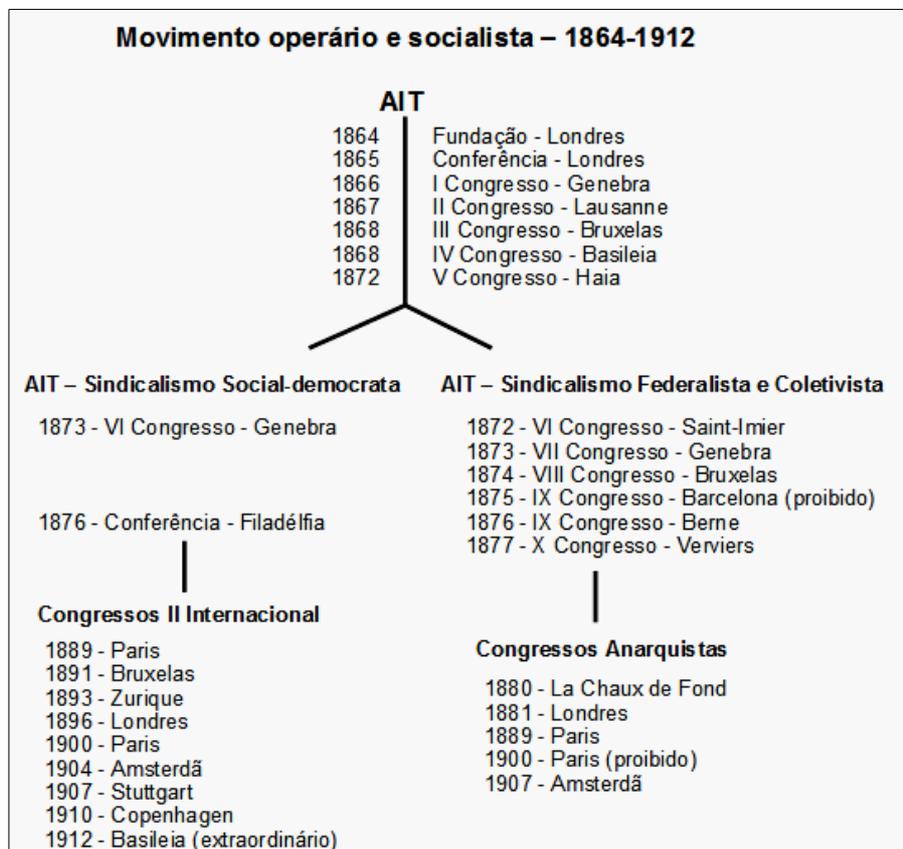
O anarquista brasileiro Edgard Leuenroth (1881-1968), em um de seus vários artigos publicados no jornal anarquista *A Plebe*, procurou diferenciar os diversos modelos de sindicalismo da história e de seu tempo:

Que o sindicalismo não tem natureza própria, ao contrário do que há muito tempo afirmava um camarada – prova - o fato de que pode ser socialdemocrata ou bolchevique... ou católico, anarquista. Não sendo mais que o nome dado ao movimento operário, ele terá o caráter que lhe infundam com sua mentalidade e seu temperamento as minorias ativas que o orientem. As discrepâncias de pensamento suscitadas no seio da Internacional motivadas pela orientação que se deveria dar `as sociedades de resistência apresentaram um importante problema aos militantes das mesmas: a escolha dos meios condizentes ao fim comum de transformar a sociedade. É conhecida a diferença de critério a este respeito quanto ao método de luta entre os chamados marxistas e bakuninistas, entre autoritários e libertários. O congresso antiautoritário celebrado em setembro de 1872 em Saint-Imier representa a rebeldia da liberdade – que inspirou a fundação da AIT – contra o dogma autoritário e o espírito de dominação, encarnado em Karl Marx e os seus amigos. Desde então até hoje, a separação das organizações proletárias em todos os países, seguiram direções diferentes, é inevitável. Muito empenho foi posto e muito boas

intenções têm sido consagradas ao propósito de retornar a unidade. Grande número de companheiros anarquistas tem sofrido, obcecados por esta ideia, de excessiva ingenuidade. Felizmente parece que as duras lições oferecidas pelo tempo, chegaram a estabelecer um acordo dentro do mesmo marco de luta para alcançar o ideal comum de emancipação. Mas nem tudo está esclarecido no referente a esta questão. É sabido que quando estava para fazer-se a luta, uma nova corrente de vontades fez a sua aparição para pretendendo incorporar as ideias socialistas – com a denominação de socialismo – uma nova doutrina social. Cerrando os olhos ante a investigação serena do passado, ante a realidade instrutiva do presente e em face aos verdadeiros destinos do futuro, anunciou-se ao mundo operário a descoberta de uma nova orientação. Para alcançar o fim, em cuja direção tinha que encaminhar-se, rotas diferentes das já conhecidas haveria de seguir. E para não sofrer extravio, disporia também de uma bússola especial. O novo horizonte de onde a seguir, viria a luz, era o sindicalismo como fim, as organizações corporativas como órgãos de reprodução da futura sociedade. (LEUENROTH, *Jornal A Plebe*).

Leuenroth não só identifica as diferentes tendências e correntes do movimento operário, mas também identifica sua gênese: a AIT. De sua fundação, passando pelos conflitos nos seus congressos, até a sua cisão em 1872 quando os modelos de sindicalismo se diferenciaram e delinearam. Na verdade, diferentemente do que se possa imaginar, a divergência e o conflito entre as tendências e correntes do movimento operário europeu foi a principal característica da AIT.

Figura 2: Movimento operário e socialista: 1864-1912



Essa diversidade de tendências e correntes foi interpretada por Marx e depois pelos marxistas como um obstáculo ao desenvolvimento do próprio movimento operário, conforme o comunista alemão afirma em carta escrita para Friedrich Bolte, em novembro de 1871:

And the history of the International was a continual struggle of the General Council against the sects and attempts by amateurs to assert themselves within the International itself against the real movement of the working class. This struggle was conducted at the Congresses, but far more in the private dealings of the General Council with the individual sections. (MARX & ENGELS, 2010 [Volume 44]: 252).

Se Marx e seus partidários se dedicaram ao combate às demais correntes e tendências do movimento operário no interior da AIT, considerando-as seitas, a historiografia do campo marxista e social-democrata, renegou essas mesmas correntes e tendências para um lugar secundário ou de “antagonistas” na história operária. Diferentemente dessas abordagens, a diversidade de correntes e tendências expressou a riqueza e a vitalidade do movimento dos trabalhadores e, dialeticamente, uma das suas contradições fundamentais.

A AIT é fundada por correntes distintas do movimento operário, principalmente, os *trade-unionistas* e os *mutualistas*. As *trade-unions* inglesas se converteram em sinônimo de sindicalismo de ofício, dedicado às lutas cooperativistas de um lado e, de outro lado, às disputas eleitorais. Em 1862, ano do primeiro encontro entre os operários ingleses e franceses, a representação das *trade-unions* era do *London Trades Council*, cujas lideranças também participaram da fundação da *National Reform League*, dedicada à defesa do sufrágio masculino.

As lideranças *trade-unionistas*, como Odger, Cremer e Lucraft, participaram dos três primeiros congressos da AIT, normalmente com dupla representação: do Conselho Geral e da *Reform League*, o que mostrava que a relação entre os *trade-unionistas* e a *Reform League* era orgânica. Mas, a partir da converção da Liga na *Labour Representation League*¹¹², em 1869, as lideranças *trade-unionistas* foram se afastando da AIT. Na verdade, conforme as concepções socialistas coletivistas se tornavam hegemônicas, os *trade-unionistas* se afastavam.

O primeiro a abandonar seu cargo no Conselho Geral foi Cremer, ainda em 1869, que posteriormente seria eleito para o Parlamento pelo Partido Liberal [*Liberal Party*]. As demais lideranças *trade-unionistas* também se candidataram pelo Partido Liberal e se afastaram definitivamente do Conselho Geral depois da posição da AIT frente à Comuna de Paris, defendida no texto *Guerra Civil na França*, elaborado por Marx em 1871.

Os mutualismos eram uma das mais importantes tendências do movimento operário europeu da década de 1860. Influenciados pelas ideias anarquistas de Proudhon, se dividiram em duas

¹¹² A *Labour Representation League* conseguiu eleger seus dois primeiros representantes para o Parlamento em 1874 e em 1900 seus membros participaram da fundação do Partido Trabalhista Inglês [*Labour Party*].

correntes que se distinguíram durante os debates na AIT: mutualistas individualistas, liderados especialmente pelos operários parisienses, Tolain, Limousin e Fribourg, com ramificações entre suíços e belgas; e os mutualistas coletivistas, que por suas vez se dividiam em duas correntes: os coletivistas belgas, sob a liderança de De Paepe, e os bakuninistas, cuja organização assumiu um formato mais acabado em 1868, com a fundação da Aliança e suas ramificações na Suíça, França, Espanha, Itália e Bélgica.

Os mutualistas individualistas entendiam que as relações de mutualidade e reciprocidade seriam suficientes por si mesmas para a superação do regime de assalariamento. A organização dos operários em associações e cooperativas de socorro mútuo e, principalmente, de crédito mútuo seria suficiente para garantir a igualdade social. Defendiam a participação de candidaturas operárias nas eleições e a manutenção da propriedade privada. Tinham restrições às greves, que consideravam insuficientes, uma vez que o objetivo das lutas operárias deveria ser a abolição dos salários.

Embora as divergências entre as tendências mutualistas já se manifestassem nas primeiras reuniões, somente a partir do debate sobre a propriedade coletiva no segundo congresso, em 1867, essas diferenças se tornaram mais explícitas. Os mutualistas coletivistas, que se consideravam simplesmente socialistas mutualistas, passaram a fazer uma defesa efetiva da propriedade coletiva e sofreram a oposição de Tolain e de seus partidários, e buscaram uma identidade própria como coletivistas.

A tendência coletivista estava dividida em duas correntes: os coletivistas belgas e os aliancistas. O coletivismo belga tinha na liderança de De Paepe sua principal representação, socialista mutualista, como ele próprio se definia, pautou ainda no segundo congresso da AIT, em Lausanne 1867, a defesa da propriedade coletiva, mas foi no congresso seguinte, realizado na capital belga, que as posições coletivistas prevaleceram.

O coletivismo entre os operários belgas, além da capilaridade entre os operários-artesãos, tinha importante base social entre os mineiros e camponeses. Os mineiros encontravam-se organizados, principalmente, nas seções e sociedades operárias das províncias de Lieja e de Hainaut. Os camponeses estavam organizados nas províncias de Luxemburgo, Namur e Brabante. A organização do movimento operário belga era bem diversa: sociedades de resistência, cooperativas, sociedades de socorro mútuo, sociedades educacionais e de cultura operária. Entre as sociedades educacionais e de cultura operária destacavam-se: Círculo Popular de Bruxelas, Círculos de Conferências de Bruxelas, Liga Operária de Ensino Mutualista, *Emancipados*, Sociedade dos Livres Pensadores, Círculo de Emulação, entre outros.

Os bakuninistas se organizam em 1864 com a fundação da “Fraternidade”, que na sua primeira geração de membros contava com os franceses Benoît Malon e Albert Richard, que

atuaram desde os primeiros congressos da AIT. O programa da “Fraternidade” era coletivista, como se vê no seu *Catecismo Revolucionário*:

1º - Separação absoluta entre a Religião e a Política, entre a Igreja e o Estado – Abolição de qualquer Igreja de Estado – de qualquer subvenção do Estado ao culto que for – Liberdade absoluta para todas as religiões cristãs ou anticristãs – e que os gastos e a manutenção de todas as igrejas sejam pagos pelos próprios sectários.

2º - Para o estado da república – e em todas as aplicações da vida política e social, o princípio da liberdade em lugar da autoridade – para o indivíduo, assim como para as unidades coletivas: associações, comunas, distritos, províncias e nações. Em todo lugar, o princípio liberal da Federação deve substituir o princípio despótico da Centralização.

3º - Abolição das classes e dos privilégios – Sufrágio universal. Tudo para o povo e tudo pelo povo – E, na medida em que possa ser explicada, progressivamente, em cada país, a necessidade de uma reorganização social, de uma mudança progressiva nas leis que regulam as condições do trabalho e do capital, do direito de herança e da propriedade – Necessidade, para todo o mundo, de trabalhar, e de só viver de seu próprio trabalho, sem explorar o trabalho de outros. Dignidade do trabalho, que deve-se instituir como base única de todos os direitos políticos e sociais – Importância da educação pública, esta ama de leite moral da democracia. Transformação das escolas – Instrução obrigatória e gratuita. (BAKUNIN, 2014: 135-136).

A partir desse programa em defesa da federação livre das associações operárias e comunas, centrado no princípio da liberdade coletiva e na abolição das classes, que os bakuninistas se inseriram na AIT. Mas foi em 1868, com a fundação da Aliança, que Bakunin e seus partidários passaram a ter uma atuação efetivamente decisiva. Sua ramificação francesa contou com a militância de Eugène Varlin, Benoît Malon, Albert Richard, Élisée Reclus, Aristide Rey, Victor Jaclard, Charles Keller, Louis Palix, Jules Gay, Alfred Talandier, Alfred Naquet e Élise Reclus, e com presença nas associações de operários-artesãos de Paris, Lyon, Rouen e de Marselha, e entre os operários industriais e mineiros de Creusot.

Entre os suíços, os aliancistas tinham capilaridade entre os operários genebrinos da construção civil, com importante atuação de Charles Perron, François Brosset e Fritz Heng, entre os operários-artesãos do Jura, cujos principais representantes eram Constant Meuron, Guillame e Schwitzguébel, e entre os operários da Suíça Alemã com a militância de J-Ph. Becker. Ainda na Suíça Românica, a presença de François Mermillod, Henri Perret, Th. Duval, L. Guétat, Tanner Jaillet e Adolphe Catalan reforçava a perspectiva coletivista.

As primeiras seções da AIT da Itália e na Espanha são fundadas já a partir da política dos aliancistas, o que garantiu o vínculo orgânico dessas seções ao coletivismo. Entre os militantes italianos destacaram-se: Carlo Gambuzzi, Guiseppa Fanelli, Stefano Caporusso, Alberto Tucci e Saverio Friscia. Já entre os espanhóis, destacavam-se: Gaspard Sentiñon, Rafael Farga-Pellicer,

Francisco Mora, Tomás Gonzáles Morago e Antonio Marsal Anglora.

Os aliancistas também tinham uma ramificação na Bélgica, com a militância de Paul Robin, entre exilados russos, Mikhail Elpidin e Nikolai Zhukovsky, e poloneses: Valérien Mroczkowsky e Jean Zagorski.

Nos estudos aqui realizados, a partir dos discursos, dos relatórios das seções, das posições políticas assumidas, dos artigos nos jornais operários, das cartas trocadas entre militantes, optou-se por considerar o coletivismo belga e os aliancistas como correntes distintas do coletivismo no interior da AIT. Mas outros pesquisadores procuram aproximá-los significativamente. Nas pesquisas recentes realizadas pelo historiador Robert Graham, ele assevera que De Paepe foi recrutado por Bakunin para participar de sua organização revolucionária: “Bakunin was still recruiting members into his Revolutionary Brotherhood, including De Paepe in Belgium, who joined the brotherhood in May 1867 (GRAHAM, 2015: 82), entretanto, não cita a fonte primária dessa informação.

Na obra já consagrada do historiador anarquista Max Nettlau, *História da anarquia*, cuja primeira publicação foi feita entre 1925 e 1931, De Paepe e demais belgas, Brismée, Eugène Hins, são denominados de *anarquistas coletivistas* (NETTLAU, 2008: 151). O autor sustenta essa afirmação com um trecho da carta do Conselho Geral belga para a Aliança, 16 de janeiro de 1869: “que todos os Estados políticos e autoritários existentes atualmente devem ser reduzidos a simples funções administrativas dos serviços públicos em seus respectivos países e, enfim, desaparecer da união universal das associações livres, tanto agrícolas como industriais” (CONSELHO GERAL BELGA *apud* NETTLAU, 2008: 151).

Embora não se possa reafirmar as teses de Graham e Nettlau, é fato que coletivistas belgas e aliancistas defenderam na AIT as mesmas concepções e programas para a classe trabalhadora. Resumidamente, as tendências coletivistas defendiam: 1) a supressão do regime de assalariamento, com a implantação de relações mutuais e de reciprocidades entre as associações e cooperativas operárias; 2) a abolição da propriedade privada e do direito de herança, como condição necessária para a destruição dos privilégios das classes dominantes; 3) a greve geral como estratégia prioritária de luta; 4) o programa da sociedade socialista com a livre federação das organizações operárias e camponesas; e, por último, 5) eram contrários à estratégia da organização de partidos operários para a disputa das eleições burguesas.

Os coletivistas desenvolveram uma teoria específica das organizações dos trabalhadores e seu papel na luta pelo socialismo. Nos *Informes da Seção de Bruxelas*, ao congresso de Bruxelas de 1868, os belgas sistematizaram essa teoria:

En fin, para terminar, diremos que si somos tan grandes partidarios de las sociedades de mantenimientos de precios, como se dice en Bélgica, de las

sociedades de resistencia, como se dice en Francia; de las *trade's unions*, como se dice en Inglaterra, no es sólo teniendo en cuenta las necesidades del presente, sino con vistas al orden social del porvenir. Expliquémonos: no consideramos estas sociedades únicamente como un paliativo necesario (observad que no decimos como un remedio); no, nuestras miras son más altas. Desde el fondo de este caos de lucha y miseria en que nos agitamos, elevamos nuestras miradas hacia una sociedad más armónica y feliz. Vemos entonces en estas sociedades de resistencia los gérmenes de esas grandes compañías obreras que algún día reemplazarán a las compañías de los capitalistas, que tienen bajo sus órdenes a millones de asalariados, al menos todas las industrias donde se emplea la fuerza colectiva y donde no existe medio entre salariado y asociación. Ya en las principales huelgas que han estallado estos años últimos, comienza a dibujarse con bastante claridad una nueva tendencia: la huelga debe terminar en la sociedad de producción. (SEÇÃO DE BRUXELAS *apud* FREYMOND, 1973 [Tomo I]: 407).

Observa-se, que na concepção dos coletivistas belgas, compartilhadas pelos aliancistas, as organizações de tipo sindical, *trade-unions*, sociedades de resistência, sociedades de manutenção dos presos, e seu principal instrumento de luta – as greves, não tinham um fim em si mesmas, nem uma condição necessariamente reformista e imediatista, mas, ao contrário, seriam o germe da sociedade socialista. Nessa concepção encontra-se a gênese do sindicalismo revolucionário, isto é, a tendência do movimento dos trabalhadores que faz da defesa político-ideológica e teórico-programática de que os objetivos das organizações dos trabalhadores (sindicatos, cooperativas, associações de categorias, etc) objetivam a ruptura revolucionária com o sistema capitalista.

Essas formulações ficaram mais explícitas no congresso de Saint-Imier em 1872, cujas resoluções se opuseram às decisões do congresso de Haia realizado dias antes. Os aliancistas e seus aliados, não só não reconheceram as resoluções de Haia, como delinearam os princípios do federalismo:

Considérant que l'autonomie et l'indépendance des fédérations et sections ouvrières sont la première condition de l'émancipation des travailleurs;
Que tout pouvoir législatif et réglementaire accordé aux Congrès serait une négation flagrante de cette autonomie et de cette liberté:
Le Congrès dénie en principe le droit législatif de tous les Congrès soit généraux soit régionaux, ne leur reconnaissant d'autre mission que celle de mettre en présence les aspirations, besoins et idées du prolétariat des différentes localités ou pays, afin que leur harmonisation et leur unification s'y opère autant que possible; mais dans aucun cas la majorité d'un Congrès quelconque ne pourra imposer ses résolutions à la minorité. (GUILLAUME, 1909: 6).

Da mesma forma, o *trabalho* foi definido como a base organizativa para a realização da emancipação do proletariado:

Que les aspirations du prolétariat ne peuvent avoir d'autre objet que

l'établissement d'une organisation et d'une fédération économiques absolument libres, fondées sur le travail et l'égalité de tous et absolument indépendantes de tout gouvernement politique, et que cette organisation et cette fédération ne peuvent être que le résultat de l'action spontanée du prolétariat lui-même, des corps de métier et des communes autonomes. (GUILLAUME, 1909: 8).

Os congressistas de Saint-Imier também aprovaram resolução sobre o papel revolucionário das organizações operárias, segundo a qual, a destruição das estruturas do poder político seriam o objetivo da classe trabalhadora, como condição para suprimir o privilégio das classes dominantes:

Considérant que toute organisation politique ne peut rien être que l'organisation de la domination au profit d'une classe et au détriment des masses, et que le prolétariat, s'il voulait s'emparer du pouvoir, deviendrait lui-même une classe dominante et exploitante;

Le Congrès réuni à Saint-Imier déclare:

1° Que la destruction de tout pouvoir politique est le premier devoir du prolétariat;

2° Que toute organisation d'un pouvoir politique soi-disant provisoire et révolutionnaire pour amener cette destruction ne peut être qu'une tromperie de plus et serait aussi dangereuse pour le prolétariat que tous les gouvernements existant aujourd'hui;

3° Que, repoussant tout compromis pour arriver à l'accomplissement de la Révolution sociale, les prolétaires de tous les pays doivent établir, en dehors de toute politique bourgeoise, la solidarité de l'action révolutionnaire. (GUILLAUME, 1909: 8).

O federalismo passou a ser o centro da organização política, com a autonomia das seções sendo preservada e protegida de qualquer tentativa de centralização ou imposição de concepções que pudessem ferir os princípios e concepções aprovadas nos fóruns deliberativos das seções e federações regionais. Portanto, para os congressistas de Saint-Imier, seria sob o federalismo que o *trabalho* estaria organizado internacionalmente, para se constituir na força coletiva capaz de protagonizar a Revolução Social.

A AIT-Federalista celebrou seu último congresso em 1877, na cidade de Verviers na Bélgica. Encontrava-se sem fôlego e no congresso do ano anterior, em Berna, se estabeleceu uma nova ruptura: os belgas liderados por De Peape explicitaram suas divergências com os anarquistas, ou seja, concluíram que existiam duas posições: as tendências que defendiam o programa anarquista e aquelas que defendiam um “Estado operário”. Apesar das divergências, foi aprovado a realização de um “congresso socialista universal”, onde os partidos socialistas e operários também seriam convocados. Assim, o “congresso socialista universal” ocorreria na cidade de Gent, na Bélgica, dias depois do congresso da AIT.

Mesmo encerrando suas atividades em 1877, a AIT-Federalista, conforme argumenta Moss,

lançou as bases fundamentais da corrente do sindicalismo revolucionário que se tornaria um fenômeno global no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX:

As tendências comparativamente reformistas dos sindicatos de ofício no século vinte obscureceram suas raízes socialistas. Em muitos países industrializados, incluindo Estados Unidos e Inglaterra, o movimento sindical começou com um projeto cooperativo pela emancipação das categorias do sistema de salários. Depois, os sindicatos passaram desse programa cooperativo para uma estratégia revolucionária de coletivização do capital em federações de categorias. Esse coletivismo revolucionário predominou nos países latinos – Espanha, França, Itália e partes francófonas da Bélgica e da Suíça – e formaram as bases da tão falada oposição bakuninista à liderança de Marx na Primeira Internacional. No período da segunda internacional, esse coletivismo revolucionário reapareceu nesses mesmos países na forma de sindicalismo revolucionário. (MOSS, 1980: 27).

A outra importante corrente operária da AIT foram os social-democratas e comunistas, cujos principais representantes eram Marx e Engels. Social-democratas e comunistas tinham forte presença no Conselho Geral em Londres, além da atuação dos autores do *Manifesto do Partido Comunista*, destacavam-se os exilados alemães Eccarius, Lessner, Karl Pfänder e Lochner, o suíço Hermann Jung, e os franceses Dupont e Lafargue, nas seções alemãs, com a importante militância de Moses Hess e Kugelmann e entre os alemães emigrados nos EUA, como Friedrich Sorge.

Os social-democratas e comunistas defendiam que o principal objetivo do movimento operário era a conquista do poder político, conforme explicitado na *Mensagem Inaugural* da AIT elaborada por Marx. Assim, as organizações operárias e as greves não poderiam ter um fim em si mesmas, mas teriam o papel de preparar a classe trabalhadora para a luta efetiva pelo poder político, que deveria ser realizada pelos partidos operários. Portanto, participar das eleições para o Estado burguês seria parte da estratégia revolucionária da corrente social-democrata e comunista.

Como críticos radicais do sistema capitalista, defendiam a abolição da propriedade privada e a coletivização dos meios de produção, o que os colocava em oposição aos mutualistas individualistas, mas, por outro lado, possibilitou a formação temporária de um bloco com as tendências coletivistas na aprovação das resoluções contra a propriedade privada.

Sem dúvida, a defesa da corrente social-democrata e comunista na participação das eleições, como estratégia para a conquista do poder pelos operários, provocou a ruptura inconciliável com a corrente aliancista e, conseqüentemente, a cisão da AIT no congresso de 1872.

Sob a hegemonia social-democrata e comunista, a AIT com sede em Nova Iorque realizou seu congresso na cidade de Genebra em 1873. Contou com um total de 30 delegados, sendo 15 da cidade-sede, entre os genebrinos estava Bercker que romperá com os aliancistas. As outras seções representadas eram da Bélgica, Áustria e Alemanha. Como a perspectiva era de um encontro

esvaziado, as seções dos EUA e da Inglaterra, não enviaram delegados. Após a renúncia de Sorge do Conselho Geral de Nova Iorque e um período de grande paralisia, a associação foi dissolvida na conferência da Filadélfia, em 1876.

Apesar de chegar ao final da década de 1870 relativamente descaracterizada, a AIT forneceria, de um lado, os princípios e as concepções para o desenvolvimento do sindicalismo revolucionário, especialmente, o federalismo e a contestação da via eleitoral, e, de outro lado, a via social-democrata do sindicalismo, como concluiu o pesquisador Wayne Thorpe

Founded in London in 1864 essentially to assist in expanding the organized labour movement and coordinating international assistance within it, the International Working Men's Association collapsed eight years later as a result of organizational and theoretical differences between federalists and centralist. The later syndicalists saw themselves as the legitimate heirs of the International, although they represented only one tendency within it, albeit the numerically mole significant one. The syndicalists, in short, identified the First International with its federalist wing, with those who defended a decentralized International that respected the autonomy of its members and rejected political action. Represented in the International initially by the Proudhonists and later and more influentially by the Bakuninists, the federalists rejected political parties, parliamentary action and reliance upon state power, as counter-revolutionary. On the other hand, the affiliates of the Second International, dominated by, the social democratic parties of western Europe, viewed themselves as the rightful legates of the First International. They identified in turn with its centralist faction - represented above all by Karl Marx - which had insisted upon political action, which had expelled Bakunin, and which the libertarians viewed as impossibly authoritarian. The First International left a dual and contradictory legacy: it soon assumed nearly mythic qualities as the symbol and promise of international worker's unity, but the experience also helped to perpetuate within the wider worker's movement the divisiveness that had come to reign within the International itself. (THORPE, 1989: 2-3).

As concepções e princípios das correntes coletivistas, responsáveis pelos congressos da AIT-Federalista, assumiram nova dinâmica no processo de reorganização do movimento operário no final do século XIX, com o desenvolvimento do sindicalismo revolucionário, que teve nas experiências nacionais em escala global sua conversão em força coletiva da classe trabalhadora. Por isso, algumas experiências nacionais, como o sindicalismo revolucionário francês merece destaque. Por seu turno, o sindicalismo social-democrata e comunista se reorganizou na II Internacional.

7.2. O sindicalismo revolucionário: a experiência francesa

No contexto da cisão da Internacional, é realizado em Paris, no ano de 1876, um congresso sindical, cujas resoluções, mais ainda, a repercussão das suas resoluções marcaram os debates no

interior do movimento dos trabalhadores durante todo século XX: as lutas corporativas e as candidaturas operárias. O historiador Édouard Dolléans se refere da seguinte maneira ao congresso parisiense de 1876:

Un premier congrès ouvrier se tient à Paris du 2 au 10 octobre 1876; son président, Chabert, prend l'engagement, à la séance d'ouverture, que le Congrès restera sur le terrain purement ouvrier, économique et corporatif. Le Congrès revendique pour les seules ouvrières la journée de huit heures, la suppression du travail de nuit dans les manufactures et l'égalité du salaire. Le Congrès réclame aussi l'organisation de retraites pour les vieux, mais avec l'aide des chambres syndicales et sans l'intervention de l'État. La plus hardie de ses revendications est l'éducation nationale, professionnelle et gratuite à tous les degrés. Pourtant, le Congrès de Paris affirme déjà une tendance qui va se développer dans les années suivantes: il adopte à l'unanimité le principe de la candidature ouvrière. (DOLLÉANS, 2003b: 16).

Édouard Dolléans ainda relata a realização de segundo congresso de trabalhadores na cidade de Lyon, em 1878, onde as suas resoluções e tendências corroboraram aquelas aprovadas no Congresso de Paris. Segundo Dolléans, a maioria dos delegados presentes se filiava às tendências corporativistas, mutualistas, cooperativistas do sindicalismo francês (DOLLÉANS, 2003b: 16). Mesmo assim, aproveitando-se desse processo de reorganização dos trabalhadores franceses, os comunistas Jules Guesde (1845-1922)¹¹³ e Paul Lafargue (1842-1911)¹¹⁴ fundaram em 1879 a *Fédération du Parti des Travailleurs Socialistas*, aplicando a linha política marxista de organização de partidos operários.

Porém, em 1882 ocorreu uma ruptura com a *Fédération du Parti des Travailleurs Socialistas* capitaneada por Paul Brousse (1844-1912)¹¹⁵, até então defensor das concepções anarquistas proudhonianas, que fundou o *Parti Ouvrier Possibiliste*, onde contou com a adesão e o apoio de Benoît Malon. Depois do racha promovido pelos possibilistas, o partido de guesdista passou a ser denominado *Parti Ouvrier Français*. Por sua vez, lideranças socialistas revolucionárias, como Jean Allemane (1843-1935)¹¹⁶, fundaram o *Parti Ouvrier Socialiste Révolutionnaire*, que defendia a greve geral, a ação direta e o anti-parlamentarismo, princípios próximos do anarquismo.

Ao analisar a proliferação de partidos de caráter socialista e operário no final do século XIX

113 Guesde era um tipógrafo francês defensor do comunismo. Sua atuação política foi significativa, ao passo que é comum a utilização da noção de guesdismo para designar o marxismo no final do século XIX.

114 Lafargue era jornalista e economista, nascido em Cuba e criado na França. Casou-se com a filha de Marx, Jenny Laura Marx (1845-1911). Participou do Conselho Geral da AIT, atuando na fundação da Seção de Madri. Posteriormente fundou o *Parti Ouvrier Français* juntamente com Guesde.

115 Paul Louis Marie Brousse, era um médico e militante anarquista francês. Ingressou na AIT em 1872 e aderiu à AIT-Federalista. Mas na década de 1880 rompe com o anarquismo e funda o “socialismo possibilista”.

116 Allemane era um tipógrafo atuante no movimento operário parisiense. Foi liderança *communard* e no processo de reorganização do socialismo francês rompeu com o guesdismo e com o possibilismo e fundou o *Parti Ouvrier Socialiste Révolutionnaire*, com concepções próximas do anarquismo.

na França, Louis Garriguet (1912) considera que as diversas correntes políticas avaliavam a importância eleitoral dos trabalhadores e também aproveitaram a Lei de 1881, que legalizava as organizações sindicais, para organização de federações sindicais vinculadas aos partidos políticos. Esse foi o caso da *Fédération Nationale des Syndicats*, atrelada ao *Parti Ouvrier Français* dos marxistas Guesdes e Lafargue.

Les divers partis socialistes se rendent compte de la valeur politique et électorale de ces groupements ouvriers. Aussi, s'efforcent-ils tous de les attirer dans leur orbite et de s'en faire des clients. (...) Deux ans se sont à peine écoulés depuis la promulgation de la loi de 1881, que Guesde fonde la Fédération Nationale des Syndicats et en fait la doublure corporative la succursale professionnelle du parti dont il est le chef: le Parti Ouvrier Français. Les deux groupements sont si intimement unis qu'ils se confondent. De 1886 à 1892, ils tiennent leurs Congrès dans les mêmes villes, aux mêmes époques et avec les mêmes hommes. C'est le Parti qui donne le mot d'ordre à la Fédération (GARRIGUET, 1912:11-12).

Retornando ao campo das organizações sindicais, em 1893, os proudhonianos revolucionários e bakuninistas, que tinham em Fernand Pelloutier (1867-1901)¹¹⁷ seu principal expoente, fundaram a *Fédération des Bourses du Travail*, enquanto que, sob as concepções proudhonianas reformistas, a *Confédération Générale du Travail* (CGT) foi fundada em 1895. Sobre essas reorganizações escreve George Gurvitch:

As duas organizações, igualmente influenciadas pelo proudhonismo, fazem contudo concorrência uma à outra durante quase dez anos. Se a *Fédération des Bourses du Travail* se inspira no proudhonismo revolucionário combinado com a influência de Bakunine (e daí a expressão anarco-sindicalismo), a C.G.T. é inclinada a um proudhonismo moderado. A união das duas organizações faz-se no congresso de Montpellier em 1902. É desta altura que data o *sindicalismo revolucionário*, que domina a C.G.T. durante *doze anos*, para se desagregar no começo da primeira guerra mundial em 1914, deixando contudo marcas profundas não só na França como no estrangeiro. (GURVITCH, 1980: 163).

Nesse momento de reorganização do movimento sindical francês, também se renovam as lideranças anarquistas. Além do jornalista Fernand Pelloutier, o sapateiro Victor Griffuelhes (1874-1922)¹¹⁸, o operário têxtil Émile Pouget (1860-1931)¹¹⁹ e o mecânico Paul Delesalle (1870-1948)¹²⁰,

117 Fernand-Léonce Pelloutier Émile era jornalista e participou da fundação do *Parti Ouvrier Français*, mas rompeu com o guesdismo e aderiu ao anarquismo, se tornando um dos grandes nomes do movimento sindical francês do final do século XIX.

118 Griffuelhes era um operário-artesão sapateiro, defensor das concepções anarquistas, fez parte da nova geração de revolucionários responsável pela sistematização do sindicalismo revolucionário francês. Foi secretário da *Fédération des cuirs et peaux* e secretário-geral da CGT.

119 Pouget era um operário têxtil e participou da fundação do *Syndicat des employés du textile*. No congresso de Londres de 1896 fez parte do setor anarquista e se tornou secretário da CGT. Em obras como *Ação Direta e Sabotagem* delineou as principais concepções do sindicalismo revolucionário.

120 Delesalle era um operário mecânico, liderança da *Chambre syndicale des ouvriers en instruments de précision*. Foi secretário da *Fédération des Bourses du Travail* e da CGT.

foram lideranças destacadas de uma nova geração de militantes sindicais e revolucionários. Esses militantes anarquistas tiveram um papel de protagonistas na reconstrução do movimento dos trabalhadores na França, contribuíram para sistematização do sindicalismo revolucionário, que tem na *Carta de Amiens*, aprovada no Congresso da CGT de 1906, realizado na cidade de Amiens, sua principal expressão. Os anarquistas fizeram forte oposição à orientação política da participação operária nas eleições parlamentares, polemizando com a posição com as demais correntes socialistas, principalmente com guesdistas e possibilistas. Portanto, apesar das tentativas de aproximação entre anarquistas e comunistas, como o Congresso de Londres de 1896, essas duas correntes continuaram o conflito pela hegemonia do movimento sindical.

É importante destacar que, conforme argumenta George Gruvith, apesar da contribuição teórica e intelectual de Georges Sorel (1847-1922) e de Edouard Berth (1875-1939) para a difusão da ideia do sindicalismo revolucionário, suas intervenções não chegaram a se expressar em movimentos com capilaridade social significativo para a luta de classes. Assim, conclui Gurvith, “é preciso não confundir a doutrina elaborada no fogo dos combates, pelos dirigentes efectivos deste movimento e as doutrinas de Sorel e Berth, doutrinários intelectuais que se baseavam nos acontecimentos” (GURVITH, 1980: 164). Por isso, a pesquisa aqui apresentada se concentrou nos estudos das concepções e práticas dos dirigentes sindicais daquele período, pelo protagonismo que exerceram nas lutas e nos debates no interior do movimento dos trabalhadores.

A análise de dois textos de Émile Pouget, *La Confédération Générale du travail* (1908) e *L'action directe* (1921), permite o entendimento das principais concepções do sindicalismo revolucionário. Ao definir o sindicalismo e seus objetivos, Pouget recorre ao legado da AIT para defender que os sindicatos são expressão da luta de classes, constituindo uma estratégia de solidariedade na luta contra a exploração burguesa e a determinação do protagonismo dos próprios trabalhadores na luta por sua emancipação. Ele defende que as organizações sindicais devem ser erguidas sobre os princípios da solidariedade de classe, o que significa romper com o corporativismo resultante do egoísmo de fração. “Par là même ne préside à sa coordination aucune pensée d'étroit égoïsme, mais un sentiment de profonde solidarité sociale” (POUGET, 1908: 5). Assim, o anarquista francês apresenta as declarações da CGT:

Considérant que par sa seule puissance le travailleur ne peut espérer réduire l'exploitation dont il est victime;

Que, d'autre part, ce serait s'illusionner que d'attendre notre émancipation des gouvernants, car – à les supposer animés des meilleures intentions à notre égard – ils ne peuvent rien de définitif, attendu que l'amélioration de notre sort est en raison directe de la décroissance de la puissance gouvernementale;

Considérant que, de par les effets de l'industrie moderne et de l'appui

“logique” que procure le pouvoir aux détenteurs de la propriété et des instruments de production, il y a antagonisme permanent entre le Capital et le Travail;

Que, de ce fait, deux classes bien distinctes et irréconciliables sont en présence : d'un côté, ceux qui détiennent le Capital, de l'autre les Producteurs qui sont les créateurs de toutes les richesses, puisque le Capital ne se constitue que par un prélèvement effectué au détriment du Travail;

Pour ces raisons, les prolétaires doivent donc se faire un devoir de mettre en application l'axiome de l'Internationale: “L'ÉMANCIPATION DES TRAVAILLEURS NE PEUT ÊTRE QUE L'ŒUVRE DES TRAVAILLEURS EUX-MEMES”;

Considérant que, pour atteindre ce but, de toutes les formes de groupement le syndicat est la meilleure, attendu qu'il est un groupement d'intérêts coalisant les exploités devant l'ennemi commun: le capitaliste; que par cela même il rallie dans son sein tous les producteurs de quelque opinion ou conception philosophique, politique ou religieuse qu'ils se réclament;

Considérant également que si le syndicat se cantonnait dans un isolement regrettable, il commettrait fatalement (toutes proportions gardées) la même erreur que le travailleur isolé et qu'il manquerait ainsi à la pratique de la solidarité; il y a donc nécessité que tous les producteurs s'unissent d'abord dans le syndicat et, ce premier acte réalisé, complètent l'œuvre syndicale en faisant adhérer leur syndicat à leur Fédération locale ou Bourse du travail, et par le canal de leur union nationale à la Confédération générale du Travail;

À cette condition seulement, les travailleurs pourront lutter efficacement contre les oppresseurs jusqu'à la complète disparition du salariat et du patronat. (POUGET, 1908: 10-11).

Para evitar o que Pouget considera ser uma confusão entre as noções de *classe* e *partido*, ele defende a “neutralidade política”, isto é, defende a não participação nas disputas políticas eleitorais. Argumenta que a luta econômica é o centro da ação política dos sindicatos, por isso, eles não podem definir-se por uma perspectiva ideológica, filosófica ou religiosa específica, somente política classista e revolucionária.

Et il en sera ainsi, parce que l'idéal confédéral n'est pas une formulation théorique, doctrinale, mais la constatation d'une nécessité sociale, fatalement oppositionnelle à la société capitaliste et qui est la résultante logique de la cohésion du prolétariat sur le terrain économique. Ainsi s'éclaire et se définit la neutralité du syndicalisme français, en face des problèmes d'ordre général; sa neutralité n'implique pas passivité. La Confédération n'abdique devant aucun problème social, non plus que politique (en donnant à ce mot son sens large). Ce qui la distingue des partis démocratiques, c'est qu'elle ne participe pas à la vie parlementaire: elle est a-parlementaire, comme elle est a-religieuse, et aussi comme elle est a-patriotique. Mais son indifférence en matière parlementaire ne l'empêche pas de réagir contre le gouvernement, et l'expérience a prouvé l'efficacité de son action, exercée contre les pouvoirs publics, par pression extérieure. (POUGET, 1908: 28).

Em oposição à orientação política eleitoral, o dirigente sindical anarquista teoriza sobre a

tática da ação direta, incorporada e apresentada com característica do sindicalismo combativo e classista. A ação direta é entendida como uma atualização dos princípios da AIT, os quais determinam o protagonismo da classe trabalhadora na luta contra a burguesia.

De cette négation du démocratisme, mensonger, et hypocrite, et forme ultime de cristallisation de l'autorité, découle toute la méthode syndicaliste. L'Action directe apparaît ainsi comme n'étant rien d'autre que la matérialisation du principe de liberté, sa réalisation dans les masses : non plus en formules abstraites, vagues et nébuleuses, mais en notions claires et pratiques, génératrices de la combativité qu'exigent les nécessités de l'heure; c'est la ruine de l'esprit de soumission et de résignation, qui aveugle les individus, fait d'eux des esclaves volontaires, - et c'est la floraison de l'esprit derévolte, élément fécondant des sociétés humaines. Cette rupture fondamentale et complète, entre la société capitaliste et le monde ouvrier, que synthétise l'Action directe, l'Association internationale des Travailleurs l'avait exprimée dans sa devise: "L'émancipation des travailleurs sera l'œuvre des travailleurs eux-mêmes". (POUGET, 1921: 1-2).

A ação direta se torna a tática de luta característica do sindicalismo revolucionário, diferenciando-o, segundo Pouget, da concepção do sindicalismo reformista, isto é, das concepções corporativista e intervencionista do sindicalismo, cujas práticas e perspectivas convergem para a assimilação na ordem capitalista e, conseqüentemente para o colaboracionismo de classe.

Il faut noter, en outre, que, si l'Action directe est la dominante du syndicalisme français, elle n'en est cependant pas l'unanime tendance. Il y a, au sein de la Confédération – comme en tout groupement –, deux pôles: à côté des éléments révolutionnaires, survivent des groupements "réformistes", à manifestations hétérogènes, mais qui peuvent cependant se rattacher à deux conceptions : le corporatisme et l'interventionnisme. (...) À l'origine, le corporatisme, en limitant son action à des améliorations de détail, n'ayant ni vues d'ensemble, ni idéal, ni d'autre horizon que la frontière corporative, ne menaçait en rien la société capitaliste. D'autre part, l'espoir en l'intervention de l'État qui, parce que saturé de démocratisme, se ferait bon gendarme en faveur des exploités aboutissait aux mêmes fins conservatrices. De l'une et l'autre conception découlait la collaboration de classes, substituée à la lutte de classe, pierre angulaire du syndicalisme. (POUGET, 1908: 37-38).

As diversas formas de luta, as greves, os boicotes, a sabotagem, são formas de ação direta que promovem o acirramento da luta de classes e são resultantes da solidariedade de classe entre os trabalhadores contra a burguesia, por isso, são entendidas, por um lado, como parte da "guerra social", e, por outro lado, são entendidas como parte da autorrealização da classe trabalhadora, cuja condição se realiza no seu *fazer-se*, ou melhor, na sua ação direta.

Entretanto, a principal estratégia de luta para a emancipação dos trabalhadores seria a greve geral. Pouget recupera a noção de greve geral insurrecional desenvolvida pelos bakuninistas durante

suas intervenções na AIT como estratégia privilegiada do sindicalismo revolucionário.

Le mode d'action qui permettra à la classe ouvrière de mener à bien cette œuvre, qui est celle de l'émancipation intégrale, est l'aboutissant logique de son groupement sur le terrain économique et des conceptions qui s'en dégagent : il a son expression dans l'idée de grève générale. La grève générale est la cassure matérielle entre le prolétariat et la bourgeoisie, qu'a précédée la cassure morale et idéologique par l'affirmation de l'autonomie de la classe ouvrière. Celle-ci, après avoir proclamé qu'elle porte en elle tous les éléments réels de la vie sociale, ayant acquis la vigueur et la conscience nécessaires pour imposer ses volontés, passera à l'acte, se refusant à produire pour la classe bourgeoise, et cette révolte décisive sera la grève générale. (POUGET, 1908: 47).

Émile Pouget ainda diferencia o sindicalismo revolucionário das concepções de sindicalismo predominantes na Inglaterra, os *trade-unions*, e na Alemanha, o sindicalismo social-democrata (POUGET, 1908: 8). Voltando-se para o contexto interno da França, também diferencia o sindicalismo revolucionário dos sindicatos que ele classifica como “fictícios, e problemáticos e amarelos” (POUGET, 1908: 12), demarcando bem os conflitos pela hegemonia do movimento sindical.

O sindicalismo revolucionário também se desenvolveu, enquanto força social em outros países da Europa, especialmente Espanha, Itália e Portugal, das Américas e na África do Sul. A partir dos estudos de Linden e Thorpe (1992), pode-se entender o sindicalismo revolucionário como fenômeno do trabalho global, isto é, sendo o trabalho um fenômeno global (VAN DER LINDER, 2008), sua condição de força coletiva, expressa nas suas lutas e organizações, também deve ser entendida como um fenômeno global. Portanto, a corrente do sindicalismo revolucionário, que se desenvolveu no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, constituiu um fenômeno igualmente global.

Tabela 12 – Sindicalismo Revolucionário

Sigla	Organização	País	Fundação
NAT	<i>Nationaal Arbeids Secretariaat</i>	Holanda	1883
IWPA	<i>International Working People's Association</i>	EUA	1883
CGT	<i>Confédération Générale du Travail</i>	França	1895
IWW	<i>Industrial Workers of the World</i>	EUA	1905
FORU	<i>Federación Obrera de la Regional Uruguay</i>	Uruguai	1905
COB	Confederação Operária Brasileira	Brasil	1906
FTCH	<i>Federación de Trabajadores de Chile</i>	Chile	1906
SAC	<i>Sveriges Arbetares Centralorganisation</i>	Suécia	1910
-	<i>“Labour unrest”</i>	Inglaterra	1910

IWW (SA)	<i>Industrial Workers of the World (South Africa)</i>	África do Sul	
CNT	<i>Confederación Nacional del Trabajo</i>	Espanha	1911
USI	<i>Unione Sindacale Italiana</i>	Itália	1912
COM	<i>Casa del Obrero Mundial</i>	México	1914
FORA	<i>Federación Obrera Regional Argentina</i>	Argentina	1914
OBU	<i>One Big Union</i>	Canadá	1919
CGT	<i>Confederação Geral do Trabalho</i>	Portugal	1919
-	<i>Freire Arbeiter - Union Deutschland</i>	Alemanha	1919

Considerando a periodização feita por Linden e Thorpe, pode-se concluir que o sindicalismo revolucionário se desenvolveu entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, sendo a ascensão do nazifascismo e a deflagração da Segunda Guerra Mundial os marcos do seu descenso. Assim, depois de 1945 as concepções do sindicalismo social-democrata e conservador se convertem nas correntes hegemônicas do movimento dos trabalhadores.

7.3. O sindicalismo social-democrata: a experiência alemã

O desenvolvimento do sindicalismo social-democrata encontra-se histórica e organicamente vinculado ao desenvolvimento da social-democracia alemã. O marco da social-democracia alemã foi o Congresso de Gotha, que em 1875 promoveu a unificação do Partido Trabalhista Social-democrático (*Sozialdemokratische Arbeiterpartei*), liderado pelos comunistas August Bebel e Wilhelm Liebknecht, com a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães (*Allgemeiner Deutscher Arbeiterverein*), fundado pelo liberal constitucionalista Ferdinand Lassalle, no Partido Socialista dos Trabalhadores da Alemanha (*Sozialistische Arbeiterpartei Deutschlands*), que mais tarde passa a ser denominado Partido Social-democrata da Alemanha (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands*).

Apesar da defesa da linha política de constituição de partidos operários para a disputa política eleitoral, Marx e Engels fazem críticas ao programa adotado pela social-democracia alemã em 1875. Essas críticas estão na obra *Crítica ao programa de Gotha*, publicada em 1891 após a morte de Marx. Em linhas gerais a argumentação marxista apontava para os problemas decorrentes da unidade consagrada com os setores lassallianos, problemas presentes no próprio programa social-democrata de 1875.

Entre as principais críticas de Marx está a condenação da concepção de Estado expressa no Programa de Gotha, que negligenciava o caráter burguês do Estado capitalista. Essa concepção é

característica do liberalismo dos lassallianos que defendia um “Estado livre”. Assim, argumenta Marx:

La misión del obrero, que se ha librado de la estrecha mentalidad del humilde súbdito, no es, en modo alguno, hacer libre al Estado. En el imperio alemán, el “Estado” es casi tan “libre” como un Rusia. La libertad consiste en convertir al Estado de órgano que está por encima de la sociedad, en un órgano completamente subordinado a ella, y las formas de Estado siguen siendo hoy más o menos libres en la medida en que limitan la “libertad del Estado”. (MARX, 2000: 28).

Marx completa sua crítica recuperando a teoria da revolução em etapas e o programa da Ditadura do Proletariado, assente do programa social-democrata:

Cabe, entonces, preguntarse: ¿qué transformación sufrirá el Estado en la sociedad comunista? O, en otros términos: ¿qué funciones sociales, análogas a las actuales funciones del Estado, subsistirán entonces? Esta pregunta sólo puede contestarse científicamente, y por más que acoplemos de mil maneras la palabra pueblo y la palabra del Estado, no nos acercaremos ni un pelo a la solución del problema. Entre la sociedad capitalista y la sociedad comunista media el período de la transformación revolucionaria de la primera en la segunda. A este período corresponde también un período político de transición, cuyo Estado no puede ser otro que la *dictadura revolucionaria del proletariado*. Pero el programa no se ocupa de esta última, ni del Estado futuro de la sociedad comunista. (MARX, 2000: 29).

Mesmo com as críticas feitas por Marx e Engels, o partido social-democrata atuou politicamente segundo as concepções reformistas predominantes no Programa de Gotha. Entretanto, como defende Joana El-Jaick Andrade, o acirramento da luta política na Alemanha com a entrada em vigor da legislação anti-socialista a partir de 1878, obrigando a adoção de estratégias de clandestinidade pelos social-democratas, permitiu a retomada da atuação política dos setores revolucionários, cujos marcos são o Congresso de Halle (1890), que determina a adoção da denominação de Partido Social-democrata da Alemanha, e o Congresso de Erfurt (1891), que aprova o novo programa da social-democracia, que expressaria as disputas entre reformistas e revolucionários no interior do partido. (ANDRADE, 2007: 97-98).

O crescimento dos partidos de massa social-democratas, seu êxito parlamentar e sua ênfase nas reformas sociais fizeram com que uma grande parte dos líderes do partido entendesse seu trabalho em termos de consecução de vantagens imediatas para a classe trabalhadora, perdendo de vista a perspectiva de uma decisiva batalha final. Neste sentido “a evolução em direção ao reformismo” não mais estaria ligada à política social do *Reich* – como anteviam os lassalleanos –, mas novas possibilidades que seriam proporcionadas aos socialistas nas eleições. A partir de então, iniciava-se um distanciamento entre as duas correntes da social-democracia: a revolucionária e a reformista, ambas representadas no novo programa do partido, aprovado em 1891, que veio a substituir o Programa de Gotha – o

Programa de Erfurt. (ANDRADE, 2006: 85).

Engels, no texto *Para a Crítica do Projecto de Programa Social-Democrata de 1891*, mesmo reconhecendo seus avanços em abandonar as concepções lassallianas, critica o Programa de Erfurt, considerando-o predominantemente reformista, uma vez que se encontrava centrado nas conquistas legais imediatas a partir da intervenção na política parlamentar e o programa propriamente revolucionário era novamente negligenciado. Os setores políticos do partido social-democrata que defendiam como centro a intervenção parlamentar utilizavam o temor do retorno das leis anti-socialistas, perspectiva condenada como oportunista por Engels.

Quanto isso é preciso, demonstra-o precisamente agora o oportunismo que grassa numa grande parte da imprensa social-democrata. Por medo de uma renovação da lei dos socialistas, por recordação de toda a espécie de declarações precipitadas feitas sob a dominação daquela lei, o Partido deveria agora, de uma vez, poder contentar-se com a presente situação legal na Alemanha para realizar todas as suas reivindicações por via pacífica. Faz-se acreditar a si mesmo e ao Partido que “a sociedade actual se vaza no socialismo”, sem se perguntar se, com isso, ela não extravaza tão necessariamente da sua velha constituição social e se não teria de romper esse velho invólucro tão poderosamente quanto o lagostim o seu; como se, na Alemanha, ela não tivesse além disso, de romper as cadeias da ordem política ainda meio absolutista e, por acréscimo, inexprimivelmente confusa. Pode conceber-se que a velha sociedade possa crescer pacificamente para a nova em países onde a representação popular concentre em si todo o poder, onde constitucionalmente se possa fazer o que se quiser desde que se tenha atrás de si a maioria do povo: em repúblicas democráticas como a França e a América, em monarquias como a Inglaterra, onde a iminente abdicação da dinastia a troco de dinheiro [*Abkaufung der Dynastie*] é diariamente falada na imprensa e onde essa dinastia é impotente contra a vontade do povo. (ENGELS, 2012 [1891]: 6).

Considerando as críticas de Marx ao Programa de Gotha e as críticas de Engels ao Programa de Erfurt, é possível sintetizar a crítica marxista à social-democracia nos seguintes aspectos: a supremacia da linha política do pacifismo eleitoral; a centralidade das conquistas legais imediatas e o abandono do programa revolucionário – a ditadura do proletariado. Destaca-se a crítica ao imediatismo das lutas parlamentares, uma vez que as lutas imediatas, segundo a perspectiva marxista, seriam o campo de atuação das reivindicações sindicais e ao partido caberia a luta pela emancipação política da classe trabalhadora.

O Congresso de Erfurt do partido social-democrata está inserido no contexto da organização da Segunda Internacional, fundada no Congresso de Paris de 1889, realizado em função das comemorações do centenário da tomada da Bastilha. Na ocasião foram realizados dois congressos em paralelo: um convocado pelos possibilistas franceses com o apoio dos *trade-unions* ingleses, que

se reuniu na rua Lancry, e o outro pelos guesdistas, que contou com a participação da social-democracia, partidários do marxismo de outros países europeus, representantes de movimento de trabalhadores dos Estados Unidos e da Argentina e partidários do movimento anarquista, que se reuniu na rua Pétrelle. Foi o “congresso da rua Pétrelle” que aprovou a organização de uma nova entidade internacional, conhecida como a Segunda Internacional, que apesar de reivindicar sua referência na AIT, tinha uma configuração distinta, uma vez que agregava, além da representação do movimento sindical, os diversos partidos operários, especialmente os partidos social-democratas.

Le Congrès de la rue Pétrelle est considéré comme le congrès constitutif de la Seconde Internationale : il est avant tout politique ; mais ses organisateurs ne veulent pas lui donner tout d'abord une couleur politique aussi nette : ils espèrent pouvoir réunir, dans la Seconde Internationale, les partis politiques et les organisations corporatives. Le Congrès de la rue Pétrelle, convoqué par les guesdistes, est dominé par l'importante délégation social-démocrate allemande qui y assiste. (DOLLÉANS, 2003b: 71).

O congresso também aprovou a realização de mobilizações em todos os países no dia 1º de maio do ano seguinte, reivindicando a jornada de trabalho de oito horas. Entretanto, apesar da aparente reaproximação entre marxistas e anarquistas, os partidários do marxismo constituíam a tendência hegemônica no interior da Internacional Social-democrata, com predomínio da social-democracia alemã, e reeditando as divergências com os setores anarquistas, excluídos dos congressos subsequentes.

En 1891, la Seconde Internationale tient à Bruxelles un congrès du 16 au 23 août 1891. Les 23 délégués anglais représentent les organisations trade-unionistes; mais la délégation française, où pêle-mêle se rencontrent des blanquistes, des guesdistes et des ouvriéristes comme Allemane, se trouve divisée en face du bloc social-démocrate des 42 délégués allemands. Le premier acte du Congrès est d'expulser les anarchistes. En août 1893, troisième congrès à Zurich. Le Comité d'organisation propose de n'admettre que les syndicats professionnels ouvriers qui reconnaissent la nécessité de l'organisation ouvrière et de l'action politique. Le Comité espère ainsi exclure les anarchistes délégués par des syndicats ou des groupes d'études. Au Congrès, Bebel définit l'action politique “la conquête par le prolétariat de la puissance Politique”; il attaque les anarchistes et les socialistes anti-autoritaires. Après le vote de l'article 1er, les anarchistes se retirent. (DOLLÉANS, 2003b: 71)

O novo enfrentamento e ruptura entre anarquistas e marxistas ocorreu no congresso de Londres, em 1896, a exemplo do Congresso de Zurique, a aprovação pela maioria formada por marxistas, blanquistas e demais correntes reformistas, aprovaram a estratégia da intervenção parlamentar.

Du 26 juillet au 1^{er} août 1896 se tient à Londres l'International Workers' and Trade Unions' Congress, qui devait être considéré comme le quatrième

congrès de la Seconde Internationale: il est l'occasion de violentes discussions. Les attentats anarchistes de Paris en 1892 et en 1893 ayant ému l'opinion publique, les socialistes tiennent à démontrer qu'il n'y a, entre eux et les anarchistes, rien de commun. La délégation française à Londres, comme dans les précédents congrès, comprend les nuances les plus opposées: des blanquistes, des guesdistes et des socialistes indépendants, attachés à l'action politique et parlementaire; des allemanistes, ardents défenseurs de la grève générale; des communistes anarchistes et des syndicalistes purs, tels que Fernand Pelloutier, Delesalle, Guérard, Émile Pouget, représentant des syndicats ouvriers et des Bourses du Travail. Certains anarchistes, comme Jean Grave, A. Hamon, E. Malatesta, sont aussi mandatés par des syndicats ouvriers et des Bourses du Travail. Ce sont en effet les anarcho-syndicalistes qui, en 1896, inspirent les organisations ouvrières. (...) Afin d'assurer pour l'avenir l'exclusion des anarchistes et des socialistes antiautoritaires, Liebknecht propose que l'invitation au prochain congrès soit rédigée de telle sorte qu'elle impose l'acceptation de l'action politique et parlementaire. Cette proposition est adoptée. (DOLLÉANS, 2003b: 73-74).

O congresso de Londres (1896) não representou somente uma nova ruptura entre anarquistas e marxistas, mas definiu a reorganização do movimento sindical, no que diz respeito às disputas entre as concepções socialistas, uma vez que explicitou a oposição entre os sindicalistas revolucionários e os sindicalistas social-democratas.

Se externamente a social-democracia alemã rivalizava, especialmente, com os anarquistas, internamente encontrava-se dividida em, no mínimo, três tendências: o setor liderado por Eduard Bernstein e Georg von Vollmar, posteriormente acusados de “revisionistas do marxismo”; o setor dirigente do partido, liderado por Karl Kautsky e August Bebel, considerados representantes da “ortodoxia marxista”; e o setor comunista, tinha entre suas principais figuras Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht, Klara Zetkin, Georg Ledebour e Franz Mehring. A divisão entre esses setores da social-democracia alemã, dentre outros aspectos, era resultante das interpretações e encaminhamentos sobre a intervenção política parlamentar. Assim, se a estratégia da luta parlamentar unificava a social-democracia nas disputas com os anarquistas, essa mesma estratégia dividia internamente o partido.

Ainda é possível identificar um setor formado pela ala de sindicalistas do partido, formada por lideranças como Karl Legien, Robert Schmidt e Paul Umbreit. O Partido Social-democrata da Alemanha organizava os Sindicatos Livres, que passaram por um processo crescente de novos filiados, em 1888 era de 90.000, em 1893 passa para 294.000 e atinge o número de 680.000 em 1900 (ANDRADE, 2006: 102). Certamente, esse número expressivo e de trabalhadores filiados dava aos Sindicatos Livres uma importância política inegável. Entretanto, para as interpretações críticas de viés marxista, a corrente sindical da social-democracia reproduzia o pragmatismo

político legalista dos reformistas e revisionistas do partido.

A expansão dos sindicatos e de seus quadros permanentes, a disputa interna pelo direcionamento dos recursos, a centralização das decisões no âmbito nacional e a preocupação com o seu fortalecimento organizacional foram fatores importantes que influíram para a perda de radicalidade do movimento sindical e para a prevalência de uma visão reformista entre os seus dirigentes e grande parte de sua base. (...) A partir de 1890 os Sindicatos Livres criaram uma organização central própria aliada a um novo movimento cooperativo, ambos dissociados do Partido Social-democrata. Em 1892 o Congresso Sindical, tendo Karl Legien (como Presidente da Comissão Geral), passou a adotar oficialmente o princípio da neutralidade partidária, no intuito de reunir o maior número possível de trabalhadores oriundos das mais diversas facções políticas. O congresso do SPD [Partido Social-democrata] em 1893 acatou tal decisão, ratificando a independência dos Sindicatos Livres. (ANDRADE, 2006: 102-103).

A independência ou neutralidade política foi duramente criticada por Rosa Luxemburgo, na obra *Greve de massas, partido e sindicatos*, conforme abordado anteriormente. A comunista alemã defende a unidade entre o partido e os sindicatos, entretanto, sua posição é derrotada e durante o Congresso de Mannheim em 1906 a independência política é reafirmada com o estabelecimento de “um acordo pelo qual o SPD reconhecia a autonomia dos sindicatos, selando uma influência da cúpula sindical no partido” (MUSSE, 156).

Outro ponto de divergência entre Rosa Luxemburgo e as demais correntes da social-democracia refere-se ao entendimento sobre a estratégia da greve de massas. Nos primeiros anos do século XX são deflagradas importantes greves gerais na Bélgica em 1903, na Dinamarca e na Suécia em 1903 e na Rússia, no processo revolucionário de 1905. Nesse contexto, durante o congresso do partido de 1905, realizado em Iena, foi aprovada resolução apresentada por “August Bebel que recomendava o recurso da greve de massas apenas em dois casos extremos, na defesa do sufrágio universal ou para manter o direito de associação, com o que, entretanto, liberava, de certa forma, sua propaganda” (MUSSE, 156). Todavia, o setor sindical pressionou e conseguiu aprovar no congresso do partido do ano seguinte, realizado em Mannheim, a resolução do Congresso Sindical de Colônia (1905) contrária à estratégia da greve de massas. Rosa Luxemburgo, ao contrário, se converteu numa das principais defensoras da greve de massas.

O posicionamento frente aos movimentos grevistas não se trata apenas de uma disputa de concepção e de hegemonia no interior do partido social-democrata, mas significava, principalmente uma concepção sobre as lutas e o papel do movimento sindical. Assim, para os setores sindicais, revisionistas e também para a ortodoxia marxista, os sindicatos teriam o papel de representação dos interesses dos trabalhadores frente ao Estado e de se constituir enquanto base de sustentação eleitoral do partido.

A política reformista se converteu em política de transigência e de colaboração com as classes dominantes. Colaboracionismo se explicitou no debate sobre a política “millerandismo”, isto é, sobre a estratégia do socialista francês Alexandre Millerand, membro do Partido Socialista Independente que, em 1889, aceitou o cargo de ministro da indústria no Estado burguês. No Congresso da Segunda Internacional de Paris em 1900 a política “ministerialista” de Millerand foi debatida, e a resolução aprovada, apresentada por Kautsky, considerava como válida, enquanto “tática”, em governos burgueses dependendo da avaliação da conjuntura.

No campo das lutas dos trabalhadores, o reformismo se converteu numa política de tutela sobre os movimentos reivindicativos. Um caso paradigmático foi o posicionamento da social-democracia acerca das greves dos mineiros da Alemanha, denunciado o afastamento das lideranças sindicais das lutas concretas e a aplicação de uma política sindical colaboracionista.

Quando os mineiros, em 1889 e 1905, realizaram greves-monstros, não foram os sindicatos os autores desses movimentos; em 1905 chegaram até mesmo a querer forçar os grevistas a uma retirada prematura, a um tempo em que o Partido ainda apoiava a greve. E foi nesse mesmo ano que o chefe da Comissão Geral dos sindicatos alemães, Karl Legien, formulou a sua tese de que “greve generalizada é tolice generalizada”, ao mesmo tempo em que os mineiros, graças às suas greve-monstros, lograram forçar o governo a concessões. (ABENDROTH, 1977: 61-62).

Existe, portanto, uma complementaridade entre a política partidária reformista, que assume uma orientação “ministerialista”, e a política sindical de tutela do movimento dos trabalhadores, numa condenação explícita da ação reivindicativa e de uma exaltação do legalismo e atuação política institucional. Trata-se de duas feições do colaboracionismo, com a participação direta no poder executivo estatal e com a tutela das lutas dos trabalhadores, ou seja, com a defesa do interesse burguês no interior das lutas reivindicativas.

Percebe-se que a noção de neutralidade política defendida pelas correntes sindicais e revisionistas da social-democracia na prática das disputas políticas não se efetivava, uma vez que defendiam, e constantemente aprovam, as mesmas orientações e encaminhamentos políticos nos congressos do partido, nos congressos sindicais e nos congressos da Segunda Internacional.

As divergências entre as tendências da social-democracia alemã se tornavam mais agudas nos congressos da Internacional Social-democrata. No ano de 1904, no Congresso de Amsterdã, foi aprovada resolução explicitamente contrária às perspectivas revisionistas do marxismo, uma vitória da corrente comunista. No Congresso de Stuttgart (1907), os revisionistas e reformistas defenderam a tese da existência de “políticas coloniais positivas”, recusando-se a travar qualquer combate contra as políticas imperialistas (ANDRADE, 2006: 180). Os revisionistas foram novamente derrotados. Na eminência da deflagração da guerra, o Congresso de Basileia em 1912 aprovou

“guerra a guerra”, entretanto, diante da eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914, os partidos da Segunda Internacional, majoritariamente, aprovaram apoio às suas respectivas nações com a declaração da guerra.

Lenin, no seu texto *O oportunismo e a falência da II Internacional*, publicado em 1916, condena a posição da social-democracia diante da guerra, cobrando o cumprimento da resolução aprovada.

A fim de esclarecer a verdade, vejamos o manifesto do congresso de Basileia de 1912, que se refere precisamente à atual guerra mundial imperialista e foi adotado por todos os partidos socialistas do mundo. Deve-se assinalar que nenhum socialista ousará, em teoria, negar a necessidade de uma avaliação histórica concreta de cada guerra. Agora que a guerra eclodiu, nem os oportunistas declarados nem os kautskistas se resolvem nem a negar o manifesto de Basileia nem a confrontar com as suas exigências o comportamento dos partidos socialistas durante a guerra. Por que? Pois porque o manifesto os desmascara inteiramente a uns e a outros. Nele não há nem uma única palavrinha sobre a defesa da pátria, nem sobre a diferença entre a guerra ofensiva e a guerra defensiva, nem uma palavra sobre tudo que afirmam agora aos quatro ventos os oportunistas e os kautskistas da Alemanha e da quádrupla Entente. O manifesto não podia falar disso, dado que aquilo que ele diz exclui absolutamente qualquer emprego desses conceitos. (LENIN, 2012 [1916]: 1)

Aquela política centrada na via parlamentar, no legalismo, na concepção de “Estado livre”, no abandono da estratégia e do programa revolucionários, levada às últimas consequências, significou a capitulação ao imperialismo. Esta política de colaboração com as burguesias nacionais, o “ministerialismo” manifesto nos partidos e sindicatos dos trabalhadores de tendência social-democrata, expressou o amadurecimento do abandono dos princípios do protagonismo de classe e do internacionalismo. Ao contrário, a política coletivista e insurrecionalista que, no Congresso da ATI de 1867, se materializou na palavra de ordem da greve geral contra a guerra, levada às últimas consequências significou a ruptura com a ordem burguesa nos exemplos históricos da Comuna de Paris, da Greve Geral Espanhola de 1873 e da Revolução Russa de 1917.

A política colaboracionista do sindicalismo social-democrata, que representou a “falência” da Segunda Internacional com a capitulação das organizações sindicais ao nacionalismo e imperialismo, foi denunciada por Lenin:

O caráter relativamente “pacífico” do período de 1871 a 1914 alimentou o oportunismo primeiro como estado de espírito, depois como tendência e finalmente como grupo ou camada da burocracia operária e dos companheiros de jornada pequeno-burgueses. Estes elementos só podiam submeter o movimento operário reconhecendo em palavras os objetivos revolucionários e a tática revolucionária. (...) É evidente a traição ao socialismo por parte daqueles que votaram pelos créditos de guerra,

entraram para os ministérios e advogaram a ideia da defesa da pátria em 1914-1915. Só os hipócritas podem negar este fato.(...) Em que consiste a essência econômica do defensismo durante a guerra de 1914-1915? A burguesia de todas as grandes potências trava a guerra com o fim de partilhar e explorar o mundo, com o fim de oprimir os povos. Um pequeno círculo da burocracia operária, da aristocracia operária e de companheiros de jornada pequeno-burgueses podem receber algumas migalhas dos grandes lucros da burguesia. A causa de classe profunda do social-chauvinismo e do oportunismo é a mesma: a aliança de uma pequena camada de operários privilegiados com a “sua” burguesia nacional contra as massas da classe operária, a aliança dos lacaios da burguesia com esta última contra a classe por ela explorada.” (LENIN, 2012 [1916]: 3-4).

Bernard Moss procurou estabelecer a distinção entre sindicalismo revolucionário francês, cuja base social seria a experiência do *syndicalism*, em oposição à social-democracia, que teria na experiência organizativa *trade-unionista* sua base principal.

Por que o mesmo padrão ideológico não se aplicou à Alemanha e às nações influenciadas pela Social Democracia Alemã? As bases sociais da Social Democracia, trabalhadores altamente qualificados, eram certamente as mesmas. A resposta parece repousar nas origens políticas dos sindicatos alemães. Enquanto que no primeiro partido socialista francês, o *Parti Ouvrier*, havia crescido de sindicatos, na Alemanha o processo se deu ao contrário. O Partido Social Democrata foi criado antes da maioria dos sindicatos. Fortemente influenciados pela tradição Lassalleana, que era bastante política e centralizada, os socialistas alemães organizaram sindicatos de ofício [*trade unions*] em uma base mais amalgamada e centralizada que aquela dos sindicatos [*syndicats*] franceses. Embora haja alguma evidência de um sindicalismo revolucionário alemão baseado em categorias locais, a maior parte do impulso dos sindicatos alemães dentro da Social Democracia era reformista e antirrevolucionário. (MOSS, 1980: 27).

7.4. Os modelos de sindicalismo no século XX e desenvolvimento capitalista

Recorrendo à análise histórica das principais correntes e tendências do movimento sindical europeu a partir da fundação da AIT em 1864 até a deflagração da Primeira Guerra Mundial em 1914, com a consequente dissolução da Internacional Social-democrata, pode-se afirmar que elas constituem, ou constituíram, nas suas expressões históricas determinadas, formas organizacionais, concepções ideológicas, articuladas com estratégias de luta e ação política e com determinados projetos políticos, o desenvolvimento e o conflito do sindicalismo enquanto fenômeno global.

Os conflitos e as disputas entre as diversas correntes e tendências do movimento sindical são o desdobramento da dialética *revolução-contrarrevolução*, que assumem os contornos e os conteúdos da dialética *ruptura-assimilação*, ou seja, ações coletivas de classe que apontam para a ruptura sistêmica e para a assimilação à ordem vigente. Assim, os modelos de sindicalismo, que

assumem diferentes concepções, organizações e estratégias de ação política da classe trabalhadora, constituem forças subjetivas, especialmente nas suas dimensões ideológicas e de representações sociais, e objetivas do desenvolvimento do sistema capitalista, porque são forças coletivas que determinam a inserção dos próprios trabalhadores na luta de classes.

A análise que o sociólogo Alian Bihir (1999) faz do modelo social-democrata de sindicalismo possibilita o entendimento da sua relação com o desenvolvimento do capitalismo. Para Bihir, o modelo social-democrata, que surge entre o final do século XIX e Primeira Guerra, apresenta duas variantes: a revolucionária e reformista, cujas características comuns são

em primeiro lugar, o seu curioso projeto que propõe ao proletariado emancipar-se do capitalismo de Estado, emancipando o Estado do capitalismo (...) Sendo assim nada de surpreendente em seu comum fetichismo do Estado, apesar das diferenças de ênfase dada a este último por cada uma dessas versões. (...) Decorrem logicamente desse projeto e dessa estratégia, caracterizados pelo fetichismo do Estado, os traços organizacionais próprios desse modelo do movimento operário. (...) esse modelo reagrupa três diferentes tipos de organização: partidos, sindicatos e movimentos cooperativos e mutualistas. (BIHR, 1999: 20-22)

O autor identifica que do ponto de vista organizacional, o modelo social-democrata, seja sua variável revolucionária ou reformista, atribui grande importância ao sindicalismo e ao cooperativismo, mas estas formas devem ser subordinadas à organização político-partidária (BIHR, 1999: 23). Essa centralidade do partido, que pode ser organizado para a conquista legal e pacífica/reformista ou violenta/ revolucionária, é a marca do caráter estatista desse modelo:

Entretanto, da necessidade da conquista do poder do Estado decorre da primazia dada à organização do proletariado em um aparelho de tomada e exercício do dito poder, em última análise à sua organização em um contra-Estado que reproduz as características do próprio Estado: centralização da ação, delegação do poder, hierarquização burocrática, segredo em torno dos vértices da organização, etc. (BIHR, 1999: 23)

A teoria que sustenta esse modelo de sindicalismo se confunde em alguma medida com os pressupostos do marxismo. As formas de organização, estratégias de ação e teorias do trabalho e revolução se articulam de forma flexível e sutil, mas extremamente intensiva. Segundo o autor, que tem uma visão crítica, essa base teórica porta uma visão em que há uma cisão entre os interesses imediatos e históricos. Desse núcleo semântico da concepção social-democrata deriva uma série de pressupostos, que Bihir denomina mitos: o mito da objetivação histórica: o mito do progresso, o mito da classe-nação, o mito do partido, o mito da revolução como “a grande noite” (BIHR, 1999: 25). Enfim, são combinados no modelo o *economicismo*, o *estatismo* e o *evolucionismo* (no sentido de uma defesa do progresso) (BIHR, 1999: 24-25). A estratégia prática representa uma

convergência para o Estado como via obrigatória de emancipação e os objetivos são sempre associados a um processo radicalizado de estatização do capitalismo.

Bihl atribui, exatamente, à ideologia estatista do sindicalismo social-democrata o seu êxito histórico.

O sucesso do modelo social-democrata do movimento operário é explicado, em primeiro lugar, pela impregnação do fetichismo do Estado no próprio seio do proletariado e do movimento operário (...) o Estado aparece como recurso aos dominados contra o excesso de seus próprios dominadores. Essas ilusões são alimentadas pelas formas parlamentares do Estado, a legalização do movimento operário e direitos sociais. (BIHR, 1999: 31).

A dimensão objetiva do sindicalismo social-democrata e sua relação com o desenvolvimento do capitalismo assumiu, na tese apresentada por Bihl, no período pós-Segunda Guerra, a objetividade histórica do compromisso fordista, ou seja, o modelo de desenvolvimento do capitalismo pós-1945 “foi fundamentalmente condicionado pelo compromisso entre burguesia e proletariado” (BIHR, 1999: 36). Quando Bihl se refere ao compromisso fordista, está considerando uma “espécie de imensa barganha”, segundo a qual o proletariado renuncia aos seus objetivos históricos – a revolução socialista, a contestação da legitimidade do poder burguês –, em contrapartida recebe a seguridade social (BIHR, 1999: 37).

Portanto, o compromisso fordista é uma expressão histórica da dominação capitalista e, considerando a dialética *política-economia*, foi condição necessária para o processo de acumulação de capitais na fase do capitalismo monopolista de Estado.

E essa consolidação da dominação do capital sobre o processo de trabalho vai permitir, por outro lado, a *intensificação da exploração* da força de trabalho operária. A parcelização do trabalho operário permite aumentar a destreza de cada operário, sua habilidade na execução de alguns gestos elementares, mas também reduz o “tempo morto”, em resumo, aumenta a intensidade do trabalho. Quanto à mecanização fordista do trabalho, acentua também esses efeitos, mas seu objetivo específico é aumentar a produtividade do trabalho operário propriamente dito. Assim se instalam progressivamente as condições de um novo regime de acumulação de capitais. (BIHR, 1999: 37).

Dialeticamente, o modelo do sindicalismo revolucionário “será o concorrente histórico do modelo social-democrata, pelo menos até 1914” (BIHR, 1999: 26). A caracterização de Bihl do sindicalismo revolucionário define da seguinte maneira as suas diferenças em relação ao modelo social-democrata:

No plano estratégico antes de mais nada. Pois, de acordo com sua inspiração anarquista (de onde também sua denominação imprópria de anarco-sindicalismo), o sindicalismo revolucionário evidentemente era rigorosamente contra qualquer ato de recorrer ao Estado para garantir a

salvação do proletariado (...) Ao princípio estatista, que anima a estratégia do modelo social-democrata, o sindicalismo revolucionário opunha, então, o princípio da ação direta do proletariado, conforme a expressão proposta por F. Pelloutier. (BIHR, 1999: 26).

O conceito de “ação direta” que é empregado por Bihr é mobilizado basicamente para contrapor a ideia de “substituição” (das organizações e protagonismo dos trabalhadores) pela do Partido e conseqüentemente do Estado. Ainda do ponto de vista estratégico “a estrutura sindical era concebida como embrião da futura sociedade anarquista-comunista”. (BIHR, 1999: 28) Segundo o autor, essa diferença estratégica expressaria uma diferença ideológica:

Ou seja, por trás dessa recusa do primado político, o que se recusava era a separação entre organização encarregada dos interesses imediatos e organização com a responsabilidade dos interesses históricos do proletariado, um dos princípios cardinais do modelo social-democrata. (BIHR, 1999: 29).

Portanto, em cada período histórico e em cada contexto social e político determinado desenvolve-se o conflito entre os modelos de sindicalismo, opondo-se e disputando a hegemonia das lutas e organizações da classe trabalhadora. Em determinados contextos esse conflito é mais evidente, em outros, por causa da hegemonia de um dos modelos, o conflito é menos aparente. Entretanto, o estudo da ação coletiva da classe trabalhadora, especialmente das greves e ciclos de greve devem contemplar o desdobramento da dialética *autoridade-liberdade*, que assume os contornos das antinômias *ruptura-assimilação* e *revolução-contrarrevolução* nas disputas políticas e ideológicas no interior do movimento e das organizações sindicais.

Considerações finais

*Bem unido façamos,
Nesta luta final,
Uma terra sem amos
A Internacional*

Eugène Pottier, *Hino da Associação Internacional dos Trabalhadores*, 1871.

A história da AIT é a história de um esforço sem precedentes do internacionalismo operário. Aquilo que antes era uma palavra de ordem geral, “trabalhadores do mundo uni-vos”, um projeto de uma união geral de trabalhadoras e trabalhadores, se convertia numa realidade. Um projeto político ambicioso de articulação internacional da classe trabalhadora, com princípios, estatuto e estratégias de luta comuns que se inseriu no grande ciclo de lutas operárias do século XIX.

Com a iniciativa do movimento operário francês, tendo os operários Henri Tolain e Ernest Fribourg como importantes articuladores, em 1862, durante a Exposição Universal de Londres, uma delegação francesa com cerca de 180 operários se reuniu com operários ingleses das *trade-unions*. Entre os *trade-unionistas*, destacavam-se George Odger, William R. Cremer e Benjamin Lucraft. Os franceses propuseram a organização de uma rede de correspondência, com o objetivo de estreitar os laços políticos entre os operários das duas nações. Aproveitou-se de um evento das potências industriais e dos empresários para uma articulação política operária.

No ano seguinte, 1863, os *trade-unionistas* convocaram um ato internacional em defesa dos trabalhadores poloneses, ameaçados pela política imperialista do czar russo. Novamente os franceses atravessaram o Canal da Mancha e se reencontraram com os operários ingleses. Dessa vez o encontro foi mais assertivo: os franceses apresentaram a proposta da criação de uma associação internacional operária. Proposta acolhida. Para os operários franceses e para os *trade-unionistas* ali reunidos, o internacionalismo operário poderia ser a resposta para superar uma década de refluxo do movimento, numa década marcada pela ofensiva reacionária após as Revoluções de 1848.

Finalmente, em 28 de setembro de 1864, celebrou-se em Saint Martin’s Hall, localizado na região de Long Acre, em Londres, a reunião, presidida pelo positivista Spencer Beesly, de fundação da AIT. Seu Conselho Central Provisório foi eleito e ficou marcado para 1865 seu primeiro Congresso, substituído posteriormente pela Conferência de Londres de 1865.

Longe de ter sido uma experiência que reuniu seitas socialistas e semi-socialistas da Europa do século XIX, fossem mazzinistas, blanquistas, proudhonianos, comunistas, social-democratas, bakuninistas, coletivistas, entre outras, a AIT foi antes disso, uma experiência coletiva organizativa operária de massas. Entre sua fundação, em 1864, até o congresso da cisão, em 1872, cerca de 190

mil trabalhadores, só na Europa, estiveram na base da AIT, segundo os números fornecidos pelas pesquisas de Marcelo Musto (2014).

Já na sua fundação em 1864, a AIT poderia ser considerar uma organização de massas. Os *trade-unions* tiveram um crescimento significativo desde a década de 1840, ao passo que em 1847 a *National Association of United Trade* possuía cerca de 80 mil operários nas suas fileiras (MARX, 1985: 158). Os parisienses também representavam organizações de massa, somente a Sociedade de crédito mútuo dos bronzistas de Paris tinha cerca de 2 mil membros entre 1864 e 1865, e em 1867, depois da greve dos operários do setor, o número de filiados subiu para 5 mil. Do mesmo modo a Sociedade de Resistência dos Mecânicos de Paris contava com cerca de 5 mil membros.

As adesões à Conferência de 1865 indicavam que a tendência do caráter de massa da representação da AIT seria uma das suas características principais. A presença dos suíços, cujo trabalho organizativo dos trabalhadores construção civil de Genebra seria marcante, e dos belgas, onde os círculos operários e as sociedades de resistência dos mineiros se converteriam nas principais bases dos internacionalistas, eram as indicações que a proposta ganhava capilaridade.

Os franceses blanquistas e os italianos mazzinistas tiveram uma participação pouco significativa na constituição da AIT nos seus primeiros anos. Os primeiros rompem logo durante o Congresso de 1866, quando apresentaram acusações sem provas de que Tolain seria um agente do governo francês. Por sua vez, os mazzinistas atuaram basicamente entre 1864 e 1865, na figura do Major Wolff, que foi membro do Conselho Geral.

A diversidade e a capilaridade da AIT, enquanto organização de massas, também estava presente no conjunto das profissões operárias atuantes nas seções e nos congressos: operários do bronze, carpinteiros, alfaiates, sapateiros, pedreiros, pintores, encadernadores, tipógrafos, mineiros, tecelões, mecânicos, camponeses, vidreiros, operários da metalurgia, escultores, joalheiros, marceneiro, coureiros, curtidores. Da mesma forma, estavam presentes as profissões intelectuais: professores, jornalistas, médicos, arquitetos, contadores, advogados.

Além da diversidade das profissões, a AIT comportou uma pluralidade de formas organizativas da classe trabalhadora: sociedades de resistência, sociedade de socorro mútuo, associações, uniões, *trade-unions*, círculos de cultura operária, círculos operários educacionais, cooperativas, câmaras sindicais.

No que diz respeito às correntes e tendências políticas e ideológicas, a complexidade e a diversidade eram idênticas: *trade-unionistas*, cartistas, mutualistas, coletivistas, blanquistas, mazzinistas, socialistas, social-democratas, republicanos radicais, owenistas, comunistas e anarquistas. O que para alguns autores seria uma “curiosa combinação” (HOBSBAWN, 1977: 125), ou ainda “um confuso espectro ideológico” (NETTO, 1985: 35), tratava-se, na verdade, da

pluralidade política e ideológica que marcaram e marcam a história das organizações operárias. Um contexto rico em distintas concepções, práticas, estratégias, táticas e programas, sejam reformistas, sejam revolucionários.

A diversidade e a complexidade das formas organizativas, das categorias envolvidas, das diferentes concepções políticas, não poderiam ser desprovidas de contradições e conflitos. Se ocorreram conflitos durante o processo de elaboração dos *Estatutos Provisórios*, onde as concepções *trade-unionistas*, owenistas, socialistas, mazzinistas, republicanas e comunistas se confrontaram. Não foi diferente nos processos de organização das seções locais, uma vez que também eram formadas pelas mais diferentes correntes e tendências do movimento operário. Igualmente, ocorreram conflitos entre as seções locais e o Conselho Geral, como o episódio entre o *bureau* de Paris e o Conselho Geral.

Todavia os palcos privilegiados dos conflitos, ao menos na presente pesquisa, foram os congressos da AIT. Desde sua fundação em 1864, até o congresso da cisão entre comunistas e anarquistas, em 1872, foram realizados cinco congressos, 1866 em Genebra, 1867 em Lausana, 1868 em Bruxelas, 1869 em Basileia e 1872 em Haia. Em duas ocasiões os congressos foram substituídos pelas conferências, em 1865 e 1871, estas tiveram como sede, a cidade de Londres.

Os debates da AIT entre 1865 e 1867 ocorreram num período de consolidação da reorganização das forças coletivas da classe trabalhadora. Nesse contexto, as correntes e tendências políticas do proletariado europeu foram se redefinindo: grupos racharam, como os mutualistas que se dividiram entre mutualistas individualistas e mutualistas coletivistas, enquanto outros se organizaram, como os coletivistas, que nasceram das afinidades políticas e ideológicas entre os mutualistas coletivistas e os anarquistas.

Dois debates podem ser considerados centrais nos congressos da AIT: as concepções sobre o lugar das greves na luta de classes e a concepção de propriedade coletiva. O tema das greves apareceu ainda no primeiro congresso em 1866, enquanto que o tema da propriedade coletiva é explicitamente abordado no segundo congresso em 1867. Mas foi no terceiro congresso de 1868 que os delegados operários deliberaram definitivamente sobre os temas.

A partir do congresso de 1868, os debates da AIT se inserem no contexto de expansão das greves e movimentos insurrecionais. O subciclo de greves, cujo marco é o ano de 1868, coincide com as definições da própria AIT sobre as greves e sobre a propriedade coletiva. Na verdade, mais de que uma coincidência, foi uma necessidade para os operários de a AIT responder as demandas da luta de classes: atender ao imediatismo das lutas da classe trabalhadora e apresentar um programa de emancipação da própria classe.

O trabalho, enquanto força coletiva do proletariado, é insubmisso, se recusa a aceitar

passivamente a subordinação e a exploração impostas pelas classes dominantes. As pressões de greves importantes, como as greves de 1867 na França – dos operários do bronze de Paris e dos tecelões de Roubaix – e na Bélgica, dos metalúrgicos de Charleroi, forçaram o debate entre os internacionalistas sobre o lugar das greves na luta emancipacionista do proletariado. Outra pressão era a iminência da guerra entre as nações. O caminho aprovado era da greve geral e da propriedade coletiva

A insubmissão proletária assumiu no início do ano de 1868 o caráter de greves e movimentos de massa, a exemplo da greve dos operários genebrinos da construção civil de março de 1868 e dos mineiros belgas de Charleroi, que deflagraram seu grevista em abril. Essas duas greves foram fundamentais para a organização e expansão da AIT. A greve dos operários da construção civil foi organizada pelos internacionalistas, que contavam com importantes lideranças entre os operários, como o serralheiro François Brosset e o pintor Charles Perron. Por sua vez, a greve dos mineiros belgas foi praticamente uma continuidade da greve dos metalúrgicos do ano anterior e contou com forte apoio da AIT. Essa atuação dos internacionalistas permitiu a incorporação dos mineiros belgas na AIT.

Portanto, no congresso de 1868, na capital belga, confluíram as demandas pelas lutas imediatas no contexto de ascenso das greves de massa, com a participação significativa dos operários mineiros belgas e com o projeto emancipacionista coletivista.

Em geral, os historiadores consideram que o congresso de 1868 marcou a passagem do predomínio das concepções mutualistas dos primeiros anos da AIT, para o predomínio dos coletivistas no período subsequente. Entretanto, não procuram explicar as causas dessa passagem. Entretanto, pode-se concluir que o ciclo ascendente das greves de massa e a participação de mais setores operários diretamente envolvidos na deflagração dos movimentos, constituíram as bases sociais sobre as quais as concepções coletivistas conseguiram reverberar e se tornaram hegemônicas.

Os coletivistas, com as propostas de organização das greves em tribunais arbitrais formados exclusivamente por trabalhadores, com a federalização das caixas de resistência e, principalmente, a greve geral contra a guerra, conseguiram, de um lado, traçar a estratégia emancipacionista, isto é, a partir das lutas imediatas estabelecer uma organização para superar o isolamento dos movimentos grevistas e elevando a estratégia da greve ao confronto direto com os interesses imperialistas, ou seja, uma oposição à guerra. Por outro lado, ao aprovar a defesa da propriedade coletiva e o federalismo, definiram o programa revolucionário coletivista.

As estratégias organizativas das greves e a construção da greve geral foram fundamentais para o período de ascenso das lutas operárias. As greves de massa de multiplicavam e assumiam um

caráter insurgente que eclodiu com o movimento dos *comunards* na França, cujo ápice foi a insurreição da Comuna de Paris em 1871.

Os internacionalistas protagonizaram as insurreições dos *communards*, tiveram um papel central tanto na deflagração do movimento insurgente, aplicando a estratégia da “greve geral contra a guerra”, quanto no programa revolucionário da Comuna, com a garantia das relações de mutualidade, defesa da propriedade coletiva e do sistema político federalista.

Mesmo após a cisão entre comunistas e anarquistas no congresso de 1872, os movimentos insurrecionais continuaram com a eclosão da Greve Geral Espanhola em 1873. A exemplo da Comuna de Paris, foram os internacionalistas, mais especificamente a Federação Regional Espanhola da AIT (FRE-AIT), foram os organizadores da greve geral insurgente que se iniciou na cidade de Alcoy, sudeste da Espanha, e se espalhou pelo país.

Considerando o contexto de fundação da AIT e seu desenvolvimento, é possível entender a relação dialética entre as lutas operárias e a sua constituição enquanto força coletiva, isto é, uma força política organizada para a ação de classe. Como assevera a perspectiva de Bakunin:

... remember that faith without action is nothing. Everything wonderful, everything noble, belongs to the essence of the absolute – to God. The level of development and the action arising from this development – this is what constitutes the individual, particular, life of man. Action is not only the necessary consequence of our consciousness, but rather it is itself the necessary condition of consciousness. Without action, without external expression of our interior world, there is no consciousness, there is no life. (BAKUNIN [1836] *apud* GIUDICE, 1981:145).

Em outras palavras, a AIT foi uma das expressões da prática política e da consciência da classe trabalhadora de seu tempo, na sua diversidade e nas suas contradições e em todas as suas dimensões organizativas e programáticas. O projeto política emancipacionista da AIT de fato foi colocado em prática pelo movimento operário, tanto nas greves de massa, quanto nas greves gerais insurrecionais, cujo legado foi o sindicalismo revolucionário.

Bibliografia

1. Fontes documentais publicadas:

ASSEMBLÉE NATIONALE. *Enquête parlementaire sur l'insurrection du 18 mars*. Versailles: Cerf, Imprimeur de l'Assemblée Nationale, 1872.

ASSOCIATION INTERNATIONALE DES TRAVAILLEURS. *Compte-rendu du IV^e congrès international, tenu à Bâle*. Bruxelles, 1869.

ASSOCIATION INTERNATIONALE DES TRAVAILLEURS. *Compte-rendu officiel du VIII^e Congrès Général*. Berne, 1876.

ASSOCIATION INTERNATIONALE DES TRAVAILLEURS. *Procès-verbaux, congrès de l'association Internationale des travailleurs, réuni à Lausanne du 2 au 8 septembre 1867*. Chaux-de-Fonds, Imp. de la Voix de l'Avenir, 1869.

ASSOCIATION INTERNATIONALE DES TRAVAILLEURS. *Séances officielles de l'Internationale Paris pendant la Commune*. 3^e édition. Paris, E. Lachaud, 1872.

ASSOCIATION INTERNATIONALE DES TRAVAILLEURS. *Pas de Droits sans devoirs, pas de devoirs sans droits: procès de l'Association Internationale des Travailleurs*. Paris, Bureau de Paris (6 mars-24 juin), dans les Locaux de l'Association, 1870a.

ASSOCIATION INTERNATIONALE DES TRAVAILLEURS. *Troisième procès de l'Association internationale des travailleurs à Paris*. Paris, A. Le Chevalier, 1870b.

ASSOCIATION INTERNATIONALE DES TRAVAILLEURS. *L'Association internationale des travailleurs en France*. Paris, EDHIS, 1988. (COLLECTION "LES REVOLUTIONS DU XIX^e SIECLE – 1852-1872").

COMUNNE DE PARIS. *Manifeste de la Commune de Paris - 27 mars 1871*. Disponível em <http://www.alcuinn.fr/www2/wp-content/uploads/2013/03/Manifeste-de-la-Commune-de-Paris.pdf>. Acessado em setembro 2014.

_____. *Manifesto of the Paris Commune – April 19, 1871*. Marxist Internet Archive. Disponível em <https://www.marxists.org/history/france/paris-commune/documents/manifesto.htm>. Acessado em setembro 2014.

COMITÉ FÉDÉRAL JURASSIEN. *Mémoire présenté par la Fédération Jurassienne de l'Association Internationale des Travailleurs à toutes les fédérations de l'Internationale*. Sonvillier, Comité Fédéral Jurassien, 1873.

CONFÉDÉRATION GÉNÉRALE DU TRAVAIL. *Le prolétariat contre la guerre et les trois ans*. Paris, Maison des Federations, 1913.

CONGRÈS NATIONAL DES SYNDICATS DE FRANCE. *6^e Congrès national des syndicats de France. Compte rendu des travaux du congrès tenu à Nantes du 17 au 22 septembre 1894*. Publié par les soins de la commission d'organisation. Nantes, Imprimerie George Schwob et Fils, 1894.

CONGRÈS NATIONAL DES SYNDICATS OUVRIERS. *Congrès national des syndicats ouvriers: tenu à Lyon en octobre 1886. Compte rendu officiel*. Lyon, Imprimerie Nouvelle, 1887.

DUPONT, E., ENGELS, F., FRANKEL, Léo, MOUSSU, C. le, MARX, Karl, e SERRAILLI, Aug. *L'Alliance de la démocratie socialiste et l'Association Internationale des Travailleurs, rapport et documents publiés par ordre du congrès international de La Haye*. London: A. Darson, Successeur de Foucault; Hambourg: en Vente Chez Otto Meissner, 1873.

FÉDÉRATION FRANÇAISE DES TRAVAILLEURS DU LIVRE. *Les deux méthodes syndicalistes: polémiques publiées à l'occasion des attaques dirigées contre la Fédération du livre, réformisme et action directe*. Paris, Imprimerie Nouvelle (Association Ouvrière), 1905.

FÉDÉRATION JURASSIENNE. *Bulletin de la Fédération Jurassienne de l'Association internationale des travailleurs*; nos 1-19, Année 1872. La Presse Anarchiste. Disponível em <http://www.la-presse-anarchiste.net/spip.php?rubrique43>. Acessado em setembro de 2013.

FREYMOND, Jacques. *La Primera Internacional* (Tomo I), colección de documentos. Bilbao, Edita Zero, 1973a.

_____. *La Primera Internacional* (Tomo II), colección de documentos. Bilbao, Edita Zero, 1973b.

INSTITUTE OF MARXISM-LENINISM OF THE C.C., C.P.S.U. *Documents of the First International. The General Council of the First International, 1864-1866. The London Conference 1865: Minutes*. Volume I. Moscow, Foreign Languages Publishing House; London: Lawrence & Wishart, 1962.

_____. *Documents of the First International. The General Council of the First International, 1866-1868: Minutes*. Volume II. Moscow: Progress; London: Lawrence & Wishart, 1964.

_____. *Documents of the First International. The General Council of the First International, 1868-1870: Minutes*. Volume III. Moscow: Progress; London: Lawrence & Wishart, 1966.

_____. *Documents of the First International. The General Council of the First International, 1870-1871: Minutes. 1870-1871*. Volume IV. Moscow: Progress; London: Lawrence & Wishart, 1967.

_____. *Documents of the First International. The General Council of the First International, 1871-1872: Minutes*. Volume V. Moscow: Progress; London: Lawrence & Wishart, 2000.

LA MUTUALITÉ. *La Mutualité, journal du travail et sociétés coopératives: 1865-1866*. Paris, EDHIS, 1988. (COLLECTION "LES REVOLUTIONS DU XIX^e SIECLE – 1852-1872).

LES SOCIÉTÉS OUVRIÈRES (1861-1868). Paris, EDHIS, Volume I e II, 1988. COLLECTION "LES REVOLUTIONS DU XIX^e SIECLE – 1852-1872).

MUSTO, Marcelo (org.). *Trabalhadores, uni-vos! : ontologia política da I Internacional*. São Paulo, Boitempo, 2014.

TESTUT, Oscar. *Association Internationale des Travailleurs*. Lyon, Aimé Vingtrinier, 1870.

_____. *Le livre bleu de l'Internationale*. Paris, E. Lachaud, 1871a.

_____. *L'Internationale et le jacobinisme au ban de l'Europe*. Paris, E. Lachaud, 1872.

_____. *L'Internationale; son role depuis le 4 septembre ...* Lyon, Rossiter, 1871b.

THE INTERNATIONAL WORKING MEN'S ASSOCIATION. *Resolutions of the Congress of Geneva, 1866, and the Congress of Brussels, 1868*. London, Westminster Printing Company, 1869.

2. Artigos, livros e teses:

ABENDROTH, Wolfgang. *A história social do movimento trabalhista europeu*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

AGUENA, Paulo (org.). *O marxismo e os sindicatos*. São Paulo, Sundermann, 2008.

- _____. Apresentação. In: AGUENA, Paulo (org.). *O marxismo e os sindicatos*. São Paulo, Sundermann, 2008.
- ANDRADE, Joana El-Jaick. As origens da social-democracia alemã e seu processo de unificação. *Plural*, São Paulo, nº 14, 2007.
- _____. Georges Sorel e as massas revolucionárias. *Métis: história & cultura*, Caxias do Sul, 4 (7): 33-57, jan./jun. 2005.
- _____. *Revisionismo de Eduard Bernstein e a negação da dialética*. São Paulo. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 2006.
- ANGENOT, Marc. *Anarchistes et socialistes, 1880-1914: trente-cinq ans de dialogue de sourds*. Discours social/Social Discourse, nouvelle série, volume XIV, 2002.
- ANGAUT, Jean-Christophe. *Liberté et histoire chez Michel Bakounine*. Nancy. Thèse Doctorat, Université Nancy 2, 2005.
- _____. Le conflit Marx-Bakounine dans l'internationale: une confrontation des pratiques politiques. *Actuel Marx*, nº 41, pp.112-129, 2007. Disponível em www.caim.info/revue-actuel-marx-2007-1-page-112.htm. Acessado em setembro de 2014.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado*, Bauru, Edusc, 2007.
- ALVES, Giovanni. *A condição de proletaridade*. Londrina, Práxis, 2009.
- _____. Do novo sindicalismo à “concertação social” ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). *Rev. Sociologia e Política*, Curitiba, n. 15, pp. 111-124, nov. 2000.
- _____. *Limites do sindicalismo - Marx, Engels e a crítica da economia política*. Bauru, Práxis, 2003.
- ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho (confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80)*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.
- BAKUNIN, Mikhail. Carta a Albert Richard. In SAMIS, A. e TAVARES, M. (orgs). *Anarquismo e sindicalismo*. Rio de Janeiro, SINDSCOPE, 2012.
- _____. *Correspondance de Michel Bakounine, lettres à Herzen et à Ogareff (1860-1874)*. Paris, Librairie Académique Didier, 1896.
- _____. *De baixo para cima e da periferia para o centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakounin*. FERREIRA, Andrey Cordeiro e TONIATTI, Tadeu de Souza (orgs). Niterói, Editora Alternativa, 2014.
- _____. *Estatismo e anarquia*. São Paulo: Imaginário; Ícon, 2003.
- _____. *Federalismo, socialismo, antiteologismo*. São Paulo, 1988.
- _____. *La révolution sociale, ou La dictature militaire*. Genève, Imprimerie Coopérative, 1871.
- _____. *Obras escolhidas*. São Paulo: Hedra; Imaginário, 2015.
- _____. *Oeuvres Complètes*. International Institute of Social History, Netherlands Institute for Scientific Information Services, Royal Netherlands Academy of Arts and Sciences, 2000. (CD-ROM).
- _____. *Oeuvres – Tomo I*. Paris, Stock Éditeur, 1895. (Bibliothèque Sociologique, nº 04).
- _____. *Oeuvres – Tomo II*. Paris, Stock Éditeur, 1907. (Bibliothèque Sociologique, nº 38).
- _____. *Oeuvres – Tomo III*. Paris, Stock Éditeur, 1908. (Bibliothèque Sociologique, nº 39).

- _____. *Oeuvres* – Tomo IV. Paris, Stock Éditeur, 1910. (Bibliothèque Sociologique, n° 42).
- _____. *Oeuvres* – Tomo V. Paris, Stock Éditeur, 1911. (Bibliothèque Sociologique, n° 43).
- _____. *Oeuvres* – Tomo VI. Paris, Stock Éditeur, 1913. (Bibliothèque Sociologique, n° 47).
- _____. *O princípio do Estado e outros escritos*. São Paulo, Hedra, 2008.
- _____. *O socialismo libertário*. São Paulo, 1979.
- BANTMAN, Constance. Internationalism without an International? Cross-Channel Anarchist Networks, 1880-1914. *Revue belge de philologie et d'histoire*. Tome 84 fasc. 4, p. 961-981, 2006.
- BATALHA, Claudio. Thompson diante de Marx. In Boito Jr., Armando; Toledo, Caio N. de; Ranieri, Jesus J.; Trópia Patrícia V. (orgs). *A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*. São Paulo, Xamã, 2000, pp. 191-202.
- BECKER, Jean-Philippe. *L'Association Internationale des Travailleurs et la grève genevoise, en mars-avril 1868*. Genève, Ed. Ducommun & Oettinger, 1869.
- BELLIARD, Emmanuel. *Le Socialisme et l'Internationale*. Auch, Imprimerie Destroux & C^{ie}, 1871.
- BELKIN, Alejandro. *Sobre los orígenes del sindicalismo revolucionario en Argentina*. Buenos Aires, Ediciones CCC, Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini, 2007.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História. In: Walter Benjamin. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas; v.1, p. 222-234).
- BERNARDO, João. *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores*. São Paulo, Boitempo, 2000.
- BERNSTEIN, Samuel. The First International on the Eve of the Paris Commune. *Science & Society*, Vol. 5, No. 1, pp. 24-42, 1941.
- BERRY, David and BANTMAN, Constance (ed.). *New perspectives on anarchism, labour and syndicalism: the Individual, the national and the transnational*. Cambridge, Cambridge Scholars Publishing, 2010.
- BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa*. 2ª ed. São Paulo, Boitempo, 1999.
- BITSCH, Marie-Thérèse. *Histoire de la Belgique: de l'Antiquité à nos jours*. Paris, Éditions Complexe, 2004.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília, Editora da UnB, 1998.
- BOITO Jr., Armando. *Estado, política e classes sociais*. São Paulo, Editora UNESP, 2007.
- _____. *O sindicalismo de estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo: Editora da Unicamp; HUCITEC, 1991.
- _____. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Xamã, 1999.
- BONAMUSA, Francesc. ¿Reforma o revolución? La Huelga de masas en el primer debate socialista internacional (1889-1905). In: BONAMUSA, Francesc (ed.). *La huelga general*. Madrid, Marcial Pons, 1991. pp. 46-82.
- BONOMO, Alex Buzeli. *Anarquismo em São Paulo: as razões do declínio (1920-1935)*. São Paulo. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 2007.
- BOTTOMORE, Thomas. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

- BUISSON, Etienne. *La grève générale*. Paris, Societe nouvelle de libraire et d'edition, 1905. (Bibliothèque Socialiste, nº 33).
- CASTORIADIS, Cornelius. *A experiência do movimento operário*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- _____. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ªed., 1982.
- _____. *Socialismo ou barbárie: o conteúdo do socialismo*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- CARONE, Edgard. *A II Internacional pelos seus congressos (1889-1914)*. São Paulo: Editora Anita; EdUSP, 1993.
- CARR, E. H. *Bakunin*. 2ª edición. Ediciones Grijalbo: Barcelona; México, 1972.
- CHEVALLIER, Jacques. Le syndicalisme et l'Etat entre l'autonomie et l'integration. In: DECOOPMAN, Nicole [et al]. *L'actualité de la Charte d'Amiens*, Paris: Presses universitaires de France, 1987.
- CLARIS, Aristide. *La proscription française en Suisse (1871-72)*. Genève, Blancard, 1872.
- COHEN, Norbert. La greve, une nouvelle forme d'action rev endicative? In: DECOOPMAN, Nicole [et al]. *L'actualité de la Charte d'Amiens*, Paris: Presses universitaires de France, 1987.
- COLE, Georg Douglas H. *A short history of the british working-class moviment: 1789-1947*. London, George Allen & Unwin, 1947.
- _____. *Historia del pensamiento socialista I: los precursores – 1789-1850*. Cuarta reimpressão. México, Fondo de Cultura Económica, 1975.
- _____. *Historia del pensamiento socialista II: marxismo y anarquismo – 1850-1890*. Tercera reimpressão. México, Fondo de Cultura Económica, 1974a.
- _____. *Historia del pensamiento socialista III: la Segunda Internacional – 1889 -1914*. Segunda reimpressão. México, Fondo de Cultura Económica, 1974b.
- _____. *Historia del pensamiento socialista III: la Segunda Internacional – 1889 -1914, segunda parte*. Segunda reimpressão. México, Fondo de Cultura Económica, 1974c.
- COLOMBO, Eduardo [et al]. *História do movimento operário revolucionário*. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, 2004.
- _____. Uma história escamoteada. In COLOMBO, Eduardo [et al]. *História do movimento operário revolucionário*. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, 2004.
- COMPOSADA, José. *La Revolución de Barcelona (Semana Trágica, 1909)*. Barcelona, ETCETERA, 2004.
- COMPÈRE-MOREL, Adéodat. *Encyclopédie socialiste, syndicale et coopérative de l'Internationale ouvrière*. Paris, Librairie Aristide Quillet, 1912.
- CORDILLOT, Michel. *Aux origines du socialisme moderne: La Première Internationale, la Commune de Paris, l'exil*. Paris, Éditions de l'Atelier, 2010.
- _____. *Eugène Varlin, chronique d'un espoir assassiné*. Paris: **Éditions** Ouvrières; Éditions de l'Atelier, 1991.
- _____. *La Naissance du mouvement ouvrier à Besançon: la Première Internationale (1869-1872)*. Besançon: Université de Besançon; Paris: Les Belles Lettres, 1990.
- CORRÊA, Felipe. *Bandeira negra: discutindo o anarquismo*. Curitiba, Editora Prismas, 2015.
- _____. *Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica*. São Paulo. Dissertação de Mestrado, Escola de Artes, Ciências e Humanidades/USP, 2012.

- _____. *Teoria bakuninista do Estado*. São Paulo: Intermezzo; Imaginário, 2014.
- COSTA, Sílvio. *Tendências e centrais sindicais*. São Paulo: Anita Garibaldi; Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 1995.
- DANIEL, Orlando. A Primeira Internacional na história do movimento operário europeu. *Análise Social*, Lisboa, 2ª Série, Vol. XI, Nº 44, 4º, p. 751-759, 1975.
- DARLINGTON, Ralph. Syndicalism and the Influence of Anarchism in France, Italy and Spain. S/d. Disponível em http://usir.salford.ac.uk/10096/3/Anarchist_Studies_Syndicalism.pdf. Acessado em agosto de 2013.
- DA SILVA, Selmo Nascimento. A anarquia social: resistência, insurgência e revolução social na teoria de Bakunin. In *Em Debate*, Florianópolis, n. 11, p. 26-46, jan-jun, 2014.
- _____. Greves e insurreição: da teoria bakuninista à socialdemocracia contemporânea. In FERREIRA, Andrey Cordeiro (org.). *Pensamento e práticas insurgentes: anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo no século XXI*. Niterói: Alternativa; Rio de Janeiro: NEP; FAPERJ, 2016b, pp. 159-202.
- _____. O bakuninismo: ideologia, teoria, estratégia e programa revolucionário anarquista. In JOURDAN, Camila e MORAES, Wallace dos Santos. *Teoria política e libertária*. Rio de Janeiro: Via Verita; FAPERJ, 2016a, pp. 71-105.
- DECOOPMAN, Nicole [et al.]. *L'actualite de la Charte d'Amiens*. Paris: Presses universitaires de France, 1987.
- DELGADO, Lucília de A. N. *O Comando Geral dos Trabalhadores 1961-1964*. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1986.
- DIAS, Vanessa Tavares. Classe e consciência de classe em dois estudos sobre o operariado no Brasil. *Cronos*, Natal-RN, v. 10, n. 2, p. 145-161, jul./dez. 2009.
- DICIONÁRIO POLÍTICO. Marxist Internet Archive. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/index.htm>. Acessado em agosto de 2013.
- DÍAZ, Carlos. *La Primera Internacional de Trabajadores*. Madrid, Manana Editorial, 1977.
- DOLLÉANS, Édouard. *Histoire du mouvement ouvrier, Tome I: 1830-1871*. Québec, Édition électronique, 2003a.
- _____. *Histoire du mouvement ouvrier, Tome II : 1871-1936*. Québec, Édition électronique, 2003b.
- DOLGOFF, Sam. *La anarquia segun Bakunin*. 4ª ed. Barcelona, 1977.
- DROZ, Jacques. *L'Internationale Ouvrière de 1864 à 1920*. 1965. Marxist Internet Archive. Disponível em <http://www.marxists.org/francais/general/droz/works/00/internationale.htm>. Acessado em 25 de agosto de 2012.
- _____. *Historia Geral do Socialismo*. Lisboa, Horizonte Universitário, 1977, 3 volumes.
- D'UVA, Florencia. El sindicalismo revolucionario en la Semana Trágica: aportes para la comprensión del viraje hacia el reformismo de la F.O.R.A. IX. *Trabajadores*, Buenos Aires, año I, número 2, p. 104-127, segundo semestre de 2011.
- DAUVÉ, Gilles Dauvé and AUTHIER, Denis. *The Communist Left in Germany 1918-1921*. 1976. Marxist Internet Archive. Disponível em <https://www.marxists.org/subject/germany-1918-23/dauve-authier/index.htm>. Acessado em 26 novembro de 2012.
- ENCKELL, Marianne. A AIT: a aprendizagem do sindicalismo e da política. In COLOMBO,

- Eduardo [et al]. *História do movimento operário revolucionário*. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, 2004.
- _____. *La Fédération jurassienne: les origines de l'anarchisme en Suisse*. Genève; Paris: Entremonde, 2012.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. *Carta a Friedrich Adolph Sorge. 12-17 setembro 1874*. Marxist Internet Archive. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1874/09/17.htm>. Acessado em agosto de 2012.
- _____. *Carta a Theodor Cuno: 24 de Janeiro de 1872*. Marxist Internet Archive. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1872/01/24.htm>. Acessado em agosto de 2012.
- _____. *Lettre à F. A. Sorge: 8 juin 1889*. Marxist Internet Archive. Disponível em www.marxists.org/francais/engels/works/1889/06/fe18890608.htm. Acessado em agosto de 2012.
- _____. *Os bakuninistas em ação*. Marxist Internet Archive. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1873/11/05.htm>. Acessado em: 12 de agosto de 2012.
- _____. Os sindicatos (I e II). In: AGUENA, Paulo (org.). *O marxismo e os sindicatos*. São Paulo, Sundermann, 2008.
- _____. *Para a Crítica do Projecto de Programa Social-Democrata de 1891*. Marxist Internet Archive. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1891/06/29.htm>. Acessado em: 12 de agosto de 2012.
- ESTUDILLO, Antonio López. El anarquismo español decimonónico. In TAVERA, Susanna. *Anarquismo español*. Madrid, Marcial Pons, 2002, pp. 73-104.
- FÉRÉ, Octave. *Histoire de la Commune de Paris en 1871*. Paris, Décembre-Alonnier, Libraire-Éditeur, 1876.
- FERREIRA, Andrey Cordeiro. A classe por si: teoria econômica e política em Proudhon e no proudhonismo. *Em Debate*, Florianópolis, n. 11, p. 4-25, jan-jun, 2014a.
- _____. Introdução: Anarquismo, pensamento e prática insurgentes: fenômeno da “Primeira internacional”? In: FERREIRA, Andrey Cordeiro e TONIATTI, Tadeu de Souza (orgs). *De baixo para cima e da periferia para o centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin*. Niterói, Editora Alternativa, 2014b, pp. 21-61.
- _____. Materialismo, anarquismo e revolução social: o bakuninismo como filosofia e como política do movimento operário e socialista. In *XXVII Simpósio Nacional de História*. ANPUH, Natal, 2013a.
- _____. O Anarquismo como fenômeno da Primeira Internacional: origens políticas e teóricas da divisão no movimento operário. *Arquivo Bakunin Biblioteca Virtual*, 2011. Disponível em arquivobakunin.blospot.com.br/2011/01/o-anarquismo-como-fenomeno-da-primeira_13.html. Acessado em agosto de 2012.
- _____. O pensamento de Pierre Proudhon na Sociologia. Teoria do poder, da reciprocidade e a abordagem coletivista: Proudhon e os fundamentos da ciência social no anarquismo. In JOURDAN, Camila e MORAES, Wallace dos Santos. *Teoria política e libertária*. Rio de Janeiro: Via Verita; FAPERJ, 2016a, pp. 11-69.
- _____. Poderes científicos, Saberes Insurgentes: rumo a uma ciência social dialética e antissistêmica. In FERREIRA, Andrey Cordeiro (org.). *Pensamento e práticas insurgentes: anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo no século XXI*. Niterói: Alternativa; Rio de Janeiro: NEP, 2016b, 37-70.

- _____. *Tutela e Resistência Indígena: etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro*. São Paulo, EdUSP, 2013b.
- _____. Trabalho e ação: o debate entre Bakunin e Marx e sua contribuição para uma sociologia crítica contemporânea. *Em Debate*, Florianópolis (4): 1-23, 2010.
- _____ e TONIATTI, Tadeu de Souza (orgs). Apresentação: o estado dos estudos e das publicações sobre anarquismo no Brasil hoje. *De baixo para cima e da periferia para o centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin*. Niterói, Editora Alternativa, 2014, pp. 7-20.
- FLAMARION, Ciro C. e VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In FLAMARION, Ciro C. e VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História Ensaios de teoria e metodologia*. 5ª edição. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1997.
- FREYMOND, Jacques. Introdução. In: *La Primera Internacional* (Tomo I), colección de documentos. Bilbao, Edita Zero, 1973^a, pp. 7-40.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 2002.
- FRIBOURG, E. E. *L'Association Internationale des Travailleurs*. Paris, Armand Le Chevalier, 1871.
- GAUMONT, Jean De l'Internationale à la Commune: Eugène Varlin. *La Revue socialiste*, T. 57, n° 342, juin 1913.
- GARBANI, Philippe & SCHMIT, Jean. *Le Syndicalisme Suisse: histoire politique de l'Union syndicale (1880-1980)*. Lausanne, Edition d'en bas, 1980.
- GABRIEL, Pere. Sindicalismo y huelga. Sindicalismo revolucionario francés e italiano. Su introducción en España. In: BONAMUSA, Francesc (ed.). *La huelga general*. Madrid, Marcial Pons, 1991. pp. 15-45.
- GARCIA, Victor. *La internacional obrera. Breve recuento histórico del desarrollo de la Primera Internacional*. Segunda edición cibernética, Antorcha.Net, enero del 2003. Disponível em: http://www.antorcha.net/biblioteca_virtual/historia/internacional/caratula_internacional.html. Acessado em: 12 de agosto de 2012.
- GARRIGUET, Louis. *L'évolution actuelle du socialisme en France: le mouvement syndicaliste révolutionnaire, son histoire, son originalité, ses doctrines, sa tactique*. Paris, Bloud, 1912.
- GAUMONT, Jean. De l'Internationale à la commune; Eugène Varlin. *La Revue Socialiste*, tome 57, janvier-juin, 1913.
- GERSCHMAN, Silvia Victoria. *Representación y conflicto en dos formas de organização sindical: comissão de fábrica y sindicato en el Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa do Rio de Janeiro; Sociedade Brasileira de Instrução, (1985). Mimeo.
- GIUDICE, Martine Del, The Young Bakunin and Left Hegelianism: Origins of Russian Radicalism and the Theory of Praxis, 1814–1842. Ph.D. thesis, McGill University, Montréal, 1981.
- GOMES, Angela Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª. ed. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.
- GOULDNER, Alvin W. Marx's Last Battle: Bakunin and the First International. *Theory and Society*, 11 (6): 853-884, 1982.
- GRACIOLLI, Edílson José. *A ponta de um iceberg: a greve na CSN em novembro/88*. Campinas. Dissertação de Mestrado, IFCH/UNICAMP, 1994.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. 8ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989.

- _____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 3ª. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- GRAHAM, Robert. “We do not fear anarchy – we invoke it”: *the First International and the origins of the anarchist movement*. Oakland, AK Press, 2015.
- GUILLAUME, James. *A Internacional: documentos e recordações, volume I*. São Paulo, Imaginário, 2009.
- _____. *Études révolutionnaires*. Paris, P.-V. Stock, 1909.
- _____. *L'Internationale: documents et souvenirs (1864-1878)*. Tome I. Paris, Société: nouvelle de librairie et d'édition, 1905.
- _____. *L'Internationale: documents et souvenirs (1864-1878)*. Tome II. Paris, Société nouvelle de librairie et d'édition, 1907.
- _____. *L'Internationale: documents et souvenirs (1864-1878)*. Tome III. Paris, P.-V. Stock, 1909.
- _____. *L'Internationale: documents et souvenirs (1864-1878)*. Tome IV. Paris, P.-V. Stock, 1910.
- _____. *Idées sur l'organisation sociale*. Chaux-de-Fonds, Imprimerie Courvoisier, 1876.
- GURVITCH, George. *As classes sociais: o que é uma classe social*. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1973.
- _____. *Dialética e sociologia*. São Paulo, Vértice, 1987.
- _____. *La déclaration des droits sociaux*. Paris, Dalloz, 2009.
- _____. *Proudhon e Marx*. Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. 12ª ed. São Paulo, Edições Loyola, 2003.
- HAYAT, Samuel. De l'anarchisme proudhonien au syndicalisme révolutionnaire: une transmission problématique. In JOURDAIN, Edouard (dir.). *Proudhon et l'anarchie*. Publications de la société P.-J. Proudhon, 2012.
- HOBSBAWM, Eric J. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- _____. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. 4ª edição. Rio de Janeiro, Forense, 1986:
- _____. *História do Marxismo I: o marxismo no tempo de Marx*. 3ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- _____. *História do Marxismo II: o marxismo na época da Segunda Internacional (primeira parte)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- _____. *Mundos do trabalho: estudos sobre história operária*. 4ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.
- _____. *Sobre a história*. 2ª edição. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- HAUPT, Georges. Por que a história do movimento operário? *História e Perspectivas*, Uberlândia (43): 41-70, jul.dez., 2010.
- HS-CGT. *1871: Les Communes de province*. Institut d'Histoire Sociale CGT. Paris, 2012. Disponível em: http://www.ihs.cgt.fr/IMG/pdf_DOSSIER-7.pdf. Acessado em agosto de 2013.
- JUST, Stéphane. La grève générale et la question du pouvoir. *La Vérité* n°592, juin 1980. Disponível em: http://www.marxistsfr.org/francais/just/greve_ge/index.htm. Acessado em 12 de

agosto de 2012.

LATTA, Claude [et al]. *La Commune de 1871: l'événement, les hommes et la mémoire*. Saint-Etienne, Publications de l'Université de **Saint-Etienne**, 2004.

LEITE, Marcia de Paula. Três anos de greves em São Paulo 1983-1985. *São Paulo em Perspectiva*, 1 (2): 50-64, jul. São Paulo, 1987.

LEHNING, Arthur. Del sindicalismo revolucionario al anarcosindicalismo: El nacimiento de la Asociación Internacional de Trabajadores de Berlín. In *Congreso sobre Anarcosindicalismo*. Instituto di Storia Contemporanea del Movimento Operaio e Contadino, Ferrara, 1977, pp. 55-75.

LEIER, Mark. *Bakunin: the creative passion: a biography*. New York, Seven Stories Press, 2009.

LENIN, V. I. A Internacional Comunista e a Internacional Vermelha: programa de ação da Internacional Comunista. In AGUENA, Paulo (org.). *O marxismo e os sindicatos*. São Paulo, Sundermann, 2008.

_____. *O Estado e a revolução*. Campinas, FE/UNICAMP, 2011.

_____. *O oportunismo e a falência da II Internacional*. 1916. Marxist Internet Archive. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/01/falencia.htm>. Acessado em agosto de 2012.

_____. *O que fazer?* São Paulo, Expressão Popular, 2010.

_____. Sobre as greves. In AGUENA, Paulo (org.). *O marxismo e os sindicatos*. São Paulo, Sundermann, 2008.

_____. *Uma grande alternativa*. 1920. Marxist Internet Archive. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1919/06/28.htm>. Acessado em 12/05/2008.

LENOIR, Yves. Les grèves de 1870 et la Commune du Creusot. *La Commune: Association des Amis de la Commune (1871)*, número 42. Paris, 2010.

LÉONARD, Mathieu. *L'émancipation des travailleurs: une histoire de la Première Internationale*. Paris, La Fabrique éditions, 2011.

LEUENROTH, Edgard. *A Plebe*, Nova Fase, número 36, 1933.

LIBERT, Alain Libert. *Les plus sombres histoires de l'histoire de Belgique: secrets et anecdotes*. Bruxelles, La Boîte à Pandore, 2015

LOBO, Eulália Maria Lsahmeyer (org.). *Rio de Janeiro operário*. Rio de Janeiro, Access, 1992.

LOCHAK, Danièle. Les syndicats dans l'Etat ou les ambiguïtés d'un combat. In: DECOOPMAN, Nicole [et al]. *L'actualité de la Charte d'Amiens*, Paris: Presses universitaires de France, 1987.

LÓPEZ, Chantal y CORTÉS, Omar. *Sacco y Vanzetti: sus vidas, sus alegatos, sus cartas*. Primera edición cibernética, Antorcha.Net. agosto del 2007. Disponível em http://www.antorcha.net/biblioteca_virtual/politica/sacco/indice.html. Acessado em setembro de 2012.

LOPREATO, Chistina Roquette. *O espírito da revolta: a greve anarquista de 1917*. São Paulo, Annblume, 2000.

_____. *A semana trágica: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo, Museu da imaginação, 1997.

LÖWY, Michael. *A teoria da revolução no jovem Marx*. São Paulo, Boitempo, 2012.

LOZOVSKY, Drizdo. *Escritos sindicais*. Madrid, Akal Editor, 1978.

- LUIZETTO, Flávio Venancio. *Presença do anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional: 1900-1920*. São Carlos. USP, 1984.
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. São Paulo, Martins Fontes, 2003.
- LUQUET, P. A Comuna de Paris. In LUQUET, P., DUNOIS, A. [et al]. *A Comuna de Paris*. Rio de Janeiro, Leammert, 1968.
- LUXEMBURGO, Rosa. Greve de massas, partidos e sindicatos. In ADEMAR, Bogo (org.). *Teoria da organização política*. São Paulo, Expressão Popular, 2010.
- _____. *Reforma ou revolução?* 2ª ed. São Paulo, Expressão Popular, 2001.
- KAPLAN, Temma. *Anarchists of Andalusia, 1868-1903*. Princeton, Princeton University Press, 1977.
- KATZ, Henryk, *The Emancipation of Labor: A History of the First International*. New York; Westport; Connecticut; London: Greenwood Press, 1992.
- KAUTSKY, Karl. *El camino del poder*. México, Editorial Grijalbo, 1968.
- _____. *Politique et Syndicats*, 1900. Marxist Internet Archive. Disponível em https://www.marxists.org/francais/kautsky/works/1900/00/kautsky_19000000_00.htm. Acessado em setembro de 2013.
- KENNEDY, Paul. *The Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000*. London; Sidney; Wellington: Unwin Hyman, 1988.
- KIRK, Neville, CARAZO, José y FERRANDIS, Marisa. En defensa de la clase: Crítica a algunas aportaciones revisionistas sobre la clase obrera inglesa en el siglo XIX. *Historia Social* (12): 58-100, 1992.
- KRIEGEL, Annie. *Las Internacionales Obreras (1864-1943)*. Ediciones Orbis, 1986. Edición Virtual: Biblioteca Libre. Disponível em <http://www.omegalfa.es/downloadfile.php?file=libros/las.internacionales.obreras.pdf>. Acessado em agosto 2012.
- KROPOTKIN, Piotr. *A conquista do pão*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Achiamé, 2011.
- _____. *Sindicalismo e anarquismo*. Piracicaba, Ateneu Diego Giménez, 2010.
- KOCKA, Jürgen Kocka y MARTÍNEZ, Marina Sanchis. Los artesanos, los trabajadores y el estado: hacia una historia social de los comienzos del movimiento obrero alemán. *Historia Social* (12): 101-118, 1992.
- MADRID SANTOS, Francisco e VENZA, Claudio (ed.). *Antología documental del anarquismo español. Vol. 1: Organización y revolución: de la Primera Internacional al Proceso de Montjuich (1868-1896)*. Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo, Madrid 2001.
- MAITRON, Jean. *Le mouvement anarchiste en France: des origines à 1914*. Paris, Gallimard Éditeur, 1975.
- MALATESTA, Errico. *Anarquista, socialistas e comunistas*. São Paulo: Intermezzo; Imaginário, 2014.
- _____. *Escritos revolucionários*. Editora Humana, 2010.
- MALON, Benêt. *A internacional: sua história e seus princípios*. São Paulo, Imaginário, 2014.
- MARONI, Amnéris. *A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78*. São Paulo Brasiliense, 1982.
- MARX, Karl. Carta de Marx a Engels sobre a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores [4 de novembro de 1864]. In *Marx e o Marxismo* v.2, n.3, ago/dez 2014: 438-447.

- _____. *Carta a Friedrich Bolte: 23 de Novembro de 1871*. Marxist Internet Archive. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1871/11/23.htm>. Acessado em agosto de 2012.
- _____. *O capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital. Livro 1, volume 1*. 19ª ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2002a.
- _____. *O capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital. Livro 1, volume 2*. 18ª ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2002b.
- _____. *O capital: crítica da economia política: o processo de circulação do capital. Livro 2*. 8ª ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000.
- _____. *Crítica do programa de Gotha*. São Paulo, Boitempo, 2012.
- _____. *A revolução antes da revolução*. São Paulo, Expressão Popular, 2008, vol. 2.
- _____. *Miséria da filosofia*. São Paulo, Global, 1985a.
- _____ e ENGELS. *A ideologia alemã*. São Paulo, Boitempo, 2007.
- _____. e ENGELS. *Collected works: Volume 1 Marx – 1835-1843*. Moscow: Progress, 1975.
- _____. e ENGELS. *Collected works: Volume 20 Marx end Engels – 1864-1868*. Moscow: Progress, 1985b.
- _____. e ENGELS. *Collected works: Volume 41 Marx end Engels – 1860-1864*. Moscow: Progress, 1985c.
- _____. e ENGELS. *Collected works: Volume 42 Marx end Engels – 1864-1868*. Moscow: Progress, 1987.
- _____. e ENGELS. *Collected works: Volume 43 Marx end Engels – Letters 1868-70*. Lawrence & Wishart; Electric Book, 2010.
- _____. e ENGELS. *Collected works: Volume 44 Marx end Engels – Letters 1870-73*. Lawrence & Wishart; Electric Book, 2010.
- _____. e ENGELS. *Collected works: Volume 45 Marx end Engels – Letters 1874-79*. Lawrence & Wishart; Electric Book, 2010.
- _____ e ENGELS. *Obras escolhidas*. São Paulo, Alfa-Omega, vol. 1, s/d.
- _____ e ENGELS. *Obras escolhidas (em Três Tomos)*. Marxist Internet Archive, 2006. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/escolhidas/>. Acessado em agosto de 2012.
- _____ e ENGELS. *Sindicalismo*. São Paulo, CHED, 1980.
- MASSAGLI, Emmanuele. *Il sindacato in Italia: chi (non) rappresenta?*. Milano. Tesi di dottorato. Università Cattolica del Sacro Cuore, 2007.
- MASSY, Robert de. *Association internationale des travailleurs: son origine, son organisation, ses moyens d'action, son but et son rôle dans les insurrections*. Orléans, H. Herluison, Libraire-Éditeur, 1871.
- MATINS, Heloisa Helena T. de S. *O Estado e a burocratização do sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1979.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidos e livres; experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro, Bom Texto, 2008.
- _____. *Novos e velhos sindicalismos: Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 1998.
- _____. *Greves, sindicatos e repressão policial ao sindicalismo carioca (1954-1964)*. Revista

- Brasileira de História*. Rio de Janeiro: APERJ; FAPERJ, 2003.
- _____. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo, Expressão Popular, 2009.
- McCLELLAN, Woodford. *Revolutionary exiles: the Russians in the First International and the Paris Commune*. London, Frank Cass, 1979.
- McLAUGHLIN, Paul. *Mikhail Bakunin: The Philosophical basis of his anarchism*. New York, Agora Publishing, 2002.
- MELLA, Ricardo. *Primeiro de maio dia de luto e luta: a tragédia de Chicago*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2005.
- MERRIMAN, John. *A comuna de Paris: 1871 – origens e massacre*. Rio de Janeiro, Anfiteatro, 2015.
- MIÉVILLE, Ariane. Entre anarchie et syndicalisme: syndicalisme, anarchisme et anarcho-syndicalisme en débat au Congrès Anarchiste d'Amsterdam en 1907. S/d. Disponível em <http://www.left-dis.nl/f/1907.pdf>. Acessado em setembro de 2013.
- MICHEL, Louise. *La Commune: histoire et souvenirs*. Paris, La Découverte, 1999.
- MIKKELSEN, Flemming. Working-class formation in Europe: in search of a synthesis. Amsterdam, International Institute of Social History Amsterdam, 1996. Disponível em <http://www.iisg.nl/publications/mikkelse.pdf>. Acessado em janeiro de 2015.
- MOISÉS, José Álvaro. *Greve de massas e crise política*. São Paulo, Polis, 1978.
- MOLONARI, Gustave de. La Grève à Charleroi. In *Nouvelliste vaudois et journal national suisse*, nº 82, 5 de abril de 1868.
- MOLINA, José Luis Gutiérrez. Andalucía y el anarquismo (1868-1936). In TAVERA, Susanna. *Anarquismo español*. Madrid, Marcial Pons, 2002, pp. 171-195.
- MONTEQUI, Rafael Flaquer. *La clase obrera madrileña y la 1ª Internacional (un análisis de Prensa)*. Madrid, EDICUSA, 1977.
- MOOS, Bernard H. *The origins of the french labor movement - 1830-1914: the socialism of skilled workers*. Berkeley; London; Los Angeles: University of California Press, 1980.
- MUÑOZ, Manuel Morales. Historia de un conflicto social: Málaga, la huelga general del verano de 1872. *Baética: Estudios de arte, geografía e historia* (14): 327-340, 1992.
- MUSTO, Marcelo. Introdução. In: MUSTO, Marcelo (org.). *Trabalhadores, uni-vos! : ontologia política da I Internacional*. São Paulo, Boitempo, 2014.
- NETTO, José Paulo. *O que é Marxismo?* São Paulo, Editora Brasiliense, 1985.
- NETTLAU, Max. *La anarquía a través de los tiempos*. Edición cibernética, Antorcha.Net. Disponível em http://www.antorcha.net/biblioteca_virtual/historia/anarquia_tiempos/caratula_nettau.html. Acessado em setembro de 2012.
- _____. *Bakunin e l'Internazionale in Italia dal 1864 al 1872*. Napoli, Edizioni Immanenza, 2014.
- _____. *Miguel Bakunin, la Internacional y la Alianza en España (1868-1873)*. 3ª ed. Madrid, 1977.
- _____. *História da anarquia: das origens ao anarco-comunismo*. São Paulo, Hedra, 2008.
- NORONHA, Eduardo. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. *Lua Nova*, São Paulo, 76: 119-168, 2009.
- _____. A explosão das greves na década de 80. In BOITO Jr., Armando (org.). *O sindicalismo*

- brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- _____. Greves e estratégias sindicais no Brasil. In OLIVEIRA, C. A. D.; MATOSO, J. E. L. *et al.* (eds.). *O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Ministério do Trabalho; Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – CESIT; Scritta. 1994.
- NORTE, Sergio A. Q. *Bakunin: sangue, suor e barricada*. São Paulo, Papirus, 1988.
- OITICICA, José. *A Doutrina Anarquista ao alcance de todos*. São Paulo, Econômica Editorial, 1983.
- OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*. Niterói. Tese de Doutorado, ICHF/UFF, 2009.
- ONÍKOV y SHISHLIN, *Breve Dicionário Político*. Moscou, Editorial Progreso, 1983
- PANIAGUA, Javier. Una gran pregunta y varias respuestas. el anarquismo español: desde la política a la historiografía. *Historia Social* (12): 31-57, 1992.
- PANNEKOEK, Anton. Partidos, Sindicatos e Conselhos Operários. Disponível em <https://saravea.net/file/download/12517>. Acessado em agosto de 2012.
- PAZ, Abel. *Los Internacionales en la Región Española, 1868-1872*. Barcelona, EA, 1992.
- PELLOUTIER, Fernand. *Histoire des Bourses du travail*, Paris, Alfred Costes, 1921.
- _____ et LEFRANÇAIS, Gustave. *Un anarchiste dans la lutte des classes: Fernand Pelloutier et Gustave Lefrançais*. L'Anarcho-sindicaliste – Supplément n°1 au n°180, mars-avril 2014.
- PEPE, Adolfo. Il collocamento in Italia in una dimensione storica. *Rivista ae* – Piano del lavoro e contrattazione, numero 11, 71-113, 2012.
- PEREIRA, Joana Dias. O Sindicalismo Revolucionário e a crise do liberalismo: os casos de estudo português e brasileiro. *Historiae*, Rio Grande, 2 (3): 197-228, 2011.
- _____. Sindicalismo revolucionário em Portugal. *Em Debate*, Florianópolis, 1 (2): 195-210, 2009.
- PERROT, Michelle. *Jeunesse de la grève: France 1871-1890*. Paris, Éditions du Seuil, 1984.
- PINTO, João Alberto da Costa. Louis-Eugène Varlin (1839-1871). *História Revista*, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 91-112, jul./dez. 2011.
- PIQUERAS, José A. Craft Work, Industry and Radical Culture in the Age of the First International. In PIQUERAS, José A. and ROZALÉN, Vicent Sanz (edited). *A social history of Spanish labour: new perspectives on class, politics and gender*. New York; Oxford: Bergnhan Books, 2007, pp. 106-133.
- PONSOT, Pierre. *Les grèves de 1870 et la Commune du Creusot*. Paris, Éditions sociales, 1957.
- POPULUS, Jacques. *Histoire de l'Internationale*. Paris, Bureau de l'Eclipse, 1871. (Bibliothèque Populaire).
- POUGET, Émile. *L'action directe*. Nancy, Édition du "Réveil ouvrier", 1921. (Bibliothèque de documentation syndicale, n° 5).
- _____. *La Confédération Générale du travail*. Paris, M. Rivière, 1908. (Bibliothèque du mouvement socialiste, II).
- POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- PROUDHON, Pierre-Joseph. *De la Capacité politique des classes ouvrières*. Paris, Éditions du

Trindent, 1989.

_____. *De la création de l'ordre dans l'humanité: ou, Principes d'organisation politique*. Nouvelle édition. Paris: Librairie Internationale - A. Lacroix et C^{ie}, 1873.

_____. *De la justice dans la révolution et dans l'église*. Quatre études. Bruxellas: Libraire Éditeur, 1860.

_____. *Do princípio federativo*. São Paulo: Nu-Sol; imaginário, 2001.

_____. *O que é a propriedade?* 2^a edição. Lisboa, Editorial Estampa, 1975.

_____. *Sistema das contradições econômicas ou Filosofia da miséria*. São Paulo, Editora Escala, 2007. Tomo I e II.

PREOBRAZHENSKI, Evgueni. *Anarquismo y comunismo*. Madrid, Fundación Federico Engels, 2005.

PRZEWORSKI, Adam. A social-democracia como fenômeno histórico. *Lua Nova*. São Paulo (15): 41-81, outubro de 1988.

PUECH, Jules L. *Le Proudhonisme dans l'Association Internationale des Travailleurs*. Paris, Félix Alcan, 1907.

QUELLIEN, Jean. Le mouvement ouvrier dans l'agglomération rouennaise: Marcel Boivin, Le mouvement ouvrier dans la région de Rouen (1851-1876). In: *Annales de Normandie*, 42^e année n^o2, 1992. pp. 229-232.

REIS Filho, Daniel Aarão. O Manifesto e a revolução em 1848. In Reis Filho, Daniel Aarão (org.). *O Manifesto Comunista 150 anos depois*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

RENK, Hans-Peter. Constant Meuron (1804-1872), combattant républicain de 1831 et fondateur de la Première Internationale au Locle. In *Cahiers HMO*, 15, 1999, 127-149.

ROCHA, Acílio da Silva Estanqueiro. Proudhon e o federalismo. In GAMA, Manuel (org.). *Proudhon no bicentenário do seu nascimento*. Braga, Centro de Estudos Lusíadas, Universidade do Minho, 2009.

RODA, Federico Martínez. *Valencia y las Valencias: su historia contemporánea (1800-1975)*. Valencia, Fundación Universitaria San Pablo, 1998.

RODRIGUES, Iram Jácome. *Comissão de fábrica e trabalhadores na indústria*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FASE, 1990.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Divisão Europeia do Livro, 1966.

_____. *Destinos do sindicalismo*. 2^a ed. São Paulo, Edusp, 2002.

_____. O declínio das taxas de sindicalização: a década de 80. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.13, n^o 36, fev. 1998.

ROMÃO, Frederico Lisbôa. *A greve do fim do mundo: petroleiros 1995 - a expressão fenomênica da crise fordista no Brasil*. Campinas. Tese de Doutorado, IFCH/UNICAMP, 2006.

_____. Da “greve geral de massas” à “greve vaca brava”. *Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, Araraquara, v. 3, n. 1, jul/dez. 2010

ROSENBERG, Dominique. Les perspectives internationales de la Charte d'Amiens: du syndicalisme révolutionnaire à “solidarite”. In: DECOOPMAN, Nicole [et al]. *L'actualité de la Charte d'Amiens*, Paris: Presses universitaires de France, 1987.

- RUBÍ, Gemma. Protesta, desobediencia y violencia subversiva: La Semana Trágica de julio de 1909 en Cataluña. *Pasado y Memoria. Revista de Historia Contemporánea*, n. 10, p. 243-268, 2011.
- RUGAI, Ricardo Ramos. *O socialismo como crítica da Economia Política: as questões econômicas na obra de Proudhon (1938-1847)*. São Paulo. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 2011.
- SAMIS, Alexandre. *Negras tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris*. São Paulo, Hedra, 2011.
- SANDOVAL, Enrique Moral. *El socialismo español en el contexto internacional, de la Primera a la Segunda Internacional (1864-1889)*. Madrid. Tesis Doctoral, Universidad Complutense de Madrid, 1994.
- SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param: greves e mudança social no Brasil 1945-1990*. São Paulo, Ática, 1994.
- SARTRE, J. P. *Questão de método*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1967.
- SCOTT, James C. *Elogio del anarquismo*. Barcelona, Crítica - Editorial Planeta, 2013.
- SCHWITZGUÉBEL, Adhémar. *Quelques écrits*. Paris, Stock Éditeur, 1908. (Bibliothèque Sociologique, n° 40).
- SCREPANTI, Ernesto. Los ciclos largos en la actividad huelguística: una investigación empírica. *Historia Social*, No. 5, 1989, pp. 50-75.
- SEILHAC, Léon de. *Les congrès ouvriers en France: de 1876 à 1897*. Paris, Armand Colin Éditeurs, 1899.
- SEWELL Jr, William H. y MARTÍNEZ, Marina Sanchis. Los artesanos, los obreros de las fábricas y la formación de la clase obrera francesa, 1789-1848. *Historia Social* (12): 119-140, 1992.
- SHORTER, Edward & TILLY, Charles. *Strikes in France 1830–1968*. Cambridge, Cambridge University Press, 1974.
- SILVER, Beverly J. *Forças do trabalho: movimento dos trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo, Boitempo, 2005.
- SILVER, Beverly J. & ARRIGHI, Giovanni. Workers North and South. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin (orgs.). *Socialist Register 2001* (Theme: Working Classes: Global Realities). London, Merlin Press, 2000, p. 53-76. Disponível em: http://www.wildcat-ww.de/dossiers/forcesoflabor/workers_north_and_south.pdf. Acessado em: setembro de 2013.
- SKIRDA, Alexandre. *Facing the enemy: a history of anarchist organization from Proudhon to May 1968*. Edinburgh, AK Press, 2002.
- SOREL, Georges. *El sindicalismo revolucionario*. Edición cibernética, Antorcha.Net. Disponível em http://www.antorcha.net/biblioteca_virtual/filosofia/sorel/sorel.html. Acessado em agosto de 2012.
- SPERBER, Jonathan, *Europe 1850-1914: Progress, Participation and Apprehension*. New York, Pearson Longman, 2009.
- STEKLOFF, G. M. *History of the First International*. Londres: Martin Lawrence, 1928. Marxist Internet Archive. Disponível em <http://www.marxists.org/archive/steklov/history-first-international>. Acessado em: 12 de agosto de 2012.
- TEIXEIRA, Rodrigo Dias. *Para onde vai a CUT? Do classismo ao sindicalismo social-liberal (1978-2000)*. Niterói. Dissertação de Mestrado, ICHF/UFF, 2009.

- TERMES, Josep. *Anarquismo y sindicalismo en España. La Primera Internacional (1864-1881)*. 3ª ed., Barcelona, Editorial Crítica, 1977.
- TILLY, Charles. *From Mobilization to Revolution*. New York, Random House-McGraw-Hill Publishing Co./Reading, Addison Wesley Publishing Co, 1978.
- THOMANH, Charles. *Le Mouvement anarchiste dans les Montagnes neuchâtelaises et le Jura bernois*. Thèse de Doctorat, Faculté de Droit, Section des Sciences commerciales et économiques, de l'Université de Neuchâtel, 1947.
- THOMAS, Paul. *Karl Marx and the anarchists*. London, Routledge & Kegan Paul, 1980.
- THOMPSON, E. P. *Formação da classe operária inglesa*. São Paulo, Paz e Terra, 1987-1988, 3 volumes.
- _____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*, Campinas, EdUnicamp, 2001.
- _____. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- THORPE, Wayne. *Revolutionary syndicalist internationalism, 1913-1923: the origins of the International Working Men's Association*. New York: University of British Columbia, 1979. (Thesis Doctor).
- _____. *"The Workers Themselves": Revolutionary Syndicalism and International Labour, 1913-1923*. Boston, Kluwer Academic Publishers, 1989.
- TOLAIN, Henri-Louis. *Manifeste des soixante*. Paris, 17 février 1864. Marxist Internet Archive. Disponível em <https://www.marxists.org/francais/general/tolain/works/1864/soixante.htm>. Acessado em 11 de agosto de 2011.
- TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo, Perceu Abramo, 2004.
- TOMBS, Robert. "How Bloody was la Semaine Sanglante? A revision," H-France Salon. February 2011, vol. 3 issue 1: 1-13. Disponível em <http://www.h-france.net/Salon/Salonvol3no1.pdf>. Acessado em agosto de 2014.
- TOSO, Sergio Grez. Desarrollo y perspectiva histórica de la huelga general de 1890 en Chile. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani"*, Buenos Aires (18): 83-118, 1998.
- TRISTÁN, Flora. *L'Union Ouvrière [1843]*. Éditions de l'Évidence, 2008.
- TUMOLO, Paulo Sergio. *Da contestação à conformação*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2002.
- VALLE, Camila Oliveira do. *A Comuna de Paris de 1871: organização e ação*. Niterói. Tese de Doutorado, ICHF/UFF, 2013.
- VAUGHAN, Ernest e AUBRY, Emile. *Association internationale des travailleurs, section rouennaise: de son rôle dans les circonstances actuelles*. Rouen, Imprimerie de E. Cagniard, 1870.
- VEIGA, Sandra M. & FONSECA, Isaque. *Volta Redonda: entra o aço e as armas*. Petrópolis, Vozes, 1990.
- VAN DER LINDEN, Marcel. Greves. In: VARELA, Raquel, NORONHA, Ricardo e PEREIRA, Joana Dias (coord.). *Greves e conflitos sociais em Portugal no século XX*. Lisboa: Edições Colibri, 2012.
- _____. Second thoughts on revolutionary syndicalism. *Labour History Review*, Liverpool University Press. Liverpool, 63 (2): 182-196, 1998.

- _____. Labour History: The Old, the New and the Global. *African Studies*, 66, (2-3): 169-180, 2007.
- _____. *Workers of the World. Essays toward a Global Labor History (Studies in global social history)*. Brill: Leiden; Boston, 2008
- _____. Rumo a uma nova conceituação histórica da classe trabalhadora mundial. *História*. São Paulo, vol. 24, n. 2, 2005, pp. 11-40.
- _____ and LUCASSEN, Jan. *Prolegomena for a Global Labour History*. Amsterdam, International Institute of Social History, 1999.
- _____ y THORPE, Wayne. Auge y decadencia del sindicalismo revolucionario. *Historia Social* (12): 3-30, 1992.
- VAN DER WALT, Lucien and SCHMIDT, Michael. *Black Flame: The Revolutionary Class Politics of Anarchism and Syndicalism*. Edinburgh; Oakland: AK Press, 2009.
- _____. Revolução Mundial: para um balanço dos impactos, da organização popular, das lutas e da teoria anarquista e sindicalista em todo o mundo. In FERREIRA, Andrey Cordeiro (org.). *Pensamento e práticas insurgentes: anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo no século XXI*. Niterói: Alternativa; Rio de Janeiro: NEP, 2016, 81-118.
- _____ and HIRSCH Steven J. Rethinking Anarchism and Syndicalism: the colonial and postcolonial experience, 1870–1940. In Steven Hirsch, Lucien van der Walt (edited). *Anarchism and syndicalism in the colonial and postcolonial world, 1870-1940: the praxis of national liberation, internationalism, and social revolution*. Boston; Leiden: Brill, 2010, pp. Xxxi-lxxiii.
- VILAPLANA, Diego Luis Fernández. *Alcoi, julio de 1873: “El levantamiento obrero más importante del siglo XIX*. 2016.
- VILLETARD, Edmond. *Histoire de l'Internationale*. Paris, Garnier Frères, 1872.
- WALLERTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2001.
- _____. *The Modern World-System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 2011.
- _____. *The politics of the world-economy: the states, the movements and the civilizations*. New York: Cambridge University; Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1984.
- WEBB, Sidney James and WEBB, Beatrice. *The History of Trade Unionism, 1666-1920*. London, Longmans, Green, 1920.
- WEFFORT, Francisco. “Origens do sindicalismo populista no Brasil”. *Estudos CEBRAP*, 4, abr-jun. 1973.
- WOODCOCK, George. *História das ideias e movimentos anarquistas: a ideia*. Volume 1. Porto Alegre, L&PM, 2007.
- _____. *História das ideias e movimentos anarquistas: o movimento*. Volume 2. Porto Alegre, L&PM, 2006.

Anexos

Anexo I: Congresso de Genebra 1866

Lista dos delegados presentes no Congresso de Trabalhadores

DELEGADOS/REPRESENTANTES		PROFISSÃO	DELEGAÇÃO/ SEÇÃO	LOCALIDADE
1	George Odger	Sapateiro	Conselho Geral de Londres	Londres/Inglaterra
2	Carter	Perfumista		
3	Jung	Relojoeiro		
4	Eccarius	Alfaiate		
5	Cremer	Carpinteiro		
DELEGADOS/REPRESENTANTES		PROFISSÃO	DELEGAÇÃO/ SEÇÃO	LOCALIDADE
6	Dupont*	Trabalhador de instrumentos musicais	Conselho Geral de Londres e Seção francesa em Londres	Londres/Inglaterra
DELEGADOS/REPRESENTANTES		PROFISSÃO	DELEGAÇÃO/ SEÇÃO	LOCALIDADE
7	Tolain	Cinzelador	Seção de Paris	Paris/França
8	Camelinat	Ajustador de aparelhos de gás		
9	Bourdon	Gravador		
10	Perrachon	Escultor de bronze		
11	Murat	Mecânico		
12	Guyard	Escultor de bronze em móveis		
13	Chemale	Contratista - contratante		
14	Cultin	Zurcidor		
15	Benoit Malon	Jornalista		
16	Varlin	Encadernador		
17	Fribourg	Decorador gravador		
DELEGADOS/REPRESENTANTES		PROFISSÃO	DELEGAÇÃO/ SEÇÃO	LOCALIDADE
18	Baubrand	-	Seção de Lyon	Lyon/França
19	Aubry	Litógrafo	Seção de Rouen	Rouen/França
DELEGADOS/REPRESENTANTES		PROFISSÃO	DELEGAÇÃO/ SEÇÃO	LOCALIDADE
20	Dupleix	Encadernador	Seção Francesa de Genebra	Genebra/Suíça
21	J. Card	Jornalista		
22	Cornaz	-	Seção de Lausanne	Lausanne/Suíça
23	Bocquin	Carpinteiro	Seção de Montreux	Montreux/Suíça
24	Jean Philippe Becker	-	Seção Alemã de Genebra	Genebra/Suíça
25	Charles Heidt	Agente comercial		
26	Karl Bürkly*	-	Seções de Zurique e Westzikon*	Zurique e Westzikon/Suíça

27	Pierre Coullery	Médico	Seção Francesa da Chaux-de-Fonds	Chaux-de Fonds/ Suíça
28	Jules Vuilleumier	Ajustador de relógios		
29	Joseph Vanza	Gravador		
30	Jean Marie Fournier	Fabricante de recipientes		
31	Otterstackker	Gravador		
32	Philippe Peter	-	Seção Alemã da Chaux-de-Fonds	Chaux-de Fonds/ Suíça
33	Pierre Eggenweiller	-	Seção Alemã de Lausanne	Lausanne/Suíça
34	Agono	Agente de negócios	Seção de Neuchâtel	Neuchâtel/Suíça
35	Huguenin	Funcionário municipal		
36	Guillaume	Professor	Seção de Locle	Locle/Suíça
37	Schwitzguebel*	Gravador	Seções de Saint-Imier e Sonvilier	Saint-Imier e Sonvilier/Suíça
38	Pierre Mosimann	Gravador	Seção de Bienne	Bienne/Suíça
39	Frey	Tecelão de fitas	Seção de Basileia	Basileia/Suíça
DELEGADOS/REPRESENTANTES		PROFISSÃO	DELEGAÇÃO/ SEÇÃO	LOCALIDADE
40	Louis Müller	Sapateiro	Seção de Stuttgart	Stuttgart/Alemanha
41	Frédéric Butter	-	Seção de Kirschgasse	Kirschgasse/Alemanha
42	Frédéric Moll*	-	Seções de Colonia e Solingen	Colonia e Solingen/Alemanha
DELEGADOS DE SOCIEDADES ADERENTES				
DELEGADOS/REPRESENTANTES		PROFISSÃO	DELEGAÇÃO/ SEÇÃO	LOCALIDADE
43	Lawrence	Alfaiate	Delegado da Sociedade de Alfaiates de Londres	Londres/Inglaterra
DELEGADOS/REPRESENTANTES		PROFISSÃO	DELEGAÇÃO/ SEÇÃO	LOCALIDADE
44	Masson	-	Delegados da Sociedade de Gravadores de Genebra	Genebra/Suíça
45	Bonet John			
46	Henri Parret			
47	Wismer	-	Delegados da Sociedade de Ajustadores Relojoeiros de Genebra	Genebra/Suíça
48	Grass			
49	Louis Marcel	-	Delegado da Sociedade de Fabricantes de Caixas de Música	-
50	Magnin	-	Delegados da Sociedade da Família de Genebra	Genebra/Suíça
51	Guilmeax	-	Delegado da Sociedade da União/ Seção Genebra	Genebra/Suíça
52	Varinad	-	Delegado da Sociedade de Carpinteiros Marceneiros de Genebra	Genebra/Suíça
53	W. Rau	-	Delegado da Sociedade Carpinteiros Armadores de Genebra	Genebra/Suíça

54	Aug. Hoppenworth	Encadernador	Delegado da Sociedade de Trabalhadores Alemães da Educação de Genebra	Genebra/Suíça
55	Schlaifer	Alfaiate	Delegado da Sociedade de Trabalhadores Alemães da Educação de Lausanne	Lausanne/Suíça
56	Meissner	Marceneiro	Delegado da Sociedade de Trabalhadores Alemães da Educação de Vevey	Vevey/Suíça

* Segundo informação de Guillame Karl Bürkly foi eleito delegado para representar as duas seções Zurique e Westzikon

Fonte: FREYMOND JACQUES

Anexo II: Congresso de Lausanne 1867

Lista dos delegados presentes no Congresso de Trabalhadores

DELEGADOS/REPRESENTANTES		PROFISSÃO	DELEGAÇÃO/ SEÇÃO	LOCALIDADE
1	Eccarius	Alfaiate	Conselho Geral de Londres	Londres/Inglaterra
2	Carter	Perfumista		
DELEGADOS/REPRESENTANTES		PROFISSÃO	DELEGAÇÃO/ SEÇÃO	LOCALIDADE
3	George Odger*	Sapateiro	Conselho Geral de Londres e da Reform League no Congresso da Paz	Londres/Inglaterra
4	Cremer*	Carpinteiro		
DELEGADOS/REPRESENTANTES		PROFISSÃO	DELEGAÇÃO/ SEÇÃO	LOCALIDADE
5	Dupont	Trabalhador de instrumentos musicais	Conselho Geral de Londres e Seção Francesa em Londres	Londres/Inglaterra
6	Frédéric Lessner	Alfaiate	Conselho Geral de Londres e Arbeiter Bildungs Verein (Associação Educacional dos Trabalhadores)	
DELEGADOS/REPRESENTANTES		PROFISSÃO	DELEGAÇÃO/ SEÇÃO	LOCALIDADE
7	Alfred Walton	Arquiteto	National Reform League	Londres/Inglaterra
8	Daniel Swann	Listonero	Seção de Coventry	Coventry/Inglaterra
DELEGADOS/REPRESENTANTES		PROFISSÃO	DELEGAÇÃO/ SEÇÃO	LOCALIDADE
9	Tolain***	Cinzelador	Seção de Paris	Paris/França
10	Murat	Mecânico		
11	Chemalé	Arquiteto		
DELEGADOS/REPRESENTANTES		PROFISSÃO	DELEGAÇÃO/ SEÇÃO	LOCALIDADE
12	Pioley	Mecânico	Sociedade dos Mecânicos	Paris/França
13	Garbe	Funileiro	Sociedade dos Funileiros	
14	Reymond	Litógrafo	Sociedade de Resistência dos Litógrafos	
15	De Beaumont***	Cinzelador	Sociedade de Crédito Mútuo dos Trabalhadores do Bronze	
DELEGADOS/REPRESENTANTES		PROFISSÃO	DELEGAÇÃO/ SEÇÃO	LOCALIDADE
16	Schettel	Mecânico	Seção de Lyon	Lyon/França
17	Palix****	Alfaiate		
DELEGADOS/REPRESENTANTES		PROFISSÃO	DELEGAÇÃO/ SEÇÃO	LOCALIDADE
18	Charles Longuet	Jornalista	Seções de Caen e de Condé-Sur-Noireau	Caen e Condé-Sur-Noireau/França
19	Rubaud	Impressor de tecidos	Seção de Neuville-sur-Saône/Rhône	Neuville-sur-Saône/França
20	Chassin	Comerciante de	Villefranche/Rhône	Villefranche/França

		vinhos		
21	Aillon	Alfaiate	Seção de Vienne/comuna francesa do departamento de Isère	Vienne/França
22	Vézinaud	Sapateiro	Seção de Bordeaux	Bordeaux/França
23	Vasseur	Funileiro	Seções de Marselha e Fuveau	Marselha e Fuveau/França
24	Jean Marly	-	Bordadores de Siene	Siene/França
25	Aubry***	Litógrafo	Seção de Rouen	Rouen/França
DELEGADOS/REPRESENTANTES		PROFISSÃO	DELEGAÇÃO/ SEÇÃO	LOCALIDADE
26	César De Paepe	Tipógrafo	Seções Belgas	Bruxelas/Bélgica
DELEGADOS/REPRESENTANTES		PROFISSÃO	DELEGAÇÃO/ SEÇÃO	LOCALIDADE
27	Tanari	-	Sociedades de Bolonha e Bazano	Bolonha e Bazano/Itália
28	Berker	Jornalista	Seção de Gênova	Gênova/Itália
29	Louis Müller	Sapateiro		
30	Gaspare Stampa***	-	Comitê Central das Associações Operárias Italianas	Milão/Itália
DELEGADOS/REPRESENTANTES		PROFISSÃO	DELEGAÇÃO/ SEÇÃO	LOCALIDADE
31	Kugelmann	Médico	Seção de Hanôver	Hanôver/Alemanha
32	Charles Klein	Hoteleiro	Seções de Colonia e Solingen	Colonia e Solingen/Alemanha
33	Louis Büchner	Médico	Seção de Darmstadt	Darmstadt/Alemanha
34	Lange*****	-	Seção de Duisbourg/Prússia Renana	Duisbourg/Alemanha
35	Paul Stumpf*****	Mecânico	Seções de Wiesbaden e Mayence	Wiesbaden e Mayence/Alemanha
36	Auguste Ladendorf*****	Professor	Seção de Berlim	Berlim/Alemanha
DELEGADOS/REPRESENTANTES		PROFISSÃO	DELEGAÇÃO/ SEÇÃO	LOCALIDADE
37	Dupleix	Encadernador	Seção Francesa de Genebra	Genebra/Suíça
38	Charles Perron	Pintor de esmalte		
39	Blanc	Professor		
40	Jules Monchal	Cinzelador		
41	Samuel Treboux	Gesseiro		
42	Ferdinand Quinet	Pedreiro	Sociedade Operária da Construção	
DELEGADOS/REPRESENTANTES		PROFISSÃO	DELEGAÇÃO/ SEÇÃO	LOCALIDADE
43	Favrat	Agente de negócios	Seção de Lausanne	Lausanne/Suíça
44	Isaac Greet	Curtidor		
45	Aviolat	Tipógrafo		
46	Liwenthal	Alfaiate		

47	Franz Schlaifer	Alfaiate	Arbeiter Bildungs Verein (Associação Educacional dos Trabalhadores)	
48	Kätner	Tipógrafo	União do Tipógrafos	
49	Kircher	Cafeteiro	Delegado da Sociedade de Grütli e da Sociedade dos Carpinteiros	
50	Raoux***	Professor	Sociedade Fonográfica de Lausanne	
DELEGADOS/REPRESENTANTES		PROFISSÃO	DELEGAÇÃO/ SEÇÃO	LOCALIDADE
51	Guillaume	Professor	Seção de Locle	Locle/Suíça
52	Frey	Tecelão de fitas	Seção de Basileia	Basileia/Suíça
53	Hafner	Jornalista	Seção de Morat/Fribourg	Fribourg/Suíça
54	Neubrand	-	Seção Alemã de Chaux-de-Fonds	Chaux-de-Fonds/Suíça
55	Pierre Coullery**	Médico	Seção Francesa da Chaux-de-Fonds	Chaux-de Fonds/ Suíça
56	Kunkel***	Alfaiate	Seção Alemão de Neuchâtel	Neuchâtel/Suíça
57	Cuendet-Kunz	Fabricante de peças musicais	Seção de Ste-Croix Cantão de Vaud	Ste-Croix Cantão de Vaud/Suíça
58	Gries	Alfaiate	Arbeiter Bildungs Verein (Associação Educacional dos Trabalhadores)	Vevey Cantão de Vaud/Suíça
59	Forderer	Cuteleiro	Seção de Yverdon Cantão de Vaud	Yverdon Cantão de Vaud/Suíça
60	Specht*****	Coureiro		
61	Charles Burkli	Curtidor	Seção de Zurique	Zurique/Suíça
62	Auguste Krebsler	Alfaiate		
63	Félix Vanzas	Contador	Seção de Saint-Imier/Berna	Berna/Suíça
64	Roth	Mecânico	Seção de Berna	
65	Allemann*****	Tipógrafo	Arbeiter Verein de Berna (Associação de Trabalhadores)	
66	Lombard-Martin****	Professor	Sociedade de Grütli de Delémont	Delémont/Suíça
DELEGADOS DA SOCIEDADE INDUSTRIAL E COMERCIAL DE LAUSANNE				
DELEGADOS/REPRESENTANTES		PROFISSÃO	DELEGAÇÃO/ SEÇÃO	LOCALIDADE
67	Hoffman-Rittner	Negociante	Sociedade Industrial e Comercial de Lausanne	Lausanne/Suíça
68	Juat-Sessler			
69	Charton-Rochat			
70	Bory-Hollar	Bancário		
71	Kaiser	Mecânico		
72	Ruchonnet	Advogado		

* Odger e Cremer não figuram na lista dos delegados, mas segundo os registros eles chegaram no final dos trabalhos do congresso, no dia 8 de setembro.

** Coullery não figura na lista dos delegados, mas segundo os registros ele participa do congresso a partir do dia 2 de

setembro.

*** Tolain, De Beaumont, Aubry, Kunkel, Stampa e Raoux não figuram na lista dos delegados, mas segundo os registros participam do congresso a partir do dia 3 de setembro.

**** Polix e Lombard-Martin não figuram na lista dos delegados, mas segundo os registros participam do congresso a partir do dia 4 de setembro.

***** Lange e Specht não figuram na lista dos delegados, mas segundo os registros participam do congresso a partir do dia 6 de setembro.

***** Paul Stumpf, Auguste Ladendorf e Allemann não figuram na lista dos delegados, mas segundo os registros participam do congresso a partir do dia 7 de setembro.

Fonte: FREYMOND JACQUES

Anexo III: Congresso de Bruxelas 1868

Lista dos delegados presentes no Congresso de Trabalhadores

DELEGADOS/REPRESENTANTES		PROFISSÃO	DELEGAÇÃO/ SEÇÃO	LOCALIDADE
1	Eccarius	Alfaiate	Conselho Geral de Londres e Associação dos Alfaiates de Londres	Londres/Inglaterra
2	Lucraft	Fabricante de cadeiras	Conselho Geral de Londres e da Associação dos Fabricantes de Cadeiras	
3	Shaw	Pintor	Conselho Geral de Londres e da Associação dos Operários Pintores	
4	Jung	Relojoeiro	Conselho Geral de Londres	
DELEGADOS/REPRESENTANTES		PROFISSÃO	DELEGAÇÃO/ SEÇÃO	LOCALIDADE
5	Cowell Stepney	Redator do Social-Economist	Reform League	Londres/Inglaterra
6	Cohn	Cigarreiro	Associação dos Cigarreiros de Londres	
7	Federico Dean	Ferreiro	Ferreiros de Hull	Hull/Inglaterra
8	John Forster (pai)	Carpinteiro	Sociedades Cooperativas de Hull	
9	John Forster (filho)	Mecânico		
10	Ph. Matens	Mecânico	Seção Francesa em Londres	Londres/Inglaterra
11	Fr. Lessener	Alfaiate	Seção Alemã em Londres	
DELEGADOS/REPRESENTANTES		PROFISSÃO	DELEGAÇÃO/ SEÇÃO	LOCALIDADE
12	Klein	Cuteleiro	Sociedade dos Operários do Ferro e do Aço de Solingen	Solingen/Alemanha
13	Moritz Hess	Colaborador da Social Democracia de Berlim	Seção de Colonia	Colonia/Alemanha
14	Sheppler	Carpinteiro	Seção de Mayence	Mayence/Alemanha
15	Ph. Becker	Entalhador de diamantes	Concelho Central das Seções Alemãs	Alemanha
16	Fr. Butter	-	Delegado do Congresso de Nuremberg	Nuremberg/Alemanha
DELEGADOS/REPRESENTANTES		PROFISSÃO	DELEGAÇÃO/ SEÇÃO	LOCALIDADE
17	Tolain	Cinzelador	Associação dos Fabricantes de Balanças	Paris/França
18	Murat	Mecânico	Sociedade dos Mecânicos	
19	Alberto Theisz	Bronzista	Associação dos Bronzistas de Paris	

20	Eduardo Roussel	Funileiro	Associação dos Funileiros, Torneiros e Cinzelistas	
21	Gustavo Durand	Joalheiro	Associação dos Joalheiros de Paris	
22	Luis Pindy	Carpinteiro	União Sindical dos Operários da Construção de Paris	
23	Gabriel Ansel	Fabricante de porcelana	Sociedade de Cerâmica de Paris	
24	Alfonso Delacour	Encadernador	Associação dos Encadernadores (Seção da Internacional)	
25	Ireneo Dauthier	Coureiro	Associação dos Coureiros	
26	Emilio Dosbourg	Impressor	Associação dos Impressores de Tecido	
27	Flahaut	Marmorista	Associação dos Marmoristas	
28	Eugenio Tartaret	Marceneiro	Delegado da Comissão Operária de Exposição de Paris	
29	Henry	Mecânico	Presidente da Comissão Operária de Exposição e delegado da Associação dos Fabricantes de Torneiras de Paris	
DELEGADOS/REPRESENTANTES		PROFISSÃO	DELEGAÇÃO/ SEÇÃO	LOCALIDADE
30	Aimé Grinand	Tecelão	Seção de Lyon	Lyon/França
31	Albert Richard	Tecelão	Seções de Lyon e de Neuville-sur-Saône	Lyon e Neuville-sur-Saône/França
32	Longuet	Jornalista	Seções de Caen e Condé-sur-Noirot	Caen e Condé-sur-Noirot/França
33	Emilio Aubry	Impressor-tipógrafo	Seção de Rouen	Rouen/França
34	Alejandro Lemonnier	Alfaiate	Seção de Marselha	Marselha/França
DELEGADOS/REPRESENTANTES		PROFISSÃO	DELEGAÇÃO/ SEÇÃO	LOCALIDADE
35	Mermillod	Montador de relógios	Delegados das 24 seções reunidas de Genebra e de Carouge	Genebra e Carouge/Suíça
36	Graglia	Montador de relógios		
37	Quinet	Pedreiro		
38	Perron	Pintor de esmalte		
DELEGADOS/REPRESENTANTES		PROFISSÃO	DELEGAÇÃO/ SEÇÃO	LOCALIDADE
39	Catalan	-	Associação <i>Perra Chica</i> , para a emancipação do pensamento e do indivíduo	Suíça
40	Hess	-	Seção de Basileia	Basileia/Suíça
41	Fritz Robert	Professor	Seções de Chaux-de-Fonds, de Locle, del Vale de Saint-Imier, de Bienne, de Morat e de Moutier-Grand-Val	Chaux-de-Fonds/Locle/Vale de Saint-Imier/Bienne/Morat

				/Moutier-Grand-Val/Suíça
42	Hubert	-	Delegado dos fabricantes de papel pintado	Suíça
DELEGADOS/REPRESENTANTES		PROFISSÃO	DELEGAÇÃO/ SEÇÃO	LOCALIDADE
43	Eugenio Dupont*	Fabricante de instrumentos musicais	Associações Operárias de Nápoles	Nápoles/Itália
DELEGADOS/REPRESENTANTES		PROFISSÃO	DELEGAÇÃO/ SEÇÃO	LOCALIDADE
44	Sarro Magallán	Mecânico	Legião Ibérica do Trabalho e Associação Operária da Catalunha	Espanha
DELEGADOS/REPRESENTANTES		PROFISSÃO	DELEGAÇÃO/ SEÇÃO	LOCALIDADE
45	Eugenio Hins	Professor	Federação/Seção de Bruxelas da Internacional	Bruxelas/Bélgica
46	Brismée	Impressor		
47	Tique	Pintor	Associação dos Pintores de Bruxelas	
48	Fr. Van den Berghe	Tipógrafo	Seção de Bruxelas	
49	Spehl	Relojoeiro	União – associação dos operários de ferro e cobre de Bruxelas	
50	Francisco Herremans	Carpinteiro	Associação dos Marceneiros e Carpinteiros de Bruxelas	
51	Cammaert	Sapateiro	Sapateiros de Bruxelas	
52	Ch. Maetens	Tintureiro	Associação dos Peleiros e Tintureiros de Bruxelas	
53	Santiago Maes	Fabricante de Corrimão	Associação dos Fabricantes de Corrimão e da Geral Operária de Bruxelas	
54	Camilo Standaert	Luveiro	Associação dos Luveiros e da Geral Operária de Bruxelas	
55	Honorato Saillant	-	Círculos de Conferências de Bruxelas	
56	Adrian Tordeux	Prensista	Associação dos Impressores Tipógrafos	
57	Ernesto Planson	Jornalista	União Protetora dos Marmoristas	
58	Nicolás Coulon	Alfaiate	Círculo Popular de Bruxelas	
59	Eberhard		Associação dos Alfaiates de Bruxelas	
60	Elsbach	Professor	Liga Operária de Ensino Mutualista	
61	Waltére Lepourque	Mineiro	Associação dos Mineiros de Seraing	Seraing/Bélgica
62	Modeste		Seções de Marchiennes-au-Pont e Moncerau-sur-Sambre	Marchiennes-au-Pont e Moncerau-sur-Sambre/Bélgica
63	Noel Embyse			

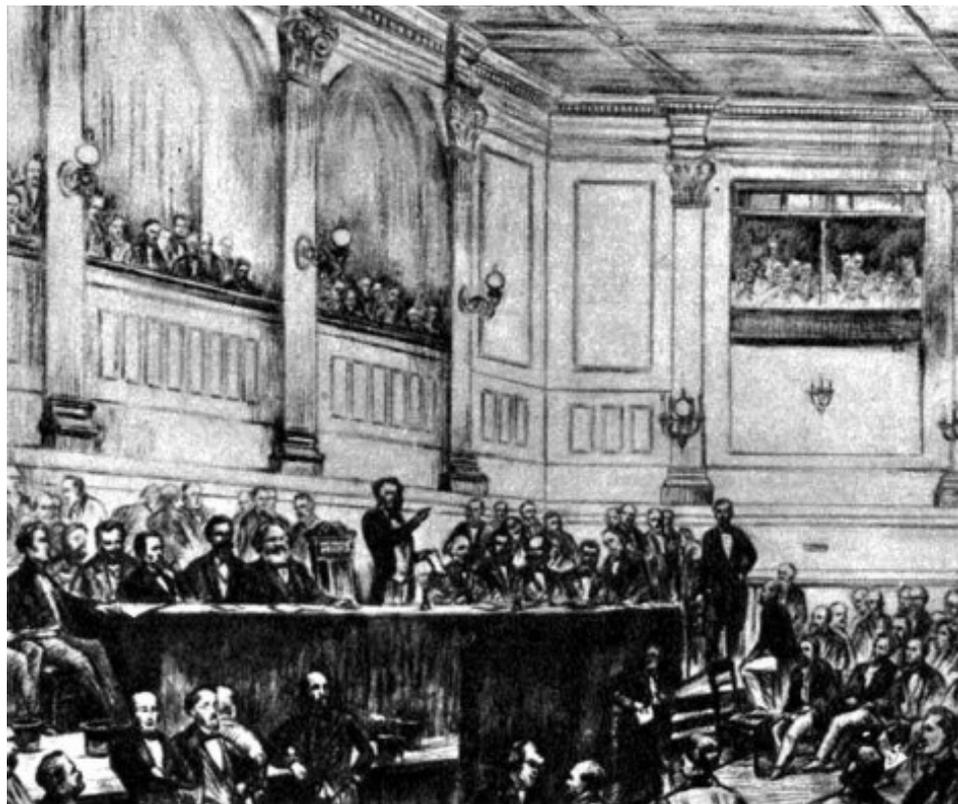
64	Maximiliano Maljean		Seção de Charleroi	Charleroi/Bélgica
65	José Romain		Seção de Moncerau-sur-Sambre	Moncerau-sur-Sambre/Bélgica
66	Maximiliano Tricot		Seção de Gilly	Gilly/Bélgica
67	Gregorio Paulus		Seção de Châtelineau	Châtelineau/Bélgica
68	J.-B. Frère		Emancipados	Seção Jumet/Bélgica
69	Luis Swolfs			
70	Ch. Devarewaere		Seção de Mercinelle	Mercinelle/Bélgica
71	Morizot		Operário Livres de Gilly	Gilly/Bélgica
72	Dethier	Mecânico		
73	Debrouck		Operário Livres de Dison	Dison/Bélgica
74	Andrés Larondelle	Tecelão	Operários Livres de Verviers	Verviers/Bélgica
75	P. Fluse			
76	H.-I Leclercq			
77	Prospero Voglet	Músico	Sociedade dos Livres Pensadores	Bélgica
78	Eugenio Steens	Representante	Delegado do Povo, associação da democracia militante	
79	Ch. Cranshoff	Negociante	Delegado da Colmeia, associação de cooperativa de consumo	
80	Lorenzo Verrycken	Padeiro	Delegado da Formiga, associação de cooperativa de consumo	
81	De Paepe	Tipógrafo	Círculo de Emulação, sociedade operária de estudo e propaganda socialista	
82	León Fontaine	Jornalista	Delegado dos Solidários, sociedade racionalista e de socorro mútuo	
83	J. Pellering	Sapateiro	Delegado da Emancipação, sociedade racionalista	
84	Casiano Meréchal	Joalheiro	Seção de Lieje	Lieja/Bélgica
85	A. Herman	Escultor	Seção de Montegnée	Montegnée/Bélgica
86	J.-B. Louis	Alfaiate	Seção de Oubois	Oubois/Bélgica
87	Vanschaftingen	Fabricante de Rolamentos	Associação dos Fabricantes de Rolamentos	Gante/Bélgica
88	Potelsberg	Alfaiate	Delegado de Werkersbond e da Associação dos Alfaiates de Gante	
89	J. Serranne	Tecelão	Associação dos Tecelões de Gante	
90	Adolfo Teilinck	Professor	Seção de Gante	
91	Nicolás Dubois	Vidreiro	Seção de Dampremy	Dampremy/Bélgica

92	Bredenhorst	Carpinteiro	Associação dos Marceneiros e Carpinteiros de Anvers	Anvers/Bélgica
93	Ph. Coenen	Sapateiro	Delegado de Volksverbond, Seção de Anvers	
94	Labaer	Gravador de Metal		
95	Eduardo Lallemand	Tecelão	Seção de Ensival	Ensival/Bélgica
96	Leopoldo Verhegen	Mecânico	Associação dos Operários Mecânicos de Ferrovias de Luxemburgo	Luxemburgo
97	Bastin	Vidreiro	Vidreiros de Goy-Start/Jumet	Jumet/Bélgica
98	Englebert	Topógrafo	Seção dos Trabalhadores Agrícolas de Peruwerltz/Brabante	Brabante/Bélgica
99	Luis Marenne	Agricultor	Agricultores de Warmifontaine/província de Luxemburgo	Luxemburgo
100	José Henri		Círculo Camponês de Patignies/província de Namur	Namur/Bélgica

* Serverio Friscia, delegado de Catania (Sicília) não foi credenciado como delegado no Congresso, pois suas senhas estavam incompletas.

Fonte: FREYMOND JACQUES

Anexo IV: Imagens da AIT



Fundação da AIT – Londres, 1864



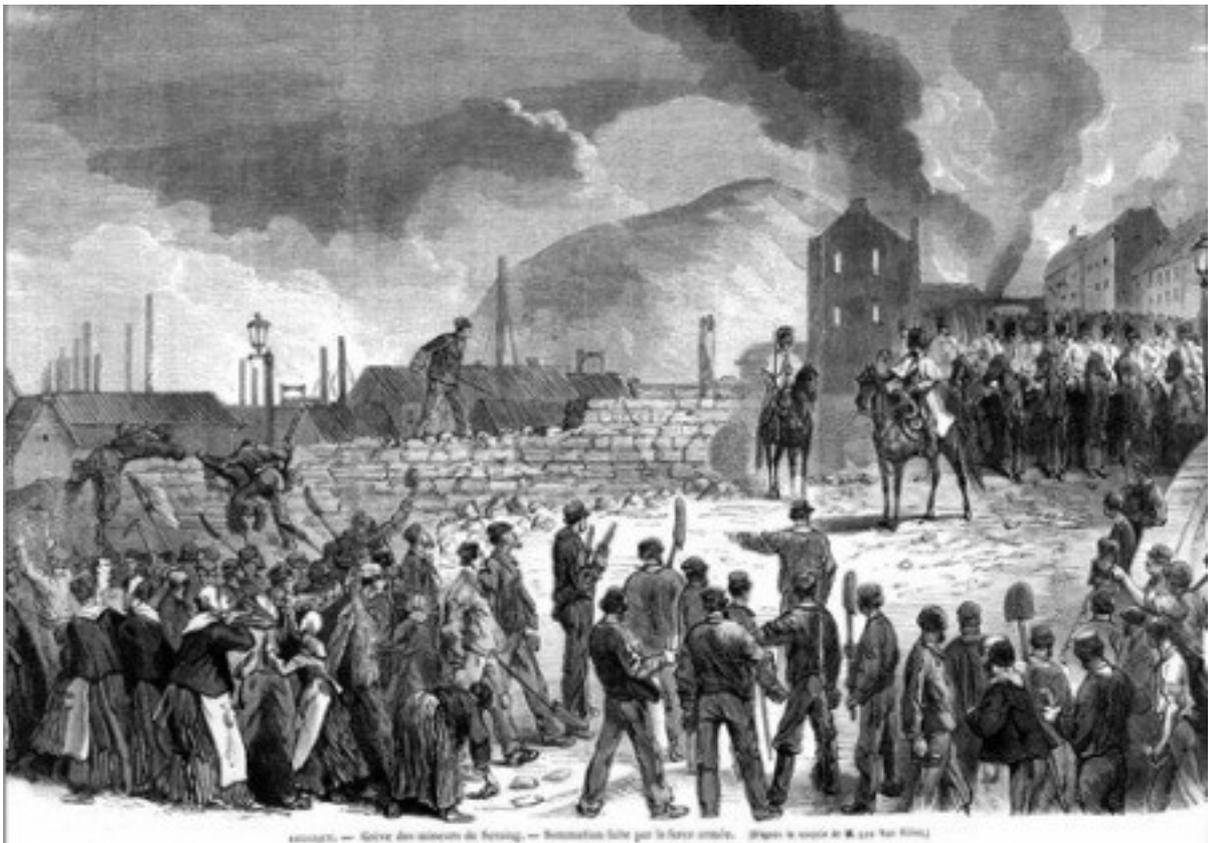
Primeiro Congresso – Genebra, 1866



Quarto Congresso da AIT – Basileia, 1869



Aliancistas em 1869. Da esquerda para direita: Monchal, Charles Perron, Michel Bakunin, Giuseppe Fanelli et Valerien Mroczkowski

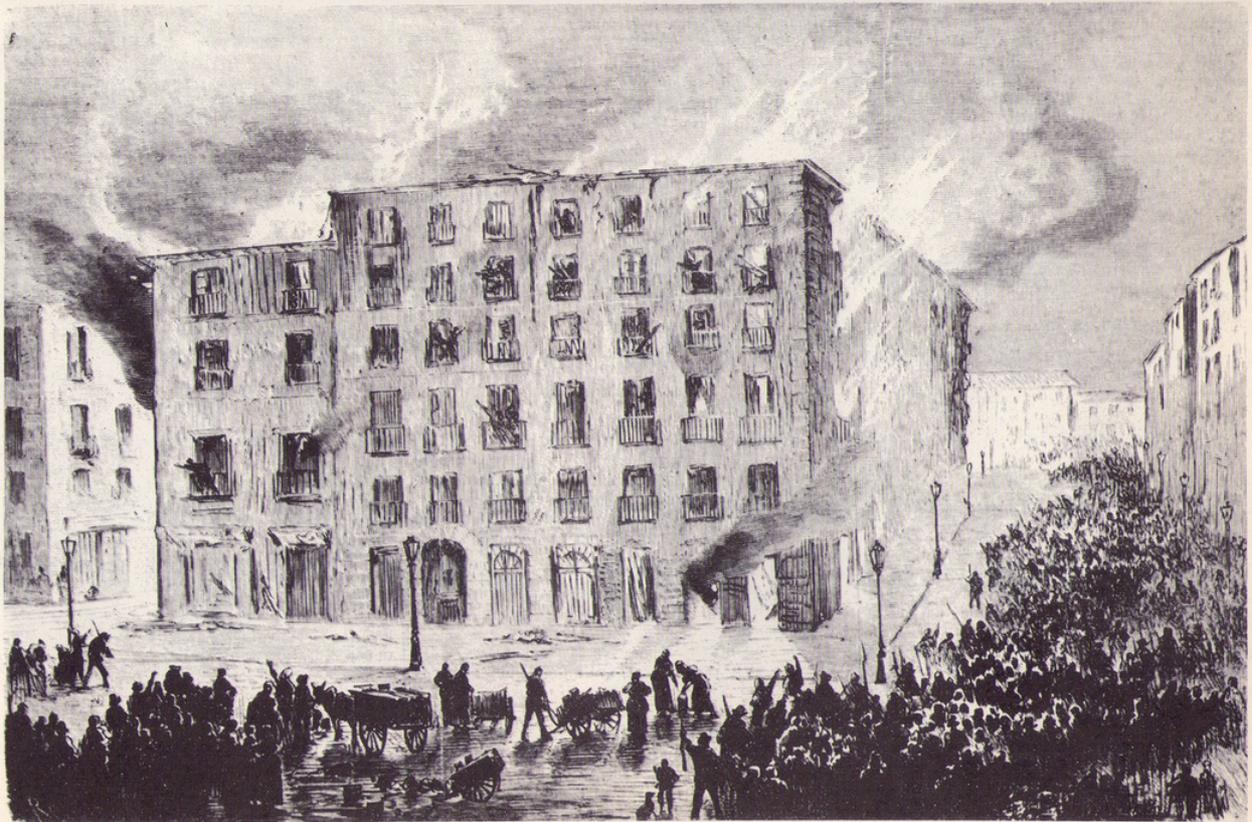


antiquité. — Scène des mineurs de Seraing. — Remontrance faite par le tiers armé. (D'après le dessin de M. L. Van Belle.)

Greve dos mineiros belgas – Seraing, 1869



Manifestação feminina durante a greve dos mineiros – Creusot, 1870



5

Sucesos de Alcoy: Incendio por los petroleros de la manzana de casas de la calle del Mercado. (Croquis del Sr. Laporta.) *La Ilustración Española y Americana*, Madrid, 24 de julio de 1873, p. 453.

Greve geral espanhola – Madrid, 1873